

GEOGRAFIA URBANA

Revisitando conceitos e temas

Otávio Santos
Katielle Silva
Jorge Malheiros
(Organizadores)



CEG
Centro de Estudos Geográficos



Editora
Universitária
da UFPA

GEOGRAFIA URBANA

Revisitando conceitos e temas

Otávio Santos
Katielle Silva
Jorge Malheiros
(Organizadores)

1ª Edição



**Reitoria**

Marcelo Brito Carneiro Leão
Reitor da UFRPE
Gabriel Rivas de Melo
Vice-Reitor

Editora

Editora Universitária da UFRPE

Comissão Diretiva Editorial

Edson Cordeiro do Nascimento
Diretor do Sistema de Bibliotecas
Antão Marcelo F. Athayde Cavalcanti
Diretor da Editora da UFRPE
José Abmael de Araújo
Coordenador Administrativo da Editora
Josuel Pereira de Souza
Chefe de Produção Gráfica

Endereço

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n
Dois Irmãos, Recife - PE, 52171-900
<http://www.editora.ufrpe.br/>

Título

Geografia Urbana: revisitando conceitos e temas

Organizadores

Otávio Santos, Katielle Silva e
Jorge Malheiros

Imagem da Capa

Otávio Santos

Edição

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa | Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2023

978-65-85711-31-9 (ISBN digital)

978-65-85711-30-2 (ISBN físico)

Doi: 10.33787/CEG20230002

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Geografia urbana: revisitando conceitos e temas
Otávio Augusto Alves dos Santos, Katielle Susane do Nascimento Silva,
Jorge Malheiros (orgs.). -- 1. ed. -- Lisboa: CEG-IGOT-ULisboa; Recife:
UFRPE, 2023.
Vários autores
Bibliografia.

ISBN

978-65-85711-31-9(digital)

978-65-85711-30-2 (físico)

1. Gentrificação (Urbanismo)
 2. Geografia urbana
 3. Planejamento urbano
 4. Segregação urbana
 5. Urbanização
- I. Santos, Otávio Augusto Alves dos.
II. Silva, Katielle Susane do Nascimento.
III. Malheiros, Jorge.

23-173635

CDD-910.91732

Índices para catálogo sistemático:

1. Cidades: Geografia urbana 910.91732
- Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Sumário

Secção I

Dinâmicas espaciais urbanas: processos tradicionais em transformação e novos processos

- 13 Refletindo sobre a urbanização como totalidade de um "processo concreto pensado"
Edvânia Torres Aguiar Gomes e Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
- 27 A gentrificação na evolução do pensamento geográfico: algumas notas epistemológicas
Luís Mendes
- 47 Segregação Socioespacial Urbana
Jorge Malheiros e Paulo Miguel Madeira
- 63 Olhares geográficos sobre a fragmentação urbana
Teresa Barata-Salgueiro
- 79 (In)Justiça Espacial e Capital Espacial
Katielle Silva e André Carmo
- 101 Reestruturação urbana: novos papéis e funções das cidades médias
Mariana Rabêlo Valença

Secção II

Espaços da cidade, limites e atores urbanos: reflexões críticas

- 117 Movimentos Sociais Urbanos
Cláudio Jorge Moura de Castilho
- 147 Assentamentos (In)formais: territórios populares na urbanização brasileira
Jorge Luiz Barbosa
- 159 Comum: a emergência de um novo conceito para a Geografia Urbana?
Otávio Augusto Alves dos Santos

- 175 Ecologia Política Urbana
Archie Davies
- 187 Empreendimentos Turísticos Imobiliários no litoral brasileiro:
dicotomias entre os espaços concebido e percebido
Cristina Pereira de Araújo, Luciano Muniz Abreu e Denise Betânia Marques dos Santos
- 201 Geografia, Género e Interseccionalidade
Ana Carolina Ferraz dos Santos e Margarida Queirós

Secção III

Cidade, movimento e inovação: atividades e mobilidades em transformação

- 229 Territorializações Urbanas do Turismo
Eduardo Brito-Henriques
- 247 O Comércio na Geografia Urbana
Pedro Guimarães e Herculano Cachinho
- 263 Plataformização do Espaço Urbano: o caso das Plataformas de Entregas na Área Metropolitana de Lisboa
Nuno Rodrigues, Daniela Ferreira e Mário Vale
- 273 Acessibilidade
Miguel Padeiro

Secção IV

Em busca de cidades mais resilientes, amigas e saudáveis: perspectivas críticas, desafios e respostas

- 295 Cidades Saudáveis
Ángela Freitas e Paula Santana
- 317 A Identificação de áreas críticas de emissão de carbono em ambiente urbano: uma nova perspectiva do clima de Lisboa
António Manuel Saraiva Lopes e Max Wendell dos Anjos
- 335 Riscos ambientais e áreas urbanas
Sandra Oliveira, Jorge Rocha e José Luís Zêzere

- 351 *Ambiência*
Daniel Paiva
- 363 *Insegurança/medo: navegando as contribuições geográficas (e mais além)*
Simone Tulumello
- 377 *Envelhecimento e condições de vida no centro histórico de Lisboa*
Pedro Moura Ferreira e Alda Botelho Azevedo
- 393 *Fronteiras: conceitos e contextos*
Francisco Roque de Oliveira
- 405 *Sobre os autores*

Apresentação

De tempos em tempos, as disciplinas científicas devem passar por revisão de seus conceitos e teorias, tendo em conta as constantes revoluções do conhecimento e as transformações do mundo social. No contexto da aceleração promovida pela Globalização contemporânea, em que as mudanças são cada vez mais intensas e vertiginosas, pôr a disciplina em atualização tem se tornado uma tarefa fundamental para que o arcabouço teórico-conceitual tradicionalmente utilizado permaneça capaz de elucidar a realidade, e, também, para que um novo insurja, dando conta do que não poderia ser explicado antes. Não se trata ainda de rever paradigmas, mas de atualizar os instrumentos de produção do conhecimento em um campo específico, no sentido de mantê-los vivos e pertinentes.

No que diz respeito à Geografia Urbana, a necessidade de atualização é ainda mais premente, uma vez que o desenvolvimento desigual da urbanização no mundo tem sido redimensionado no atual contexto de crise econômica. Os países em desenvolvimento têm-se tornado mais e mais urbanizados, localizando-se aqui muitas das maiores metrópoles mundiais. Trata-se, contudo, de uma urbanização com muitos elementos precários, marcada pela expansão de assentamentos empobrecidos, sem infraestruturas e com alta dose de injustiça espacial. O tratamento dado aos seus problemas socioespaciais tem sido, frequentemente, o da militarização e do controle sobre corpos e práticas dissidentes, o que tem sido feito mediante o recurso à vigilância e à violência. Neste contexto, como tratar da informalidade, da insegurança, das desigualdades de gênero ou das mobilizações e lutas sociais?

No mundo desenvolvido ocidental, por sua vez, as políticas de austeridade impostas como medida de contenção da crise financeira e econômica de 2007/2008, contribuíram para o aumento das desigualdades socioespaciais e para a desidratação do conjunto de garantias sociais com os quais foi possível a manutenção do estado de bem-estar social - algo que tem tido fortes implicações nas estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas. Neste novo contexto, como ocorrem e se transformam processos há muito estudados por geógrafos urbanos, e que são interpretados a partir do conjunto de conceitos mais tradicionais da disciplina, tais como a urbanização, a segregação espacial, ou mesmo a gentrificação?

Neste mundo Globalizado, onde os fluxos de dinheiro e informação correm o planeta livremente, sem que o mesmo ocorra com as pessoas, o que dizer sobre as fronteiras territoriais, o consumo e o turismo? Como abordar o comércio e o mundo do trabalho diante das inovações tecnológicas e do processo de “plataformização”, que se desenvolve ao mesmo tempo como resultado e pressuposto da acumulação de capital? E nessa mesma realidade, que grandes mudanças demográficas – como a tendência global para o envelhecimento populacional estão em curso, e como pensar a acessibilidade urbana e a cidadania?

O que dizer diante da crise climática que ameaça quase todas as formas de vida e o balanço energético do planeta? Os estudos mais recentes nos mostram que o grau de degradação ambiental chegou a níveis preocupantes e irreversíveis. Como incorporar as preocupações ecológicas no temário geográfico? Como abordar o clima e a ambiência urbanos? E como a Geografia pode contribuir à compreensão dos riscos ambientais e, ao mesmo tempo, indicar caminhos à construção de cidades mais resilientes e saudáveis?

A urgência desse esforço de revisão ganhou novos contornos depois da crise sanitária mundial decorrente da pandemia da COVID-19. Ainda não estão completamente evidentes as suas implicações espaciais urbanas e que agendas de pesquisa se tornarão mais pertinentes. Contudo, sem uma atualização do alicerce teórico-conceitual, à luz do que a realidade revela, tampouco será possível entender os verdadeiros impactos da pandemia. Portanto, a atualização dos conceitos com os quais os geógrafos urbanos interpretarão todas essas mudanças é incontestável e impreterível.

A coletânea “Geografia Urbana: revisitando conceitos e temas” é o resultado inicial de mais um esforço de aproximação entre as Geografias do mundo lusófono, designadamente a Portuguesa e a Brasileira, visando o diálogo entre duas escolas que, apesar da proximidade linguística e cultural, estão separadas pela barreira geográfica atlântica. Trata-se, pois, de uma interação transatlântica, que contesta e se afasta de velhas imposições coloniais e mesmo eurocêntricas (especialmente a do saber), e que, pelo contrário, tensiona as formas de opressão, reconhece a diversidade de culturas e saberes, e aponta caminhos para a cooperação científica. Neste âmbito, reconhece-se a especificidade das variantes de português utilizadas pelos autores/autoras, a lusa e a brasileira, tendo-se respeitado a escrita de cada um, promovendo o afastamento face a preconceitos que, com frequ-

ência, tendem a incorporar uma perspectiva colonial, valorizadora de um suposto “português original”.

Em suma, esta coletânea foi concebida sob a pretensão de contribuir para a revisão de conceitos, teorias e temas da Geografia urbana. Foi inicialmente estruturada em verbetes temáticos, a partir dos quais os autores puderam desenvolver livremente suas contribuições, movendo-se das abordagens mais tradicionais até às mais atuais, podendo ainda incorporar estudos de caso e análises mais autorais específicas. Sabemos que os textos a seguir nem de longe esgotam a variedade de conceitos e temas que os geógrafos urbanos podem mobilizar em suas atividades; contudo, este é um esforço introdutório e rico pela sua diversidade e pelo caráter de diálogo internacional que incorpora.

Jorge Malheiros, Katielle Silva e Otávio Santos

Sobre os editores

Jorge Malheiros, Geógrafo, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade de Lisboa. É Professor Associado de Geografia Humana no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, da Universidade de Lisboa (ULisboa). Integrou a Comissão Diretiva do Centro de Estudos Geográficos da ULisboa e é membro dos Grupos de Investigação ZOE e MIGRARE desta unidade

Katielle Silva, Geógrafa e Mestre pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutora em Geografia Humana pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa). É Professora Adjunta da Universidade Federal de Roraima, Professora Permanente da Pós-graduação em Geografia (UFRR) e Investigadora do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Otávio Santos é Geógrafo, Mestre e Doutor em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. É professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professor-tutor do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes - Práticas de Letramento (PET Letramento UFRPE). Professor do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades.

Secção I

Dinâmicas espaciais urbanas: processos tradicionais
em transformação e novos processos

A secção I, “Dinâmicas Espaciais Urbanas: processos tradicionais em transformação e novos processos”, reúne seis capítulos que exploram diferentes processos que, em simultâneo caracterizam e explicam as dinâmicas de transformação da cidade capitalista, desde a sua formação até à contemporaneidade. De algum modo, trata-se de processos considerados estruturantes, em muitos casos imbricados (segregação, fragmentação e gentrificação; (in)justiça espacial e segregação socioespacial, para citar alguns exemplos mais evidentes), que nalguns casos (urbanização, papel da rede de cidades médias, segregação socioespacial) acompanham a análise urbana moderna feita pelas ciências sociais e pela geografia, desde que esta se estabeleceu de forma mais explícita, em inícios do século XX. Nos restantes casos, trata-se de incorporar e de refletir acerca de conceitos “mais novos”, que apresentam um forte potencial para interpretar processos de transformação mais recentes, essencialmente dos últimos 30 anos, que têm necessariamente de dialogar com os conceitos tradicionais mais estabelecidos, que surgem como referências, mas que apresentam limitações relativamente ao potencial para interpretar os processos mais atuais. Incluem-se aqui a gentrificação, a fragmentação e o capital espacial+(in)justiça espacial.

O capítulo de abertura da presente coletânea é de autoria de Edvânia Torres Aguiar Gomes e Mariana Zerbone Alves de Albuquerque, e intitula-se “Urbanização e Planeamento Urbano”. Nele, as autoras atravessam e revisitam o estatuto ontológico do espaço para pensar a cidade, urbanismo e urbanização que se está a produzir, tendo como referência o Brasil. As questões que permeiam a artificialização do espaço, divisão territorial do trabalho, direitos de propriedade privada, empresariamento urbano são convidadas para reforçar o argumento das autoras de que é necessário mobilizar categorias analíticas sobre a urbanização, tomando por base a materialidade, as determinações, os processos e a dialética das contradições da produção do espaço, em suas múltiplas escalas. De algum modo, este capítulo de natureza reflexiva assume um caráter transversal relativamente ao processo de urbanização como um todo, dando abertura para as abordagens dos conceitos específicos associados às dinâmicas urbanas efetuadas nos capítulos três, quatro, cinco e seis. No intermezzo, o segundo capítulo desta secção inicia-se com o contributo de Luís Mendes sobre “Gentrificação”. Trata-se de um trabalho de natureza conceptual e teórico-metodológico sobre os estudos da gentrificação e do seu desenvolvimento no âmbito dos diferentes paradigmas do pensamento geográfico. O autor parte da definição conceptual de gentrificação, real-

çando os contributos dos principais pensadores desta matéria, inserindo posteriormente o debate sobre a gentrificação no seio da Escola Ecológica de Chicago, procurando expor as limitações e contradições advindas deste paradigma para a compreensão da emergência da gentrificação enquanto processo de mudança urbana nas últimas duas décadas do século XX. O paradigma marxista da geografia e as geografias pós-modernas, estas últimas explorando a “crise do “marxismo”, também são convocadas para o debate deste fenómeno complexo que implica uma substituição social classista, atravessando processos de desalojamento, segregação residencial e aprofundamento da divisão social do espaço urbano. No capítulo 3, Jorge Malheiros e Paulo Madeira abordam a Segregação Socioespacial Urbana, efetuando uma genealogia das análises explícitas da segregação nas cidades capitalistas industriais, sobretudo dos EUA, no âmbito da Escola Ecológica de Chicago e do seu desenvolvimento posterior no âmbito da Ecologia Fatorial. Após este “remeter para as origens” ainda hoje convocadas como referência de discussão, tanto na sociologia urbana como na geografia, os autores fazem uma abordagem da difusão dos estudos de segregação, sobretudo a partir da década de 70 do século XX, convocando os contributos (e a crítica) das academias europeia, com destaque para as da Europa do Sul e América Latina. Posicionam depois o debate sobre segregação no âmbito das transformações urbanas atualmente em curso, que incluem processos de regeneração e gentrificação associados a novas formas de planeamento e de valorização do imobiliário que conduzem à fragmentação da cidade. Isto conduz ao debate sobre a questões da microsegregação no quadro da cidade fragmentada e das perdas de interação social e de coesão que tal pode implicar, mesmo que a segregação clássica, de carácter étnico ou de classe, diminua.

Em continuidade, Teresa Barata Salgueiro no capítulo sobre “Fragmentação Urbana”, retoma as suas reflexões sobre este conceito, começando por contextualizar as mudanças na organização urbana e nas dinâmicas socio-espaciais evidenciadas espacialmente através do policentrismo e da própria fragmentação, em especial a partir da última década do século XX. Para além da compreensão da fragmentação enquanto tendência para as multiplicidades de formas espaciais e grupos sociais diferentes, mas com contiguidade espacial, o texto percorre sobre três dimensões da fragmentação a espacial, a social e a institucional. Como remate e diálogo com o capítulo quatro, a autora pontua aqueles que são os elementos de contato e as diferenças essenciais entre fragmentação e segregação, conceitos estruturais para a compreensão do espaço urbano.

No seguimento, Katielle Silva e André Carmo, no capítulo “(In)Justiça Espacial e Capital Espacial”, procuram, no âmbito do pensamento espacial crítico, por um lado, reforçar a relevância da dimensão espacial para a leitura da (in)justiça na cidade e, por outro, do espaço como uma forma de capital, logo detentor de atributos que podem ser mobilizados por sujeitos “informados”, promovendo ou não (in)justiça espacial. Enquanto o conceito de (in)justiça espacial é abordado do ponto de vista do racional teórico, passando pelos contributos de pensadores, em especial, da ciência geográfica, no âmbito do conceito de capital espacial os autores avançam para a sua operacionalização, tendo como base empírica a organização espacial dos serviços de urgência público e privado, na Área Metropolitana de Lisboa.

Os “Reestruturação urbana: novos papéis e funções das cidades médias”, de Mariana Rabelo Valença, dá continuidade e remata às abordagens mais abrangentes e discute a te-mática das cidades médias, focalizando o debate sobre a sua centralidade e o seu papel de intermediação na rede urbana. Isto é sustentado pelas mudanças na natureza das relações entre os diferentes espaços, nas diferentes escalas e na produção do espaço. A terceirização, a urbanização, a globalização, as repercussões da reestruturação produtiva na rede urbana brasileira são também matérias de discussão. Neste bojo, a autora procura evidenciar a importância dos papéis e funções das cidades médias na articulação de escalas na rede urbana, extrapolando contiguidades territoriais, alcançando interações multiescalares, através do favorecimento de uma maior densidade técnico-científica do território.

Refletindo sobre a urbanização como totalidade de um “processo concreto pensado”

Edvânia Torres Aguiar Gomes

Universidade Federal de Pernambuco

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Universidade Federal Rural de Pernambuco

“O conhecimento é tanto mais verdadeiro enquanto ele conseguir captar, por meio de categorias analíticas, o movimento, as determinações, os modos de ser dos processos analisados, bem como a lógica do movimento de constituição dos processos, que se expressam na consciência do sujeito e se constituem no “concreto pensado” (MARX, K., 1983: 219)

A urbanização é um tema recorrente e muito caro na análise geográfica, com conceitos pré-estabelecidos e consolidados. Contudo, a reflexão sobre o mundo e sua dinâmica deve ser um esforço permanente, a fim de se reverem conteúdos e processos espaciais que se reconfiguram assim como a própria sociedade. Neste sentido, este artigo busca trazer uma reflexão ontológica sobre a urbanização como totalidade de um “processo concreto pensado” (Marx, 1983).

Os interesses que marcam o mundo cada vez mais interconectado e glorificado pelas redes de globalização vêm gerando veloz, tecnológica e intensificadamente espaços perversamente descosturados em suas essências humanistas. Contraditoriamente à globalização, o tecido social se encontra cada vez mais frouxo e sob pressão ampliada da hegemonia liberal e da lógica de mercado.

Atravessando diferentes marcos históricos, alguns denominados de revolução, constata-se a ampliação de desigualdades socioeconômicas e espaciais, integrando um mundo que busca subordinar e/ou exterminar (sutilmente ou não, através de estratégias sucessivas), objetos, pessoas, práticas e modos de vida diferentes ou que não se enquadrem nos modelos

de homogeneização de padrões e estruturas socioeconômicas elegidas a cada momento ou marco histórico da sociedade, em especial a ocidental.

A periodização sugerida por Milton Santos, em uma tentativa de sistematização dos marcos históricos do desenvolvimento no período moderno, aponta os destaques: i) comércio (século xv) ii) manufatura (1620-1750); iii) revolução industrial (1750-1870); iv) industrial (1870-1945) e; o v) tecnológico pós 1945 até hoje). (Santos, 2004: 23).

A artificialização do espaço é evidenciada por Milton Santos, quando ele afirma que “O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (Santos, 2004: 38). Essa transformação do espaço pela sociedade, em um ritmo cada vez mais veloz e em um processo produtivo fragmentado, provoca estranhamento e alienação, o que dificulta a compreensão da totalidade e dos sentidos de apropriação do espaço na escala do lugar.

A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, firmas e instituições. Na atualidade, mais que em qualquer outro momento histórico, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida em sociedade. “O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização”. Com afirmava Milton Santos:

Há uma idade científica das técnicas, a data que num laboratório elas são concebidas. Mas isso pode ter importância para a história da ciência. E, ao lado dessa idade científica, há uma idade propriamente histórica, a data em que na história concreta, essa técnica se incorpora à vida duma sociedade” (Santos, 2004:47).

Os direitos de propriedade privada e a garantia da extração de lucros são absolutizados, se sobrepondo a qualquer outra forma de direito, inclusive o direito à vida na cidade, rompendo pactos do humanismo e de solidariedade.

Essas contradições que caracterizam os espaços concretos de reprodução da vida exigem, para sua compreensão, a recuperação do estatuto ontológico do conhecimento e particularmente da forma como esse conhecimento foi sendo construído e repercute no modo de ser e existir nesses espaços impactando nas relações dos humanos entre si e nas relações estabelecidas para o que não é humano.

Faz-se necessário o esforço de se refletir à luz do valor lógico da totalidade como categoria fundamental no processo de produção dialético do

conhecimento. Daí a reivindicação de revisitar o estatuto ontológico do conhecimento e, particularmente do espaço que estamos a produzir na perspectiva da cidade, do urbanismo e da urbanização.

Contributos para uma reflexão ontológica do conhecimento

Parte-se da certeza que qualquer esforço de interpretação teórica do mundo que não considere esse movimento de realizar essa tríade da singularidade, particularidade e totalidade, na perspectiva dialética, se converte em um amontoado desarticulado de fatos, informações e elementos fragmentados, marcados pela incoerência com conteúdos estilhaçados.

Sossegar com a análise da realidade partida através da aparência, em um universo tão marcado pela imagem e representação, induz a subsunção da essência dos fenômenos. Como a história se realiza na totalidade e na unicidade deve atentar para o fato de que “o real, implicando num movimento, processo comum de estrutura, forma e função, é uma totalidade sincrética e dialética. Seu estudo requer o conhecimento de estrutura componentes que o reproduzem quer simultaneamente quer separadamente” (Santos, 2001, p. 58).

As análises e intervenções à superfície de caleidoscópios multifacetados restritos a si mesmos, - enquanto representação e sem tocar fundo na realidade, impossibilitam a geração concreta de produção de conhecimentos que rompam a aparência e se dirijam à realização do sentido da existência do humano em todas as relações estabelecidas nesse mundo.

Essa superficialidade na análise, se bem que justificada por alguns métodos científicos de pesquisa, está bem alinhada e coerente ao tempo rápido e produtivista, - tempo comprimido para o David Harvey (2007) -, que ameaça diuturnamente o conhecimento e o bem-estar do mundo, no caso das relações dos homens entre si e desses para com a natureza em suas diferentes expressões.

Parte-se do entendimento que a pesquisa é uma mediação privilegiada na relação entre conhecimento e realidade, resultando em conhecimento sempre provisório, parcial histórico, ou seja relativo a um tempo e espaço sociocultural e historicamente determinado. Assim sendo, pesquisar sobre o conhecimento e o espaço requer esse cuidado na mediação do seu realizador, frente aos riscos das armadilhas.

Situar o analisado no pensamento concreto requer esforço e empenho. Afinal, toda realidade carrega forças que se confrontam a todo o momento. A contradição é o princípio básico do movimento de constituição da própria realidade (Konder, 1983: 49). É no confronto destas forças em oposição na realidade (aparência/essência, mudança/permanência, imediato/mediato, velho/novo, etc) que o método dialético vai permitindo ao sujeito realizar a síntese, como um movimento de apreensão do real por meio da luta dos opostos. Dessa forma, os vetores entram em contradição, e aí a realidade se coloca tanto como possibilidades quanto como restrição de possibilidades.

É necessário refletir acerca do conhecimento sobre esse mundo e as coisas nele produzidas, reproduzidas e/ou herdadas. Na atualidade, mais que em qualquer outro momento histórico, as conquistas realizadas no que se chama a revolução do conhecimento 5.0 ao lado do que se sistematiza com os alcances da revolução 4.0 são reverenciadas. A Inteligência Artificial vem sendo saudada com um caráter de excepcionalidade como se toda a apropriação do conhecimento tivesse sido armazenado sob a forma de algoritmos e se inserisse na infinidade de combinações possíveis.

O conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. O conhecimento resultante dos procedimentos da razão vai além da apreensão da imediatez da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a refiguração no nível do pensamento, do seu movimento. O fenômeno é (apenas e necessariamente) o ponto de partida do conhecimento. Neste nível, o conhecimento se organiza mediante categorias analíticas. (Guerra, 2009: 707).

Os interesses que marcam as formas de apropriação do espaço ao longo do tempo, seja de forma planejada ou não, terminam sendo justificados pela institucionalidade e pelo esforço de representação hegemônica de mundo, sugerindo espaços como “mosaicos” em especial na perspectiva do urbanismo.

Nesse sentido, alguns fatores significantes como elementos populacionais, densidades e compactação da ocupação, o local e a natureza da atividade econômica, a renda, as características socioeconômicas, status social, hábitos, valores da terra, condições estéticas, surgem como “barreiras” a separarem aqueles e aquilo que são diferentes. Esse processo seletivo sugere que as necessidades e modos de vida de agrupamentos

sociais dentro de extensões contíguas fisicamente sejam incompatíveis e até mesmo antagônicos.

Trata-se de buscar fugir da comodidade de se restringir tautologicamente ao que sugere um ou outro estilhaço ou fragmento do todo. Como se na contemporaneidade os elementos, objetos e pessoas, ou seja, tudo, já não estivesse intencionalmente ou não, imbricado.

Por outro lado, só apontar o modo de produção para entender essa complexidade não permite alcançar as singularidades. É necessário se aprofundar o estudo da formação socioespacial do recorte a ser analisado para entender a sua história e o presente nas suas determinações, quer seja uma região ou um país. Afinal, cada atividade é uma manifestação de fenômeno social total, e seu efetivo valor somente é dado pelo local em que se manifesta, juntamente com outras atividades (Santos, 2004: 107).

É sabido que em “cada momento histórico, cada elemento muda o seu papel e posição no sistema temporal e no sistema espacial, e a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado de sua relação com os demais elementos de todo” (Santos, 2001, p.9).

A história revela que a realidade supera as tentativas de seu esgotamento em termos sistemáticos, daí a necessidade da análise processual, contextual, dialética e histórica oferecer mais elementos de aproximação.

Processo de urbanização enquanto totalidade

É nessa perspectiva que se busca neste texto refletir sobre a Urbanização e o cotidiano da cidade, tendo como preocupação central dialogar de forma interescalar espaço e tempo na tríade do singular, particular e da totalidade, conforme trabalhado por Lukács (2018) e seus interpretes.

O urbanismo não pode ser confundido como urbanização, visto que este não é o processo, mas sim disciplina científica, imbuída de técnicas e método. Donatella Calabi, em sua análise sobre o urbanismo europeu, traz uma importante reflexão, e define o urbanismo como “uma disciplina cuja finalidade é o controle do crescimento e das transformações espaciais dos assentamentos urbanos com pretensões científicas e globalizantes”. (CALABI, 2012: 21).

Já a urbanização pode ser compreendida como processo de extensão das forças produtivas e criatividades desenvolvidas nos espaços das cidades, principalmente embora não exclusivamente, para além da sua frontei-

ras físicas, legais, demográficas e urbanas. A urbanização representa um processo cuja extensão dos fatores e desenvolvimento de necessidades e busca de satisfação por atendê-las transcendem e (des)exclusivizam a cidade na dimensão física e demográfica, absorvendo as suas singularidades e particularidades, sempre dentro de uma totalidade.

Na busca de se compreender a urbanização como processo é preciso identificar seus conteúdos e sua dinâmica espaço-temporal. Por um lado, trata-se de abordar as estruturas sociais relativas a um contexto cultural e histórico dado, que se transformam e permanecem em coexistências, e, por outro lado, de identificar as instituições que respondem a determinadas necessidades reveladas através de observações sobre as aparências de comportamentos, determinadas relações entre a sociedade em si e delas para com o meio, estimuladas por motivações herdadas e ou criadas (Lauwe, 1967).

A transformação das atividades e modos de relação estabelecidos nos territórios dos espaços, com ênfase na relação das sociedades entre e si e dessas com as formas de expressão da natureza, e suas consequentes modificações e ramificações, solicitam a nossa atenção, de forma paciente e contextualizada com o conjunto de adventos e coexistências.

As cidades sempre existiram mesmo antes da industrialização; dessa forma, esses aglomerados em suas densidades e concentrações no número de habitantes já eram objeto de atenção, conforme tratado por Aristóteles no livro *A Política*, ao afirmar que existe um limiar a partir do qual se inviabiliza o convívio, afetando as relações entre os habitantes e o caráter da cidade. É fato que o crescimento das cidades e a urbanização do mundo é uma marca das mais notáveis dos tempos modernos, embora a gênese dos aglomerados humanos remeta a pelo menos 10.000 AC. E o seu processo não está concluído, esgotado para ser inserido em uma pseudo idade pós-moderna.

De acordo com Harvey, “As cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de produção de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado, costuma permanecer nas mãos de poucos.(...)” (Harvey, 2014: 30).

O exame dessa questão é um pré-requisito indispensável para a compreensão e o possível domínio de alguns dos problemas contemporâneos mais cruciais da vida social, pois provavelmente fornecerá elementos im-

portantes para a compreensão das alterações que se processam na natureza humana e na ordem social. Afinal, a urbanização como fato é um todo constituído de partes, leis e relações conectadas entre si e em movimento tensionado pela desarticulação e fragmentação que dificulta a compreensão da totalidade.

Os níveis de industrialização atingidos, a especialização crescente nos seus domínios e os papéis induzidos na divisão internacional do trabalho na globalização assistida, em paralelo a transformações acirradas no mundo do trabalho, têm conduzido à crescente, perversa e proliferada busca de alternativas de sobrevivência que se projetam nos espaços concretos, gerando tendências acentuadas de caráter segmentário e feições utilitaristas nas relações das pessoas entre si, na sociedade, e destas para com a natureza. É no espaço urbano das cidades que essa situação atinge magnitude e especificidade ao mesmo tempo que demanda um esforço de desvendamento. “É a ação que une o universal e o particular. Levando o universal ao lugar, cria-se a particularidade. E essa sobrevive como particular ao movimento do todo, para ser ultrapassado pelos novos movimentos” (Santos, 2004: 99).

Enquanto processo, a urbanização não se dá concomitantemente em todos os territórios e em todas as partes na perspectiva histórica. A técnica e a tecnologia não são apropriadas simultaneamente (quase), e não integram (funcionalmente) espaços e sociedades em diferentes estágios de realização e produção da vida, mesmo na escala da globalização.

Os objetos e processos decorrentes da técnica e da tecnologia, não obstante sua capilaridade, não são hegemônicos e plenamente acessíveis ou apropriados na escala da vida. Resulta que o seu consumo e apropriação necessariamente não repercutem em melhor nível de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Sobremaneira se constata que na maioria das vezes reforça desigualdades e aprimora quadros perversos nas relações entre os homens e desses para com a natureza. De acordo com Milton Santos e Maria Laura Silveira, “com a instalação de um número cada vez maior de pessoas em um número cada vez menor de lugares, a urbanização significa ao mesmo tempo uma maior divisão do trabalho e uma imobilização relativa e é, também, um resultado da fluidez aumentada do território”. (Santos & Silveira, 2001: 21).

Identifica-se que quando as informações acerca dos espaços estão disponibilizadas em suas diferentes plataformas, elas já se configuram como uma realidade definida, institucionalizada e reconhecida pelo Estado, mes-

mo que não se materialize. Isto dificulta aproximações com as expectativas e necessidades dos grupos sociais diretamente afetados por essas decisões hegemônicas, interferindo diretamente na apropriação e produção deste espaço, principalmente no que tange a reprodução da vida, em especial na vida das pessoas de renda mais baixa.

Não raras vezes estes metadiscursos estão recheados de distopias e definem as ações no processo de urbanização (Gomes e Albuquerque, 2023), em múltiplas escalas, reconfigurando cidades a partir dos interesses do capital e suas crises, como atualmente a vigente crise climática que clama por cidades sustentáveis.

Essa relação de produção e consumo na esfera do capitalismo só se aguça, visto que o mesmo prospera a partir do lucro ou seja da mais-valia. E para que isso ocorra tem que haver excedente de produção. Essa busca alimenta a urbanização e é por ela alimentada. Ou seja, a urbanização também exige o excedente que mobiliza o capitalismo na produção de excedentes. Dessa forma, em um mundo cada vez mais globalizado, se entende porque cresce de forma exponencial a logística na intermediação dos processos de mobilidade dos objetos e das pessoas no capitalismo e a expansão da urbanização para a produção e consumo dos excedentes gerados e estimulados.

A urbanização se converte em um meio indispensável para absorver o excedentes de capital e também na dinâmica do trabalho, ao mesmo tempo em que guarda especificidade geográfica tal que a produção de espaço e dos monopólios espaciais torna-se parte integrante da dinâmica de acumulação (Harvey, 2014: 92).

Nesse âmbito da urbanização, o urbanismo como conjunto de práticas relativas à transformação do território (Calabi, 2012), oferta elementos empíricos que podem revelar o imbricamento dessa dinâmica de acumulação e especificidade geográfica. É possível destacar, pelo menos três evidências sob as quais esses elementos se assentam: i) espaço enquanto estrutura física que dá suporte à população, tecnologia e o meio ecológico; ii) estrutura e organização social específica, suportadas por instituições sociais que pautam esse sistema e determinam relações sociais próprias; e iii) conjunto de ideias, posturas e formas de controle social que tentam hegemonicamente firmar comportamentos, idealizando mecanismos de reforço desses controles definidos por uma constelação de poder instituído pelas classes dominantes, principalmente, e reconhecido pelo Estado.

A realidade tem subvertido a convenção do desenho do urbano restrito e diferenciado do modo de vida rural. A práxis tem esvaziado esse conceito na contemporaneidade, em especial porque a tecnologia e as relações de produção ultrapassam as fronteiras fisicamente estabelecidas entre a cidade e o campo, complexificando como nunca dantes esses territórios em seus espaços, independentemente dos continentes, e os conceitos a eles associados.

Por suposto, a realidade comporta elementos novos e velhos que convivem e oferecem possibilidades de se visualizar tendências para o futuro. Ao pesquisador cabe perceber o que tem mais força naquela luta dialética de opostos, resultando numa síntese que evidencia a subsunção de um sobre o outro. Cabe destacar que essa síntese é uma aproximação dada pelo conhecimento e historicamente contextualizada.

A análise de uma dada totalidade torna necessárias aproximações de etapa por etapa, cobrindo, revelando e completando cada conceito, cada conexão, cada relação e cada categoria, desde o nível mais abstrato ao mais complexo e concreto. É importante destacar que ademais desse processo conectivo da totalidade através de suas partes compreendidas segundo etapas, está presente de forma decisiva a contradição nas conexões da totalidade. Esse processo atravessando essas escalas do abstrato até o concreto, das partes até à totalidade corresponde à transversalidade conectiva. E essa transversalidade não é alcançada capturando, tal qual uma listagem todos os elementos, de forma sistemática como uma “bula” ou fórmula.

A urbanização como processo concreto pensado

A teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto. Esta reprodução, porém, não é uma espécie de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si. Se assim fosse, o papel do sujeito que pesquisa, no processo do conhecimento, seria meramente passivo. Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada do objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação”. (Netto, 2009: 675).

Faz-se necessário o convite a refletir e atuar sobre o resgate da complexa relação dialética do ser social com a natureza e o espaço na temporalidade. Tal afirmativa envolve os sujeitos na história como processo não teleológico em si mesmo, mas sim como resultante de múltiplas posturas teleológicas dos seres humanos. É fundamental ratificar que é no interior das sociedades que a vida se desenvolve, determinada por alternativas de escolhas que se tornam mais complexas a partir das inter-relações de técnicas, tecnologias, culturas e interesses por apropriações, de inegável significação social.

Utilizando território como a categoria geográfica seminal na análise do espaço, Milton Santos atenta para a importância de se verificar e analisar a engenharia e a consolidação de seus produtos no conjunto de arcabouço voltados para a singularidade e particularidade do espaço, quanto ao aumento da eficácia, a divisão e a especialização do trabalho e dos lugares: i) as técnicas que se tornaram territórios, incorporadas ao solo (tais como: ferrovias, hidrelétricas, telecomunicações); ii) os objetos técnicos ligados à produção (veículos, implementos); e, iii) insumos técnicos e científicos (sementes, adubos, propaganda, consultoria), principalmente (SANTOS, 2004).

É através do trabalho que se realizam essas inter-relações, conexões, processos e objetividades que na dimensão objetiva e subjetiva representam uma resposta qualitativamente e quantitativamente nova, inclusive com respeito aos processos naturais. As novas situações resultantes desse trabalho realizado no interior de uma sociedade possuem uma dimensão social. Essas situações geradas estão sempre em movimento, em constantes relações marcadas pela particularidade de cada meio que cerca a sociedade de onde se realizam. Essas novas situações em movimento resultam de buscas ininterruptas de aproveitamento da relação imediata entre necessidades, algumas herdadas e outras projetadas, e os meios para satisfazê-las.

Os seres humanos exteriorizam vontades criadoras para construir o meio no qual desenvolvem suas existências. E é nas cidades, vilas, metrópoles que se impõe o desafio da aproximação com as distintas formas de natureza herdada ou socialmente construída.

As relações das sociedades com as ofertas da materialidade de seus entornos e com as representações que elas mesmas fazem de seus entornos, incidem nos registros da chave histórica que marcarão a existência dos seres na natureza e da natureza presentes nos seres.

Os processos de produção e sistemas de relações devem ser refletidos através de suas diferentes concepções para fornecer elementos sobre o que se preserva, o que se transforma, o que se identifica como obsoleto, mediados por processos de destruição e substituição.

A necessidade de acumulação do capital leva a uma franca expansão geográfica da sociedade capitalista, conduzida pelo capital produtivo. Isto exige um contínuo investimento de capital na criação de um ambiente construído para a produção. Estradas, ferrovias, fábricas, campos, oficinas, armazéns, cais, encanamentos, canais, usinas de energia, depósitos para o lixo industrial — a lista é infinita. Estas e outras infinitas infraestruturas são as formas geograficamente imobilizadas-de capital fixo, tão fundamentais ao progresso da acumulação (Smith, 1988: 175).

As problematizações sobre a realidade social exigem a construção de posturas teórico-metodológicas. Caracterizar, apreender, interpretar e representar processos de produção e sistemas de relações de ou reprodução social demanda aproximações multiescalar e transescalar, assim como interdisciplinar e transdisciplinar, quando a perspectiva que se acolhe é a das coexistências nas sociedades.

A apreensão do sujeito pesquisador em cada momento de peculiaridade histórica da realidade, na perspectiva dialética, demanda um controle crítico e autocrítico, e o exercício de modéstia por saber que a realidade vai além de sua capacidade de apreendê-la.

Aí reside o papel atento e responsável do investigador e a busca ontológica do conhecimento. Como afirma Santos:

Quando a ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade. Trata-se de um saber instrumentalizado, onde a metodologia substitui o método. Um saber comprometido com interesses e institucionalizado em função de conhecimentos estritamente delimitados acaba por sofrer uma fragmentação cujo resultado é, não a autonomia desejável das disciplinas científicas, mas a sua separação (Santos, 1988:5).

As primeiras aproximações desde o singular e o particular em vista da totalidade para analisar a urbanização como concreto, têm que se debruçar sobre o estudo das técnicas como conhecimento produzido, funcionando em sistemas. Aí é possível entender o espaço desde que se atente para o papel das formas geográficas materiais e as formas com respectivos papéis

sociais, jurídicos e políticos. Tendo por princípio que esses espaços contém muitas informações, com a tese dos contraditórios, já mencionados, cheios/vazios, aparências/essências, abundância/escassez, dentre outros.

É indispensável entender as dimensões relativas à formação econômica e social, aos sistemas de movimentos de homens, capitais, produtos, mercadorias, serviços, logística; e a fluidez desses nos recortes estudados.

Nesse contexto, é possível identificar a ideologia no processo de produção desses espaços. Entendendo que, segundo Poulantzas...

[...] a ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de ideias ou de representações. Compreende também uma série de práticas materiais extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas. (Poulantzas, 2000: 27).

A urbanização como processo concreto pensado remete ao empírico como aproximação da singularidade daquilo que está posto no meio ecológico - que corresponde a base física do espaço-, sobre o qual e através do qual se incidem as ações dos homens através da suas expressões de trabalho, criando novos meios a partir do que já existia.

Esse meio ecológico está saturado de história, em especial dos interesses em dele extrair através do conhecimento (técnicas), interesses (grupos dominantes), ideologias (religiosas, mercantis, culturais, por exemplo), em cada período da humanidade, os valores para atendimento de necessidades existentes ou criadas.

Dessa forma, desde o universal, alguns ditos recursos ou riquezas, ou valores estéticos assumem a primazia e definem padrões a serem considerados no processo de urbanização. Muitas vezes inspirando modelos e realçando elementos e relações da sociedade entre si e dessas para com os elementos que não são humanos a serem preservados, protegidos ou que devem ser explorados.

Particularmente no Brasil, constata-se alguns desafios herdados das ações e conteúdos urbanos dos séculos precedidos com as inovações postas pelas diferentes formas de cultura e, principalmente, nas suas relações para com os avanços da industrialização e o esforço de supremacia da materialização, a qualquer custo, do pensamento único pelas vias cada vez mais sofisticadas do sistema capitalista.

A cultura é a senha prestigiosa, a nova grife do mundo fashion urbano. É em seu nome que afluem os planos estratégicos que garantam novos

aportes de capital através do empresarismo urbano em que se transformaram os planos que visam reforçar a seletividade espacial e o controle das territorialidades urbanas.

Especialmente nas áreas centrais das capitais são montados projetos estratégicos de revitalização, requalificação, reabilitação, reciclagem. Enfim, se escamoteia o real interesse em trazer de volta aos bairros centrais das cidades as populações com maior poder aquisitivo, ou afluentes.

A expressão material desses fenômenos é marcada por um incessante processo de rearranjos no meio ecológico de diferentes configurações sociais, para atender agendas e protocolos internacionais, elegendo ou sacrificando monumentos, áreas verdes, canalizando rios e aterrando áreas, desalojando seletivamente grupos e classes sociais, em nome da estética e dos investimentos de grandes grupos econômicos imobiliários.

Essa materialidade socioespacial é regulada pela inapreensível velocidade do tempo dado, cada vez mais simultâneo, para poucos segmentos sociais de cada cultura e, cada vez mais anacrônico para muitos desses segmentos. A convivência diacrônica desse processo por cada segmento repousa em práticas de exclusão, parcial ou total, consciente por opção, consciente por exclusão, configurando conjuntos de interesses contraditórios e ações que coexistem na teia engendrada pelo sistema vigente (ou dentro de seus recortes temáticos), da qual não é possível fugir. Nesse sentido, dificilmente não há tangenciamento sequer desse tempo e das consequências dele em sua velocidade, e mais, em sua materialidade.

O reconhecido imbricamento dos problemas urbanos nas distintas escalas espaciais e planos de interesse vem impulsionando a criação de redes e movimento sob a forma de fóruns e coletivos para somar inteligências para atenuar políticas de planos que reforcem a desigualdade, que realizem paulatinamente o processo de acumulação por despossessão, em especial nas áreas de interesse e especulação imobiliárias. Não obstante, o diacronismo segue, e as formas de resistência avançam, com parcas conquistas, mas dando voz aos “invisíveis nesses planos e projetos”.

Não há receita prévia para enfrentamento desses novos velhos desafios. Por outro lado, é constatável o encaminhamento de respostas em bases hegemônicas como se as essências desses problemas fossem iguais. Isso decorre de uma visão de mundo histórico na perspectiva linear, de um lado, e do outro da submissão ao espaço de acumulação como se a partir dele fosse paulatinamente extinto o espaço da probabilidade de ser genuíno ou de ter características do espaço absoluto. São muitas as táticas e cada

vez mais criativas para resistir ao velho revestido de novas nomenclaturas no âmbito da urbanização, visto que o urbanismo visado ou os planos elaborados não guardam a mínima consideração sobre o concreto pensado.

Com isso, reitera-se aqui o esforço de se refletir ontologicamente, por meio de categorias analíticas, sobre a urbanização, tomando por base a materialidade, as determinações, os processos, os movimentos e a dialética das suas contradições da produção do espaço, à luz do valor lógico da totalidade, e suas múltiplas escalas.

Referências

- Calabi, D. (2015) História do urbanismo europeu. São Paulo: Perspectiva.
- Gomes, E; Albuquerque, M. Recife despedaçado: Distopias Urbanas e Espaços de Resistência Metropolitanos. Recife: EDUFPE.
- Guerra, Y. (2009) A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS & ABEPSS. Serviço Social. Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CEAD/UnB/CFESS/ ABEPSS.
- Harvey, David. (2007) Condição pós-moderna. São Paulo: Ed. Loyola.
- Harvey, David. (2014) Cidades Rebeldes: do direito a cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes.
- Konder, Leandro. (1967) O que é dialética. São Paulo: Brasiliense.
- Lauwe, Paul. A organização social no meio urbano. In: Velho, Otávio. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro.
- Lukács, Georg. (2018) Para uma ontologia do ser social. Maceió: Coletivo Veredas.
- Marx, K. (1983) Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes.
- Netto, José Paulo. (2009) Introdução ao método da teoria social. In: CFESS & ABEPSS. Serviço Social. Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CEAD/UnB/CFESS/ ABEPSS.
- Poulantzas, Nicos. (2000) O Estado, o poder, o socialismo. São Paulo: Paz e Terra.
- Santos, Milton. (2004) A Natureza do Espaço. São Paulo: EDUSP.
- Santos, Milton. (1988) Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec.
- Santos, Milton. (2001) Espaço e Método. São Paulo: Edusp.
- Santos, Milton; SILVEIRA, M. L. (2001) Território e Sociedade. Rio de Janeiro: Record.
- Smith, Neil. (1988) Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.

A gentrificação na evolução do pensamento geográfico: algumas notas epistemológicas

Luís Mendes

Universidade de Lisboa

Introdução

Este ensaio baseia-se na discussão e reflexão sobre as questões conceptuais e teórico-metodológicas inerentes ao estudo da gentrificação e da sua interligação com diversos paradigmas da evolução do pensamento geográfico. Portanto, vamos procurar interpretar e discutir este tema da geografia urbana à luz da contribuição de vários autores, dentro do quadro geral de posições normativas, metodológicas e conceptuais dos vários paradigmas que explicam a realidade social e espacial no âmbito da Epistemologia da Geografia e da Filosofia da Ciência em geral.

O ensaio encontra-se estruturado em quatro partes essenciais. A primeira concentra a preocupação central do presente texto que é a de problematizar a definição conceptual de gentrificação, a partir de uma abundante literatura científica que versa precisamente sobre esta questão, ainda que na atualidade o núcleo central das características do processo e das suas causas (blocos explicativos) seja relativamente consensual entre a comunidade científica nacional e internacional. Uma segunda parte centra-se na discussão da emergência da gentrificação como processo de mudança urbana do último quartel do século XX que expõe em termos teóricos e metodológicos as limitações e contradições do paradigma determinista da Escola Ecológica de Chicago. Uma terceira parte explicará como o paradigma marxista da Geografia se repercutiu na conceptualização e metodologia que diversos autores utilizam (nomeadamente, Neil Smith), desde o final da década de 1970 até ao presente, para o desenvolvimento do mais importante bloco explicativo no estudo da gentrificação. A proposta é compreender e analisar o modo como a gentrificação é um processo de reestruturação urbana e de lutas de classe, um produto social de um modo específico de produção, marcado pela reestruturação económica que é característica do capitalismo tardio e avançado, particularmente

condicionado por um regime de acumulação de capital mais flexível, que lhe é subsidiário.

Uma quarta e última parte que designamos por “geografias pós-modernas da gentrificação” e que explora a “crise do marxismo” na explicação do processo, à luz de transformações económicas, sociais e culturais acarretadas pela emergência de uma condição urbana pós-moderna que alterou, por via das identidades das chamadas novas classes médias, o perfil da procura de habitação na cidade centro.

O conceito de gentrificação: uma palavra suja nos estudos urbanos

Por convenção científica e desde há cerca de meio século, o conceito de gentrificação tem vindo a designar um processo de recomposição (e substituição) social verificado em meio urbano, ligado muitas vezes a ações de reabilitação urbana das habitações nos centros antigos das cidades. Isto mediante investimentos, quer públicos, quer privados. Por definição, a gentrificação passou, assim, a designar o movimento de chegada de grupos de estatuto socioeconómico mais elevado, geralmente jovens e de classe média, a áreas centrais desvalorizadas, desinvestidas e abandonadas da cidade. O efeito é que essas áreas se tornam social, económica e ambientalmente valorizadas, sofrendo um processo de *filtering up*. É um processo de mudança socio-espacial, onde a reabilitação de imóveis residenciais situados em bairros da classe trabalhadora ou de *gênese popular/tradicional*, atrai a fixação de novos moradores relativamente endinheirados, levando ao desalojamento de ex-residentes que não podem mais pagar o aumento dos custos de habitação que acompanham a regeneração urbana entretanto encetada. Por conseguinte, é um processo pelo qual os bairros pobres e de classe trabalhadora na cidade centro são requalificados, através da entrada de fluxos de capital privado e de proprietários e inquilinos da classe média e média-alta¹.

Na verdade, a partir da teoria crítica percebemos que se trata de um processo de aburguesamento de bairros históricos, ou seja, uma acentuação da conotação residencial alto-burguesa. A gentrificação é sempre um

¹ Para aprofundar a discussão do conceito, remetemos para toda uma ampla bibliografia internacional discutida em português em Rodrigues (1992a, 1992b, 1993, 1999 e 2010) e Mendes (2006, 2008).

fenômeno de substituição social classista e de reapropriação pela burguesia – e da própria e respectiva ideologia neoliberal e ordem simbólica subjacente – dos espaços de habitat populares das áreas antigas centrais. Tal processo implica quase sempre a expulsão dos antigos residentes, logo desalojamento e segregação residencial, culminando com um aprofundamento da divisão social do espaço urbano. Estas tendências são muito evidentes sobretudo numa extensão do conceito de gentrificação a recentes casos de grandes operações urbanísticas de renovação e regeneração, levadas a cabo por diversos agentes de produção do espaço urbano, já caracterizados por Henri Lefebvre (1974): os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, as empresas e os cidadãos.

Num esforço de revisão da literatura sobre a evolução do conceito de gentrificação, Savage e Warde (1993) defendem que para que esta ocorra no espaço urbano, tem de se dar uma coincidência de quatro processos: 1) uma reorganização da geografia social da cidade, com substituição, nas áreas urbanas centrais, de um grupo social por outro de estatuto mais elevado, implicando despejo directo ou indirecto; 2) um reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares; 3) uma transformação do ambiente construído e da paisagem urbana, com a criação de novos serviços e uma requalificação residencial que prevê importantes melhorias arquitectónicas; 4) por último, uma mudança da ordem fundiária, que, na maioria dos casos, determina a elevação dos valores fundiários e um aumento da quota das habitações em regime de propriedade, em detrimento do mercado de arrendamento.

A pesquisa tradicional sobre a gentrification produziu dois princípios que estão no cerne dos mais importantes estudos urbanos sobre este processo. Primeiro, é o princípio de que o processo evolui por uma série de fases – temporal e espacialmente – específicas à medida que avança através do espaço urbano.

O segundo princípio é o de que a sua causalidade deriva em grande parte dos fatores associados tanto às explicações do lado da oferta (teorias da produção) como das da procura (teorias do consumo). As explicações tenderam a dicotomizar-se, procurando, cada uma delas, privilegiar a supremacia de uma esfera em relação à outra no estudo do processo de gentrification.

As primeiras teorias, de influência marcadamente marxista, procuraram enfatizar a importância do capital e dos diversos agentes institucionais (Estado, Poder Local, Bancos e outras instituições financeiras) no proces-

so de reestruturação do espaço urbano, enquanto as segundas privilegiaram a esfera do consumo relativamente à da produção, no mercado da habitação e do solo urbano. De forma sucinta, as teorias que sustentam a primazia da produção fazem derivar o processo de gentrificação do movimento e circulação de capital nas áreas urbanas, procurando explicar este processo através da desvalorização que sofre o solo urbano, face ao rendimento que um novo investimento poderia ter. A existência de devolutos são uma oportunidade de negócio imobiliário importante e muito atrativa para promotores e empresários da indústria da construção civil e do ramo imobiliário, bem como investidores. Estas teorias são sobretudo encabeçadas pelos trabalhos dos anos 70 e 80 do século XX elaborados por Neil Smith e David Harvey.

Por seu turno, as teorias que privilegiam o consumo entendem a gentrificação como consequência direta das mudanças verificadas na estrutura demográfica e social da população e no estilo de vida de certos setores da classe média, assentes nos valores e padrões de consumo a ele associados, a partir do fenómeno da desindustrialização e terciarização que afectou as sociedades modernas no último quartel do século XX. Defendem que estas mudanças socioprofissionais se enquadram na emergência de uma condição urbana pós-moderna, cujos indícios e manifestações são difíceis de ignorar, como demonstram os trabalhos Chris Hamnett, David Ley e Tim Butler. A estetização da vida social e a cultura de consumo são os dois conceitos mais importantes desta teoria explicativa.

Gentrificação e contradições do paradigma determinista da Escola Ecológica de Chicago

A Escola Ecológica de Chicago (EEC) surgiu nos Estados Unidos da América, na década de 1910, por iniciativa de sociólogos americanos que integravam o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago e correspondeu ao primeiro impulso para surgimento e afirmação da sociologia urbana como filão das ciências sociais, com repercussão profunda na geografia urbana. A EEC acreditava que a implantação dos principais aglomerados urbanos e a morfologia social presente na distribuição dos principais bairros nas cidades eram determinadas pelos mesmos princípios e conceitos importados da biologia evolucionista, pelo que a acção e a deslocação no território das diversas populações, por

exemplo, eram interpretadas à luz de conceitos como luta pela sobrevivência, conflito e selecção natural (ecologia humana).

Os ecologistas urbanos sustentam que o crescimento urbano pode ser descrito e compreendido em termos similares ao descrito pela perspectiva ecológica acima referida, salvo que, ao invés de se estudarem espécies de fauna e flora, o foco dá-se agora sobre categorias sociais dos indivíduos que diferem no que diz respeito a características como etnia, classe social e raça. Portanto, as cidades ordenam-se em “áreas naturais” através de processos de competição, invasão e sucessão, como os que têm lugar na ecologia biológica. Estas “áreas naturais”, não planificadas, totalmente orgânicas, derivam de processos selectivos gerados entre os vários grupos sociais e correspondem as áreas urbanas nas quais somente os indivíduos mais apropriados se adaptam, salientam e afirmam por domínio sobre os restantes. Nestas áreas, verifica-se, segundo esta interpretação, a repetição periódica de fenómenos de invasão (por exemplo, em períodos de vagas migratórias) e de sucessão, envolvendo deslocação e mobilidade residencial (Berry e Kasarda, 1977).

Especificamente no caso do modelo de Burgess (1925), as analogias construídas entre a ecologia urbana e a ecologia biológica incluíam: invasão de áreas naturais por grupos em competição; competição entre invasores e invadidos; domínio dos invasores, provocando a sucessão na área. O principal processo que operava no modelo era a tendência para as pessoas vivendo numa dada área invadirem e, eventualmente, se sucederem na zona exterior mais próxima. O motor para manter este sistema dinâmico era o crescimento contínuo da população urbana através da imigração para o centro.

Até aos anos 60 do século XX, a escala da segregação socio-espacial do alojamento nas metrópoles obedecia a um padrão em que as várias classes sociais surgiam arrumadas por grandes manchas homogéneas, como explicam os conhecidos modelos da EEC e da Ecologia Factorial e os respectivos padrões: radial, concêntrico e nucleado². Nas áreas urbanas,

2 Destacam-se como autores desta escola de pensamento Robert Park, Ernest Burgess e Louis Wirth, entre 1920 e 1940. Contudo, aqueles que produziram modelos de organização social do espaço urbano particularmente influentes são, de forma sintética: Burgess, que pretendia ler o crescimento urbano a partir da obediência a um esquema de círculos concêntricos, desde o mais central (o CBD, Central Business District) até às periferias dos pendulares; Hoyt, para o qual a cidade se desenvolveria preferencialmente por sectores, caracterizados por diversos usos do solo e níveis desiguais de rendimento urbano e pertença social e étnica; ou Harris e Ullman que, mais tarde, verificavam a presença de núcleos diferentes e especializados numa determinada actividade económica ou grupo étnico predominante (Mela, 1999).

os modos dominantes de mobilidade residencial produtores de filtragem (filtering) decorrem de duas formas distintas. Primeiro, por modificação no padrão de uso das habitações à medida que uma habitação ocupada por uma família com um determinado rendimento, fica disponível para ser ocupada por uma família com um nível de rendimento imediatamente inferior (filtering down, filtragem descendente), na sequência de uma quebra no valor de mercado de habitação (preço ou renda) induzida pelo abandono da família de rendimento mais elevado.

Segundo, quando a pressão é exercida a partir dos segmentos inferiores de mercado, tendendo a gerar-se uma forte competição por habitações baratas que conduz a dinâmicas de sucessão-invasão, desencadeadas pela progressiva desqualificação socio-espacial de determinadas áreas urbanas. A filtragem descreve assim o processo de ajustamento entre a oferta e a procura de habitação numa dada área urbana, podendo-se concluir que os excessos de procura ou de oferta são “filtrados” pelo mercado e repercutem-se na situação das habitações de pior qualidade ou das famílias de menor rendimento (Mela, 1999).

No entanto, podem ser-lhe feitas várias críticas legítimas, entre as quais a mais importante por parte do paradigma da geografia marxista que emergiu nos anos 70. Avancemos com duas que mais interessam para o estudo epistemológico da gentrificação. A primeira crítica reside no facto da perspectiva ecológica tender a desvalorizar a importância da acção e do planeamento consciente na organização da cidade, encarando o desenvolvimento urbano como um processo “natural”, ignorando o papel do Estado Capitalista na produção do espaço urbano. O modelo de forma urbana criado por Burgess documentava espacialmente o modo pelo qual a cidade se constituía como cenário de competição funcionalista entre grupos sociais e forças económicas, impelidos sobretudo por imperativos biológicos da natureza humana, numa perspectiva comportamental. Assim, os ciclos de evolução da estrutura interna da cidade deviam-se a analogias biológicas naturalistas e ao emprego de princípios darwinianos sociais, essencialmente do *laissez-faire*, que gerava a selecção funcional das áreas urbanas e a divisão do trabalho, em que a competição ecológica se fazia entre quantidades de “indivíduos”, ignorando o papel das classes sociais e do modo de produção capitalista na estruturação da cidade (Gottdiener, 1985).

A segunda crítica diz respeito à linearidade e funcionalidade – limitante, no ver dos autores da geografia crítica, destacando-se David Harvey (2009

[1973]) e Manuel Castells (1977) – inerente ao mecanismo de filtragem social imposto pela ecologia urbana. A verdade é que, ocasionalmente, e a partir dos anos 60, em cidades em que o stock habitacional é reduzido, sendo a oferta de propriedades baixa, e a centralidade é valorizada, as habitações degradadas e mais vetustas, contudo estruturalmente sólidas e situadas na cidade centro, são adquiridas por segmentos socioprofissionais de maior estatuto e as áreas centrais voltam a conhecer uma (re)valorização imobiliária, ocorrendo um processo de filtering up (filtragem ascendente), como é o caso da gentrificação, que contraria todos os princípios defendidos pela EEC e que esta não consegue explicar (Bradford e Kent, 1987).

A EEC ainda se manifestou numa primeira fase de estudo da gentrificação (Berry, 1985), predominando análises descritivas e isoladas sem qualquer esforço de contextualização e de enquadramento teórico do processo. Apresentando um carácter iminentemente empiricista, as investigações recaíam sobre estudos de caso que apenas focavam as transformações físicas e sociais em determinados bairros, entendendo-as como produto da acção de alguns indivíduos autónomos, não contemplando as diversas dinâmicas estruturais que a condicionam e a moldam (Gottdiener, 1985).

A gentrificação na produção social do espaço urbano: o paradigma da geografia marxista

Tornava-se evidente desde os anos 70 do século XX, a necessária análise deste fenómeno centrando-se nas esferas da produção e do consumo, visando ultrapassar as limitações da EEC para explicação do processo. As explicações tenderam a dicotomizar-se, procurando, cada uma delas, privilegiar a supremacia de uma esfera em relação à outra no estudo do processo de gentrification (Clark, 1994). Os trabalhos de influência marcadamente marxista enquadram-se na valorização de uma perspectiva de oferta e produção de produtos e ativos imobiliários, centram-se no funcionamento desigual do mercado de habitação e da sua estrutura, em função dos mecanismos fundiários e de uso do solo urbano por parte das classes sociais e de grupos económicos dominantes de produção social do espaço urbano (Banca, proprietários e promotores imobiliários, indústria da construção, Estado e Poder Central e Local). Através da mobilização de diversos princípios teórico-conceptuais críticos, empregam categorias emprestadas pelo paradigma marxista e estruturalista da geografia e da

sociologia urbanas: ciclo de capital, modo de produção, circuitos de capital, estrutura e superestrutura, luta de classes, diferencial de renda urbana, entre outros. Estes conceitos são fundamentais para construir o racional e discutir as dialéticas estabelecidas entre os fluxos espaciais de capital e como estes se materializam no ambiente construído e na paisagem urbana. Os estudos que se inserem neste paradigma focam-se nos processos de injustiça socio-espacial decorrentes da gentrificação: produção de despejos, deslocações forçadas de populações, a segregação residencial, a exclusão territorial que agrava o desenvolvimento urbano desigual e reproduz desigualdades socioespaciais, por via das vulnerabilidades e precariedades habitacionais que comporta.

O espaço é grandemente definido pela divisão espacial do trabalho como produto directo da morfologia social hierarquizada e diferenciada, e cuja reprodução se encontra vinculada ao carácter social e histórico do capitalismo na produção do espaço. Na gentrificação tem-se, com efeito, uma produção espacial que se manifesta sob as formas de apropriação, utilização e ocupação de uma dada área, num momento específico que se revela no uso, como produto da divisão social e técnica do trabalho e que, no seio do processo capitalista, produz uma morfologia espacial “fragmentada” e hierarquizada, contribuindo para um aprofundamento da divisão social do espaço urbano. Esta conclusão é válida para autores que defendem o conceito marxista de modo de produção e o inscreve na explicação que tece em torno da reestruturação do espaço urbano³.

Neil Smith (1986) insere-se indubitavelmente na escola de pensamento marxista quando procura expor e denunciar as injustiças e desigualdades sociais decorrentes das bases económicas do funcionamento do modo de produção capitalista, reforçando a ideia de que as relações socio-espaciais estruturadas pela gentrificação são reguladas pelas estruturas capitalistas e funcionam como meios de reforçar e reproduzir a riqueza e o poder da classe dominante, por via da acumulação por espoliação da classe dominante. A mediação introduzida no espaço residencial urbano pela gentrificação, enquanto estratégia residencial específica, detém uma responsabilidade grande no fabrico de determinados padrões de diferenciação social do espaço urbano que, em última análise, reforçam a segregação residencial e a fragmentação socioespacial.

³ Para mais desenvolvimentos sobre a influência da teoria marxista na evolução do pensamento geográfico ver: Quaini (1979); Peet (1975, 1998); Harvey (1981, 1984); Harvey e Scott (1989); Soja e Hadjimichalis (1979).

Este aspeto obriga-nos também a revisitar a relação dialética entre o movimento cíclico do capital e o ambiente construído na produção da gentrificação. Os teóricos da acumulação de capital explicam que os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização são a manifestação espacial do processo de acumulação de capital. Na prática, os teóricos defensores desta tese (salientando-se David Harvey e Neil Smith) ressaltam os aspetos estruturais desse processo e relacionam-nos com o desenvolvimento urbano. De motor de crescimento, a cidade tornou-se um espaço organizado para o investimento de capital. As contradições experimentadas no espaço construído são reproduzidas por causa dos passos dados para converter o capital financeiro no elo mediador entre o processo de urbanização (em todos os seus aspetos, inclusive a edificação de ambientes construídos) e as necessidades ditadas pela dinâmica subjacente do capitalismo.

Este pressuposto obriga-nos a revisitar a relação entre a produção do espaço construído e as crises no processo de acumulação de capital estudada por Harvey (1975, 1978, 1982, 1985). E Smith mobiliza esta tese para, do ponto de vista da circulação do capital, explicar que os “booms” imobiliários aliados à gentrificação coincidem com a transferência do capital do circuito primário de acumulação (a esfera produtiva) para o circuito secundário (produção do ambiente construído) em épocas de excesso de liquidez e problemas de acumulação registadas no processo produtivo. À luz deste princípio, Smith procura explicar a reestruturação do espaço urbano como um processo intimamente ligado à própria reestruturação da economia capitalista, mais precisamente, aos ciclos macroeconómicos de evolução irregular que marcam o desenvolvimento das sociedades de capitalismo avançado. Os processos de suburbanização e emergência do “rent gap” são estudados por Neil Smith (1979) como predominantemente responsáveis pela forma como a reestruturação urbana se apresenta nos dias de hoje. Isto porque o movimento de saída de capital para a periferia provoca uma alteração inversamente proporcional dos níveis de renda do solo dos próprios subúrbios e dos bairros centrais. Enquanto o valor do solo nos subúrbios aumenta significativamente com o crescimento de novas construções e infra-estruturas, e com a consequente introdução nesses espaços de uma multiplicidade de actividades, o valor fundiário dos bairros centrais, ao invés, sofre uma progressiva diminuição, sendo cada vez menor a quantidade de capital canalizado e investido na manutenção, reparação e recuperação do parque habitacional destas áreas no interior das cidades.

Deste fenómeno resultou o que Neil Smith denominou de emergência do “rent gap” nos bairros centrais – acentua-se a diferença entre a actual renda capitalizada face ao presente uso do seu solo, e a renda que potencialmente poderá a vir a ser capitalizada tendo em conta a sua localização central. É precisamente o movimento de saída de capital para os subúrbios e o conseqüente surgimento do fenómeno “rent gap” no espaço urbano central que, segundo o autor, cria maiores oportunidades económicas para a reestruturação urbana dos bairros centrais e para o investimento público e privado, na reabilitação e recuperação do seu parque habitacional. Corresponde a um fenómeno de ocorrência quase universal em todas as cidades das sociedades de capitalismo avançado.

A conclusão lógica da aplicação do princípio “rent gap” decorre do princípio da análise urbana marxista de que o desenvolvimento espacial desigual e a desvalorização periódica do espaço construído (neste caso, as áreas históricas do centro da cidade que se vão degradando progressivamente) são “funcionais” e produzidos intencional e deliberadamente para garantir o futuro investimento de capital e a respectiva reprodução.

As “geografias pós-modernas” da gentrificação

Tornam-se no final do século XX muito claras as limitações teóricas do marxismo enquanto paradigma dominante na geografia, em geral, e nos estudos urbanos da gentrificação, em particular. Primeiro, nem Smith, nem Harvey, nem a tradição subsequente de estudos marxistas conseguiram resolver o problema do dualismo da estrutura e da agência (agency). A problemática da relação “estrutura-agência” reflete-se na geografia urbana marxista quando se privilegia uma análise estruturalista da gentrificação a partir das várias instituições sociais, políticas e económicas, concedendo pouco espaço para a ação humana efetiva do gentrifier. À semelhança dos restantes autores marxistas, os geógrafos filiados neste paradigma não conseguiram criar um referencial teórico da dinâmica espacial urbana como algo estruturalmente organizado e, simultaneamente, aberto a uma reconstrução por parte dos atores sociais. A gentrificação não é inteiramente produzida pela e da forma como os gentrifiers a desejam. A razão para tal reside no facto de a ação humana dos novos moradores, como dos restantes atores sociais, se desenvolver no interior das relações sociais de produção que assumem o carácter de estruturas englobantes. Estas estruturas derivam da base material da vida social urbana e não de um qualquer

domínio difuso de ideias e de valores. Como vimos, na ótica de Neil Smith (1979), a chave da explicação da gentrificação, e que é transversal a toda a sua obra académica, encontra-se nas mudanças registadas no modelo de acumulação de capital e no modo de produção capitalista na sua última fase mais tardia. Aplicado à produção do espaço urbano, este conceito não se refere só aos instrumentos técnicos de produção mas, especialmente, às relações sociais que dão origem a direitos diferenciais de propriedade privada para habitação na cidade centro, logo gerando segregação residencial. Esta posição de Smith foi altamente criticada por Hamnett (1991, 1992) que, como geógrafo humanista que é, alegou a necessidade de reconhecer um papel mais preponderante do gentrifier na produção socio-espacial do processo da gentrificação. Para tal, este autor afirmou a riqueza metodológica subjacente à complementaridade de diferentes técnicas de análise e recolha de dados sobre o estilo de vida do “gentrifier”, a sua estrutura motivacional e comportamentos em termos de mobilidade residencial.

Ora, estas proposições sobre o comportamento humano associadas ao individualismo metodológico são rejeitadas por autores marxistas estruturalistas. A resposta de Smith (1992) ao raciocínio de Hamnett foi célere e incisiva. Os estruturalistas tendem a concentrar-se mais no meio que afeta os indivíduos e nas estruturas que o condicionam, do que na sistematização do comportamento individual. Isto porque o estruturalismo tenta transcender o indivíduo e avaliar a estrutura relacional do sistema, salientando que o sujeito não pode ser concebido fora do todo. A multiplicidade de influências e estruturas que o indivíduo encontra, bem como as condições sociais existentes, afectam o modo como se comporta e como toma decisões.

A posição assumida por Hamnett (1992) leva-nos ao segundo grande problema que afeta atualmente a análise crítica da gentrificação, em particular, e o materialismo histórico marxista, em geral, e que reside no facto de se ter ido longe demais na afirmação da importância das bases materiais da sociedade, assentes no modo de produção e nas relações sociais de produção, reduzindo-se fortemente ao economicismo. Torna-se evidente que a perspectiva teórica marxista apresenta uma tendência explicativa dominante dos fenómenos/factos socio-espaciais em função dos interesses/necessidades económicas que os determinam. O problema gerado pelo carácter unidimensional da interpretação materialista da causalidade refletiu-se nas dificuldades que esta encontra em aceitar a possibilidade da recomposição da forma urbana puder apresentar uma pluralidade causal

que lhe seja mais pertinente. Isto valeu aos teóricos urbanos marxistas o rótulo de “dogmáticos”, na leitura que fazem dos escritos de Marx.

Uma razão pela qual os teóricos marxistas têm menosprezado os problemas de teor meramente social e cultural na explicação da gentrificação reside na predileção por um modelo de ação socio-espacial baseado na satisfação instrumental do interesse individual e/ou de classe. Diz-se instrumental, porque se refere a uma concepção das ações como meios para alcançar determinados fins económicos e não uma valorização destas em si e para si próprias. Era comum na literatura dos estudos urbanos, até ao início dos anos 80, fazer-se referência que a produção da gentrificação só podia ser entendida com referência às relações sociais capitalistas de produção e à luta de classes e dos diferentes agentes urbanos pela apropriação diferenciada do espaço residencial urbano. Defendendo a premissa de que o espaço urbano é socialmente produzido, compreende-se a recentralização da classe burguesa como materialização territorial de uma estrutura social e modo de produção que entendem o alojamento-mercadoria como objecto de especulação e elemento de reprodução da força de trabalho, geradora de mais-valia, logo, respondendo aos interesses da acumulação capitalista dos novos moradores, dos promotores imobiliários e das instituições financeiras.

Assim, os gentrifiers e a(s) classe(s) que os agrupa(m) agem instrumentalmente, com vista a realizar única e exclusivamente apenas interesses materiais, pelo que, na perspectiva da geografia urbana marxista, não se afigura necessária a referência a considerações baseadas nos valores e nas motivações que produzem o desejo de residência e apropriação dos bairros antigos da cidade centro. As tentativas dos marxistas urbanos para incluir estes elementos subjetivos no modelo instrumental e racional de mobilidade residencial só se faz através da noção de ideologia. Esta é destinada a legitimar interesses inerentes a uma classe dominante, à qual, subentende-se neste caso, os gentrifiers estão unilateralmente associados. Estes, não só detêm os meios de produção material, até por assumirem posições de relevo no que toca à sua categoria socioprofissional, como possuem também os mecanismos e instrumentos de produção simbólico-ideológica (representações e discursos, signos e símbolos, condutas e atitudes), que aplicados ao fator habitação, justificam o seu status-quo, legitimando os seus interesses (Harvey, 1987; Bourdin, 1979). Reduz-se, assim, a distinção social emprestada pela gentrificação ao estatuto de mais um instrumento coercivo do controlo ideológico de classe, excluindo a questão de saber se

é possível os novos modelos de habitat transcenderem o poder e determinismo da classe social.

Esta explicação impossibilita os geógrafos urbanos de responderem à principal questão que as versões críticas da teoria socio-espacial enfrentam, nomeadamente a incapacidade de enquadrar e encaixar os desenvolvimentos recentes e inovadores que provêm da atenção dedicada por muitos académicos aos estilos de vida. Estes tendem a configurar-se de forma coerente e a exprimir as identidades pessoais e coletivas, fugindo um pouco à normatividade imposta pelo conceito de classe. A expansão dos mercados, a diferenciação urbana e a complexificação da divisão social do trabalho multiplicaram as possibilidades de escolha oferecidas aos atores sociais. Este incremento das opções permite-lhes a adoção e a construção dos seus próprios estilos de vida, que se individualizam crescentemente e resguardam uma subjetividade que escapa à materialidade das práticas de classe social.

Não obstante as críticas aos excessos do discurso pós-moderno, o estudo do seu pensamento afigura-se indispensável, pois se o debate teórico que originou teve um escasso eco na geografia enquanto ciência espacial⁴, a verdade é que as suas perspetivas de compreender o mundo e a ciência modificaram as coordenadas de orientação da cultura ocidental. Interessamos, todavia, e acima de tudo, produzir uma breve reflexão em torno do enfoque incontestável de interesse com que a pós-modernidade tem vindo a apresentar a política da diferença, das “margens”, do consumo cultural e dos novos estilos de vida urbanos que marcam a paisagem da cidade contemporânea, a identidade “descentrada” do gentrifier e uma produção do espaço urbano fragmentado.

E se é certo que a emergência da cidade pós-moderna do capitalismo tardio não anula, por substituição automática, a cidade moderna do capitalismo industrial, a verdade é que as manifestações da transição não deixam margem para grandes dúvidas no esboço de uma nova forma de organização do espaço urbano.

A reestruturação da base económica está associada a uma progressiva desindustrialização dos espaços urbanos e ao incremento da presença de atividades terciárias, fatores que influenciam decisivamente a estrutura funcional das cidades e que redefinem a sua funcionalidade interna, já que

⁴ Ver referências fundamentais da literatura científica dedicada à pós-modernidade e com influência na Geografia: Harvey (1989, 1996); Soja (1989, 1996, 2000); Dear (1988, 1996, 1997, 2000, 2001); Benko e Strohmayr (1997); entre muitos outros.

se acelera o processo de substituição dos espaços de produção pelos de serviços e de lazer. De facto, assiste-se a uma profunda transformação da funcionalidade da cidade moderna, a qual assentava na componente da produção. A transição da sociedade moderna para a sociedade pós-moderna é caracterizada, entre muitos outros aspetos, por importantes alterações nos domínios demográfico e sociocultural – alterações na estrutura e composição da família (crescimento do número de isolados, aumento das uniões de facto e de casais sem filhos), crescente participação da mulher na esfera produtiva, acesso ao ensino, democratização da educação, entre outros (Dansereau e Choko, 1988; Ley et al., 1986). Todos estes fatores vêm igualmente contribuir para a profunda alteração da estrutura social e dos padrões, condutas e estilos de vida a estas associados, nomeadamente, ao nível dos padrões de escolha, de (p)referência ao habitat (Pellegrino, 1994).

Como referido anteriormente, o processo de gentrificação contextualiza-se no seio de uma ampla recomposição sociodemográfica, traduzindo-se na constituição de uma suposta “nova classe média” que se diferencia da classe média tradicional (Ley, 1994, 1996; Butler, 1997). Os seus membros ocupam lugares em profissões tradicionais que tendem a crescer e em novas profissões ao nível de atividades ligadas ao que Bourdieu (1989) apelidou de “produção simbólica”. São os intermediários culturais, ligados às indústrias culturais, às artes, à publicidade, ao “design”, à moda, à cultura, imagem e “marketing”, arquitetura e decoração, entre outras.

Indissociável da cultura de consumo e da emergência e crescimento de atividades de produção simbólica encontra-se também a afirmação de uma tendência de estetização da vida social. Esta pode ser entendida em vários sentidos. Em primeiro lugar, o do “apagamento” ou transgressão dos limites entre a arte e a vida social. É a ideia de que tudo pode ser arte e de que a arte pode estar embutida em todo e qualquer objeto, manifestação, comportamento, incluindo na trivialidade da vida quotidiana. Em segundo lugar, a estetização da vida social pode ser entendida como o projeto de tornar a vida uma obra de arte – salientem-se as figuras do dandy, do flâneur, personificações do estilo de vida boémio e que privilegia as sensações e as experiências de vida na produção do entendimento da realidade social. Algo que está geralmente associado ao perfil social do gentrifier (Bourdieu, 1979, 1980; Mills, 1993).

São estes dois fenómenos descritos de forma sintética – cultura de consumo e estetização da vida social – que estão na base da afirmação de

uma “nova classe média” na reconfiguração das cidades centrais e, por conseguinte, na valorização de novos produtos imobiliários que nestas se começa a encontrar. Para além dos “intermediários culturais”, aquele novo grupo social diz também respeito a profissões científicas e técnicas relacionadas com a educação, a formação profissional e o meio académico.

Associada a estas novas classes médias estão processos de localização residencial que apontam para uma produção fragmentada do espaço urbano. A verdade é que a apropriação pontual do espaço, característica da gentrificação, introduz mudanças na escala da segregação socio-residencial produzida. Esta far-se-á, doravante, e contrariamente ao que acontecia na cidade moderna, a uma escala micro de maior complexidade, baralhando o primórdio da divisão social da cidade em manchas homogêneas, inerente ao princípio de zonamento funcional associado à cidade industrial.

Em suma, o marxismo continua a fornecer uma base teórica sólida e pertinente na análise dos processos de mudança socio-espacial urbana. Parece hoje inegável que considerar as práticas individuais e sociais como simples reflexo de determinantes estruturais de uma sociedade é um mecanicismo que nada tem a ver com a dialética inerente à evolução dos processos espaciais. Se bem que as estruturas sejam preenchidas e ativadas pelos indivíduos e pelos grupos sociais com motivações e interesses próprios, estes elementos não deixam, todavia, de ser condicionados pela organização socioeconómica e por um modo de produção específico, sobretudo na atualidade de afirmação evidente das crises de um capitalismo neoliberal na sua fase recente financeirizada. Portanto, considerar as práticas sociais e individuais de forma atomizada e “desligadas” dos mecanismos estruturais que regem as formações socio-espaciais, é, no nosso entendimento, um postulado da ideologia liberal que reconhece no indivíduo um agente histórico autónomo, sem atender às forças materiais que não só estruturam a sociedade e o espaço, como também condicionam a ação dos agentes sociais.

Mas a este respeito é também cada vez mais evidente que nenhuma explicação da gentrificação é satisfatória se não incluir referências cruzadas, quer da tese da oferta, quer da do consumo. Além disso, nenhuma destas perspetivas consegue ser coerente e, por si só, dar resposta ao problema epistemológico colocado pela gentrificação nos estudos urbanos dos últimos 50 anos, sem aludir às dimensões explicativas e argumentos uma da outra (Lees, 1994; Phillips, 2005). Isto também vai confirmar que as velhas oposições entre holismo e individualismo, estrutura e agência, materialis-

mo e idealismo, podem ser vistas como problemas quando abordadas em termos concretos e no âmbito de situações sociais específicas localizadas no tempo e no espaço. Este ensaio evidencia que um dos maiores desafios que se coloca atualmente aos estudos da gentrificação reside, precisamente, em descobrir uma ponte analítica adequada entre as dinâmicas socio-espaciais micro/individuais, ou de pequena escala, e os seus efeitos/causas estruturais, macro ou de grande escala, na senda da construção das “geografias da gentrificação”.

Referências bibliográficas

- Benko, G.; Strohmayr, U. (ed.) (1997), *Space & Social Theory. Interpreting Modernity and Postmodernity*. Oxford: Blackwell.
- Berry, B.; Kasarda, J. (1977), *Contemporary Urban Ecology*. Nova Iorque: Macmillan.
- Berry, B. (1985), “Islands of renewal in seas of decay”, in P. Peterson (ed.) *The New Urban Reality*, Washington, D.C.: Brookings Institution.
- Bourdieu, P. (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*. Paris: Éditions Minuit.
- Bourdieu, P. (1989), *O Poder do Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdin, A. (1979), “Restauration rehabilitation: l’ordre symbolique de l’espace neo-bourgeois”, *Espaces et Societes*, 30/31, 15-35.
- Bourdin, A. (1980), “Réhabilitation des vieux quartiers et nouveaux modes de vie”, *Recherches Sociologiques*, 11(3), 259-275.
- Bradford, M; Kent, W (1987), *Geografia Humana: Teorias e suas Aplicações*. Lisboa: Gradiva.
- Burgess, E. (1925), “The growth of the city”, in R. Park, E. Burgess, and R. McKenzie (ed.) *The City*, Chicago, Illinois: University of Chicago Press.
- Butler, T. (1997), *Gentrification and the Middle Classes*. Aldershot: Ashgate.
- Castells, M. (1977), *The Urban Question*. Londres: Edward Arnold.
- Dansereau, F; Choko, M. (1988), “Revalorisation des centres urbains et nouveaux visages de l’accession a la propriété au Canada”, *Espaces et Societes*, 51, 21-34.
- Dear, M. (1988), “The postmodern challenge: reconstructing human geography”, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 13, 262-274.
- Dear, M. (1996), “The personal politics of postmodernity”, in D. Crow (ed.), *Geography and Identity*. Washington D. C.: Maisonnevire Press.

- Dear, M. (1997), "Postmodern bloodlines", in G. Benko; U. Strohmayer (ed.), *Space & Social Theory. Interpreting Modernity and Postmodernity*. Oxford: Blackwell, 49-71.
- Dear, M. (2000), *The Postmodern Urban Condition*. Oxford: Blackwell.
- Dear, M. (2001), "The postmodern turn", in C. Minca (ed.), *Postmodern Geography. Theory and Praxis*. Oxford: Blackwell, 1-34.
- Gottdiener, M. (1985), *The Social Production of Urban Space*. Austin: University of Texas Press.
- Hamnett, C. (1984), "Gentrification and residential location theory: a review and assessment", in D. Herbert; R. J. Johnston (ed.), *Geography and the Urban Environment: Progress in Research and Applications*. Nova Iorque: Wiley & Sons, 283-319.
- Hamnett, C. (1991), "The blind men and the elephant: the explanation of gentrification", *Transactions of the Institute of British Geographers*, 16, 173-189.
- Hamnett, C. (1992), "Gentrifiers or lemmings? A response to Neil Smith", *Transactions of the Institute of British Geographers*, 17(1), 116-119.
- Harvey, D. (1975), "The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of marxian theory", *Antipode*, 7: 9-21.
- Harvey, D. (1978), "The urban process under capitalism", *International Journal of Urban and Regional Research*, 2, 101-131.
- Harvey, D. (1981), "Marxist Geography", in R. J. Johnston (ed.), *The Dictionary of Human Geography*. Kent: Whitstable, 209-212.
- Harvey, D. (1982), *The Limits to Capital*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (1984), "On the history and present condition of geography: an historical materialist manifesto", *Professional Geographer*, 36, 1-11.
- Harvey, D. (1985), *The Urbanization of Capital*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (1987), "Flexible accumulation through urbanization: reflections on "post-modernism" in the american city", *Antipode*, 19(3), 260-286.
- Harvey, D. (1989), *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford, Blackwell.
- Harvey, D.; Scott, A. (1989), "The practice of human geography: theory and empirical specificity in the transition from fordism to flexible accumulation", in B. Macmillan (ed.), *Remodelling Geography*. Oxford: Blackwell, 217-229.
- Harvey, D. (1996), *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D.(2009) [1973], *Social Justice and the City, Geographies of Justice and Social Transformation*. London: The University of Georgia Press.
- Lees, L. (1994), "Rethinking gentrification: beyond the positions of economics or culture", *Progress in Human Geography*, 18(2), 137-150.

- Lefebvre, H. (1974), *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos. (Edição inglesa: Lefebvre, H. (2003), *The Production of Space*, Oxford: Blackwell).
- Ley, D. (1994), "Gentrification and the politics of the new middle class", *Environment and Planning D: Society and Space*, 12(1), 53-74.
- Ley, D. (1996), *The New Middle Class and the Remaking of the Central City*. Oxford: Oxford University Press.
- Ley, D.; Western, J.; Cybriwsky, R. (1986), "The political and social construction of revitalized neighbourhoods", in N. Smith; P. Williams (ed.), *Gentrification of the City*. Londres: Allen & Unwin, 92-102.
- Mela, A. (1999), *A Sociologia das Cidades*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mendes, L. (2006), *A nobilitação urbana no Bairro Alto: análise de um processo de recomposição socio-espacial*. Finisterra, 41(81), 57-82.
- Mendes, L. (2008), *A Nobilitação Urbana no Bairro Alto: Análise de um Processo de Recomposição Sócio-espacial*. Tese de Mestrado. Lisboa: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (policopiado)
- Mills, C. (1993), "Myths and meanings of gentrification", in J. Duncan; D. Ley (ed.), *Place/Culture/Representation*. Londres: Routledge, 149-170.
- Peet, R. (1975), "Inequality and poverty: a marxist-geographic theory", *Annals of the Association of American Geographers*, 65(4), 564-575.
- Peet, R. (1978), "Materialism, social formation and socio-spatial relations: an essay in marxist geography", *Cahiers de Géographie de Quebec*, 22(56), 147-172.
- Peet, R. (1998), *Modern Geographical Thought*. Oxford: Blackwell.
- Pellegrino, P. (1994), "Styles de vie et modes d'habiter", *Espaces et Societes*, 73, 9-12.
- Phillips, M. (2005), "People in the Centre? The contested geographies of gentrification", in M. Phillips (ed.), *Contested Worlds: An Introduction to Human Geography*. Aldershot: Ashgate, 317-351.
- Quaini, M. (1979), *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra.
- Rodrigues, W. (1992a), "Urbanidade e novos estilos de vida", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, 91-107.
- Rodrigues, W. (1992b). *Retorno à Cidade e Emergência de Novos Estilos de Vida. O Fenómeno "Gentrification" como Exemplificação*. Lisboa: ISCTE.
- Rodrigues, W. (1993), "Urbanidade e novos estilos de vida. Contributos para um debate". In: *Actas do II Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia.
- Rodrigues, W. (1999), "Globalização e gentrificação: teoria e empiria", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 29, 95-125.
- Rodrigues, W. (2010), *Cidade em Transição. Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora.

- Savage, M.; Warde, A. (1993), *Urban Sociology, Capitalism and Modernity*. London: Macmillan.
- Smith, N. (1979), "Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people", *Journal of the American Planning Association*, 45, 538-548.
- Smith, N. (1982), "Gentrification and uneven development", *Economic Geography*, 58, 139-155.
- Smith, N. (1984), *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*. Oxford: Blackwell.
- Smith, N. (1986), "Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space", in N. Smith; P. Williams (ed.), *Gentrification of the City*. Londres: Allen & Unwin, 15-34.
- Smith, N. (1987), "Gentrification and the rent gap", *Annals of the Association of American Geographers*, 77(3), 462-465.
- Smith, N. (1992), "Blind man's buff, or Hammett's philosophical individualism in search of gentrification", *Transactions of the Institute of British Geographers*, 17(1), 110-115.
- Soja, E.; Hadjimichalis, C. (1979), "Between geographical materialism and spatial fetishism: some observations on the development of marxist spatial analysis", *Antipode*, 11(3), 3-11.
- Soja, E. (1980), "The socio-spatial dialectic", *Annals of the Association of American Geographers*, 70, 207-225.
- Soja, E. (1989), *Postmodern Geographies. The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. Londres: Verso.
- Soja, E. (1996), *Thirdspace. Journey to Los Angeles and the Other Real and Imagined Places*. Oxford: Blackwell.
- Soja, E. (2000), *Postmetropolis. Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell.
- Soja, E. (1997), "Planning in/for postmodernity", in G. Benko; U. Strohmayer (ed.), *Space & Social Theory. Interpreting Modernity and Postmodernity*. Oxford: Blackwell, 236-249.

Segregação socioespacial urbana

Jorge Malheiros
Universidade de Lisboa

Paulo Miguel Madeira
Universidade de Lisboa

Introdução

A circunscrição ou mesmo o fechamento de determinados grupos sociais ou étnicos em zonas específicas das cidades, retirando-lhes o direito à mobilidade, limitando os seus laços sociais com os restantes membros da sociedade e impedindo-os de escolher onde viver e onde utilizar o espaço público, tem sido um processo que vem acompanhando a história da urbanização. Embora as cidades sejam uma mistura fascinante de pessoas diferentes, um espaço de oportunidades, como afirma o adágio medieval alemão “O ar da cidade traz liberdade”, o direito à cidade (Lefebvre, 2009) – pertencer à cidade e ter plena liberdade de acesso aos seus recursos – nunca foi universal e é muitas vezes seriamente limitado pela segregação socioespacial. Desde os casos das populações judaicas e mouriscas nas cidades ibéricas medievais ou da separação estrita dos sem-casta, outrora denominados intocáveis, nas localidades indianas, até aos guetos urbanos nazis para judeus em várias urbes europeias nas décadas de 1930-40, passando pelos exemplos mais recentes de segregação racial formal nas cidades dos EUA entre os anos de 1920 e 1960 ou da política de Apartheid na África do Sul (que se prolongou até ao último decénio do século XX), são diversos e geograficamente diversificados os exemplos extremos de separação espacial forçada e legalmente promovida, com redução severa dos direitos coletivos e individuais. Mas a estas formas mais brutais de segregação, que normalmente dão origem a áreas designadas como guetos, juntam-se processos mais subtis de natureza económica, sociocultural e política que levam a que as metrópoles sejam marcadas pela existência de uma miríade de áreas segregadas.

A palavra segregação tem origem no termo latino *segregatio*, que resulta da combinação de *se*, que significa separar, ficar à parte, e *gregato*, que vem de *grex*, correspondendo a um grupo, originalmente de animais, mas rapidamente alargado para agregados humanos. Isto significa, portanto, em termos sintéticos e simples, que a aplicação do termo segregação a uma classe social, a um grupo de migrantes ou a um grupo étnico implica que os seus membros estejam (ou sejam forçados a estar) geograficamente separados da comunidade geral, o que se traduz em distanciamento físico e social e na severa limitação das formas de interação social, alimentando a injustiça espacial (ver capítulo de Katielle Silva e André Carmo, nesta coletânea) e perpetuando desigualdades. Embora a questão da segregação possa ser assumida numa perspetiva social, o seu poder é particularmente significativo quando a leitura envolve o elemento espacial, desde a utilização de microespaços específicos como piscinas, hotéis ou casas de banho públicas até aos processos de separação residencial em regiões ou bairros urbanos. Como disse o antigo primeiro-ministro sul-africano B.J. Vorster, no contexto do *apartheid*, a um jornal em 1973: “Se eu acordasse uma manhã e me descobrisse um homem negro, a única grande diferença seria geográfica”. Daqui decorrem duas ideias fundamentais: a relevância da leitura espacial da segregação, que tem levado muitos geógrafos a estudarem o assunto, tanto em termos aplicados, como dos pontos de vista conceitual e metodológico; a emergência da cidade, do espaço urbano, como o locus onde a expressão da segregação tende a ser mais significativa e desafiadora, não tanto pela progressiva concentração da população em cidades (hoje mais de 50% da humanidade vive nelas), mas sobretudo pelos contrastes, tensões e injustiça que potencialmente gera.

Na verdade, sendo as cidades simultaneamente lugares históricos de poder e de diversidade, como indicam a discussão sobre “quem são os cidadãos com direitos” que encontramos na Política de Aristóteles ou a imagem da Lisboa tardo-medieval como uma cidade com “muitas e desvairadas gentes” difundida pelo cronista Fernão Lopes, a questão da segregação, tanto social como étnica, é aqui particularmente aguda. E tal não se alterou com o advento da cidade industrial e capitalista em finais do século XVIII, o que levou Engels, sem utilizar explicitamente o termo segregação, a escrever que, “por um acordo tácito inconsciente, mas também por uma determinação consciente explícita, os bairros operários estão claramente separados das partes da cidade reservadas à classe média” (Engels, 1845/2010: 59). A subsequente disseminação, expansão, desenvolvimento e mudança da cidade capitalista ao longo dos últimos 180 anos trouxe

alguma transformação à natureza e aos padrões de segregação, mas não a desvaneceu. Na verdade, atualmente, a segregação residencial baseada em fatores étnicos ou raciais continua a ser uma questão socioespacial significativa na maioria das metrópoles do mundo, cruzando-se com os processos de segregação que trazem a marca socioeconômica correspondente às classes sociais.

O moderno estudo científico da segregação socioespacial urbana: notas sobre a gênese e a evolução

O estudo explícito da segregação residencial urbana pelas ciências sociais começou há cerca de 100 anos com os sociólogos – ou ecólogos sociais – da Escola de Chicago, que tentaram identificar as várias áreas sociais da cidade, avançando explicações baseadas em oportunidades diferenciadas e na competição entre os grupos sociais e étnicos. Esta tarefa não constitui uma surpresa para quem tinha como “laboratório” as dinâmicas metrópoles dos EUA nas décadas iniciais do século XX, marcadas por clivagens raciais entre brancos e negros e pela chegada de milhões de imigrantes de origens muito diversas, não obstante o predomínio europeu. Processos de expansão urbana como a “invasão-sucessão” progressiva dos bairros a partir do centro da cidade ou o denominado “filtering down” (desvalorização e degradação de uma área associada à ocupação progressiva por grupos sociais mais pobres, frequentemente imigrantes ou grupos étnicos minoritários) desempenhavam um papel fundamental na interpretação desenvolvida por este grupo de investigadores. Inspirados pelo darwinismo social, partiram do conceito de competição biológica associado à “luta pela sobrevivência” e estabeleceram uma analogia com os processos de competição pelo espaço urbano sujeito a formas de apropriação privadas assentes na leis da concorrência e na capacidade financeira dos vários grupos sociais e étnicos (Grafmeyer & Joseph, 1990), decorrendo daqui capacidades diferentes para escolher localizações na cidade, o que leva à emergência de padrões relativos à geografia social das cidades que funcionariam como referência, potencialmente generalizável, sob a forma de modelos esquemáticos. Um dos mais conhecidos – e ainda hoje ensinado, essencialmente de forma didática e crítica, em disciplinas de estudos urbanos e de geografia urbana – é o denominado modelo de anéis concêntricos de Burgess (1925), que ajudou a estabelecer a designação central business district (CBD) para a área central das metrópoles mais

marcada por funções não residenciais e que identificava a emergência de um primeiro anel urbano interno (em torno do CBD) que se desvalorizava e que era ocupado por pessoas pobres, muitas delas imigrantes de origens diversas. Já as classes médias-altas e altas suburbanizavam-se, ocupando áreas residenciais mais novas, amplas e arejadas, dominadas por casas individuais próprias (Grafmeyer & Joseph, 1990), que beneficiavam do acesso precoce ao automóvel, cuja expansão foi mais rápida nos EUA. Uns anos depois, em 1939, também no âmbito da Escola de Chicago, Hoyt procurou trazer um pouco mais de complexidade e sofisticação ao modelo através da incorporação de elementos de distorção e (re)organização (eixos viários, cursos de água, atração por indivíduos com características similares) que o levaram a transformar a sequência de anéis sociais (e funcionais) de Burgess num esquema caracterizado pela existência de setores sociais e funcionais. Estas propostas iniciais, que partiam da observação do espaço social das metrópoles dos EUA e que, por isso, evidenciavam diversas limitações quando utilizadas para interpretar a dinâmica das metrópoles europeias ou asiáticas (com componentes pré-industriais significativas, não sujeitas a movimentos migratórios do mesmo tipo...), acabaram por funcionar como referências analíticas e tiveram um forte impacto na criação e desenvolvimento dos estudos sociais urbanos, influenciando também a Geografia Social (Urbana).

Nas décadas subsequentes, a questão da segregação residencial urbana conheceu uma alteração metodológica ficando muito marcada pelas abordagens quantitativas, designadamente no quadro da Ecologia Fatorial e das análises específicas dos níveis de segregação de alguns grupos com recurso a índices, designadamente os afro-americanos nas cidades dos EUA. A Ecologia Fatorial, termo cunhado por Sweetser (1965), corresponde à aplicação das técnicas de análise fatorial a dados estatísticos relativos às unidades que compõem uma cidade ou metrópole, frequentemente associadas a técnicas de agrupamento (análise de clusters), para caracterizar do ponto de vista socioeconómico, cultural e funcional as diversas áreas da cidade. A aplicação da análise fatorial possibilita a identificação dos grandes fatores (ou dimensões) que explicam as diferenças entre as diversas áreas da cidade, enquanto a análise de clusters, aplicada aos valores de cada área nestes fatores, permite o estabelecimento de grupos (clusters) de áreas (bairros, unidades dos censos, freguesias) caracterizadas por elementos semelhantes do ponto de vista socioespacial. Os geógrafos preocuparam-se com a cartografia destes clusters, o que permite obter mapas da organização social das cidades que têm por trás informação estatística relativa

às suas diversas áreas (em termos clássicos, proveniente maioritariamente dos censos). Isto acabou por se materializar na transição da Ecologia Humana original de caráter mais descritivo, cujo precedente remete para o modelo de Burgess, resultante da transposição da sua observação da metrópole e das reflexões sobre a sua evolução, para a Ecologia Fatorial. Neste domínio, costuma considerar-se como pioneiro o estudo de 1955 dos sociólogos Shevky & Bell, aplicado a algumas cidades dos EUA e que identificou três dimensões de diferenciação dominantes: socioeconómica (originalmente designada como social rank), urbanização (também referida pelos autores como family status) e étnico-racial (designada como segregation) (Duncan, 1955). Não obstante as diversas críticas efetuadas (Duncan, 1955; Janson, 1969; Berry, 1971; Rees, 1971; Hunter, 1972, para citar apenas alguns), que apontam desde limitações técnicas¹ até aos problemas associados à incorporação de componentes dinâmicas e à relevância das especificidades dos contextos histórico-culturais na evolução das cidades, o trabalho de Shevky e Bell mantêm-se, até hoje, como uma referência nos estudos de sociologia urbana e, também, de geografia social urbana, que utilizou, transformou e desenvolveu as propostas metodológicas oriundas dos sociólogos (Entrikin, 1980).

Para além destas abordagens da cidade constituída por manchas relativamente homogêneas do ponto de vista socioétnico, mas também funcional, demográfico e em alguns casos mesmo físico-morfológico, que fazem emergir a organização social segregada em manchas mais ou menos extensas da cidade industrial capitalista (ver capítulo de Barata-Salgueiro nesta coletânea), a análise específica das áreas segregadas da cidade, no sentido explicitado no início deste capítulo, conheceu igualmente um impulso a partir do decénio de 50 do século passado, que se apoiou na expansão dos métodos quantitativos. Neste caso, o trabalho pioneiro mais citado é de Duncan e Duncan (1955), que analisou as diferenças nos padrões residenciais de grupos étnicos em cidades americanas, inicialmente brancos e afro-americanos, detetando situações de desvantagem residencial e locativa persistentes afetando sobretudo o último grupo. Do ponto de vista técnico, a sua proposta de índice de dissimilaridade que permite quantificar os níveis de dissemelhança da distribuição entre diferentes grupos socioétnicos (originalmente entre dois grupos, por exemplo brancos e

¹ Eventuais distorções causadas pelo processo de seleção de variáveis ou pelo tipo de opções técnicas escolhidas em termos de análise fatorial propriamente dita, rotação para melhor ajustamento dos principais fatores ou estratégia de agrupamento e medida de distância utilizadas na definição dos grupos de unidades urbanas ou bairros

afro-americanos nas áreas das cidades dos EUA; posteriormente entre um grupo e toda a restante população da metrópole em análise) é ainda hoje popularmente utilizada, pela facilidade de cálculo e simplicidade e clareza da leitura, sobretudo se acompanhada por mapas com a distribuição (ou sobre-representação) dos grupos étnicos ou das classes sociais nas diversas áreas da metrópole. Estes índices variam entre 0, para segregação nula (ou total conformidade na distribuição de dois grupos específicos, no caso do índice de dissimilaridade), e 100 para segregação total (ou total descoincidência na distribuição de dois grupos específicos). O valor obtido para cada grupo também corresponde à percentagem da sua população que teria de ser realocada para se obter segregação nula (ou total coincidência na distribuição geográfica dos vários grupos na cidade). Outra medida ainda utilizada atualmente é o Índice de Exposição ou Isolamento proposto por Bell em 1954 que, em termos sintéticos, fornece uma medida numérica do nível de partilha do espaço residencial urbano por dois ou mais grupos étnicos ou socioeconómicos².

Progressivamente, a questão da segregação socioespacial urbana ganhou significado nas agendas académica, social e política (Logan e Stults, 2011). Como acabámos de ver, a abordagem norte-americana constituiu a primeira referência, mas a partir de 1970, e sobretudo de 1990, outras academias, como a asiática, a europeia e a latino-americana, foram incorporando novos elementos e ampliando as perspetivas. Algumas das linhas de análise tradicionais mais relevantes incluíram a identificação dos fatores de segregação, a identificação e a força dos efeitos (negativos) desta e as políticas para a combater, bem como o estudo da sua relação com as variantes do capitalismo. Nos últimos 20-25 anos, para além da incorporação de novos métodos que se socorrem, por exemplo, do potencial da geoestatística e dos sistemas de informação geográfica e que reforçam a dimensão espacial das análises que os índices estatísticos, por si só, não explicitam³,

2 Uma explicitação destes índices e a sua análise crítica com referência a alternativas, efetuada por geógrafos em língua portuguesa, pode ser encontrada em Malheiros e Vala (2004) ou Feitosa et al. (2007).

3 O desenvolvimento do Sistemas de Informação Geográfica e das aplicações da Geoestatística têm contribuído para este refinamento nos métodos, como refere, por exemplo, Wong (1999), quando destaca as possibilidades oferecidas pela standard deviational ellipse. A isto podem acrescentar-se versões efetivamente espaciais dos índices de dissimilaridade que incorporam a relação de vizinhança entre as unidades territoriais da área de estudo, incluindo por vezes definições flexíveis de vizinhança, ou o recurso ao cálculo de índices de Moran, uma medida de análise espacial que ajuda a determinar se um fenómeno ou atributo é marcado por autocorrelação espacial. Sobre os fundamentos e a aplicação destas medidas, podem consultar-se, também, Malheiros e Vala (2004) ou Barros e Feitosa (2018).

vêm emergindo análises que chamam a atenção para novos formatos de segregação ou com influência nesta, por exemplo, a segregação vertical, estudada por Maloutas e Karadimitriou (2001) ou a fragmentação urbana abordada por Barata-Salgueiro nesta coletânea, bem como uma crítica às perspectivas tradicionais que reforçaram a especificidade dos contextos (político, urbano, social...) e os eventuais efeitos positivos da segregação urbana (em determinadas circunstâncias).

Investigar a segregação socioespacial: motivos, explicações e significado

As explicações que têm sido avançadas para a segregação cabem em diferentes categorias, em alguns casos de caráter mais exclusivo, mas com alguma frequência combinando-se.

Uma primeira linha de pensamento reforça o princípio da homofilia, que é o desejo de estar ou se relacionar com pessoas semelhantes a nós, com os mesmos valores ou compartilhando as mesmas identidades, o que justificaria a formação de bairros dominados por pessoas com a mesma origem geográfica, etnicidade ou cultura. Esta explicação tem sobretudo sido utilizada para as situações de segregação de caráter étnico, frequentemente correspondendo a populações migrantes, o que implica atribuir aos próprios grupos a responsabilidade pela sua posição marginalizada no espaço urbano. Mas o papel crucial dos níveis de rendimento, do mercado de habitação e do próprio planeamento urbano não pode ser ignorado.

Embora a homofilia possa, eventualmente, contribuir para a estrutura segregada das cidades, a cidade capitalista afirmou a separação entre o espaço doméstico e o espaço de trabalho, sendo a nova organização do trabalho caracterizada por uma clara estratificação hierárquica correspondente às classes sociais. Porque a apropriação da terra urbana se tornou clara sob o capitalismo e o mercado imobiliário se organizou em camadas estratificadas de diferentes valores e qualidades (dependendo da localização, acessibilidade, qualidade ambiental...), o acesso a estas passou a ter uma correspondência com a estrutura de classes. Ao contrário das cidades mais compactas do passado, onde diferentes grupos sociais e étnicos partilhavam frequentemente espaços vizinhos, as cidades capitalistas ganharam este padrão de espaços sociais homogêneos de maiores dimensões, processo para que também contribuiu o progresso nos transportes. Tendo isto em consideração, a questão das desigualdades socioeconómicas e

das diferentes oportunidades de acesso ao mercado imobiliário, apoiado na propriedade privada e funcionando de forma livre (mesmo durante os tempos keynesiano-fordistas dos 30 anos “gloriosos” do pós-Segunda Guerra Mundial na América do Norte e na Europa Ocidental, a habitação comportou-se como o pilar fraco do Estado Social [Torgersen, 1987]), tornaram-se chave de explicação para a segregação residencial. Ademais, o planeamento urbano também tem sido considerado uma explicação relevante para a segregação, nomeadamente através das opções de localização da habitação social (mais isolada e numa estratégia de monocultura vs. mais disseminada e misturada com habitação de promoção privada) e das normas urbanas que condicionam as funções nos vários espaços urbanos e quem pode aceder a estes (por exemplo, zonamento; densidades de construção permitidas nas diversas zonas residenciais; critérios de acesso à habitação social com inclusão ou exclusão de estrangeiros legais e minorias étnicas...). Finalmente, processos formais (através de sistemas semelhantes ao apartheid) ou informais de discriminação e preconceito (recusa de arrendar ou emprestar dinheiro para aquisição de habitação a certos grupos étnicos ou de imigrantes) contribuem igualmente para criar e perpetuar a segregação residencial, limitando as opções de habitação para os supracitados grupos.

Como a maioria dos processos sociais, a segregação socioespacial urbana é um fenómeno multicausal, variando a combinação de determinantes com o contexto. No entanto, porque os mercados imobiliários e habitacionais são cruciais para entender as oportunidades de as pessoas se estabelecerem nas diferentes partes da cidade, vastas parcelas da população enfrentam segregação, decorrente de normas ou de preconceitos, porque as suas escolhas espaciais são severamente limitadas. Tendo isso em consideração, alguns autores (Malheiros, 1998; Spósito, 2002) começaram a distinguir entre segregação, um processo que resulta em grande parte das oportunidades limitadas de acesso aos recursos da cidade por parte de alguns grupos populacionais, e auto-segregação, uma opção tomada por alguns grupos privilegiados (elite profissional; migrantes transnacionais altamente qualificados e empreendedores) que decidem viver em lugares protegidos por muros e esquemas de segurança (Caldeira, 2000), como condomínios fechados.

Mas a razão fundamental que justifica o interesse social (e político) em estudar a segregação residencial reside no seu potencial impacto negativo para o “grupo segregado”. Portanto, a interpretação da segregação é geralmente negativa e é sustentada pela ideia de que o bairro (o lugar)

tem influência nas trajetórias sociais das pessoas, tanto através do comportamento individual (e.g. sucesso escolar, propensão à violência, exposição e uso de drogas) como das restrições estruturais (papel do controle parental, cultura do trabalho, capital económico...). Na literatura anglo-saxónica, isto é designado como “efeito do bairro” ou “efeito da área” e é sustentado por um conjunto de pressupostos que incluem a dificuldade na interação social devido à redução das oportunidades de contato com a sociedade em geral, a reprodução das disparidades educacionais com base no acesso limitado a boas escolas com maior presença de autóctones e a construção de uma representação negativa do lugar (das pessoas e do espaço), frequentemente transformado em uma “no go area” vista como não conforme, desagradável, hostil e até violenta. Além disso, alguma literatura sugere que esses espaços tendem a reproduzir a pobreza e o comportamento social negativo devido ao efeito de pares entre os jovens, à perspetiva negativa dos empregadores em reduzir as oportunidades de contratação daqueles que aí residem e à construção de profecias autorrealizáveis baseadas na ideia de que escapar dos ciclos de pobreza é muito difícil, se não mesmo praticamente inevitável. Em geral, o acesso limitado a redes de emprego fora das comunidades étnicas e de migrantes e poucos recursos económicos também podem contribuir para dificultar a integração e a mobilidade ascendente.

Tendo em consideração essa perspetiva de segregação (de grupos não privilegiados, sem poder e culturalmente diferentes, como alguns tipos de migrantes laborais e refugiados, bem como grupos étnicos minoritários) como um processo absolutamente negativo, políticas de dispersão geográfica foram frequentemente consideradas boas soluções. No entanto, considerar a dispersão como o elemento principal da política urbana a ser seguida em áreas residenciais desfavorecidas onde as classes pobres, alguns tipos de migrantes laborais e grupos étnicos minoritários aparecem sobre-representados parece de efeito limitado, uma vez que se trata mais de um problema de discriminação e privação social do que uma questão de natureza cultural e demográfica. Por outras palavras, não se trata de dispersar os moradores desses bairros, mas de criar condições materiais e imateriais para que estes se qualifiquem, modifiquem sua imagem e se tornem uma parte integral da cidade. Eventualmente, isto envolve alguns processos de demolição e realocização em casos de estruturas urbanas socialmente homogéneas absurdas e insustentáveis ou de degradação irreversível, mas principalmente regeneração física, social e económica, com reforço das interações com a envolvente (por via das ligações viárias, mas

também dos equipamentos, da oferta imaterial de serviços ou eventos e da melhoria das condições de segurança dos residentes, sempre que necessário). Uma questão-chave das políticas reside na geração de dinâmicas sociais básicas, envolvendo moradores e organizações locais no processo de transformação urbana e socioeconômica e na qualificação, seja como forma de garantir qualidade nos novos espaços de realojamento ou de valorizar e renovar áreas em declínio. Uma das estratégias que tem sido implementada em vários locais corresponde à promoção de formas de social mix, através da disseminação de edifícios de realojamento pelo tecido urbano consolidado, da promoção de bairros com oferta residencial de diferentes tipologias e preços (destinados a diversos grupos sociais) ou da concessão de benefícios fiscais a promotores privados se estes destinarem parte dos alojamentos que constroem nos seus empreendimentos para grupos sociais mais desfavorecidos (Arthurson, 2012). Não obstante o caráter aparentemente positivo destas políticas, a sua implementação tem revelado um conjunto de limitações diversas que passam pela manutenção de barreiras entre os grupos sociais (todos coexistem no mesmo espaço, mas as famílias mais favorecidas residem em edifícios que funcionam numa lógica de condomínio fechado ou estão numa área distinta do bairro; quando os edifícios são partilhados, há processos de circulação que limitam os contactos), pela dificuldade em gerar áreas de partilha (equipamentos, espaço público) e pela existência de défices de interação potenciados pela localização diferenciada dos empregos, pela não utilização de equipamentos locais pelos grupos mais favorecidos (a escola pública tende a ser um ótimo exemplo) e por temporalidades e ritmos de vida diferenciados (Arbaci & Rae, 2013).

Considerando todos os elementos, a rejeição de políticas impostas de demolição e dispersão geográfica dos membros de grupos vulneráveis, quer por decisão política formal, quer por abertura ao funcionamento ilimitado do mercado livre nos domínios do imobiliário e da habitação, é apoiada pela ideia de que as pessoas não devem ser expulsas dos locais a que estão ligadas e também pela identificação de fatores positivos associados à concentração espacial das comunidades, incluindo-se aqui os migrantes e minorias étnicas. Entre estes últimos, o capital social étnico que se destina à partilha de informação (sobre oportunidades de emprego, por exemplo) e envolve formas de solidariedade de vizinhança muitas vezes enraizadas em origens culturais e geográficas comuns tem sido sublinhado por autores como van Kempen & Ozkruen (1998), que enfatizam a importância que isto pode ter nos processos de resistência à discriminação e

à hostilidade por parte de alguns atores e setores da sociedade de acolhimento. Partindo da observação dos espaços urbanos do Sul da Europa ou da América Latina, em particular das periferias urbanas onde as classes populares e os migrantes internos se aglomeram, outra linha de pensamento aborda o poder transformador dos recursos culturais e sociais por estes possuídos (Malheiros, 2007; Barbosa, 2012). Finalmente, uma abordagem mais pragmática refere o aumento da viabilidade económica das empresas étnicas e de outros serviços e instituições que visam grupos de imigrantes devido ao efeito das economias de escala (Kloosterman e Rath, 2003).

Tendências recentes, com destaque para as perspetivas da Europa do Sul e da América Latina

Se estas são algumas das principais preocupações que têm marcado o debate académico (e político) em torno da segregação urbana, a análise do século XXI trouxe novos desafios e perspetivas. O desaparecimento do rígido planeamento urbano das décadas de 1950-1970, com os seus princípios normativos de zonamento, atualmente substituído, em diversos casos, por uma mistura funcional (e em algumas circunstâncias, social), combinada com políticas neoliberais aos níveis nacional e urbano que envolvem a redução da intervenção pública direta e elevados níveis de financeirização nos mercados imobiliários, teve efeitos importantes sobre a segregação.

A revalorização dos centros (históricos) das cidades através de processos de reabilitação e regeneração que são muitas vezes apoiados pelo capital internacional e que visam classes sociais privilegiadas e utilizações turísticas estão a causar aumentos desenfreados nos preços de venda de habitação e nas rendas que conduzem a processos de desalojamento direto e indireto (porque deixam de ter acesso a estas áreas residenciais) das classes trabalhadoras e dos migrantes laborais (ver capítulo de Luís Mendes nesta coletânea). Este processo, que extrai a mais-valia associada ao diferencial (rent gap) entre a renda locativa existente e a renda potencial após regeneração que caracteriza muitos espaços centrais urbanos (Smith, 1990), não pode ser dissociado da fragmentação da cidade (e das suas características e consequências) mencionada por Caldeira (2000) ou Salgueiro (1999). Ademais, os avanços na gentrificação de muitas áreas centrais, devido à substituição da população de classe média baixa pelas classes média-alta e alta, estão a transformar os padrões sociais das metrópoles através de uma espécie de processo de filtering up, que deixa o centro

para os mais ricos, os estrangeiros endinheirados e populações transitentes, como turistas e nômadas digitais (Brollo e Cellata, 2023), e as periferias para as classes trabalhadoras e médias, muitas vezes com a emergência de bolsas espaciais segregadas onde se aglomeram pobres, migrantes e grupos étnicos racializados. Estes processos, em grande medida comandados pela finança, dão uma nova relevância à relação entre o capitalismo contemporâneo e a (in)justiça espacial (Madeira e Vale, 2015; Silva e Carmo, capítulo 5, neste livro), que tem na segregação urbana uma das suas dimensões mais relevantes e evidentes.

Porque a transição para cidades marcadas por um centro gentrificado, onde as classes populares não têm lugar, é lenta e sofre limitações (por exemplo, devido ao papel da ação pública na promoção do mix social ou à resiliência de alguns bairros), os processos tradicionais de segregação – baseados em grandes bairros homogêneos – podem, na verdade, sofrer algum declínio e ser substituídos por uma poderosa micro-segregação. Esta leva diferentes grupos a ocupar pequenos espaços sociais contíguos (quarteirões, edifícios), mas a interação entre estes permanece muito baixa ou inexistente, uma vez que não partilham o mesmo espaço público ou mesmos locais de compras, reforçando-se a distância social e perdendo-se sociabilidades e coesão social, como evidenciam Bayón e Saraví (2013) para a Cidade do México. Uma perspectiva diferente mas muito interessante da microssegregação tem sido explorada por autores como Maloutas e Karadimitriou (2022) ou Leal e Sorando (2022), que, partindo da observação de cidades da Europa do Sul como Atenas ou Madrid, falam de segregação vertical, correspondendo à separação social e física de famílias de diferentes classes sociais que vivem no mesmo edifício, ficando as de menores recursos nos alojamentos piores, como caves ou anexos.

Além destes novos desenvolvimentos na análise da segregação urbana, outras abordagens recentes sublinham as ligações e as consequências das diversas variantes dos regimes capitalistas de bem-estar (social-democrata, corporativista, (neo)liberal) sobre a habitação e a organização do espaço urbano, enfatizando também a relação não linear entre a segregação residencial e a marginalização social (Arbaci, 2021). A interseccionalidade também está a emergir nos estudos sobre segregação, com uma procura de análises que possam combinar as dimensões socioeconómicas com etnia e raça, começando também a aparecer trabalhos sobre segregação de género ou etária (Hagestadt e Uhlenberg, 2006), que se cruzam com questões essenciais das sociedades urbanas contemporâneas em envelhecimento, com destaque para o isolamento e a solidão.

Até ao primeiro decênio do século XXI, os processos de segregação associados a diferenças socioeconômicas, étnicas, raciais e etárias tinham ainda conhecido poucas análises na América Latina (Sabatini, 2003), mas estas experimentaram algum crescimento nos anos subsequentes. Note-se que, para além da regeneração das áreas centrais das cidades associados ao investimento internacional e a processos especulativos de valorização do capital no setor imobiliário, diversos autores latino-americanos e da Europa do Sul referem a importância dos processos urbanísticos informais (ocupações ilegais) na geração dos processos segregação e na justaposição de áreas residenciais da população dos grupos sociais mais e menos favorecidos (Malheiros, 2002; Vasconcellos, 2020). E a isto junta-se o significado dos mecanismos de auto-segregação das classes mais favorecidas por via da privatização do espaço público de alguns bairros e pela construção de condomínios fechados (Caldeira, 2000; Spósito, 2013).

Se autores como Vasconcellos (2013) referem níveis de segregação supostamente mais reduzidos nas metrópoles brasileiras, vários investigadores latino-americanos destacam a importância da segregação e a geração de efeitos negativos associados a esta (Sabatini, 2003; Villaça, 2013; Córrea, 2013), mesmo que se expresse de forma mais micro e no âmbito da fragmentação urbana. Efetivamente, para além das desvantagens associadas à concentração das populações pobres ou minoritárias em áreas (sub)urbanas desvalorizadas e pouco acessíveis, estes investigadores vêm chamando a atenção para a quebra das solidariedades urbanas e das identidades locais nos espaços em que se desenvolvem processos de gentrificação e alguma mistura social, com contato e partilha social ausentes ou muito limitadas (Spósito, 2013; Bayon e Saraví, 2013).

Finalmente, os estudos de segregação, outrora centrados nas grandes metrópoles, tendem a alargar-se hoje às cidades médias, onde os processos de transformação urbana apoiados na financeirização também têm expressão, começando a aparecer estudos deste âmbito no Brasil e em Espanha, por exemplo (Araújo, 2017; Robaina, Cáceres e López, 2023). Adicionalmente, têm surgido novas abordagens territoriais para a análise tradicional da segregação urbana baseada no espaço residencial, desde a já bem estabelecida segregação escolar (Kristen, 2005) até áreas menos exploradas da segregação, como os espaços de trabalho ou de lazer (Lisboa e Feitosa, 2016).

Referências

- Arthurson K. (2012). *Social Mix and the City: Challenging the Mixed Communities Consensus in Housing and Urban Planning Policies*. Collingwood, CSIRO Publishing.
- Araújo, L. M. (2017) *Produção Imobiliária e Novas Dinâmicas de Expansão Urbana em Patos e Cajazeiras (PB)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Arbaci, S.; Rae, I. (2013) Mixed-Tenure Neighbourhoods in London: Policy Myth or Effective Device to Alleviate Deprivation? *International Journal of Urban and Regional Research*, 37 (2), p.451-79.
- Arbaci, S. (2019). *Paradoxes of Segregation. Housing Systems, Welfare Regimes and Ethnic Residential Change in Southern European Cities*. Hoboken, NJ, Wiley-Blackwell.
- Barbosa, J. L. (2012). Cidade e Território: desafios da reinvenção da política do espaço público. In Silva, J. S.; Barbosa, J. L. and Faustini, M.V. *O Novo Carioca*. Rio de Janeiro, Mórula Editorial, 69-73.
- Barros, J. e Feitosa, F.F. (2018) Uneven geographies: Exploring the sensitivity of spatial indices of residential segregation. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, 45(6), p.1073–1089.
- Bayón, M.C. e Saraví, G.A. (2013) The Cultural Dimensions of Urban Fragmentation. Segregation, Sociability, and Inequality in Mexico City. *Latin American Perspectives*, Issue 189, 40(2), p.35-52.
- Bell, W. (1954, A probability Model for the measurement of ecological segregation. *Social Forces*, 32(4), p.3337-364.
- Berry, B.J.L. (1971) Introduction: The Logic and Limitations of Comparative Factorial Ecology. *Economic Geography*, Vol.47, June, 1971.
- Brollo, B. e Celata, F. (2023) Temporary populations and sociospatial polarisation in the short-term city. *Urban Studies*, Vol. 60(10), p. 1815–1832.
- Burgess, E.W. (1925) The Growth of the City. An Introduction to a Research Project. In Park, R.E.; Burgess, E. W. & McKenzie, R.D. *The City*. Chicago, The University of Chicago Press, p.47-62.
- Caldeira, T. (2000). *City of Walls: Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo*. Berkeley, CA, University of California Press.
- Corrêa, R. L. (2013) Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In Vasconcellos, P. de A.; Corrêa, R. L.; Pintaudi, S. M. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Editora Contexto, p. 39 - 60.
- Duncan O. D. (1955). Social Area Analysis. Eshref Shevky, Wendell Bell (Book Review). *American Journal of Sociology*, Vol. 61 (1), Jul, p.84-85.
- Duncan, O.D. e Duncan, B. (1955) A Methodological Analysis of Segregation Indexes. *American Sociological Review*, Vol. 20 (2), p. 210-217.

- Engels, F. (1845/2010). Condition of the Working Class in England. Marxists.org (<https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/condition-working-class-england.pdf>) uploaded
- Entrikin, J. N. (1980) Robert Park's Human Ecology and Human Geography. *Annals of the Association of American Geographers* (March), p.43-58.
- Feitosa, F. F.; Monteiro, A. M. V.; Câmara, G.; Thomas Koschitzki, Marcelino P. S. Silva (2007) De Conceitos a Medidas Territoriais: A Construção de Índices Espaciais de Segregação Urbana. In: Almeida, C.; Câmara, G.; Monteiro, A.M.V. (Org.). *Geoinformação em Urbanismo: Cidade Real vs. Cidade Virtual*. São Paulo: Oficina de Textos, 2007, p. 86-105.
- Grafmeyer, Y. e Joseph, I. (orgs.) (1979) *L'École de Chicago – Naissance de l'écologie urbaine*. Paris, RES/Champ Urbain-Aubier.
- Hagestad, G. O., & Uhlenberg, P. (2006) Should We Be Concerned About Age Segregation? Some Theoretical and Empirical Explorations. *Research on Aging*, 28(6), p.638–653.
- Hunter, A.A. (1972) Factorial ecology: A critique and some suggestions. *Demography*, 9, p.107–117.
- Janson C.-G., (1969) Some problems of ecological factor analysis, in Dogan M., Rokkan S. (eds.), *Quantitative Ecological Analysis in the Social Sciences*. Cambridge MA, MIT Press, p.301–341.
- Kloosterman, R. & Rath, J. (2003). *Immigrant Entrepreneurs: Venturing Abroad in the Age of Globalization*. Oxford, Berg.
- Kristen, C. (2005). *School Choice and Ethnic School Segregation*. Munster, Waxmann.
- Leal, J. e Sorando, D. (2022) “Social Mix and Vertical Segregation in Madrid” in Maloutas, T. & Karadimitriou, N. (eds.) *Vertical Cities - Micro-segregation, Social Mix and Urban Housing Markets*. Cheltenham, Edward Elgar, p.116-128.
- Lefebvre, H. (2009). *Le Droit à La Ville* (3rd edition). Paris, Economica.
- Lisboa, F. S. e Feitosa, F. (2016). Para Além da Perspetiva Residencial: a construção de índices de segregação dos espaços de atividades. *Revista Brasileira de Cartografia*, Rio de Janeiro, 68/4, p. 797-813, Abril.
- Logan, J. R., & Stults, B. J. (2011). The persistence of segregation in the 21st century metropolis. *City & Community*, 10(2), p.152-182.
- Madeira, P. M.; Vale, M. (2015). Desigualdade e Espaço no Capitalismo Contemporâneo: uma questão de (in)justiça territorial? *Ge USP – Espaço e Tempo* (Online), v. 19, n. 2, p. 196-211, ago. 2015.
- Malheiros, J.M. (1998). Minorias Étnicas e Segregação nas Cidades: uma aproximação ao caso de Lisboa no contexto da Europa Mediterrânica. *Finisterra-Revista Portuguesa de Geografia*, XXXIII (66), p.91-118.
- Malheiros, J. (2002) – Ethni-cities: Residential Patterns in the Northern European and Mediterranean Metropolises – Implications for Policy Design. *International Journal of Population Geography*, 8 (2), p.107-134.

- Malheiros, J.M. e Vala, F. (2004) A problemática da segregação residencial de base étnica — questões conceituais e limites à operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa. *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 36, INE, p. 89-110.
- Maloutas, T. and Karadimitriou, N., 2001. Vertical social differentiation in Athens: alternative or complement to community segregation? *International Journal of Urban and Regional Research* 25(4), p.699-716.
- Maloutas, T. & Karadimitriou, N. (eds.) (2022). *Vertical Cities - Micro-segregation, Social Mix and Urban Housing Markets*. Cheltenham, Edward Elgar.
- Rees, P. (1971) Factorial Ecology: An Extended Definition, Survey, and Critique of the Field. *Economic Geography*, 47, June, p.220-233.
- Robaina, I.M.M.; Cáceres, C.H.S. e López, G.A. (2023) Segregação residencial urbana em cidades médias: uma análise geográfica da região de Castilla e León, Espanha. *Revista Geografafares (janeiro-junho)*, 36(3), p.122-142.
- Sabatini, F. (2003) *La segregación social del espacio en las ciudades de América Latina*. Washington DC, Banco Interamericano de Desarrollo, Departamento de Desarrollo Sostenible, División de Programas Sociales.
- Salgueiro, T.B. (1999) “Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano”. *Inforgeo, Espaços Urbanos*, 14, 65-76.
- Shevky E., Bell W. (1955) *Social Area Analysis*. Stanford, Stanford University Press.
- Smith, N. (1990) *Uneven Development: Nature, Capital, and the Production of Space*. Athens, GA, University of Georgia Press.
- Sposito, M. E. B. (2013). Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: Vasconcelos, P. de A.; Corrêa, R. L.; Pintaui, S. M. (orgs.) *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Editora Contexto, 61-94.
- Sweetser F. L., 1965, Factorial ecology: Helsinki, 1960. *Demography*, 2, p.372–386.
- Torgersen, U. (1987) Housing: the Wobbly Pillar under the Welfare State. *Scandinavian Housing and Planning Research*, 4 (sup1), p.116-126.
- Van Kempen, R.; Özüekren, A.S. (1998) Ethnic Segregation in Cities: New forms and Explanations in a Dynamic World. *Urban Studies*, 35(10), 1631-1656.
- Vasconcelos, P. A. “Contribuição para o debate sobre processos e formas socio-espaciais nas cidades”. In: Vasconcelos, P. A.; Corrêa, R. L.; Pintaui, S. M. (Org.) *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, p. 17-37.
- Vasconcelos, P.A. (2020) Uma discussão sobre o uso dos conceitos de processos (e formas) espaciais nas cidades brasileiras. *Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia*, nº44 (<https://journals.openedition.org/confins/27344>).
- Villaça, F. (2013) *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel.
- Wong, D.W.S. (1999) Geostatistics as measures of Spatial Segregation. *Urban Geography*, 20 (7), p.635-647.

Olhares geográficos sobre a fragmentação urbana

Teresa Barata-Salgueiro

Universidade de Lisboa

Introdução

Nos anos 90 tornou-se evidente que as áreas urbanas estavam a mudar significativamente no sentido do policentrismo e da fragmentação territorial. Em sentido lato, pode dizer-se que fragmentação se refere à tendência para multiplicação de formas espaciais e grupos sociais diferentes embora mantendo a contiguidade espacial, ao contrário da segregação dominante na cidade industrial. Uso segregação espacial no sentido usado por Castells (1972, 218) para quem “segregação é a tendência para organização do espaço em áreas de grande homogeneidade interna e forte disparidade entre elas, não só em termos de diferença, mas também de hierarquia” (sublinhado meu).

A fragmentação tem sido objeto de estudo de várias disciplinas. Nas Ciências Sociais, para além dos questionamentos teóricos que atribuem grande peso à reestruturação da economia com a globalização, a pesquisa tende a privilegiar três áreas, a da recomposição social que se debruça sobre o aumento do número de condições sociais, a espacial que dá conta do ‘novo arquétipo’ para a forma urbana (Hall, 2003), e a institucional, sobre o papel do Estado, como referem Roitman et al. (2010), entre outros.

No caso dos geógrafos, posição privilegiada neste texto, parece mais adequado usar fragmentação socio-espacial dada a forte ligação entre a dimensão socioeconómica e a sua expressão espacial que só a comodidade expositiva justifica separar. Este tipo de fragmentação respeita aos processos contemporâneos que recompõem as metrópoles á microescala do enclave, abarcando mudanças na forma urbana, na organização funcional e na apropriação do espaço. Assim, depois de uma nota sobre as principais linhas de explicação, o texto prossegue para a discussão da fragmentação socio-espacial, seguido de referências complementares à questão institu-

cional e social. No final alinham-se umas reflexões sobre a relação entre segregação e fragmentação.

Buscando a explicação

A origem das mudanças na organização urbana e nas dinâmicas socio-espaciais foi, primeiro, procurada na reestruturação económica responsável pela forte polarização de rendimentos que se verificou na transição da sociedade industrial para a dos serviços e do conhecimento. O avanço da globalização e profundas alterações tecnológicas no último quartel do século XX contribuíram para a intensificação da urbanização (Scott, 2008), embora se tenha assistido a uma transformação qualitativa da natureza do próprio processo. Desenvolveu-se um novo tipo de relações entre cidades, ao mesmo tempo que se verificavam alterações no modo de produção e na base económica de muitas regiões, com a mudança na composição sectorial do emprego e uma nova segmentação espacial do processo produtivo, em paralelo com profundas transformações sociais e culturais (Dear, 2000; Soja, 2000). À recomposição geográfica da produção, associada à mobilidade dos capitais, juntou-se mais recentemente a importância explicativa da financeirização na acumulação do capital (Aalbers, 2008 e 2019).

Foram identificadas situações de polarização salarial e dualização do mercado de trabalho refletidas na ocupação do espaço e em novas oposições entre o centro e a periferia, alicerces da teoria sobre a cidade dual (Sassen, 1991; Mollenkopff & Castells, 1991). As leituras binárias do urbano parecem redutoras face à complexidade que a reconfiguração contínua da cidade como espaço económico do capitalismo global hoje coloca. Se é verdade que as classes médias, que foram um pilar da cidade fordista, ‘emagreceram’, também é certo que os grupos intermédios continuam a ter grande importância nas nossas sociedades. Assim, nas críticas às teses da dualização avulta a questão de privilegiarem a desigualdade salarial, quando na diversidade social convergem outras dimensões (Mingione, 1991; Marcuse, 1989; Marcuse & van Kempen, 2000), resultando na contradição entre polarização (rendimentos) e fragmentação (diversidade), além de focarem resultados de processos, mais do que as suas causas.

Mingione (1991) foi sensível à co-presença de polarização socioeconómica e fragmentação e avançou o conceito de polarização fragmentada. Marcuse (1989) e Marcuse & van Kempen (2000, 20) sublinham que os modos que marcam a diferenciação são hoje mais duros do que a segre-

gação tradicional, chegando a assumir a forma de muros (reais ou simbólicos) que protegem os privilegiados dos mais pobres. Numa aplicação ao crescimento das grandes metrópoles espanholas, Porcel & Antón (2020) identificam simultaneamente processos de polarização e fragmentação.

À escala local e regional, a leitura binária que opõe o centro à periferia perdeu terreno numa época em que se regista um aumento da complexidade, no centro e na periferia, devido ao efeito combinado de processos migratórios a várias escalas e de vários tipos (dos ciclos de urbanização às migrações internacionais, dos pendulares aos nómadas digitais e ao turismo), intervenções de regeneração urbana e da gentrificação. Envolvendo simultaneamente crescimento e transformação no exterior e recomposição interna das cidades, Soja (1995) identifica seis processos ‘pós-modernos’ de urbanização, cada um associado a um aspeto particular de reconfiguração da forma urbana. Referindo-se à mudança no papel integrador das redes de serviços urbanos no crescimento das urbes com a privatização e consequente gestão diferenciada dos vários espaços pelos grandes operadores, Graham & Marvin (2001) cunharam a expressão ‘urbanismo estilhaçado’, numa obra que teve grande influência na produção académica sobre fragmentação urbana.

A uma escala macro, a tese da fragmentação espacial, ao sublinhar a descontinuidade territorial dos fragmentos e a importância das conexões em rede em detrimento das hierarquias, encaixa bem na tese da urbanização planetária de Brenner & Schmidt (2015) e na ideia de policentrismo. Aquela tese considera o urbano como um processo de transformações socio-espaciais mediadas pelas formas capitalistas da industrialização que abarca zonas de urbanização concentrada (territórios contínuos) e áreas mais ou menos distantes de extended urbanization. À escala micro, a fragmentação dá conta do arranjo espacial das atividades e grupos sociais num padrão complexo que Hall (2003) classifica como ‘segregação de grão fino’ e Smith (1996) associa com a maior intensidade da segregação visível ‘à microescala’. Deve notar-se que os progressos na cartografia permitiram identificar diferenças entre unidades a uma escala micro (Prévôt-Schapira, 2005).

Outra linha importante de explicação emana do estudo dos condomínios residenciais fechados¹ em cuja expansão desempenha um papel relevante a perceção da cidade como espaço de conflito e insegurança. Esta

¹ Existem várias designações para esta forma de habitar a que chamarei apenas condomínios fechados

situação é particularmente destacada no Brasil e outros países da América Latina, África do Sul, Paquistão e algumas regiões dos Estados Unidos. Noutras regiões, como na Europa e partes da Ásia, a presença dos condomínios fechados articula-se com outras vantagens, como a existência de jardins, piscinas e espaços de jogos, e símbolos de status, e não tanto com a segurança.

Nalguns lugares os condomínios são verdadeiros enclaves securitários (Davis, 1990) que traduzem o descrédito na capacidade do Estado em responder ao aumento da violência, como mostram as entrevistas conduzidas em São Paulo por Caldeira (2000) e em cidades médias do Brasil por Sposito & Góes (2013), também discutido por Soja (2000). O sentimento de medo leva à procura de sítios seguros para a realização da vida e à transferência para empresas privadas dos encargos com a segurança. Isto corresponde à transformação da segurança num bem transacionável no mercado, em vez de ser um bem público ou um direito, como sublinha Ramoroka (2014) ou, nas palavras de Sposito & Góes (2013, 277-8): “mudou a posição dos sujeitos que passaram de cidadãos que reclamam direitos a consumidores que demandam produtos e serviços personalizados e individualizados, como apenas o mercado é capaz de oferecer”. Depois, a sua existência propicia a própria espiral de violência, como também assinala Kaker (2014).

Fragmentação socio-espacial

A fragmentação socio-espacial refere-se aos processos conducentes a formas estilhaçadas de ocupação do espaço marcadas pela existência de enclaves e/ou centralidades sem continuidade com a estrutura socio-espacial envolvente (Barata-Salgueiro, 1998). Incide na forma urbana propriamente dita e na organização funcional do espaço produzido para o uso, pois como diz Santos (1994,16) “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinónimo de espaço habitado” o qual está em recomposição permanente. Nos processos conducentes à transformação avultam o modo assumido pelo crescimento urbano, com tendência para o policentrismo, o enclavismo na produção e apropriação, com realce para a pesquisa sobre condomínios residenciais fechados, sobre o consumo e sobre a gentrificação, temas que, todavia, ultrapassam muito o âmbito da fragmentação socio-espacial.

Crescimento urbano e policentrismo:

As cidades crescem por renovação dos tecidos construídos, no geral com aumento da densidade de ocupação (infilling), e por extensão periférica. Mais recentemente a estes dois processos básicos veio juntar-se o que se pode designar por ‘projeções’ (leapfrogging), formas descontínuas em áreas mais afastadas. Muitos trabalhos desenvolvem análises quantitativas e produção de indicadores sobre a fragmentação, o grau de policentrismo e a forma do crescimento das áreas urbanas. Uma pesquisa sobre a evolução do padrão de expansão urbana desde o início do séc. XIX revela aumento da diversidade no uso do solo, da fragmentação na estrutura, e de complexidade na geometria (Liu et al., 2016). Para estes autores a evolução nas cidades estudadas traduz a mudança na dominância entre as três formas de crescimento.

A extensão periférica acentuou-se com o aumento da mobilidade e faz-se com usos variados que ora se dispersam, ora se concentram em centralidades novas, com forte capacidade atrativa de fluxos de vária ordem. Mais do que uma extensão da cidade, os desenvolvimentos pós-suburbanos recriam e são alternativas funcionais, como centros de emprego e de oferta de serviços, à cidade na periferia, edge cities (Garreau, 1991), cidades exteriores ou exopolis (Soja, 1992). Ao cavalgar os limites administrativos põem problemas de gestão a nível local que podem forçar a redefinição dos perímetros urbanos ou criação de órgãos de gestão a nível metropolitano ou regional. Muito frequente nos Estados Unidos (Le Goix, 2002), também é referido em Buenos Aires (Pirez 2002; Prévot-Schapira, 2005) e Calgary (Han, 2019).

Na cidade contemporânea, a interdependência entre áreas funcionalmente diferenciadas polarizadas pelo centro está a ser substituída por relações complexas entre bens, serviços e lugares ligados pelos padrões da vida social e a continuidade centro-periferia deu lugar à organização em rede, devido à multiplicação das centralidades, novas áreas de concentração comercial e de serviços e novos pólos de atividade, que orientam a constituição da centralidade urbana à escala da cidade e interurbana (Spósito, 2013). O policentrismo é, pois, uma das características dos sistemas urbanos contemporâneos urdidos por redes de relações diversas a várias escalas em simultâneo. Considerando a escala intermédia da cidade-região, o policentrismo desenvolveu-se devido à perda de hegemonia do centro único e à formação de novas centralidades, nas periferias e na cidade interior. Uma das reestruturações de Soja (1995) combina, precisamente,

descentralização e recentralização, com a periferação do centro e a centralização da periferia nas exopolis.

Enclaves

Os enclaves são implantações que introduzem uma diferença brusca em relação ao tecido envolvente em termos funcionais, sociais ou morfológicos; pode existir contiguidade espacial, todavia sem continuidade. Na literatura sobre fragmentação urbana este conceito aparece ligado aos condomínios fechados, com grande presença nas cidades do Sul global, mas a lógica de enclave estende-se às novas centralidades funcionais mais ou menos especializadas, como centros de negócios, de ócio e comerciais, que partilham com os condomínios a rutura física, o caráter privado, por vezes exclusivo, a segurança.

Os condomínios fechados, guetos de ricos ou gated communities, são complexos residenciais cerrados, de acesso condicionado, que incluem áreas de lazer mais ou menos extensas e diversificadas, espaços de circulação e serviços, tradicionalmente de provisão pública. São espaços onde as famílias usufruem de vários serviços comuns, sentem-se entre iguais e protegidas do mundo exterior, percebido como ameaçador. Na sua caracterização existe quase unanimidade na referência à restrição do acesso, características físicas e situação jurídica que obriga os residentes à partilha de códigos de conduta e despesas de manutenção (Atkinson & Blandy, 2005). Os condomínios representam um novo tipo de produto imobiliário, uma vez que a transação envolve um pacote que inclui segurança, serviços e outras comodidades (amenities), sinal de status, os vizinhos certos, para além do alojamento (Barata-Salgueiro, 1994 e 1997). Isto chama a atenção para a importância renovada do imobiliário na produção urbana, bem como a dimensão simbólica do habitat na sociedade de consumo. O valor simbólico do espaço no reconhecimento do estatuto social e de um modo de vida exclusivo adquiriu dimensões políticas de afirmação nalguns países na fase do pós-socialismos (Hirt & Petrović, 2011) e na China (Wu, 2005; Wang & Pojani, 2020) onde se colocam vários problemas à abertura dos condomínios fechados determinada por lei de 2016, como estes últimos autores expõem. Para uma leitura pluridisciplinar com exemplos de várias regiões do globo e.g. Glasze et al. (2006).

Imagem urbana e apropriação do espaço

Ao distinguir-se da envolvente, os grandes projetos de uso terciário, habitacional ou misto, de tipo enclave, isolados ou no seio de territórios com outro uso, adquirem grande visibilidade, diferenciam-se da organização tradicional em manchas homogêneas e traduzem uma lógica pontual de apropriação do espaço que substitui a continuidade anterior e segmenta o território, condicionando os padrões de mobilidade. Podem surgir em áreas de malhas antigas homogêneas, fruto de ações de renovação urbana, no quadro de operações de regeneração de tecidos existentes ou em sítios de produção nova, num padrão algo aleatório, produto das oportunidades no mercado imobiliário. Do ponto de vista urbanístico têm, no geral, um forte impacto na imagem urbana, como exemplificam o bairro Berrini ou a operação Faria Lima em São Paulo (Carlos, 2002), a Plaza Carso na cidade do México (Olivera Martinez, 2017), Puerto Madero em Buenos Aires (Pirez, 2002), Puerto Norte em Rosário (Kozak & Feld, 2018), entre tantas outras operações semelhantes; já os condomínios fechados apresentam grande variabilidade dimensional e arquitetônica.

Estas intervenções contribuem para o incremento da fragmentação física ao erguer barreiras de vários tipos, desde vias rápidas a muros, que limitam os movimentos e condicionam as práticas quotidianas dos cidadãos (Jirón & Mansilla, 2014), contribuem para a rutura das relações sociais com a envolvente e para o desaparecimento do espaço público. Com efeito, na cidade fragmentada cresce a dessolidarização do entorno, porque os indivíduos e atividades participam de modo crescente em redes de relações à distância, em paralelo, ou em alternativa, com as relações de proximidade (Barata-Salgueiro, 2001). O centro das metrópoles perdeu dominância à escala regional, mas acolhe funções determinadas por processos longínquos de caráter global, pela atividade das empresas transnacionais (franquias e outras) e presença de consumidores com proveniências muito variadas, amplas e distantes, como sucede nas cidades de turismo, como Barcelona (Frago, 2021) ou Lisboa (Barata-Salgueiro et al., 2017). Os residentes nos enclaves de luxo não têm relações com as populações próximas, mesmo quando o condomínio lhes assegura trabalho. Isolamento recíproco e fechamento, indiferença mútua e medo explicam que usem o território, da cidade e para além dela, de forma pontual, para desenvolver as práticas que constituem o seu quotidiano (Bayón & Saraví, 2013; Wang et al., 2012). Assim, Dammert (2004) pode referir que se está a construir uma cidade sem cidadãos, uma ‘não-cidade’ na qual as pessoas não interagem, apenas se movem no espaço.

Ainda na esfera da apropriação do espaço, a gentrificação é uma realidade decisiva na introdução da diferença, em termos habitacionais ou de atividades terciárias, pela falta de continuidade com o entorno e as pré-existências, como Mendes (2011; 2021) vem há vários anos aprofundando, em termos teóricos e no caso de Lisboa. Gentrificação que também se estende ao comércio e serviços que tomam por alvo os novos residentes ou visitantes e que a turistificação de tantas cidades, especialmente nas áreas centrais ou fruto de regeneração, reforça (Barata-Salgueiro et al., 2017; Montezuma e McGarrigle, 2018).

Políticas públicas, gestão urbana e planeamento

Do ponto de vista institucional, propiciam as mudanças assinaladas a recomposição do Estado a vários níveis, a adoção de modelos de governança com aumento da participação privada, e mudanças nas políticas públicas e no planeamento ao serviço do crescimento económico e da competitividade.

Nas últimas décadas, assistiu-se a alterações na administração pública com transferência de competências para o nível supranacional e descentralização para as regiões e municípios, com modificações nos modos de governação. O aumento da velocidade e a facilidade de comunicações fez perder muitas das vantagens tradicionais dos lugares, estendeu a competitividade aos territórios, contribuindo para alterações na sua posição relativa, e determinou mudanças na gestão urbana que tende a adotar uma orientação de tipo empresarial, favorável ao crescimento económico, atração de investimentos e provisão de serviços segundo princípios de mercado, envolvendo privatização, parcerias e outras formas de associação. A privatização na provisão das infraestruturas básicas e do próprio espaço público (sky walks e vias particulares nos condomínios, centros de atividades e shoppings, zonas verdes) contribui para acentuar a diferença na qualidade dos serviços e no acesso a determinados espaços, e para o enfraquecimento da esfera pública, de reunião e confronto da diversidade social, numa verdadeira “implosão da vida pública nas cidades” (Caldeira, 2003,301). Com efeito, a orientação para o crescimento económico, combinada com problemas de financiamento dos governos locais, levou à subordinação das políticas sociais às da economia e da acumulação do capital, responsáveis pelo aumento da fragmentação e das desigualdades (García-Ellín, 2009; Janoschka, 2002; Prévôt-Schapira & Cattaneo, 2008).

O zonamento adotado nos planos territoriais contribuiu para dispor os grupos sociais e as atividades económicas em espaços próprios entre os quais se desenvolvem trocas, tecem interdependências e solidariedades. Com a governança empresarial definiram-se estratégias que envolvem ações profundas de regeneração urbana, criação de cidades novas ou novas centralidades suportadas muitas vezes por campanhas de marketing territorial que subvertem aquele esquema. Com efeito, notou-se uma tendência para substituir as abordagens integradas dos planos a favor de visões sectoriais e parcelares, dando mais força aos promotores privados como motores da mudança, com o risco da especulação imobiliária produzir um modelo de expansão territorial difuso e fragmentado, como em Toledo (Escudero Gómez, 2018), ou descontrolado, como em Accra (Grant & Yankson, 2003; Larbi 1996). O próprio Estado pode incentivar a fragmentação territorial através dos 'loteamentos de interesse social' (Jacquin & Capron, 2008) ou conjuntos de habitação social (Tapia Zarricueta, 2014), grandes infraestruturas, cidades novas, como em Hanói (Labbé & Boudreau, 2011), ou grandes urbanizações para estimular o crescimento económico, como sucedeu na China desde o plano de 2001 a 2006 (Den Hartog, 2015).

A fragmentação social

O aumento da mobilidade e da informação permitem uma maior variedade de contactos entre indivíduos que se segmentam e desmultiplicam por diversos papéis e identidades e entre redes de práticas socioculturais, o que implica um contínuo reajustamento das matrizes identitárias dos sujeitos. Neste domínio encontram-se trabalhos que privilegiam as escolhas dos indivíduos quanto a referenciais identitários e padrões da vida social, designadamente à luz da lógica do consumo, os que destacam as perceções individuais ou coletivas face ao espaço, principalmente o aumento do medo, suas motivações e consequências, já anteriormente mencionado.

O crescimento das desigualdades, as migrações e a multiplicação das escolhas individuais em termos de valores e estilos de vida contribuem para a extrema diferenciação e complexidade do espaço social nas metrópoles. O aumento dos segmentos, quase uma pulverização de condições, não permite mais reduzir a leitura do espaço social a uma só dimensão nem à hierarquia usadas no conceito de segregação, antes requer interpretações multidimensionais. Com a expansão da sociedade do consumo,

assistiu-se ao enfraquecimento do sistema tradicional de reconhecimento social baseado na origem e nas classes sociais e à emergência de novos símbolos na composição das identidades, porque as pessoas transferiram a sua identificação para os objetos, serviços e lugares que consomem, mostrando com isso um estilo de vida particular, uma imagem do ser e do parecer (Cachinho, 2006 e 2011). O consumo fornece os códigos de identificação que liga os indivíduos a grupos que partilham os mesmos valores e interesses e se afirmam através daquilo que consomem, como consomem, e onde consomem. Assim, os novos símbolos de afirmação incluem o tipo de residência, as atividades e os lugares que se frequenta para compras e lazer que se tornaram mais homogêneos. Mesmo partilhando gostos idênticos e usando roupas aparentemente iguais, Caldeira (2001) assinala que os jovens residentes nos enclaves da elite ou nos bairros pobres da periferia de São Paulo não se encontram para socializar.

As elites continuam a ser uma minoria privilegiada, pelo que os grupos intermédios desempenham um papel relevante na reconfiguração do consumo urbano no Sul global (Short & Martínez, 2020), por vezes facilitado pelo acesso ao crédito bancário (Lévy, 2018). Ao focar o consumo, deve ter-se presente que, apesar da polarização dos rendimentos, importantes segmentos com baixo poder aquisitivo foram incorporados recentemente na sociedade de consumo no Brasil, na China e noutras regiões, o que se traduziu em mudanças na produção do espaço e na sociabilidade urbana. Magrini & Catalão (2017) salientam o papel ambivalente do consumo que, por um lado, tem potencial para ajudar a integração na cidade e a construção da cidadania, mas, por outro lado, é uma fonte de alienação, de desmobilização social e catalisador da fragmentação socio-espacial.

Os novos padrões de mobilidade e o turismo reforçam a diversidade cultural e étnica e contribuem para a formação de redes de relações descontínuas. Ao mesmo tempo, a emergência das ‘novas classes criativas’ e a gentrificação contribuem para acentuar a diversidade cultural, dos estilos de vida e padrões de consumo das cidades e comunidades (Malheiros et al., 2013; Steel, 2013) que adquirem também maior importância na literatura académica e no discurso dos decisores.

Fragmentação versus Segregação

A emergência da cidade fragmentada não anula, por substituição, a cidade segregada característica do capitalismo industrial, mas insere-se

nela, correspondendo a um novo ciclo, talvez mesmo um novo modelo de organização socio-espacial, produto de realidades novas no domínio social, da apropriação do espaço e da sua produção. Para o caso das cidades da América Latina, Borsdorf et al. (2007) falam de um novo modelo e Prévôt-Schapira (2005) de um novo ciclo que sucede ao período desenvolvimentista dos anos 40 a 70 do séc. XX, em que as cidades eram motoras da modernização.

Pode dizer-se que no mosaico de grandes áreas mapeadas pelos indicadores tradicionais da segregação social baseados na posição face à produção e, por vezes, origem étnica (bairros pobres, de grupos remediados, de classes altas, de imigrantes), vieram justapor-se, por vezes a nível micro, realidades dissonantes, como enclaves de estrangeiros não imigrantes em bairros populares (nómadas digitais e turistas, assinalado em Barcelona por Cocóla-Gant e Lopez-Gay, 2020), residências de luxo no seio de bairros da burguesia local, mero instrumento financeiro do capital internacional, que ficam desocupadas grande parte do tempo, como sucede em Londres (Atkinson, 2018) e muitas outras cidades. Processo do mesmo tipo é desencadeado por ex-cidadinos que se fixam em aldeias da periferia metropolitana, em busca de espaço e de proximidade à natureza, num movimento que a pandemia da COVID-19 e a facilidade de trabalho remoto aceleraram.

Vários autores destacam a perda de unidade da cidade fragmentada, conjunto que tende a perder a capacidade de coesão ao distanciar-se (definitivamente?) dos ideais democráticos da liberdade, da igualdade de direitos e da tolerância. Assim, ao dar conta das mudanças em curso, Amin & Graham (1997) salientam o colapso da noção moderna de cidade entendida como espaço unitário, coerente e internamente integrado, facilmente distinto do que a cerca. Também Sposito e Góes (2013, 301) acentuam que “a superação do centro principal como o lugar de todos, como continente de práticas [...] em que as diferenças se defrontam, dificulta a compreensão da cidade como totalidade”.

Por fim, ainda uma referência aos padrões de sociabilidade e interação. Com a fragmentação assistiu-se a uma alteração nas lógicas de produção do espaço e nas formas de apropriação. Alguns autores sublinham que a fragmentação não emana unicamente da separação residencial, mas também do uso do tempo e do espaço no que se refere às práticas de lazer, de compras, de convívio e sociabilidade (Wang et al., 2012; Jirón & Mansilla, 2014). A escala de segregação até pode diminuir porque ricos e pobres vi-

vem fisicamente próximos, mas os espaços de interação e encontro tornaram-se mais homogêneos e distantes em termos sociais, bem exemplificado nos shoppings e clubes que visam clientela específica, o que contribui para minar a coesão social (Bayón & Saraví, 2013).

O desaparecimento do espaço público, enquanto lugar de informação e interação para todos, palco da diversidade e da pluralidade enriquecedora, pode esvaziar a cidade da riqueza social e do confronto produtivo de ideias que sempre fizeram a sua fortuna, um espaço de trocas, não apenas de bens, mas também, e principalmente, de ideias.

Referências

- Aalbers, M.B. (2019). Financialization. Em D. Richardson, N. Castree, M.F. Goodchild, A.L. Kobayashi & R. Marston (Eds.), *The International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment, and Technology*. Oxford: Wiley.
- Aalbers, M.B. (2008). The Financialization of Home and the Mortgage Market Crisis, *Competition & Change*, 12 (2), 148–166.
- Amin, A., & Graham, S. (1997). The Ordinary City. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 22(4), 411-429.
- Atkinson, R. (2018). Necrotexture: Lifeless Dwellings and London's Super-Rich. *International Journal of Urban and Regional Research*, 43 (1), 2-13.
- Atkinson, R. & Blandy, S. (2005). Introduction: International Perspectives on The New Enclavism and the Rise of Gated Communities. *Housing Studies*, 20(2), 177-186.
- Barata-Salgueiro, T. (1994). Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. Finisterra. *Revista Portuguesa de Geografia*, 29(57), 79-101, traduzido para castelhano em 1995. *Revista de Geografia*, Barcelona, 29(2): 53-67.
- Barata-Salgueiro, T. (1997). Lisboa metrópole policêntrica e fragmentada. Finisterra. *Revista Portuguesa de Geografia*, 32(63), 179-190.
- Barata-Salgueiro, T. (1998). Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. *InforGeo*, Lisboa, 12/13, 225-236. Também publicado em *Território*, Rio de Janeiro, 4, 39-53.
- Barata-Salgueiro, T. (2001). Lisboa. Periferia e Centralidades. Oeiras: Celta.
- Barata-Salgueiro, T., Mendes, L. & Guimarães, P. (2017). Tourism and Urban Changes: Lessons from Lisbon. Em M. Gravari-Barbas & S. Guinand (Eds.) *Tourism and Gentrification in Contemporary Metropolises*. International Perspectives (pp. 255-275). Londres e N. Iorque: Routledge.
- Bayón M.C. & Saraví, G.A. (2013). The cultural dimensions of urban fragmentation: Segregation, sociability, and inequality in Mexico City. *Latin American Perspectives*, 40(2), 35-52.

- Borsdorf A., Hidalgo R. & Sánchez, R. (2007). A new model of urban development in Latin America: The gated communities and fenced cities in the metropolitan areas of Santiago de Chile and Valparaíso. *Cities*, 24 (5), 365-378.
- Brenner, N. & Schmid, C. (2015). Towards a new epistemology of the urban? *City*, 19(2-3), 151–182.
- Cachinho, H. (2006). Consumactor: da condição do indivíduo na cidade pós-moderna, *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 41(81), 33-56.
- Cachinho, H. (2011). Urban Retail Dynamics: from shopping spaces to consumer places. Em T.Barata-Salgueiro & H.Cachinho (Eds.) *Retail Planning for the Resilient City. Consumption and Urban Regeneration* (pp.147-168). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Caldeira, T. (2000/2003). Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. (2ª edição). São Paulo: Editora 34 e Edusp - Editora da Universidade de São Paulo.
- Carlos, A.F. (2001). Espaço-Tempo na Metrópole. A fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto.
- Cocóla-Gant, A. & Lopez-Gay, A. (2020). Transnational gentrification, tourism and the formation of ‘foreign only’ enclaves in Barcelona”. *Urban Studies*, 57(15), 3025–3043.
- Dammert L. (2004). ¿Ciudad sin ciudadanos? Fragmentación, segregación y temor en Santiago. *Eure*, 30(91), 87-96.
- Davis, M. (1990/2006). *City of Quartz. Excavating the future in los Angeles.* (Reimpressão). Londres e N.Iorque: Verso.
- Dear, M.J. (2000). *The Postmodern Condition.* Oxford: Blackwell.
- Den Hartog, H. (2015). Open city or fragmented city? The neighbourhood unit as cause and remedy. *Territorio*, 74, 69 - 75.
- Escudero Gómez L.A. (2018). Procesos de urbanización difusos y estructuras urbanas fragmentadas: El caso de Toledo (Castilla-La Mancha, España). *Ciudad y Territorio Estudios Territoriales*, 50 (197), 517-538.
- Frago, L. (2021). Impact of COVID-19 Pandemic on Retail Structure in Barcelona: From Tourism-Phobia to the Desertification of City Center. *Sustainability*, 13, 8215.
- García-Ellín J.C. (2009). Gated communities and housing projects: The control of public space in San Juan. *Southeastern Geographer*, 49(4), 354-375.
- Garreau, J. (1991). *Edge Cities.* N.Iorque: Doubleday Books.
- Glasze, G., Webster, C. & Frantz, K. (eds.) (2002). *Private Cities. Global and Local Perspectives.* Londres e N. Iorque: Routledge.
- Graham, S. & Marvin, S. (2001). *Splintering urbanism: Networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition.* Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Grant, R.& Yankson P. (2003). Accra. *Cities*, 20(1), 65-74.

- Hall, P. (2003) The end of the city? The report of my death was an exaggeration. *City*, 7(2), 141-152.
- Han, A.T. (2019). The implication of regional and local growth management policies on sprawl: A case of the Calgary Metropolitan Area. *Journal of Urban Affairs*, 41(8), 1103-1122.
- Hirt S. & Petrović M. (2011). The Belgrade Wall: The Proliferation of Gated Housing in the Serbian Capital after Socialism. *International Journal of Urban and Regional Research*, 35(4), 753-777.
- Jacquín, C. & Capron, G. (2008). De la gated community au lotissement géant mexicain, une version bon marché de la fermeture résidentielle. *Cahiers des Amériques Latines* 59, 33-53.
- Janoschka, M. (2002). El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización. *EURE*, 28(85), 11-20.
- Jirôn P. & Mansilla P. (2014). Las consecuencias del urbanismo fragmentador en la vida cotidiana de habitantes de la ciudad de Santiago de Chile. *EURE*, 40(121), 5-28.
- Kaker S.A. (2014). Enclaves, insecurity and violence in Karachi. *South Asian History and Culture*, 5(1), 93-107.
- Kozak D. & Feld N. (2018). Grandes proyectos urbanos y su relación con la ciudad: El caso de Puerto Norte (Rosario, Argentina). *EURE*, 44(133), 187-210.
- Labbé D. & Boudreau J.-A. (2011). Understanding the causes of urban fragmentation in Hanoi: The case of new urban areas. *International Development Planning Review*, 33(3), 273-291.
- Larbi, W.O. (1996). Spatial planning and urban fragmentation in Accra. *Third World Planning Review*, 18(2), 193-194.
- Le Goix, R. (2002). Les gated communities à Los Angeles, place et enjeux d'un produit immobilier pas tout à fait comme les autres. *L'Espace Géographique*, 31 (4), 328-344.
- Lévy K. (2018). La ville cachée: Pratiques et stratégies des acteurs de l'urbain dans la diffusion des complexes fermés à Johannesburg. *Annales de Géographie*, 720, 192-218.
- Liu Z., He C. & Wu J. (2016). General spatiotemporal patterns of urbanization: An examination of 16 world cities. *Sustainability (Switzerland)*, 8(1), 1-15
- Magrini M.-A. & Catalão I. (2017). From the right to consumption to the right to the city: Contradictions and convergences. *EURE*, 43(130), 25-46.
- Malheiros J., Carvalho R. & Mendes L. (2013). Gentrification, residential ethnization and the social production of fragmented space in two multi-ethnic neighbourhoods of Lisbon and Bilbao. *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, (48)96, 109-135.
- Marcuse, P. (1989). 'Dual city': a muddy metaphor for a quartered city. *International Journal of urban and Regional Research*, 13(4), 697-708.

- Marcuse, P & van Kempen, R. (2000). Introduction. Em P. Marcuse & R. van Kempen, *Globalizing Cities. A new spatial order?* (pp.1-21). Londres: Blackwell.
- Mendes, L. (2011). Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. *Cadernos Metrópole*, 13(26) 473-495.
- Mendes, L. (2021). Transnational gentrification and the housing market during pandemic times, Lisbon style. *Urban Geography*, 42(7), 1003-1010.
- Mingione, E. (1991). *Fragmented Societies. A Sociology of Economic Life beyond the Market Paradigm*. Oxford and Cambridge, MA: B. Blackwell.
- Mollenkopf, J. & Castells, M. (Eds.) (1991). *Dual City. Restructuring New York*. N.Iorque: Russel Sage.
- Montezuma, J. & McGarrigle, J. (2018). What motivates international home-buyers? Investor to lifestyle ‘migrants’ in a tourist city. *Tourism Geographies*, 21(2), 214-234 (publ online em 22 maio de 2018).
- Olivera Martínez, P. (2017). La tematización como estrategia de consumo de la Ciudad. Em J. Gasca Z. & P. Olivera M. (Coord) *Ciudad, Comercio Urbano Y Consumo: experiencias desde Latinoamérica y Europa* (pps.77-97). Cid do México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas.
- Pirez, P. (2002). Buenos Aires: fragmentation and privatization of the metropolitan city. *Environment and Urbanization*, 14(1), 145-158.
- Porcel, S. & Antón, F. (2020). Ciudad postindustrial y dinámicas socio-residenciales en España: un análisis comparativo de cinco metrópolis. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* (noviembre), 24(649), 1-33.
- Prévôt-Schapira, M.-F. (2005). De l’usage de la fragmentation urbaine en Amérique latine (vue de Buenos Aires). *Bulletin de l’Association de Géographes Français*, (décembre), 4, 483-495.
- Prévôt-Schapira M.-F. & Cattaneo R.P. (2008). Buenos Aires: La fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. *EURE*, 34(103), 73-92.
- Ramoroka, M.S.T. (2014). Gated-communities in South Africa’s urban areas 20 years into democracy: Old wine in newly designed bottles? *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 5(15), 106-110.
- Roitman S., Webster C. & Landman K. (2010) Methodological frameworks and interdisciplinary research on gated communities. *International Planning Studies*, 15(1), 3-23.
- Santos M. (1994), O retorno do território. Em M.Santos, M^aA. De Souza & M^a L. Silveira (orgs.) *Território. Globalização e Fragmentação* (pp 15-28). São Paulo: Hucitec, ANPUR.
- Sassen S. (1991). *The Global City*. New York, London, Tokyo. Princeton NJ: Princeton University Press.

- Scott, A.J. (2008). Resurgent Metropolis: Economy, Society and Urbanization in an Interconnected World. *International Journal of Urban and Regional Research*, 32(3), 548–64.
- Short J.R., & Martínez L. (2020). The urban effects of the emerging middle class in the global south. *Geography Compass*, 14(4).
- Soja, E. W. (1992/2004) Inside Exopolis: Scenes from Orange County. Em M. Sorkin (ed.) *Variations on a Theme Park. The New American City and the End of Public Space* (Tradução em castelhano). Barcelona: Gustavo Gili.
- Soja, E. W. (1995). Postmodern Urbanization: The six Restructuring of Los Angeles. Em S.Watson & K.Gibson (Eds.) *Postmodern Cities and Spaces* (pp.125-137). Oxford (UK) e Cambridge (US): Blackwell.
- Soja, E. W. (2000). *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell.
- Smith, N. (1996). *The new urban frontier. Gentrification and the revanchist city*. Londres: Routledge.
- Sposito, M.E. (2013). Centros e centralidades no Brasil. Em J.Fernandes & M.E. Sposito (orgs) *A nova vida do velho centro nas cidades Portuguesas e Brasileiras* (pp. 45-59). Porto: CEGOT.
- Sposito, M.E. & Góes, E.M. (2013). *Espaços Fechados e Cidades. Insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Steel G. (2013). Mining and tourism: Urban transformations in the intermediate cities of Cajamarca and Cusco, Peru. *Latin American Perspectives*, 40(2), 237-249.
- Tapia Zarricueta, R. (2014). Evolución del patrón espacial del emplazamiento de viviendas sociales en el Gran Santiago, Chile. 1980-2010. *Revista Geografica Venezolana*, 55(2), 255-274.
- Wang D., Li F. & Chai Y. (2012). Activity spaces and sociospatial segregation in Beijing. *Urban Geography*, 33(2), 256-277.
- Wang, H. & Pojani, D. (2020) The challenge of opening up gated communities in Shanghai. *Journal of Urban Design*, 25(4), 505-522.
- Wu, F. (2005). Rediscovering the 'Gate' Under Market Transition: From Work-unit Compounds to Commodity Housing Enclaves. *Housing Studies*, 20(2), 235-254.

(In)Justiça Espacial e Capital Espacial

Katielle Silva

Universidade Federal de Roraima

André Carmo

Universidade de Évora

Introdução

As preocupações com as relações entre (in)justiça e espaço na geografia não são recentes. Contudo, foi no final do século XX, no âmbito da construção de um pensamento espacial crítico vinculado à designada virada espacial, que se assistiu ao seu “retorno”, bem patente em conceitos como justiça espacial e/ou capital espacial.

A crescente relevância do espaço assenta no interesse em “romper” com a base historicista que comandou a produção do conhecimento no último século, tendo o tempo ganho primazia relativamente ao espaço e a história mais destaque do que a geografia, gerando aquilo que Soja (2010b) designa como “distorção ontológica”. Neste capítulo, pretende-se dar continuidade à trajetória de valorização do espaço na teoria e no pensamento social, de modo a compensar a sua reconhecida marginalização na produção do conhecimento (Soja, 2010a; 2010b).

Esta tarefa foi realizada a partir dos conceitos de (in)justiça espacial e capital espacial procurando realçar, por um lado, a relevância da dimensão espacial para a leitura da (in)justiça e, por outro, a noção do espaço como uma forma de capital dotada de atributos que, quando mobilizados por sujeitos “informados”, condicionam o alcance de determinados fins, sejam estes em direção ou não à promoção da justiça espacial.

A discussão do conceito de (in)justiça espacial baseia-se, fundamentalmente, no trabalho do geógrafo Edward Soja e a reflexão em torno do capital espacial explora alguns dos principais contributos teóricos da contemporaneidade, com destaque para a teoria actor-rede. Por fim, ensaia-se

uma aproximação à realidade empírica a partir da operacionalização deste último conceito, a partir de uma análise comparativo do uso do espaço pelos setores públicos e privados da saúde na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Deste modo, procurar-se-ão deslindar as contribuições dos conceitos de (in)justiça espacial e de capital espacial no âmbito do pensamento espacial crítico, procurando dar robustez ao debate sobre o papel do espaço na definição e materialização de práticas socioespaciais que podem gerar (in)justiça espacial. A abordagem da organização do serviço de urgências, setor da saúde escolhido para a análise, através das lentes da inclusão espacial e do espaço, afigura-se de grande relevância na geografia, uma vez que possibilita uma análise operacional da causalidade do espaço e do seu papel na (re)produção de (in)justiças espaciais. Sem deixar de reconhecê-lo inserido na prática de uma dialética socioespacial, confere verdadeiro protagonismo ao espaço.

(In)Justiça Espacial: variações em torno de uma ideia complexa

A (in)justiça espacial começou a ganhar mais notoriedade académica, intelectual e científica na última década do século XX, especialmente nas pesquisas sobre o espaço urbano (Malheiros e André, 2016), destacando-se o trabalho de Harvey (1980 [1973]; 1996; 1992) e, sobretudo, Soja (2009; 2010a; 2010b; 2011), pela sua proposição de uma teoria da (in)justiça espacial no quadro da construção de um pensamento espacial crítico, vinculado ao que ficou conhecido nas ciências sociais como virada espacial, embora, como afirmou Williams (2013), o conceito de justiça espacial continue a ser algo marginal no âmbito da geografia.

Com efeito, a associação dos termos justiça e espaço,

“[...] is not to compete with these alternative terms but to supplement their usefulness through a critical spatialization of justice as a concept, a rethinking in which the spatiality of justice is not only a descriptive material dimension but also a generative, explanatory, and causal force in and of itself” (Soja, 2010b, p. 630).

Reafirmar a dimensão espacial na compreensão de fenômenos sociais urbanos, situando o espaço como dimensão explicativa e/ou estratégia política, permite o enriquecimento analítico dos campos teórico e instrumental, mas também da prática política.

Sobretudo no campo da geografia, na qual os conceitos de espaço e território estão longe de serem sinônimos, torna-se indispensável explicar as diferenças entre estes conceitos e justificar a escolha do termo (in)justiça espacial em detrimento da (in)justiça territorial. Para Lee (2000) a justiça territorial é entendida como

[...] a aplicação dos princípios de justiça social às unidades territoriais. Como tal, pode ser o princípio de aplicação das políticas territoriais. Não obstante, a justiça territorial deve ter em conta tanto as condições de geração de riqueza e bem-estar social como sua distribuição, o que somente faz sentido dentro de um contexto particular de relações sociais [...] (p. 342).

O entendimento dos processos de produção de (in)justiça territorial está ligado à compreensão do processo de produção de riqueza e à natureza de sua distribuição, ainda que sem menção explícita ao espaço como elemento operante neste processo, apenas às unidades territoriais cuja dimensão social é central. Por seu turno, a preocupação com a distribuição de riqueza e seu contexto social de produção preserva uma essência semelhante à justiça espacial, estando este conceito ligado à distribuição de recursos e oportunidades, capaz de contrariar desigualdades (Malheiros e André, 2016; Soja, 2010a, Souza, 2011, Harvey, 1980 [1973]). Contudo, o binómio espaço/espacial é mais abrangente do que território/territorial, encontrando-se este último “contido” no primeiro. Conceitos como justiça ambiental ou territorial, por exemplo, podem ser mobilizados para reforçar aspectos específicos no quadro de uma (in)justiça espacial mais ampla (Souza, 2011, Soja, 2011).

Deste modo, a (in)justiça espacial além de chamar atenção para os processos sociais que estão na base da sua produção, o que inclui o entendimento da lógica de produção de um determinado espaço e os interesses subjacentes a esse processo, volta-se para a dimensão material enquanto componente operante da dinâmica social, englobando, assim, as preocupações da justiça territorial, mas “desmistificando” o espaço enquanto mera produção social cristalizada.

A ciência geográfica tem contribuído para as discussões sobre (in)justiça, sobretudo no ambiente urbano, embora grande parte das atuais reflexões intelectuais acerca deste tema venha da filosofia, da sociologia urbana, da ciência política, através de pensadores como Peter Marcuse, Susan Fainstein, Jon Liss, Núria Benach, Iris Marion Young e Nancy Fraser. Na geografia, os maiores nomes são, indiscutivelmente, David Harvey

e Edward Soja, este último fortemente inspirado pelas contribuições de Henri Lefebvre.

A aproximação com as ideias de justiça espacial com um caráter geográfico tem como marco a obra de Bleddyn Davies “Social Needs and Resources in Local Services”, publicada em 1968, na qual é usado o termo “justiça territorial” (Malheiros e André, 2016; Soja, 2010a). Embora Bennetot (2011 apud Lima, 2012) aponte Jean Gottmann como aquele que primeiro abordou a relação entre igualdade e justiça espacial em sua obra “La politique des États et leur géographie”, em 1951, o termo justiça espacial apareceu no âmbito de “Spatial Justice for the Black American Voter: the territorial dimension of Urbans Politics”, tese de doutoramento do geógrafo Jonh O’Loughlin, publicada em 1973 (Malheiros e André, 2016). Contudo, para Soja (2009), o reconhecimento das profundas ligações entre geografia e (in)justiça aconteceu verdadeiramente com *Social Justice and the City*, obra seminal publicada em 1973 por David Harvey. Nesta, as desigualdades e (in)justiças na cidade são discutidas a partir de duas visões contrastantes: uma de cariz liberal, influenciada por John Rawls e apenas metaforicamente espacial (Mendieta, 2011), e outra, de cunho socialista, na qual as forças capitalistas e a forma como (re)produzem desigualdades na cidade ganham destaque, tendo as ideias marxistas como norteadoras. Desse modo, JSC Harvey não avança sobre o papel que as espacialidades desempenham no processo de produção de cidades mais ou menos injustas, assumindo uma relativa inércia da espacialidade frente às dinâmicas sociais (Carmo, 2019).

Para Soja (2010b), embora o marxismo tenha a partir de suas ideias mudado a forma de pensar a geografia urbana, os pensadores que ficaram nele “presos” afastaram-se da dimensão espacial e da sua centralidade na explicação dos fenômenos urbanos. É certo que a espacialidade por si só não é capaz de garantir uma “produção” justa de cidade pois, como disse Marcuse (2009, p.54), “remédios” espaciais não são suficientes, quando se está sob um modelo social, econômico e político desigual. Todavia, o pensamento espacial crítico subjacente à teorização da (in)justiça espacial tenta afastar-se da sua redutibilidade à exploração descritiva da justiça social e busca uma espacialização do conceito (Soja, 2010b).

A viragem do século, em um contexto de globalização capitalista e processos de transformações econômicas profundas, geradores de geografias heterogêneas e marcada por profundas desigualdades socioespaciais, assinalou o avivamento dos estudos voltados para a relação entre

geografia e (in)justiça nas mais diversas áreas. No seio da ciência geográfica, as contribuições ao debate sobre (in)justiça espacial foram retomadas a partir dos anos 2000, ocupando o espaço posição central na análise. Nesta linha, em 2001, foi publicado por Mustafa Dikeç o artigo “Justice and the spatial imagination”; mais tarde têm-se as contribuições ao debate trazidas por Peter Marcuse, especialmente com a publicação, em 2009, do artigo “Spatial Justice: Derivative but Causal of Social Injustice”; e, logo a seguir, de modo mais extensivo, Soja (2010a) apresenta a noção de (in)justiça espacial assente em uma perspectiva espacial crítica (1993 [1989]; 1996; 2000), procurando resgatar e reforçar o papel do espaço no processo de produção e reprodução das (in)justiças espaciais e reequilibrar as dimensões social e espacial na explicação dos fenômenos urbanos. Isto não significa, porém, que se pretende negar a dialética socio-espacial nem reduzir a interpretação da (in)justiça à sua espacialidade.

A reflexão de Edward Soja no sentido de reconstruir as bases do pensamento espacial crítico não é nova. Na trilogia *Geografias Pós-Modernas – A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica* (1993 [1989]), *Thirdspace-Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places* (1996) e *Postmetropolis – Critical Studies of Cities and Regions* (2000) se entrecruzam ideias à volta do direito à cidade, dialética do espaço, *thirdspace*, causalidade espacial e perspectiva espacial em torno da teoria social, fundamentos do pensamento espacial deixado por este geógrafo. A aparente “obsessão” de Soja pelo número três (ex: dialética, *thirdspace*) indicava que após a publicação de *Postmetropolis*, último da sua trilogia, as reflexões sobre o pensamento espacial parariam ali e não viria mais nada de novo. Como nos lembrou Albet (2011), não foi o que pensou irônica e profeticamente David Clarke, no final de uma revisão desta obra, quando declarou aguardar pela quarta parte da trilogia de Soja.

De facto, dez anos mais tarde, em 2010, Soja publica *Seeking Spatial Justice*, incorporando, resumindo e contendo os fundamentos do seu pensamento espacial crítico, de uma forma mais acessível a um público muito mais amplo.

Antes disso, porém, já Soja (2009, p. 2) havia proposto três princípios que considera os pilares fundamentais do pensamento espacial crítico: (i) “The ontological spatiality of being”; (ii); “The social production spatiality”; (iii) “The socio-spatial dialectic”. Para Mendieta (2011), o nó górdio do pensamento espacial de Soja reside justamente na ausência de negação da espacialidade da existência social, procurando demonstrar-se que as

geografias produzidas num dado quadro social sempre estão embebidas de algum grau de (in)justiça.

É neste quadro de (re)produção do desenvolvimento desigual do espaço que situamos a relevância dos poderes públicos para colmatar as (in)justiças espaciais inerentes à produção das cidades. Por isso, é imprescindível perceber a forma como estes leem e usam o espaço na promoção de justiça espacial porque,

The political organization of space is a particularly powerful source of spatial injustice [...] The normal workings of an urban system, the everyday activities of urban functioning, is a primary source of inequality and injustice in that the accumulation of locational decisions in a capitalist economy tends to lead to the redistribution of real income in favor of the rich over the poor. This redistributive injustice is aggravated further by racism, patriarchy, heterosexual bias, and many other forms of spatial and locational discrimination. Note again that processes can operate without rigid forms of spatial segregation. Geographically uneven development and underdevelopment provides another framework for interpreting the process that produce injustices, but as with other process, it is only when this unevenness rigidifies into more lasting structures of privilege and advantage that intervention becomes necessary (Soja, 2009, p. 3).

Parece paradoxal buscar uma sociedade com mais justiça espacial quando se afirma que as desigualdades e injustiças são inerentes às práticas humanas e ainda mais exacerbadas dentro de uma lógica capitalista, cuja produção do espaço é guiada para a (re)produção do capital. Contudo, as desigualdades (re)produtoras de injustiças espaciais não têm o mesmo grau, havendo aquelas que são geradoras de “poucas consequências”, para utilizar as palavras de Soja (2010a, p. 73), e aquelas que marcam espaços de verdadeira opressão e que, por isso, são merecedoras de maior atenção e análise, sobretudo quando são mantidas por longos períodos e inscrevem espacialmente diferenças de classe, gênero ou raça.

A reflexão acerca dos princípios do pensamento espacial crítico a partir da (in)justiça espacial aponta para a análise das geografias desiguais (dada a inescapável espacialidade do ser), procurando identificar os espaços e sua permanência no tempo, a partir do entendimento de que a espacialidade é, ao mesmo tempo, socialmente produzida (detendo uma dose de injustiça incorporada) e agente ativo na (re)produção de (in)justiças.

Para Soja (2010b, p. 630), reconhecer e praticar a dialética socioespacial é ir ao encontro de uma mudança de pensamento sobre o espaço e

o papel que ele desempenha na (re)produção de fenômenos, procurando reposicioná-lo “[...] as an interpretative perspective first rather than subordinating it to more social and historical modes of analysis. Para Soja,

[...] Much greater emphasis continues to be given to how social processes shape spatial form as opposed to the reverse relations, how spatiality and spatial processes shape social relations of all kinds, from the immediacy of interpersonal interaction to relations of class and social stratification to long-term patterns of societal development. To emphasize again, this is no to say that spatial processes are more important than social processes or to suggest a simplistic spatial determinism. As with the relations between space and time, the social and the spatial are dialectically intertwined, mutually (and often problematically) formative and consequential (Soja, 2010b, p. 18)

Com efeito, desde os eventos e experiências da vida cotidiana até às decisões com impactos à escala global, a dialética sócio-espacial desempenha um papel fundamental que, em larga medida, se encontra indeterminado e em permanente devir. Recorrendo novamente às palavras de Soja (2010a, p. 103),

We make our geographies, for good or bad, jus or unjust, in much the same way it can be said that we make our histories, under conditions not of our own choosing but in real-world contexts already shaped by socio-spatial processes in the past and the enveloping historically and socially constituted geographies of the present. This profoundly displaces the idea of space merely as external environment or container, a naturalized or neutral stage for life's seemingly time-driven social drama (Soja, 2010a, 103).

Neste sentido, o espaço é um potencial campo de transformação podendo ser usado para o aprofundamento ou a minimização de (in)justiças; “space is not an empty void. It is always filled with politics, ideology, and other forces shaping our lives and challenging us to engage in struggles over geography” (Soja, 2010a, p. 19).

Duas das lacunas deixada por Edward Soja foram, por um lado, as poucas pistas sobre a tradução empírica do pensamento espacial crítico assente na discussão sobre (in)justiça espacial fora da realidade de Los Angeles, dificultando sua “aplicação” a outros contextos (Benach, 2011) e, por outro, o insuficiente aprofundamento da discussão em torno dos mecanismos de causalidade espacial.

Se é verdade que ausência de uma “receita” pronta sobre como compreender e operacionalizar o conceito de justiça espacial permite maior

flexibilidade metodológica, por outro lado, tem dificultado a delimitação de sua abrangência (Williams, 2013), podendo esta corresponder a formulações diferenciadas assentes, por exemplo, na equidade entre os territórios, na criação de dispositivos de regulação capazes de “remediar” as injustiças, na distribuição com base na discriminação positiva como meio de reequilibrar desigualdades (Pereira e Ramalheite, 2017) ou, como já referido, na distribuição de recursos e oportunidades, de modo a contrariar contrariar desigualdades (Malheiros e André, 2016).

Capital Espacial: recursos, sujeitos e materialidades

A discussão sobre capital espacial se enquadra na “ausência” de seu reconhecimento e conceitualização explícita na teoria sociológica de Bourdieu (1986), na qual os indivíduos eram definidos não pela classe social, como nas teorias marxistas, mas pelas três formas de capital – social, econômica e cultural – representadas na arena social. Alguns anos volvidos, assiste-se ao aparecimento da noção de que o espaço é uma forma de capital e, por isso, pode ser acumulado e utilizado na produção de outros bens, sendo também uma fonte de desigualdade (Lévy, 1994; 2014; Barthou e Monfroy, 2010).

A avaliação realizada por Bourdieu de como a materialidade desempenha um papel importante na representação das relações sociais mantém aberto o debate sobre a ausência/presença da espacialidade da sua teoria sociológica, apesar da sua ênfase na agência individual (Bourdieu, 1985; Mace, 2017).

Ademais, a abordagem que incorpora a dimensão espacial como uma forma de capital encontra aporte no distanciamento dos trabalhos de matriz positivista, nos quais o espaço era analisado enquanto um elemento neutro, produto social sem qualquer influência sobre os fenômenos sociais (Mace, 2017; Rétrat e Lees, 2010). Estas ideias abriram terreno para o desenvolvimento de um pensamento espacial crítico, no qual foi dada especial atenção ao espaço (e seus atributos) e ao papel das materialidades na condução da ação social, consolidado pela relevância que tem ganho a produção de conhecimento sobre o agenciamento da morfologia espacial nas práticas de apropriação e (re)produção do espaço. Desta maneira, afasta-se a ideia que o espaço é simplesmente um suporte onde as pessoas e as atividades se localizam ou os agentes tomam as decisões conducentes

à sua produção e apropriação (Cachinho, 2005) e emerge o espaço como forma de capital.

Embora o conceito de capital espacial seja considerado aberto e ainda passível a diferentes apropriações e interpretações (Mace, 2017), o compreendemos a partir da definição proposta por Lévy e Lussault (2003, p. 124) como “un ensemble de ressources, accumulées par un acteur, lui permettant de tirer avantage, en fonction de sa stratégie, de l’usage de la dimension spatiale de la société” [“um conjunto de recursos, acumulado por um ator, que lhe permite tirar proveito, de acordo com sua estratégia, do uso da dimensão espacial da sociedade”]. Deste modo, o capital espacial – cuja especificidade reside nas vantagens trazidas pelo domínio de um conjunto de “layouts” geográficos (Lévy, 2014) – volta-se para as propriedades e atributos espaciais inerentes ao espaço que são mobilizados estrategicamente por sujeitos individuais e/ou coletivos para alcançar determinados objetivos.

Os atributos do espaço incluem propriedades com a centralidade, a acessibilidade, a proximidade, além daqueles de caráter demográfico, social e económico que condicionam a organização de uma dada formação socioespacial. Uma vez ativados, estes podem originar um novo formato de organização espacial. Dada a complexidade das interações (Rérat e Less, 2010), a relação que os sujeitos estabelecem com os atributos do espaço induz diferenciação socioespacial.

Esta relação entre sujeitos e atributos espaciais pode ser entendida no seio da teoria ator-rede de Latour (1996), na qual o funcionamento de um sistema deve ser entendido a partir da relação entre elementos de natureza humana e não humana, da qual resultam múltiplas combinações. Dentro do sistema, as interações ocorrem em contextos sociais não definidos e em constantes combinações (rede) entre atores (elementos de natureza humana) e actantes (associados, de um modo geral, aos elementos não humanos) (Fariás, 2011; Boelens, 2010).

Os trabalhos de Kärholm (2007; 2008) vêm dando robustez no âmbito desta análise. Investigando o comportamento dos atores em interação com actantes, no âmbito do espaço público, chamou atenção para a “regulação” do comportamento humano envolver uma dimensão imaterial (códigos de conduta social e moral), mas também uma dimensão material, por vezes negligenciada. Defendeu ainda que as formações sociais são constituídas por uma combinação específica de elementos cuja interação com a ação social a condiciona (Paiva, 2017), assumindo que o espaço é

dotado de um conjunto de atributos que molda a ação dos sujeitos (Boelens, 2010). Neste seguimento, deslocando o foco do sujeito e sua agência para o espaço (atributos) e entendimento da influência exercida na sua apropriação, realçando assim a dimensão espacial dos mundos sociais (Lévy, 2014), os trabalhos de Amin (2008) e Dewbury (2015) também têm demonstrado como as formas materiais têm condicionado os ritmos, a localização e as práticas dos sujeitos.

Ademais, englobando o capital espacial três dimensões interdependentes – acesso, competência e apropriação (Flamm e Kaufmann, 2006; Kaufmann, Bergman e Joye, 2004) – o espaço enquanto uma forma de capital é dotado de atributos “à espera” de serem mobilizados por sujeitos que detêm “habilidades/conhecimento” que lhes permitem ativá-los em prol de determinados objetivos. Enquanto o acesso e a competência se relacionam com os atributos físicos do espaço e as capacidades dos indivíduos (que podem ser adquiridas), a apropriação resulta da interação entre as duas dimensões inseridas nas motivações das práticas dos indivíduos. Embora o espaço seja um recurso, ele não garante por si só riqueza ou poder, já que os indivíduos podem ou não estar “habilitados” para adquirir e usar os diferentes recursos nele presentes, daqui resultando potenciais (in)justiças espaciais (Lévy, 2014).

Keating (2001) argumenta que os “ativos” não devem ser analisados isoladamente, mas a partir de suas combinações, que dão um novo significado ao espaço. Desta maneira, o capital espacial está simultaneamente na materialidade (actante) e nos sujeitos (atores) em interação, abrindo a questão sobre se o capital espacial está vinculado às outras conhecidas formas de capital (Barthon e Monfroy, 2010; Rérat e Lees, 2011). Para Lévy (2014), o capital espacial está presente nos atores e no espaço. Enquanto naqueles pode ser considerado como uma componente significativa do capital social, mas não reduzido a este, no espaço está presente em termos de stock (fixos) e fluxos.

Para Rérat e Lees (2010), a presença diferencial das dimensões do capital espacial nos indivíduos e no espaço reflete-se em diferentes graus de domínio/uso da dimensão espacial. O capital espacial constitui não só um fator de diferenciação de natureza social mas também espacial. Em virtude da sua desigual apropriação, o espaço geográfico acaba por adquirir texturas diferenciadas que necessitam de ser mobilizadas na explicação das lógicas de organização socioespacial. Isto explica, em certa medida, que os estudos realizados sob as lentes do capital espacial assentem na

análise empírica dos fenômenos resultantes das dinâmicas socioespaciais (Binder, 2012).

No essencial, a investigação do capital espacial avança na produção do conhecimento ao ampliar as dimensões de análise do entendimento das lógicas de apropriação e diferenciação do espaço, ao se debruçar sobre a operação do poder no urbano (Mace, 2017). Assim, assume-se que a compreensão de uma dada formação socioespacial à luz do capital espacial passa pelo entendimento da ativação dos atributos espaciais no contexto da sua interação com os atores (Lévy, 2014). É neste sentido que vários geógrafos e sociólogos vão avançando na busca da compreensão das diferentes conexões entre as dimensões sociais e espaciais e das geografias delas resultantes.

Mobilização do Espaço nas Estratégias de Planeamento dos Serviços de Urgência Público e Privado: uma análise à luz do capital espacial

Em termos espaciais, o setor privado da saúde encontra-se concentrado nos grandes aglomerados urbanos, dos quais são grandes exemplos em Portugal, as Áreas Metropolitanas de Lisboa (AML) e do Porto (AMP). A AML e a AMP concentravam, em 2017, 79,3% do volume de negócios privados da saúde, e detinham 72,8% do pessoal empregado e 68,2% do total das empresas. Embora, já em 2017 se reconhecesse a tendência recente de “desconcentração” de unidades de saúde com internamento, nomeadamente hospitais, para fora das duas grandes Áreas Metropolitanas (Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados, 2017).

A lógica espacial de distribuição dos serviços de saúde do setor privado, concentrada nos dois maiores pólos urbanos do país, reflete o distanciamento do setor privado em relação ao princípio da equidade, demarcando a sua lógica assente na obtenção de lucro do qual depende o “sucesso” dos negócios. Para tanto, o espaço, e os atributos a ele inerentes, desempenham um papel fundamental neste processo, contudo, cabendo aos potenciais “mobilizadores” olhar para o espaço, “enxergar/ler” o que ele “oferece” e “servir-se”. Deste modo, tanto os poderes públicos como os privados podem ser vistos como potenciais “mobilizadores” do espaço, apesar de o fazerem de forma diferenciada, em função dos contrastantes comprometimentos sociais dos dois setores.

O facto do setor privado da saúde estar mais concentrado nos espaços metropolitanos não significa que dentro deste recorte “impere” o princípio da equidade. A atenção para esta questão prende-se com o facto de o espaço intra-metropolitano de Lisboa não ser um “bloco” homogêneo do ponto de vista das acessibilidades, do poder socioeconómico, urbanístico e demográfico, ou seja, dos atributos que moldam a sua textura. Na realidade, a textura do espaço da AML é pautada por profundas fragmentações socioespaciais em permanente reconfiguração (Barata-Salgueiro, 1994; 1997; 2002). Isto significa que possui atributos diferenciados, mutáveis no tempo, que em determinados momentos se tornam atrativos para os agentes imobiliários e outros investidores, neste caso ligados ao setor da saúde, que através das suas competências e conhecimentos, isto é, do seu capital espacial, ativam esses atributos, de acordo com os seus interesses.

Assim, pergunta-se na tentativa de uma operacionalização do conceito de capital espacial: Que lógica de distribuição espacial tem assumido o setor privado da saúde no espaço intrametropolitano? Que atributos espaciais têm sido mobilizados pelos setores privado e público da saúde? Quais as similitudes e dessemelhanças, no que respeita ao uso do espaço pelos dois setores?

A AML contava em dezembro de 2022 com 12 unidades de saúde privadas com serviço de urgência 24h. Em 1991, a AML contava com apenas duas destas unidades, o Hospital CUF Infante Santo e o Hospital da Cruz Vermelha, ambos localizados no concelho de Lisboa. No que tange à oferta de serviço de urgência na AML, o primeiro grande salto do setor privado ocorreu entre 2001 e 2011. Neste período abriram quatro unidades, tendo havido um reforço da oferta no concelho de Lisboa com a abertura dos Hospitais Luz Saúde e Lusíadas, em 2007 e 2008, respetivamente. As outras duas unidades pertencem aos concelhos de Cascais (Hospital CUF Cascais) e Setúbal (Hospital da Luz de Setúbal). A abertura destas duas últimas unidades é fruto do primeiro investimento que o setor privado realizou, no setor das urgências, fora de Lisboa. Os pontos de serviço de urgência públicos no mesmo recorte geográficos foram crescentes, passando de 10 em 1991 para 13 em 2022.

Em 2011, já havia serviço de urgência público em 10 concelhos da AML, considerando todos os níveis (Serviço de Urgência Básica-SUB; Serviço de Urgência Médico-Cirúrgico-SUMC; e Serviço de Urgência Polivalente-SUP), enquanto o setor privado estava presente em três deles: Lisboa, Cascais e Setúbal.

Entre 2011 e 2022 é reforçada a tendência de periferação do serviço privado no espaço metropolitano. Neste período, foram abertas mais quatro unidades com serviço de urgência, chegando ao total de 12 unidades. O concelho de Lisboa não foi contemplado com nenhuma das novas unidades, localizando-se duas unidades no concelho da Amadora e as outras em Almada e Sintra.

Em 2022, o serviço de urgência do setor privado estava presente em seis concelhos da AML, com grande destaque para Lisboa que concentra seis das 12 unidades – Hospital Lusíadas, Hospital Luz Saúde, Hospital CUF Descoberta, Hospital CUF Infante Santo, Hospital Cruz Vermelha e SAMS Hospital. Logo a seguir, com duas unidades, encontra-se a Amadora (Clínica Santo António e Trofa Saúde Hospital) e, com uma unidade, os concelhos de Setúbal (Hospital da Luz de Setúbal), Almada (CUF Almada Clínica), Cascais (CUF Cascais Hospital) e Sintra (CUF Sintra Hospital). Já o setor público, no mesmo ano, detinha 13 unidades de saúde com serviço de urgência e mantinha presença em 10 dos 18 concelhos, tendo serviço de urgência em todos os concelhos onde também havia serviço de urgência privado, e ainda em Vila Franca de Xira, Barreiro, Montijo e Loures.

Contudo, apesar da recente expansão e ainda a mais recente periferação do serviço de urgência privado na AML, é notória a relevância que assume o concelho de Lisboa para o desenvolvimento deste setor. No que respeita às duas margens, há claramente um desequilíbrio. Das 12 unidades de saúde com serviço de urgência privado 10 estão localizadas na margem Norte.

A análise da evolução do serviço de urgência privada à luz do capital espacial aponta para a estratégia inicial do “uso” do atributo centralidade do espaço para o “sucesso” da atividade. Uma centralidade urbana reúne em si um conjunto de características que funcionam como fatores de atração que tendem a reforçar espaços bem infraestruturados a nível do habitat e da habitabilidade, bem como do ponto de vista técnico-informacional. Essa diferenciação é alimentada pela lógica da seletividade espacial, na qual os territórios já em vantagem continuam a atrair capitais, serviços, tecnologias, população com alto poder aquisitivo, possuindo condições diferenciadas na competição inter e intraurbana.

O projeto de expansão hospitalar da rede privada da saúde tende a explorar o ativo centralidade do espaço pari passu com a acessibilidade, também considerada como um atributo do espaço, que tem sido um fator de relevância mobilizado nas estratégias do setor privado da saúde.

Além da acessibilidade, fatores como a visibilidade e a concentração de outros serviços, aparecem como componentes importantes do espaço. A ideia de concentração de pontos de serviços e acessibilidades podem ser lidos também como o que Milton Santos (1994 [1997]; 2006 [1996], 2007 e 2008) chamou de fixos que, para este autor, constituem objetos espaciais provenientes da ação humana/técnica que servem o desenvolvimento de funções. Enquanto a natureza dos fixos públicos está ligada aos princípios sociais, ou seja, à promoção da justiça espacial, a dos privados liga-se aos interesses de ordem puramente econômica (Santos, 2007).

A proximidade, como atributo do espaço, também tem sido explorada pelos grupos privados da saúde. Contudo, esta não está relacionada com a geografia dos serviços de urgências, tendo em vista que estes serviços, dada a complexidade de resposta e volume de demanda, são prestados em unidades hospitalares que precisam de grandes áreas, o que pode ser uma dificuldade nas áreas urbanas mais consolidadas. Contudo, as clínicas de proximidade têm como objetivo a fidelização do cliente e têm previsto a realização de consultas na hora para criar a ideia de consulta de urgência e daí fazer o “utente-cliente” chegar às outras unidades do Grupo.

São múltiplos os fatores que estão na base da escolha e decisão sobre a localização dos empreendimentos do ramo da saúde: acessibilidade, centralidade, proximidade, espaço enquanto área, qualidade do espaço e envolvente, concentração de serviços, visibilidade, e que ajudam a compreender como tem evoluído a rede privada de saúde na AML. Assim, torna-se evidente o papel que o capital espacial (enquanto atributo do espaço em si mesmo e competência dos agentes) ocupa neste processo e como tem sido mobilizado e integrado a lista dos fatores que influenciam o investimento.

Além dos atributos de caráter espacial há aqueles de natureza socioeconômica que, apesar de estarem ligados às pessoas em si, também qualificam e oferecem condições diferenciadas ao espaço. Neste quesito, a concentração espacial de pessoas com alto poder aquisitivo e detentoras de seguros de saúde é considerada um atributo do espaço que exerce influência sobre a decisão locativa de um empreendimento de saúde privado.

A análise do tempo de viagem ao serviço de urgência privado em relação às classes de privação material, demonstra a proximidade da rede à população potencialmente com maior poder aquisitivo, tendo em vista que a população cumulativa inserida nas áreas mais afluentes tem melhor acesso potencial do que a população das áreas de privação Muito Alta (Figura 1).

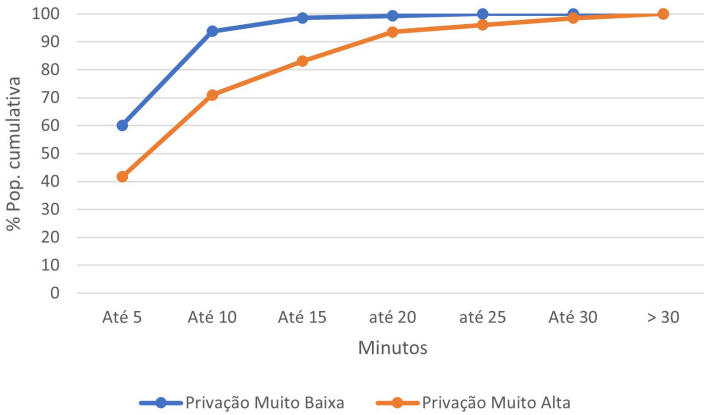


Figura 1: População residente cumulativa inserida na classe de Privação Material Muito Baixa e Muito Alta, por tempo de viagem ao serviço de urgência privado na AML (2022);
Fonte: Análise de rede; Cálculo dos autores

Como podemos observar, a forma como está organizado o serviço de urgência privado garante maior cobertura e menor tempo de viagem à população inserida na área de privação Muito Baixa, aproximando-se a cobertura para a população das duas áreas no tempo de viagem até 25 minutos. Comparando todas as urgências públicas em funcionamento em dezembro de 2022 verificamos que, no que respeita à classe de privação Muito Baixa, não existe grande diferença entre os dois setores, sugerindo que a cobertura em tempo de viagem das urgências públicas e privadas é equivalente (Figura 2).

Por sua vez, a análise da Figura 3 permite ver que até aos 5 minutos o setor privado abrange mais população em áreas de privação Muito Alta do que o setor público, abrangendo 46% da população inserida nas áreas de privação Muito Alta, enquanto as urgências públicas abrangem no mesmo tempo 36%, devido à presença de enclaves de área de privação Muito Alta na proximidade imediata das urgências privadas. Essa explicação é reforçada quando analisamos a cobertura populacional cumulativa no tempo de viagem mais alargado. Em até 10 minutos ou até 15 minutos, as urgências públicas abrangem cumulativamente muito mais população pertencente à área de privação Alta do que o setor privado, reforçando a ideia que as urgências privadas não estão nas proximidades de grandes áreas pertencentes a privação Muito Alta.

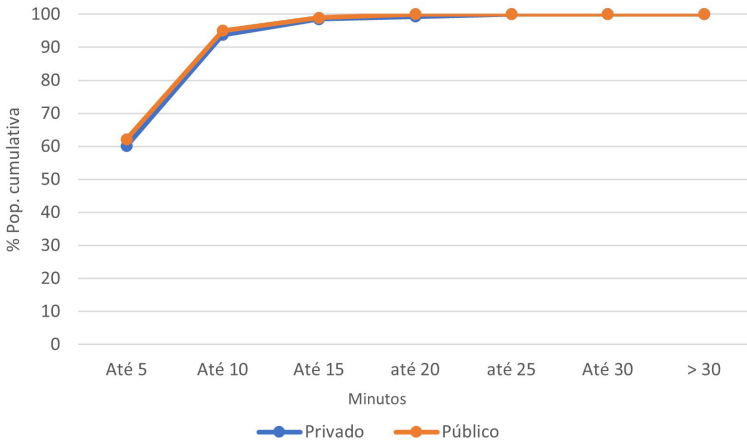


Figura 2: População residente cumulativa (%) inserida na classe de Privação Material Muito Baixa, por tempo de viagem ao serviço de urgência público e privado na AML (2022); Fonte: Análise de rede; Cálculo dos autores

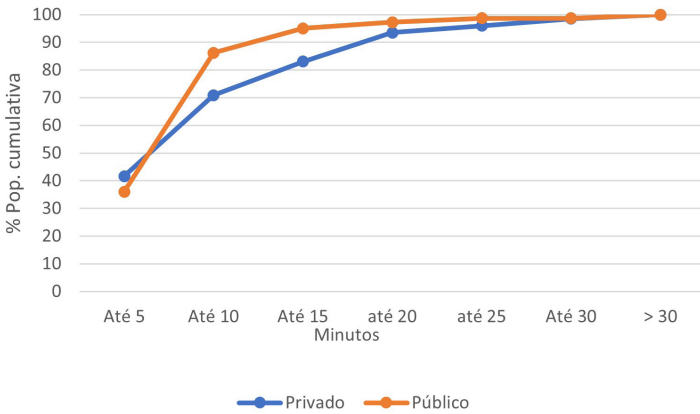


Figura 3: População residente cumulativa (%) inserida na classe de Privação Material Muito Alta, por tempo de viagem ao serviço de urgência público e privado na AML (2022); Fonte: Análise de rede; Cálculo dos autores

Além disso, as urgências públicas estão mais desconcentradas espacialmente e presentes em concelhos cujo peso da população inserida nas áreas de privação máxima é elevado face ao total da população do concelho, dos quais são exemplos Montijo e Loures.

A análise da evolução da geografia dos serviços públicos de urgência demonstra que este setor tem usado o espaço na construção da garantia da justiça espacial neste campo específico da saúde. Começa por se mobilizar a centralidade para garantir serviços de urgência onde os contingentes populacionais são mais elevados e, em seguida, mobilizam-se os atributos de proximidade, através, por exemplo, das urgências de nível SUB prestadas em centros de saúde no “interior” de áreas urbanas mais densas, onde os tempos de viagem às urgências de nível intermédio e mais complexo são elevados. Além disso, juntam-se os meios de emergência que, ao operarem em conjunto com a rede de urgência, reduzem os tempos de viagem da população, mesmo de áreas periféricas e carenciadas, sendo o acesso potenciado pelas acessibilidades.

Aqui chamamos a atenção para o facto de não haver uma lógica temporal na mobilização dos atributos do espaço e, em certa medida, uma mobilização combinada de diferentes atributos. A centralidade explorada pelo setor público, mais evidente na década de 1990, com as áreas centrais, nomeadamente, o concelho de Lisboa concentrando mais unidades devido à sua relevância no contexto urbano, continua a ser constituinte do planeamento público em saúde nos dias que correm. O novo Hospital de Todos os Santos, com abertura prevista para 2027, que visa substituir seis hospitais localizados no núcleo consolidado de Lisboa, localizar-se-á na zona mais oriental da cidade que não é só uma “nova” centralidade, resultante da Expo’98, mas também uma das áreas mais bem servidas por infraestruturas viárias.

O que está na base do planeamento da construção de hospitais e/ou reestruturações das unidades públicas já existentes é a densidade populacional, a distância-tempo e a qualidade dos serviços prestados. Tendo isso em conta, a mobilização dos atributos do espaço mobilizados pelo setor público tem aproximado os serviços de urgências da população com mais necessidades materiais e de saúde, logo, caminhando para a construção de um espaço metropolitano menos injusto espacialmente. Contudo, também acontece que esse processo preserva injustiças na medida em que além de haver espaços “persistentes” no tempo com os piores resultados em acesso geográfico às urgências, esses são também aqueles com privação elevada. Assim, o percurso percorrido para a construção de uma cidade assente na lógica da justiça espacial chegará mais tarde aos espaços com maiores necessidades, demonstração empírica da lógica do *inverse care law* (Hart, 1971).

Por sua vez, a análise da evolução do setor privado da saúde demonstra que o espaço enquanto forma de capital vem sendo mobilizado a partir de atributos como a acessibilidade e a centralidade, essencialmente no caso das urgências, e de natureza socioeconômica concentrada no espaço, que podem ser acionados pelos sujeitos, algo demonstrado pelo tempo de viagem mais reduzido à população cumulativa presente nas áreas de privação Muito Baixa. A análise da evolução da rede face à população da AML por classe de privação evidenciou que a competência mobilizada pelo setor privado para tirar partido dos atributos que o espaço oferece está voltada para a lógica da (re)produção do capital, contribuindo o espaço, enquanto ativo, para este processo.

Breve nota conclusiva

Neste capítulo discutimos a importância de adotar uma perspectiva sócio-espacial crítica, valorizadora do espaço enquanto agente ativo de transformação da realidade, dotado de “dignidade” ontológica. Trata-se de um debate importante que, no entanto, como foi sugerido, apresenta algumas limitações, essencialmente de carácter metodológico-instrumental, que importa ultrapassar.

A incursão levada a cabo em torno do conceito de capital espacial revela-se, a este respeito, particularmente fecunda, na medida em que oferece possibilidades de tratamento empírico de informação que, de alguma forma, não são tão imediatamente discerníveis e permanecem mais inacessíveis se o quadro teórico-conceitual de referência permanecer “amarado” ao conceito de (in)justiça espacial. Num certo sentido, o recurso ao conceito de capital espacial, traduz uma solução de compromisso que, apesar de não ter tanto alcance e sofisticação teórica, torna possível o desenvolvimento de pesquisa empiricamente fundada, sem necessidade de abandonar o viés normativo progressista e crítico que pretendemos incutir à nossa análise.

Neste sentido, a investigação levada a cabo que os setores público e privado diferenciam-se logo à partida pelos objetivos estratégicos que procuram alcançar. No que compete à saúde, enquanto o primeiro tem como meta fundamental a garantia da equidade, embora mais perseguida do que efetivamente conseguida, a partir do entendimento da saúde como um direito, o segundo está direcionado à potencialização do lucro a partir do entendimento da saúde como um negócio. Esta diferença nas posições re-

flete-se em materialidades distintas no espaço geográfico, ganhando contornos específicos a forma como cada um daqueles setores analisa e usa o espaço em função do alcance dos seus objetivos.

Referências

- Amin, A. (2008). Collective culture and urban public space. *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 12(1), 5-24.
- Albet, Abel. (2011). Spatial justice: Where/when it all comes together. *City*, 15(1), 69-72. <https://doi.org/10.1080/13604813.2011.539012>.
- Barata Salgueiro, T. (1994). Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 29(57), 79-101.
- Barata Salgueiro, T. (1997). Lisboa: metrópole policêntrica e fragmentada. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia* 32(63), 179-190.
- Barata Salgueiro, T. (2002). Desenvolvimento Urbano de Lisboa. *Revista de Estudos Regionais*, (5), 7-22.
- Barthon, C., e Monfroy, B. (2010). Sociospatial schooling practices: a spatial capital approach, *Educational Research and Evaluation*, 16(2), 177-196. <https://doi.org/10.1080/13803611.2010.484978>.
- Benach, B. (2011). The spatial perspective in action, *City*, 15(1), 66-68. <https://doi.org/10.1080/13604813.2011.539015>
- Binder, G. (2012). Theory(izing)/practice: The model of recursive cultural adaptation. *Planning Theory*, 11(3), 221-241.
- Boelens, L. (2010). Theorizing practice and practising theory: outlines for an actor-relation-approach in planning. *Planning Theory*, 9(1), 28-62. <https://doi.org/10.1177/1473095209346499>.
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In: J. Richardson (Ed.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (New York, Greenwood), 241-258.
- Bourdieu, P. (1985). The social space and the genesis of groups. *Theory and Society* 14(6), 723-744.
- Cachinho, H. (2005). O comércio retalhista: da oferta de bens às experiências de vida. In: C. A. Medeiros (Dir.), *Geografia de Portugal – Atividades económicas e espaço geográfico*. Lisboa: Círculo de Leitores, 266-331.
- Carmo, A. (2019). *O Teatro do Oprimido na Periferia de Lisboa*. Cidade, Cidadania e Arte. Lisboa, Outro Modo-Cooperativa Cultural.
- Dewsbury, J. D. (2015). Non-representational landscapes and the performative affective forces of habit: from 'Live' to 'Blank'. *Cultural Geographies*, 22(1), 29-47.

- Dikeç, M. (2001). Justice and the spatial imagination. *Environment and Planning*, (33), 1785-1805
- Fariñas, I. (2011). Ensamblajes urbanos: la TAR y el examen de la ciudad. *Athenea Digital*, 11(1), 15-40.
- Flamm, Michael e Kaufmann, Vincent. (2006). Operationalising the Concept of Motility: A Qualitative Study, *Mobilities*, 1(2), 167-189.
- Harvey, D. (1992). Social Justice, Postmodernism and the City. *International Journal of Urban and Regional Research*, (16), 588-601.
- Harvey, D. (1996). *Justice, Nature & the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell Publishing. <https://doi.org/10.1080/17450100600726563>
- Harvey, D. (1980 [1973]). *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 291p.
- Kährholm, M. (2007). The Materiality of Territorial Production: A Conceptual Discussion of Territoriality, Materiality, and the Everyday Life of Public Space. *Space and Culture*, 10(4), 437-453.
- Kährholm, M. (2008). The Territorialisation of a Pedestrian Precinct in Malmö: Materialities in the Commercialisation of Public Space. *Urban Studies*, 45(9), 1902-24.
- Kaufmann, V., Bergman, M. M. e Joye, D. (2004). Motility: Mobility as Capital. *International Journal of Urban and Regional Research*, 28(4), 745-56.
- Keating, M. (2001). Rethinking the region: Culture, institutions and economic development in Catalonia and Galicia. *European Urban and Regional Studies*, 8(3), 217-234. <https://doi.org/10.1177/096977640100800304>.
- Latour, B. (1996). On Actor-Network-Theory: a few clarifications. *Soziale Welt*, 47, 369-381. <https://doi.org/10.2307/40878163>.
- Lee, R. (2000). Justicia territorial. In: Johnston, R. et al. (eds) *Diccionario Akal de Geografía Humana*. Madrid: Akal.
- Lévy, J. (1994). *L'espace le'gitime. Sur la dimension géographique de la fonction politique* [The legal space. About the geographical dimension of political function]. Paris, France: Les Presses de Sciences Po.
- Lévy, J. e Lussault, M. (2003). *Dictionnaire de la géographie*. Paris: Belin.
- Lévy, J. (2014). Inhabiting. In: R. Lee, N. Castree, R. Kitchin, V. Lawson, A. Paasi, C. Philo, S. Radcliffe, S. Roberts (eds.). *The sage handbook of human geography*, Part I Thousand Oaks, CA: Sage, 45-68. <https://doi.org/10.4135/9781446247617.n4>.
- Lima, I. (2012). Entre a Geopolítica do Sentido e a Justiça Territorial: Inteligências Cidadãs no Equador E no México. Atas XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 7 a 11 de mayo. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas.htm>. Acesso: 15/06/2017.
- Mace, A. (2017). Spatial capital as a tool for planning practice. *Planning Theory*, 16(2), 119-32.

- Malheiros, J., e André, I. (2016). Justiça Espacial. In: Fernandes, J. A. R., Trigal, L. L., Sposito, E. S. (org.) Dicionário de Geografia Aplicada. Porto: Porto Editora, 281p.
- Marcuse P (2009) Spatial Justice: Derivative but Causal of Social Injustice. *Justice Spatiale | Spatial Justice*, (1), 49-57.
- Mendieta, E. (2011). The spatial metaphors of justice: on Edward W. Soja, *City*, 15(1), 81-84. <https://doi.org/10.1080/13604813.2011.539058>.
- Paiva, D. (2017). Teorias não-representacionais na Geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 52(106), 159-68. <https://doi.org/10.18055/Finis10196>.
- Pereira, M., e Ramalheite, F. (2017). Planeamento e conflitos territoriais: uma leitura na ótica da (in)justiça espacial. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 52(104), 7 24.
- Rérat, P., e Lees, L. (2010). Spatial capital, gentrification and mobility: evidence from Swiss core cities. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 36(1), 126-42. <https://doi.org/10.1111/j.1475-5661.2010.00404.x>.
- Santos, M. (1997[1994]). *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC.
- Santos, M. (2006 [1996]). *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. ISBN 85-314-0713-3
- Santos, M. (2008). *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp.
- Santos, Milton. (2007). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp.
- Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados. (2017). *Setor Privado da Saúde em Portugal*. Mateus, A., Ramalho, E., Oliveira, H., Rodrigues, E., Ferreira, R. (Equipe).
- Disponível em: https://fronteirasxxi.pt/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-Sector_Privado_da_Sa%C3%BAde_em_Portugal.pdf. Acesso: 08/08/2019.
- Soja, E. (1993 [1989]). *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 323p.
- Soja, E. (1996). *Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Cambridge: Blackwell.
- Soja, E. (2000). *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Basil Blackwell.
- Soja, E. (2009). The city and spatial justice [«La ville et la justice spatiale», translation: Sophie Didier, Frédéric Dufaux], *justice spatiale | spatial justice*, n° 01 setembro.
- Soja, E. (2010a). *Seeking Spatial Justice*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press.

Soja, E. (2010b). Spatializing the urban, Part I, *City*, 14(6), 629-35. <https://doi.org/10.1080/13604813.2010.539371>.

Soja, E. (2011). Spatializing justice - Part II, *City*, 15(1), 96-102. <https://doi.org/10.1080/13604813.2011.554075>.

Souza, M. L. (2011). The words and the things, *City*, 15(1), 73-7. <https://doi.org/10.1080/13604813.2011.539022>.

Williams, J. (2013). Toward a Theory of Spatial Justice, Theorizing Green Urban Communities. In: Annual Meeting of the Western Political Science Association, Los Angeles, CA.

Reestruturação urbana: novos papéis e funções das cidades médias

Mariana Rabêlo Valença
Universidade de Pernambuco

Introdução

É necessário compreender as transformações multi e interescalares nas estruturas produtiva, social e espacial, na urbanização e interações espaciais, conformando e/ou consolidando novas centralidades na rede urbana. A reestruturação produtiva não corresponde apenas a uma mudança na produção, mas também do espaço, com implicações territoriais e sociais.

Aqui, trataremos a produção do espaço nas cidades médias, no movimento da urbanização, e sua condição na rede urbana, na conjuntura da globalização. Essas cidades serão tomadas por seus papéis e funções, resultantes da articulação de escalas geográficas, alterando padrões da estruturação e articulação urbana e reforçando sua intermediação regional através das relações econômicas, estabelecidas nas dimensões nacional e global.

Na primeira parte desse texto, Globalização, terciarização e reestruturação da rede urbana, discutiremos as mudanças na natureza das relações entre os diferentes espaços, em escalas múltiplas, agora mais complexas, e na produção do espaço. Também abordaremos as repercussões da reestruturação produtiva na rede urbana brasileira. Em Cidades médias: centralidade e intermediação na rede urbana, situaremos as cidades médias no contexto das reestruturações produtiva e urbana, como nós de articulação interescalares.

Globalização, terciarização e reestruturação da rede urbana

A globalização tem produzido bruscas transformações na espacialização dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais, refletindo

na alteração e, até, na substituição, das formas, funções e agentes sociais, reestruturando o espaço, revelando-se na (re)criação das diferenças entre cidades e regiões, assim como na articulação entre espaços (Corrêa, 1999).

A revolução técnico-científica que marcou esse período teve início ao final da Segunda Guerra Mundial, lançando a semente de dominação do mundo pelas multinacionais que frutificou, na escala global, somente 30 anos mais tarde. Esse processo foi possível através da disseminação da ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento, como instrumento político para a remodelação dos espaços nacionais (Santos e Silveira, 2000). Ao transpor escalas cada vez mais amplas e estreitar relações entre lugares, embora relações desiguais no que diz respeito à direção e intensidade, o processo da globalização altera ou reforça o papel e as funções de determinados centros urbanos, pondo em movimento contínuo o mapa urbano mundial. A reestruturação produtiva implica em novos papéis e funções desempenhados pelas cidades e regiões, repercutindo em novas interações espaciais.

Os anos 1970 e 1980 passaram por um processo de “reestruturação econômica e de reajustamento social e político. [...] uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma” (Harvey, 2012: 140). Foi a passagem do regime de acumulação fordista para a acumulação flexível, configurada pela inovação tecnológica e organizacional nos diversos setores produtivos e a emergência de novos setores, bem como a flexibilização do trabalho, dos produtos e padrões de consumo (Harvey, 2012). Essas mudanças não dizem respeito apenas ao âmbito da produção industrial. As transformações na economia global foram significativas para outros ramos da vida social, econômica, política e cultural (Soja, 1993). Há uma ressignificação das noções de espaço e tempo, que Harvey (2012) chamou de compressão do espaço-tempo, a superação do espaço pelo tempo, através de meios de circulação e comunicação mais eficientes.

No Brasil, a globalização manifesta-se de diversas formas, por meio de agentes diversos, de modo desigual no espaço e no tempo: na indústria, com o aumento e diversificação da produção; na urbanização, por meio da expansão do tecido urbano e crescimento da população urbana em detrimento da rural, repercutindo nos padrões de consumo; maior estratificação social, que incide sobre o consumo; aceleração e incremento da circulação de pessoas, mercadorias e informação; industrialização do campo/reestruturação da produção do campo; refuncionalização de algu-

mas áreas e incorporação de novas; mudanças na organização empresarial, associadas ao modelo de flexibilidade produtiva, e no padrão de localização; mudanças nos setores de distribuição atacadista e varejista, alterando, entre outras coisas, os padrões de deslocamento para consumo (Corrêa, 2006). Todos esses aspectos contribuirão para a constituição de novas formas urbanas e uma maior integração econômica e espacial da sociedade, não só na escala nacional, mas numa escala global.

O setor terciário ganhou tanto com uma maior participação do percentual de população ocupada, quanto com o surgimento de novos ramos de serviços e o aprimoramento de outros já existentes. Para Kon (1997: 50), a terciarização “[...] é resultado do processo de reestruturação produtiva que se iniciou na década de sessenta nos países industrializados, com o objetivo do ajustamento das economias aos custos crescentes e às novas condições tecnológicas e de mercado”. Há uma tendência da urbanização mundial que acompanha e é acompanhada pela terciarização da economia. E com a expansão da urbanização, serviços especializados vêm atender ao surgimento de novas necessidades da população. Santos (2009) aponta para a expansão do consumo da saúde, da educação e do lazer, paralelamente ao consumo material, levando a uma ampliação do fenômeno urbano. Essa nova urbanização, no Brasil, pode ser explicada também pelo aumento exponencial de trabalho intelectual: houve um maior letramento da sociedade em razão da ciência e da técnica estarem presentes em todas as atividades humanas, exigindo uma maior demanda por trabalho intelectual e conduzindo a uma terciarização, que, no Brasil, também quer dizer urbanização (Santos, 2009).

Os territórios que concentram uma maior oferta de serviços, sobretudo os especializados, correspondem aos que já desempenham uma centralidade econômica, assegurando os interesses do capital. Assim, a concentração de serviços é atraída pela centralidade, ao mesmo tempo que a reforça. Ademais, é necessário considerar que os serviços não se limitam aos espaços metropolitanos, chegando às cidades menores e, por meio destas, a sua hinterlândia e ao espaço rural. Logo, é preciso entender a natureza e como se dão as novas articulações que se estabelecem entre esses espaços, reconfigurando a rede urbana.

No cenário da globalização, as mais diversas cidades articulam-se, ainda que de modo desigual, em uma economia global, permitindo a efetiva realização da produção, através dos fluxos, da circulação e do consumo entre aquelas, e que é possível a partir de um amplo sistema de transporte

e de uma rede de comunicações. Os fluxos necessitam da existência das redes, que têm como propriedade primeira a conectividade, conectando os nós das redes, os lugares de poder e referência (Dias, 2006). Esses fluxos dão-se através da ação planejada dos diferentes agentes econômicos.

A rede urbana é um produto social e histórico, na qual centros urbanos articulam-se entre si através dos fluxos diversos, garantindo a existência e reprodução da sociedade (Corrêa, 2001). No bojo do fenômeno urbano, a rede urbana é reflexo e condição da divisão territorial do trabalho. É reflexo, na medida em que a divisão territorial do trabalho diferencia centros urbanos, que oferecem vantagens locacionais distintas, constituindo uma hierarquia entre eles; é condição, ao viabilizar a produção, circulação e consumo (Corrêa, 1994).

As redes integram os territórios desigualmente, através dos agentes e do peso das atividades econômicas. Assim, ao invés de abrir os canais, a rede urbana “[...] pode favorecer a rigidez e o peso de antigas solidariedades” (Dias, 2006: 158). Logo, a rede urbana também tem sentidos diferentes para os indivíduos de acordo com sua condição financeira, visto que podem ter seus deslocamentos na rede, em busca de bens e serviços, limitados por questões econômicas, ficando restritos aos lugares de origem e às suas carências (Santos, 2007).

A urbanização brasileira teve forte impulso nos anos 1950, com o desenvolvimento da indústria nacional, sobretudo na região Sudeste, e, segundo Dias (2006), associou-se ao processo de integração do mercado nacional. Para Corrêa (2001), foi só a partir daí, que a rede urbana nacional foi efetivamente integrada, conectando parte da população ao sistema social. Mas uma parcela da população ainda é mal integrada, pondo em relevo as diferenças entre os segmentos diversos da rede e anunciando os resultados do desenvolvimento capitalista.

No primeiro momento, foi forte a concentração econômica e populacional nas metrópoles, conhecida como metropolização. O consumo era mais restrito a estes estratos da hierarquia urbana. Grandes empresas comerciais e de serviços concentravam-se nesses espaços (Sposito, 2009), visando a maximização de lucros, ao mesmo tempo em que ampliava as relações entre a cidade e o mundo externo, o que levou a uma maior competição pelo uso da terra urbana e a uma elevação dos preços desta. Outrossim, o crescimento acelerado da população dos grandes centros urbanos aliado à pobreza de boa parte traduz-se no espaço pelas insufici-

ências de infraestruturas, moradias, serviços básicos, empregos, com suas implicações sociais e econômicas (Rocheffort, 1998).

A partir da década de 1970, passam a haver políticas públicas voltadas para uma desconcentração econômica das grandes cidades a partir da realocação de determinadas atividades para outros espaços, a fim de promover um desenvolvimento regional. Ocorreu, portanto, uma reestruturação da cadeia produtiva que se consubstancia na rede urbana com uma desaceleração do crescimento metropolitano, a desmetropolização, que é diferente do fenômeno de desurbanização, correspondendo a desconcentração demográfica das grandes metrópoles, que até então eram centros receptores de grandes contingentes populacionais, em busca de melhores condições de vida. Outros estratos menores da rede urbana passam a apresentar um ritmo mais intenso de crescimento populacional (Santos e Silveira, 2000). Assiste-se, portanto, em simultâneo a fenômenos de metropolização e desmetropolização, em que cidades grandes e de porte médio apresentam incrementos demográficos, contudo, estas últimas com taxas mais acentuadas de crescimento que as primeiras. Vejamos os exemplos de Recife, metrópole, e de Caruaru, ambas no estado de Pernambuco. De 1920 a 1970, a população de Caruaru cresceu 130%, enquanto que a de Recife cresceu 344%. A partir da década de 1970 até 2017, Caruaru cresceu 150%, ao passo que Recife reduziu seu ritmo de crescimento para 54% (IBGE, 1920, 1970, Estimativa da População 2017).

Diante dos processos complexos de criação e evolução dos centros urbanos brasileiros, marcados por uma desigualdade espaço-temporal, não há padrão e densidade únicos para caracterizar a rede urbana (Corrêa, 2001). Verifica-se o crescimento da população urbana e do número de cidades, a partir dos anos 1950, inicialmente das cidades com mais de 20 mil habitantes, em seguida, com a multiplicação das cidades de porte intermediário (tratando-se apenas do número de habitantes), para depois chegar ao estágio da metropolização (Santos e Silveira, 2000). No Nordeste, criou-se uma estratégia urbana de dinamização dos núcleos urbanos regionais, mediante o apoio de atividades produtivas e investimentos em equipamentos sociais e infraestrutura urbana, para conter a migração das cidades menores para as cidades grandes e apoiar as atividades agropecuárias e agroindustriais (Pontes, 2006), pelo que algumas destas pequenas cidades tiveram sua centralidade reforçada.

Nesse cenário, podemos tratar da reestruturação da rede urbana ou, simplesmente, reestruturação urbana. Sposito (2004) baseia-se em Soja

(1993) para abordar o termo reestruturação, que deve ser usado para tratar dos “períodos em que é amplo e profundo o conjunto das mudanças que orienta os processos de estruturação urbana e das cidades” (Sposito, 2004: 312). Entre as mudanças na rede urbana estão a complexificação funcional das cidades, uma progressiva articulação entre elas para além da escala regional, tornando mais denso o padrão espacial da rede urbana (Corrêa, 2001). Assim, as interações espaciais tornam-se mais diversas e difusas, como resposta à intensificação e maior complexidade das funções e papéis das cidades (Catelan, 2013).

Nesse contexto, qualquer cidade pode interagir em diversas escalas, conforme ação, interesses e decisões dos agentes econômicos que atuam e se relacionam desde a escala local até a global. Portanto, o estudo da rede numa perspectiva hierárquica torna-se insuficiente, pois não abarca a complexidade das interações espaciais, não considera o movimento relacional de escalas. Assim, Catelan (2013) propõe a noção de heterarquia urbana para superar a visão meramente hierárquica, a partir da análise de interações espaciais numa perspectiva interescalar, cruzando horizontalidades e verticalidades.

[...] podemos dizer que a heterarquia urbana representa o que é a rede de fato, quais são suas propriedades, como elas se articulam e quais seus atributos que são, dentre outros conteúdos, o espaço, as escalas geográficas, os agentes econômicos e o capital (CATELAN, 2013: 38).

Essa diversidade de articulações possíveis diz respeito a relações de competitividade, mas também a relações de complementaridade. Não se trata da eliminação das relações hierárquicas, mas da combinação complexa e contraditória de vetores de diferentes naturezas e intensidades, no sentido hierárquico e no sentido horizontal (Sposito, 2010).

A produção do espaço urbano vai se reinventando, mas seguindo a mesma lógica: do capital. Com a reestruturação produtiva, a rede urbana passa de um padrão hierárquico a um mais flexível, ficando evidente que é preciso ir além do estudo dos espaços metropolitanos. Diferentes estratos urbanos, espacialmente as cidades médias, também podem se colocar como nós da rede urbana nacional e devem ser compreendidos em sua complexidade e no lugar que ocupam dentro da totalidade que compõem.

Cidades médias: centralidade e intermediação na rede urbana

Com as alterações nos padrões locacionais decorrentes da reestruturação produtiva, desde a década de 1970, houve uma desconcentração econômica das grandes cidades e outros estratos da rede urbana passaram a ter maior participação no sistema urbano, crescendo em termos demográficos e econômicos. Esse processo foi induzido também pelo Estado, a partir do planejamento urbano-regional, como intuito de promover a interiorização e a desconcentração do Sudeste, ordenar o sistema urbano do Sul, dinamizar a base econômica das metrópoles nordestinas e promover áreas de urbanização nas demais regiões, com polos secundários desempenhando funções estratégicas, mediante a instalação de equipamentos terciários de abrangência regional (Motta e Mata, 2008).

Aqui, estamos tratando de cidades médias e não de cidades de porte médio. Há uma diferença metodológica. O conceito de cidades médias não se limita ao quantitativo populacional; mas tem a ver com atividades, funções e o papel desempenhado na rede urbana (Sposito, 2007). Sua particularidade dá-se sobre uma combinação entre demografia, funções urbanas e organização de seu espaço interno, resultante de um processo de urbanização em contextos econômicos, políticos e sociais diversos. Sua noção decorre da constituição da moderna rede urbana (Corrêa, 2007), resultante das mudanças na divisão regional do trabalho e dos novos papéis do Brasil na divisão internacional do trabalho (Sposito, 2001), quando há o estabelecimento de uma nova estrutura e de uma nova articulação dos pontos nodais. Apesar de tratar-se de localidades centrais antes da década de 1970, o uso da terminologia “cidades médias” é mais recente.

Corrêa (2007) chama a atenção para três elementos fundamentais que devem ser levados em consideração na elaboração de um quadro teórico sobre a cidade média: a presença de uma elite empreendedora, pois é ela que estabelece relativa autonomia econômica e política e cria interesses locais e regionais, para competir com cidades maiores, em alguns ramos econômicos; a sua localização relativa, como nó de articulação e tráfego, abarcando pessoas, capitais, informações e significativa variedade/quantidade de mercadorias e serviços; e as interações espaciais, que são intensas, complexas, multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade, que dependem das articulações estabelecidas pela elite.

Essas cidades devem ser pensadas no contexto da rede urbana, no qual ganham forma e sentido. Como o espaço contemporâneo está articulado

em rede, as interações espaciais, como movimentos engendrados em largas escalas – integrando sociedade e espaço e contribuindo para a reprodução espacial –, ganham maior significação como perspectiva analítica do espaço (em rede) e da sociedade em movimento (Catelan, 2013).

Essas cidades passam a acolher um crescente contingente de classe média, composto por pessoas mais letradas, portanto cada vez mais intelectualizado, fundamental ao consumo, de uma produção material, industrial e agrícola (Santos e Silveira, 2000). Fica, deste modo, evidente o peso do consumo, mais do que da produção, na definição dos papéis das cidades médias e das suas articulações, posto que são polos para onde convergem consumidores de cidades vizinhas. Com esse crescimento do consumo, inclusive pelos grupos de menor poder de compra, grandes grupos econômicos comerciais e de serviços viram fatores locais vantajosos. Posto isso, Sposito (2009) articula duas escalas de análise, o intraurbano e o interurbano, respectivamente reestruturação da cidade e reestruturação urbana, através das mudanças dos fatores locais de grandes grupos econômicos, que passaram a ver nas cidades médias um reforço para as condições de produção e/ou consumo.

Para Bellet Sanfeliu (2009), a relação da cidade média com sua região se expressa nos seguintes níveis: político-administrativo – essas cidades geralmente concentram determinados níveis de governo e administração, numa escala mais próxima dos cidadãos; dispõem de equipamentos socioculturais especializado, que são centros dinâmicos de interação social, cultural e econômica; geralmente oferecem serviços mais especializados para os habitantes do entorno, gerando uma circulação de pessoas, bens e ideias; e concentram atividades de distribuição e troca, uma vez que são cidades-mercado.

Entretanto, o papel das cidades médias não se restringe apenas ao de centro regional. A condição de intermediação que essas cidades desempenham na rede urbana demonstra a substancialidade das articulações que estabelecem com diferentes cidades, nos diferentes estratos, tanto com cidades do entorno que apresentam menor densidade de atividades econômicas, quanto com cidades maiores, desde a escala regional até a global. Ou seja, nessa nova conjuntura urbana global, pode-se dizer que articulam o local e o global. No geral, seus papéis e suas funções são definidos por uma ordem global. E a centralidade que desempenham é reflexo direto das atividades que são por si ofertadas. E, de acordo com isso, elas irão exercer uma maior ou menor centralidade na rede urbana.

Buscando articular as reestruturações produtiva, urbana e da cidade, Savério Sposito (2007) refere-se ao estado de São Paulo para tratar das mudanças no âmbito da produção e nos padrões de localização industrial (reestruturação produtiva) que refletiram na alteração dos papéis desempenhados por cidades na rede urbana, redefinindo as relações entre as cidades nas diferentes escalas (reestruturação urbana) e alterando a lógica de organização interna das cidades (reestruturação das cidades). Suas reflexões ajudam a explicar as mudanças na rede urbana de modo mais amplo, ainda que haja diferenças regionais na intensidade desse processo. A constituição de eixos de desenvolvimento em São Paulo – formados pela associação de vias expressas e infraestrutura logística de comunicação por internet e fibra ótica – favorece a localização industrial ao longo desses eixos, ou seja, as novas lógicas instigadas pela reestruturação produtiva induzem não só a uma reestruturação das cidades, como a uma reestruturação urbana (Sposito, 2007). Centralidades são formadas ao longo do eixo. Mas, no caso das cidades médias, não é a indústria que será responsável direta pelas mudanças em curso. O comércio e os serviços são determinantes para a formação e/ou consolidação da centralidade de uma cidade média, estruturando uma região. Desta forma, cabe destacar que na escala global, a industrialização foi o vetor principal da redefinição da urbanização, em virtude de sua centralidade no estabelecimento do modo de produção capitalista (Sposito, 2001). Na escala nacional, a industrialização também foi condicionante para a conformação de um Brasil urbano e para a uma estruturação da rede urbana. Mas, no geral, ao tratarmos da urbanização das cidades médias, da ampliação de suas tramas, dos seus fluxos na rede, da reestruturação dessas cidades e da reestruturação da rede que comandam, é necessário conferir papel ao setor terciário nesse processo.

É preciso pensar a complexidade da inserção de uma cidade dentro da rede, uma vez que sua conexidade pode dar-se em múltiplas escalas e redes, sobretudo com advento das tecnologias de comunicação, das redes de transportes e circulação em geral, na atual conjuntura econômica.

Considerações finais

No contexto da reestruturação produtiva global, comércio e serviços são centrais na produção do espaço urbano, como dinamizadores da economia. Cresce o papel do consumo, pois essas atividades estarão em contato direto com o consumidor. Um aspecto relevante corresponde ao

peso destas atividades, principalmente dos serviços especializados, na centralidade exercida por estratos urbanos inferiores, através da atuação de agentes públicos e privados na produção do espaço.

Na história recente, assistimos a mudanças/reforços nos papéis e funções das cidades médias, que passam a ter uma importância maior na articulação de escalas dentro da rede urbana. As interações territoriais extrapolam a contiguidade regional, passando às interações espaciais, atingindo as escalas nacional e global descontinuamente. Assim, as cidades médias articulam as escalas local e regional a escalas mais amplas, havendo interações espaciais interescolares, através do favorecimento de uma maior densidade técnico-científica do território, permitindo-lhe conectar produção e consumo a mercados mais distantes. Há relações entre lógicas e agentes que contribuem para fortalecer a economia local/regional e para diversificá-la, através de estratégias político-econômicas. Portanto, a produção capitalista do espaço materializa-se de espaços seletivos.

Referências

- Bellet Sanfeliu, C. (2009). Del concepto ciudad media al de ciudad intermedia en los tempos de la globalización. In: Bellet Sanfeliu, C.; Sposito, M. E. B. As cidades médias ou intermédias num mundo globalizado. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 21-40.
- Catelan, M. J. (2013). Heterarquia Urbana: Interações espaciais interescolares e cidades médias. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Corrêa, R. L. (1994). A rede urbana. São Paulo: Ática.
- Corrêa, R. L. (1997). Interações espaciais. In: Castro, I. E.; Gomes, P. C. da C.; CORRÊA, R. L.. Explorações geográficas. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 279-318.
- Corrêa, R. L. (1999). Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. Revista Território. Ano VI. n.6, jan./jun..
- Corrêa, R. L. (2001). Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Corrêa, R. L. (2006). Estudos sobre a Rede Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Corrêa, R. L. (2007). Construindo o conceito de cidades médias. In: Beltrão Sposito Beltrão, M. E. Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 23-33.
- Dias, L. C. (2006). Redes: emergência e organização. In: Castro, I. E. de; Gomes, P. C. Da C.; Corrêa, R. L.. Geografia: conceitos e temas. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 141-162.

- Harvey, D. (2012). *Condição Pós-Moderna*. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1920). *Censo Demográfico 1920*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1970). *Censo Demográfico 1970*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Kon, A. (1997). Reestruturação produtiva e reestruturação no Brasil. *Nova economia*. Belo Horizonte, (7), 149-180.
- Motta, D; Mata, D. Da (2008).. *Crescimento das Cidades Médias*. Boletim Regional e Urbano, Ipea/ Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur), n. 1, dez.
- Pontes, B. M. S. (2006). As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: Spósito, E. S.; Spósito, M. E. B.; Sobarzo, O. *Cidades médias: produção do espaço*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 327-346.
- Rochefort, M. (1998). *Redes e sistemas – ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2007). *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. (2009). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M.; Silveira, M. L. (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record.
- Soja, E. W. (1993). *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Sposito, E. S. (2007). *Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no estado de São Paulo*. Scripta Nova. Barcelona, 11, (245).
- Sposito, M. E. B. (2001). *As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos*. In: Sposito, M. E. B. *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP, 609-642.
- Sposito, M. E. B. (2004). *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades*. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- Sposito, M. E. B. (2007). *Cidades Médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana*. In: Sposito, M. E. B. *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 233-253.
- Sposito, M. E. B. (2009). *Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil*. In: Bellet Sanfeliu, C.; Sposito, M. E. B. *As cidades médias ou intermédias num mundo globalizado*. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 41-69.
- Sposito, M. E. B. (2010). *Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização*. *Revista de Geografia*. São Paulo, (35), 51 - 62.

Secção II

**Espaços da cidade e atores urbanos:
reflexões críticas**

A secção II “Espaços da cidade e atores urbanos: reflexões críticas” reúne seis capítulos que demonstram a complexidade das cidades em diálogo com a diversidade e agência de diferentes protagonistas para a sua (re) produção. Na maioria dos casos, adotam uma abordagem crítica, chamando a atenção para processos predatórios contemporâneos comandados pelos mercados, envolvendo o capital financeiro e o imobiliário, frequentemente beneficiando de uma ação facilitadora do Estado. Em contraponto, apresentam perspectivas de análise crítica alternativas e enfatizam lutas sociais urbanas de tipo diverso, chamando a atenção para o papel de diversos atores subalternos que promovem resistência e reivindicam o seu direito à cidade.

Assim, esta secção é aberta pelo capítulo “Movimentos Sociais Urbanos”, de Cláudio Jorge Moura de Castilho, que procura demonstrar a complexidade dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU), avançando na sua teorização. Esta conjuga-se com uma componente aplicada que inclui a demonstração das suas práticas, experiências e ganhos concretos. O autor alinhava a teoria e a prática a partir do território fragmentado da cidade de Recife (Pernambuco-Brasil), reforçando os desafios dos MSU, mas sobretudo, a potência dos atores subalternizados e organizados em MSU para a ampliação do acesso a política pública minimizadora de injustiças espaciais. Adotando uma perspectiva de abordagem que segue uma linha idêntica, Jorge Luiz Barbosa, no Capítulo “Assentamentos (In)Formais: Territórios Populares na Urbanização Brasileira”, discute as diferentes formas de morar no Brasil, a partir de territórios plurais (favelas, vilas, mocambos, alagados, quebradas, periferias), reconhecendo-os como assentamentos contra-hegemónicos de resistência e de luta pela ocupação, produção e transformação do espaço urbano. Demonstra ainda como estes assentamentos, produto da urbanização desigual brasileira, tem incorporado intrinsecamente uma distinção corpóreo-territorial de direito, resistindo a população mais vulnerável à incompletude e incapacidade do Estado, através do seu modo de existir na cidade, mas também através do seu corpo, marcado por raça, género e etnias reconhecidas. O capítulo “Comuns Urbanos”, de Otávio Augusto Alves dos Santos, oferece uma reflexão acerca das lutas anticapitalistas que almejam a criação de novas formas de reprodução social. O autor perpassa pelo debate do modo como os Comuns se associam aos ativismos socioespaciais contemporâneos, procurando reforçar a pertinência de sua apropriação teórica e prática no domínio da geografia urbana. O décimo capítulo, da autoria de Archie Davies e intitulado “Ecologia Política Urbana”, acrescenta outra perspectiva crítica à

leitura filosófica e política dos processos ecológicos e ambientais contemporâneos, enfatizando a sua imbricação. Nele, são apresentadas as origens e como se tem definido Ecologia Política Urbana (EPU), perpassando o autor pela questão da água e do exercício da política e do poder sobre este bem/recurso no espaço urbano. O autor deslinda ainda, numa perspectiva mais atual, como tem se delineado a compreensão e olhar crítico para a EPU no contexto do pensamento científico.

No capítulo sobre Empreendimentos Turísticos Imobiliários Litorâneos, de autoria de Cristina Pereira de Araújo, Luciano Muniz Abreu e Denise Betânia Marques dos Santos, discorre-se sobre o processo de apropriação do território litorâneo no Brasil e as lógicas subjacentes, posicionando o Estado como facilitador e provedor de infraestruturas, que facilitam e potenciam a ação do capital financeiro no domínio do imobiliário ligado ao turismo, e resultam, em larga medida, em exclusão e fragmentação socioterritorial. A análise dos/as autores/as, que recorre a conceitos Lefebvrianos como espaço concebido e espaço percebido, tem como base os Empreendimentos Turísticos Imobiliários (ETIs), com recorte na Reserva do Paiva, no município de Cabo de Santo Agostinho, inserido na Área Metropolitana do Recife (Pernambuco-Brasil).

O capítulo “Geografia, Gênero e Interseccionalidade”, de Ana Carolina Ferraz dos Santos e Margarida Queirós, mantém o posicionamento da perspectiva social crítica da Geografia, mas introduz uma visão vinculada ao feminismo e aos estudos de gênero. Percorre historicamente os trabalhos feministas e seus contributos para os estudos de gênero e interseccionalidade, escrutinando, a partir desta ótica, o papel que o espaço desempenha para a compreensão das desigualdades e relações de poder. As autoras operacionalizam as reflexões críticas feministas/interseccional, a partir da exploração das dimensões espacial, identitária, psicológica e afetiva, em ambiente escolar na cidade de Lisboa (Portugal), através do instrumento metodológico “mapas de relevo”.

Movimentos Sociais Urbanos

Cláudio Jorge Moura de Castilho

Universidade Federal de Pernambuco

“Enquanto houver muita casa sem gente e muita gente sem casa, haverá ocupação” (Guilherme Boulos em campanha à Presidência da República, 2018)

“Somente um engajamento crítico – e autocrítico – genuíno no curso da transformação histórica socialista pode produzir o resultado sustentável, proporcionando os corretivos necessários conforme as condições se modificarem e demandarem a resolução de seu desafio”. (Mészáros, 2007, p. 29)

Considerações iniciais

Concorda-se com a ideia de Gohn (1997) segundo a qual sempre haverá Movimentos Sociais (MS), enquanto a humanidade não tiver resolvido os seus problemas básicos em termos de desigualdades sociais, opressão e exclusão. Por outro lado, a teoria sobre os MS nunca estará completamente clara e acabada porque tais movimentos constituem momentos da totalidade social que estão em permanente movimento histórico.

A complexidade dos MS na cidade acha-se intrinsecamente vinculada à complexidade da problemática do processo de urbanização sob o modo de produção capitalista de ser e pensar. Disto resultam diversos objetivos em termos de práticas que detonam conflitos e diferentes variações no que se referem aos seus tipos em razão das suas especificidades socioterritoriais. Nesse sentido, Melé (2016, p. 128) acentua que os conflitos urbanos podem ser qualificados por lutas pela terra, serviços urbanos, mobilizações ambientais ou patrimoniais, oposição a projetos públicos e antagonismos pelo uso do solo e movimentos políticos.

Talvez, justamente em função de possuírem objetivos múltiplos e sempre atuando em permanente processo de questionamento das condições de vida de seus ativistas e “representados/as”, os MS, em seu conjunto,

também se caracterizam pela fragmentação e fluidez no que dizem respeito às diversas formas do seu acontecer histórico-geográfico. Gohn (1997) acentua que eles tecem redes que se quebram facilmente dada sua fragilidade muito embora sempre estejam presentes no âmbito da formação socioespacial.

A teoria social crítica desconfia das representações mágicas, rápidas e fáceis da realidade histórica; razão por que, concomitantemente, ela enfrenta a referida complexidade e defende a ousadia de desejar o que parece ser impossível dadas as adversidades engendradas pelas circunstâncias dos imperativos inerentes às intencionalidades do tempo do capital.

Assim como a temática dos MS em geral, a dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU) também é complexa, razão pela qual o presente escrito buscou seguir as questões, as quais, por sua vez, estruturam o presente texto, quais sejam: o que são os MSU, o que os MSU estão fazendo como agentes sociais e o que desejam construir como sociedade mediante o uso do espaço geográfico como instância social.

Em se tratando de uma sociedade capitalista periférica, preponderantemente caracterizada por significativas e patentes desigualdades e injustiças socioterritoriais, os interesses predominantes, sempre vinculados a perspectivas de uso do território, são aqueles que representam os propósitos das classes dominantes e opressoras os quais, contraditoriamente, conflitam com os interesses das classes dominadas, subalternizadas e oprimidas.

Defendendo a ideia de que muito mais do que o território em si, a geografia deve preocupar-se, notadamente, com o território socialmente usado, Santos et al. (2000, p. 12-13) acentuam que o território usado, para os agentes hegemônicos, constitui um recurso que garante a realização dos seus interesses particulares; e para os atores hegemonzados ele constitui um abrigo que garante sua sobrevivência.

No Brasil, a permanência, no tempo-espaço, das desigualdades e injustiças socioterritoriais inerentes à perversidade dos impactos dos imperativos do tempo do capital, produz territórios insustentáveis à realização plena da vida humana, subalternizando e oprimindo as classes-que-vivem-do-trabalho¹. Estas classes organizam-se e mobilizam-se para pressionar as instituições competentes pela melhoria das suas condições de vida no

¹ Forma de definição expressa por Ricardo Antunes a fim de ressignificar a situação dos/as trabalhadores/as no contexto atual do capitalismo, em seu texto intitulado "O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho", publicada em 2005 pela Editora Boitempo. São estas as classes dominadas, subalternizadas e oprimidas pelo tempo do capital.

espaço urbano, por meio das suas respectivas práticas, questionando a espoliação urbana em que vivem nos seus respectivos territórios de existência. Desse modo, os MSU podem constituir, numa perspectiva não linear da história, instrumentos impulsionadores de formas diferentes de planejamento urbano como inovação em termos de produção do espaço.

Por um lado, a cidade vem se constituindo, cada vez mais, no espaço de produção e reprodução permanentes das relações sociais que mercantilizam os objetos materiais e as ações dos territórios usados preponderantemente como recursos à geração de riquezas, mediante a implementação das políticas urbanísticas calcadas no chamado empreendedorismo empresarial “[...] cujo objetivo é extrair renda da terra urbana, através de um processo de criação ou revalorização de localizações”. (Rolnik, 2015, p. 227) Mas que, segundo esta mesma autora, as margens, porosidades e fissuras inerentes a esse processo de produção do espaço urbano provocam explosões e protestos por meio dos quais se pode vislumbrar o exercício cotidiano da luta pelo direito à cidade.

Os MSU, na perspectiva da concretização do direito à cidade combatem o processo permanente de mercantilização do espaço urbano para fazer valer, concomitantemente, os interesses dos seus participantes direta e indiretamente engajados nas lutas socioterritoriais. Na condição de sujeitos coletivos da democratização no Brasil, os MS conseguem, dentre tantas outras conquistas relevantes, ampliar o acesso das classes dominadas, subalternizadas e oprimidas a diversas políticas públicas de que necessitam. De acordo com Guimarães (2015), a reflexão sobre os MSU não deve ficar apartada das lutas e resistências populares engendradas no contexto da segregação socioespacial do urbano.

Muito embora a mudança radical da sociedade não constitua, mecanicamente, a meta imediata almejada pelos agentes dos MSU, concorda-se com a ideia de que, segundo ainda Guimarães (2015), é a partir das condições existenciais reais vivenciadas pelas classes-que-vivem-do-trabalho – que são justamente constituídas pelas pessoas dominadas, subalternizadas e oprimidas – que se desenvolvem os seus desejos de transformação social. Muito embora, posteriormente, tenhamos, ainda, que refletir sobre a complexidade do exacerbadamente complexo processo de transformação.

Fazendo a crítica ao modelo da racionalidade ocidental como razão indolente que se concretiza, nas intencionalidades do tempo do capital, atualmente hegemônica no mundo, para dar início à formação de outro modelo baseado na razão cosmopolita constituída por três procedimentos

sociológicos – o da sociologia das ausências (transformando os objetivos impossíveis em possíveis e, por sua vez, as ausências em presenças), o da sociologia das emergências (considerando um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas) e o do trabalho de tradução (criando inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo disponíveis e possíveis, esclarecendo o que une e o que separa os diferentes movimentos e práticas para determinar as possibilidades e os limites da articulação entre eles) –, Sousa Santos (2002, p. 242-243) argumenta que “O Norte não é inteligível fora da relação com o Sul, tal como o conhecimento tradicional não é inteligível sem a relação com o conhecimento científico ou a mulher sem o homem”.

No âmbito da razão acima defendida, a razão cosmopolita, amplia-se o mundo, dilata-se o presente e contrai-se o futuro através da crítica, respectiva, da razão metonímica (que limita e reduz a compreensão do mundo à racionalidade hegemônica do mundo ocidental) e da razão proléptica (que concebe o futuro a partir da monocultura do tempo linear). Para Sousa Santos (2002, p. 258-259), a sociologia das ausências e a sociologia das emergências estão estreitamente associadas na medida em que quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo, mais experiências serão possíveis no futuro.

Após estas breves considerações iniciais, em seguida, este escrito, no que diz respeito à sua estrutura, apresentará a metodologia utilizada para a discussão ora estabelecida; ressaltará os MSU como experiências históricas socioterritoriais plásticas seguindo criticamente as vicissitudes do tempo e, por isto, irreverente; recolocará experiências ocorridas em Recife no curso da sua história de urbanização; e, por último, tecerá algumas considerações finais visando encorajar a continuidade da discussão ora realizada na perspectiva do aprimoramento permanente das suas práticas.

Caminhos metodológicos à apreensão e análise dos MSU

A despeito de compartilhar a visão segundo a qual os estudos sobre os MS não podem ser operacionalizados com base em uma única abordagem metodológica, notadamente, como se colocou na seção anterior deste escrito, em função da complexidade inerente à própria dinâmica histórica do processo social que os move, achou-se por bem, para efeito de organização e controle da discussão ora estabelecida, optar pelo método dialético como ponto de partida.

Entretanto, sobretudo pelo seu caráter essencial de constituir um método sempre aberto e dialógico, levou-se em conta não apenas alguns dos seus princípios fundamentais – tais como os de contradição, conflito e totalidade histórica em permanente movimento em algum sentido –, mas ao mesmo tempo os sentimentos, os desejos e as vivências inerentes ao que se tem cunhado como princípios constantes da fenomenologia.

Considerando que o território usado também possui leituras e significados coletivos, visto que ele é, ao mesmo tempo, cada vez mais vivido, expandido e incerto do que imposto pelas instituições e linguagens, optou-se concomitantemente por uma perspectiva teórica que, de acordo com Di Méo (1998), procurou associar uma abordagem estrutural-dialética a sólidos aportes das concepções do humanismo fenomenológico, os quais se acham, segundo este mesmo autor, próximos de uma geografia humana estrutural.

Tanto as contradições engendradas por uma lógica de território usado como recurso, como as condições sociais de existência, as experiências de vida derivadas de tais condições e as ideias que se formulam e circulam sobre o mundo vivido, devem ser levadas em conta. Nesta perspectiva, convém antecipar que, em vez de se buscar ingenuamente alguma mudança radical da sociedade pela consciência automática e mecânica das suas contradições, deve-se antes de tudo compreender o que de fato acontece. Isto porque os MS, em certa medida, podem estar agindo no sentido da inclusão dos seus participantes no sistema vigente, pelo seu mero acesso aos direitos “prometidos” e não cumpridos pelo projeto civilizatório ocidental baseado no Iluminismo, portanto sob os moldes do reformismo.

Sendo assim, apesar de, em princípio, possuírem potencial para a realização de mudanças radicais na sociedade, os MS, na realidade, acham-se vinculados às especificidades culturais dos seus agentes socioterritorialmente situados. Destarte, em vez de se continuar buscando ajustar a teoria à realidade abordada, ela deve ser utilizada como ponto de partida para a apreensão da vida em seu acontecer histórico permanente por meio de posturas efetivamente dialéticas e permeadas pelos desejos, visões de mundo e emoções envolvidos no processo de luta.

Pelo trabalho de tradução, como procedimento que, além do que já se dissera na seção anterior, “[...] permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, revelada pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências” (Sousa Santos, 2002, p. 262), tem-se aqui uma ferramenta fundamental para o

entendimento da complexidade dos movimentos sociais no tempo-espaço do mundo contemporâneo.

Considera-se que, sob a força avassaladora das adversidades presentes que impedem a concretização do território usado como abrigo, nunca se conseguirá concretizar de imediato todas as metas progressistas pensadas, refletidas e buscadas. Contudo, “[...] a possibilidade de um futuro melhor não está, assim, num futuro distante, mas na reinvenção do presente, ampliado pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências e tornado coerente pelo trabalho de tradução. (Sousa Santos, 2002, p. 274)

Com relação ao que se acabou de colocar, reconhece-se a necessidade última, mas não de menor importância, de refletir acerca do papel dos MSU no processo de transformação das mentes das pessoas e, por sua vez, na constituição efetiva de uma outra sociedade. De acordo com Castells (2018, p. 146), “A experiência histórica mostra que do fundo da opressão e do desespero surgem, sempre, movimentos sociais de diferentes formas que mudam as mentes e, através delas, as instituições”.

No que diz respeito aos métodos de procedimentos utilizados neste exercício de reflexão, optou-se, mormente, pela revisão criteriosa aberta e não exaustiva da literatura sobre o tema em questão; pela consideração do acontecer histórico de algumas experiências de MSU atinentes a referências como algumas que ocorreram em Recife, espaço de trabalho e militância do autor deste capítulo; e, por sua vez, pelo destaque do conteúdo extraído de experiências empíricas do autor.

A escolha destes dois últimos procedimentos deveu-se, principalmente, ao fato de que o trabalho científico, sobretudo quando pretende refletir sobre um fenômeno tão complexo e escorregadio como os MS, não pode ser realizado sem considerar a participação dos seus agentes efetivos manifestando-se sobre o seu mundo vivido para fortalecerem-se no âmbito do seu acontecer histórico.

MSU: plasticidade de experiências irreverentes dos NMS

Para se entender o que são os MS, necessita-se, primeiramente, levar em conta a complexidade inerente à dinâmica do seu acontecer histórico-geográfico e, ao mesmo tempo, à sua natureza filosófica, pensando-os como experiências socioterritoriais diversas que, em determinadas circunstâncias, podem conseguir alguma forma próxima em termos de

unidade política no âmbito do conjunto das batalhas travadas para enfrentar as adversidades inerentes aos imperativos do modo de produção capitalista de ser e pensar.

O interesse dos cientistas sociais pela temática dos Novos Movimentos Sociais (NMS), no âmbito do qual se acham os MSU, aconteceu, segundo Sherer-Warren & Krischke (1987, p. 7), em razão de dois aspectos específicos: a proliferação de organizações e forças sociais de base como uma nova realidade, preocupando-se mais com os problemas atinentes ao cotidiano dos seus participantes pela colaboração ou pelo conflito, do que com sua interação com o Estado; e a associação desses movimentos com as crises inerentes ora às organizações políticas centralizadoras tradicionais como o partido político e o sindicato, ora aos encaminhamentos das velhas esquerdas como a luta armada, as ações clandestinas e as disputas eleitorais dentre outras.

Para esta mesma autora, a despeito dos NMS – como os movimentos das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), do feminismo, do grupo de defesa dos direitos humanos, das associações de moradores, etc. – não apresentarem projetos bem definidos para o futuro dos seus participantes, eles manifestam potencialidades visando à formação de bases para uma vida em que a democracia e a socialização constituem valores fundamentais.

No caso das mobilizações das classes populares em contexto urbano, argumentara Jacobi (1980) que, no início das reflexões teóricas dos anos 1960/1970, elas eram vistas como contrapondo-se à política urbana do governo, expressando insatisfação com relação às práticas do Estado, com vistas a defender suas condições de vida no âmbito de uma conjuntura na qual praticamente as formas de organização e resistência das referidas classes esfacelaram-se, fragmentando-se e dispersando-se em função das contradições inerentes à sua emergência.

Posteriormente, ainda segundo o mesmo autor, os teóricos colocaram que, com a crise do Estado autoritário, as classes populares – constituídas pelos moradores dos bairros da periferia e favelados precarizados pela urbanização desigual – organizaram-se e mobilizaram-se, por meio de formas democráticas de participação de base, para fortalecer sua identidade e definir seus interesses, aspirações e reivindicações; o que se desenhava em torno da busca do direito à cidadania.

Para as primeiras reflexões teóricas, os MSU, assim, segundo ainda Jacobi (1987, p. 18), “[...] constituem formas de mobilização que ocorrem fora dos espaços tradicionais de representação e na especificidade das suas

demandas”. Fundamentando-se em reflexões teóricas realizadas na Europa (Borja, 1975; Castells, 1974; Lojkin, 1977, etc.), as referidas reflexões sobre os MSU no Brasil partiram da hipótese de que se tratavam de um conjunto de ações sociais que, desencadeadas a partir de questões suscitadas pelas contradições da problemática urbana sob o modo capitalista de ser e pensar, questionavam a ordem estabelecida, politizavam o cotidiano e buscavam a transformação social.

Dentre o conjunto das manifestações consideradas, abordaram-se aquelas referentes a práticas de: reivindicação visando à redistribuição de bens de consumo coletivo, protestos em função da precariedade no que tange à prestação dos serviços de mobilidade urbana (quebra-quebras dos transportes coletivos), saques em estabelecimentos de prestação de serviços comerciais movidos pela carestia e carência em termos de acesso a bens básicos da vida, ocupação coletiva de espaços urbanos, etc. Tais ações remetem-nos, em princípio, à ausência de políticas públicas nos lugares de vida precarizados das populações pobres das cidades.

Nos anos 1980, ao mesmo tempo, tiveram lugar movimentos sociais formulados em torno da problemática ambiental (movimentos ecológicos, ambientalistas, etc.), e da problemática das desigualdades e injustiças sociais (movimentos de defesa dos direitos dos homossexuais, das mulheres e dos povos tradicionais), dentre outros.

Sendo assim, não obstante o fato de que as contradições urbanas suscitadas pelo modo de produção capitalista de ser e pensar induzem ao acontecimento de uma série de ações sociais de mobilização, não se pode negligenciar as especificidades de tais movimentos em cidades de um país em que o racismo, as desigualdades e as injustiças sociais permaneceram no curso do seu processo de formação histórico-geográfica. Diante de tal constatação, Jacobi (1987, p. 27) sustenta que “As interpretações que enfatizam o [...] potencial transformador dos movimentos sociais num todo homogêneo vêm cedendo lugar às abordagens que não desqualificam os aspectos relativos à constituição de novos atores e chamam a atenção para as transformações decorrentes da reordenação institucional nos processos de redemocratização”.

Muito longe de ser linear, o acontecer histórico-geográfico permanente dos MS constitui um processo cujas causas e dinâmicas não podem ser restringidas a um só fator, a um só escopo, a uma só forma de agir e assim por diante. De acordo com Fontes (1999, p. 195), não existe unanimidade a respeito dos outros fatores formativos do fenômeno em questão, e isto

porque a simples existência de um quadro de carências gerado por uma estrutura urbana excludente não é suficiente para a formação de movimentos sociais. (Fontes, 1999, p. 195)

Considerando o problema da limitação das pesquisas fundamentadas quase que unilateralmente nas explicações macroestruturais dos MSU, faz-se mister, ao mesmo tempo, reforçar o papel das mediações estabelecidas entre as práticas sociais e as suas condições concretas de existência nos territórios suscitadores dos MS. Nesta perspectiva, Kowarick (1986, p. 9) ressaltou que o ponto do processo de formação da identidade coletiva na dinâmica dos MSU acha-se muito mais relacionado com a “dimensão do cotidiano e do local de moradia” do que com a busca de uma “expressão política em torno da identidade imediata de classe”. O que, seguramente, pode dificultar o desejado processo concreto de transformação socioterritorial para além do reformismo.

Ajustando-se à plasticidade das circunstâncias inerentes aos diferentes contextos da história no Brasil, as instituições públicas foram pouco a pouco atendendo a demandas provenientes da sociedade civil com a finalidade de promover a “paz social”, notadamente quando havia, aos níveis dos governos, políticos e técnicos com maior sensibilidade social. Cézár (1985) demonstrou inovações no âmbito da administração urbana em Recife, no curso dos anos 1950/1960, suscitando práticas de aproximações entre o Executivo Municipal e MSU.

Posteriormente, com base ainda nesta experiência das Audiências Populares (AP) dos anos 1950/1960 outras estratégias socioterritoriais da gestão urbana – tais como as dos Núcleos de Planejamento Comunitário (NPC) popularmente conhecidos como “barracões” dos anos 1970/1980, Prefeitura nos Bairros (PB) dos anos 1980/1990, Orçamento Participativo (OP) dos anos 1990/2000 dentre outras tantas – foram postas em ação.

Porém, isso aconteceu com vistas, sobretudo, ao apaziguamento das tensões sociais visando à conquista da legitimidade da ordem social vigente, sob os discursos, não concretizados em sua plenitude, da divisão de responsabilidades, participação popular e democratização da gestão urbana. A esse respeito, Kowarick (1986, p. 7) acentuou que “[...] o Estado perdia o caráter perverso de inimigo ontológico metamorfoseando-se em agentes e ações visíveis e palpáveis [e] as classes populares se transformavam em membros reivindicantes de associações de bairro...”.

Não havia, assim, uma caracterização clara do Estado como antagonista muito embora as reivindicações sociais se destinassem a esta instituição

política. Ademais, “Influências externas às organizações populares não são sinônimo de manipulação, embora elas possam ocorrer. Isto não quer dizer que elas devam ser ‘correias de transmissão’ de algum partido político mas um espaço (não o único) de reivindicação, mobilização e organização das classes populares”. (Cézar, 1985, p. 179)

Trata-se, enfim, de uma postura do Estado que, como personificação do capital, se manifesta como agente que garante os interesses das classes dominantes e opressoras por meio da incorporação e concessão de demandas provenientes das classes-que-vivem-do-trabalho, o que, por seu turno, é útil à continuidade dos processos de uso do espaço urbano como recurso para a realização das relações capitalistas de produção, circulação, distribuição e consumo.

Assim sendo, como escreveram Farage, Brito e Pereira (2015, p. 4), “A cidade passa a expressar de forma enfática as desigualdades das relações sociais, cuja consequência na vida dos sujeitos é a degradação da sua humanidade”. Isto porque o uso do território como abrigo é constantemente impedido pelos interesses hegemônicos os quais sempre têm conseguido dominar, subalternizar e oprimir as classes-que-vivem-do-trabalho, dominando-as, subalternizando-as e oprimindo-as cada vez mais.

Por outro lado, partindo do pressuposto de que “[...] a mera existência formal de uma organização não garante a existência de um verdadeiro movimento social”, Gondim (1990, p. 33) ainda ressalta que existem associações muito mais dedicadas a “[...] práticas rotineiras, assistencialistas e burocráticas que [...] não têm nenhum compromisso com um projeto de mudança, ou mesmo com a consecução de objetivos coletivos mais limitados, estando, portanto, mais próximas da ideia de paralização do que de movimento”.

As formas de autoritarismo impondo os interesses hegemônicos, a burocracia formando elites dirigentes e as posturas conservadoras impedindo a participação direta da coletividade nas decisões sobre o urbano são frequentemente encontradas em práticas dos MSU, mesmo tendo surgido fora dos espaços tradicionais das lutas sociais.

Por outro lado, devido, sobretudo, a alterações ocorridas em função da reconfiguração do padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil, cientistas sociais dedicados, segundo Gohn (1997, p. 280), ao estudo dos MS preocuparam-se mais com “[...] os problemas da violência, da exclusão social ou com novas práticas civis e deixam a temática dos movimentos de lado. A centralidade da maioria dos estudos passa a ser as redes de ONGs

e os mecanismos institucionais da democracia participativa”. Ainda segundo esta mesma autora, centrando-se em questões éticas e de revalorização da vida humana, os NMS, nos anos 1990 que sobreviveram às suas crises internas mobilizaram-se tendo em vista o fato da abertura política do Estado brasileiro para participarem das políticas públicas.

Promovida pela garantia da Carta Magna de 1988, a participação da sociedade civil em instituições públicas aconteceu, por um lado, mediante a sua organização em Conselhos Municipais. Por outro lado, estes conselhos, de acordo com especificidades inerentes à cultura local, tomaram a forma, segundo Sant’Ana (2011, p. 150-151), de “conselhismo”, o qual, mais uma vez, “[...] em termos legais, significa a proliferação dos conselhos, na maioria criados para resolver questões ligadas à fiscalização e ao repasse de recursos destinados às políticas sociais locais e não para promover a participação da população...”.

Dos anos 1990 até o momento atual, deu-se, também, cada vez mais importância ao papel do uso dos novos meios de informação na organização e mobilização dos movimentos sociais. Este fato tem fascinado inclusive a esquerda, como observara Harvey (2004, p. 106), dando “[...] proeminência às possibilidades de uso da Internet pelos movimentos como instrumento de mobilização de campanhas internacionais em favor dos direitos trabalhistas, dos direitos humanos, dos direitos das mulheres, da justiça ambiental e assim por diante”.

Tratando do uso específico da Internet nas práticas dos MS, Castells (2013) colocou que esta técnica ultrapassa a dimensão da sua instrumentalidade, criando condições necessárias à realização de práticas comuns que permitem sobrevivência, deliberação, coordenação e expansão dos MS, mesmo daqueles que não possuem lideranças. Em sendo assim, ressalta-se que “[...] há uma conexão [...] mais profunda entre a internet e os movimentos sociais em rede: eles comungam de uma cultura específica, a cultura da autonomia, a matriz cultural básica das sociedades contemporâneas”. (Castells, 2013, p. 167)

Não há MSU que, nos dias atuais, não utilizem os telefones móveis dos seus agentes para fotografar, gravar e postar problemas recorrentes que enfrentam cotidianamente em seus respectivos territórios de existência com a finalidade de denunciá-los junto às mídias alternativa e convencional e, por sua vez, de pressionar os poderes públicos instituídos para resolvê-los.

Da mesma maneira, é por meio dos referidos celulares que, pelo uso da Internet, os seus agentes utilizam-se do facebook, twitter, instagram, etc. a fim de organizarem-se e convocarem mobilizações, protestos e outras ações com vistas a manifestarem seu descontentamento com relação aos problemas enfrentados.

Ressalta-se, assim, o uso das novas técnicas de informação estimulando formas diferentes de mobilização social provenientes, ao mesmo tempo, das periferias urbanas a fim de denunciarem as desigualdades/injustiças socioterritoriais e, concomitantemente, de organizarem-se em torno das suas aspirações pelo direito à cidade. Santos (2000, p. 165) acentuou que, destarte, a técnica pode promover o “encontro do engenho humano com um pedaço determinado da natureza [...], permitindo que essa relação seja fundada nas virtualidades do entorno geográfico e social, de modo a assegurar a restauração do homem em sua essência”. Nesta perspectiva, segundo Farage, Brito, Pereira (2015, p. 6), muito mais importante do que definir os MSU, classificá-los e identificá-los como novos ou velhos, “[...] é apontar alguns dos desafios postos na conjuntura para o avanço da organização da classe trabalhadora na cidade, assim como na (re)construção da identidade de classe, após o processo de implementação do neoliberalismo no Brasil...”.

Munindo-se de uma significativa prudência na sua análise, Castells (2013) reconheceu que o significado de um MS só pode ser avaliado pelos seus efeitos na produtividade histórico-geográfica de sua prática, nos participantes como pessoas e na sociedade que ele buscou transformar, razão por que seria muito cedo para avaliar o resultado final dos movimentos sociais: “Em última análise, o legado de um movimento social consiste na mudança cultural que produziu com sua ação” (Castells, 2013, p. 175), mudança que, sobretudo pela plasticidade do seu movimento torna os MS um fenômeno plástico e irreverente em termos da sua definição e apreensão.

Sob o modo capitalista de ser e pensar, o tempo do capital torna-se hegemônico impondo-se imperativamente sobre a diversidade do tempo histórico dos diversos territórios do mundo, dominando, subalternizando e oprimindo as classes-que-vivem-do-trabalho e destruindo o substrato natural da humanidade, ampliando e aprofundando cada vez mais a incontável e destrutiva crise estrutural do sistema do capital.

Diante de tal fato, Mészáros (2007, p. 62), refletindo sobre as possibilidades concretas da efetiva sustentabilidade na perspectiva da assunção do controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais pelas classes

trabalhadoras, acentua que “[...] é impossível ir além do capital sem superar radicalmente a subordinação estrutural hierárquica do trabalho [e do seu substrato natural] a toda e qualquer força controladora estranha...”.

Contudo, como a história compreende um processo dinâmico e contraditório em permanente movimento em algum sentido, suscitador de tensões e conflitos, existem, portanto, possibilidades de reverter o domínio do tempo do capital na perspectiva de fazer valer a diversidade temporal, a qual se acha, por sua vez, intrinsecamente relacionada à diversidade espacial do mundo.

Recife: um laboratório dos MSU

Espaço expressivo das desigualdades e injustiças socioterritoriais no Brasil, Recife é uma cidade cujo processo de formação histórico-geográfica teve seu início com base na consolidação e manutenção dos privilégios dos homens e das mulheres pertencentes ao que se formou posteriormente como classes sociais dominantes e opressoras, subalternizando e oprimindo os homens e as mulheres que formaram as classes-que-vivem-do-trabalho.

As especificidades do sítio geográfico de uma “cidade anfíbia” – cujos espaços planos foram construídos e alargados em uma baía semi-circular entulhada por sedimentos marinhos e fluviais circundada por colinas – em um país exacerbadamente desigual e injusto como o Brasil foram responsáveis pela valorização das terras firmes com relação às terras alagáveis, razão por que as primeiras foram imediatamente apropriadas pelas classes dominantes e opressoras, enquanto que as segundas foram deixadas para as classes-que-vivem-do-trabalho. O que, por seu turno, sempre teve apoio do Estado – Colonial, Imperial e Republicano – cujas ações de caráter urbanístico voltavam-se, sobretudo, para a ampliação e o melhoramento das terras firmes permanentemente conquistadas às águas. (Castilho, 2020a)

As áreas de morros, que circundam a planície fluvio-marinha do Recife, formando em seu conjunto um anfiteatro geomorfológico, foram ocupadas por moradores/as expulsos/as das áreas planas das terras firmes que lhes eram tomadas à força pela dinâmica urbana atrelada aos interesses da valorização capitalista do espaço visando à permanente extração da renda da terra urbana apropriada violentamente pelas classes dominantes e opressoras.

A ocupação das áreas de morros da Zona Norte da cidade teve grande impulso, portanto, com o processo de remoção dos/das moradores/as expulsos/as pela ação urbanística da Liga Social Contra os Mocambos (nos anos 1940); enquanto que a ocupação das áreas de morros da Zona Sudoeste/Sul da cidade teve grande impulso, principalmente, com o reassentamento de parte das populações flageladas das grandes enchentes dos anos 1960/1970. Neste caso, sob o discurso de “proteger as populações vulneráveis” às consequências calamitosas das enchentes, este fenômeno natural foi utilizado como pretexto para a expulsão dos/das moradores/as de áreas centrais da cidade.

Os/as moradores/as das áreas de morros presenciaram, posteriormente, no espaço do seu entorno, a acumulação de um conjunto de problemas específicos daquele sítio geográfico em torno dos quais, por seu turno, passaram a organizar-se a fim de resolvê-los, pressionando os administradores públicos locais para a contenção de encostas, e a construção de canaletas e escadarias, dentre outras obras urbanísticas necessárias para sua área.

Segundo Vasconcelos e Bezerra (2000), enquanto que as áreas da planície que se situam entre os Morros e o Baixo Estuário, totalizam 50 km²; as dos Morros que se situam a Norte, Oeste e Sudoeste da cidade, correspondem, em seu total, a mais da metade da área municipal do Recife. Somando-se a estes fatos, ressalta-se que grande parte das maiores densidades demográficas, incluindo as de menor renda mensal, acha-se nos bairros localizados em áreas de morros. Nota-se a presença significativa de Comunidades de Interesse Social (CIS) e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) nas áreas da planície do espaço municipal (Figura 01).

Coube às classes-que-vivem-do-trabalho, sem praticamente nenhum apoio do Estado, realizar ações visando ao melhoramento das terras que lhes restaram. Nas áreas planas aterrando-as e drenando-as para levantar as suas habitações – mocambos, palafitas e favelas – e nas áreas de morros abrindo os caminhos necessários para subirem até os pontos mais elevados, buscando, em ambos os casos, construir o seu território como abrigo.

Estas foram as formas de ocupação de terras na cidade pelas classes subalternizadas e oprimidas, desde o evento da Lei de Terras, promulgada em 1850, a qual teve como finalidade principal controlar o acesso à terra, na verdade, reservando-a notadamente para as classes dominantes e opressoras. Assim sendo, “Uma não-insignificante porcentagem de resistências

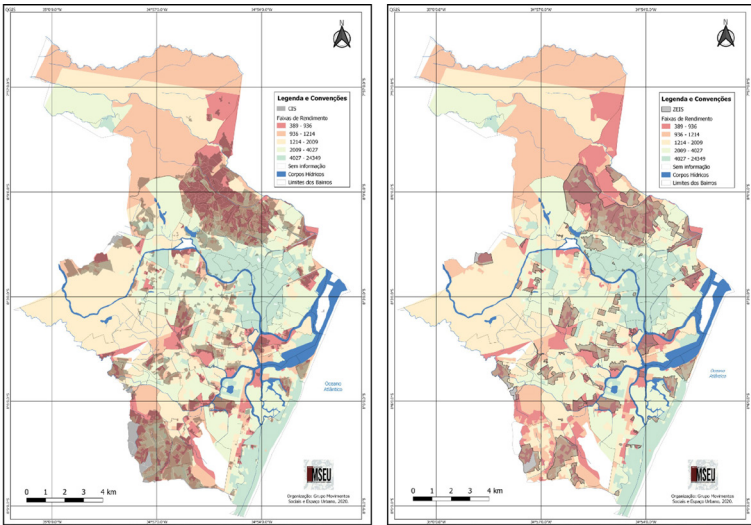


Figura 01 – Recife – Sobreposição do mapeamento das CIS, das ZEIS e do rendimento mensal por setores censitários (Censo 2010). Fonte: Bases cartográficas: Prefeitura da Cidade do Recife, 2016; IBGE/DGC. Observação: Os limites das bases cartográficas do IBGE e da Prefeitura apresentam diferenças e não foram realizados ajustes, em virtude da finalidade da representação (referentes aos mapas). Ambas as figuras foram elaboradas e cedidas por Manuela Pereira do Nascimento, em 2020.

das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o ‘mutirão’”. (Oliveira, 1987, p. 35)

Hoje em dia, os referidos territórios continuam concentrando uma série de problemas, dentre os quais se citam os seguintes: a ausência da regularização da posse dos terrenos ocupados, a precarização dos serviços públicos sociais que lhes são ofertados pelos poderes instituídos e a qualidade sofrível – e mesmo a ausência – da infraestrutura urbanística dos seus lugares de existência.

Foi, sobretudo, no curso da primeira década do século XX que se teve registro das primeiras formas de mobilização socioterritorial provenientes das classes sociais subalternizadas e oprimidas, tanto estimuladas por partidos políticos quanto por iniciativas dos próprios habitantes dos lugares desprovidos dos benefícios da urbanização. Nos anos 1970, as práticas dos MSU tiveram grande impulso em Recife, seguindo, assim, as tendências ocorridas no Brasil.

Tais mobilizações aconteceram a partir das áreas de planície e de morros em função de ameaças permanentes à perda dos seus territórios, da necessidade de ter acesso a obras de infraestrutura urbanística e da ausência de bens de consumo coletivo – escolas, postos de saúde, transportes coletivos, etc. – dentre outros bens necessários à vida. Tratava-se, assim, da busca pela integração efetiva dos seus territórios à dinâmica urbana contemporânea, pela conquista do que Santos (1987) definira como direito ao entorno.

Enquanto havia áreas disponíveis, na escala intra-urbana, para se “despejarem” as classes-que-vivem-do-trabalho, subalternizando-as e oprimindo-as, proliferaram-se as várias formas de assentamentos populares. Quando o espaço urbano tornou-se não à toa escasso, as classes dominantes e opressoras passaram a apropriar-se dos territórios das classes-que-vivem-do-trabalho, ampliando seu território usado como recurso.

Não aceitando sua condição de dominação, subalternidade e opressão, as classes-que-vivem-do-trabalho continuaram a organizar-se em torno de diversos tipos de associação/conselhos de moradores, de ações implementadas com vistas ao melhoramento das condições locais de existência superando as carências vividas no seu cotidiano, de protestos e, posteriormente, de movimentos de ocupação de terras na cidade. Tem-se, assim, um corpus a ser mobilizado a qualquer momento como impulsionador da política do corpo.

Desse modo, o espaço urbano tornou-se o lugar do aguçamento das tensões e, em alguns momentos da história, dos conflitos sociais com potencial para o acirramento de uma série de batalhas travadas no âmbito do processo permanente de luta de classes, buscando, argumenta Mészáros (2007, p. 319), formas de superar positivamente as determinações sistêmicas do capital, que sempre se impuseram à sociedade sem nenhuma consideração pelas consequências humanas, razão por que o socialismo ainda se coloca na agenda histórica como alternativa radical.

O corpo como estratégia de (re)articulação dos MSU

Acredita-se que, fundamentando-se nas experiências engendradas pela insatisfação social pelo descumprimento das promessas do seu projeto civilizatório, as forças conservadoras fizeram o que puderam para descaracterizar e impedir a concretização de quaisquer ideias voltadas à integração

das coletividades nacionais nos âmbitos da economia, política, sociedade e espaço, tal como prometera o projeto modernista.

Diante do acima exposto, enquanto que, acentua Harvey (1996, p. 57), o modernismo buscava futuros melhores, o pós-modernismo descartou essa possibilidade, concentrando-se “[...] nas circunstâncias esquizofrênicas induzidas pela fragmentação e por todas as instabilidades que nos impedem [...] conceber estratégias para [...] algum futuro radicalmente diferente”.

Partindo, portanto, do pressuposto de que, nos dias atuais, a perda da confiança em categorias estabelecidas anteriormente suscitou a reativação do corpo como base irredutível da compreensão do espaço tempo, Harvey (2004) destacou a política do corpo na luta social, através da discussão da reivindicação pelo salário vital que, a partir da experiência ocorrida em Baltimore, propagou-se por várias outras cidades norte-americanas.

Como uma entidade que, segundo Harvey (2004, p. 137), “[...] não é fechada e lacrada, mas uma “coisa” relacional que é criada, delimitada, sustentada e em última análise dissolvida num fluxo espaço-temporal de múltiplos processos”, os MS visando à luta pelo salário vital no espaço urbano decorrente do processo perverso da globalização – desindustrialização, desemprego estrutural, criação de empregos em atividades de serviços “não-especializadas” e de baixos salários, aumentando o número de “pobres empregados”, declínio do valor do salário mínimo e, por sua vez, agravamento das desigualdades sociais – engendraram e detonaram um processo de mobilização pela recuperação da dignidade dos/as cidadãos/as como cidadãos/ãs.

Conseguiu-se, com esse tipo de movimento, segundo o mesmo autor, através da associação de uma série de outros corpos envolvidos, criar uma base forte de trabalhadores/as com capacidades e potencialidades próprias e uma sólida aliança de forças visando influir na circulação do capital variável; questionar a ideia de que “algum emprego é melhor do que nenhum”, fazendo valer a necessidade de se levar em conta valores como qualidade, potencialidade e dignidade dos processos de trabalho; integrar preocupações relativas a questões de raça, gênero e classe; e pressionar instituições como, por exemplo, prefeituras a respeitarem a política do “salário vital”.

Ainda na perspectiva de valorizar as ações dos MSU articuladores de segmentos populares e das “classes médias”, suscitados por processos de mudanças em termos da complexidade da organização do espaço urbano;

pode-se também considerar que suas ações aguçam, segundo Cobos (2016, p. 163), a consciência da relevância das mobilizações populares contra os despejos e/ou as intervenções em favelas justificadas pela imposição do modelo de revitalização que converte o espaço em mercadoria, nos processos de resistências e lutas no sentido da conquista do direito à cidade.

Do mesmo modo, o processo de reocupação de espaços públicos mais visíveis da cidade, pelo uso político do corpo, constituiu outro fator fundamental ao questionamento do modelo hegemônico de sociedade que, mesmo esgotando-se, não deixa de continuar resistindo aos reclamos sociais. Tratando-se de uma modalidade fundamental de forma de política do corpo, estabelecendo modos de fazer valer mudanças ao nível das políticas de construção/destruição de corpos no espaço urbano, Harvey (2004, p. 178) ainda acentua que “O corpo pode ser “uma estratégia de acumulação no sentido mais profundo do termo”, mas é igualmente o locus da resistência política, caso lhe seja impressa uma direção...”.

Compreendendo a cidade como lugar da manifestação concentrada, exacerbada e abusiva das desigualdades e injustiças socioterritoriais, em contexto do desenvolvimento histórico-geográfico desigual e combinado, é no seu espaço que se travam lutas muito mais difíceis entre os interesses das classes sociais dominantes e opressoras e subalternizadas e oprimidas, no sentido da mudança social necessária.

De acordo com Farage, Brito e Pereira (2015), há, no Brasil, três blocos de organizações sociais que lutam pelo direito à cidade: o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), que reúne quatro MSU (Central de Movimentos Populares, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Confederação Nacional das Associações de Moradores e União Nacional de Moradia Popular), bem como organizações não governamentais e de pesquisa vinculadas a universidades, sindicatos e conselhos; o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que, compreendendo a prática de ações diretas de ocupação de terrenos e imóveis ociosos, enfrentam diretamente a questão da segregação urbana; e as organizações ligadas à saúde, cultura, habitação, meio ambiente, transporte, etc.

Não necessariamente com o objetivo, pelo menos em princípio, de superar radicalmente a ordem estabelecida pelos interesses hegemônicos, os MSU conseguem ressignificar o processo de uso hegemônico do território urbano, fazendo valer, também, os seus interesses articulados ao processo de luta pela conquista do direito ao entorno procurando impor o uso do território como abrigo.

Na luta pela moradia, como direito social básico à vida urbana, fazendo as mediações necessárias entre o cumprimento da legislação urbanística e a concretização do desejo de morar dignamente na cidade, utilizando-se da política do corpo, o MTST, argumentaram Farage, Brito e Pereira (2015, p. 15), conseguiu, de maneira crítica, “[...] re-significar o espaço urbano por meio da luta [ampliando em metros quadrados o espaço dos apartamentos recebidos do MCMV; ampliação do número de moradias em terrenos ocupados; duplicação de áreas destinadas a moradias, etc.], acumulando forças para propor e intervir nas políticas públicas, e reinventar experiências sociais para além delas”.

Tratam-se de ações que, segundo Rolnik (2015, p. 379), se utilizam de “[...] muita imaginação urbanística e normativa para proteger, promover e potencializar essas novas geografias”, acontecendo “[...] na direção da universalização do direito à moradia e à cidade e de reapropriação dos “commons” – ou espaços comuns, públicos – como centro da ação de planejar [...] na direção da cidadania, do dissenso e da criação”.

A cidade tem, portanto, conhecido uma série de movimentos de ocupação de terras, de resistência contra propostas de remoção dos territórios vividos, de busca da promoção da qualidade das obras de infraestrutura urbanística e do acesso aos serviços públicos sociais e identitários, os quais têm coexistido no tempo-espaço urbano. Porém, eles não conseguem ainda superar a fragmentação e a limitação das suas ações, impedindo, assim, a real transformação da totalidade social; o que acontece na medida em que suas ações chegam à consciência de luta, mas não à necessária consciência de classe.

O que os MSU desejam construir como cidade

Os MSU ora considerados dentre tantos outros desejam construir cidades em que, fazendo valer o direito à cidade – pela conquista do direito ao entorno –, as desigualdades e injustiças socioterritoriais sejam efetivamente superadas. Para isto, faz-se necessário, antes de tudo, recolocar a ideia de direito ao entorno como conquista seminal na direção da concretização do direito à cidade. Os MSU, em Recife, conseguiram acesso a serviços de bens de consumo coletivo – tais como: escolas, postos de saúde, equipamentos de lazer, transportes coletivos, etc. – por meio de práticas de mobilização e pressão sociais junto aos poderes instituídos locais; bem como a obras de infraestrutura urbanística – tais como: drenagem, pavi-

mentação, saneamento, etc. – construídos nos seus próprios territórios de existência.

Conquistaram, paralelamente, a garantia do direito de permanecerem nas áreas ocupadas nas quais construíram seus territórios e teceram suas territorialidades, a exemplo da institucionalização das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), em 1983; bem como de um fórum de participação na administração pública municipal a exemplo do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), em 1987.

Muito embora admita-se que tais conquistas sempre fossem alvo de investidas de estratégias de desmonte da parte dos interesses hegemônicos vigentes, sabe-se que, todavia, a concretização de tais interesses acha-se intrinsecamente vinculada à força e ação dos MSU. Reconhece-se também as conquistas obtidas em termos da implementação de planos, programas e projetos viabilizadores da promoção do direito ao entorno pelos poderes públicos instituídos, principalmente em momentos do protagonismo de governantes sensíveis às demandas das classes-que-vivem-do-trabalho.

A este respeito, citam-se dois programas que também tiveram lugar em Recife: o Programa Viva o Morro, que teve como principais estratégias “[...] a estruturação urbana das ações em morros, indicação de propostas para a defesa civil e controle urbano a partir deste diagnóstico” (Atepe, 2000, p. 2), visando cuidar das pessoas com o respeito a elas devido; e o Programa Recife Sem Palaftas, com vistas a promover melhores condições de habitabilidade para os moradores de tais tipos de habitação. Isso somente para citar dois projetos interessantes, dentre outros tantos voltados para as referidas classes sociais.

Trata-se, enfim, de um conjunto de experiências que, propiciaram conquistas às classes-que-vivem-do-trabalho, pela sua luta permanente, a serem mais, ou seja, a serem efetivamente cidadãos/ãs, uma vez que “[...] a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia [...] facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos...” (Santos, 1987, p. 81).

Em um dos movimentos sociais do qual o grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) participou, o do Coque (R) existe, os/as moradores/as mobilizaram-se com a finalidade de lutarem contra mais uma das tentativas de removê-los/las do seu território de existência (Castilho, Bautista, Gomes, 2019).

Ao terem tido conhecimento de tal ameaça, mobilizaram-se, em associação com outros agentes sociais comprometidos com o desenvolvimento do espaço dos comuns, e rapidamente – por meio de manifestações presenciais (em assembleias realizadas em praça pública e em formas de protestos) e virtuais (utilizando-se das redes sociais viabilizadas pela Internet) – conseguiram mobilizar recursos necessários para reverter parte das ameaças que lhes acometiam. (Figura 02) O que estava para acontecer no momento em que Recife, também, preparava-se para sediar quatro dos jogos da Copa Mundial de Futebol de 2014.



Figura 02 - Intervenções urbanísticas previstas e assembleias de moradores/as na ZEIS Coque em 2013. Fontes: Direitos Urbanos (imagem à esquerda), trabalhada por Katielle Silva, pesquisadora do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU); Arquivo do MSEU (imagens superior e inferior, à direita). Nota: a execução de algumas das obras representadas foi revista, pelos poderes públicos instituídos, em função de pressão dos/as moradores/as locais, que se opuseram veementemente contra o processo de remoção que vem ocorrendo, há décadas, também naquele território.

Na perspectiva que se acabou de colocar, o que as classes-que-vivem-do-trabalho desejam é, em princípio, superar as condições de desigualdades e injustiças socioterritoriais em que se acham situadas, participando da resolução dos problemas que lhes afligem decorrentes das referidas condições.

A história urbana vem registrando e, por sua vez, disponibilizando diversas experiências socioterritoriais de uso do corpo fazendo valer as

intencionalidades de uso do território como abrigo, as quais devem ser ampliadas e dilatadas pela sociologia das ausências. Ao mesmo tempo, o movimento permanente de tais experiências deve ser considerado no âmbito de um futuro de possibilidades plurais e concretas, utópicas e realistas à luz da sociologia das emergências.

As lutas pela manutenção em terras ocupadas, utilizando-se da política do corpo, fazendo uso da legislação de garantia da ocupação, pelo acesso a bens de consumo coletivos e pela qualidade dos serviços públicos sociais constituem alguns dos principais objetivos em torno dos quais as classes-que-vivem-do-trabalho organizam-se e mobilizam-se visando à conquista do seu direito ao entorno. O que, como já se colocou em outro trabalho (Castilho, 2020b), é relevante, mas ainda não suficiente para a transformação efetiva do uso social do território. Tais mobilizações, acontecendo na escala da horizontalidade, constituem, junto a tantas outras, espaços comuns que, se aproveitados como se devem, podem reunir as condições necessárias para o fortalecimento das referidas classes em luta.

Para Harvey (2012), tais movimentos, compreendidos como luta política de caráter preponderantemente urbano, movida pela problemática inerente à qualidade e perspectiva da vida urbana, podem ser considerados como elementos seminais à construção de alternativas anticapitalistas, combatendo a acumulação por despossessão e, por sua vez, a produção do espaço urbano como recurso; ou seja, a que se volta preponderantemente para a extração de mais-valia, passando por cima dos interesses das classes-que-vivem-do-trabalho e/ou, quando muito, concedendo-lhes algumas migalhas. A este respeito, Martins (1986, p 75) acentua que a “[...] história das conquistas populares tem sido, praticamente como regra, uma história de derrotas [...] o Estado [...] tem procurado conceder direitos por meio de reformas sociais que estão sempre muito aquém daquelas que poderiam resultar de revoluções vitoriosas...”.

Reunindo-se, em princípio, para denunciarem suas condições precárias de existência, os MSU encontram-se em atividades de protestos, discutem e encaminham sugestões capazes de suscitar o despertar para outras formas de uso social do território que, como abrigo, contribuam para um outro mundo possível, chegando ao aprimoramento da consciência de luta.

Deve-se, entretanto, estar atento para o perigo de continuar reforçando a fragmentação das práticas sociais – dificultando cada vez mais a práxis – limitando, assim, as possibilidades concretas à necessária aquisição

da consciência de classe. Ressalta-se, segundo Adorno (2018, p. 113), a ideia de que “A conquista na ação limitada de pequenos grupos lembra a espontaneidade, que se atrofia sob o todo enrijecido sem a qual este não pode se transformar em um outro. O mundo administrado tende a asfixiar toda a espontaneidade, e por fim a canalizá-la em pseudo-atividade”. Isto para defender que o pensamento nunca deve cessar frente a um empirismo exacerbado a fim de não eliminar a possibilidade e, por conseguinte, de não se resignar.

Tomando o caso de Maio de 68 como suporte da sua reflexão, Costa (1994) acentuou que, em função do “completo abandono do conceito de classe como categoria interpretativa”, deixou-se de considerar o relevante papel, por exemplo, da mulher na reprodução da classe operária. Não que os movimentos feministas, indígena, do lgbtq+, dos/as negros/as, dos/as moradores/as de bairros precariamente produzidos, ambientalistas, etc. não sejam importantes, mas eles têm que ser praticados e teorizados no âmbito do movimento histórico do modo de produção capitalista em sua complexidade.

A este respeito, Costa (1994), defendeu a realização de uma nova síntese suscitadora de nova historiografia e estratégia que permita articular os diversos movimentos sociais sem prejuízo para sua autonomia. Do mesmo modo, posteriormente, Hobsbawm (1995) também chamou nossa atenção para o perigo da fragmentação das lutas sociais a partir de finais dos anos 1960, a qual, por sua vez, foi estimulada por pressupostos da pós-modernidade.

Reitera-se, portanto, que não se quer desmerecer o papel dos MSU nos processos de transformação socioterritorial, mas apenas chamar a atenção para a necessidade de compreendê-los no âmbito de uma totalidade complexa, buscando, a partir do trabalho de tradução, elucidar o que os unem e separam, estabelecendo as possibilidades concretas de articulação entre elas visando ao reforço da consciência de classe. Para Lukács (1974), a totalidade está presente em todos os momentos apreendidos e entendidos pela dialética, por sua vez, sendo esta ideia a essência do método dialético. Desse modo, “[...] ir além da experiência só pode significar isto: os objetos da própria experiência são apreendidos e compreendidos como momentos da totalidade, isto é, como momentos do conjunto da sociedade em plena convulsão histórica”. (Lukács, 1974, p. 182)

Diante do acima exposto, ao reforçar a necessidade da consciência de classe a fim de ir para além do sistema do capital que sustenta o modo de

ser e pensar capitalista, segundo este mesmo autor, estar-se-á articulando a luta econômica com as lutas políticas visando recuperar a totalidade social na perspectiva da viabilização concreta do projeto socialista de sociedade.

Ressalta-se, ainda, que a referida consciência pode ser adquirida, simultaneamente, na escala do lugar de existência das classes-que-vivem-do-trabalho na medida em que, conforme Santos (2000), a consciência dos pobres/de baixo também pode ser alcançada pela experiência da carência/necessidade no âmbito do acontecer histórico solidário-comunicacional por meio do diálogo mútuo e da criatividade. Desse modo, as possibilidades concretas de transformação da sociedade, constituindo uma tendência do atual “período popular da história”, acham-se nos diversos lugares de existência dos homens e das mulheres pobres no campo e na cidade, como vontade efetiva de serem mais num mundo tão adverso à sua existência.

Considerações finais

A discussão realizada neste capítulo leva-nos à ousadia de apresentar 4 desafios a serem perseguidos pelos MSU que se julgam essenciais à continuidade do processo de luta pelo direito à cidade como totalidade, quais sejam: a valorização da retomada do trabalho de base; a compreensão da natureza filosófica do uso do território na cidade capitalista; o estabelecimento de relações e alianças políticas com as exterioridades capazes de reforçarem as suas aspirações; e a democratização dos meios de comunicação.

Diante do grande abismo existente entre os níveis socioterritoriais nas dimensões do instituído e do vivido que garante os privilégios das classes dominantes e opressoras, o qual se aprofundou cada vez mais no curso de imposição da razão ocidental no processo de uso do território urbano como recurso, faz-se necessário superar, segundo Matos (2019, p. 61), a falácia segundo a qual a democracia liberal seria o último sistema possível. Segundo ainda este mesmo autor, os MS precisam reinventarem-se, equalizando suas bandeiras visando uma práxis efetivamente transformadora, para o que se faz necessário não somente expor as contradições do sistema hegemônico vigente, mas, ao mesmo tempo, “estar conectado às novas formas de interação social como a Internet, fazendo deste espaço de disputa política [...] espaço privilegiado para o desejo e o debate sobre o pensamento utópico de outro mundo completamente possível”.

Fundamentando-se na análise das mobilizações populares ocorridas contra o atual sistema dos partidos políticos e a democracia parlamentar, em vários países do mundo (Espanha, Estados Unidos, Brasil, Coreia do Sul, etc.), sob lemas como “Não nos representam!”, Castells (2018) constatou que elas não constituem rejeição à democracia, mas à democracia liberal tal como a conhecemos, razão por que suas práticas têm convergido para a luta pela “democracia real”. Assim sendo, “O declínio dos partidos social-democratas é reversível desde que as políticas social-democratas sejam recuperadas nos novos contextos sociais. (Castells, 2013, p. 131)

Nesse sentido, o resgate da política e, por conseguinte, dos seus vários instrumentos de mediação socioterritorial – tais como os partidos políticos – fazem-se de significativa relevância para, pela aquisição da consciência de classe, realizar a articulação e união das diversas práticas dos MS na totalidade social. Porém, como início da transformação concreta no sentido do socialismo.

No que diz respeito à revalorização da retomada do trabalho de base, no âmbito dos processos de mobilização dos agentes dos MSU visando à aquisição da consciência de classe, os seus militantes nunca devem abandonar as bases existenciais do cotidiano suscitador das suas ações, apontando os desafios, os projetos políticos pensados e as perspectivas possíveis de concretizá-los diante das circunstâncias adversas de um modelo perverso de sociedade. “Afim para que os movimentos não percam sua capacidade de mobilização para as lutas, a formação política de seus militantes revela-se fundamental”. (Guimarães, 2015, p. 721)

No que tange à compreensão da natureza do território usado sob o manto da razão ocidental que sustenta o sistema do capital, trata-se de algo de suma relevância para a mudança das mentes na perspectiva de negar e combater de modo permanente e perseverante o território usado como recurso econômico fazendo valer as possibilidades concretas do território usado como abrigo voltado para o bem comum, no âmbito da razão cosmopolita.

Com relação à necessidade urgente do estabelecimento de relações e alianças com as exterioridades dos MSU que podem contribuir para fazer valer os seus interesses, este desafio faz-se crucial para a articulação e o fortalecimento das suas atividades, bem como a conquista de mais autonomia frente às adversidades que lhes ameaçam, fortalecendo as territorialidades em processo permanente de construção histórico-geográfica.

Preocupando-se com o movimento sindical em São Bernardo (SP), vislumbrando a necessidade de interligá-lo a outras organizações, Guimaraes (2015, p. 735) recoloca a necessidade das alianças entre os diversos MS que possibilitem saltos qualitativos em termos de avanços políticos, a fim de “[...] efetuar uma verdadeira ruptura com o corporativismo, entendendo a importância de abranger também, nas lutas e pautas defendidas, os interesses de outros grupos e organizações da classe trabalhadora, fortalecendo uma luta unitária”.

Defendendo a pertinência, ainda, das organizações políticas tradicionais, Salento (2020) acentua que, apesar da crise dos sindicatos – a exemplo do que tem ocorrido com a crise dos partidos políticos –, essas organizações continuam desempenhando papel relevante, articulando-se territorialmente e renovando suas ações. Isso tem acontecido, segundo o mesmo autor, pela articulação dos interesses das relações de trabalho e dos conflitos salariais com as condições de vida dos/as cidadãos/ãs estendendo seu espaço de lutas do lugar de trabalho para o território.

Faz-se, então, mister, pressionar o Estado para a democratização dos meios de comunicação que, efetivamente, deem visibilidade às experiências que realmente representem os interesses coletivos sensibilizando a sociedade a fim de, pedagogicamente, democratizá-la. Com isso, poder-se-á por fim ao monopólio da mídia empresarial-comercial a qual representa os interesses, preponderantemente, das classes dominantes e opressoras. Neste âmbito, ressalta-se o que acentuou Castells (2018, p. 148) sobre a necessidade de ter-se uma certa “paciência histórica” para acompanhar em que medida os embriões de liberdade plantados em nossa mente através das nossas práticas crescem e transformam-se na perspectiva “[...] não necessariamente para constituir uma ordem nova. Mas sim, quem sabe, para configurar um caos criativo no qual aprendamos a fluir com a vida, em vez de aprisioná-la em burocracias e programá-la em algoritmos”.

Considerando as ponderações colocadas na seção anterior, reforça-se que, de acordo com Cellamare (2020, p. 43), não se limitando à dimensão da pura resistência, os MSU desenvolvem considerável projetualidade e tendem a praticar perspectivas alternativas reapropriando-se e ressignificando os espaços da cidade, apresentando condições para a construção de espaços de autonomia, ou seja, de liberdade suscitadores de regras de convivência segundo modelos e valores alternativos. Mas, sempre superando a dimensão da consciência de luta com vistas à formação concreta da consciência de classe nos territórios vividos.

Enfim, somente a história, que está sempre aberta, apontará os caminhos a serem seguidos pelos MSU como momento da totalidade socioterritorial, considerando a sua complexidade e respeitando-se a sua diversidade em termos de experiências e objetivos. Portanto, na condição ressignificada de “guerrilheiro/a urbano/a”, deve-se continuar confiando nos MS visto que a sociedade, que nunca se cala, sempre está movimentando-se em algum sentido, o que pode ter o suporte científico fundamentado na construção e consolidação da razão cosmopolita.

“O guerrilheiro urbano é um homem que luta [...] Um revolucionário político e um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade...”(Carlos Marighella, 1969, p. 4)

Referência

- Adorno, T. W. (2018 [1977]). Resignação. *Cadernos de filosofia alemã*, 23 (1), 107-115
- Atepe – Associação tecnológica de Pernambuco. (2000). Programa viva o morro. Diagnóstico ambiental, urbanístico e social das áreas de morros urbanos da Região Metropolitana do Recife. Recife, mimeo.
- Borja, J. (1975). *Movimentos sociales urbanos*. Buenos Aires: Siap.
- Castells, M. (1974). *Movimentos sociales urbanos*. Madrid: Siglo XXI.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castells, M. (2018). *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castilho, C. J. M. de. (2017). Movimentos sociais: uma síntese visando à retomada do seu papel transformador. *Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, 6 (2), 19-38.
- Castilho, C. M. M. de, Bautista, D. C. G, Gomes, M. B. (2019). A urbanização neoliberal em territórios ameaçados no âmbito de embates entre diferentes racionalidades de produção de ambientes urbanos. *Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional*, v. 5, 222-236.
- Castilho, C. J. M. de. (2020a). A permanente construção no tempo histórico de um ambiente capitalista em Recife, Pernambuco: tendências à homogeneização dos interesses dominantes. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 13, 2840-2856.
- Castilho, C. J. M. de. (2020b). O uso do território no Brasil na perspectiva de uma revolução, mas que revolução? A necessidade de uma pedagogia

- política. *Germinar: Marxismo em Educação e Debate*, 12 (3), 375-388. doi.org/109771/gmed.v.12i3.37316
- Cellamare, C. (2020). Autorganizzazioni urbane. Capacità di futuro e “politica significativa”. *Scienze del territorio*, 8, 40-45. doi.org/1013128/sdt-11923
- Cézar, M. do Céu. (1985). As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). *Cad. Est. Soc.*, 1 (2), 161-182.
- Cobos, E. P. (2016). Las transformaciones de los conflictos y los movimientos sociales en las ciudades latinoamericanas. In: Carrión, F. & Erazo, J. (Coordenadores). *El derecho a la ciudad en América Latina. Visiones desde la política*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 157-171.
- Costa, E. V. da. (1994). A dialética invertida: 1960-1990. *Revista brasileira de história*, 14 (27), 9-26.
- Di Méo, G. (1998). *Géographie sociale et territoire*. Paris: Nathan.
- Farage, E., Brito, F. M. da S., Pereira, G. S. (2015). Movimentos sociais urbanos e o direito à cidade: a experiência do MTST na conquista e ampliação da política de direito à moradia. In: 3º Encontro Internacional de Política Social/10º Encontro Nacional de Política Social, Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015. (Tema: Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social)
- Fontes, B. A. S. M. (1999). Redes de movimentos sociais: um estudo dos movimentos de bairro da Zona Norte do Recife. In: Fontes, B. A. S. M. (Organizador) *Movimentos sociais: motivação, representação e produção de sentido*. Recife, Editora da UFPE, 183-224.
- Gohn, M. da G. (1997). *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Gondim, L. M. (1990). Os movimentos sociais urbanos, a questão da organização e a democracia interna. *Rev. de C. Sociais*, 20/21 (1/2), 31-60.
- Guimarães, C. R. (2015). Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. *Serv. Soc. Soc.*, 124, 721-745.
- Harvey, D. (1996). *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança social*. São Paulo: Edições Loyola.
- Harvey, D. (2004). *Espaços de esperança*. São Paulo: Martins Fontes.
- Harvey, D. (2012). *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. London: Verso.
- Hobsbawm, Eric. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Jacobi, P. (1980). Movimentos sociais urbanos no Brasil. *Bib*, 9, 221-236.
- Jacobi, P. (1987). Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. *Bib*, 23, 18-34.
- Kowarick, L. (1986). *Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura*. São Paulo: Mimeo.

- Lukács, G. (1974). *História e consciência de classe*. Porto: Publicações Escorpião.
- Martins, J. de S. (1986). Não há terra para plantar neste verão. O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes.
- Mészáros, I. (2007). *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo.
- Lojkine, J. (1977). *Le marxisme, l'État et la question urbaine*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Marighella, C. (1969). *Manual do guerrilheiro urbano*. Rio de Janeiro: Sabotagem, 1969.
- Matos, F. J. S. de (2015). Sociedades conectadas e direito à cidade: novas fronteiras dos movimentos sociais no século XXI. In: Vieira, V. V. (Coordenador) *Conquistas coletivas na América Latina: o futuro dos movimentos sociais*. Recife: Editora da UFPE, 39-89.
- Melé, P. (2016). ¿Qué producen los conflictos urbanos? In: Carrión, F. & Erazo, J. (Coordenadores). *El derecho a la ciudad en América Latina. Visiones desde la política*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 127-156.
- Oliveira, F. de. (1987). *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.
- Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.
- Salento, A. (2020). Democrazia dei luoghi, bioregione urbana, economia fondamentale. Un approccio sperimentista. *Scienze del territorio*, 8, 56-63 doi.org/1013128/sdt-12371
- Sant'Ana, J. L. (2011). Votuporanga-SP: as implicações do planejamento urbano na gestão territorial cidadã. In: Bertolozzi, A. (Org.) *Cidades reivindicadas. Territórios das lutas urbanas, das utopias e do prazer*. São Paulo: Olho d'Água, 145-164.
- Santos. M. (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, Milton et al. (2000). *O papel ativo da geografia. Um manifesto*. Florianópolis: XII Encontro de Geógrafos.
- Sherer-Warren, I. & Krischke, P. J. (Orgs.). (1987). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 35-53.
- Sherer-Warren, I. (1987). *O caráter dos novos movimentos sociais*. In: Sherer-Warren, I. & Krischke, P. J. (Orgs.). (1987). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Sherrer-Warren, I. (1993). *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola.

Sousa Santos, B. de. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

Vasconcelos, R. F. A. & Bezerra, O. G. (2000). Atlas ambiental do Recife. Recife: Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

Assentamentos (in)formais: territórios populares na urbanização brasileira

Jorge Luiz Barbosa
Universidade Federal Fluminense

Introdução

Favelas, vilas, mocambos, alagados, quebradas, periferias, e tantas outras expressões, fazem parte da gramática popular de nomeação de territórios plurais em nossas cidades e metrópoles. A possibilidade de nomear geografias do vivido assume relevância especial na presente contribuição ao debate sobre as condições socioespaciais da urbanização no Brasil, uma vez que exprime a construção de um significado de existir intimamente associado ao modo de agir no mundo da vida.

Tais nomeações populares afrontam as definições institucionalizadas de Aglomerados Subnormais e Assentamentos Informais e Precários cunhadas para sintetizar normativamente a pluralidade de territórios populares. E mais, acreditamos, inclusive, que nos defrontamos com concepções radicalmente distintas de significados das obras territorializadas dos grupos populares no espaço urbano. De um lado, as que se originam da prática sensível dos moradores em suas pertencas socioculturais e, de outro, das leituras apoiadas em comparações hierarquizantes de formas e modos de produção do urbano.

Nosso capítulo parte da crivagem das nomeações para entender a profunda distinção corpóreo-territorial de direitos que marca as condições urbanas da “população de baixa renda” em suas relações com o Estado e com o empresariamento capitalista da cidade. Consideramos como distinção corpóreo-territorial de direitos um conjunto articulado de valores, juízos e práticas que configuram hierarquias sociopolíticas de seletividade do reconhecimento de direitos plenos de homens e mulheres em uma sociedade. Trata-se de imbricações de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade territorialmente situadas em suas demarcação político-ideológica que estabelecem posições de supremacia e disposições de separação em relação a outros considerados como ilegítimos, indesejáveis e ilegais para

estar e permanecer na ordem social vigente. Neste capítulo, as favelas são compreendidas como expressão urbana mais contundente da distinção territorial de direitos na ordem socioespacial, uma que suas origens raciais e suas configurações territoriais são marcadores de classificações no regime urbano de distribuição desigual de direitos

Concorre nesse exercício de reflexão aqui prometido, o reconhecimento de moradas populares como territórios de disputa pela produção e ocupação do espaço urbano. É nesse horizonte de sentido que buscamos reconhecer os territórios populares como referências decisivas para a construção de uma agenda de transformação radical da cidade. E, ao mesmo tempo, busca apontar como e por que os trabalhadores imersos em relações racializadas construíram diferentes formas organizativas e processos sociopolíticos que expressam a cidadania balizada pela conquista de direitos de habitar a cidade.

O conflito das nomeações: da normatização do banal à pluralidade do território do vivido

Os territórios populares são recorrentemente representados de maneira normatizada e banal, sobretudo a partir de definições que enfatizam suas carências de civilidade e ausências de urbanidade. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), as moradas de grupos populares são consideradas como aglomerados subnormais desde o Censo Demográfico de 1990. O termo busca caracterizar diferentes tipos de territórios, tais como favelas, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, e até mesmo comunidades de pescadores. Suas características, cabe salientar, são baseadas nas que foram utilizadas no Censo do Distrito Federal de 1948. Aglomerados subnormais seriam conjuntos constituídos por, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

O Ministério das Cidades, por sua vez, em 2010, definiu as favelas como Assentamentos Precários e Informais, caracterizados por vários aspectos: pela irregularidade fundiária e/ou urbanística; pela deficiência da infraestrutura; pela ocupação de áreas sujeitas a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; pelos altos níveis de densidade das edificações combinados à precariedade construtiva das unidades habitacionais; pelas

enormes distâncias percorridas entre a moradia e o trabalho associadas a sistemas de transportes insuficientes, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; além da insuficiência dos serviços públicos em geral, principalmente os de saneamento, educação e saúde. Acrescenta-se a esse conjunto de carências um leque complementar de questões sociais que se configuram, muitas vezes, situações de “extrema vulnerabilidade”, também sujeitas, e de forma cada vez mais significativa, ao domínio pela violência.

As concepções sumariamente acima descritas se originam de uma argamassa de pressupostos e argumentos que reduziram (e ainda reduzem) os territórios populares à condição de pobres, ilegais, inacabados, desordenados, provisórios e inseguros: o avesso da cidade. E, ao seu modo, contribuem para toda sorte de leituras estereotipadas daqueles territórios como ilegítimos nas cidades e, por extensão, os seus moradores como pessoas incapazes de mudar as suas condições de existência, daí imer sos inexoravelmente na pobreza urbana.

Outro elemento recorrente da representação dos territórios populares é a homogeneização de suas condições urbanas de existência, como se todos fossem iguais em sua pobreza de amontoados subnormais e na precariedade de sua provisoriedade. Presentes em diferentes sítios geográficos (planícies, morros,; ou às margens de rios, manguezais e lagoas) e constituídas por diferentes formas de moradia, os territórios populares são a expressão da diversidade dos saberes e fazeres sociais, culturais e artísticas de seus moradores.

A nossa crítica ao tratamento normativo e banal das experiências de habitação da cidade por parte dos grupos populares não se valem de posições românticas ou dogmáticas. É inegável que há comunidades que experimentam condições desiguais de existência urbana, sobretudo em termos da presença de serviços básicos de saneamento. Ou mesmo em função da qualidade da edificação construída e da localização de suas moradias em sítios de sensibilidade da natureza às intervenções humanas. Acrescenta-se à situação de injustiça ambiental, o domínio coercitivo e violento (e os recorrentes conflitos daí advindos) de grupos criminosos armados (narcotraficantes e milícias) em diversas comunidades populares, e também em sua outra face de violência, as ações policiais do Estado¹.

1 O Estado tem exercido seu monopólio de emprego da força de modo autoritário, brutal e ilegal em territórios populares. A política de “guerras às drogas” com instrumento de combate ao narco tráfico não só provoca confrontos armados, mas também expõe

A realidade social expressa as condições profundas de desigualdade quando observamos as elevadas taxas de desemprego e subemprego presentes em territórios populares, demonstrando a particular condição subalterna, temporária e precarizada de inserção de seus jovens e adultos no mercado urbano de força de trabalho. Essa situação de “extrema vulnerabilidade social” apresenta-se com diversas faces nos territórios populares, sobretudo entre os jovens: baixa escolaridade, gravidez precoce, rendas ínfimas, subnutrição e vitimização em atos de violência².

Entretanto, não devemos tomar as desigualdades profundas presentes em territórios populares em si mesmas ou localizá-las em “partes” da cidade, pois corremos o risco de naturalizá-las. É preciso, acreditamos, identificar o movimento de reprodução de distinções corpóreo-territoriais em nossas cidades e metrópoles. Favelas, mocambos, vilas, alagados, entre tantas outras nomeações, são marcadores das contradições, conflitos e confrontos originados da urbanização brasileira.

Os territórios populares como produto da urbanização desigual no Brasil

Devemos considerar, no movimento de crescimento e expansão de territórios populares, que o Brasil se destacou como o país onde a urbanização foi uma das mais velozes do mundo após a segunda metade século XX. A população urbana em 1950 era 36% da população total, mas no curso de cinco décadas (2000) já alcançava 81%. Atualmente, como nos informou o Censo 2010 do IBGE, contamos com 84,35% da população residindo em cidades. De um país de características populacionais agrárias e extrativas, o Brasil rapidamente se tornou predominantemente urbano no curso de cinco décadas.

O processo em causa conheceu seu momento decisivo na década de 1970, quando a população urbana começou a superar a rural (56% contra 44 %), em função das fortes migrações em direção dos principais cen-

moradores a incursões arbitrárias e violentas por parte das polícias militar e civil. Portanto, trata-se de uma violência do Estado voltada contra territórios da cidade considerados como perigos e criminosos.

2 Os jovens negros de favelas e periferias são as maiores vítimas da violência letal da polícia, de facções do narcotráfico e das milícias.. estamos diante daquilo que A. Mbembe (2018) denomina de necropolítica. Ou seja, a deliberada definição de populações matáveis de uma sociedade.

tros urbanos. Toda essa mudança trouxe novas dimensões para questão da habitação nas cidades, especialmente para as grandes cidades que se tornavam maiores com a concentração de empresas privadas e estatais. Destacando-se neste processo as metrópoles localizadas na Região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte) com presença concentrada de indústrias, atividades bancárias e comerciais, de investimentos em infraestruturas de circulação, de implantação de equipamentos técnicos e de oferta serviços.

Nesse meio século de urbanização acelerada, o número de domicílios passou de dois milhões para aproximadamente quarenta milhões, acompanhando o crescimento da população em geral e da urbana em particular. Entretanto, apenas 20% dessas moradias fizeram parte direta da construção e do financiamento por parte de agências de fomento governamentais (federais, estaduais e municipais). Os grupos populares construíram suas residências com seus próprios recursos diante da insuficiência das políticas estatais de habitação e do desinteresse do mercado formal face às demandas das “populações de baixa renda”.

Os investimentos em infraestrutura técnica e serviços urbanos empreendidos pelo Estado foram amplos em espaços de interesse de empresas imobiliárias e bancárias, beneficiando diretamente as classes de maior renda. O empresariamento fundiário, imobiliário e rentista teve um papel decisivo na conformação das nossas cidades corporativas, pois são os seus interesses que conduziram a estruturação urbana e a distribuição residencial das classes sociais. A atuação concentradora e especulativa das corporações imobiliárias e dos proprietários rentistas, retendo áreas centrais urbanizadas e terras urbanizáveis nas bordas das metrópoles à espera de valorização, impuseram às famílias da classe trabalhadora a ocupação de sítios geomorfológicos como encostas íngremes, margens de rios, planícies inundáveis, bordas de manguezais, ou mesmo de lotes e de áreas urbanas destituídas de serviços fundamentais e, no seu limite mais extremo, na periferia urbano-rural, sem qualquer infraestrutura básica, inclusive as de saneamento. Evidencia-se nesse processo a distinção territorial de direitos!

É nesse quadro discricionário da urbanização brasileira que os moradores de territórios populares aprenderam desde cedo a inventar suas vidas nas metrópoles e cidades que se agigantaram no território brasileiro. A principal delas está relacionada às tenazes lutas de permanência em seus territórios, face às recorrentes ações de remoção de suas moradas. Outra luta comum esteve sempre associada à conquista de melhorias urbanas

que garantissem condições fundamentais de existência, implicando direitos ao acesso a serviços, bens e equipamentos que, inclusive, afirmaram a consolidação da presença de muitas comunidades populares nas cidades brasileiras.

A geografia da urbanização brasileira revela que favelas, vilas, mocambos, alagados, ocupações, quebradas e periferias jamais pararam de crescer e se fazer presente na paisagem urbana. Nas cinco décadas de expansão acelerada da população urbana, os chamados aglomerados subnormais (IBGE) ou assentamentos informais precários (Mistério das Cidades) se multiplicaram, uma vez que passaram de 3.188, em 1991 para 3.905 em 2001, alcançando o número de 6.329 em 2010, localizados em 323 municípios brasileiros, concentrando 11 milhões de pessoas, sendo que 88% dos domicílios estavam concentrados em 20 grandes cidades (Censo IBGE, 2010).

O crescimento exponencial de populações residentes nos chamados aglomerados subnormais e assentamentos informais foi igualmente extraordinário em duas décadas, uma vez que 6,5 milhões de pessoas neles residiam em 2000 e, em 2010, 11 milhões. Esse crescimento explicita o aprofundamento da desigualdade de acesso à moradia em nosso país.

Podemos também destacar que 88,6% dos domicílios em aglomerados subnormais identificados no Censo de 2010 estão localizados em 20 Regiões Metropolitanas (RM) brasileiras, sendo que as RMs de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belém concentravam quase a metade (43.7%) daqueles domicílios no total do país. O exame das informações censitárias também permite demonstrar que o Brasil possuía 6.329 aglomerados subnormais em 323 dos seus 5.565 municípios.

Esses novos “assentamentos informais” não se restringiram tão somente as metrópoles nacionais e regionais. Em diversas cidades médias de vários estados brasileiros, a ocorrência e multiplicação dos assentamentos também estão à margem da chamada cidade formal e legal. O Censo de 2010 registrou a presença aglomerados subnormais em 80% das cidades entre 100 e 500 mil habitantes e, em 40% das cidades com população entre 20 e 100 mil habitantes. Algumas dessas cidades médias, como é o caso de Guarulhos, Campinas, Osasco, Diadema (São Paulo) e Volta Redonda (Rio de Janeiro), os assentamentos populares apresentam taxas de crescimento superiores aos apresentados pelas suas respectivas capitais (CENSO, 2010, IBGE).

O demarcar e habitar territórios significaram, por parte grupos populares, a invenção de possibilidades de existência diante da ordem urbana perversamente desigual e discricionária. Todavia, os seus esforços conjugados de construir abrigos para si e suas famílias realizados pelos trabalhadores subalternizados da cidade nunca foram devidamente reconhecidos pela sociedade, em geral, e pelo próprio Estado. Suas obras territorializadas sempre foram interpretadas e tratadas como ilegais, irregulares, informais, clandestinas, subnormais e precárias, sobretudo por terem se constituído sem o crivo do controle governamental, em enfrentamento à lógica hegemônica do mercado e, evidentemente, pela marcação racial de seus habitantes.

O não reconhecimento dos territórios de moradia popular foi instigante de estereótipos de carência e estigmas de violência que autorizaram ações discricionárias e autoritárias do Estado diante das diferentes e complexas estratégias dos seus moradores. Remoções brutais de centenas de famílias, despejos e demolições de residências identificadas como irregulares e ações policiais truculentas de retomada de terrenos e prédios ocupados, já fazem parte de uma longa e dramática história de ações de violência territorial do Estado em relação às ocupações populares nas cidades³.

E mesmo quando há períodos de maior tolerância, sensibilidade ou compromisso de governos e governantes com as moradas dos grupos populares, ainda se observa a persistência do não reconhecimento social e do desprezo pelas vivências compartilhadas dos seus moradores. Intervenções de programas e projetos de urbanização e de regularização fundiária em territórios considerados informais e precários ainda são, em sua maioria, intervenções que tratam moradas e moradores como meros objetos de ações, desconsiderando não só as suas reivindicações de bens e serviços públicos, como também a soluções urbanas já postas em prática com os usos sociais do território.

Presenciamos um modelo de urbanização que opera uma profunda distinção entre sujeitos sociais que devem ser considerados como integrados ou não à ordem urbana de direitos. Ou seja, há uma hierarquização territorial largamente apoiada em representações de não reconhecimento de sujeitos de direitos e, no seu limite, por uma perversa indiferença com

3 O uso da violência como instrumento de reprodução de relações desiguais de poder se expressa em diferentes formas de violação de direitos de gênero, raça e geração. No caso das favelas, alagados (...) e periferias, a violação de direitos é expressa como violência territorial, uma vez que o tratamento do emprego da força policial é hierárquico e seletivo na cidade.

a vida do outro na condição de desigual. A distinção de direitos expressa territorialmente possui vínculos explícitos com a racialização das relações sociais, definidas a partir de regimes de classificações corpóreas de superioridade e inferioridade humana, com decisivos rebatimentos nas condições de existência de sujeitos sociais na cidade.

A explícita composição social das habitações populares – notoriamente dominada pela presença de pardos e pretos (portanto, negros) – corresponde a sua não incorporação à cidadania urbana e efetividade de direitos fundamentais de seus moradores. Afirmamos então que nossas metrópoles e cidades se tornaram não somente máquinas de reprodução de desigualdades sociais, mas acima de tudo máquinas de violação de direitos de sujeitos sociais, conformadas no racismo estrutural da sociedade brasileira⁴.

Os territórios populares na agenda política da cidade

Apesar das leituras que consagraram a ausência e carência dos territórios populares, estes sempre foram complexos e diferentes entre si. Para além das particularidades de sua morfologia, localização e histórias de formação, há também a composição diferenciada de formas de trabalho, níveis de renda, de inserção ao mercado de consumo de bens e de acesso aos serviços públicos e, inclusive, de criação de um mercado de venda e aluguel que organiza o acesso e responde às demandas populares à moradia. Quando dedicamos mais atenção para a intensa vida social nas favelas, nas vilas, nos mocambos, nos alagados, loteamentos e nas tantas ocupações de prédios, perceberemos códigos, regras e práticas de sociabilidade que configuram significados próprios e que explicitam pertencas socioculturais que constituem suas geografias vividas.

Quando superamos os estereótipos de carência e os estigmas de violência que marcam o universo da vida das obras territorializadas criadas e recriadas pelos grupos populares identificaremos que há acordos, regras e normas instituídas nas vivências de seus habitantes. São invenções

4 O racismo é sempre estrutural, [...] ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que procuramos demonstrar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece sentido, a lógica e a tecnologias para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (ALMEIDA, 2018, p.15).

que nada se assemelham ao imprevisto da pobreza da precariedade ou da desordem da informalidade que lhes são invariavelmente atribuídos, ou mesmo do sentido de amontoado insalubre, ilegal, miserável e inseguro que advém da definição aglomerado subnormal.

Para a existência dos territórios populares nas cidades e metrópoles se fizeram fundamentais as relações de parentesco, de amizade e de vizinhança na construção de relações de solidariedade que, embora não desprovidas de conflitos, permitiram constituir as possibilidades de existir diante das condições de subalternidade urbana. Da construção e ampliação de suas casas ao calçamento de ruas, das mobilizações por serviços e equipamentos públicos à luta pela permanência diante das ações de remoção, foram (e ainda são) expressões de lutas compartilhadas que fazem das relações de proximidade um trunfo social para garantia de direitos fundamentais à cidade. É o que podemos definir como urbanismo de ocupação; prática de apropriação e uso de terra urbana por grupos sociais para edificar suas moradias em conflito com o Estado e o mercado.

Ao tratamos de territórios populares, a moradia não se resume aos padrões exclusivamente residencial das classes médias. A casa ganha outro sentido. Isto porque no cotidiano dos seus moradores as casas têm funções muito mais amplas do que uma simples residência. Uma delas está vinculada às oportunidades de geração de trabalho e renda. O puxadinho para frente ou para o lado, faz surgir uma pequena mercearia, um bar ou um salão de beleza. Multiplicam-se as oficinas mecânicas, os depósitos de bebidas, as lojinhas de roupas; atividades socioeconômicas intimamente associadas à habitação. Na esquina encontramos a farmácia, em outra a padaria. Ali um restaurante. Do outro lado, um açougue. São pequenos negócios de origem familiar que se mantêm graças ao mercado local. É desse modo que os moradores dos territórios populares enfrentam o desemprego, os baixos salários e a discriminação racial para inventar um mercado socialmente necessário de trabalho, de bens e de serviços.

Devemos também destacar as inventividades no campo da arte e cultura em suas praças, ruas e vielas que abrigam bares e biroskas, clubes e salões, campos de futebol e quadras de escolas públicas, para a realização de cenas de samba, folias de reis, jongo, frevo, maracatu, forró, rock, hip hop, charme e funk. Em favelas e periferias podemos encontrar as lajes das casas como cenas dos sabores da feijoada e dos churrascos na roda de pagode, ou então como tablados para encenação de peças teatrais, saraus de poesia e exibição de filmes. Assim como os grafites são multiplicados

como polissemias visuais em paredes, muros e fachadas. Nos territórios populares residem potências e atos da criação e da fruição estética urbana, particularmente das culturas negras de tradição e as da contemporaneidade, em convivências plurais de acontecimento.

É por essa via que o território ganha sentido do vivido, uma vez que as pessoas constroem suas relações de pertencimento tangíveis e intangíveis para estabelecer horizontes de sua apropriação e de seu uso, uma vez que reúne os recursos sociais (escolas, postos de saúde, creches), os recursos afetivos (amores, paixões, parentescos, amizades) e recursos simbólicos (bares, blocos de carnaval, escolas de samba, campos de futebol, igrejas, terreiros de umbanda e de candomblé) mobilizados e compartilhados por indivíduos, famílias e grupos sociais no processo de atribuir significado às suas existências e de afirmar a sua luta tenaz para habitar a cidade⁵.

Emergem sujeitos sociopolíticos que buscam superar os estigmas das classificações raciais hierarquizantes que são impostos aos seus corpos e territórios. Pessoas que não necessitam somente. Mas que desejam e inventam suas vidas em condições das mais adversas. É possível compreender como é imprescindível para os subalternizados da cidade assegurar sua habitação com a invenção de formas urbanas contrastantes ao jogo de forças do valor de troca do mercado e da lógica reguladora do Estado.

A afirmação dos direitos das obras territorializadas populares significa fazer das favelas, vilas, alagados, quebradas, periferias e mocambos, verdadeiros patrimônios urbanos de habitação popular, garantindo sua permanência na cidade com políticas de regularização fundiária e urbana, de provisão de serviços públicos e de qualificação de suas condições materiais. Preconiza-se, assim, uma política urbana que abrigue o sentido coletivo da apropriação e o uso do espaço associado a investimentos públicos que garantam condições de vida digna aos territórios populares como mediação para o viver a cidade como direito político. Adentramos no debate do Direito à Cidade em sua relação com os territórios populares⁶.

Exigir direitos tem sido uma das marcas permanentes das mobilizações dos moradores de territórios populares em diferentes conteúdos

5 Para Lefebvre o ato de habitar significa um atributo da participação de uma vida social, um modo de pertencer a uma comunidade e uma qualidade de viver a cidade (Lefebvre, 2001)

6 Seguimos com Lefebvre (2001, p. 134): O direito à cidade se manifesta como a forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualidade na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (claramente diferente do direito à propriedade), estão implicados no direito à cidade.

sociopolíticos de identidade e de formas de atuação (das associações de moradores às organizações não governamentais, dos coletivos de cultura e arte às organizações negras e aos grupos LGBTQIA+, entre outros). Todavia, como asseguram os autores das lutas por uma vida digna no habitar a cidade, não se trata exclusivamente de uma inflexão de prioridade dos investimentos públicos para os territórios populares e de ampliação do acesso aos serviços e bens que a cidade poderia oferecer a todos os cidadãos. É preciso ir além. Não basta ter uma favela ou um mocambo transformada em Zona de Especial Interesse Social (ZEIS). É preciso mudar a vida, mudar a cidade. É nesse sentido que concordamos com a assertiva de D. Harvey (2009, p. 269), “O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente.”

Em direção a outro futuro

A proposta aqui em causa intenta desafiar a distinção corpóreo-territorial de direitos que presidem a urbanização em nosso país. E, de modo mais radical, sinalizar para concepções e vivências contrapontísticas ao modo hegemônico de produção e organização do espaço urbano. Observamos que os sujeitos sociais produzem e organizam a cidade a partir da forma e do modo como a habitam. É com esse prisma que podemos balizar a inscrição social, econômica e política de classes, grupos e indivíduos - em suas interseccionalidades de raça, etnia, gênero e território - em nossas cidades e metrópoles.

São justamente os territórios mais vulneráveis às limitações e incompletudes das políticas sociais governamentais, à notória concentração de renda e propriedade urbanas, aos interesses exclusivistas do mercado e da criminalidade violenta, que são os portadores de potências do conviver e do inventar a cidade como obra humana compartilhada.

A leitura aqui proposta assevera que as desigualdades se explicitam e se configuram como disputa social em relação à apropriação e ao uso do espaço, traduzindo contradições, conflitos e confrontos sociais pelo direito de habitar a cidade. Os territórios populares são, sem dúvida, as suas testemunhas mais eloquentes.

Relembrando o nosso mestre Milton Santos em sua crítica à globalização (2003, p.119): um outro período da história já se anuncia como um projeto em que “as pessoas constituiriam a principal preocupação, um

verdadeiro período popular da história, já demonstrado pelas fragmentações e particularizações sensíveis em toda a parte devidas à cultura e ao território”.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, S. (2018). O que é racismo estrutural. São Paulo: Letramento.
- CAMPOS, A. (2005) Do quilombo à favela: A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro: A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Bertan Brasil: Rio de Janeiro,
- CAMPOS, A. O. (2012). As questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro. Algumas considerações teórico-metodológicas. In SANTOS, R. E. dos (Org). Questões Urbanas e Racismo. Petrópolis: DP et alii.
- HARVEY, D. (2012). Alternativas ao Neoliberalismo e o Direito à Cidade. Novos Cadernos NAEA, v.12, n2, p.269/274, dez. 2009. Belém: UFPA.
- LEFEBVRE, H. (2001). O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro Editora.
- MBEMBE, A. (2018) . Necropolítica. São Paulo: NI Edições.
- SOUZA, J. , BARBOSA, J. L., FERNANDES, F., BITTETI, M. (2009). O que é a favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas/BNDES, 2009.
- SANTOS, M. (2003) Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record.
- SOUZA, J., e BARBOSA, J. L. (2005), Favela: Alegria e Dor da Cidade. São Paulo: X Brasil/ Senai.
- SOUZA, J., e BARBOSA, J. L. , SIMÃO, P. M. (2020). A Favela Reinventa a Cidade. Rio de Janeiro: Mórula.

Comum: a emergência de um novo conceito para a Geografia Urbana?

Otávio Augusto Alves dos Santos
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Introdução

A discussão sobre os comuns vem ganhando terreno dentro do território da Geografia. A irrupção de diferentes formas de espacialização de práticas sociais, no contexto de novos ativismos sociais, tem chamado a atenção de muitos geógrafos, distendendo ainda mais o conjunto de temas sobre os quais vêm se dedicando esses profissionais. Contudo, em que pese sua crescente popularização entre ativistas, cientistas sociais, geógrafos e urbanistas do mundo todo, o conceito ainda está mal difundido e teoricamente pouco abordado no Brasil, e mesmo em Portugal, e a razão disso pode estar no próprio idioma. De maneira diversa, nos países de língua anglo-saxônica, o debate aparenta estar mais avançado, uma vez que o termo inglês “common” há muito foi incorporado à história político-cultural anglo-saxã, dizendo respeito às terras comunais ou aos bens compartilhados. Não há cognato ou termos correlatos no português (Amadeu e Savazoni, 2018).

Antes de tudo, convém distinguir três termos que frequentemente são apresentados como se fossem sinônimos, quais sejam, “bens comuns”, “comuns” e “commoning” (ou fazer-comum). Os “bens comuns” correspondem ao conjunto de recursos ambientais ou sociais compartilhados, alguns dos quais regulados por modelos alternativos de gestão. O debate sobre tais bens surge da economia neoinstitucionalista, e sua crítica constitui um ponto fulcral à construção de uma ideia de comum enquanto princípio político. O termo “comum”, por sua vez, surge precisamente da superação da restrita ideia de bem comum, uma vez que abarca não apenas os recursos, mas as práticas e, também, os valores sociais relacionados à criação e gestão de bens compartilhados. Por fim, “commoning” ou fazer-comum, seria o conjunto de práticas que criam e permitem a manutenção de tais comuns. Aqueles que se dedicam à essas práticas seriam os “com-

moners”, ou comuneiros. Nos últimos anos, todas essas ideias têm sido cada vez mais condensadas em apenas um único conceito, o “comum”, que teve seu significado redimensionado, correspondendo ao mesmo tempo, aos recursos, práticas, sujeitos sociais e princípio político (Linebaugh, 2008; Dardot e Laval, 2017).

Em linhas gerais, o comum alude ao conjunto de lutas anticapitalistas que se impõe para além da moderna contradição entre Público e Privado, Estado e Mercado, mirando sempre a criação de formas de reprodução social que superem esse dilema e que permitam o advento de uma nova sociedade. Com efeito, o comum é absolutamente inconciliável a qualquer forma de captura burocrática, como ocorre com a noção de público definido desde o Estado (Dardot e Laval, 2017; Hardt e Negri, 2005, 2016).

Este capítulo objetiva contribuir à discussão e se propõe a fornecer elementos para se pensar o comum enquanto conceito da Geografia Urbana. No primeiro item, busca-se apresentar de forma sumária as principais abordagens do comum e sua atualidade ao entendimento dos ativismos socioespaciais contemporâneos. Em seguida, procura-se apresentar a ideia de comum urbano, tomando-se proveito de importantes contribuições teóricas, mas também construindo uma noção própria a partir de ideias e conceitos abordados em outros trabalhos (Santos, 2021; Santos e Castilho, 2021). Por fim, reflete-se sobre a pertinência de se considerar os comuns (especialmente os comuns urbanos) como conceito da Geografia Urbana, podendo vir a ser um recurso imprescindível ao entendimento de novas experiências e práticas socioespaciais autônomas.

O que são comuns?

Todo o debate sobre os comuns principia com a querela sobre as atuais formas de privação instituídas pela economia neoliberal, que alude aos processos históricos de cercamento dos campos, pastagens, florestas e propriedades comunais, a que Marx chamou de “acumulação primitiva do capital”. Decorre daqui o recurso ao resgate dos episódios históricos que marcam a constituição da propriedade privada no mundo europeu ocidental e, mais precisamente, na realidade agrária inglesa. Os cercamentos foram também responsáveis pela destruição de laços comunitários e modos de produção ainda calcados na criação de valores de uso, eventualmente partilhados. Por isso, o atual interesse nos comuns também compreende ao desejo de interpretação das recentes experiências socioespaciais que

emergem na contravia dessa privação, no sentido do resgate de uma “comunalidade inicial perdida”.

Essas experiências ganharam corpo nas lutas sociais de movimentos altermundialistas, sobretudo os de caráter ambientalista e com atuação no Sul global. Ao perceberem o esgotamento das alternativas pós-capitalistas do séc. XX, tais movimentos resgataram a ideia do comum como caminho possível para barrar a privação crescente de recursos naturais, processo esse levado a cabo por empresas multinacionais, com o apoio de alguns Estados e organizações multilaterais.

Uma mais recente onda de mobilizações sociais também tem lançado mão dessa abordagem, aludindo novamente aos comuns como alternativa ao que seria, nas palavras do jurista escocês James Boyle, uma “segunda onda de cercamentos” no mundo. Esta onda, que havia surgido desde o final do século XX com os cercamentos digitais¹, tem sido intensificada desde a crise financeira de 2008, com a imposição de uma agenda político-econômica de austeridade, desmonte de políticas públicas, despossessões e captura de orçamentos públicos. Os movimentos deflagrados a partir de então, tais como o dos “indignados” e o Occupy Wall Street têm posto em prática, ainda que de forma incipiente, novas ações de ‘comunização’ de praças e espaços públicos, qualificando o comum também como princípio político (Dardot e Laval, 2017)

Algumas leituras teóricas tomaram vulto nesse debate, procurando abordar os comuns a partir de perspectivas filosóficas e teóricas diversas. Algumas dessas leituras estão notadamente distantes da fonte marxista e, portanto, não se pode dizer que se trata de desdobramentos da supramencionada alusão histórica. Outras, contudo, estão direta ou indiretamente ligadas ao marxismo, apoiando-se nele seja no sentido de confirmá-lo ou superá-lo, o que só evidencia a centralidade do pensamento de Marx em todo este debate.

Mas a primeira e mais difundida abordagem tem fundamentação liberal e advém do campo da Economia, mais especificamente da “polêmica Hardin x Ostrom”, isto é, do embate entre a visão malthusiana do eco-

¹ James Boyle faz uma analogia entre os cercamentos ocorridos durante a acumulação primitiva e aqueles hoje existentes em relação aos bens culturais informacionais. As inúmeras formas de proteção dos direitos dos autores e as restrições aos códigos fontes implicam em verdadeiras barreiras de acesso à cultura e ao domínio público. Trata-se, pois, de um movimento conduzido pela indústria tecnológica mais avançada, sediada nos países mais ricos e cuja finalidade tem sido a de se apropriar dos retornos financeiros de investimentos em pesquisa, sejam eles públicos ou privados.

logista estadunidense, Garret Hardin, e a crítica neoinstitucionalista feita pela economista Elinor Ostrom. O primeiro foi autor do famoso ensaio “Tragédia dos Comuns” (Hardin, 1968), em que sugeriu, a partir de argumentos econômicos, que o esgotamento dos recursos e a consequente pauperização social seriam inevitáveis caso os recursos naturais continuassem em livre acesso, insinuando que a privatização seria a melhor forma de preservá-los. Ostrom (1990) contra-argumentou esta formulação ao comprovar ser possível desenvolver experiências de gestão comunitária e sustentável desses recursos. Contudo, o sucesso de tais experiências requereria a articulação de um arranjo institucional adequado e políticas públicas que permitissem uma gestão participativa dos comuns, o que não pode prescindir de regras claras de acesso e uso.

O trabalho de Ostrom lhe rendeu um prêmio Nobel, e sua contribuição ainda hoje é referenciada como um marco para o debate. No mundo inteiro, a defesa de bens comuns e sua gestão participativa é defendida a partir dos argumentos por ela elaborados. Inclusive, algumas das redes de estudos mais influentes no campo, como a “International Association for the Study of The Commons”, têm nas ideias dessa economista a sua principal matriz. E um dos mais proeminentes pensadores do tema, o ativista estadunidense David Bollier, tem no pensamento de Ostrom sua grande referência. Para Bollier (2002), a tese da tragédia dos comuns é uma farsa, uma vez que a gestão compartilhada e aberta dos comuns tende a funcionar, e sempre de forma muito eficiente. Mas, para isso, é absolutamente necessária uma estrutura de leis e costumes que permitam o seu florescimento.

Outra abordagem mais crítica tem no pensamento autonomista um de seus principais fundamentos. Nesse viés se inclui a obra do filósofo italiano Antonio Negri e do crítico literário estadunidense Michael Hardt. Ambos são autores da trilogia “Império” (2001), “Multidão” (2005) e “Bem-estar comum” (2016), cujos principais objetivos são, respectivamente: compreender o atual processo de globalização e as novas estruturas de dominação mundiais, que são cada vez mais cognitivas e descentralizadas; a emergência de novos sujeitos políticos e suas formas de mobilização e luta social antiglobalização; e as possibilidades atualmente abertas para a constituição de uma outra sociedade baseada na construção dos comuns.

Negri e Hardt dão especial atenção as atuais formas de trabalho cognitivo que caracterizariam a produção capitalista contemporânea, chamada por eles de “biopolítica”. Na sua visão, essa produção induz a preemi-

nência de produtos imateriais, para os quais tem sido muito mais difícil impor qualquer lógica de privação. Daí decorre a contradição atual, em que as forças produtivas evoluem para uma fase cada vez mais coletivizada e as relações de propriedade permanecem sob lógicas privatistas individualistas. A própria produção biopolítica estaria gestando as condições para uma sociedade baseada nos comuns, para o que necessitaria a intensificação das lutas multitudinárias contra a privação, e a difusão de formas autogestionárias de planejamento e gestão dos bens comuns, sejam eles naturais ou imateriais.

Uma outra abordagem também crítica, mas que parte de outros referenciais, como o feminismo e a ecologia política, são as obras de Silvia Federici e de mais alguns intelectuais vinculados ao chamado “Midnight Notes Collective”, dos quais se incluem o historiador estadunidense Peter Linebaugh e o cientista político italiano Massimo De Angelis.

A filósofa feminista italiana Silvia Federici (2017, 2019) se notabilizou por relacionar as relações de trabalho assalariado e a reprodução social. Na sua visão, as mulheres desempenharam um papel central na resistência ao processo histórico de cercamento dos comuns, e seus corpos são hoje uma das fronteiras ao processo crescente de privação capitalista. Federici (2017, 2019) propõe o reconhecimento da importância do trabalho doméstico não remunerado exercido pelas mulheres para a reprodução da força de trabalho, e a necessária coletivização deste tipo de trabalho, em um grande esforço de transformação da vida cotidiana.

Peter Linebaugh é, talvez, um dos mais importantes pensadores no debate crítico sobre os comuns. Partindo de uma referência à Magna Carta inglesa feita pelo subcomandante Marcos, revolucionário zapatista, Linebaugh (2008) defende que todas as lutas contra o neoliberalismo são também em defesa dos comuns. Na sua visão, falar dos comuns é referir-se necessariamente aos recursos, às práticas de compartilhamento e à comunidade surgida em torno dessas práticas. Por isso este autor não fala apenas dos recursos comuns, mas também do *commoning* e dos *commoners*, isto é, das práticas de fazer-comum e dos comuneiros.

De Angelis, por sua vez, e numa linha de argumentação bem próxima a de Luxemburgo (1976 [1913]) e a de Harvey (2003), reafirma a necessidade ainda atual do sistema capitalista em incorporar áreas externas ao seu circuito de produção de valor, de modo a garantir sua reprodução. Os cercamentos, portanto, não sublinham uma época específica da história do capitalismo, mas um aspecto de sua própria dinâmica, inclusive a atual.

De Angelis (2007) acredita que a superação do capitalismo envolveria a preservação dessas áreas externas, ou dos modos de reprodução ainda não apropriados pelo capital, uma vez que estão neles as possibilidades de realização do comum.

Em obra de referência e que condensa a quase totalidade das discussões sobre os comuns, os franceses Pierre Dardot e Christian Laval falam de um “paradigma dos comuns” (Dardot e Laval, 2017), expressão essa inicialmente empregada por David Bollier (2007) para falar do crescente interesse pelo tema. Para Dardot e Laval (2017), esse paradigma possui dois aspectos, um defensivo e outro ofensivo. Ele inicialmente se apresenta como um movimento em defesa dos recursos comuns existentes, mas depois avança para a promoção de práticas comunais, que se desenvolvem em torno de recursos comuns, e que forjam uma nova sociabilidade, novas instituições e o autogoverno.

Para Dardot e Laval (2017), o comum não é naturalmente dado, nem algo do qual se possa simplesmente defender por direito, mas corresponde àquilo que é tornado comum pela prática coletiva, o que exige de todos os membros dessa coletividade certa coobrigação. Isso pode levar a constituição de novos arranjos de poder, especialmente aqueles que busquem promover a autogestão. Em outras palavras, não se trata de uma prática meramente defensiva, mas ofensiva. O comum é um princípio de luta política que visa a superação do capitalismo neoliberal, mas que se interpõe para além dos interesses privados de acumulação e do Estado. Ele não visa apenas fazer frente ao crescente processo de cercamento promovido pelo neoliberalismo, mas barrar a subsunção de toda vida pelo Capital, o que implica também o questionamento da captura burocrática do comum feita pelo Estado em diversos momentos da história.

E o que são comuns urbanos?

Mas o que seriam os comuns urbanos? Refletir sobre isso nos obriga a levar em conta as especificidades dos processos de neoliberalização urbanos, a maior parte dos quais com evidentes implicações espaciais. Se admitirmos essa onda recente de cercamentos, como sugere James Boyle e os movimentos altermundialistas, devemos também reconhecer que a maior parte deles são urbanos, não apenas porque a maioria da população mundial vive hoje em cidades, mas porque os espaços urbanos estão cada

vez mais submetidos à lógica da privação, tornando-se palco para disputas e conflitos socioespaciais (Kip, 2015; Santos e Castilho, 2021).

O forte processo de financeirização da economia do final do séc. XX, bem como os crescentes fluxos de transferência do Capital financeiro para o setor da construção civil (Harvey, 1978) fez crescer o mercado imobiliário, acirrando a disputa por lugares na cidade. Vive-se hoje em todas as cidades do mundo, mas especialmente nas do Sul global, uma verdadeira “guerra dos lugares”, para usar o termo cunhado por Rolnik (2017). Isto é, o robustecimento do mercado tem causado uma intensificação dos conflitos pela apropriação de localizações.

Em Santos e Castilho (2021), chamamos atenção para a diversidade de agentes, interesses e práticas espaciais na produção do espaço urbano. Mas, sob o neoliberalismo, uma parcela significativa desses agentes tem atuado organicamente no contexto do que chamamos de “Complexo Fundiário Imobiliário Comercial Financeiro” (CFICF). Este complexo mobiliza ações a favor de seus interesses em diferentes frentes, tendo o apoio direto ou indireto do Estado, valendo-se da espoliação e da pilhagem, não importando os laços sociais e as condições ambientais preexistentes.

Em resposta a tais ações é que surgem os chamados “territórios da vida humana”, que são os processos mais elementares de resistência e apropriação de espaços, inicialmente com a simples finalidade de permitir a reprodução da vida. Tais territórios, conforme sugerimos, podem vir a se desenvolver politicamente e construir experiências de comum, o que requer a adoção de uma consciência social anti-neoliberal. Em outras palavras, quando imbuídas de um caráter transformador e contrário aos processos privatizantes neoliberais, tais territórios podem se transformar em comuns urbanos (Santos e Castilho, 2021).

Quando isso acontece, uma nova ordem de conflitos se estabelece, nos níveis externo e interno. Externamente, o comum passa a sofrer todo tipo investida por parte do mercado e do Estado, o primeiro no sentido de privatizar, o segundo, no de sua captura burocrática. No nível interno, os esforços de criação e manutenção dessas experiências fazem surgir uma esfera de constante rearticulação de interesses e ações, bem como a instituição das regras de convívio e usufruto dos espaços.

O urbanista grego Stavro Stavrides (2016), um dos mais proeminentes autores sobre os comuns urbanos, sugere que os espaços comuns estão em constante transformação. Por isso é importante atentar para as práticas comunais atuais, que são sempre dinâmicas e inovadoras. Neste sentido,

os comuns urbanos não podem ser determinados, muito menos fechados, mas devem acolher a todos, constituindo lugares onde as coletividades sejam obrigadas a se rearticular constantemente, o que pode requerer novos valores e instituições. As características que permitem essa “instituição expansiva dos comuns” são a “comparabilidade” (reconhecimento da diferença e flexibilidade para o ingresso de novos integrantes), a “traduzibilidade” (capacidade de traduzir e dar voz a diferentes visões de mundo) e “partilha de poder” (mecanismos que minimizam o acúmulo de poder e promovem a participação). Sem elas, os comuns urbanos podem se tornar ‘enclaves’ e não corresponder a experiências socioespaciais efetivamente transformadoras.

Um exemplo de comum urbano apresentado por esse autor, e de onde se pode verificar as referidas dinâmicas é o Navarinou Park, em Atenas, Grécia. Planejados para se tornarem um grande estacionamento de automóveis, os quarteirões pertencentes ao bairro de Exárchia, centro de Atenas, foram objeto de discussões por parte da população local. Depois de uma forte mobilização convocada pelas redes sociais, a área foi ocupada pela população, que lá desenvolveu uma ‘jardinagem de guerrilha’, transformando a área em um parque aberto. Mas logo depois foram sendo desenvolvidas outras atividades culturais, educacionais e econômicas. O Navarinou Park se tornou, ao final, um espaço autogestionado e anti-hierárquico, cuja administração se dava por meio de assembleias públicas e abertas.

Um dos mais emblemáticos exemplos de comum urbano frequentemente citado pela literatura é o L’Asilo, na cidade de Nápoles, Itália. O espaço havia sido construído para ser um asilo no séc. XVI. Muito tempo depois foi tombado pelas instituições de memória, e estava sendo objeto de uma série de intervenções arquitetônicas para abrigar um centro cultural, por parte da prefeitura da cidade. O projeto não foi concretizado, mas a população local, em protesto, decidiu ocupar o espaço, dando início à construção de um comum urbano. O lugar passou a ser governado por populares e artistas locais, tornando-se depois um laboratório para práticas de fazer-comum e centro cultural autogovernado.

O Brasil também foi lugar de algumas experiências, dentre as quais se destacam o Ocupe Estelita e o Parque Augusta. O primeiro surgiu da mobilização social contrária a construção de um projeto urbanístico chamado “Novo Recife”, na cidade do Recife, Pernambuco. Tratava-se, contudo, de um projeto formulado por um consórcio de empresas do ramo imo-

biliário, e que pretendia construir mais uma série de condomínios edifícios, shoppings e empresariais. O lugar de tal intervenção seria o terreno pertencente à antiga rede ferroviária federal, que foi arrematado por tal consórcio por um valor irrisório. A mobilização contrária encontrou adeptos de vários segmentos profissionais, que engendrou processos judiciais contra o consórcio, bem como o movimento de protesto chamado ‘Ocupe Estelita’. Este se baseava em um conjunto de ações diretas e intervenções artísticas que questionavam a complacência do poder público frente às investidas do capital imobiliário (Santos e Gomes, 2016).

Em que pese a força política adquirida no decurso do processo, neste caso, o movimento não permaneceu no espaço, uma vez que o Consórcio conseguiu reverter a maior parte dos processos judiciais movidos contra ele, logrando o apoio de muitas das instâncias e fóruns de regulação, ao que permitiu a concretização de um projeto adaptado. O mesmo se pode dizer do Parque Augusta, na cidade de São Paulo, que a despeito das conquistas iniciais, acabou perdendo apoio institucional frente ao contexto político que se estabeleceu na realidade paulistana depois da vitória eleitoral de João Dória e do golpe midiático-parlamentar de 2016².

Por fim, uma última questão se impõe: seria possível uma política urbana calcada nos comuns? É possível superar localismos pontuais e engendrar transformações que abarquem todo o mapa da cidade? Aqui reside um dilema instigante e que tem movimentado a literatura sobre o tema. Está claro que a reivindicação dos comuns está fortemente alinhada ao ideário do Direito à Cidade (Foster e Iaione, 2016; Tonucci Filho, 2020; Santos e Castilho, 2021), pois ambos visam a garantia do acesso aos lugares e a democratização de processos decisórios. Para Foster e Iaione (2016), uma política urbana dos comuns requer um regime de “governança urbana colaborativa”, o que implica rediscutir princípios jurídico-institucionais importantes, como o da “subsidiariedade horizontal”. Neste sentido, vale mencionar a experiência italiana, especialmente de algumas de suas cida-

2 Referimo-nos ao processo de impeachment da Presidenta eleita Dilma Roussef, ocorrido em 17 de abril de 2016, encerrando uma grande mobilização das forças políticas mais conservadoras e da imprensa nacional em favor da desestabilização do governo. O processo foi aberto por um parlamentar evangélico e conservador, provavelmente corrupto (que se encontra preso desde 2017, condenado a 17 anos de reclusão), e teve embasamento jurídico extremamente frágil. Ainda assim foi aceito e aprovado por ampla maioria dos parlamentares da época. Na ocasião, aquele que seria eleito presidente dois anos depois protagonizou uma das cenas mais memoráveis do episódio, que foi uma homenagem à um militar e torturador do período da Ditadura civil-militar (1964-1985). O contexto político que emergiu depois do impeachment da Presidenta Dilma foi o de recuo em relação aos direitos sociais, e forte repressão das mobilizações sociais democráticas.

des, tais como Bolonha e Nápoles, que tiveram suas leis reinstituídas de modo a acolher o surgimento e a manutenção de zonas autônomas.

Na verdade, conforme reconhecem os próprios Dardot e Laval (2017), a Itália tem sido um laboratório para o surgimento de inovações jurídico-institucionais voltadas ao reconhecimento dos comuns urbanos. A comissão chefiada por Stefano Rodotà e a luta do povo italiano contra a privatização da água e em favor de sua remunicipalização foram responsáveis pela introdução do tema do “beni comuni” no ordenamento jurídico de algumas regiões e comunas, bem como nos discursos e práticas dos movimentos sociais deste país. Desde então, diversas experiências de fazer comum têm sido desencadeadas, na perspectiva da afirmação de territórios, seja na cidade ou no campo.

Um conceito para a Geografia urbana?

No último século, os geógrafos têm buscado aprimorar o conjunto dos conceitos fundamentais da disciplina, muitas vezes em resposta ao entendimento de que a Geografia sempre fora uma disciplina com uma base teórico-conceitual frágil e, portanto, ameaçada. O processo de renovação crítica da segunda metade do século XX ajudou a refinar seus objetivos e categorias, consolidando o “espaço geográfico” como conceito-chave (Correa, 1995). Fundamental para isso foi a tradução e o intercâmbio de ideias e contribuições epistemológicas, maior parte das vezes advindas dos países centrais e simplesmente incorporadas pelos países periféricos. E isso sempre foi particularmente evidente para os conceitos da Geografia Urbana.

Vasconcelos (2009) chama a atenção para os problemas decorrentes da importação e aplicação não rigorosa de conceitos na Geografia Urbana. O contexto histórico-geográfico, o idioma, a cultura, a edição das obras, as diferenças filosóficas, entre outros fatores devem ser levados em conta para que a pesquisa geográfica seja útil e capaz de realmente elucidar processos espaciais nas cidades do Sul global. Em que pese essa importante advertência, é possível reconhecer conceitos que podem ser aplicados em diferentes realidades urbanas, desde que admitidas certas flexibilidades e adaptações. Este é o caso de “centralidade”, “fragmentação” ou “gentrificação” (e da maior parte dos conceitos abordados nesta coletânea).

Em Santos (2021) vimos defendendo a tese de que a noção mais geral de “diferenciação” pode servir ao aprimoramento de muitos conceitos ge-

ográficos. Acrescentamos que ela é também essencial à Geografia Urbana, uma vez que três de suas principais formas são fundamentais à compreensão geográfica das cidades do Sul global. Estamos falando dos conceitos de “segmentação”, “segregação” e “fragmentação”, todos expressando formas de diferenciação espacial urbana.

A segmentação constitui o processo imediatamente resultante da produção capitalista do espaço. Como no capitalismo, “o espaço é produzido de forma cada vez mais desigual, a segmentação seria a primeira e mais elementar manifestação dessa desigualdade”. Exemplo de segmentação seria o surgimento de “bairros socioeconomicamente distintos [...], sem que imediatamente se constituam formas de interdição e separação explícitas”. Mesmo que notadamente diferentes, tais bairros ainda se acham relativamente integrados, uma vez que no espaço segmentado, apesar da divisão social, “[...] ainda há alguma perspectiva originária de integração” (Santos, 2021, p. 459).

O conceito de segregação surgiu dos “modelos sistemáticos de estudos das estruturas espaciais internas das cidades norte-americanas”, e por isso não se pode simplesmente aplicá-lo à realidade periférica. Acreditamos que “é necessário certo desvelo na aplicação desse conceito”, para não incorreremos o erro de usá-lo na caracterização do que muitas vezes corresponde apenas às “desigualdades urbanas ou ao auto enclausuramento residencial”. Preferimos usar o conceito apenas para descrever os processos de diferenciação onde há formas evidentes de separação, tais como os muros e toda sorte de expedientes para contenção e segurança (Santos, 2021, p. 460).

Muitas vezes, os espaços segregados tornam-se tão marcantes no interior de uma cidade, que levam ao esgarçamento dos espaços públicos e à constituição de um estilo de vida “entre-muros” (Santos, 2020). Nesse caso, tem-se a fragmentação, que é o processo mediante o qual o espaço urbano vai se dilacerando em fragmentos, cada vez mais autárquicos e isolados. Com isso, qualquer horizonte de cidadania e exercício da política vão sendo esvaziados. Por isso é que, na medida em que seus espaços se fragmentam, os modelos apolíticos e neoliberais de gestão urbana vão se consolidando nas cidades periféricas, surgindo daí a chamada cidade pós-política, conforme sugeriu Swygedown (2012).

Nossa proposta aqui, em primeiro lugar, é a de considerar os comuns urbanos (os “bens-comuns”, as comunidades que se desenvolvem em torno deles e as práticas de fazer-comum) enquanto conceito fundamental

para a Geografia Urbana, sendo ele o oposto da fragmentação. Depois, nosso objetivo é demonstrar o que já defendemos em Santos e Castilho (2021), isto é, a ideia segundo a qual os comuns urbanos surgem do desenvolvimento sociopolítico dos chamados “territórios da vida humana”.

A fragmentação, conforme destacamos, leva a um estilo de vida insular, entre-muros, em que a substância da política é esvaziada. Isto é, o encontro e a necessidade de cotejamento entre diferentes indivíduos e grupos sociais, algo que só pode acontecer no espaço público, vai se esvaindo gradativamente. Em vez disso, cristaliza-se uma sociabilidade entre iguais, voltada a dissipar diferenças e a estabelecer consensos. De maneira inversa, um comum urbano se forja entre o público e o privado, calcado em um processo instituinte que representa uma verdadeira “repolitização” dos espaços, tendo também um impacto político-pedagógico muito representativo, pois busca reativar o sentido de pólis da cidade³. Isso ocorre porque está sempre aberto, e suas regras de convívio sociais são constantemente renegociadas.

Não se trata de estabelecer aqui um dualismo. Apesar de tentador, sabemos que este recurso teórico pode enganar em vez de esclarecer, uma vez que encerra em poucas possibilidades o nosso entendimento do real e do seu desenvolvimento. A realidade é sempre múltipla e seu movimento resguarda certo grau de imprevisibilidade. Nosso objetivo é simplesmente reconhecer experiências socioespaciais que caminham em sentidos opostos, mas que podem assumir características inesperáveis. Enquanto a fragmentação induz à privação e ao isolamento (sempre relativo) do universo convivial das pessoas, a comunalização abre caminhos para uma esfera agonista de constante instituição dos valores, normas e regras sociais. Ambos são processos tendencialmente antagônicos.

Cabe esclarecer, contudo, que os comuns urbanos não se estabelecem como consequência imediata da fragmentação. Muitas vezes, em um pretenso esforço de reconhecimento e adoção do pensamento dialético, somos levados a crer que todos os processos sociais, especialmente aqueles ligados às diferentes formas de dominação e opressões sociais tendem a suscitar a contradição de forma espontânea. Contudo, a experiência con-

³ Referimo-nos ao sentido mais clássico da cidade, como lugar primordial da atividade política dos cidadãos, sentido esse solapado com a industrialização e a urbanização moderna, conforme adverte o filósofo francês Henri Lefebvre (1970). A polis foi o modelo de organização política e espacial das cidades-estados gregas desde o período arcaico até o clássico. Tratava-se, pois, de um modelo de cidade calcada na atividade política de seus cidadãos, do qual decorreu as primeiras experiências democráticas do mundo ocidental.

creta nos mostra que qualquer oposição é forjada de forma processual, em um jogo complexo de dissensos e concessões em relação ao status quo.

Por isso é que em Santos e Castilho (2021, p. 41) afirmamos que nem toda e qualquer resposta ao uso neoliberal do espaço corresponde a uma afronta manifesta aos agentes que atuam em seu favor...

Afirmar isso seria, em certo sentido, uma negação da política e uma idealização dos processos de resistência e luta social. Em muitos casos, especialmente na periferia do capitalismo, os comuns são precedidos por práticas que ainda não carregam uma crítica e uma resposta contundente à racionalidade neoliberal. [...] Essas práticas constituem os processos de territorialização com vistas a garantia da vida humana, tais como as ocupações sem-teto, os mutirões e as redes de solidariedade comunitária, abrindo possibilidades à criatividade e à inovação em termos de produção espacial.

Nossa aposta é a de que, se embebidas de uma consciência anti-neoliberal, esses territórios podem vir a construir experiências transformadoras de comuns urbanos, a despeito de suas contradições internas. Os comuns urbanos, portanto, podem resultar do desenvolvimento político-pedagógico desses territórios da vida humana.

Por último, cumpre falar das práticas de fazer comum (commoning), uma vez que através delas é que os comuns são construídos (Stavrídes, 2016). Isso nos obriga a falar das “práticas espaciais” e, neste sentido, retomar contribuições como as de Souza (2010). Este autor resgata essa ideia lefevriana e a atualiza sob seu ponto de vista castoriadiano, concebendo-a como “práticas sociais densas de espacialidade”. Existiriam, assim, práticas heterônomas e autônomas. As primeiras seriam impositivas e visavam perpetuar sistemas de poder que beneficiariam certas classes sociais. A segunda seriam aquelas realizadas por grupos sociais dissidentes, em suas experiências socioespaciais autogeridas.

Stavrídes (2016) acredita que tais práticas criam formas de vida social em comum, que se estabelecem para além do público e privado, a maior parte das vezes em regime de total abertura a novos comuneiros (newcomers), o que requer o constante agenciamento de suas regras e formas de convivência social. Exatamente por isso, qualquer noção de autoridade dominante é completamente insólita. Assim, commoning são práticas espaciais autônomas que vão além da simples territorialização, constituindo o comum urbano e, ao mesmo tempo, abrindo-o ao surgimento de novos comuneiros, o que obriga à sua permanente e agonística reinstituição.

Considerações finais

As ideias e proposituras teórico-conceituais acima arroladas constituem os primeiros passos de uma agenda de pesquisas que vimos desenvolvendo no âmbito do Grupo de Pesquisas Ecologia Política e Direito à Cidade, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. A experiência prática e o desenvolvimento de novas pesquisas, por certo, nos ajudarão a aprimorar a proposta que por hora apenas afiamos. O comum urbano é uma novidade e, muito possivelmente, suscitará novos e instigantes contributos teóricos por parte de geógrafos no Brasil e em Portugal. Nosso esforço é apenas o de contribuir ao debate e propor os comuns urbanos (e toda a mescla de termos relacionados) como conceito da Geografia Urbana, sendo ele imprescindível ao entendimento das novas experiências e práticas socioespaciais autônomas. Considerá-lo como conceito é ainda mais urgente se atendermos à tendência mais geral dos ativismos socioespaciais contemporâneos, que tem feito alusão ao termo e tem lançado mão de práticas cada vez mais próximas das que descrevemos acima.

Referências

- Amadeu, S; Savazoni, R. (2018). O conceito de comum: apontamentos introdutórios. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, 14(1), 5-18. doi.org/10.18617/liinc.v14i1.4150
- Bollier, D. (2002). *Silent Theft: the private plunder of our common wealth*. London: Routledge.
- Bollier, D. (2007). The growth of the common's paradigm. In: C. Hess. & E. Ostrom (Ed.) *Understanding knowledge as a common: from theory to practice* (pp. 27-40). Cambridge: MIT Press.
- Boyle, J. (2017). The second enclosure movement and the construction of the public domain. In B. Atkinson (Ed.). *Copyright law* (pp. 63-104). London: Routledge.
- Correa, R. (1995) Espaço: um conceito-chave. In: I. E. Castro; P. C. C. Gomes. (Org.). *Geografia: conceitos e temas* (pp. 15-47). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Dardot, P. & Laval. C (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- De Angelis, M. (2007). *The beginning of history: value struggles and global Capital*. London: Pluto.

- Federici, S. (2017). *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- Federici, S. (2019). *Re-enchanting the world: feminism and the politics of the commons*. Michigan: PM Press.
- Foster, S. & Iaione, C. (2016). The city as a commons. *Yale Law & Policy Review*, 34, 281-349
- Hardin, G. (1968). The tragedy of the common. *Science*, 162 (3859), 1243-1248. <https://doi.org/10.1126/science.162.3859.1243>
- Hardt, M. & Negri, A. (2000). *Empire*. Cambridge: Harvard University Press.
- Hardt, M. & Negri, A. (2004). *Multitude: war and democracy in the age of Empire*. New York: Penguin Press.
- Hardt, M. & Negri, A. (2009). *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press.
- Harvey, D. (1978). The urban process under capitalism: a framework for analysis. *International journal of urban and regional research*, 2 (1-4), 101-131. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.1978.tb00738.x>
- Harvey, D. (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.
- Kip, M. (2015). Moving beyond the city: conceptualizing urban commons from a critical urban studies perspective. In: M. Dellenbaugh & M. Kip (Ed.) *Urban commons: moving beyond state and market* (pp. 42-59). Basel: Birkhäuser Verlag GmbH.
- Lefebvre, Henri (1999 [1970]) *A Revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG
- Linebaugh, P. (2009). *The Magna Carta Manifesto: liberties and commons for all*. Los Angeles: University of California Press.
- Luxemburgo, R. (1976). *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*. New York: Cambridge University Press.
- Rolnik, R. (2017). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Boitempo Editorial.
- Santos, O. & Gomes, E. (2016). A questão do desenvolvimento e os desdobramentos recentes do processo de fragmentação do espaço urbano em Recife/PE - o caso do “Projeto Novo Recife”. *Boletim Goiano de Geografia*, 36, 379-389. <https://doi.org/10.5216/bgg.v36i2.42801>
- Santos, O. & Castilho, C. (2021). O espaço urbano sob o neoliberalismo e os ‘territórios da vida humana’ como possibilidade do ‘comum’. *Revista Tamoios*, 17, 31-46. <https://doi.org/10.12957/tamoios.2021.58497>
- Santos, O. (2021). Segmentação, Segregação, Fragmentação. *Revista da Casa de Geografia de Sobral*, 23, 455-469. <https://doi.org/10.35701/rcgs.v23.817>

- Souza, M. (2010). Com o Estado, apesar do Estado e contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Revista Cidades*, 7 (11), 13-47. <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2010v7n11.12223>
- Stavrides, S. (2016). *Common space: The city as commons*. London: Zed Books.
- Swyngedouw, E. (2012) A cidade pós-política. *Revista e-metropolis*, Rio de Janeiro, 08, 52-62
- Tonucci, J. (2020). Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana. *Revista Direito e Praxis*, 11 (1), 370-404. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/48273>
- Vasconcelos, P. (2009). O rigor no uso das noções e conceitos na Geografia Urbana. *Revista Cidades*, 6 (10), 341-357. <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2009v6n10.12283>

Ecologia Política Urbana

Archie Davies

Queen Mary University of London

Introdução

Inspirada por uma perspectiva marxista da coprodução dialética da sociedade e da natureza, a Ecologia Política Urbana (EPU) emergiu como uma importante escola de Geografia Urbana nas últimas duas décadas. Para os ecologistas políticos urbanos tudo o que é natural é social, e tudo o que é social é natural: “the point [...] is that UPE is critical urban theory. It is not adding nature to a priori social constructions. Nature is the city. Nature is the urban’ (Keil 2020, 4).” A EPU é um campo diversificado que partilha um imperativo dialético ao abordar as transformações socio-naturais em curso como processos relacionais e ir além das concepções estáticas de natureza e cultura. Animada por um conjunto central de estruturas conceituais – metabolismo, urbanização ciborgue e socio-naturezas – a EPU começou por ser um olhar fundamentado relativamente à água e à infraestrutura urbana para agora abranger um enorme leque de problemáticas socio-naturais urbanas, da biodiversidade à poluição do ar. Este vibrante campo de pesquisa continua a desenvolver-se rapidamente, e nos últimos cinco anos surgiram novas linhas de análise em relação aos debates sobre a urbanização a nível planetário e sobre as provocações inerentes a uma abordagem política reforçada sobre raça, espaço e natureza no âmbito da rubrica da “ecologia da abolição”. Neste capítulo vamos i) apresentar as origens da EPU, ii) fazer um breve esboço da sua estrutura conceitual central, iii) mostrar a EPU em ação analítica por meio de uma discussão das suas abordagens para a questão da água em espaços urbanos, e iv) delinear os desenvolvimentos recentes e críticas internas a este campo de pensamento científico.

A ecologia política urbana: as suas origens

A Ecologia Política Urbana surgiu no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 como um desdobramento da Ecologia Política. A típica descri-

ção anglófona deste último termo posiciona o seu surgimento em trabalhos britânicos e norte-americanos, da década de 1980, sobre a erosão do solo. Contudo, como Gonçalves e Leff argumentaram, podemos colocar a sua configuração específica de economia política e ecologia num campo cada vez mais amplo de pensamento, em que a América Latina desempenha um papel fundamental (Porto-Gonçalves e Leff 2015). Contudo, apesar da sua designação, a Ecologia Política Urbana tem uma origem um pouco diferente, em particular por via da Geografia Urbana marxista.

Recentemente, Nik Heynen caracterizou a história da EPU como tendo emergido em duas vagas. A primeira incluía uma série de livros importantes que abordavam as imbricações metabólicas entre natureza e sociedade, em particular focados na água. Isto incluiu trabalhos como *Concrete and Clay* (2002), de Matthew Gandy, e *City of Flows* (2005), de Maria Kaika, e encontrou a sua produção mais sinótica no importante volume editado em 2006 por Heynen, Kaika e Swyngedouw, *In the Nature of Cities*. Um dos principais contributos dessa primeira vaga foi identificar uma crítica socio-natural da modernidade. Os ecologistas políticos urbanos argumentavam que o projeto da modernidade ‘transformed socio-natural landscapes across the world and disrupted the pre-existing ontological categories of “nature” and “the city”’ (Kaika 2012, 5). No relato de Heynen, a segunda vaga da EPU incluiu um campo de teoria mais pluralista que incorpora considerações mais amplas e profundas de raça e género, e uma atenção crescente à vida quotidiana. Nessa vaga surgiu, também, uma crítica substancial à primeira vaga da EPU, que será discutida a seguir.

Muitos avanços intelectuais ocorreram, certamente, na última década e meia, mas o contributo da “primeira vaga” permanece atraente. Em particular, a fase inicial da EPU regista um entendimento profundamente político da natureza urbana. Como argumentam os editores de *In the Nature of Cities* de 2006, “to the extent that cities are produced through socio-ecological processes, attention has to be paid to the political processes through which particular socio-environmental urban conditions are made and remade” (Heynen, Kaika, e Swyngedouw 2006, 2). Este imperativo político está sempre presente na EPU, pois “investigates how social relations of class, gender, and race inform the process of urbanization and come to codify unjust urban geographies—producing healthy environments for some, while others live close to hazards and with less access to resources” (Lawhon, Ernstson, e Silver 2014, 500). À luz desta perspetiva, a atenção foi direcionada para as geografias desiguais das florestas urbanas, ar, álcool, gentrificação, ecologia urbana, alimentação e muito mais.

Mais do que simplesmente afirmar que natureza e cultura se imbricam e se produzem mutuamente, a EPU procurou identificar como as misturas de sociedade urbana e natureza urbana podem ser o ponto de encontro para projetos de justiça urbana.

O metabolismo

A análise de Marx e Engels de como o capitalismo explora não apenas o trabalho mas também o solo, surgiu do trabalho do bioquímico alemão Justus von Liebig e da sua pesquisa pioneira sobre metabolismo e a química fundamental da transformação da matéria em energia. O trabalho de Liebig foi fundamental para a química orgânica moderna, e a sua análise do esgotamento dos nutrientes do solo foi extremamente influente nos debates sobre as questões agrícolas no século XIX. Marx e Engels usaram a ideia de metabolismo para analisar a dialética da sociedade e da natureza. A agricultura capitalista, argumentavam eles, exacerba a divisão entre o campo e a cidade, esgota a produtividade do solo e exige fixos espaciais e tecnológicos que expandem infinitamente a fronteira ecológica da sociedade capitalista. Em linha com o impulso marxista de análise das tendências geradoras de crise do capitalismo, a rutura produzida por essa exploração passou a ser designada como fratura metabólica nas explicações marxistas das crises ambientais do capitalismo contemporâneo (Foster, 2000). Tanto o metabolismo quanto a fratura metabólica têm sido centrais para as explicações marxistas da natureza (Foster e Burkett 2016) e, também, para o próprio campo da Ecologia Política (Gandy 2004).

Na verdade, foi essencialmente Engels que se baseou em Liebig ao analisar o desperdício de resíduos na agricultura capitalista europeia e nos espaços urbanos. Numa passagem amplamente citada por ecologistas políticos urbanos (particularmente da primeira vaga; por exemplo, Foster 2013), Engels escreveu:

A abolição da antítese entre a cidade e o campo não é nem mais nem menos utópica do que a abolição da antítese entre capitalistas e trabalhadores assalariados. [...] Ninguém exigiu isso mais veementemente do que Liebig nos seus escritos sobre a química da agricultura, em que a sua primeira exigência sempre foi que o homem devolva à terra o que recebe dela, e em que ele prova que é apenas a existência das cidades, e em particular das grandes cidades, que impede isso. Quando se observa que só aqui em Londres uma quantidade de estrume maior do que a produzida em todo

o reino da Saxônia é despejada todos os dias no mar com gastos enormes, e que estruturas colossais são necessárias para impedir que esse estrume envenene toda a Londres, então à utopia de abolir a distinção entre cidade e campo é dada uma base notavelmente prática. (Engels 1975, 92)

Isto é distintamente geográfico. Engels observa as profundas continuidades materiais entre “cidade e campo”, e entre o industrial e o agrícola e reúne as múltiplas naturezas do lixo urbano, que é, simultaneamente, um recurso descartado e rico em nutrientes, e uma possível ameaça à saúde humana. Desde então, essas linhas de análise foram captadas pela análise metabólica e o metabolismo tem sido usado para designar as circulações materiais pelas quais a sociedade humana se altera e é alterada pela natureza.

Há uma distinção a ser observada entre a fratura metabólica enquanto contradição interna e ecológica dentro do capitalismo (Foster 1999) e um relato mais aberto de “a metabolism of nature ... in which neither society nor nature can be stabilized’ (Smith 2010, xiii). Aqui, o metabolismo corresponde ao “socially mediated process of environmental [...] transformation and trans-configuration, through which all manner of ‘agents’ are mobilized, attached, collectivized, and networked’ (Swyngedouw 2006a, 113). Este desenvolvimento da análise metabólica vê as cidades como aglomerados de ‘processos circulatórios metabólicos’ que se materializam

[...] as an implosion of socio-natural relations [...] organised through socially articulated networks and conduits whose origin, movement and position is articulated through complex political, social, economic and cultural relations. These relations are invariably infused with myriad configurations of power that saturate material, symbolic, and imaginary (or imagined) practices (Swyngedouw 2006b, 35).

Embora as formulações marxistas permaneçam fundamentalmente importantes para a EPU, surgiu uma crítica pós-colonial que vê a história conceitual da ecologia política como resolutamente do Norte. A ciência metabólica e política em que se baseia começou na Europa e nos europeus no século XIX, sem atender adequadamente às continuidades ecológicas, científicas, nutricionais e corporais entre a agricultura europeia e a expansão dos seus impérios (Davies 2019). No entanto, uma noção alargada de metabolismo urbano é algo poderoso. Ela evoca uma visão somática da cidade na qual os materiais são processados e transformados. Há aqui uma imaginação anatómica que vai além da visão tradicional da cidade-en-

quanto-corpo para sugerir as suas qualidades viscerais de nervos, pâncreas, estômago e pulmões. Esse aparato conceitual é uma ferramenta poderosa para analisar, por exemplo, a infraestrutura urbana, que aparece metabolicamente como cérebro, esqueleto e mãos. No entanto, o conceito metabólico vai para além de uma estrutura orgânica funcionalista, pois postula uma compreensão dialética baseada na mudança e na interação (Gandy 2005). Fundamentalmente, esse modo de pensar permite-nos encontrar um meio de incorporar natureza e cultura num conjunto de relações constantemente oscilante, inacabado e contestado, que se baseia em processos.

A EPU questiona, portanto, como e em que condições se reproduzem as ecologias urbanas, a vida social e os corpos diferenciados nas condições da urbanização capitalista. Quem faz o trabalho para manter o metabolismo a funcionar? Pensar sobre o metabolismo vincula a reprodução corporal individual – o que comemos, como nos limpamos, o ar que respiramos – às estruturas materiais que possibilitam e condicionam essa reprodução corporal individual sob a divisão social do trabalho que reproduz os mundos urbanos. As configurações socio-naturais que emergem devem muito à figura feminista socialista do ciborgue de Donna Haraway: “a hybrid of machine and organism” (Haraway 1985, 5). A análise ciborgue de Swynghedouw (1996) prefigurou o desenvolvimento da urbanização ciborgue de Gandy numa compreensão da “interface” entre o corpo e a cidade na qual o espaço urbano é “a prosthetic extension to the human body” (Gandy, 2004: 29). O uso do conceito de ciborgue pela EPU foi recentemente criticado pelo défice de atenção relativamente à diferença: “while cyborg bodies might well be hybrids of human and machine, they appear unmarked by gendered divisions of labour, as well as stripped of any raced or sexed social relations.” (Andueza et al. 2020, 5). Contudo, a sua problemática corporal permanece crucial, principalmente porque a análise metabólica da EPU concentrou-se muitas vezes na escala da sociedade – emergindo das suas raízes na química do solo – e não na escala do corpo. Isso pode ter o curioso efeito de “descorporizar” a ideia de metabolismo. Críticas recentes à EPU enfatizaram a necessidade de uma análise mais centrada sobre o fisiológico e o corporal, através de uma ecologia política ‘corporizada’ (Doshi 2017) que se debruça sobre o modo como os processos metabólicos individuais estão profundamente dependentes de distribuições desiguais de trabalho e de processos de trabalho doméstico e infraestrutural que são modelados pelo género e pela raça.

Uma abordagem “corporizada” da análise metabólica foca-se nas crises somáticas dos corpos e nas relações que estabelecem com os seus am-

bientes. As crises metabólicas humanas estão ligadas à produção social de classe, raça, género e idade, bem como à divisão internacional do trabalho e ao desenvolvimento global desigual. Uma perspetiva fisiológica chama a atenção para o facto de todos os corpos estarem inseridos diferencialmente nas circulações híbridas das socio-naturezas urbanas. Por exemplo, destaca a circulação de venenos em alimentos contaminados, bem como a dinâmica infraestrutural de produção e acesso aos alimentos. Esta abordagem coloca a carne produzida industrialmente e a desnutrição num mesmo quadro analítico, concebendo a deflorestação e o trabalho racializado e explorador do embalamento de carne como metabolicamente conectados com a distribuição racializada da diabetes e da fome. Os espaços de circulação metabólica passam pelos corpos humanos.

A análise metabólica encoraja-nos a atender a questões de processo e temporalidade. O estudo corporizado do metabolismo baseia-se na taxa de metabolismo a um nível bioquímico fundamental. A pesquisa metabólica é uma ciência que analisa a mudança ao longo do tempo. Marx e Engels escreveram:

[...] os homens [sic] devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas a vida envolve antes de tudo comer e beber, uma habitação, roupas e muitas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material [...] (1974, 48).

Pensar com a espaço-temporalidade do metabolismo traz a vida urbana contemporânea para o centro da atenção, por exemplo, através da fragilidade das redes de provisão de alimentos em contextos de logística just-in-time (Cowen 2014), bancos de alimentos, desperdício de alimentos ou ajuda humanitária. Discutindo o ‘novo metabolismo’ imaginado pela pesquisa contemporânea em epigenética e biologia relacional, Hannah Landecker enfatiza as temporalidades que o metabolismo produz: “in epigenetics one sees an understanding of the body’s molecules as hung in the same network of interaction as environmental molecules, a network anchored and organized through the temporally sensitive interface of metabolism” (2011, 170). Por outras palavras, a sobrevivência depende sempre dos curtos períodos de tempo do corpo que estabelecem a taxa do corpo estar na natureza e através dela. A EPU pode conduzir a muitas direções, mas os caminhos complexos através das determinações temporais e espaciais que condicionam a produção dos corpos nos seus ambientes, e por via deles, estão entre os mais frutíferos.

A EPU a funcionar: a água

A água tem sido uma área central de preocupação para a EPU. “Water is indispensable ‘stuff’”, escreveu Swyngedouw em 2004, “for maintaining the metabolism, not only of our human bodies, but also of the wider social fabric. The very sustainability of cities and the practices of everyday life that constitute ‘the urban’ are predicated upon and conditioned by the supply, circulation, and elimination of water.” (Swyngedouw, 2004, 1). Precisamos de água não apenas para beber e limpar, mas para lubrificar a vida económica. Ela flui para dentro das nossas habitações, vinda de algum local, e entrelaça-se numa enorme miríade de relações políticas e económicas. As análises da EPU advogam que os fatores históricos, legais, políticos, sociais, culturais, económicos e ecológicos são indissociáveis na interpretação das geografias desiguais da água. Não são apenas os minerais e os poluentes que são dissolvidos na água que abastece espaços urbanos, mas todo um conjunto de relações sócio-naturais. A capacidade de viver numa cidade e beber água potável é profundamente histórica e geograficamente contingente.

A análise histórica da água que chega aos espaços urbanos mostrou como o uso disciplinado e o controle da água foram essenciais para o surgimento da modernidade urbana. Os desenvolvimentos infraestruturais que o permitiram constituíram os “material mediators between nature and the city”(...) “carried the flow and the process of transformation of one into the other” (Kaika e Swyngedouw 2000, 120). Esses desenvolvimentos sustentaram e cerziram-se com a produção ideológica das ideias da própria modernidade, por meio de categorias como limpeza, ordem, higiene e fluxo. Ao colocar a água no centro da análise da mudança urbana, a EPU enfatiza o movimento e o processo, e a interação entre fluxos e formas fixas nas paisagens urbanas em mudança. As questões em debate na compreensão das infraestruturas hídricas, como as tecnologias de circulação, consistem, portanto, em perguntar o que está a circular, com que efeitos, para quem, porquê, onde e como. Seguir a água é uma maneira de entender não apenas as geografias urbanas, mas as próprias noções de progresso e modernidade (Anand, Gupta e Appel 2018). A água fornece uma chave para as questões da imaginação urbana e o papel da urbanidade nos projetos políticos, pois determinadas visões históricas da sociedade urbana estão intimamente ligadas aos discursos sobre o controle e a gestão da água (Caprotti e Kaika 2008). Assim, as análises da água feitas pela

EPU incluem não apenas trabalhos etnográficos sobre a água (McFarlane 2018), mas também de natureza filosófica (Loftus 2012), financeira (Loftus e March 2016), política (Bakker 2003), histórica (Kaika 2012) e cultural (Gandy 2014).

Desenvolvimentos recentes e críticas

Nos últimos anos, a EPU tem passado por uma autorreflexão através de uma série de críticas às suas prioridades intelectuais e políticas. Estas estão patentes em artigos importantes da autoria de Nik Heynen (Heynen 2014; 2016; 2018) e Alex Loftus (Loftus 2017; 2018b; 2020), bem como em intervenções como as de Sapana Doshi (Doshi 2017), e ensaios de definição da agenda política como o de lançamento de uma nova revista, *Environment and Planning E: Nature and Space* (Collard et al. 2018). Keil, entre outros, fez algumas críticas às estruturas explicativas da EPU. Uma delas emerge da “urbanização planetária” e a outra defende uma abordagem “situada” da EPU. Os pensadores da urbanização planetária procuram ir além da cidade unitária como objeto de análise, tomando processos urbanos e metodologias comparativas como ponto de partida para a teoria urbana (Angelo e Wachsmuth 2015). Contestam que toda a sociedade – o planeta – seja dominada pelo processo urbano. Os teóricos da urbanização planetária têm sido criticados sob vários ângulos, no entanto, a “virada planetária” constituiu um desafio para o trabalho da UPE.

A segunda crítica à EPU que Keil aponta chegou através dos propoentes de uma EPU ‘situada’. Lawhon, Ernstson e Silver argumentaram que a EPU funcionou com uma noção limitada de poder que leva, esquematicamente, a uma “critique of capitalism, commodification, modernity, and/or neoliberalism” (Lawhon, Ernstson e Silver 2014, 498). Estes autores argumentam que a ecologia política urbana de orientação marxista falha em gerar possibilidades de mudança. Como alternativa, apresentam uma “crítica situada” da “produção de cidades” que leva a uma política de “incrementalismo radical” e a movimentos em direção ao “empoderamento recursivo e mudança sistémica”. Pretendem construir “a more situated UPE which creates the possibility for a broader range of urban experiences to inform theory on how urban environments are shaped, politicized and contested” (Lawhon, Ernstson e Silver 2014, 498). A sua Ecologia Política Urbana caracteriza-se por ir além da “revolução” como resposta à produção destrutiva da natureza sob o capitalismo.

No meio desses importantes debates, o trabalho no âmbito da EPU continua a ser variado e vibrante, e pesquisas recentes expandiram as formulações desta para campos como a geologia (Dawson 2021), a dragagem (Gustafson 2020), as pessoas (Loftus 2020), a suburbanização (Tzaninis et al. 2021) e as histórias do coletivismo urbano (Goodling 2021), entre outros. Como Connolly (2019) e Loftus (2018a) argumentaram, uma visão da EPU que divide o saber entre o planetário e o situado é simplificadora, havendo que rejeitar a necessidade de escolher entre estes dois campos. Ao contrário, propõem, de formas diferentes mas complementares, uma atenção renovada ao cotidiano e à práxis. Esta ênfase encontra uma alma gêmea na “ecologia da abolição”, que argumenta que a ecologia política ainda tem de “adequately grapple with key questions around the role of white supremacy in uneven social power relations” (Heynen e Ybarra 2020, 27). A ecologia da abolição volta-se para o conhecimento indígena e a tradição radical negra, bem como para a práxis radical de pessoas racializadas que resistem a enclausuramentos, nos termos de Ruth Wilson Gilmore, e ainda para aqueles que lutam pela “liberdade como um lugar”. Essas três abordagens talvez apontem para uma orientação partilhada da EPU em direção à repolitização, por meio do envolvimento nas possibilidades radicais de reconstruir as naturezas urbanas presentes nas práticas daqueles que resistem às forças ecológica e socialmente destrutivas da urbanização capitalista neoliberal e autoritária.

Referências bibliográficas

- Anand, Nikhil, Akhil Gupta, e Hannah Appel. 2018. *The Promise of Infrastructure*.
- Andueza, Luis, Archie Davies, Alex Loftus, e Hannah Schling. 2020. ‘The Body as Infrastructure’. *Environment and Planning E: Nature and Space*, 2514848620937231.
- Angelo, Hillary, e David Wachsmuth. 2015. ‘Urbanizing Urban Political Ecology: A Critique of Methodological Cityism.’ *International Journal of Urban and Regional Research* 39 (1): 16–27.
- Bakker, Karen J. 2003. ‘A Political Ecology of Water Privatization’. *Studies in Political Economy* 70 (1): 35–58. <https://doi.org/10.1080/07078552.2003.11827129>.
- Caprotti, Federico, e Maria Kaïka. 2008. ‘Producing the Ideal Fascist Landscape: Nature, Materiality and the Cinematic Representation of Land Reclamation in the Pontine Marshes’. *Social & Cultural Geography* 9 (6): 613–34. <https://doi.org/10.1080/14649360802292447>.

- Collard, Rosemary-Claire, Leila M. Harris, Nik Heynen, e Lyla Mehta. 2018. 'The Antinomies of Nature and Space'. *Environment and Planning E: Nature and Space* 1 (1–2): 3–24. <https://doi.org/10.1177/2514848618777162>.
- Connolly, Creighton. 2019. 'Urban Political Ecology Beyond Methodological Cityism'. *International Journal of Urban and Regional Research* 43 (1): 63–75. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12710>.
- Cowen, Deborah. 2014. *The Deadly Life of Logistics: Mapping Violence in Global Trade*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Davies, Archie. 2019. 'Unwrapping the Oxo Cube: Josué de Castro and the Intellectual History of Metabolism'. *Annals of the Association of American Geographers* 109 (3): 837–56.
- Dawson, Katherine. 2021. 'Geologising Urban Political Ecology (EPU): The Urbanisation of Sand in Accra, Ghana'. *Antipode* 53 (4): 995–1017. <https://doi.org/10.1111/anti.12718>.
- Doshi, Sapana. 2017. 'Embodied Urban Political Ecology: Five Propositions'. *Area* 49 (1): 125–28.
- Engels, Frederick. 1975. *The Housing Question*. Moscow: Progress Publishers.
- Foster, John Bellamy. 1999. 'Marx's Theory of Metabolic Rift: Classical Foundations for Environmental Sociology'. *American Journal of Sociology* 105 (2): 366–405.
- . 2013. 'Marx and the Rift in the Universal Metabolism of Nature'. *Monthly Review* (blog). 1 December 2013.
- Foster, John Bellamy, e Paul Burkett. 2016. *Marx and the Earth: An Anti-Critique*. Brill.
- Gandy, Matthew. 2004. 'Rethinking Urban Metabolism: Water, Space and the Modern City'. *City* 8 (3): 363–79.
- . 2005. 'Cyborg Urbanization: Complexity and Monstrosity in the Contemporary City'. *International Journal of Urban and Regional Research* 29 (1): 26–49.
- . 2014. *The Fabric of Space: Water, Modernity, and the Urban Imagination*. MIT press.
- Goodling, Erin. 2021. 'Urban Political Ecology from Below: Producing a "Peoples' History" of the Portland Harbor'. *Antipode* 53 (3): 745–69. <https://doi.org/10.1111/anti.12493>.
- Gustafson, Seth. 2020. "'We Dredge Because It Doesn't Work": Urban Political Ecology and the Uneven Geographies of Sediment Metabolism'. *Urban Geography* 0 (0): 1–20. <https://doi.org/10.1080/02723638.2020.1748296>.
- Haraway, Donna. 1985. 'Manifesto for Cyborgs: Science, Technology, and Socialist Feminism in the 1980s.' *Socialist Review* 80: 65–108.
- Heynen, Nik. 2014. 'Urban Political Ecology I: The Urban Century'. *Progress in Human Geography* 38 (4): 598–604.

- . 2016. 'Urban Political Ecology II: The Abolitionist Century'. *Progress in Human Geography* 40 (6): 839–45. <https://doi.org/10.1177/0309132515617394>.
- . 2018. 'Urban Political Ecology III: The Feminist and Queer Century'. *Progress in Human Geography* 42 (3): 446–52.
- Heynen, Nik, Maria Kaika, e Erik Swyngedouw. 2006. 'Urban Political Ecology: Politicizing the Production of Urban Natures'. In *In the Nature of Cities*, 16–35. Routledge.
- Heynen, Nik, e Megan Ybarra. 2020. 'On Abolition Ecologies and Making "Freedom as a Place"'. *Antipode* 53 (1): 21–35. <https://doi.org/10.1111/anti.12666>.
- Kaika, Maria. 2012. *City of Flows: Modernity, Nature, and the City*. Hoboken: Taylor and Francis.
- Kaika, Maria, e Erik Swyngedouw. 2000. 'Fetishizing the Modern City: The Phantasmagoria of Urban Technological Networks'. *International Journal of Urban and Regional Research* 24 (1): 120–38. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.00239>.
- Keil, Roger. 2020. 'An Urban Political Ecology for a World of Cities'. *Urban Studies* 57 (11): 2357–70. <https://doi.org/10.1177/0042098020919086>.
- Lawhon, Mary, Henrik Ernstson, e Jonathan Silver. 2014. 'Provincializing Urban Political Ecology: Towards a Situated EPU Through African Urbanism'. *Antipode* 46 (2): 497–516. <https://doi.org/10.1111/anti.12051>.
- Loftus, Alex. 2012. *Everyday Environmentalism: Creating an Urban Political Ecology*. University of Minnesota Press.
- . 2017. 'Political Ecology I: Where Is Political Ecology?'. *Progress in Human Geography* 43 (1): 172–82. <https://doi.org/10.1177/0309132517734338>.
- . 2018a. 'Planetary Concerns'. *City*, March. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13604813.2018.1434304>.
- . 2018b. 'Political Ecology II: Whither the State?'. *Progress in Human Geography*, September. <https://doi.org/10.1177/0309132518803421>.
- . 2020. 'Political Ecology III: Who Are "the People"?'. *Progress in Human Geography* 44 (5): 981–90. <https://doi.org/10.1177/0309132519884632>.
- Loftus, Alex, e Hug March. 2016. 'Financializing Desalination: Rethinking the Returns of Big Infrastructure'. *International Journal of Urban and Regional Research* 40 (1): 46–61. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12342>.
- Marx, Karl. 1974. *The German Ideology*. 2nd ed. London: Lawrence & Wishart.
- McFarlane, Colin. 2018. 'Fragment Urbanism: Politics at the Margins of the City'. *Environment and Planning D: Society and Space*, 0263775818777496.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter, e Enrique Leff. 2015. 'Political Ecology in Latin America: The Social Re-Appropriation of Nature, the Reinvention of

- 'Territories and the Construction of an Environmental Rationality'. Text. 2015. <https://doi.org/info:doi/10.5380/dma.v35i0.43543>.
- Smith, Neil. 2010. *Uneven Development: Nature, Capital, and the Production of Space*. University of Georgia Press.
- Swyngedouw, Erik. 1996. 'The City as a Hybrid: On Nature, Society and Cyborg Urbanization'. *Capitalism Nature Socialism* 7 (2): 65–80.
- . 2006a. 'Circulations and Metabolisms: (Hybrid) Natures and (Cyborg) Cities'. *Science as Culture* 15 (2): 105–21.
- . 2006b. 'Metabolic Urbanization: The Making of Cyborg Cities'. In *In the Nature of Cities*, 36–55. Routledge.
- Tzaninis, Yannis, Tait Mandler, Maria Kaika, e Roger Keil. 2021. 'Moving Urban Political Ecology beyond the "Urbanization of Nature"'. *Progress in Human Geography* 45 (2): 229–52. <https://doi.org/10.1177/0309132520903350>.

Empreendimentos Turísticos Imobiliários no litoral brasileiro: dicotomias entre os espaços concebido e percebido

Cristina Pereira de Araújo

Universidade Federal de Pernambuco

Luciano Muniz Abreu

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Denise Betânia Marques dos Santos

Universidade Federal de Pernambuco

A produção do espaço pelo turismo

A atividade turística tem se destacado no cenário internacional por apresentar altos índices de crescimento nas últimas décadas. Segundo a World Travel & Tourism Council¹, a atividade contribuiu com 7,7% da composição do PIB nacional em 2019, colocando o Brasil em nono lugar entre as economias do turismo no mundo.

Trata-se de um fenômeno de contornos urbanos. Para existir, o turismo requer uma condição logística que somente a proximidade ou sua inserção na cidade permite. Considerando que a maior parte das localidades turísticas consolidadas ou em consolidação tem sua dinâmica e forma urbana precedente ao turismo, a introdução da “nova” atividade requer uma infinidade de esforços e transformações neste meio, especialmente quando feita em escala e induzida por políticas públicas que aceleram e “organizam” o processo.

Brandão (2007, p.192) salienta que “a cidade é a sede e o ambiente da reprodução das classes, da atividade de produção, distribuição, troca e consumo”. Considerando o turismo como uma atividade relativamente

¹ WTTC, 2021. Brazil, 2021 annual research: key highlights. Disponível em: <https://wtcc.org/Research/Economic-Impact>. Acessado em 05/09/2021.

nova, a qual tem sido atribuída a função de tornar dinâmicas economias estagnadas, sua inserção no meio urbano influencia sobremaneira essa dinâmica, ao trazer novos elementos que se refletem desde os aspectos físicos, com um novo desenho urbano, até os aspectos socioeconômicos, com a geração de novos problemas e demandas.

Ainda segundo Brandão (2007, p. 193), “o urbano é também o lócus da geração de demandas e o espaço de lutas políticas dos estratos sociais que reivindicam acesso aos meios de consumo coletivo e inserção no mercado de trabalho”. No caso do turismo, essa luta se dá em torno da apropriação das vantagens possíveis com a inserção da atividade.

Cruz (2007), por sua vez, observa que o turismo é a única prática social que consome o espaço, através de serviços, bem como do consumo da paisagem. Para tanto impõe aos lugares sua lógica de organização espacial, muitas vezes, à revelia das lógicas preexistentes. Assim, as relações entre turismo e território devem ser pensadas considerando o imenso jogo de relações em que esta atividade se insere, cabendo entender qual o seu lugar na produção do espaço. Assim, preliminarmente, faz-se necessária a compreensão do que é espaço, de modo que utilizaremos a abordagem do geógrafo Milton Santos e do sociólogo Henry Lefebvre.

Milton Santos (2006:21) propõe que “o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. A partir de tal noção, torna-se possível reconhecer suas categorias analíticas internas: paisagem, configuração territorial, divisão territorial do trabalho, espaço produzido ou produtivo, rugosidades e formas-conteúdo; e externas: a técnica, a ação, os objetos, a norma, os eventos, a totalidade, a idealização, entre outras.

Se para Milton Santos, o espaço é um conjunto de fixos (os objetos) e fluxos (as ações), reflexo dos distintos processos de acumulação do capital, para Lefebvre (1974), o espaço é produto de uma prática social, resultante da relação entre espaço e tempo, entendidos como produtos sociais, resultado e condição da produção da sociedade.

Para o autor (1974), a produção do espaço pode ser compreendida através da tríade espaço percebido, concebido e vivido. O primeiro (espaço percebido) compreende a prática espacial, a dimensão material de atividades e interações sociais. Trata-se do espaço modelado pela sociedade, de seu aspecto perceptível pelos sentidos: visão, audição, olfato, tato e paladar, cuja leitura varia em função dos distintos grupos sociais que aprendem a usar o espaço e o modifica, apropriando-se dele. São tipos

arquitetônicos, lugares de trocas social e comercial, que conferem uma espacialização aos lugares e que induzem à sua produção e reprodução contínua possibilitando uma continuidade da formação social.

O espaço concebido compreende as representações do espaço. Trata-se do espaço idealizado por urbanistas, geógrafos e arquitetos à luz de ordens hegemônicas, de discursos dominantes que atualizam as relações de produção e a ordem social existente. Na obra *O direito à cidade*, Lefebvre (2001) completaria a análise afirmando que a produção do espaço urbano é concebida por arquitetos com visão humanista cuja tendência é negligenciar a questão social do urbano e também por urbanistas mais conectados ao mercado onde a concepção, idealização e realização sempre visam o lucro.

As representações do espaço concebido conferem uma imagem que por sua vez ganha uma dimensão simbólica, de transmissão de significados, a partir do que Lefebvre (1974) denomina espaços de representação. Esses configuram o espaço vivido, que compreende a experimentação do espaço pelas pessoas, através da sua vida cotidiana, onde “os sujeitos produzem suas próprias práticas e representações”. É preciso ressaltar que para Lefebvre (1974) a tríade proposta é de cunho analítico do processo de produção do espaço, dado que não é possível separar, no concreto, tais momentos. O percebido, o concebido e o vivido são momentos distintos que operam em temporalidades superpostas.

A dinâmica de produção de espaços turísticos, com a incorporação de novos espaços e o abandono parcial ou total de outros, tende a levar a constituição, dentro do tecido urbano, de áreas restritas da prática turística. Essa concentração espacial justifica-se pelo barateamento dos custos dos investimentos em infraestrutura, mas não é apenas a razão econômica que tem conduzido à formação de territórios turísticos. As fronteiras territoriais criadas visam manter o turista dentro de “espaços de fantasia” criados por campanhas agressivas de marketing (ABREU, 2010). Transforma-se a paisagem para ser consumida e criam-se tensionamentos entre os espaços concebido, percebido e vivido, uma vez que se recriam espaços à luz da lógica do emissor que geralmente entram em conflito com as práticas espaciais ali existentes.

Nos lugares turísticos formam-se áreas específicas, na lógica dos espaços concebidos, para fruição do lazer conforme o público que as frequenta e que percebe tais espaços de acordo com as necessidades/práticas advindas de seus próprios estratos sociais – os espaços percebidos nos

locais de origem – somados ao imaginário/ideário do turismo de sol e mar. Pode-se afirmar que o espaço de consumo turístico é utilizado por determinados estratos para delimitar relações sociais e que a utilização de códigos de normas restringe o acesso e a liberdade de boa parte da população aos locais de uso público (Portuguez, 2001).

A lógica de separação entre os espaços destinados ao turismo e os demais espaços do ambiente urbano tem razões específicas. O gatilho do turismo é a diferença. O turismo, como nos diz Wainberg (2003), é um encontro, um fenômeno de consumo e interação disparado pela diferença. Essa é a razão primeira da transformação dos espaços para atrair turistas. A segunda razão diz respeito à própria necessidade de infraestrutura. Como se trata da inserção de algo novo, torna-se necessária a adaptação da infraestrutura ao novo contexto, ou seja, a introdução ou remodelação de objetos técnicos que respondam à atividade turística.

Para Cruz (2002, p. 149), “a especialização no uso de territórios pelo turismo tem implicações como a exclusão social de populações locais”. Assim, a estruturação e o (re)ordenamento do espaço para o turismo causam conflitos para o residente, que em muitos casos não é contemplado no usufruto dos espaços criados. Ou seja, altera-se significativamente as práticas sociais da população autóctone, seja do espaço percebido, seja do espaço vivido, pela presença/introdução de novos objetos técnicos afeitos à prática turística.

A categoria analítica renda monopolista, proposta por Harvey (2005) pode ajudar a entender parte do fenômeno que faz com que a atividade, aqui compreendida pelas localizações à beira-mar, seja capaz de gerar fluxo de renda por muito tempo ao seu detentor.

Assim como a atividade turística e seus produtos prezam pela diferença, a busca desmesurada pela renda monopolista impõe critérios de singularidade, especialidade, originalidade, como forma de multiplicar e estender no tempo, o lucro. Nos dois casos, acreditamos, há um esforço subjacente, algumas vezes explícito, pela cisão, separação e segregação como formas de permitir tanto a exploração da atividade como a ampliação dos lucros. E se a atividade turística se baseia no consumo do espaço e do território, a referida cisão, segregação e separação nele devem ser inscritas (ABREU, 2010).

As transformações de determinados espaços urbanos, em função da atividade turística, acabam, então, por concentrar certas qualidades e infraestrutura que valorizam sua área de entorno. Essa valorização, seja pela

infraestrutura, seja pela qualidade paisagística atrai também novos empreendimentos, especialmente do setor imobiliário, como é o caso das segundas residências. Mas, indubitavelmente, foram as políticas de turismo que possibilitaram a geração de infraestrutura e que têm possibilitado a introdução de novos objetos técnicos resultando numa radical mudança das práticas sociais no litoral brasileiro, sobretudo no litoral nordestino, motivo pelo qual passamos a discorrer a seguir.

O espaço concebido: o papel das políticas públicas de turismo para a viabilização dos Empreendimentos Turísticos Imobiliários (ETIs) no litoral brasileiro

Nacionalmente, o reconhecimento do turismo enquanto importante atividade econômica teve seu maior impulso na década de 1960 quando foram constituídos significativos avanços como, por exemplo, a criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e o Conselho Nacional de Turismo (CNTur), no contexto dos quais foi definida a primeira Política Nacional de Turismo, tendo como marco legal o Decreto-Lei nº 55/66 (Araújo, 2012).

As décadas seguintes (1970/1980) foram sucedidas de novos avanços regulatórios robustecendo o turismo e reconhecendo sua importância ao nível da atividade industrial, inspirados pelo conhecido “milagre brasileiro”. Exemplo disso foi a criação, por força de Decreto-Lei, do Fundo Geral de Turismo (Fungetur) e do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), ambos na década de 1970.

De acordo com Araújo (2000), iniciou-se nos anos de 1990 a consolidação de iniciativas para a internacionalização dos mercados e facilitação do ambiente econômico com vistas à neoliberalização. As políticas nacionais de turismo obedeceram a uma trajetória alinhada com o modelo econômico global em voga e inspiradas em casos de “sucesso” irradiadas pelo mercado internacional. Essa década foi marcada por programas que conduziram o País na direção de um alinhamento global com projetos de privatizações de estatais, flexibilidade financeira e desregulamentação do trabalho formal.

Em se tratando de política regional no turismo, o Programa de Desenvolvimento do Turismo para o Nordeste, o Prodetur/NE, foi o protagonista na estruturação de territórios, atração e expansão de capital, estabelecendo as linhas de desenvolvimento econômico, via sistema creditício.

O sucesso do turismo de sol e mar, alcançado desde a década de 1980 em Cancun, no México, foi decisivo para que se estabelecesse a mesma lógica de investimento nessa região, à vista da similaridade de sua riqueza natural com praias de águas mornas, areia branca e sol o ano inteiro.

O Prodetur/NE diferentemente das políticas públicas de turismo implantadas anteriormente, teve como característica marcante a oferta de recursos para investimento em intervenções espaciais promovidas por meio do melhoramento na infraestrutura, o que contribuiu para atrair o mercado imobiliário em atuação conjunta com o turismo.

O Programa em suas duas etapas apresentava como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico com benefícios para a população de baixa renda via expansão da atividade turística, pela oferta de ocupação e renda, além da atração de investimentos. Tem-se em consideração que o Prodetur/NE visava gerar oportunidades e alcançar benefícios sociais por meio de ações de valorização e capitalização do território, valorizando a mão de obra local, ao tempo em que fomentava o ambiente de negócios. Sendo assim, a literatura sobre o Programa aponta para o êxito dos objetivos econômicos e indicam o sucesso dos investimentos com consequente incremento e dinamização do turismo em toda região. A hotelaria foi certamente um do segmentos que mais se beneficiou do aporte infraestrutural gerado pelo Programa. Com efeito, a década de 1990 registraria o avanço das redes hoteleiras internacionais de um lado, seja por meio dos hotéis convencionais, seja por meio dos resorts (Araujo, 2011, 2016). E da possibilidade de fusão dos resorts com as segundas residências, é que surgiria a concepção um novo produto no mercado turístico: os empreendimentos turísticos imobiliários.

Os Empreendimentos Turísticos Imobiliários (ETIs)

No atual estágio de valorização do capital financeiro em que as fronteiras econômicas se tornaram mais fluidas, possibilitou-se, por um lado, aos países de desenvolvimento tardio, maior atração de divisas e, por outro, facilitou-se aos investidores internacionais a entrada gradual em outras nações. Trata-se, portanto, de um imbricamento que se traduz em diversos desafios. Para Dawbor (2020), essa nova ordem econômica e financeira é muito bem aproveitada pelo mercado imobiliário e seu desafio mais eminente é o aprofundamento das desigualdades.

Igualmente, outro setor que tem intensificado a racionalidade proporcionada pelo capital fictício é o turístico e, quando associado ao imobi-

liário, atraídos por facilidades fiscais e expectativa de altíssimos ganhos financeiros, são fortes protagonistas na produção (conflituosa) do espaço (Araujo, 2011). Tal conexão se materializa em um determinado território por meio do entrelaçamento entre os meios de hospedagens, nomeadamente, os resorts, enquanto representante do turismo e, as denominadas segundas residências (em muitos casos associadas em condomínios de veraneio), representantes do mercado imobiliário.

Por um lado, após a crise financeira de 2008, os resorts apresentaram ocupação inferior em comparação à hotelaria de rede e, por outro, a atividade turística mostrou-se atrativa à construção civil por meio das segundas residências (Araujo, 2014; Sousa; Matias e Selva, 2016). É do resultado dessa união que surgiram, em território nacional, os primeiros ETIs, que tem no uso múltiplo sua maior característica, em que a maior estabilidade comercial é ofertada por parte das segundas residências, atraídas pelos empreendimentos âncoras, os resorts e a rede de serviços que lhes são agregados.

Esse modelo de negócio turístico, em contexto nacional, é predominante na região Nordeste, por razões diversas, dentre as quais sobressaem o protagonismo do Estado no provimento de infraestrutura com intenção de (i) impulsionar a atividade turística em uma região em que há historicamente pouco investimento na indústria; (ii) os cenários exuberantes; (iii) disponibilidade de terras (glebas) a preços acessíveis, especialmente para o capital internacional e (iv) mão de obra barata.

Em 2011 havia 62 ETIs, previstos ou implantados, ao longo de toda a costa brasileira, 46 dos quais se localizavam na região Nordeste (cerca de 75%), sobretudo no litoral baiano (ARAÚJO, 2011). O levantamento chama a atenção pela quantidade de empreendimentos previstos, desde a fase de projeto ou obras, à época. De acordo com o levantamento realizado por Araujo (2011), dos 62 ETIs, apenas 27 (43,5%) estavam em funcionamento e os outros 35 restantes tinham apenas previsão de lançamento, o que denota o caráter especulativo dos empreendimentos, que fica ainda mais evidente ao se analisar a origem do capital. Mais da metade (37) dos empreendimentos previstos possuíam em seus investimentos, capitais de origem internacional ou a associação do capital nacional ao capital internacional, que convencionamos denominar aqui de capital misto.

Ainda sobre a origem do capital, na procedência internacional, prevalece o capital português e espanhol, bem como o aporte por meio de fundos de investimentos, nacional e internacional. A Brazil Hospitality

Group (BHG), por exemplo, empresa nacional de capital aberto na bolsa de valores até o ano de 2014, possuía um banco de terras de 50 milhões de m² em Jericoacoara/CE (Araújo, 2011). Como já colocado, a disponibilidade de extensas áreas não urbanizadas ao longo da costa, associada ao excesso de liquidez de capital e à estabilidade econômica vivenciada nos anos 2003 – 2010, atraiu os investimentos em propriedades fundiárias visando investimento futuro, daí a grande quantidade de investimentos em fase de lançamento e/ou projeto.

Contudo, a crise internacional de 2008 e a mudança do cenário interno, observado mais fortemente a partir de 2014, levou a um reposicionamento de investimentos, fazendo com que parte dos investimentos previstos não saíssem do papel, o que necessariamente não significa dizer que as terras foram vendidas. Do ponto de vista de remuneração do capital, aguarda-se um melhor momento para a realização do investimento que, inclusive, pode não ser mais um ETI. O quadro 1 consolida o cenário de 2021 em contraste com o apresentado em 2011.

Estado	2011			2021	
	Total de ETIs	Capital I = Internacional N = Nacional M = Misto	Status C = Concluído P = Previsto	Total de ETIs	Capital I = Internacional N = Nacional M = Misto
Alagoas	2	2N	2P	1	1N
Bahia	22	9 I, 5 N, 8 M	11 C, 11 P	15	5 I, 5 N, 5 M
Ceará	9	2 I, 4 N, 3 M	5 C, 4 P	5	1 I, 2 N, 2 M
Pernambuco	7	4 I, 1 N, 2 M	1 C, 6 P	1	1 N
Rio Grande Do Norte	6	2 I, 1 N, 3 M	6P	-	-
Rio de Janeiro	7	4 N, 3 M	5 C, 2 P	4	1 N, 3 M
São Paulo	4	4N	3 C, 1 P	1	1N
Santa Catarina	5	1I, 4N	2 C, 3 P	2	2N
Total	62	18I, 25N, 19M	27 C, 35 P	29	6 I, 13 N, 10 M

Fonte: Elaborado pelos autores com base em pesquisa direta e adaptação de Araujo (2011)

Em comparação ao ano de 2011, o quadro 1 revela que dez anos depois, respondendo à crise econômica internacional de 2008, à crise política brasileira iniciada em 2016 e à crise sanitária de 2020, com a pandemia de COVID-19, muitos empreendimentos definitivamente acabaram não saindo do papel e outros acabaram por fechar suas portas. A fuga de capital internacional também ficou evidente: em 2011 eram 18 ETIs cuja origem era o capital internacional e 19, com capital misto. Em 2021, esse número reduziu para um terço em relação ao capital internacional (6 empreendimentos) e praticamente para a metade, quando em associação com o capital nacional (10 empreendimentos). A retração de investimen-

tos também é observada em relação ao capital nacional, alinhando-se à quebra de expectativa de lançamento de novos ETIs. Praticamente todos os empreendimentos que em 2011 foram sinalizados como previstos, não foram executados. Apenas o litoral baiano registra a inauguração de mais quatro empreendimentos nesse intervalo de uma década. Em contrapartida, todos os ETIs previstos para o litoral potiguar não saíram do papel.

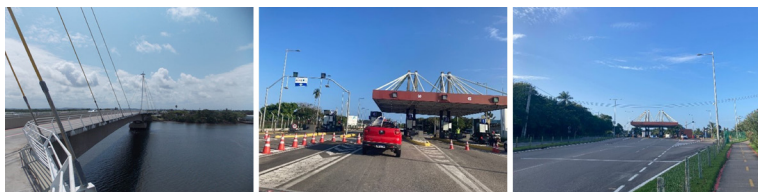
O litoral dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo apontam para o fechamento de ETIs. Em Pernambuco, embora o ETI Reserva do Paiva se mantenha, posto que a componente hoteleira permaneça em seu aspecto edilício, o tomaremos como exemplo para ponderar sobre as relações espaciais entre os espaços concebido e percebido.

As dicotomias entre o percebido e o concebido: um caso exemplar

O ETI Reserva do Paiva ocupa uma área de mais de 10 milhões de m² no município de Cabo de Santo Agostinho. Seus investidores iniciais foram o grupo Brennand (proprietário fundiário), a construtora Odebrecht e o grupo de investimento português Promovalor. O empreendimento, com investimento estimado na ordem de R\$ 1,6 bilhão, ocupa 8,5km de faixa litorânea e previa a construção de 2 hotéis de bandeira americana (Sheraton e Four Seasons), residências, prédios de apartamentos, prédios empresariais, centro de compras, supermercados, escolas e um centro médico (Araujo, 2016).

Sob a ótica do espaço concebido, o Reserva do Paiva é vendido pelos promotores imobiliários como um bairro 100% planejado. De fato o foi e teve no governo de Pernambuco, por meio do aporte do Prodetur/NE a viabilização do acesso à praia do Paiva expressa pela construção de uma ponte sobre o rio Pirapama e a estrada parque (Figura 1), financiada pelo Prodetur/NE, interceptada por duas praças de pedágio, ao norte e ao sul do empreendimento, conforme identificadas nas Figuras 2 e 3.

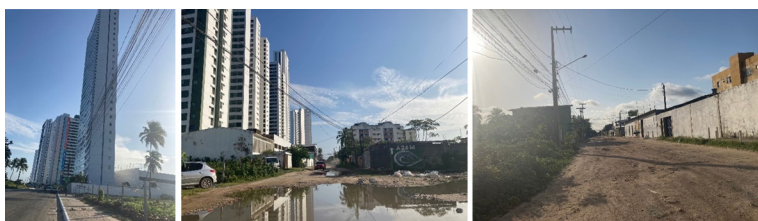
Atualmente, o Paiva conta com o condomínio de casas, 4 condomínios de apartamentos, 1 centro empresarial ocioso, 1 colégio particular, 1 drogaria, 1 posto de gasolina. O hotel Sheraton, administrado pela rede Marriott, encerrou suas atividades em junho de 2020, coincidindo com o recrudescimento da pandemia da Covid-19.



Figuras 1 a 3: Ponte de acesso ao Paiva e praças de pedágio; Fotografia: os autores, 2021

Esse cenário planejado e idealizado para as classes média e alta da Região Metropolitana de Recife, tem nos pedágios o apartheid físico das distintas produções de espaço entre o Paiva, ao sul, a praia de Itapuama e ao norte, o bairro de Barra de Jangada.

Sem saneamento adequado, com ruas de terra e habitações precárias, Barra de Jangada é a porta de entrada para o Paiva, para quem vem de Recife. Os prédios de grande altura alinhados à via principal se propõem a integrar morfologicamente com o empreendimento além rio mas, sobretudo, escondem, como um verdadeiro muro edílico, o traçado espon-tâneo, o saneamento e as habitações precárias que são predominantes no bairro, conforme emolduram as Figuras 4 a 6.



Figuras 4 a 6: Paredão de prédios à beira-mar que escondem a precariedade do saneamento e características morfológicas do entorno; Fotografia: os autores, 2021.

Ao sul, pela faixa litorânea, a ocupação se dá por meio de loteamentos de segundas residências e de uma urbanização litorânea que prevê recuos para estacionamento de veículos e áreas para convivência (figura 7), tendo na praia de Itapuama o seu limite de encontro à praia do Paiva delimitado pelo pedágio (como demonstrado na figura 3) e também por um muro que separa simbolicamente as duas praias e faz a distinção do público que as frequenta (Figura 8).

Em que pese que o padrão habitacional da praia de Itapuama também não seja representativo do padrão de moradia do município do Cabo, que



Figuras 7 e 8: “Divisão” entre as praias de Itapuama e Paiva; Fotografia: os autores, 2021

possui cerca de 48% de seus domicílios em condições precárias², percebe-se uma cisão clara na morfologia e padrão construtivo de ambos os espaços. Não há costura entre Paiva e Itapuama: o espaço da praia do Paiva foi concebido para um morador de alta renda, ao passo que a praia de Itapuama pode abrigar a diversidade de usuários. Se simbolicamente, um usuário desavisado não perceber tal distinção, o muro na faixa de areia, sinaliza a questão.

Brevíssimas considerações

A produção do espaço pelo turismo está sempre em movimento e sob a ótica da financeirização, a inversão de capital para o espaço construído tende a ser um bom negócio desde que caiba ao Estado a provisão das infraestruturas, restando ao mercado a implantação dos empreendimentos e obviamente, auferir o lucro do investimento. Nessa lógica de relação, a fusão entre componente hoteleira e a imobiliária, os ETIs, parecem ser um bom negócio à medida que traz giro de capital associado à marca e expertise da gestora hoteleira.

Nessa perspectiva, entende-se que o litoral brasileiro, sobretudo a região Nordeste por ainda apresentar extensas faixas à beira mar com ocupação dispersa, tem sido um lugar atraente para essas inversões de capitais que, ancoradas nas políticas públicas de turismo e os financiamentos decorrentes, deram espaço para o surgimento dos ETIs.

De 2008 para cá, o capital tem literalmente flutuado na forma de acumulação, ora gerando excesso de liquidez, ora gerando retração. O balanço

² De acordo com os dados do último censo demográfico do IBGE, de 2010, o município de Cabo de Santo Agostinho possuía 53.435 domicílios ocupados, dentre os quais 25.431 eram considerados subnormais. Do universo de 184.392 pessoas, 87.990 vivem em domicílios precários (IBGE, 2010).

entre investimento, inauguração e fechamento de ETIs, sobretudo de sua componente hoteleira, demonstram claramente tal movimento que atesta a fuga de capitais, no momento de retração – restando o passivo edifício ao território, bem como a fluidez do capital – que se desloca para novas oportunidades de investimento assumindo que as terras à beira-mar sempre indicam renda de monopólio. Trata-se do espaço concebido pelo capital, referendado pelo Estado e que se aparta da lógica do percebido e consequentemente do vivido, posto que enxerga no território tão somente a possibilidade de inversão de capital. Resta saber quando teremos um Estado que regule pensando não somente a favor dos interesses do mercado, mas numa lógica de ordenamento territorial que contemple o espaço de forma harmônica, numa relação entre o concebido e o vivido/percebido e, que, portanto, não conduza a processos de exclusão e/ou fragmentação do espaço.

Referências

- Abreu, L. M. (2010). Uma “viagem” de inclusão: turismo, desenvolvimento e território. Tese de doutorado. IPPUR. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Araújo, T. B. (2000). Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2, p. 9-9.
- Araujo, C. P. (2011). Terra à vista! O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Araujo, C. P. (2012). Da Embratur à política nacional de turismo. Pós. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, 19(31), 146-163.
- Araujo, C. P. (2014). Investimentos imobiliários e meios de hospedagem. In: VARGAS, H.C. ARAUJO, C.P. *Arquitetura e Mercado Imobiliário*. Barueri, São Paulo, Manole, 2014, pp. 245-268.
- Araujo, C. P. (2016). Paraísos à beira-mar: os empreendimentos turísticos imobiliários. In: VARGAS, H.C. PAIVA, R.A. *Turismo, arquitetura e cidade*. Barueri, São Paulo, Manole, 2016, pp. 111-132.
- Brandão, C. A. (2007). Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp.
- Cruz, R. de C. A. da. (2002). As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, Eduardo. *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto.
- Cruz, R. de C. A. da. (2007). *Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Rocca.

- Dowbor, L. (2020). Crise sistêmica: a economia desgovernada. *Brazilian Journal of Development*, 6(6), 36480-36501.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Lefebvre, H. (1974). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- Lefebvre, H. (2001). *Le droit à la Ville*. São Paulo: Centauro.
- Portuguez, A. P. (2001). *Consumo e Espaço – Turismo, Lazer e Outros Temas*. São Paulo: Roca.
- Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.
- Souza, J. (2020). *A guerra contra o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Sousa, P. G. D., Matias, E., Selva, V. S. (2016). Do turismo residencial aos Complexos Turísticos Imobiliários: a apropriação da zona costeira do nordeste brasileiro pela atividade turística imobiliária. *Ambiente & Sociedade*, 19, 177-198.
- Wainberg, J. A. (2003). *Turismo e Comunicação – A indústria da diferença*. São Paulo: Contexto.

Geografia, Género e Interseccionalidade

Ana Carolina Ferraz dos Santos

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Margarida Queirós

Universidade de Lisboa

Uma pessoa pode ficar entusiasmada com ideias sem mudar nada. As pessoas estão dispostas a pensar sobre ideias. O que se recusam fazer, ou não têm permissão para fazer, ou resistem fazer, é mudar a maneira como pensam (adaptado de Andrea Dworkin em *Woman Hating*, 1974, p.202).

Introdução

Mulher, mãe, negra, favelada, bissexual, feminista, socióloga, defensora dos direitos humanos. Assim se apresentava Marielle Franco. Eleita em 2016 como a quinta vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro, Marielle representava simultaneamente muitas coisas. E a complexidade do lugar socioespacial que ela ocupava refletiu-se na sua breve trajetória política – e de vida – brutalmente interrompida quinze meses após o início do seu mandato, por um crime ainda hoje sem desfecho.

Marielle Franco foi, até à sua morte, a síntese do termo interseccionalidade, conforme afirmou Sueli Carneiro, em entrevista ao projeto *Vozes Urbanas* (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q0J5iek-siD8>). E os exemplos da sua atuação política demonstram que o seu curto mandato parlamentar não foi alheio à perspetiva de género, raça/etnia e classe social na formulação de propostas de políticas públicas. A demonstrá-lo permaneceram dezasseis projetos de lei que Marielle apresentou (como por exemplo, os Projetos de Lei nº417/2017: *Assédio Não é Passageiro*; nº17/2017: *Espaço Coruja, espaço Infantil Noturno*; nº288/2017: *Dia Municipal de Luta Contra o Encarceramento da Juventude Negra*). A interseccionalidade que explorou na sua atuação política, evidenciou o cruzamento da cor da pele, idade, classe social e género, enquanto marca-

dores centrais a ter em conta no planeamento de problemáticas que ocorrem no espaço urbano. A partir da realidade do Rio de Janeiro, os projetos de lei de Marielle Franco foram propostas para a garantia ao direito à cidade procurando, nomeadamente, resolver os desafios da mobilidade inclusiva em transportes públicos, das jovens mães residentes em favelas, com baixos rendimentos e incapacitadas na conciliação trabalho-cuidado, e ainda das disparidades da criminalização de pessoas jovens e negras, e do seu acesso a direitos fundamentais, como a mobilidade, o emprego, o rendimento, e a não violência.

A luta de Marielle tem um forte historial na sociologia, mas as geógrafas não ficaram alheadas do conceito de interseccionalidade e, inclusive, preocuparam-se em desenvolver ferramentas para operacionalizar o seu estudo. Gill Valentine (2007: 11) mencionava que “o feminismo surgiu na academia em conjunto com outros movimentos sociais que queriam mudar as desigualdades de poder resultantes do racismo, do patriarcado e da exploração de classe”. A autora menciona ainda que “os primeiros trabalhos feministas dentro da geografia desafiaram a disciplina por não incorporar adequadamente as mulheres como sujeitos de investigação e pela falta de mulheres na profissão”. No mesmo sentido, Silva e Silva (2014: 17) referiam que “há muito tempo as geografias feministas denunciaram que a Geografia é hegemonicamente masculina, branca, ocidental, heterossexual e elitizada”.

Uma das primeiras publicações em Geografia, apontando para a importância das análises feministas, mas também criticando as suas limitações, é da autoria de Rickie Sanders (1990: 229), ao expor a ausência da integração das mulheres pobres e negras nos estudos feministas apontando, portanto, a lacuna no reconhecimento da relação entre raça, classe e género. Outra publicação relevante a identificar-se com a ideia de constituição mútua das desigualdades – também em torno do género, raça e classe – surge com Susan Ruddick, em 1996, seguindo as trajetórias de investigação de ativistas negras e feministas responsáveis pelo desenvolvimento do conceito (ver Patricia Collins, 1990 e Kimberlé Crenshaw 1989, 1991). Desde então, multiplicaram-se pesquisas nas Geografias feministas adotando a perspectiva dos múltiplos eixos da diferença e da opressão, evidenciando que ao ignorar esta linha de investigação se corre o risco de reproduzir uma ciência “branca, colonialista e masculinizada” (Hopkins, 2018: 586).

Cerca de 30 anos depois, Mollett e Faria (2018: 566) advogam que a abordagem interseccional em Geografia, é simultaneamente um conceito teórico, processo e epistemologia profundamente espaciais, particularmente quando lido por meio de um engajamento com o pensamento feminista negro, que tem procurado demonstrar a violência cruzada do racismo, do patriarcado, da heteronormatividade e do capitalismo, constituintes de uma formação espacial. Esta abordagem revela as formas através das quais as opressões estruturais dentro dos sistemas (i.e., legal, imigrante, escolar, carcerário) são mantidas, vividas, reproduzidas e expressas em lugares específicos.

Com estes exemplos queremos evidenciar que as Geografias feministas têm dado uma contribuição importante no aprofundamento da aplicação do conceito e das metodologias para o seu estudo, sobretudo no contexto espacial (ver Rodó-de-Zarate, 2014) revelando, por um lado, a importância do lugar na formação das interseções entre diferentes desigualdades e relações de poder, mas alertando, por outro, que muito ainda está por explorar ao abordar a perspectiva da interseccionalidade, especialmente quando se trata de entender o papel do espaço e a adequação das escalas.

O conceito de interseccionalidade tem sido reconhecido como valioso nas análises de diferenças. Ao longo do tempo, as definições de interseccionalidade e a sua aplicação como ferramenta analítica expandiram-se. Embora o uso crescente da interseccionalidade seja empolgante e deva ser incentivado para descentralizar a “normatividade”, devemos ter cuidado ao usar o conceito para não corrermos o risco de o empregar de forma inconsistente e ambígua (Jordan-Zachery, 2007). No âmbito deste capítulo apresentamos, então, o debate contemporâneo da interseccionalidade e a sua importância enquanto ferramenta analítica útil para abordagens sobre questões urbanas.

Interseccionalidade: contextualização do conceito

O termo interseccionalidade não se apresenta facilmente pelo que a metáfora utilizada por Crenshaw (2002) ajuda muito à sua explicação: o racismo, o patriarcado e a opressão de classe constituem avenidas que estruturam os terrenos sociais, económicos e políticos. É comum pensar nestas vias como distintas e mutuamente excludentes. No entanto, tais estruturas (de poder) sobrepõem-se frequentemente, criando complexas interseções em que dois, três ou mais eixos se atravessam. Por consequ-

ência, pessoas localizadas no cruzamento destas avenidas estão mais suscetíveis a serem atingidas pelo intenso fluxo do tráfego. Assim, Crenshaw (2002: 117) afirma:

As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas.

A interseccionalidade pode então ser definida como uma ferramenta analítica que considera “as categorias raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e idade – entre outras – interrelacionadas e moldam-se mutuamente” (Collins e Bilge, 2021: 15-16).

Não é fácil tornar inteligível a história das análises sob as “lentes” da interseccionalidade, dado o risco de cair em explicações demasiado simplificadas ou privilegiar algumas perspectivas e autores/as em detrimento de outros/as. Na impossibilidade de cumprir aqui esta tarefa, destacamos alguns elementos relevantes para a compreensão do percurso teórico da interseccionalidade: 1) a emergência do conceito no início da década de 1990 na esfera acadêmica; 2) a importância do pensamento feminista na formulação das suas principais ideias sobre relações de poder; 3) a sua adoção enquanto ferramenta analítica (e não apenas enquanto um termo) em diferentes áreas do conhecimento, no âmbito das ciências sociais, sendo que recentemente se coloca a ênfase “no que faz e não no que é” (Mollett e Faria, 2018: 567 citando Cho, Crenshaw e McCall, 2013: 795).

O termo interseccionalidade foi cunhado entre as décadas de 1980 e 1990 pela estudiosa de direito afro-americana, Kimberlé Crenshaw, para abordar a discriminação e violência sofrida por mulheres negras nos Estados Unidos. No entanto, considerar que as análises que usaram a perspectiva da interseccionalidade começaram a partir do momento em que o conceito foi designado, significa ignorar toda uma história de contestação do ativismo social que contribuiu para a formulação das principais ideias na sua base. Carastathis (2016) e Collins e Bilge (2021) situam a trajetória da interseccionalidade como uma práxis de movimentos sociais dos Estados Unidos, antes mesmo de ser incorporada como lente de investigação no meio acadêmico. Também no Brasil, o processo foi idêntico, como retrata Sueli Carneiro (2017: 18):

Eu nunca usei esse conceito porque eu sou muito anterior à emergência dele, embora os sentidos que ele carrega estejam presentes nos meus textos e de outras mulheres negras da minha geração. Quando Crenshaw chegou com esse debate da interseccionalidade, eu já estava com essa concepção consolidada de feminismo negro.

Um episódio marcante deste percurso histórico da interseccionalidade é o clássico discurso que a ex-escrava Sojourner Truth proferiu em 1851 na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Ohio, no qual questiona: “Não serei eu mulher?” (Ain’t I a Woman?). Esta pergunta, situada entre a luta pela abolição da escravatura e as reivindicações do emergente movimento sufragista que marcaram os feminismos da primeira vaga, retrata a singularidade das experiências de mulheres negras, desafiando assim as noções essencialistas sobre o que é “ser mulher”. Esta crítica é abordada por Angela Davis (2016: 17-18) sobre a crescente ideologia da feminilidade do século XIX que “ênfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para com os seus maridos, sendo as mulheres negras praticamente anomalias”. A este respeito hooks (2020: 50) vai mais longe na crítica ao movimento feminista – sem o procurar desvalorizar, mas para o enriquecer – ao afirmar que:

Enquanto grupo, as mulheres negras estão numa posição invulgar na sociedade, pois não só estamos coletivamente no fundo da escala profissional como o nosso estatuto social é, em regra, mais baixo do que o de qualquer outro grupo. Ao ocuparmos esta posição, sofremos as consequências da opressão sexista, racista e classista.

De igual forma, Mary Church Terrell, Anna Julia Coper e Amanda Berry Smith representam o rompimento com anos de silêncio registando as suas experiências, lutando pela igualdade racial muito antes do conceito estar cunhado (hooks, 2018).

A perceção acerca do entrelaçamento de distintas formas de desigualdade demonstrada por mulheres abolicionistas nos Estados Unidos, em meados do século XIX, só alcançará maior visibilidade com o ativismo social que marcou a segunda metade do século XX, através dos movimentos anticoloniais, da luta pelos direitos civis da população negra, dos protestos estudantis e de trabalhadores/as, da contracultura e do movimento hippie, do movimento LGBT, do ambientalismo, e da luta contra os governos militares e ditatoriais na América Latina.

Esta diversidade de agendas caracterizou também as lutas feministas da segunda vaga. Conforme contextualizado por Zirbel (2021), as mulheres, nas suas distintas posições sociais e experiências, vivenciam a opressão de variadas maneiras, o que origina diferentes reflexões e práticas do feminismo. Ao integrar as suas questões dentro dos referidos movimentos sociais, as lentes da interseccionalidade são usadas nas elaborações teóricas dos feminismos negros para expor a complexidade dos processos discriminatórios, materializando-se também em projetos políticos. Um importante exemplo deste ativismo é representado pelo Combahee River Collective, um coletivo de feministas negras e lésbicas formado em Boston, em 1974, que expôs a necessidade de combater as múltiplas e simultâneas opressões enfrentadas pelas mulheres negras (Pereira e Gomes, 2019). No seu Manifesto (1977: 197), o grupo declara que “estamos ativamente comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe; encaramos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de análise e práticas integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados”.

Diante da preocupação com um apropriado reconhecimento das suas origens, Collins e Bilge (2021: 97) apontam também para a importância desempenhada por outros grupos de mulheres racializadas:

Nos Estados Unidos, as afro-americanas faziam parte de alianças heterogêneas com mexicanas, latinas, indígenas e asiático-americanas. Embora as experiências e os movimentos sociais que elas criaram ou aos quais aderiram tivessem formas diferentes, esses grupos foram os primeiros a reivindicar a interconectividade de raça, classe, gênero e sexualidade nas suas experiências quotidianas, bem como a importância dessa análise interseccional para suas aspirações políticas.

No contexto britânico, Avtar Brah e Ann Phoenix (2004) demonstram que ocorreu também uma coligação política de mulheres de origem africana, caribenha e do sul da Ásia, concretizada inclusive em organizações como a Organisation of Women of Asian and African Descent (OWA-AD), formada em 1978, que promovia análises sobre a articulação do racismo, classe e gênero em mulheres não-brancas.

Collins e Bilge (2021: 105) explicam que nas décadas de 1980 e 1990, em resultado da proliferação de movimentos sociais das décadas anteriores que demandavam por justiça através da inclusão, ativistas passaram a ocupar cargos em universidades, empresas e agências governamentais, promovendo a interseccionalidade como forma de investigação e prática.

Angela Davis, bell hooks, Stella Dadzie, Suzanne Scafe, Gloria Anzaldúa, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro são exemplos de figuras importantes dos feminismos negros que levaram para a academia a investigação nas “interseções” desenvolvendo, embora não sem resistências e desafios, uma produção intelectual baseada na conectividade de sistemas de poder.

Apesar da interseccionalidade ter a sua trajetória associada aos estudos feministas, de género e sobre as mulheres, a flexibilidade é uma característica marcante deste conceito e ferramenta analítica, permitindo sua adaptação para atender a uma diversidade de contextos e finalidades. Ao abordar a interseccionalidade como investigação crítica, Collins e Bilge (2021: 53-64) mostram como esta noção revitalizou vários domínios do conhecimento, como a justiça criminal, saúde pública, educação e economia, fomentando novas questões e olhares, catalisando interpretações renovadas acerca de temas como o ecofeminismo, diáspora/migração, violência doméstica, mercado de trabalho globalizado, direitos reprodutivos, segurança pública, políticas de encarceramento em massa, entre outros.

Uma vez que a discussão sobre o conceito se encontra consensual, a sua relação com a ciência geográfica faz-nos questionar: como as geógrafas feministas têm incorporado a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica e metodológica? Qual é o papel do espaço enquanto dimensão dos estudos interseccionais? Que perspectivas desafiantes esta abordagem pode trazer para o estudo das questões urbanas?

Geografia e Interseccionalidade – a espacialidade da abordagem interseccional

Cruzamento, margem, periferia: as metáforas espaciais estiveram sempre presentes no pensamento do feminismo negro, revelando assim a espacialidade intrínseca à noção de interseccionalidade (Mollett e Faria, 2018: 570-571). Para ilustrar esta perspectiva, utilizamos a análise feita por Mollett e Faria (2018), do precursor artigo de Crenshaw, de 1991. Segundo as autoras, Crenshaw (1991) explica como as opressões estruturais existentes nos sistemas legais relativos à imigração e ao encarceramento no contexto do sistema capitalista são expressas, mantidas e reproduzidas por meio de espaços específicos, como os estabelecimentos prisionais, as fábricas, e as casas de abrigo. A análise da violência experienciada por mulheres racializadas e imigrantes, assinala conexões entre escalas espaciais – do corpo, à casa e ao Estado. Todavia, apesar desta relação, o espaço ra-

ramente é concebido como constitutivo das relações interseccionais (Rodó-de-Zarate e Baylina, 2018; Hopkins, 2018). No sentido de aprofundar o conhecimento sobre esta relação, é nossa intenção refletir sobre a componente espacial na abordagem da interseccionalidade e, como tal, iremos focar duas questões relevantes: a importância do lugar para a compreensão das identidades enquanto elementos situados, e a relevância do espaço na contextualização das análises interseccionais. Por fim, apresentaremos também um instrumento metodológico que busca abordar a interseccionalidade em uma dimensão espacial.

Interseccionalidade, identidade e lugar

Será uma pessoa localizada na interseção de três sistemas de opressão – mulher, negra e com deficiência, por exemplo – mais oprimida do que uma pessoa que estaria situada na interseção de apenas dois daqueles sistemas? Esta pergunta, feita por Valentine (2007: 13), chama atenção para o perigo essencialista de associar a interseccionalidade a uma adição de formas de opressão, em que as identidades são interpretadas como um conjunto separado e fixo de diferenças, apenas acrescentadas umas às outras.

Segundo Kathryn Woodward (2000), a crítica a esta noção de ‘essencialismo identitário’ tem sido apontada desde os anos 1960 pelos ‘novos’ movimentos sociais que alertaram para as identidades não estarem “presas” a diferenças que seriam permanentes e válidas para todos os contextos históricos e sociais. Woodward (2000: 37) explica que o desafio desses movimentos em questionarem a fixidez das identidades, envolve tanto o essencialismo que associa a identidade a uma categoria natural, enraizada na ‘verdade’ da biologia, como também implica um essencialismo que compreende a identidade enquanto categoria unificada, histórica e cultural, fundamentada na ‘verdade’ da tradição e de um passado histórico.

Como forma de entender como as pessoas vivenciam simultaneamente o gênero, a raça e a classe social, Candace West e Sarah Fenstermaker (1995) concebem as dinâmicas entre estas categorias/eixos como uma realização interrelacional e situada. Isso significa que as identidades não são apenas atributos individuais, elas são estabelecidas nas interações humanas, não podendo ser concebidas fora dos seus contextos. Esta reflexão torna possível estudar como a simultaneidade entre estas categorias “assume importância social, como varia na sua relevância e consequência, e como opera para produzir e manter o poder e a desigualdade na vida social” (West e Fenstermaker, 1995: 22). Logo, modelos aditivos ou mul-

tipicativos de categorias identitárias não são suficientes e relevantes, uma vez que as realizações simultâneas de género, raça e classe são diferentes em termos de conteúdos e resultados, e uma mesma categoria identitária pode ter significados diferentes para as pessoas nela envolvidas nos seus contextos de vida. Com efeito, ao analisar os laços entre as identidades e a interseccionalidade, Collins e Bilge (2021: 200) afirmam:

Muitos estudos interseccionais defendem essa perspetiva sobre a subjetividade humana que flui com cuidado na interação entre as determinantes sociais e a agência individual: em geral pessoas manifestam combinações variadas das suas múltiplas identidades de género, sexualidade, raça, etnia e religião em situações diferentes. E o contexto social é importante na maneira como as pessoas usam a identidade para criar espaço de liberdade pessoal.

Nesta compreensão das identidades como elementos situados está implícita a dimensão espacial; todavia, como ressaltado por Valentine (2007: 14), a teorização da interseccionalidade tem prestado pouca atenção ao significado do espaço nos processos de formação dos sujeitos e o seu papel no processo de negociação das identidades. Joseli Maria Silva (2014: 116) sublinha que “o conceito de interseccionalidade tem sido muito útil para compreender as experiências espaciais das pessoas e os jogos que elas realizam com os vários eixos identitários (género, sexualidade, raça, idade, etc.), escondendo uns e exacerbando outros, em diferentes espacialidades temporais”. No mesmo sentido, ao abordar as identidades homossexuais, Eduarda Ferreira (2011: 43) ilustra a importância do espaço neste “jogo identitário”:

As marchas de orgulho, as vizinhanças auto-organizadas com ambiente amigável para gays e lésbicas, os espaços públicos específicos anunciados como seguros e livres de discriminação, bem como as negociações de identidade relacionadas com os espaços (assumir a orientação sexual apenas em locais específicos) têm como fator comum a dimensão espacial.

A este propósito, merece uma especial referência Janice Monk (1994) que procurou estimular o debate acerca da importância da ideia de lugar [no sentido de Tuan (1983), em que o espaço se transforma em lugar à medida que adquire definição, significado e valor] nos estudos feministas, ao afirmar que “desde a sua emergência, nos anos 1970, a geografia feminista tornou-se um empreendimento internacional” (Monk, 1994: 278). Porém, apesar da crescente partilha de conhecimento e experiências dos quotidianos das mulheres em todo o mundo, subsiste uma diversidade nas aborda-

gens e orientações e pouca atenção é dada às diferenças ou conexões entre lugares, apesar do lugar ser uma categoria fundamental para a geografia (“diferentes lugares, diferentes vozes” – Monk, 1994: 282). Chama ainda a atenção para os silêncios que subsistem nas geografias feministas e questiona se refletem condições, culturas e estruturas de poder diferenciadas. Mais importante ainda, são as suas considerações finais sobre a importância de “incorporar nas nossas visões espaciais interpretações das formas através quais os contextos sociais, políticos e culturais moldam as direções da investigação geográfica” (Monk, 1994: 285).

Apesar deste alerta de Janice Monk, nos anos 1990, os estudos que hoje abordam a interseccionalidade em geografia ainda carecem de uma reflexão semelhante. A constituição dos sujeitos por meio de identidades diversas implica que estejam localizados em diversos lugares onde se estabelecem significados e complexas relações de poder. E apesar dos importantes desenvolvimentos registados desde então, ainda crescem a esta reflexão as limitações das tradicionais análises dicotômicas espaciais – local/global, centro/margem, público/privado – uma vez que não permitem expor realidades socioespaciais multidimensionais, contingentes e fluidas (Silva e Silva, 2014).

A superação desta abordagem dicotômica foi avançada por Gillian Rose (1993) ao propor a noção de “espaço paradoxal” - de acordo com a multiplicidade de identidades e com os jogos de poder vigentes, os sujeitos podem constituir-se como ‘centro’, ocupando a posição da força hegemónica, ou como ‘margem’, compondo os sujeitos oprimidos/subalternos. A concepção do espaço proposta por Rose contempla a “plurilocalidade” dos sujeitos que não estão fixos nas suas posições de centro e margem, mas permanentemente tensionados entre ambos pelas relações de poder e de resistência. Podemos pensar nesta concepção através de um exemplo fornecido por Silva (2014: 105):

Uma mulher branca, rica, com alto grau de escolaridade, pode ter mais vantagens nas relações de poder do que um homem negro e pobre. Mas tudo depende da relação espacial desenvolvida. Uma mulher branca rica andando por uma rua em um período à noite pode ser mais vulnerável a sofrer um assalto ou uma violação do que um homem negro na mesma condição.

Rose (1993) afirma ainda que o poder nunca é exercido de forma absoluta e, por isso, há que se considerar também as resistências e transgressões à ordem instituída. Também aí reside o espaço paradoxal, uma vez que esta noção comporta um potencial subversivo (Silva, 2014: 108):

De um lado, o espaço compõe as representações sociais hegemônicas dos géneros, das sexualidades e racialidades. Mas de outro, é um elemento de subversão dessas mesmas representações, pois é por meio das ações espaciais concretas desempenhadas pelos seres humanos que se dão as contínuas transformações da realidade socioespacial.

Podemos pensar sobre este potencial subversivo através dos banheiros públicos que refletem a lógica do padrão binário masculino e feminino (quase) omnipresente nas cidades. No entanto, mudanças em torno dos papéis de género geram também transgressões a esta forma de organização, como exemplifica Silva (2014: 108):

A prática de homens pais de cuidar das suas filhas pequenas gerou a necessidade de criação dos ‘banheiros família’ em muitos estabelecimentos de lazer. Isso porque os homens que passaram a exercer tarefas de cuidados, anteriormente restritas às mulheres, subverteram a lógica binária de organização dos banheiros.

Este debate demonstra que existe um processo de constituição mútua entre o lugar e as identidades sociais, e as complexidades de tais relações escapam à lógica binária na abordagem espacial. Essencialmente, influencia a concepção de interseccionalidade, que não deve simplesmente ser pensada através das metáforas matemáticas de adição ou multiplicação de categorias identitárias, e ainda as metodologias adotadas, colocando às geografias feministas desafios para reflexão.

Construções multifacetadas das análises interseccionais

Entender a interseccionalidade como uma realização situada e reconhecer a natureza fluida e instável das interseções entre categorias/eixos de identidades múltiplas, pressupõe que as mesmas não sejam experimentadas de forma pacífica, mas ajuda a superar o determinismo de identidades que classificavam os sujeitos em categorias binárias fixas – como oprimidos/opressores (Valentine, 2007). Porém muitas inquietações permanecem. Quais e quantas categorias são necessárias para serem consideradas numa análise interseccional? A quantidade de categorias utilizadas em estudos interseccionais tem relação com a qualidade da análise realizada, isto é, um estudo que emprega género, raça e classe fornece uma melhor abordagem do que outro que utiliza apenas género e classe? Priorizar uma categoria sobre outras, por exemplo, evidenciar o género em relação à raça e classe? Como estabelecer um limite analítico no campo interseccional diante das infinitas possibilidades de articulação de categorias?

Embora não existam respostas simples àquelas questões pertinentes, apontamos seguidamente algumas possibilidades colocadas por diversos trabalhos úteis para as geografias feministas (conscientes de que não esgotamos o tema). Apesar da dificuldade em separar as interseções de diferentes categorias, vários estudos procuraram fazê-lo usando diagramas de Venn (representação gráfica de conjuntos onde se evidenciam, por exemplo, relações de inclusão, união e intersecção) para modelar identidades sobrepostas (ver por exemplo, Trauth et al., 2012). Muito usados na área do direito, a interseccionalidade é representada através de diagramas de Venn (MacKinnon, 2013), porém estes descuram o papel dos lugares onde as interseções se evidenciam e cruzam.

Uma outra proposta metodológica é apresentada por Valentine (2007) que alerta para a importância da investigação empírica situada (*empirically grounded research*) para desenvolver o conceito de interseccionalidade. A autora propõe narrativas ou conjuntos de histórias enquanto abordagem para pesquisar a interseccionalidade, destacando a importância do lugar: a partir da experiência vivida, explora-se a relação entre subjetividades, materialidades e competências corporais (por ex., as identificações/desidentificações e discontinuidades específicas nas identidades que emergem para uma pessoa em determinados momentos temporais e contextos espaciais). A autora ilustra, através de uma série de histórias da vida de uma mulher branca de meia-idade (Jeanette – pseud.) como género, sexualidade, classe social, maternidade e surdez (abordada enquanto deficiência sensorial, mas também como identidade linguística/cultural) se desdobram em diferentes contextos espaciais e momentos biográficos. Destaca o movimento que as pessoas experienciam em diferentes posições identitárias, que podem ser reivindicadas ou rejeitadas, relevantes ou irrelevantes, acentuadas ou escondidas, dependendo do contexto espacial/do lugar e dos momentos particulares da vida. Valentine demonstra assim que o lugar onde a pessoa está é constitutivo da sua identidade, de modo que ela se compreende de maneira diferente de acordo com a sua experiência quotidiana e significados atribuídos aos lugares (na escola, em casa, no ambiente de trabalho, na comunidade). Acrescentaríamos que estudos sobre as atividades humanas que se desenrolam no espaço-tempo têm sido desenvolvidos pelas geógrafas feministas. Muitos destes estudos focam a ‘genderização’ da mobilidade (e da permanência) ou as microgeografias dos corpos em movimento no quotidiano urbano. Mas a abordagem da mobilidade não tem sido aprofundada através da perspectiva interseccional sendo que, por exemplo, uma simples caminhada na cidade, pode constituir um conjunto

de experiências muito distintas, de dia ou de noite, tanto para diferentes pessoas, como para a mesma pessoa, de acordo, por exemplo, com a cor da pele, género, idade, necessidades especiais (Queirós et al., 2019).

Peter Hopkins (2018) destaca Julia Jordan-Zachery (2007: 257-258), a qual afirma que “embora a interseccionalidade tenha provado ser um conceito útil para a compreensão da diferença, enfrenta muitos desafios que incluem: por um lado, o de compartimentar a curiosidade pessoal, política e intelectual e, por outro, o de apenas contar a história de comunidades marginalizadas, principalmente de mulheres negras”. Ora, as comunidades marginalizadas de mulheres negras têm uma existência espacial; basta atender aos processos de segregação espacial de base racial e socioeconómica nas cidades. Embora, este seja um aspeto importante da interseccionalidade, a autora revela preocupação sobre as análises descritivas que ignoram o quadro de libertação/político da interseccionalidade (uma vez que desafia as estruturas de poder existentes e se o seu uso não se destinar a libertar grupos marginalizados, pouco efeito terá). A autora refere ainda um conjunto de pesquisas qualitativas utilizadas no trabalho interseccional, incluindo análise de conteúdo, narrativas biográficas e entrevistas em profundidade.

Rodó-de-Zárate e Baylina (2018: 551) defendem que o tipo de análise a ser seguido, incluindo que intersecções de categorias devem ser visibilizadas, é uma decisão de quem desenvolve a investigação, procurando-se utilizar as principais potencialidades da abordagem interseccional de modo a servir os objetivos, contexto e referenciais teóricos considerados. Para tal, Rodó-de-Zarate (2014, 2015) propõe um instrumento para recolha e análise de dados empíricos sobre a interseccionalidade que designou de ‘mapas de relevo’ (relief maps)¹. Um relief map é simultaneamente uma proposta metodológica para analisar dados numa perspetiva interseccional, uma forma de representação visual, e uma conceptualização da interseccionalidade em si (Rodó-de-Zárate, 2014: 927). Através dos ‘mapas de relevo’ é possível identificar as diversas experiências vividas por uma pessoa de acordo com o lugar frequentado e as estruturas de poder con-

¹ A designação tem como objetivo destacar dois significados da palavra relief em inglês: o primeiro refere-se ao relevo, uma alusão às colinas da ferramenta, isto é, as curvas de acentuação que mostram os lugares de opressão, onde o medo, o controlo e a discriminação ganham destaque; e o segundo significado refere-se ao alívio, uma alusão aos vales da ferramenta, isto é, os lugares que se destacam pela sensação de conforto. Assim, a nomenclatura relief map mostra o dinamismo e a mobilidade das relações de poder enquanto experiências espacializadas. Esta ferramenta é disponibilizada de forma digital no website <https://reliefmaps.cat/pt/>.

sideradas. Esta ferramenta relaciona três dimensões: a social (onde são especificadas estruturas de poder), a geográfica (em que são selecionados espaços de vivência), e a psicológica (em que é identificada a experiência vivida, isto é, a sensação de bem-estar, ou mal-estar, segundo a experiência pessoal nos espaços do cotidiano identificados). Este instrumento não pretende a quantificação da informação, antes uma representação simbólica das narrativas sistematizadas espacialmente. Para tornar este instrumento compreensível, a autora ressalta que o processo de construção do ‘mapa de relevo’ deve ser acompanhado de uma narrativa ou entrevista, permitindo obter uma consistência entre o que é conversado, representado e analisado, além de ajudar a refletir sobre os lugares de vivência e a sua relação com as estruturas de poder evidenciadas. O mapa pode ainda ser completado por setas que demonstram as relações entre estruturas de poder, ou seja, sublinhando como um elemento identitário pode reforçar ou amenizar outro. Esta metodologia tem sido usada para investigar experiências diversas, mostrando a flexibilidade da sua aplicação para diferentes contextos, revelando-se uma potente ferramenta para abordagens feministas focadas em estudos urbanos.

O contexto social também se revela necessário para estabelecer que categorias aparecem como mais relevantes na construção da posição social dos sujeitos. Nesse sentido, Nira Yuval-Davis (2006) identifica uma diferença entre categorias que moldam a vida das pessoas, na maioria dos lugares considerados – sobretudo gênero, etnia, classe e posicionamento no ciclo de vida; e outras dimensões sociais como a deficiência, casta ou estatuto, que afetam grupos menores de pessoas numa escala global. Logo, um caminho de reflexão para as perguntas inicialmente colocadas reside em compreender a importância das divisões sociais e a sua influência para pessoas específicas em contextos particulares. Apesar desta análise não atribuir relevância específica aos lugares, equaciona a fluidez da escala, do local ao global.

Outro trabalho que ajuda a pensar a partir da interseccionalidade é o de Carlos Henning (2015: 110). Ao realizar uma revisão dos debates encetados nas últimas décadas acerca do conceito, entre as diversas abordagens do pensamento feminista, em especial em língua portuguesa, o autor identifica que “um notável desenvolvimento é o deslocamento da obrigatoriedade de partir de um marcador específico para desenvolver a análise interseccional, para uma atenção localizada nas configurações de diferenciações sociais e de possíveis desigualdades em termos contextualizados histórica e culturalmente”. Henning (2015: 111) afirma que nos

estudos interseccionais, não é necessário desenvolver a análise de uma infinidade de eixos, antes atender ao cruzamento daqueles que se mostram relevantes contextualmente, ou seja, “partindo de análises atentas às diferenças que fazem diferença em termos específicos, históricos, localizados e, obviamente, políticos”.

O que estes trabalhos académicos expõem converge com o que Rodó-de-Zárate e Baylina (2018: 550) identificaram como a “não universalização e a portabilidade do conceito de interseccionalidade”. Isto significa que uma das principais potencialidades do conceito é a sua capacidade em absorver diferentes eixos de discriminação, o que permite abordar problemáticas socioespaciais de uma forma flexível. A enfatizar esta observação, Collins e Bilge (2021: 51) alertam que:

Muitos estudos interseccionais partem da suposição de que a interseccionalidade é uma estrutura pronta, que pode simplesmente ser aplicada a determinado projeto de pesquisa ou programa político. [...] A generalização da interseccionalidade a partir de um caso particular ou das experiências de um grupo num contexto social específico corre o risco de perder o processo de descoberta subjacente à forma como as pessoas realmente entendem e usam as estruturas interseccionais.

Este caráter localizado e contingente da interseccionalidade expõe, mais uma vez, o papel do espaço na constituição de dinâmicas interseccionais. Rodó-de-Zárate e Baylina (2018) adotam a perspectiva das geógrafas feministas na análise da relevância do contexto espacial para a produção de conhecimento sobre a interseccionalidade, chamando a atenção para o modo como se dão os desdobramentos da interseccionalidade em diferentes espacialidades. Assume-se, portanto, que “o uso da interseccionalidade como ferramenta crítica não é o mesmo na África do Sul, Índia ou Canadá” (Collins e Bilge, 2021: 253). Estas autoras enfatizam a importância dos Estados-nação para o fornecimento do contexto social, mostrando que a interseccionalidade pode assumir formas diferentes em cada contexto nacional, o que, por sua vez, influencia as diferenças na própria interseccionalidade, mostrando que o espaço e o lugar são elementos-chave do contexto social – demonstrando a relação entre a interseccionalidade e as questões locais e os fenômenos globais. Assim, Collins e Bilge (2021: 253) afirmam:

Introduzimos as ideias do feminismo afro-brasileiro, as do feminismo negro nos Estados Unidos e as do feminismo chicano como âmbitos em que a interseccionalidade se desenvolveu, mas não fizemos isso para compará-las, e sim para contextualizar os

argumentos de cada uma.

Outro exemplo retratado pelas referidas autoras (Collins e Bilge, 2021: 169) refere-se ao caso do incêndio e desabamento, em 2013, do Rana Plaza, um edifício que abrigava várias confecções em Daca (Bangladesh), matando e ferindo centenas de pessoas, sobretudo jovens mulheres imigrantes, dado que:

A indústria do vestuário conta com uma força de trabalho altamente feminizada, depende do trabalho infantil em alguns países, usa a raça e a etnia como marcadores para o tipo de pessoa que é contratada e dá preferência a trabalhadoras e trabalhadores migrantes sem documentos. Isto significa que a força de trabalho provém de populações que se encontram em desvantagem nos sistemas de opressão interseccionais.

A magnitude desta tragédia desencadeou protestos globais e ligações entre ativistas dos direitos da classe trabalhadora e o ativismo da sociedade civil, ultrapassando as fronteiras nacionais e expondo as desvantagens múltiplas dentro das estruturas de género, idade, raça e cidadania em que estão localizadas as trabalhadoras da indústria do vestuário em diversos países. Espaço, lugar e escala revelam-se, assim, importantes elementos das configurações interseccionais. Como afirmam Silva e Silva (2014: 18), as pessoas e também as suas espacialidades realizam-se num permanente “processo de fazer e desfazer de interseccionalidades identitárias”.

Mapear(-me) na escola (Projeto Ser Humano)

Tendo em consideração o que foi anteriormente exposto, apresenta-se uma síntese de um instrumento metodológico abordando a perspetiva interseccional, tendo como referência os ‘mapas de relevo’, as múltiplas identidades em formação e as relações global-local que se operam entre jovens, em contexto escolar. O instrumento intitulado “Mapear(-me) na Escola” valoriza o lugar enquanto dimensão relevante na análise interseccional, foi elaborado no âmbito do projeto-piloto Ser Humano – Itinerário para a Igualdade de Género², desenvolvido entre 2019 e 2020 em três agrupamentos escolares na cidade de Lisboa, Portugal.

Mapear(-me) na Escola foi criado enquanto ferramenta que proporciona a jovens estudantes reflexões acerca das suas experiências espaciais

² Projeto financiado pela Câmara Municipal de Lisboa através do Programa BIP/ZIP Lisboa Parcerias Locais edição 2019. Disponível em: <https://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2019>.

na escola, adotando para isso a perspetiva interseccional, sendo as comunidades escolares envolvidas no projeto marcadas pela interculturalidade. Como referido, este instrumento foi inspirado nos ‘mapas de relevo’ propostos por Rodo-de-Zárate (2014), mas afastou-se deles em dois aspetos principais: o primeiro diz respeito à apresentação visual, tentando distanciá-lo de um formato gráfico e privilegiando uma configuração espacial; o segundo diz respeito à inclusão da dimensão afetiva, uma vez que a dimensão psicológica proposta por Rodó-de-Zárate (2014) não explica a variedade de experiências afetivas desenvolvidas espacialmente. Desta forma, além de identificar um lugar da escola como de bem-estar ou mal-estar, é possível também explorar que sentimentos, emoções e atitudes estão envolvidos nesta dimensão psicológica.

O instrumento Mapear(-me) na Escola, apresentado na Figura 1, é composto por quatro dimensões: espacial, identitária, psicológica e afetiva. Relativamente à dimensão espacial, como o objetivo deste instrumento é transformar o espaço escolar num objeto de reflexão a partir das estruturas de poder dos/as estudantes, foram considerados locais normalmente presentes na composição espacial da escola, como a portaria/entrada, pátio/recreio, campo de jogos, sala de aula, biblioteca, casa de banho, corredor, bar/cantina e outros (para possibilitar a inserção de algum ‘outro’ local no âmbito da escola considerado relevante para as vivências estudantis). Na dimensão identitária foram selecionados elementos que se destacam como relevantes para o contexto territorial em que os agrupamentos escolares participantes do projeto estão inseridos, marcado por problemáticas sociais e pela população migrante e de origem étnico-racial diversa – género, origem nacional, classe social, sexualidade e aparência física. Já a dimensão psicológica abrange a sensação de bem-estar, mal-estar ou ambígua, de acordo com a vivência da pessoa nos espaços em questão. E na dimensão afetiva é disponibilizada uma lista de sentimentos e emoções que consideram desde emoções básicas segundo a psicologia, até outras ponderadas como sentimentos agradáveis ou ameaçadores/desafiadores.

Tendo em vista as quatro dimensões descritas, esta ferramenta foi empregue de forma individual da seguinte maneira: foi solicitado a cada jovem que identificasse como se sente em cada espaço da escola, de acordo com os elementos identitários propostos. Cada elemento é representado por uma cor (Fig.1) que deveria ser utilizada para pintar o círculo de tamanho correspondente à sensação que o/a aluno/a possui no espaço da escola: o círculo pequeno representa uma sensação de bem-estar, o círculo grande de mal-estar e o intermédio representa a ambiguidade, marcada

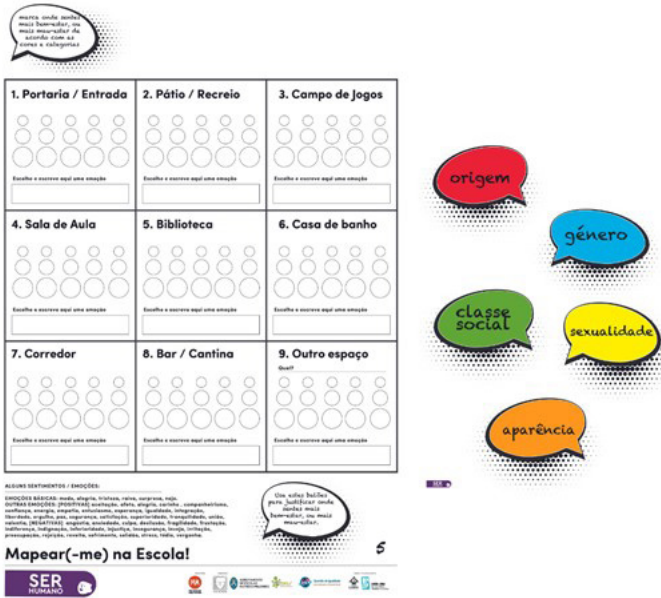


Figura 1: Mapear(-me) na Escola (legenda para as cores dos balões: origem: vermelho; gênero: azul; classe social: verde; sexualidade: amarelo; aparência: laranja)

por sensações tanto positivas quanto negativas já experienciadas em determinados espaços. Os retângulos vazios existentes em cada dimensão do espaço escolar correspondem à área destinada para a descrição da relação emocional com os lugares em foco, podendo cada participante retirar palavras de uma lista fornecida, ou empregar outras emoções e sentimentos que considerassem mais adequados. Foram, ainda, disponibilizados dois papéis de notas adesivas: um para ser colocado no espaço da escola em que sente bem-estar e o outro no espaço em que sente mal-estar, escrevendo uma breve justificativa para cada. De forma a preservar os alunos e alunas que não desejam expor publicamente os seus sentimentos e experiências, o desenvolvimento de todo esse processo foi anônimo. No entanto, de maneira a auxiliar a futura análise dos resultados, pode ser solicitado que sejam identificadas características como o gênero e a nacionalidade. Como forma de ilustrar a aplicação deste instrumento, demonstramos a seguir três exemplos disponibilizados pelo projeto Ser Humano (Figura 2).



Figura 2: Aplicação do instrumento Mapear(-me) na Escola (3 exemplos)

O primeiro exemplo foi realizado por um estudante do género masculino de origem portuguesa e pode-se perceber que todos os círculos de bem-estar estão pintados. Além disso, as emoções e sentimentos associados aos espaços são geralmente positivos, como liberdade, alegria e

tranquilidade. Desta forma, o estudante indica não enfrentar limitações ou constrangimentos a nível identitário ou afetivo na sua vivência do espaço escolar, demonstrando que corpos “julgados normais e neutros podem ser onipresentes e desenvolver qualquer espacialidade” (Silva, 2009: 121).

No segundo caso, da autoria de uma menina de origem portuguesa, o gênero e a aparência física revelam-se os principais elementos provocadores de uma vivência de mal-estar na escola, sobretudo na portaria, pátio, corredor e cantina. Alguns destes sítios estão também associados a sentimentos negativos, como insegurança e irritação, demonstrando que a existência de um desconforto emocional sistemático experienciado em determinados locais não permite a vivência plena do espaço escolar. As dimensões identitárias e afetivas indicam, ainda, possuir relações com problemáticas enfrentadas pelas meninas na escola, como o assédio sexual, episódios de machismo, assim como inseguranças e insatisfações acerca do próprio corpo.

Por fim, o terceiro exemplo foi elaborado por um rapaz transgênero de origem não portuguesa e evidencia a complexidade da vivência dos seus elementos identitários no contexto escolar. Neste caso, nenhum círculo indicativo de bem-estar é pintado pelo aluno e o gênero, a aparência física e a nacionalidade são os elementos selecionados como relevantes na indicação de vivências marcadas por mal-estar ou ambiguidade na escola. Se, por um lado, o pátio e a cantina emergem porque são marcados pela discriminação e julgamento, gerando sentimentos como fragilidade, frustração e rejeição, também há locais de segurança, como a biblioteca e “atrás do bloco A”, em que o estudante relata sentir-se confortável, tranquilo e livre de preocupações.

Estes três exemplos retratam como o processo de constituição de identidades possui uma dimensão espacial importante. Afinal, os e as estudantes não estão conscientes da separação das categorias gênero, raça, sexualidade nas suas experiências espaciais; eles e elas vivem todos esses elementos de forma simultânea na sua relação entre o corpo e o espaço (Silva, 2014: 116).

Mapear(-me) na Escola é um instrumento capaz de retratar como cada um dos elementos identitários e as suas diversas articulações podem influenciar a vivência quotidiana de estudantes no espaço escolar. Este processo encontra-se ainda intrinsecamente relacionado com a construção de ligações afetivas, atribuição de sentidos e o desenvolvimento da noção de pertença/exclusão em relação a determinado espaço na escola.

Por fim, é importante destacar também que este é um instrumento que pode ser adaptado de forma a considerar outras dimensões espaciais e identitárias. Lugares como a casa, o bairro de residência, o local de trabalho ou o espaço público podem transformar-se em objetos de reflexão com esta perspetiva com os devidos ajustamentos; assim como outros elementos identitários podem ser inseridos como eixos/categorias de análise, de acordo com o contexto territorial considerado, como por exemplo, a religião, idade e necessidades especiais.

Ao ilustrar algumas possibilidades que a geografia consagra na abordagem metodológica da interseccionalidade, é também possível perceber que a flexibilidade é uma característica marcante dos instrumentos apresentados. Em parte, isso ocorre porque, como forma de investigação e práxis crítica na academia, não existe uma análise interseccional disponível a priori para ser aplicada em diferentes estudos. Ao contrário, uma das grandes potencialidades da interseccionalidade enquanto ferramenta analítica é a possibilidade da sua adequação a diferentes contextos históricos, sociais e espaciais, permitindo análises localizadas e contingentes. Esta característica revela-se, assim, uma mais-valia para estudos urbanos, não apenas devido às diversas temáticas que podem ser exploradas com esta flexibilidade, mas também devido às categorias identitárias que podem ser agregadas (ou subtraídas) como elementos de análise sobre questões de desigualdade e opressão, sem esquecer que “o pessoal é político”.

Ao apresentarmos o debate da interseccionalidade em sua relação com a Geografia procuramos salientar, por um lado, a incorporação no meio académico de lutas e demandas oriundas de movimentos sociais. Por outro, destacamos as potencialidades da Geografia para essa abordagem, nomeadamente o papel do espaço, lugar e escala enquanto elementos constitutivos das dinâmicas interseccionais.

Se desejamos agregar novos olhares a antigas questões urbanas, precisamos questionar uma produção do conhecimento geográfico baseada em agentes genéricos ou universais - como o Estado, instituições comerciais, industriais, religiosas –desvelando ainda os interesses e identidades “escamoteadas pelas simplificadoras máscaras institucionais”, conforme nos lembra Silva (2009: 81). É nesse sentido que acreditamos no potencial da interseccionalidade enquanto uma ferramenta – analítica e metodológica – capaz de valorizar a multiplicidade de sujeitos que compõem a sociedade e as suas variadas espacialidades.

Tal como Marielle procurou divulgar o valor do uso do conceito da interseccionalidade nas políticas públicas e a sua prática para enfrentar desigualdades e opressões múltiplas vividas no espaço urbano, esperamos ter dado um contributo ao desafio de Andrea Dworkin e incentivar à mudança real – da forma como se pensa, se investiga e se coloca em prática a desafiante abordagem da interseccionalidade na academia.

Referências

- Baylina, Mireia; Rodó-de-Zárate, Maria (2016). New visual methods for teaching intersectionality from a spatial perspective in a geography and gender course. *Journal of Geography in Higher Education*, 40(4): 608 – 620.
- Brah, Avtar; Phoenix, Ann (2004). Ain't I A Woman? Revisiting Intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, 5(3):75-86.
- Carastathis, Anna (2016). Intersectionality. University of Nebraska Press - Sample Books and Chapters. 336. <http://digitalcommons.unl.edu/unpressamples/336>
- Carneiro, Sueli (2017). Sobrevivente, testemunha e porta-voz. *Vozes Urbanas*, 223, 12-20. (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q0J5ieksiD8>)
- Cho, Sumi; Crenshaw, Kimberlé; McCall, Leslie (2013). Toward a Field of Intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 38(4): 785–810.
- Collins, Patricia H. (1990). *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. London: Routledge.
- Collins, Patricia H.; Bilge, Sirma (2021). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Crenshaw, Kimberlé (1989). Demarginalising the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum* 139–168.
- Crenshaw, Kimberlé (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43: 1241–1299.
- Crenshaw, Kimberlé (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo. *Rev. Estud. Fem.*, 10(1): 171-188 (<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>)
- Davis, Angela (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Ferreira, Eduarda (2011). Questões de gênero e orientação sexual em espaço escolar. In Joseli Maria Silva e Augusto Cesar Pinheiro da Silva (Orgs.). *Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras*. Toda Palavra Ed., pp.43-65.

- Henning, Carlos E. (2015). Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 20(2): 97-128.
- hooks, Bell (2018). *Não serei eu mulher? As mulheres negras e o feminismo*. Lisboa: Orfeu Negro.
- hooks, Bell (2020). *Teoria Feminista. Da margem ao centro*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Hopkins, Peter (2018). Feminist geographies and intersectionality. *Gender, Place & Culture*, 25(4): 585-590.
- Jordan-Zachery, Julia S. (2007). Am I a Black Woman or a Woman Who is Black? A Few Thoughts on the Meaning of Intersectionality. *Politics and Gender*, 3(2): 254-263.
- MacKinnon, Catharine A. (2013). Intersectionality as method: A note. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 38(4): 1019-1030.
- Mollett, Sharlene; Faria, Caroline (2018). The spatialities of intersectional thinking: fashioning feminist geographic futures. *Gender, Place & Culture*, 25(4): 565-577.
- Monk, Janice (1994). Place Matters: Comparative International perspectives on Feminist Geography. *Professional Geographer*, 46(3): 277-288.
- Pereira, Stefania; Gomes, Leticia S. (2019). Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. *Plural - Revista de Ciências Sociais*, 26(1): 197-207.
- Queirós, Margarida; Morgado, Paulo; Marques da Costa, Nuno; Mileu, Nelson; Almeida, Aníbal; Vale, Mário (2019). Igualdade de Género nas Geografias Espaço-Temporais: Uma Análise a partir de Dispositivos Móveis. *Revista Latino-americana de Geografia e Género*, 10(1): 03-25 (<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rflagg>).
- Rodó-de-Zarate, Maria (2014). Developing Geographies of Intersectionality with Relief Maps: Reflections from Youth Research in Manresa, Catalonia. *Gender, Place and Culture*, 21 8): 925-944.
- Rodó-de-Zárate, Maria (2015). Young lesbians negotiating public space in Manresa: an intersectional approach through places. *Children's Geographies*, 13(4): 413-434.
- Rodó-de-Zárate, Maria; Baylina, Mireia (2018). Intersectionality in feminist geographies. *Gender, Place & Culture*, 25(4): 547-553.
- Rose, Gillian (1993). *Feminism & Geography - The Limits of Geographical Imagination*. U of Minnesota Press.
- Ruddick, Susan (1996). Constructing Difference in Public Spaces: Race, Class, and Gender as Interlocking Systems. *Urban Geography* 17(2): 132-151.
- Sanders, Rickie. 1990. Integrating Race and Ethnicity into Geographic Gender Studies. *The Professional Geographer*, 42 (2): 228-231.

- Mollett, Sharlene; Faria, Caroline (2018) The spatialities of intersectional thinking: fashioning feminist geographic futures. *Gender, Place & Culture*, 25:4, 565-577, DOI: 10.1080/0966369X.2018.1454404
- Silva, Joseli M. (2009). Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: J. M. Silva (Org.), *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Toda Palavra, pp.55-91.
- Silva, Joseli M. (2009). Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. In: J. M. Silva (Org.), *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Toda Palavra, pp.115-133.
- Silva, Joseli M. (2014). Gênero e espaço – Esse é um tema da geografia? In D. A. Azevedo e M. A. Morais (Eds.) *Ensino de Geografia – Novos Temas para a geografia escolar Consequência*, pp.97-127.
- Silva, Joseli M.; Silva, Maria das Graças (2014). Introduzindo as Interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In Joseli Maria; Silva e Maria das Graças Silva (ogs.), *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial*. Ponta Grossa: Toda Palavra, pp.17-18.
- Trauth, Eillen. M.; Cain, Curtis; Joshi, K. D.; Kvasny, Lynette; Booth, Kayla (2012). Understanding underrepresentation in IT through intersectionality. In *Proceedings of the 2012 iConference*, pp. 56-62.
- Tuan, Yi-fu (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.
- Valentine, Gill (2007). Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography. *Professional Geographer*, 59: 10–21.
- West, Candace; Fenstermaker, Sarah (1995). Doing difference. *Gender & Society*, 9(1): 8-37.
- Woodward, Kathryn (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In Silva, T. T. (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp.7-72). Vozes.
- Yuval-Davis, Nira (2006). Intersectionality and feminist politics. *European Journal of Women's Studies*, 13(3): 193-209.
- Zirbel, Ilze. (2021). Ondas do feminismo. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, 7(2): 10-31. <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>

Secção III

Cidade, movimento e inovação: atividades e
mobilidades em transformação

A secção III “Cidade, movimento e inovação: atividades e mobilidades em transformação”, reúne quatro capítulos que se debruçam sobre funções características e fundamentais da metrópole contemporânea, algumas presentes ao longo do processo histórico de estabelecimento e desenvolvimento da cidade, como o comércio ou as acessibilidades, indissociáveis da leitura da cidade enquanto espaço de fluxos, de interação e de encontro. Outras funções assumiram protagonismo mais recentemente, como o turismo, cada vez mais presente no mundo urbano e a originar mudanças fortes no tipo de população presente nas cidades, nas atividades e no imobiliário, por exemplo através da gentrificação turística. Também a recente e rápida plataformização das atividades, algo potenciado pela digitalização dos processos com impactos muito significativos nas condições laborais e atividades económicas, como a logística e os serviços de distribuição, está a ter repercussões nas formas de organização do espaço urbano, que deverão acentuar-se significativamente no futuro.

Deste modo, as reflexões que abrem esta secção envolvem o “Turismo”, capítulo de autoria de Eduardo Brito Henriques, que se debruça sobre as diferentes formas de territorialização do turismo na cidade, passando pela apresentação das Cidades-resort, Cidades histórico-turísticas, Cidades convertidas e Cidades de turismo mundiais. O autor apresenta as diversas formas de turismo para sustentar o argumento de que o turismo, sobretudo na atual globalização, pertence e é central para a vida das cidades. As diferentes formas de mobilidades, as fronteiras entre quem reside ou apenas “usa” a cidade apontam para problemáticas que já não podem ser compreendidas sem que o turismo também seja entendido como basilar da vida urbana. Acompanhando as transformações pelas quais passam as cidades, com reflexo no tecido comercial, incluindo o turismo como um dos drivers, o capítulo “Comércio”, de autoria de Pedro Guimarães e Herculano Cachinho, demonstra a relação intrínseca entre o comércio e as cidades, as tipologias e suas formas de organização espacial, bem como as mudanças espaciais pelas quais tem passado, no bojo da intensificação do turismo, das políticas de planeamento comercial e da própria regeneração urbana. Os autores discorrem ainda sobre os desafios atualmente colocados ao comércio urbano, de entre os quais ganham destaque a gentrificação e a resiliência comercial. Importa destacar que o debate que envolve a geografia do comércio convida ao entendimento sobre as cidades, sua população, acesso de consumidores, agentes públicos e privados e políticas públicas que se voltam ao desenvolvimento do tecido comercial.

As mudanças passadas pelas cidades ultrapassam os ajustes e transformações dos fixos espaciais, alcançando também os fluxos, trazendo, em larga medida na contemporaneidade, “novas vestimentas” ao tempo e à velocidade, oferecendo o Capítulo “Plataformização”, de autoria de Nuno Rodrigues, Daniela Ferreira e Mário Vale, reflexões teóricas sobre as atuais tendências de plataformização da economia, tendo como recorte geográfico a Área Metropolitana de Lisboa. Os autores focalizam a emergência do Dark Kitchens e Dark Stores e das plataformas de entregas ultrarrápidas, escrutinando também as implicações ao nível da apropriação do espaço urbano, da organização logística e da tão fundamental condição laboral das pessoas que estão na base desta tendência emergente nas cidades. Em continuidade, as reflexões que permeiam movimentos, fluxos, mobilidades, mas demonstrando como estes não são homogêneo no espaço (ou justos), o Capítulo “Acessibilidade”, de autoria de Miguel Padeiro, discute a definição, componentes e fatores de acessibilidade. O autor também dá relevância às múltiplas formas de medição da acessibilidade: medidas de oportunidades cumulativas, de separação espacial, de acessibilidade potencial ou gravíticas, medidas baseadas na utilidade e medidas espaço-tempo. As diferenças na acessibilidade ligam-se a desigualdades e injustiças espaciais, em linha com a operacionalização do acesso a saúde (ver capítulo 6, na secção 1), reforçando o autor que a acessibilidade é multidimensional abrangendo fatores complexos como sistema de mobilidade, de localizações e, igualmente importante, as características dos indivíduos. Deste modo, ressalta-se que intervenções que visam aumentar a acessibilidade não assumem um caráter universal, necessitando de ajustes e respostas em diferentes “vértices” do espaço urbano.

Territorializações Urbanas do Turismo

Eduardo Brito-Henriques

Universidade de Lisboa

Introdução

O binómio turismo-cidade não era tema que no passado merecesse atenção nos compêndios de geografia urbana. Contudo, com a crise do fordismo nos anos 1970 e a subsequente transformação das cidades de centros de produção em centros de consumo, deixou de ser possível continuar a ignorar esse binómio. Com a viragem do século, vários estudos foram tornando evidente que a “nova economia” das cidades já não se baseava na produção de bens, mas, sim, cada vez mais, no consumo, no lazer, e nas culturas urbanas (Hannigan, 1998; Harvey, 1989; Miles, 2007; Zukin, 1995). O turismo, associado ao planeamento cultural, entrou então na agenda como uma prioridade das políticas de cidade (Stevenson, 2008). O estilo de vida e o turismo afirmavam-se como aspetos pivotais da nova experiência urbana e uma das bases de negócio essenciais das cidades pós-modernas e pós-industriais (Law, 2002; Page & Hall, 2003; Zukin, 1995).

As páginas seguintes serão dedicadas a discutir esta presença do turismo nas cidades contemporâneas. Naturalmente, não é possível analisar toda a complexidade de questões que o assunto envolve no curto espaço deste capítulo. O que proponho é apenas uma abordagem exploratória à relação turismo-cidade, prestando atenção às formas que a territorialização urbana do turismo reveste. Tomando o conceito de Haesbaert (2004), uso aqui (re)territorialização para designar a corporificação do turismo no espaço, através da produção de formas materiais, novos arranjos espaciais, ressignificações e performatividades. Assim, começarei por discutir o que é turismo para delimitar o objeto em estudo. Depois focar-me-ei no efeito das mobilidades turísticas na produção da cidade, explorando a multiplicidade de configurações territoriais que podem produzir.

Turismo, mobilidades turísticas e a economia urbana da visitação

Se queremos discutir a relação do turismo com a cidade, a primeira questão que se impõe é saber exatamente de que se fala quando falamos de turismo. O problema encobre complexidades que à primeira vista não se vislumbram. Para o senso comum turismo refere-se à deslocação de pessoas em férias e às atividades que realizam nessas excursões e visitas. No entanto, o turismo reveste nuances que esta noção, simplista, não abarca. De acordo com a Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas, cuja missão é harmonizar as definições usadas internacionalmente nas estatísticas para garantir a sua comparabilidade, uma pessoa visitante é alguém que viaja para fora do seu “ambiente usual” (são estes os termos usados) por qualquer motivo que não seja obter remuneração e ter vínculo contratual de trabalho com pessoa, individual ou coletiva, residente nesse local. O ou a visitante que permanece um mínimo de uma noite e até o máximo de um ano nesse local diferente do seu ambiente usual designa-se turista. Os visitantes de menos de 24 horas, que não chegam a pernoitar, são, para fins estatísticos, excursionistas, ou visitantes de um só dia, e, portanto, não são tecnicamente turistas, embora, heurísticamente, seja turismo o que realizam. Assim, incluem-se nas estatísticas do turismo não apenas turistas de lazer (gente em férias) como também pessoas envolvidas em outros tipos de mobilidades, desde estudantes temporários e em visita de estudo, atletas que vão participar em provas desportivas, pessoas em viagens de negócio, congressistas, viajantes que procuram cuidados de saúde, entre outros. Tecnicamente será turismo, em suma, tudo o que se refere ao universo das mobilidades e atividades envolvidas na visitação de lugares nos quais não habitamos usualmente, onde não vamos com o fim de obter emprego (ainda que possamos ir por motivos profissionais), e onde não tencionamos habitar nem trabalhar numa base permanente. É isto que permite falar de turismo de lazer, mas também de turismo de negócios, turismo de congressos, turismo educativo, turismo de saúde, etc.

Nas sociedades hipermóveis e no mundo globalizado em que vivemos há formas de mobilidade novas que põe em xeque a oposição entre o que é “usual” e “excecional”, o “habitual” e “estranho”, ou que esbatem as fronteiras entre o habitar e o estar de visita. Isto afronta algumas das bases em que convencionalmente temos feito assentar a noção de turismo. Milhares de seniores da Europa do Norte repartem hoje as suas vidas entre casas

que mantêm no país de origem e habitações que compraram na Europa do Sul, onde passam parte do ano para beneficiarem de um clima aprazível, um estilo de vida amigável e descontraído, e um custo de vida mais baixo. Acontece o mesmo com norte-americanos na Costa Rica, Panamá e México, e com portugueses no Nordeste do Brasil. Este tipo de mobilidade é descrito na literatura sob várias formas, desde “mobilidades por estilo de vida” (Cohen, Duncan, & Thulemark, 2015), “turismo residencial” (Santos & Esperança, 2011) ou “turismo de estilo de vida sazonal” (Salazar & Zhang, 2013). Muitas cidades tornaram-se destinos de eleição destas mobilidades, acolhendo comunidades numerosas de habitantes temporários numa condição híbrida entre turista e residente. É o caso de Fortaleza (CE), onde portugueses aposentados vivem numa base sazonal; Palma de Maiorca (Espanha), onde estacionam alemães, britânicos e escandinavos; Cuenca (Equador), com norte-americanos; ou Marraquexe (Marrocos), com franceses e belgas (Hayes, 2020; Madhi, 2020; Perez, 2020). Outros estilos de vida móveis que não encaixam facilmente na separação convencional de turista e migrante são, por exemplo, os nómadas digitais (Richards, 2015). Mesmo não constituindo turismo em sentido puro, estas situações possuem indiscutivelmente um fundo de turismo, desde logo porque há afinidades na forma de turistas e destas populações transientes viverem os lugares (uma experiência fortemente permeada pelo consumo, a estética e o lúdico), e depois porque não é afinal muito diferente o que os atrai aos sítios de destino (o clima, o património, a cultura local, a atmosfera que se vive nos lugares, as oportunidades de lazer, a gastronomia, etc.). Usar o conceito de mobilidades turísticas para englobar o turismo *stricto sensu* e estas várias mobilidades conexas tem sido a solução (Sheller & Urry, 2004).

Turismo é por vezes mencionado no sentido de negócio ou “indústria”. Porém, considerar o turismo nesta aceção é redutor e até controverso. É um facto que o turismo gera negócios, usa empresas, envolve relações entre capital, trabalhadores e consumidores, mas não se confina à esfera do económico: “O turismo é algo que as pessoas fazem, não algo produzido por empresas” (Smith, 2007, p. 50). Por outro lado, as pessoas visitantes nas suas viagens e estadas fazem consumos que se dispersam por um grande número de ramos — serviços que fornecem movimento, alojamento, refeições, divertimento, conhecimento, etc. —, fragmentação que é contrária à ideia de unidade de produto e tecnologia que a noção de indústria ou de setor pressupõem.

Em potência é possível encontrar interações do turismo com praticamente todas as áreas da vida económica das cidades. Acidental ou ocasionalmente, pessoas de visita usam estabelecimentos de saúde, compram bens de comércio diário, recorrem a bancos e seguros, além de beneficiarem dos serviços de interesse geral — rede de transportes, telecomunicações, recolha de lixo, segurança pública, etc. Porém, há na base económica de qualquer cidade um subconjunto particular de atividades voltado para a procura transiente de visitantes e de cuja presença depende a sua sobrevivência. Se quisermos empregar equivalentes aos termos usados na bibliografia de língua inglesa, usaremos “economia da visitação” (visitor economy) para designar esse subconjunto (Law, 2002). Para efeitos da Conta Satélite de Turismo, são referidas como Atividades Características de Turismo (ACT). Constituem por definição os negócios em que parte significativa das receitas provêm das despesas de visitantes, e cujos produtos, ao mesmo tempo, absorvem proporções significativas das despesas realizadas durante as viagens e visitas. Delas fazem tipicamente parte o setor da hospitalidade — que abrange meios de hospedagem, estabelecimentos de refeições e as “indústrias” de animação e eventos (organização de congressos, produtoras de eventos e espetáculos, guias-intérpretes, etc.) — bem como agências de viagem, empresas de transporte e aluguer de automóveis, aeroportos e outras infraestruturas de conexão, atividades de operação e gestão de atrativos turísticos (monumentos, museus, zoológicos, parques de diversões, casinos, etc.), e ainda comércio orientado para a procura de visitantes, como o de artesanato e recordações.

Resumindo, é importante estarmos cientes de que ao mencionarmos turismo não estamos a falar só de férias, nem só de viagens, nem de um setor da economia. O turismo diz respeito a movimentos e estacionamentos transitórios de pessoas em lugares diferentes daqueles onde habitam usualmente. Falar de turismo significa, em síntese, falar de fluxos que conectam diferentes lugares, das formas de habitar temporário desses lugares, assim como dos atores envolvidos nas desterritorializações e reterritorializações que tais movimentos causam, dos dispositivos infraestruturais que as permitem, e dos espaços onde tudo isto tem lugar.

A variedade de destinos urbanos de turismo

Diante do crescimento extraordinário que o turismo teve nas últimas décadas (em média, mais 32 milhões de viagens internacionais no mundo

a cada ano entre 2000 e 2008, crescimento que passou para 57 milhões a mais por ano depois da crise financeira global de 2009 até 2019), muitas cidades à volta do globo viram aumentar enormemente a sua importância como destinos de mobilidades turísticas. No decénio que antecedeu a pandemia de covid-19, os maiores crescimentos observaram-se nas metrópoles da Ásia-Pacífico — Hong Kong, Xangai e Guangzhou na China, Bangkok, Hanói, Jacarta, etc. — e algumas do mundo árabe — por exemplo, Dubai, Abu Dhabi e Doha —, onde investimentos milionários foram canalizados para a criação de infraestruturas turísticas, entre hotéis (frequentemente extravagantes), estádios desportivos, museus assinados por *starchitects*¹, centros de congressos, e aeroportos. Ao mesmo tempo, um pouco por todo o mundo, bares, cafés e restaurantes, desde desprezíveis pontos de street food até restaurantes de chefs estrelados pela Michelin, monopolizaram bairros nas cidades, criando nesses espaços uma atmosfera feérica cujo ápice de luzes, sons e movimento acontece à noite. Nas cidades globais e maiores metrópoles mundiais o volume de receitas geradas na economia da visitação atingia, antes da pandemia, números impressionantes: valores superiores a 30 biliões de dólares americanos foram realizados nestas atividades em Xangai, Beijing e Paris em 2018, e superiores a 20 biliões em metrópoles como Nova Iorque, Tóquio e Bangkok (WITC, 2019). Em cidades menores não se alcançavam números tão assombrosos, porém tal não significa que a economia da visitação não ocupasse uma proporção no produto e no emprego idêntica ou até superior à que detinha naquelas metrópoles.

A exposição das cidades ao turismo é variável. Há cidades onde desembocam anualmente milhões de turistas e outras que permanecem relativamente à margem desses fluxos. Há cidades onde a pressão do turismo e o efeito das mobilidades turísticas como motor de mudança urbana são notórios, outras são mais ténues. A relação é contingencial porque a efetivação de um lugar como destino turístico não depende de condições deterministicas identificáveis a priori nem da vontade e ação de nenhum ator em especial, mas, como explicou Van der Duim (2007), do efeito emergente criado pela interação de uma associação heterogénea de elementos, humanos e não-humanos, que inclui pessoas, organizações, objetos, tecnologias, discursos e espaços. A possibilidade de os lugares terem turismo

1 Um neologismo formado por um jogo de palavras que funde *star* + *architect*. O termo popularizou-se na gíria da arquitetura e nas revistas de design e estilo de vida para descrever arquitetos que ascenderam a um estrelato mundial, normalmente por produzirem edifícios icónicos e com “wow effect”.

e a intensidade com que este ocorre dependem dos modos de ordenação que a cada momento se desenham entre aqueles elementos, e esse é o motivo por que o desenvolvimento turístico é contingencial.

Mesmo entre as cidades que a cultura de massa e o marketing “puseram no mapa” como locais a visitar e que recebem números significativos de visitantes, a forma como o turismo se manifesta e corporifica no espaço é variável. A territorialização urbana do turismo pode revestir muitos formatos. Turismos diferentes podem acontecer em diferentes cidades dependendo de como atrativos turísticos (presentes nos locais) e motivações (presentes nos turistas) se encontram e conciliam em cada situação, gerando discursos, materialidades e práticas espaciais distintas que se combinam em modelações territoriais variadas e multiformes. Enquadrar totalmente esta variabilidade de situações numa tipologia é impossível porquanto, nos hiatos entre os tipos ideais que teoricamente definamos, irão existir sempre casos reais híbridos ou intermédios. Ainda assim, há grandes categorias básicas que podemos identificar.

Cidades-resort

Um primeiro grupo de destinos urbanos de turismo é formado por cidades que, baseando a sua atratividade nas amenidades ambientais e oportunidades de divertimento, têm a sua identidade vinculada a sítios de descontração, consumo e prazer. Entram nesta categoria inúmeras cidades balneares espalhadas pelo mundo, incluindo algumas com centenas de milhares de habitantes e que polarizam áreas metropolitanas com milhões de pessoas — como Miami (EUA), Durban (África do Sul) ou Gold Coast (Austrália) —, cidades de neve — como Davos (Suíça) ou Aspen (Colorado, EUA) — e ainda casos mais raros de cidades que se especializaram no jogo — por exemplo, Macau (China) ou Las Vegas (Nevada, EUA).

É comum chamar-se a este género de destinos urbanos de turismo “cidades-resort” (Fainstein & Judd, 1999; Piriou, 2019; Spirou, 2011), ou “cidades de lazer” (Gladstone, 1998). O termo “resort” pretende aludir a uma especialização monotemática voltada para a hospedagem de visitantes, assim como a um espaço desenhado para propiciar descanso e diversão, num quadro de alguma alienação. Porém, o termo pode também ser interpretado algo depreciativamente como alusivo a um território resumido a mera infraestrutura de estacionamento temporário de populações visitantes. Cidade-resort é, como tal, uma expressão que se aplicará sem

dificuldade a cidades que cresceram *ex nihilo* com a finalidade de assegurar a sedentarização temporária de mobilidades turísticas — como Cancún (México), Punta del Este (Uruguai) ou Balneário Camboriú (SC) — e a cidades que encontraram no turismo o seu motor de desenvolvimento e evoluíram para uma superespecialização na economia da visitação — Pattaya, na Tailândia, Denpasar, na ilha de Bali, ou Antália, na Turquia, para citar só aglomerações que cresceram sustentadas no turismo e na residencialização sazonal de habitantes temporários por estilo de vida e que hoje polarizam regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes. Maior relutância poderá haver em designar assim metrópoles onde o turismo, sendo marcante em termos económicos e para a cultura do lugar, ocorre de forma mais equalizada com outras funções urbanas; para casos como o Rio, Miami, ou, a outra escala, Macció (AL), João Pessoa (PB), Fortaleza, etc., talvez “cidade de lazer” seja uma denominação mais adequada do que “cidade-resort”.

A hipertrofia do setor da hospitalidade e das indústrias do entretenimento são marcas que definem este tipo de cidades. Outra área de negócio normalmente pujante nas cidades de lazer é o imobiliário, oxigenado pelo mercado de residências secundárias. O ambiente é desenhado a pensar no consumo e na exibição. Nos casos mais extremados, tudo, desde as formas e funções dos espaços até à ambiência criada pelas sonoridades, luzes e códigos de vestuário, e ao “ballet urbano” das performatividades no espaço público, transparece mundanidade, convivialidade e sensualidade. Cantillon (2019) mostrou magnificamente isso num estudo em que explorou as atmosferas e espacialidades sociais de várias cidades-resorts do mundo, pondo em realce as zonas pedonais que funcionam como passarelas para o desfile das multidões anónimas, o passear de corpos seminus, a presença marcante na paisagem dos casinos e clubes noturnos, as raves e sunset parties, a ostentação ruidosa de carros descapotáveis e motociclos, a vulgarização do álcool e das drogas, as socialidades construídas em torno do beber coletivamente, etc.. Na época alta de turismo, vive-se nestas cidades uma ambiência festiva e despreocupada; porém, a animação e cintilância dissipam-se na época baixa, quando muitas destas cidades-resorts se transformam quase em “cidades-fantasmas”.

A superespecialização nas ACT e a tematização na festa e no mundano são aspetos das cidades de lazer justificativos de crítica. A dependência da economia da visitação não é um ponto positivo: aumenta a vulnerabilidade destas cidades a crises e gera uma forte dualidade social ao dividir a população presente em dois grupos, os que consomem, e os que servem (entre

estes, sobretudo pessoas em empregos precários e de baixos salários). Por outro lado, a focalização no consumo, na aparência e no festivo sugere inautenticidade. Simulacros de outros lugares (Paris e Veneza recriadas em complexos hoteleiros de Las Vegas e Macau), paisagens hiper-reais que encriptam narrativas falsas de localismo e tradição (o célebre Medinat Jumeirah no Dubai, por exemplo), além da replicação de uma linguagem arquitetônica internacional nos condomínios e hotéis verticalizados que faz com que muitas destas cidades se pareçam indistintamente entre si, dão fundamento a que se recriminem como “pseudo-lugares” (Cruz, Sabino, Molina, & Chagas, 2007). Porém, é controverso que a questão se possa resumir nestes termos. Outros estudos contradizem essa impressão e demonstram que pode haver um forte sentido de lugar nestas cidades, traduzido no apego emocional e em sentimentos de pertença vinculados de quem costuma vir de férias ou habitar transitoriamente nestas cidades, em especial visitantes repentinos e proprietários de residências secundárias (cf. Caletrio, 2009).

Cidades histórico-turísticas

A designação de “cidade histórico-turística” é usada desde há mais de trinta anos para descrever outro tipo básico de destino urbano de turismo (Ashworth & Tunbridge, 1990; Fainstein & Judd, 1999; Orbasli, 2000). Se no grupo anterior as materialidades, performatividades e narrativas de lugar codificam sobretudo questões de estilo de vida, nestas cidades são o passado e a camada estética da história cristalizada no património que sustentam o turismo. Cidades cuja história é enaltecida nas narrativas oficiais e pela cultura de massa, com monumentos reconhecidos e celebrados, e com um edificado antigo abundante são as mais suscetíveis de se enquadrarem neste grupo. Encontramo-las especialmente bem representadas na Europa, em largas dezenas de cidades que foram centros mercantis ou focos culturais relevantes na era pré-industrial e que preservam a memória desses ambientes nos seus centros históricos. Nas Américas é um tipo de destino urbano de turismo associado a cidades coloniais com conjuntos arquitetónicos de matriz europeia mais expressivos — da Cidade de Quebecue (Canadá) a Oaxaca (México), ou, no Brasil, a Salvador (BA).

Cidades do mundo islâmico, com as suas medinas² conservadas dentro das muralhas como numa cápsula do tempo, podem dar outros exemplos.

Nestas cidades o turismo ocorre de forma espacialmente contida e condensada. Desenrola-se basicamente entre o centro histórico e monumental e o centro de serviços e negócios (Ashworth & Tunbridge, 1990). O centro histórico é onde estão os atrativos turísticos — tipicamente: a catedral, o castelo ou palácio real, a sede da municipalidade, museus arqueológicos e de arte — e é o espaço que os visitantes frequentam e fruem mais intensamente. O centro de negócios é normalmente a área de expansão moderna inicial da cidade, desenvolvida nas adjacências do centro histórico, onde maioritariamente se estabelecem os hotéis. Deste confinamento à área central das cidades resulta uma perceção intensificada da densidade do turismo. É frequente que junto dos atrativos turísticos se vejam filas e ajuntamentos de turistas, excursões e grupos guiados, que por sua vez atraem vendedores ambulantes de recordações e artesanato, carrinhos de venda de refrescos e comida rápida, músicos de rua, ou condutores de tuk tuk. As praças, outrora palco dos eventos públicos significativos e centros da vida cívica da cidade, são tomadas por restaurantes e esplanadas e convertidas em “salas de jantar” coletivas sem quase outra função além da exploração comercial do convívio comensal. O comércio nas ruas em redor desses focos volta-se para a venda de artesanato e produtos gourmet, galerias de arte, antiquários e livrarias. Em tudo isto se percebe uma comodificação da cultura, da memória e da tradição. Essa comodificação é potenciada pela estetização do espaço público que as políticas de intervenção nos centros históricos promovem.

Como muito bem sugeriu Cruz (2003), a formação de uma cidade histórico-turística é um processo iterativo em que conservação do património e turismo se estimulam e justificam mutuamente. Dessa sinergia resulta que os centros históricos sejam vistos por quem gere as cidades como “paisagens-monumentos” para consumo turístico. O trabalho de cenografia tende a ser por isso priorizado nas políticas e ações de conser-

2 A palavra “medina” (literalmente, “cidade” em árabe) designa a parte antiga das cidades islâmicas, cingida por um perímetro de muralhas que a isola da cidade moderna em redor. As medinas são ambientes construídos compactos e densos, com grande homogeneidade de aparência dos edifícios em termos de cores, formas e volumes, e com uma planta definida por um emaranhado de ruas tortuosas, ruelas e becos, inconciliável com o tráfego automóvel. A mesquita maior e a madraça (escola onde se estuda o Corão) são os principais edifícios públicos da medina. Nelas encontram-se também os souks (mercados), normalmente cobertos, que nas cidades de tradição persa ocorrem em edifícios públicos monumentais (chamados “bazares”).

vação do património e reabilitação urbana, com a criação de ambiências ilusivas de se estar num tempo passado: edificado reabilitado com o fim de retomar a fisionomia antiga da cidade, cenário urbano purificado pela remoção de elementos modernos dissonantes (fios elétricos enterrados, antenas proibidas, erradicação do automóvel e pedonalização das ruas), transporte de turistas em coches de cavalos, luminária e mobiliário urbano a imitar o estilo arte nova, lettering gótico nas lojas e letreiros públicos, etc. As consequências deste processo, que vem sendo debatido na literatura desde há trinta anos, e descrito como a “museificação” da cidade, não se situam apenas nos planos cultural e político-filosófico, onde se levantam questões relacionadas com verdade e falsidade e com manipulação do passado através da autenticidade encenada destes espaços (Brito Henriques, 1996; Čamprag, 2017); as consequências são também sociais já que levam à desterritorialização das comunidades residentes, que se sentem acossadas pelas multidões de turistas e sofrem com o desaparecimento das lojas tradicionais onde se abasteciam, a dissolução das formas de convivialidade tradicional, com o espaço recodificado por signos que não interpretam, e com o aumento das rendas das casas e do custo de vida (Orbasli, 2000).

No conjunto das cidades histórico-turísticas podemos encontrar vários graus de presença e dominância do turismo. O espectro vai desde casos de aceitável harmonização com outras funções urbanas até situações de mono-especialização, com a conversão quase plena dos centros históricos em recintos de turismo. O conceito de “recinto de turismo” (tourism precinct) refere-se a um território circunscrito e delimitado, embora de livre acesso (o que não acontece em “enclaves turísticos” como os resorts hoteleiros e os parques temáticos), constituído por uma conglomeração de atrativos e ACT, mercadizado para fins turísticos, e onde estão criadas uma ambiência e uma cultura de lugar que impele quer visitantes, quer locais a comportarem-se como turistas (Griffin, Hayllar, & Edwards, 2008). Por vezes, em algumas cidades históricas, sobretudo menores, pode acontecer que isto se estenda a quase todo o espaço urbano, como em Veneza (este um caso extremo, pela dimensão da cidade) e Bruges (Bélgica), e em pequenas cidades e vilas históricas situadas no raio das visitas de um só dia de cidades maiores — como Óbidos em relação a Lisboa ou, no Brasil, Ouro Preto e Tiradentes (MG). Nestas circunstâncias será preferível falar-se não de cidades histórico-turísticas, mas, sim, de “cidades turistificadas” (Knafou, 2007; Piriou, 2019), pretendendo exprimir aqui o adjetivo “turistificado” o resultado de um processo de refuncionalização em que houve uma apropriação hegemónica e totalizante do espaço pelo turismo.

Cidades convertidas

A expressão “cidade convertida” foi cunhada por Fainstein e Judd (1999) para referir antigas cidades industriais, inicialmente sem atrativos facilmente publicitáveis, que se transformaram em destinos urbanos de turismo. Na base dessa mudança estiveram investimentos vultuosos em operações concertadas que atuaram ao mesmo tempo na transformação física, na refuncionalização dos espaços e na sua ressignificação através de um branding de lugar assertivo. Spirou (2011) usou, por isso, “cidade rebranded” em vez de “cidade convertida” para designar este tipo de destinos. Cidades industriais e portuárias com imagens antes sem interesse para os visitantes, ou mesmo negativas, como Sheffield, Liverpool e Glasgow no Reino Unido, Baltimore (Maryland), Cleveland (Ohio) e Pittsburgh (Pensilvânia) nos EUA, ou Bilbao, em Espanha, estão entre os casos mais citados na literatura.

As cidades convertidas são um tipo novo de destino urbano de turismo que surgiu com a reestruturação económica pós-fordista, na sequência da desindustrialização que afetou as cidades do Norte Global no último quartel do século XX. Podem considerar-se um produto do urbanismo neoliberal que arrancou nas décadas de 1980 e 90, quando a prioridade das políticas urbanas se voltou para a competitividade das cidades, expressões como “classe criativa” e “marketing urbano” passaram a fazer parte do léxico do urbanismo, e novos modelos de governança inspirados na gestão empresarial, como o planeamento estratégico, fizeram a sua aparição. O desenvolvimento do turismo ocorreu nestas cidades associado a grandes operações de requalificação paisagística e reconversão funcional, sobretudo incidente em zonas centrais em crise (revitalização das downtowns das cidades americanas), áreas portuárias desativadas, e em antigos complexos fabris abandonados. Uma infraestrutura em particular (e.g., o Museu Guggenheim em Bilbao) ou um evento (e.g., Glasgow’90 – Capital Europeia da Cultura) foi muitas vezes o gatilho que deu o mote à intervenção. Tratando-se de operações dispendiosas para as quais era necessário canalizar muito investimento, foi comum usar-se o imobiliário nos esquemas de financiamento, o que favoreceu a abertura de novas frentes de gentrificação. Mais do que ações estritamente de promoção de turismo, tratou-se de usar o turismo como parte de uma estratégia mais vasta de refundação pós-industrial dessas cidades, reimaginando-as como novas centralidades

do que Zukin (1995) chamou de “economia simbólica”. Daí que a criação de infraestruturas de turismo tivesse surgido muitas vezes atrelada à produção de novos “bairros culturais”, onde, num ambiente marcado por uma arquitetura diferenciadora, se procurou estimular que indústrias criativas, lojas de moda e design e empresas dos media se conglomerassem, colaborando para a conformação de uma imagem renovada destas cidades como polos de criatividade e inovação.

Neste tipo de destinos urbanos a prática é o turismo acontecer concentradamente, no espaço e no tempo. No espaço, porque se confina aos recintos turísticos formados nas áreas objeto das ações de regeneração. Frentes ribeirinhas renovadas que mudaram a face das cidades ao substituírem as velhas áreas portuárias decrepitas por uma nova geração de construções com estilo — salas de concertos, centros de congressos, museus de arte contemporânea, aquários —, com agradáveis zonas de restaurantes e cafés, wi-fi gratuito, ciclovias e espaços públicos cuidadosamente controlados por sistemas de televigilância e mantidos por empresas públicas que neles atuam como se de condomínios se tratassem, formam os ambientes típicos destes recintos. Judd (1999) chamou-lhes “bolhas turísticas” e explicou a formação destes padrões espaciais insulados pelo facto de no resto da cidade, fora daqueles espaços desenhados para consumo simbólico e encenação coletiva de estilos de vida cosmopolitas, o ambiente continuar frequentemente degradado e hostil.

Por outro lado, o turismo acontece concentradamente no tempo porque as mobilidades turísticas se limitam a visitas curtas, maioritariamente de visitantes de um só dia, sobretudo aos fins-de-semana, ou a visitas turísticas associadas a eventos (provas desportivas, congressos, concertos, exposições, festivais, etc.). Porque fora destes recintos os atrativos turísticos não são muitos, a programação de eventos costuma ser um aspeto crítico do sucesso turístico destes destinos urbanos.

Cidades de turismo mundiais

Um último grupo de cidades turísticas que podemos identificar corresponde ao que Maitland e Newman (2009) designaram de “cidade de turismo mundiais”, e que descreveram sinteticamente como “cidades policêntricas grandes [...] multifuncionais bem situadas nos fluxos globais quer de dinheiro quer de pessoas” (p. 2). Receberem grandes volumes de visitantes é uma das suas características. Distingue-as e caracteriza-as ainda

a pluralidade de ofertas, ambiências e experiências turísticas que proporcionam, assim como o que talvez se possa exprimir como uma “ordinação” do turismo (um turismo banalizado e ubíquo, imiscuído na vida “normal” quotidiana da cidade). Mais do que disporem deste ou daquele tipo de atrativo, é o leque de recursos que advém da escala e multifuncionalidade destas cidades que constitui o seu maior ativo. Esses recursos incluem edifícios icónicos (quer históricos, quer modernos), paisagens comerciais excitantes, vida noturna, sociedades multiculturais, instituições culturais prestigiadas, e uma elevada densidade de negócios com conexões transnacionais, além de passado. Todos estes recursos são suscetíveis de configurarem atrativos turísticos. Este leque de recursos amplia o número e a variedade das pessoas que podem ter interesse em viajar para estes destinos, desde as que veem atraídas por consumos culturais a motivos mundanos, relações de diáspora (visitar familiares e amigos) ou razões profissionais.

A ideia de “cidade mundial” pode ser um ponto problemático nesta definição. O conceito é controverso. Maioritariamente tem sido usado para referir cidades cosmopolitas e bem posicionadas nas redes da economia global, mais numeroso que o subgrupo líder e hiper-seleto das “cidades globais” (Nova Iorque, Tóquio, Londres, Paris). Maitland e Newman (2009) não deram critérios taxativos para a sua identificação, mas referiram como condições: (i) terem empresas transnacionais e estarem integradas nos fluxos financeiros, informacionais e de trabalhadores da economia global; (ii) haver localmente uma retórica de competição global e ambições de estatuto mundial como justificação de políticas públicas; (iii) e as cidades participarem na circulação mediática global de imagens e competirem com sucesso pela organização de megaeventos .

Nas cidades de turismo mundiais, contrariamente ao que sucede nas cidades histórico-turísticas e nas cidades convertidas, o turismo não aparece confinado a uma área em particular dentro da cidade, mas antes de forma policêntrica, fluida e disseminada. Obviamente, há manchas localizadas onde a presença de turistas está intensificada e onde se adensam diversos tipos de atrativos e infraestruturas de hospitalidade, mas essas manchas são múltiplas e podem configurar diferentes tipos de modelações territoriais. Modos de territorialização do turismo semelhantes aos que se encontram nas cidades histórico-turísticas podem ser observados em bairros centrais antigos das cidades de turismo mundiais e em redor de edifícios icónicos dispersos no seu tecido; mas também se encontram ambientes produzidos por operações de regeneração urbana semelhantes

aos das cidades convertidas, por exemplo ao longo das frentes ribeirinhas ou pontualmente sobre antigas ruínas da desindustrialização. O que verdadeiramente é diferenciador neste tipo de destinos urbanos é o modo pervasivo, fluido e hibridizado como o turismo se exprime e territorializa.

Esta fluidez tem que ver, primeiro, com a mutabilidade das territorializações do turismo. A multifuncionalidade, a variedade do leque de recursos e a extensão espacial e estrutura policêntrica destas cidades criam oportunidades para que novos atrativos se possam produzir com facilidade, quer dentro, quer fora dos circuitos de visitação tradicionais. Bairros populares marginalizados podem inesperadamente ver-se absorvidos e anexados aos núcleos de maior intensidade turística, depois de descobertos pelo olhar turístico e recodificados, passando a ser palcos de práticas e consumos turísticos.

A fluidez prende-se depois com a indefinição de contornos e diluição de limites dos territórios turísticos nestas cidades, ou seja, o carácter pervasivo do turismo. As práticas espaciais dos turistas não se confinam a recintos, mas antes transvasam, disseminam-se nebulosamente e embebem os espaços de vida quotidiana dos residentes. Parte disto deve-se ao papel dos “novos turistas urbanos” (Maitland, 2022), ou ao que Gravari-Barbas, Jacquot e Cominelli (2019) preferiram chamar de “novas culturas de turismo urbano”, basicamente o facto de décadas de hiper mobilidade e globalização terem produzido turistas experientes (mas também enfadados) que estão cansados dos clichés e cada vez mais desejam visitar sítios “fora da trilha batida” para terem experiências autênticas, o que inclui explorar a “cidade real” de modo a, idealmente, a viverem como locais. Esta interpenetração e mistura da cidade turística e da “cidade real” é, aliás, algo que o desenvolvimento recente das plataformas de arrendamento de curta duração como a Airbnb vieram potenciar enormemente (Condevaux, Gravari-Barbas, & Guinand, 2022).

Por fim, podemos falar de fluidez, juntamente com hibridização, no sentido em que estão esbatidas as diferenças e há inclusive fusão e permuta de papéis entre turistas e residentes nos consumos e práticas espaciais. O facto de as cidades de turismo mundiais serem sítios comuns de sedentarização transitória de vários tipos de residentes temporários (“super-ricos” com vidas multilocais, estudantes internacionais, “expats”, nómadas digitais, migrantes temporários, etc.), e o facto também de terem em grande número visitantes frequentes, já conhecedores da cidade, ou que mantêm relações pessoais com residentes (turistas repentes, viajantes regulares

por motivos profissionais, pessoas que vêm visitar familiares e amigos, etc.), faz com que práticas dos visitantes assumam configurações típicas das dos residentes e as territorializações de ambos se confundam. Da mesma forma, mas em sentido contrário, as performativas turísticas não são nestas cidades monopólio dos visitantes. Sendo centros cosmopolitas, densamente integrados na globalização, muitos residentes têm hábitos de consumo e práticas que aprenderam e internalizaram na sua experiência como turistas de visita a outras cidades, o que os leva a atuarem como turistas na sua própria cidade. É a combinação de tudo isto que converge e se consubstancia na “ordinarização” do turismo a que acima aludi.

Conclusão

Creio que duas ideias essenciais terão ficado patentes ao longo das páginas anteriores: uma é a diversidade de formatos e modelações territoriais que o turismo pode assumir em contextos urbanos; a outra, que o turismo não pode mais ser visto como uma “coisa” menor, marginal ou até extraordinária na vida das cidades. A ubiquidade do turismo enquanto aspeto indissociável da globalização, a crescente interseccionalidade das mobilidades, e a própria relativização das fronteiras entre turista e residente obrigam a que vejamos hoje o turismo com uma parte integrante e essencial da vida urbana. Além de o turismo ser um aspeto vital sobre o qual um número cada vez mais importante e variado de cidades faz assentar a sua prosperidade, é um fator fundamental de transformação da paisagem urbana, nas suas interdependentes dimensões material, afetiva, simbólica e social.

Naturalmente, este aumento da influência do turismo da vida das cidades comporta riscos. Por um lado, traz um acentuar de formas de dependência económica e política das instituições locais, públicas e privadas, em relação a forças e processos globais que escapam ao seu controlo. Por outro, potencia conflitos entre interesses e necessidades de comunidades residentes (por vezes simplisticamente homogeneizadas em categorias como “os locais”, quando, na verdade, há dentro delas grupos de interesses diferentes, que se posicionam variavelmente em relação ao turismo e que sentem diversamente os seus efeitos) e os interesses e necessidades das populações visitantes, com riscos de exclusão de alguns segmentos mais vulneráveis dos primeiros. Muitos desses processos conflitantes não são de hoje e estão há muito documentados na literatura, como a museificação

dos centros históricos e mesmo a associação entre turismo e gentrificação; contudo, é indiscutível que diante do aumento em larga escala das mobilidades turísticas e o conseqüente alastrar do “sobreturismo” (overtourism), o aparecimento de mobilidades interseccionadas cada vez mais complexas, as novas culturas de turismo urbano, e a intrusão do turismo na habitação com o desenvolvimento do capitalismo de plataforma, a turistificação das cidades se revela um tópico de investigação mais atual que nunca. Um desafio crítico para o planejamento e a gestão urbana nos próximos anos vai ser encontrar soluções de política participadas e inovadoras capazes de mitigar as frentes de fricção e criar bases de convivência harmoniosa de habitantes permanentes e habitantes temporários nas cidades.

Bibliografia

- Ashworth, G. J., & Tunbridge, J. E. (1990). *The tourist-historic city*. Londres: Belhaven.
- Brito Henriques, E. (1996). Turismo, património e cidade: da revitalização urbana ao risco de manipulação das paisagens. In C. Cavaco (Ed.), *Turismos e lazeres. Colectânea de artigos* (pp. 54-65). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Caletrío, J. (2009). ‘De veraneo en la playa’: belonging and the familiar in Mediterranean mass tourism. In P. O. Pons, M. Çrang, & P. Travlou (Eds.), *Cultures of mass tourism: Doing the Mediterranean in the age of banal mobilities* (pp. 111-128). Farnham: Ashgate.
- Čamprag, N. (2017). Museumification of historical centres: the case of Frankfurt Altstadt reconstruction. In N. Bellini & C. Pasquinelli (Eds.), *Tourism in the city: Towards an integrative agenda on urban tourism* (pp. 165-178). s.l.: Springer.
- Cantillon, Z. (2019). *Resort spatiality: Reimagining sites of mass tourism*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Cohen, S. A., Duncan, T., & Thulemark, M. (2015). Lifestyle mobilities: the crossroads of travel, leisure and migration. *Mobilities*, 10(1), 155-172. doi:10.1080/17450101.2013.826481
- Condevaux, A., Gravari-Barbas, M., & Guinand, S. (2022). Before and after tourism: how spaces «enter» and «exit» tourism In A. Condevaux, M. Gravari-Barbas, & S. Guinand (Eds.), *Tourism dynamics in everyday places: Before and after tourism* (pp. 8-25). Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Cruz, R. C. A. (2003). *Introdução à Geografia do Turismo* (2ª ed.). São Paulo: Roca.

- Cruz, R. C. A., Sabino, A. L., Molina, F. S., & Chagas, R. P. d. (2007). *Geografia do turismo: De lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca.
- Fainstein, S. S., & Judd, D. R. (1999). Cities as places to play. In D. R. Judd & S. Fainstein (Eds.), *The tourist city* (pp. 261-272). New Haven: Yale University Press.
- Gladstone, D. L. (1998). Tourism urbanization in the United States. *Urban Affairs Review*, 34(1), 3-27. doi:10.1177/107808749803400101
- Gravari-Barbas, M., Jacquot, S., & Cominelli, F. (2019). New cultures of urban tourism. *International Journal of Tourism Cities*, 5(3), 301-306. doi:10.1108/IJTC-09-2019-160
- Griffin, T., Hayllar, B., & Edwards, D. (2008). Places and people: a precinct typology. In B. Hayllar, T. Griffin, & D. Edwards (Eds.), *City spaces – tourist places: Urban tourism precincts* (pp. 39-61). Oxford e Burlington, MA: Butterworth-Heinemann.
- Haesbaert, R. (2004). O mito da desterritorialização. Do «fim dos territórios» à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Hannigan, J. (1998). *Fantasy city: Pleasure and profit in the postmodern metropolis*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Harvey, D. (1989). *The condition of postmodernity: An enquiry into the origins of cultural change*. Cambridge, MA e Oxford: Blackwell.
- Hayes, M. (2020). The coloniality of UNESCO's heritage urban landscapes: Heritage process and transnational gentrification in Cuenca, Ecuador. *Urban Studies*, 57(15), 3060-3077. doi:10.1177/0042098019888441
- Judd, D. R. (1999). Constructing the tourist bubble. In D. R. Judd & S. Fainstein (Eds.), *The tourist city* (pp. 35-53). New Haven: Yale University Press.
- Knafou, R. (2007). L'urbain et le tourisme: une construction labourieuse. In P. Duhamel & R. Knafou (Eds.), *Mondes urbains du tourisme* (pp. 9-21). Paris: Éditions Belin.
- Law, C. M. (2002). *Urban tourism: the visitor economy and the growth of large cities* (2nd ed.). Londres e Nova Iorque: Continuum.
- Madhi, K. (2020). *Urban restructuring, power and capitalism in the tourist city: Contested terrains of Marrakesh*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Maitland, R. (2022). New urban tourists: in search of the life more ordinary. In A. Condevaux, M. Gravari-Barbas, & S. Guinand (Eds.), *Tourism dynamics in everyday places: Before and after tourism* (pp. 1-7). Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Maitland, R., & Newman, P. (2009). Developing world tourism cities. In R. Maitland & P. Newman (Eds.), *World tourism cities: Developing tourism off the beaten track*. (pp. 1-21). Londres: Routledge.
- Miles, M. (2007). *Cities and cultures*. Nova Iorque: Routledge.
- Orbasli, A. (2000). *Tourism in historic towns: urban conservation and heritage management*. Londres e Nova Iorque: E & FN Spon.

- Page, S. J., & Hall, C. M. (2003). *Managing urban tourism*. Harlow: Prentice Hall.
- Perez, J. M. G. (2020). Una geografía de la gentrificación en el centro histórico de Palma (Mallorca, España). *Turismo y elitización social. Confins. Revue Franco-Bresilienne de Geographie/Revista Franco-Brasileira de Geografia*, 48. doi:10.4000/confins.34527
- Pirou, J. (2019). *The tourist region. A co-construction of tourism stakeholders*. Londres e Hoboken, NJ: ISTE and John Wiley & Sons.
- Richards, G. (2015). The new global nomads: Youth travel in a globalizing world. *Tourism Recreation Research*, 40(3), 340-352. doi:10.1080/02508281.2015.1075724
- Salazar, N. B., & Zhang, Y. (2013). Seasonal lifestyle tourism: the case of Chinese elites. *Annals of Tourism Research*, 43(4), 81-99. doi:10.1016/j.annals.2013.04.002
- Santos, J. M. F., & Esperança, E. J. (2011). *Turismo residencial: Modos de estar nou tro lugar*. Lisboa: Edições Colibri.
- Sheller, M., & Urry, J. (2004). Places to play, places in play. In M. Sheller & J. Urry (Eds.), *Tourism mobilities. Places to play, places in play* (pp. 1-10). Londres e Nova Iorque, NY: Routledge.
- Smith, S. L. J. (2007). A dimensão do turismo global: velhos debates, novos consensos e desafios contínuos (L. C. Feio, A. André, F. Duarte, F. Oliveira, J. Pinheiro, & J. Chaves, Trans.). In A. A. Lew, C. M. Hall, & A. M. Williams (Eds.), *Compêndio de turismo* (pp. 45-55). Lisboa: Instituto Piaget.
- Spirou, C. (2011). *Urban tourism and urban change. Cities in a global economy*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Stevenson, D. (2008). *Cities and urban cultures*. Nova Iorque: Open University Press.
- Van der Duim, R. (2007). Tourismscapes: An actor-network perspective. *Annals of Tourism Research*, 34(4), 961-976. doi:10.1016/j.annals.2007.05.008
- WTTC. (2019). *City travel and tourism impact 2019*. Retrieved from <https://wtcc.org/Portals/0/Documents/Reports/2019/City%20Travel%20and%20Tourism%20Impact%20Extended%20Report%20Dec%202019.pdf?ver=2021-02-25-201322-440>
- Zukin, S. (1995). *The cultures of cities*. Malden, MA e Oxford: Blackwell.

O Comércio na Geografia Urbana

Pedro Guimarães

Universidade de Lisboa

Herculano Cachinho

Universidade de Lisboa

“Se conhecerdes uma das suas cidades, conheci-las todas, tão parecidas que são umas com as outras, com a excepção da sua localização, que pode fazer alguma diferença. [...] Cada cidade está dividida em quatro partes iguais e no meio de cada bairro há um mercado para todos os tipos de bens” (Thomas More, *Utopia*)

Introdução

A epígrafe de Thomas More que serve de introito à nossa reflexão, retirada da sua obra seminal *Utopia*, leva-nos a olhar para as cidades e o comércio, a diferentes níveis e escalas. Uma primeira leitura remete-nos para a importância das cidades, enquanto elemento fundamental e definidor da civilização mundial. A avaliar pelas estatísticas, desde 2005 a população a viver em cidades ultrapassou a população rural e em várias regiões urbanas espriam metrópoles, conurbações e megalópoles, com fronteiras muito difusas. Através da observação de um mapa da distribuição da população mundial percebe-se que a concentração em cidades é algo característico em todas as regiões do globo. Não obstante, num segundo apontamento, se é verdade que existem semelhanças entre várias cidades em distintos pontos do globo, também é verdade a afirmação de que as especificidades e a localização das mesmas, como dito pelo Thomas More, assumem um papel relevante na configuração das áreas urbanas e na forma como são caracterizadas. Deste modo, vislumbram-se diferenças genéricas entre as cidades da América Latina, Europa e Ásia, da mesma forma que as cidades são distintas num mesmo país. Igualmente, no interior de uma cidade, esta reparte-se de forma heterogénea e os seus diferentes centros e bairros são entendidos como dissemelhantes, mesmo que concorrenciais entre si, ou

complementares, se analisados enquanto parte de um mais vasto ecossistema urbano. O terceiro apontamento é aquele que constitui o objeto deste capítulo – a relação entre as cidades e o comércio. O estudo da relação entre o setor comercial, o território onde se localiza e a população que serve constitui um elemento fundamental das geografias do comércio centradas no urbano. Este foco não menospreza a relevância do estudo do comportamento das empresas que compõem o setor, visto que este campo de análise já ocupou a atenção de investigadores de outras ciências, nomeadamente da Economia e da Sociologia.

A relação entre as cidades e o comércio é antiga. Admite-se a importância das trocas comerciais como elemento fundamental para o aparecimento de diversas cidades. Contudo, se nem todas as cidades serão filhas do comércio, como dito pelo historiador Henri Pirenne, é certo que este setor foi e continua a ser fundamental para o desenvolvimento das cidades (Cachinho, 2011), quer influenciando a forma física das cidades e seus limites, quer assumindo-se enquanto elemento basilar no abastecimento da sua população. Não se confinando exclusivamente ao espaço urbano, é, no entanto, nas cidades que o comércio melhor se expressa e onde encontra espaço para processos inovatórios, reconhecendo-se uma modelação mútua e indissociável (Barata-Salgueiro & Cachinho, 2009). Contudo, tal como apurado por Cachinho (2005), a relevância do comércio é mais ampla. A este nível, o comércio é um setor crucial para a economia urbana e os espaços de comércio são mais do que espaços de consumo e trocas comerciais, desempenhando frequentemente o papel de locais de sociabilização e de encontro das respetivas comunidades. A pertinência e atualidade dos estudos do comércio na geografia urbana advém da natureza evolutiva deste setor. De igual modo, as cidades são espaços complexos, em constante transformação onde, paradoxalmente, a mudança se assume como uma constante (Guimarães, 2019). Assim, o estudo das relações cidade-comércio nunca se esgota, na medida em que novos desafios surgem a cada momento.

Neste capítulo apresentamos alguns eixos de estudo das geografias do comércio. Procuramos apresentar alguns elementos entendidos como tradicionais deste campo de investigação, assim como abordar aspetos contemporâneos que têm sido introduzidos recentemente para facilitar a compreensão dos atuais desafios enfrentados por esta área disciplinar. Também se deve realçar que os reptos associados às geografias do comércio são, até certo ponto, transversais em distintos contextos geográficos, cujas principais diferenças são justificáveis pelas especificidades do país,

região, cidade ou bairro analisado e pela temporalidade que lhe está associada.

Por último, queremos realçar que este é um capítulo-síntese, onde as limitações de espaço não permitem abordar as temáticas em toda a sua extensão e profundidade. Contudo, tencionamos que este texto seja um ponto de partida, almejando incitar a curiosidade dos leitores.

Tipologias sobre a organização espacial do comércio

A organização espacial do comércio encontra-se entre as áreas de investigação clássicas da Geografia (Barata-Salgueiro, 1996). Neste domínio, assumem particular relevância os trabalhos preocupados com o desenvolvimento de tipologias, capazes de dar conta das comunicações e idiosincrasias dos sistemas comerciais urbanos inseridos em diferentes contextos geográficos. Entre as investigações neste domínio destacam-se o trabalho pioneiro de Proudfoot (1937), que distinguiu cinco categorias de espaços comerciais: Central Business District (CBD), centros periféricos, as grandes artérias comerciais, a rua comercial de bairro e os pequenos agrupamentos de lojas; e a categorização de Berry et al. (1963), que identificou três grandes grupos morfo-funcionais: os centros comerciais (planeados e não planeados), as faixas comerciais (ribbon developments) e as áreas especializadas (Figura 1).

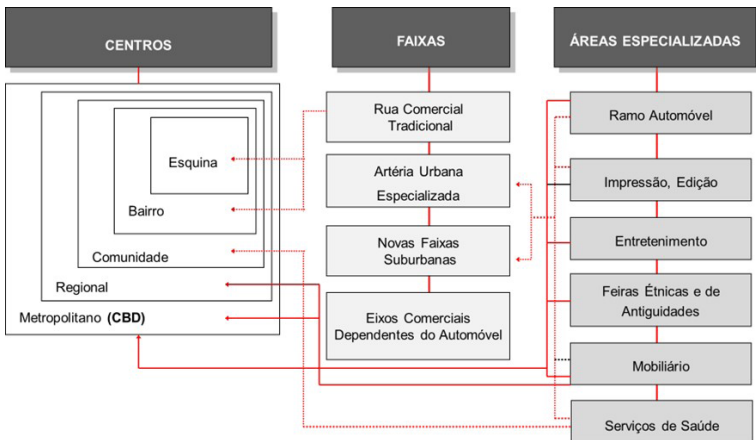


Figura 1: Classificação das áreas comerciais da cidade de B. Berry; Fonte: Berry, B., Simmons J. & Tennant R (1963).

Ainda no domínio das tipologias das áreas comerciais e da sua organização espacial, uma breve referência deve ser feita às classificações pós-hierárquicas. A incapacidade óbvia dos modelos hierárquicos explicarem a organização espacial do comércio que emerge da revolução comercial gerada pelos novos formatos despertou o interesse em se pensar em novas taxonomias. Apesar de tentarem conscientemente evitar o termo “hierarquia”, alguns autores são incapazes de esquecer o legado deixado pela Teoria dos Lugares Centrais e, neste caso, os seus modelos devem ser considerados meras reformulações. No entanto, outros autores, como Dawson e Sparks’ (1987), que estudaram os comportamentos de consumo e os formatos de comércio, ou Brown (1991), cujas conclusões são apresentadas na Figura 2, têm fornecido alternativas convincentes. Brown (1991, 1992), por exemplo, ao cruzar a forma geográfica das áreas de comércio (agrupamento, linear, isolado) com as funções de espaços e lojas (generalistas, especializadas e de apoio), concebeu uma matriz composta por nove categorias de áreas de comércio. Estas se estendem desde os clusters espontâneos e não planeados (como o centro da cidade, as áreas especializadas no entretenimento noturno ou restaurantes nos distritos comerciais), e as áreas “planeadas” (shopping centers, parques temáticos, galerias de aeroportos), até às lojas isoladas (que vão desde uma simples loja de esquina até às grandes superfícies ou armazéns de comércio na periferia da cidade), incluindo áreas com layout linear (ruas comerciais tradicionais, polos comerciais suburbanos, etc...).

		FUNÇÕES		
		GENERALISTA	ESPECIALISTA	DE APOIO
FORMA	CENTROS (não planeados)	Centro da cidade (Baixa)	Bright Lights District (Bairro Alto)	Snack-Bars em áreas de escritórios
	CENTROS (planeados)	Mega shopping centers (Shopping Colombo)	Shopping Center temático (ausente na cidade de Lisboa)	Lojas nos aeroportos, gares ferroviárias, ...
	LINEAR	Rua comercial tradicional (Estrada de Benfica)	Ruas comerciais étnicas (Rua Benfornoso)	Lojas nas estações de metrô do Parque ou Campo Grande
	ISOLADO	Loja de esquina Supermercado, ...	Lojas DIY (Do it yourself) Leroy & Merlin, ...	Snack-Bar nos Health Clubs e salas de cinemas

Figura 2: Classificação pós-hierárquica das áreas comerciais aplicada à área Metropolitana de Lisboa. Fonte: adaptado de Brown (1991).

As mudanças na organização espacial do comércio

Inerente à organização espacial do comércio estão os princípios da acessibilidade e centralidade, considerando que tradicionalmente as áreas

designadas por ‘centrais’ também são as mais acessíveis e, por conseguinte, mais ajustadas ao exercício da prática comercial destinada a um conjunto alargado da população. Esta centralidade, não é necessariamente geográfica, na medida em que frequentemente os principais ‘centros’ das cidades não coincidem com o seu centro geográfico. Desta forma, a designação ‘centro’, ou ‘Baixa’, como é representada em alguns contextos, está geralmente associada à presença de um conjunto de funções e/ou à memória dos seus habitantes, no que Barata-Salgueiro & Sposito (2018) designam por dimensão simbólica. O desenvolvimento das cidades, das condições sociais e de mobilidade tem provocado a mudança de algumas das premissas associadas aos princípios da acessibilidade e centralidade, sem que, contudo, tenha colocado em causa a validade de tais princípios para a compreensão dos espaços urbanos e da organização espacial do tecido comercial. No entanto, as antigas áreas centrais das cidades deixaram de ser tão acessíveis e perderam centralidade no respetivo contexto urbano, face à vulgarização do transporte individual e à emergência de novas polaridades comerciais. Contudo, o ‘centro’, a sua evolução, declínio, revitalização e o surgimento e consolidação de novas polaridades permanecem como elementos fundamentais nos estudos sobre o comércio (Barata-Salgueiro, 2006; Carreras & Pacheco, 2009; Fernandes & Eposito, 2013).

A evolução do comércio e a forma como interage com o desenvolvimento dos espaços urbanos, a diferentes escalas, tem sido determinante nos estudos das geografias do comércio. O que mais se salienta desta relação é a velocidade com que o setor comercial se tem reformulado desde a segunda metade do século passado. Se o comércio sempre se caracterizou pela mudança, o atual ritmo de mudança parece não ter precedentes. Debruçando-se sobre o contexto português, Barata-Salgueiro (1996) e Cachinho (2005) descrevem que o que designaram por revolução comercial se circunscrevia, no início do milénio, a três dimensões: novos comerciantes, novos formatos e novas formas de fazer comércio. Contudo, embora se deva ressaltar que os períodos temporais não são usualmente coincidentes, estas dimensões são transversais aos processos que ocorreram em diversos países ocidentais. De facto, o aparecimento de novas empresas de grande dimensão a operar no mercado que quebram a ponte entre o comércio grossista e o retalhista, acumulando ambas as funções, fez com que esta atividade passasse a ser designada genericamente de ‘distribuição’ (Barata-Salgueiro, 1996). Uma consequência do desenvolvimento das cadeias de distribuição foi o processo designado de concentração, através do qual um conjunto reduzido de grandes empresas adquire quotas de mercado signi-

ficativas, tal como descrito na investigação realizada em diferentes países, como a Suécia (Franzen, 2004), a Dinamarca (Gardner, 2003) ou os Países Baixos (Evers, 2006). Apesar da relevância desta mudança no setor, assim como a existência de novas formas de venda, foi o aparecimento, disseminação e impactos dos novos formatos comerciais que, na geografia, mais marcou os estudos sobre o comércio, em particular ao longo da década de 90. Neste período procurou-se compreender as dinâmicas de disseminação de novos formatos, dos quais se destacam os formatos associados ao comércio alimentar (Teixeira, 1996), nomeadamente os hipermercados, e os shopping centers. Os estudos que se encaixam neste eixo, para além do acompanhamento e monitorização da evolução do comércio, procuraram sobretudo perceber quais os impactos que estes novos formatos comerciais provocaram no sistema comercial urbano até então estabelecido (Guy, 2007). Uma parte significativa da bibliografia dos anos 90 existente sobre este tema incide sobre o contexto do Reino Unido (Schiller, 1994), sobretudo pela rápida disseminação de diferentes formatos de centros comerciais periféricos, como consequência das políticas liberais vigentes no período precedente.

Políticas de planeamento comercial e regeneração urbana

Se durante longos anos o comércio foi tradicionalmente visto na academia como um elemento menor das cidades, na medida em que os comerciantes pareciam limitar o seu papel ao exercício de funções meramente reativas, acompanhando de perto as transformações urbanas, com o desenvolvimento da cidade policêntrica, para o qual os novos formatos comerciais contribuíram de forma significativa, e os impactos da mudança de escala das operações comerciais protagonizada pelas cadeias internacionais de distribuição, o comércio passa a ser visto como um sector chave da economia urbana. Por conseguinte, acaba por despoletar o aparecimento de políticas públicas com o objetivo de regular o seu desenvolvimento e sobretudo como forma de salvaguardar a viabilidade e vitalidade das áreas comerciais tradicionais, com especial destaque para o centro das cidades. O urbanismo comercial no mundo francófono (Mérenne-Schoumaker & Browet, 1988) e o planeamento comercial no contexto anglo-saxónico (Davies, 1995), irão deixar as suas marcas nas políticas de diferentes contextos geográficos. De um modo geral, ambos os termos remetem para o conjunto de intervenções do setor público sobre o comércio, re-

conhecendo-se que as políticas públicas são fundamentais na resiliência e organização espacial dos sistemas comerciais urbanos (Davies, 1995), bem como na salvaguarda de tecidos comerciais equilibrados em termos de formatos de estabelecimentos, capazes de assegurar o abastecimento dos diferentes grupos de consumidores, independentemente da sua condição económica e social. Com assinalável variação entre os países, estas políticas ficam marcadas ao longo do tempo, por períodos de maior liberalismo – usualmente com o objetivo de fomentar a inovação no sector comercial – e períodos de maior protecionismo, associados à defesa dos centros tradicionais de comércio e dos formatos de estabelecimentos que integram os mesmos (Guimarães, 2016).

Frequentemente, a regulação enquadrada no planeamento comercial divide-se em três grandes vertentes: (i) licenciamento dos estabelecimentos e conjuntos comerciais; (ii) regulação dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais; (iii) medidas de apoio direto ao setor comercial e às áreas de concentração comercial. No espaço europeu, este tem sido um importante campo de investigação, sobretudo nas últimas décadas do século passado, devido à forte internacionalização das cadeias de distribuição e aos impactos dos sistemas comerciais tradicionais dos novos formatos de estabelecimentos comerciais, como os hipermercados, os shopping centers e os category killers, que se implantam geralmente na periferia das cidades, junto aos grandes eixos viários. A primeira vertente incide sobre a regulação e regulamentação dos sistemas comerciais e, em particular, sobre a localização dos novos espaços comerciais, bem como a quota de mercado das cadeias de distribuição nas várias regiões. No quadro destas políticas, no espaço europeu destaca-se, em França, a Loi Royer, uma legislação desenvolvida para limitar a abertura de hipermercados em localizações periféricas, e no Reino Unido, a política do Town Centre First que, munida de regras como o Need Test, deliberadamente incentivava e privilegiava os centros tradicionais das cidades como locais privilegiados para a implantação de novos projetos comerciais. A investigação centrada neste tópico procurou, sobretudo, analisar a eficácia das políticas e instrumentos utilizados na sua operacionalização (Guy, 1998, 2007). Ainda que não de forma exclusiva, neste campo específico de investigação, torna-se evidente o foco das análises nos países da Europa Ocidental, classificados por Davies (2004) como “countries of restraint”, i.e., países com políticas restritivas de planeamento comercial.

A regulação dos horários de funcionamento tem sido a vertente do planeamento comercial menos investigada, ainda que diversos autores re-

conheçam o seu papel enquanto mecanismo de regulação da atividade, quer promovendo a livre competição, quer deliberadamente protegendo os estabelecimentos comerciais de menor dimensão (Pereira et al., 2002). A terceira vertente é a que tem tido maior repercussão junto da comunidade científica, sobretudo pela amplitude de instrumentos e mecanismos de regulação e apoio ao sector comercial que envolve, com particular destaque para as iniciativas de regeneração urbana ancoradas no comércio. Os estudos sobre este tipo de iniciativas avolumam-se sobretudo após a década de 90, quando se reconhece que o comércio pode desempenhar um papel de força motriz na regeneração de áreas urbanas em declínio. Em Portugal, salientam-se os estudos sobre os programas de urbanismo comercial PROCOM e URBCOM – iniciativas de regeneração urbana de áreas centrais com o objetivo de fomentar a modernização dos estabelecimentos comerciais, em ações de animação comercial e na reabilitação de áreas centrais delimitadas para o efeito (Guimarães, 2017). No Reino Unido, reconhece-se a relevância de estudos como os de Lowe (2005, 2007), centrados na análise da eficácia da reabilitação do shopping West Quay, em Southampton, ou os estudos de Jayne (2006) acerca de semelhante estratégia, mas relativa ao shopping Bullring, na cidade de Birmingham. Também podemos encontrar este tipo de estudos no Brasil. Entre outros autores, Rodrigues (2012) analisou diferentes programas de gestão de ruas comerciais, nomeadamente o Programa de Ruas Comerciais de São Paulo, o Programa Polos do Rio de Janeiro, e o Programa de Revitalização de Espaços Comerciais, tendo concluído que, embora os resultados alcançados por estes programas tenham sido limitados, podem ter servido de base para futuras experiências a desenvolver.

Na análise das geografias do comércio deve salientar-se que, frequentemente, a investigação acompanha e reage, tanto à evolução das cidades, das áreas comerciais e da própria sociedade, como às medidas de planeamento urbano e comercial que ativamente interferem com esta evolução. Imbuído desta relação e ainda no campo dos estudos centrados na regeneração urbana ancorada no comércio, surge uma linha de investigação relacionada com ações de place management que se prolonga até ao presente. É neste âmbito que destacamos os estudos sobre ações de gestão do centro das cidades (town centre management), não apenas no Reino Unido (Hogg et al., 2004), mas também em países como Portugal (Guimarães, 2018), Suécia (Forsberg et al., 1999), e Itália (D'Alessandro & Salaris, 2011), e mais recentemente as iniciativas de Business Improvement Districts (BID) (Lloyd & Peel, 2008). Consistindo em projetos de rege-

neração urbana de áreas comerciais assentes em parcerias entre distintos agentes das esferas pública e privada, os BID têm merecido amplo acolhimento da comunidade científica enquanto tema de investigação, para além de que tem realçado o papel dos investigadores enquanto agentes de transferência de políticas num processo que podemos enquadrar enquanto investigação-ação, exemplificado com o atual processo de importação deste modelo para o contexto português (Guimarães & Cachinho, 2020).

Novas interpretações dos desafios associados ao comércio urbano

O título escolhido para esta subsecção não é casuístico. Muitos dos desafios com que as relações cidade-comércio atualmente se deparam não são necessariamente um exclusivo da contemporaneidade. Frequentemente, novos conceitos são introduzidos na investigação porque se depreende que serão úteis para a compreensão da realidade, o que não implica que, até certo modo, desafios semelhantes não existiram no passado. Nesta subsecção iremos abordar os conceitos de resiliência e gentrificação comercial que são disto exemplificativos.

Gentrificação comercial

A gentrificação é um conceito cunhado por Ruth Glass nos anos 60, com o objetivo de analisar o processo de substituição social em alguns bairros operários de Londres, nos quais novos habitantes substituíram habitantes de renda inferior. Este conceito é, assim, utilizado na sua origem para a análise de desafios urbanos de natureza residencial. Contudo, nos últimos anos tem-se verificado a mobilização deste conceito para auxiliar a compreensão de algumas mudanças que têm vindo a caracterizar o comércio, na sua relação com a cidade. De forma mais genérica, boa parte destas mudanças estão na sua base associadas ao aumento da relevância do consumo, em cuja perceção mais lata enquadrámos, quer a mercadorização da própria cidade (Cachinho, 2006; Jayne, 2006; Miles, 2017), quer a passagem dos estabelecimentos de espaços de aquisição de bens e serviços para espaços de consumo. Assim, a gentrificação comercial enquadra os processos de mudança comercial em que estabelecimentos tradicionais são forçados direta ou indiretamente a saírem de determinada área para dar lugar a um novo tipo de comércio, usualmente associado a práticas de consumo, lazer e entretenimento (Guimarães, 2021). Entre outros autores,

Zukin (2008) destaca-se pela sua análise deste tipo de processos que ocorreram em Nova Iorque. No presente, duas linhas de investigação distinguem-se particularmente. Em primeiro lugar, os estudos de gentrificação comercial baseados em casos de estudo de cidades afetadas pelo aumento abrupto de turistas (Gravari-Barbas & Guinand, 2017). Em segundo lugar, destacamos os estudos centrados nos contemporâneos processos de transformação de mercados municipais, cuja reabilitação tem levado a que estes espaços comerciais se transformem em destinos turísticos e de consumo, em detrimento da sua função de abastecimento da população (Delgadillo & Niglio, 2020; Vargas & Silva, 2020).

Resiliência comercial

A resiliência é um conceito antigo, cuja aplicação por Holling (1973) no campo da ecologia, despertou um mais vasto interesse por parte da comunidade científica. Assim, tal como o conceito analisado anteriormente – gentrificação – progressivamente, o conceito de resiliência passou a ser usado por distintas ciências. No que concerne ao nosso objeto de estudo, este conceito enquadra-se ainda num entendimento mais amplo de resiliência urbana, vista enquanto a capacidade de um dado sistema urbano em manter ou recuperar a capacidade de desempenhar as suas funções, após ter sofrido um impacto de determinada ordem (Meerow et al. 2016). Não obstante esta generalização, a resiliência pode ser entendida de acordo com três perspetivas: (i) engenharia, segundo a qual a resiliência é vista enquanto um retorno a um prévio estado de equilíbrio, à qual se pode atribuir a designação de ‘bounce back’ (Wrigley & Dolega, 2011); (ii), ecológica, que se foca no quanto pode um sistema lidar sem perder as suas funções; (iii) adaptativa, que se foca na capacidade do respetivo sistema em se adaptar para desempenhar as suas funções, considerando que o sistema estará diferente do estado pré-impacto, designado por Wrigley & Dolega (2011) como ‘bounce forward’. A validade do conceito mais estreito da resiliência comercial advém da necessidade de se compreender se determinado sistema comercial urbano mantém a capacidade de dar resposta às suas funções. Desta forma, assumindo o comércio como um dos elementos essenciais da sociedade, a resiliência comercial está assim relacionada com a própria sustentabilidade urbana (Barata-Salgueiro & Guimarães, 2020). Inerente ao conceito da resiliência, está a existência de algum impacto ou perturbação que coloca em causa a capacidade de determinado sistema comercial continuar a desempenhar as suas funções.

Assim, a própria natureza evolutiva do comércio, em conjunto com as frequentes mudanças que caracterizam o ambiente urbano, torna o setor comercial apetecível para os estudos ancorados naquele conceito. Ao longo da última década, a resiliência comercial tem-se afirmado enquanto tema específico de investigação, em especial após alguns estudos que estimularam o debate, dos quais destacamos um número especial editado por Barata-Salgueiro & Erkip (2014), ao qual se deve acrescentar o trabalho de Cachinho & Barata-Salgueiro (2016), Wrigley & Dolega (2011), e Wrigley & Brookes (2014).

Considerações finais

Os estudos do comércio em contexto urbano implicam um profundo conhecimento sobre as cidades, as características da sua população, na aceção de consumidores, os principais agentes públicos e privados que atuam na cidade e nos sistemas comerciais, bem como as políticas públicas que moldam o seu desenvolvimento. O estudo do comércio na geografia urbana valoriza a forte relação daquele setor com o território, a distintas escalas.

Neste breve capítulo procurámos trazer à luz alguns dos principais eixos de investigação que incidem nas relações cidade-comércio. Devemos realçar que esta tarefa não é de simples concretização, quer pela antiguidade desta relação, quer pela sua profundidade, quer ainda pela diversidade de temáticas e perspectivas mobilizadas na sua análise. Ademais, a natureza volátil do comércio, sempre propenso à inovação, e das cidades, entendidas na sua dimensão de ecossistemas em constante mudança, faz com que esta relação se encontre em permanente atualização, o que dificulta a elaboração de sínteses sobre aquela relação, na medida em que se corre o risco de resultar numa análise redutora e enganadora da sua complexidade. Ao nível de investigação futura, não será tarefa fácil antever quais os eixos que irão ser necessários, em especial porque está vincadamente relacionada com a evolução urbana e da sociedade em geral. Contudo, face à tendência de aceleração dos processos de transformação urbana que se registraram ao longo das últimas décadas, e a aceleração tecnológica e da digitalização, estamos em crer que este campo de investigação continuará a ser fértil e pertinente na investigação geográfica, até porque testemunhos existem que o significado de alguns conceitos necessitará mesmo de ser

revisto, e por isso mesmo, muitas teorias, modelos e narrativas explicativas exigirão uma revisitação, tendo em vista a avaliação crítica da sua validade.

Referências

- Barata-Salgueiro, T. (2006), Oportunidades e transformação na cidade centro, *Finisterra*, XLI (81), pp. 9-32.
- Barata-Salgueiro, T. (1996), *Do comércio à distribuição – roteiro de uma mudança*. Celta Editora, Oeiras.
- Barata-Salgueiro, T., Erkip, F. (2014), Retail planning and urban resilience – An introduction to the special issue, *Cities* 36, pp. 107–111.
- Barata-Salgueiro, T., Guimarães, P. (2020), Public Policy for Sustainability and Retail Resilience in Lisbon City Center, *Sustainability*, 12 (22): 9433
- Barata-Salgueiro, T.; Sposito, M. (2018), Do centro às centralidades múltiplas. Novos tempos, espaços e perspectivas. In: M. Sposito; J. Fernandes (org.) (2018), *Brasil e Portugal vistos desde as cidades – As cidades vistas desde o seu centro*. Cultura Acadêmica, São Paulo (pp. 47- 88).
- Barata-Salgueiro, T.; Cachinho, H. (2009), As relações cidade-comércio, dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: C. Carreras & S. Pacheco (eds.), *Cidade e comércio, a rua comercial na perspectiva internacional*. Armazém das Letras, Rio de Janeiro (pp. 9-39).
- Berry, B. (1963), *Commercial structure and Commercial Blight: Retail patterns and processes in the City of Chicago – Research paper n°85*. Universidade de Chicago, Chicago.
- Brown, S. (1992), *Retail location: A micro-scale perspective*. Avebury, England.
- Brown, S. (1991). Retail Location: the post hierarchical challenge, *Int. Rev. of Retail, Distribution and Consumer Research*, 1 (3), pp. 367-381.
- Cachinho, H. (2011), Urban Retail Dynamics – From shopping spaces to consumer places. In: T. Barata-Salgueiro & H. Cachinho (eds.), *Retail planning for the Resilient City – consumption and urban regeneration*. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa (pp. 147- 168).
- Cachinho, H. (2006), Consumactor: da condição do indivíduo na cidade pós-moderna, *Finisterra*, XLI (81), pp. 33-56.
- Cachinho, H. (2005), O comércio retalhista: da oferta de bens às experiências de vida. In C. Medeiros (coord.), *Geografia de Portugal – Atividades Económicas e Espaço Geográfico*. Círculo de Leitores, Rio de Mouro (pp.365-331).
- Cachinho, H., Barata-Salgueiro, T. (2016), Os sistemas comerciais urbanos em tempos de turbulência: vulnerabilidades e níveis de resiliência. *Finisterra*, LI (101), pp. 89–109.

- Carreras, C.; Pacheco, S. (coord.) (2009), *Cidade e comércio, a rua comercial na perspectiva internacional*. Armazém das Letras, Rio de Janeiro.
- Dawson J. A.; Spark L. (1987) “Issues for the planning of retailing in Scotland”, *Scottish Planning Law and Practice*, 18, pp. 38-40.
- Davies, R. (2004). Planning policy for retailing. In: J. Reynolds & C. Cuthbertson (Eds.), *Retail strategy, the view from the bridge*. Elsevier, Oxford (pp. 78–95).
- Davies, R. (1995), *Retail planning policies in Western Europe*. Routledge, Londres.
- Delgadillo, V.; Niglio, O. (2020), *Mercados de Abasto – Patrimonio, Turismo, Gentrificación*. Aracne Editrice, Canterano.
- D’Alessandro, L.; Salaris, A. (2011), Retail as an instrument for the revitalization of city center: considerations from two Italian medium-sized cities. In: T. Barata-Salgueiro & H. Cachinho (eds.), *Retail Planning for the resilient city – consumption and urban regeneration*. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa (pp. 299-315).
- Evers, D. (2006). *Building for consumption – an Institutional analysis of peripheral shopping center development in northwest Europe*. (Doctoral dissertation), University of Amsterdam.
- Fernandes, J.; Sposito, M. (coord.) (2013), *A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CEGOT, Porto.
- Forsberg, H.; Medway, D.; Warnaby, G. (1999), *Town Centre Management by cooperation – evidence from Sweden*, *Cities*, 16(5), pp. 315-322.
- Franzén, M. (2004). Retailing in the Swedish city: The move towards the outskirts. In M. Franzén, J. Halleux (Eds.), *European cities dynamics – insights on outskirts*, European Science Foundation, Bruxelas (pp. 93–112).
- Gardner, H. (2003). Denmark. In S. Howe (Ed.), *Retailing in the European Union: Structures, competition and performance*, Routledge, London (pp. 7–22).
- Gravari-Barbas, M. and Guinand, S. (2017), “Addressing tourism-gentrification processes in contemporary metropolises”, In: Gravari-Barbas, M. and Guinand, S. (Eds), *Tourism and Gentrification in Contemporary Metropolises*, Routledge, London (pp. 1-21).
- Guimarães, P. (2021), Unfolding authenticity within retail gentrification in Mouraria, Lisbon, *Journal of Tourism and Cultural Change*, 20 (1-2), pp. 221-240.
- Guimarães, P. (2019), Shopping centres in decline: analysis of demalling in Lisbon, *Cities*, 87, pp. 21-29.
- Guimarães, P. (2018), Town Centre Management: Outlook from Portugal, *Planning Practice & Research*, 33(1), pp. 18-33.
- Guimarães, P. (2017), An evaluation of urban regeneration: the effectiveness of a retail-led project in Lisbon, *Urban Research & Practice*, 10(3), pp. 350-366.

- Guimarães, P. (2016) Revisiting retail planning policies in countries of restraint of Western Europe, *International Journal of Urban Sciences*, 20(3), pp. 361–380.
- Guimarães, P.; Cachinho, H. (2020) Business improvement districts: Concepto y experiencias. In: M. Silveira; R. Bertoncello; J. Nucci (Eds.), *Ciudad, Comercio y Consumo: Temas y Problemas Desde la Geografía*; Editorial Café de las Ciudades: Buenos Aires, Argentina (pp. 665–679).
- Guy, C. (2007), *Planning for retail development, a critical view of the British experience*. Routledge, Oxon.
- Guy, C. (1998). Controlling new retail spaces: The impress of planning policies in Western Europe, *Urban Studies*, 35, pp.953–979.
- Hogg, S., Medway, D. & Warnaby, G. (2004) Town centre management schemes in the UK: marketing and performance indicators, *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*, 9(4), pp. 309–319.
- Holling, C. S. (1973): Resilience and Stability of Ecological Systems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, 4, pp. 1–23.
- Jayne, M. (2006), *Cities and Consumption*. Routledge, Nova Iorque
- Lloyd, G. & Peel, D. (2008) From town center management to the BID model in Britain: Toward a new contractualism? In: Lorlene Hoyt, Jack Meek, Göktug Morçöl & U. Zimmermann (Eds) *Business Improvement Districts: Research, Theories, and Controversies*. CRC Press, New York (pp. 71–94).
- Lowe, M. (2007), Rethinking Southampton and town centre futures, *International Journal of Retail & Distribution Management*, 35 (8), pp. 639-646.
- Lowe, M. (2005), The regional shopping centre in the inner city: A study of Retail-Led Urban Regeneration, *Urban Studies*, 42(3), pp. 449-470.
- Meerow, S.; Newell, J.; Stults, M. (2016), Defining urban resilience: A review. *Landscape and Urban planning*, 147, pp. 38-49.
- Mérenne-Schoumaker, B.; Browet, A. (1988), *Localisation du magasin*, Guide pratique. Comite Belge de la distribution. Bruxelles.
- Miles, S. (2017), Consumption. In: M. Jayne & K. Ward (eds.) *Urban Theory – new critical perspectives*. Routledge, Oxon (pp. 99-108).
- Pereira, M., Teixeira, J., DI Biaggio, S., & Quintino, F. (2002). *Horários do comércio: liberalizar ou condicionar?*, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica, Lisboa.
- Proudford, M. (1937), City retail structure, *Economic Geography*, 13, pp. 425-428.
- Rodrigues, E. (2012), *Shopping a céu aberto no Brasil: Transformações, estratégias e perspectivas da rua comercial na sociedade de consumo contemporânea*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Schiller, R. (1994), “Vitality and Viability: Challenge to the ‘Town Centre’”, *International Journal of Retail & Distribution Management*, 22 (6), pp. 46-50.
- Teixeira, J. (1996), *O comércio alimentar na área metropolitana de Lisboa nos últimos trinta anos – agentes, estratégias empresariais e padrões de consumo*. Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional. FCSH-UNL, Lisboa.
- Vargas, H., & Silva, D. (2020). Revisando el papel de los Mercados Públicos en São Paulo en 150 años de Historia. In V. Delgadillo & O. Niglio (Eds.), *Mercados de Abasto: Patrimonio, Turismo, Gentrificación* (pp. 131-159). Aracne Editrice, Canterano.
- Wrigley, N., Dolega, L. (2011): Resilience, fragility, and adaptation: new evidence on the performance of UK high streets during global economics crisis and its policy implications. *Environment and Planning A*, 43(10), pp. 2337–2363.
- Wrigley, N., Brookes, E. [eds.] (2014): *Evolving High Streets: Resilience and Reinvention*. Southampton, University of Southampton.
- Zukin, S. (2008) *Consuming Authenticity*, *Cultural Studies*, 22 (5), pp. 724-748.

Plataformização do Espaço Urbano: o caso das Plataformas de Entregas na Área Metropolitana de Lisboa

Nuno Rodrigues
Universidade de Lisboa

Daniela Ferreira
Universidade de Lisboa

Mário Vale
Universidade de Lisboa

Introdução

De forma sucinta, as plataformas de entregas providenciam um serviço de entregas entre um ponto de recolha (geralmente na área da restauração ou do comércio em geral) e um ponto de entrega (geralmente dirigida a um consumidor final). Tratando-se de um serviço que não é exclusivo de tais plataformas, a sua especificidade passa pela capacidade de providenciar uma estrutura algorítmica capaz de colocar em interação diferentes utilizadores, criando assim um mercado com regras e mecanismos próprios a cada plataforma e para cada tipo de utilizador (Srnicek, 2017).

A emergência das plataformas digitais tem adquirido destaque ao nível económico e social, mas também conduzido a um processo de transformação e crescente plataformização do espaço urbano (Sthelin et al., 2020; Richardson, 2020), o qual é concomitante de outras transformações digitais e tecnológicas que têm ocorrido no mesmo, em particular no âmbito da aposta em Smart Cities¹ (Vale, 2021). Para Sthelin et al. (2020), obser-

¹ De forma introdutória, uma Smart City consiste na utilização de tecnologias (geralmente, tecnologias digitais) para a intermediação e gestão do espaço urbano. A promoção e adoção de soluções e políticas de Smart Cities tem sido alvo de bastante discussão, desde as possibilidades de reprodução de desigualdades (Vale, 2021), à sua inserção numa história do planeamento urbano que tende a centrar-se em soluções tecnocentradas e/ou em estratégias neoliberais para o desenvolvimento urbano (Kitchin, 2014).

va-se uma transformação urbana através da introdução de diversos dispositivos digitais que se traduz numa progressiva mediação e dependência crescente do urbano face a tais tecnologias - com as suas regras e funcionalidades próprias, desde logo em termos do uso de dados e algoritmos (van Doorn e Badger, 2020). Focando-se especificamente sobre o caso das plataformas de entregas, Lizzie Richardson destaca a forma como estas não podem ser concebidas estritamente ao nível da empresa, mas obrigam à consideração da forma como se “(...) manifest in cities through the coordination of urban networks (e.g. Davies et al., 2017; McLaren & Agyeman, 2015). Existing and sometimes new urban networks are coordinated to manifest as flexible spatial arrangements that are territorialized through a range of networked urban entities beyond that of the interface and the algorithm.” (Richardson, 2020: 458). Para Richardson (2020: 462), a partir da sua investigação relativamente à Deliveroo, a plataforma surge como um indutor de formas de territorialização entre o restaurante (ponto de recolha) e o consumidor final (ponto de entrega), num processo de “arranjos espaço-temporais flexíveis” entre os diversos atores presentes na plataforma que implica uma reorganização e reestruturação de operações e fluxos urbanos já existentes.

Para Srnicek (2017), as plataformas de entregas enquadram-se na categoria das lean-platforms, dado que apesar de providenciarem a plataforma e estrutura algorítmica que garante a operação e define as regras da operação, acabam por externalizar a maioria dos custos de produção, bem como parte considerável do capital fixo e outros riscos inerentes à atividade. Neste sentido, são plataformas tipicamente marcadas pelos aspetos associados à denominada Gig Economy², em particular no que remete para os fenómenos de precariedade geralmente associada aos estafetas destas empresas: geralmente pede-se que assegurem parte dos meios de produção (do veículo ao smartphone, muitas vezes sujeitos a outras formas de intermediação do seu trabalho); são sujeitos a formas de pagamento à peça/gigs (com uma remuneração variável e afeta às entregas realizadas); não detêm uma relação laboral reconhecida e típica, nem as formas de proteção social geralmente associadas aquela; estão sujeitos a modos de gestão algorítmica, com destaque para os mecanismos de alocação de pedidos ou

2 De acordo com Woodcock e Graham (2019), a Gig Economy consiste em: “labour markets that are characterized by independent contracting that happens through, via, and on digital platforms. The kind of work that is offered is contingent: casual and non-permanent work. It may have variable hours and little job security, involve payment on a piece-work basis, and lack any options for career development” (Woodcock e Graham, 2019: 10).

às formas algorítmicas de avaliação e gestão do trabalho; entre outros aspetos (Rodrigues e Costa, 2021). Não é evidente na legislação de diversos países europeus e mesmo nos EUA, o pressuposto de uma relação laboral entre o estafeta e a plataforma, o que tem contribuído para a precariedade do trabalho nas plataformas digitais de distribuição (ILO, 2021).

Desta forma, pretende-se, com o presente capítulo, apresentar e explorar os processos de plataformização do espaço urbano e de transformação geral de tais plataformas na AML. Em termos metodológicos, recorre-se à recolha de informação secundária (com destaque para a pesquisa na imprensa e nos websites das próprias plataformas), bem como ao uso da revisão bibliográfica diretamente relacionada com o caso de estudo.

Plataformas de Entregas na Área Metropolitana de Lisboa

A introdução de plataformas de entregas em Portugal surge em 2017 através das empresas Glovo e Uber Eats, as quais se mantêm como as principais empresas deste sector a nível nacional. Esta introdução fez-se inicialmente em Lisboa, mas desde então ocorreu um processo de disseminação a outras cidades do país³, ainda que com destaque para a sua concentração nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Esta apropriação tem decorrido de forma diferenciada ao nível da AML, em parte reproduzindo padrões (de comércio e residência) e desigualdades geográficas pré-existentes, ocorrendo maioritariamente nas zonas centrais e associadas aos principais fluxos da cidade (Rodrigues e Costa, 2021).

Ambas as empresas têm apostado em Portugal, e em particular na AML, para testar novos produtos e serviços - com destaque para a Uber, que inclusivamente detém uma sede e um centro de investigação e desenvolvimento na AML (Leonardi and Pirina, 2020; Allegretti et al., 2021). Assim, associada a uma expansão territorial, verifica-se uma expansão do sector em geral, visível na chegada e disseminação de outras plataformas no mercado – sendo de mencionar os casos da Takeaway, Just Eat, Bolt Food, Rocket e Getir, com as últimas três a chegar a Lisboa já no período pós-Pandemia, particularmente marcado por uma intensificação do sec-

3 À data de 04/08/2022, a Glovo encontrava-se presente em 74 cidades portuguesas, enquanto a Uber Eats detinha operações em 96 cidades. Numa notícia de 2021, afeta à presença da Uber Eats em mais de 80 cidades (ou seja, num valor inferior ao atualmente verificado), era mencionado que os seus serviços já chegavam a mais de 70% da população nacional, o que permite atestar a penetração da oferta destas plataformas.

tor⁴. Como destacado pelas próprias empresas⁵, bem como outras análises sobre o impacto da Pandemia no sector das plataformas de entregas (van Doorn et al., 2021), verificou-se uma aceleração da penetração de tais plataformas no quotidiano e na economia, transversal a diversas esferas da sociedade (indo do trabalho à organização logística do sector, como se explorará de seguida). Dados tornados públicos pela Uber Eats mencionaram uma subida de 160% nas vendas tendo como referência o primeiro semestre de 2021, bem como um acréscimo significativo do número de estafetas, parceiros da empresa (com destaque para a restauração) e cidades onde passaram a operar. Tendo como referência os primeiros dois meses da Pandemia, a Glovo anunciava um aumento de 170% do número de parceiros, a chegada a 50 novas localidades, e um aumento de mais de 100% no número de pedidos. Um outro estudo realizado no mesmo período apontava para uma subida excepcionalmente elevada, a nível nacional, no número de trabalhadores em tais plataformas.

Por último, importa mencionar que no caso da AML, e como tende a ocorrer em outras cidades (Cant, 2019; van Doorn et al. 2021), trata-se de atividades maioritariamente realizadas por imigrantes, com a intersecção de outras posições sociais (com destaque para o género e a idade, sendo atividades geralmente realizadas por sujeitos masculinos e mais jovens (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2021: 60). Portugal surge, a nível europeu (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2021), como um dos países com maior incidência do trabalho de plataforma – uma incidência que aumenta no caso das áreas metropolitanas, como é o caso da AML. A nível nacional, e de acordo com dados de 2017 e 2019:

“(…), mais de 10% da população adulta já prestou algum serviço através das plataformas digitais e entre 2% a 4% destas pessoas tem nesta forma de prestação de trabalho a sua fonte de rendi-

4 Algo mencionado, por exemplo, pelo director de operações da Bolt Food: “Mas a expansão para Portugal estava, na verdade, planeada para mais tarde. Com o aparecimento da pandemia, que ainda estamos a viver, decidimos acelerar o lançamento do serviço em vários países, incluindo em Portugal”, conta à Time Out Lisboa o líder da Bolt em Portugal, David Ferreira da Silva”. Disponível em: <https://www.timeout.pt/lisboa/pt/noticias/bolt-lanca-servico-de-entrega-de-comida-em-lisboa-102220>

5 Como afirmado por um responsável da Uber Eats: “A Covid veio ajudar a acelerar esse processo, não só porque houve uma aceleração da digitalização dos consumidores como trouxe uma maior implementação deste hábito que, em Portugal, não existia e que, lentamente, vai sendo parte da vida das pessoas.” Disponível em: <https://eco.sapo.pt/entrevista/em-2021-queremos-passar-de-eats-para-distribuir-tudo-diz-o-novo-general-manager-da-uber-eats/>

mento principal. (...) Comparativamente com os restantes 13 países da UE abrangidos pelo referido inquérito, Portugal regista a maior percentagem de trabalhadores que presta serviços on location (10%) e a terceira maior percentagem de trabalhadores que prestam serviços digitais (10%).” (Livro Verde Futuro do Trabalho, 2020: 60).

Na verdade, torna-se possível afirmar que existe uma grande penetração de tais plataformas na AML, e que a mesma se intensificou durante o período da Pandemia.

Alterações logísticas recentes no sector das Plataformas de Entregas

A chegada e consolidação das plataformas de entregas tem apresentado vários efeitos. Entre estes, e de forma meramente introdutória, poder-se-ia mencionar as dinâmicas de transformação no sector do comércio e restauração, com uma tendência para a plataformização e intermediação a vários níveis (Ferreira et al., 2022); alterações nas formas de apropriação do espaço urbano (em particular, em termos de mobilidade); modificações na micrologística urbana, estendendo-se tais serviços a sectores económicos que até aí não faziam uso dos mesmos, ou pelo menos não com a mesma intensidade; bem como alterações no mercado de trabalho, tipicamente associadas à emergência da já mencionada Gig Economy. Contudo, neste capítulo iremos focar-nos em alterações recentes na organização e intermediação logística deste sector. Em particular, pretende-se, a partir do caso da AML, destacar a emergência de Dark Kitchens e Dark Stores e de plataformas de entregas ultrarrápidas, e a forma como estas representam uma alteração logística importante e potencialmente disruptiva no sector, com potenciais efeitos urbanos e socioeconómicos.

De forma sintética, uma Dark Kitchen corresponde a um espaço físico que permite centralizar e coordenar diversas ofertas gastronómicas; enquanto uma Dark Store corresponde a um espaço que permite centralizar e coordenar diversas ofertas de produtos, geralmente de mercearia. Defende-se que com a emergência de tais conceitos e espaços logísticos, as plataformas deixam de ter o seu modelo de negócio baseado apenas em duas grandes áreas, como acontecia até ao momento: 1) uma área respeitante à recolha, análise e venda de dados, no âmbito de uma economia digital associada à extração, análise e venda de dados/Big Data (Srnicek,

2017; van Doorn and Badger, 2020); 2) outra área correspondente à venda do serviço em si, e que no caso das plataformas de entregas diz respeito ao serviço de entrega. Assim, as plataformas não só apresentam ganhos de eficiência e escala na sua organização logística através da introdução destes novos conceitos, como acabam por entrar numa nova área de negócio, respeitante ao negócio de venda de produtos – seja a venda de uma oferta gastronómica ou a venda de produtos de mercearia, juntando-se a venda de tais produtos às duas áreas de negócio anteriores, uma área relacionada com os dados e outra área cingida ao serviço de. De acordo com Shapiro (2020: 6-8), a produção de “Dark Spaces” implica uma reorganização do espaço a partir de princípios neo-Tayloristas de forma a obter ganhos de eficiência e economias de escala. Este princípio é particularmente acentuado pelo autor no âmbito das Dark Kitchens, as quais passam a ser organizadas enquanto um espaço de distribuição de uma forma em que: “If you are operating several brands from one kitchen, you can batch prep ingredients for several different menus and design the kitchen to prioritize the speed of preparation and the process of handing over meals to delivery drivers (Colpaart, 2019).” (Shapiro, 2020: 8).

Pelo menos no que remete para o caso da AML, esta introdução dá-se a partir de duas grandes lógicas. Em primeiro lugar, pretende-se mencionar a aposta nestes conceitos pelas plataformas digitais dominantes no mercado português, a qual se inicia em 2020, ainda num período prévio à Pandemia, através da Glovo e a abertura da sua primeira Dark Store em Lisboa. Sensivelmente um ano depois, a mesma empresa anunciava a abertura de mais 16 lojas semelhantes, bem como a compra de uma outra empresa que operava no sector da distribuição, a Mercadão . Desta forma, com tal abertura e expansão, a Glovo passava a deter a possibilidade de vender os seus próprios produtos, inseridos na sua plataforma de entregas (já com uma presença forte no mercado), bem como possibilitava que tais entregas passassem a decorrer de forma mais rápida e controlada pela própria empresa. Esta aposta também foi seguida pela Bolt Food , enquanto a Uber Eats tem apostado no conceito de Dark Kitchens , tal como identificado por um responsável da empresa: “Não parámos de anunciar novos conceitos lançados a partir da nossa plataforma, temos chefs a abrirem Dark kitchens ou restaurantes virtuais. Os negócios apenas abertos para Uber Eats são já várias dezenas.” .

Por sua vez, e porventura com um potencial de disrupção maior, é de mencionar a chegada da plataforma Getir a Lisboa , a qual se foca no conceito de entregas ultrarrápidas. Esta plataforma baseia o seu modelo de

negócio na venda de produtos que detém em Dark Stores, oferecendo um serviço de entrega realizado em poucos minutos. Para garantir tal rapidez, a Getir não só necessita de garantir a existência de diversas Dark Stores, estrategicamente localizadas na cidade, como necessita que os estafetas que para si trabalham apresentem uma relação contratual com a empresa, ao contrário do que sucede nas restantes plataformas. Esta forma de contratação laboral revela-se fundamental para assegurar que a empresa possa deter sempre uma força de trabalho suficiente para responder à procura (pelo menos, até um ponto inicialmente expeável), algo que no caso das outras plataformas nem sempre ocorre devido à própria lógica de incerteza inerente à Gig Economy. Neste sentido, e ao contrário dos mecanismos de avaliação e gestão algorítmica do trabalho e dos mecanismos de incentivos que as restantes plataformas usam excecionalmente para responder às flutuações e picos de procura - os quais apresentam as suas falhas durante mudanças mais bruscas de adequação entre oferta e procura (Rodrigues e Costa, 2021) -, no caso de conceitos como os da Getir opta-se por estabelecer uma relação laboral com os estafetas e, dessa forma, planear e organizar internamente a força de trabalho face à procura.

Para além deste caso referente a uma grande plataforma internacional, importa mencionar uma pequena plataforma a operar apenas no centro de Lisboa, a Bairro Shop, e que se foca igualmente no conceito de Dark Kitchens e entregas ultrarrápidas – no fundo, com tais opções de localização e amplitude da sua oferta de serviços, acaba por demonstrar a importância da centralização de tais serviços num mesmo espaço para ganhos de escala e eficiência, a qual se alia à proximidade geográfica ao ponto de entrega (consumidor final) de forma a garantir a rapidez da entrega. No fundo, trata-se de algo que vai ao encontro do explorado por Shapiro (2022: 8), o qual defende que a localização ideal de tais Dark Kitchens deve ser o mais próxima possível dos consumidores finais de forma a minimizar o tempo de entrega, mas também distante o suficiente de forma a permitir gerir os fluxos e picos da procura. Acrescente-se que isto se estende à própria organização dos fluxos dos estafetas, promovendo-se uma organização destes de modo a que o seu tempo de espera (no local de recolha) e o seu tempo de entrega (ao consumidor final) possa ser reduzido ao máximo.

Em suma, e apesar de em ambas as situações estarem em causa a aposta em Dark Kitchens e/ou Dark Stores, o modelo de negócio por detrás de cada uma delas é diferente, e poderá constituir uma bifurcação importante no sector das plataformas de entregas – com efeitos que importa analisar no futuro, seja em termos de investimento em capital, organização

logística, apropriação do espaço urbano ou mesmo ao nível do mercado de trabalho. Como mencionado por Shapiro (2022), esta situação configura uma forma de plataformização do próprio espaço urbano, entendido como um recurso e fator-chave no âmbito das operações e modelo de negócio de tais plataformas.

Conclusão

De forma sintética, e mesmo que potencialmente transversal a outras cidades e metrópoles ocidentais, defende-se que na AML se observa um processo de plataformização que se tem intensificado nos últimos anos. Esse processo reflete-se em vários níveis, indo das formas de apropriação do espaço urbano à organização logística, passando por diversas esferas da economia e do mercado de trabalho.

Em particular, defende-se que, com a emergência de plataformas de entregas ultrarrápidas e de conceitos como os de Dark Kitchens e Dark Stores, se assiste a uma tendência de transformação do sector de plataformas de entregas, com implicações a vários níveis. Em futuros trabalhos será importante analisar de forma mais fina o sentido de tais transformações e os possíveis confrontos entre as duas lógicas mencionadas, desde logo no que poderão implicar em termos de reestruturação do próprio modelo de negócio em que assentavam as lean-platforms, passando as mesmas a incluírem espaços físicos, o essencial da força de trabalho e outros fatores nos seus custos. Ou seja, trata-se de uma situação que poderá constituir uma reconfiguração da própria economia de plataforma e de alguns aspetos associados à Gig Economy.

Por último, seria importante explorar os diversos efeitos que tal aposta terá ao nível do espaço urbano, seja em termos das formas de mobilidade verificadas e das suas alterações, seja na esfera do imobiliário devido à disseminação de diversos “Dark Spaces” na cidade.

Bibliografia

- Allegretti, G., Holz, S., & Rodrigues, N. (2021). At a crossroads: Uber and the ambiguities of the COVID-19 emergency in Lisbon. *Work Organisation, Labour & Globalisation*, 15(1), 85-106.
- Cant, C. (2019). *Riding for Deliveroo: resistance in the new economy*. John Wiley & Sons.

- Ferreira, D., Carmo, R.M., & Vale, M. (2022). Is the COVID- 19 pandemic accelerating the platformisation of the urban economy? *Area*, 54: 443–450.
- ILO (2021). The role of digital labour platforms in transforming the world of work. International Labour Organization.
- Kitchin, R. (2014). The real-time city? Big data and smart urbanism. *GeoJournal*, 79(1), 1-14.
- Leonardi, E., & Pirina, G. (2020). Uber in the Portuguese gig economy: a laboratory for platform capitalism. *Work Organisation, Labour & Globalisation*, 14(2), 46-63.
- MTSSS (2021). Livro Verde do Futuro do Trabalho. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.
- Richardson, L. (2020). Coordinating the city: Platforms as flexible spatial arrangements. *Urban Geography*, 41(3), 458-461.
- Rodrigues, N., & Costa, P. (2021). Práticas espaciais digitalmente mediadas: Conceptualização e problematização das práticas espaciais dos trabalhadores de plataformas de Ride-Sharing e Food-Delivery. Entre transições: Retrospectivas – transversalidades – perspetivas, 26-34.
- Shapiro, A. (2022). Platform urbanism in a pandemic: Dark stores, ghost kitchens, and the logistical-urban frontier. *Journal of Consumer Culture*.
- Srnicek, N. (2017). Platform capitalism. John Wiley & Sons.
- Stehlin, J., Hodson, M., & McMeekin, A. (2020). Platform mobilities and the production of urban space: Toward a typology of platformization trajectories. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 52(7), 1250-1268.
- Vale, M. (2021). No terreno da “cidade inteligente”: geografias desiguais da inovação, do valor e do poder. In: Gomes, M. T. S., Tunes, R. H., Oliveira, F. G. de (org.). *Geografia da inovação: território, redes e finanças* (pp. 21-37). Consequência.
- van Doorn, N., & Badger, A. (2020). Platform capitalism’s hidden abode: producing data assets in the gig economy. *Antipode*, 52(5), 1475-1495.
- van Doorn, N., Mos, E., & Bosma, J. (2021). Actually existing platformization: Embedding platforms in urban spaces through partnerships. *South Atlantic Quarterly*, 120(4), 715-731.
- Woodcock, J., & Graham, M. (2019). The gig economy. A critical introduction. Cambridge: Polity.

Acessibilidade

Miguel Padeiro
Universidade de Coimbra

Introdução

Ter ou não ter acesso a um lugar, e sobretudo aos recursos e oportunidades que o mesmo proporciona, pode fazer muita diferença. Uma área urbana junta um mosaico de áreas diferenciadas, algumas com muitos serviços, muitas áreas verdes, bons transportes, que permitem que a sua população usufrua do melhor que a vida urbana tem, e outras com reduzido acesso a todos esses recursos. A diferença entre uns e outros, com diversas consequências para as populações, coloca-se em termos de acessibilidade.

A acessibilidade é um daqueles conceitos aparentemente simples até ao momento em que precisamos de defini-la e medi-la (Gould, 1969). Por detrás desta palavra reside um conceito mais complexo, no seu significado e na sua operacionalização: a acessibilidade abrange várias dimensões, pode ser medida de diversas maneiras, pode ser encarada em diversas escalas e de forma diferente segundo as pessoas ou os grupos sociais. Constitui uma das dimensões – não a única – que permite caracterizar o acesso aos recursos e oportunidades: aceder a um serviço depende do factor acessibilidade, no sentido geográfico que a palavra reveste, mas também da disponibilidade, do custo, da aceitabilidade e da comodidade desse serviço (Penchansky & Thomas, 1981; Verma & Dash, 2020).

As dimensões e componentes da acessibilidade

Definições

Poderíamos numa primeira abordagem definir a acessibilidade como a facilidade com que um determinado lugar pode ser alcançado a partir de outros lugares, e também com que desse mesmo lugar se pode alcançar aqueles outros lugares (Bavoux, Beaucire, Chapelon, & Zembri, 2005; Rodrigue, Comtois, & Slack, 2016). Do ponto de vista de um mero ponto

localizado no espaço geográfico, esta definição implicaria sobretudo que o nível de acessibilidade dependesse das distâncias e dos custos da deslocação, fossem eles monetários (o valor que é preciso gastar para realizar o percurso), de tempo (a duração do trajecto), físicos (o esforço que implica o percurso) ou ainda psicológicos (o esforço mental que pode representar passar numa rua pouco segura ou pedalar no meio do trânsito). A acessibilidade traduziria sobretudo a distância, real ou percebida, entre os pontos de origem e de destino, e a qualidade – ou a performance – do sistema de transporte que permite realizar essa ligação (Bavoux et al., 2005).

Embora possa em certos casos ser útil avaliar desta forma a acessibilidade de um lugar, o conceito de acessibilidade tem sobretudo valor em função dos recursos e das oportunidades, das actividades e das funções às quais os indivíduos ou as empresas querem aceder: bens, comércios, serviços, amenidades, clientes, empregos, mão-de-obra não se encontram distribuídos no espaço de forma homogénea e requerem, por isso, uma deslocação. A questão consiste sempre em saber se um indivíduo, uma família ou uma empresa dispõe de um número suficiente de recursos à sua volta para satisfazer as suas necessidades. Com que facilidade acede uma pessoa a uma alimentação saudável na sua área de residência? Quantos agregados familiares, potenciais clientes, residem dentro de um raio de trinta minutos à volta de um possível local de instalação de uma superfície comercial? A quantos empregos potenciais pode uma pessoa concorrer, que estejam localizados a menos de trinta minutos de automóvel da sua residência? Quantos serão esses empregos potenciais se a mesma pessoa não tiver rendimento suficiente para ter automóvel e ficar limitada à utilização dos transportes públicos?

A acessibilidade é, assim, mais do que apenas a distância em relação a um determinado lugar ou a facilidade em alcançá-lo: envolve sobretudo os recursos aí existentes. Pode ser o “número de oportunidades disponíveis dentro de um certo limite de distância ou de tempo” (Hanson, 2004); pode ser a “facilidade com que uma actividade pode ser alcançada a partir de um local e através de um determinado sistema de transporte” (Dalvi & Martin, 1976); pode ser, usando uma definição mais abrangente e mais difusa, o “potencial de oportunidades para interacção” (Hansen, 1959). A diversidade de definições revela a complexidade do conceito. Falta destrinçar as suas dimensões e componentes.

Os factores da acessibilidade

É comum pensar-se que a melhoria da acessibilidade traz benefícios para a sociedade e para o funcionamento urbano. É também comum pensar-se que essa melhoria implica em primeiro lugar revigorar as condições de circulação dos diversos modos de transporte, por exemplo através da criação de novas infra-estruturas ou do seu alargamento, ou ainda da alteração das frequências e velocidades comerciais. Todavia, melhorar a acessibilidade não significa apenas actuar sobre a circulação. A acessibilidade abrange e depende de três grandes componentes sobre as quais as políticas podem e devem incidir: o sistema de mobilidade; o sistema de localizações, ou os padrões de ocupação do solo; as características dos indivíduos. Estas componentes e os níveis de acessibilidade global específica de cada localização, actividade, grupo social ou indivíduo, não podem ser entendidos sem considerar o contexto político, económico, cultural, societal – e até de saúde pública, como aprendemos em 2020 – em que a acessibilidade é avaliada.

O sistema de mobilidade designa o conjunto de todos os elementos (infra-estruturas, equipamentos, sistemas técnicos, serviços operacionais, regras) que permitem assegurar a ligação física entre lugares. A sua influência nos níveis de acessibilidade é determinada por um grande conjunto de parâmetros que determinam o esforço necessário para alcançar o destino. A minimização desse esforço é normalmente o grande objectivo das políticas de transporte e implica uma acção sobre as suas dimensões: (i) de tempo: a velocidade praticada (e o conseqüente tempo de percurso), o tempo de espera (que depende das frequências mas também tem uma dimensão psicológica, percebida, que pode ser influenciada pelas condições em que o passageiro aguarda a chegada do veículo que irá transportá-lo), o tempo necessário à procura de um lugar de estacionamento; (ii) monetário: preço do bilhete ou do passe, gasto em combustível, gastos de manutenção do veículo, seguros, taxas e estacionamento, gastos colectivos relacionados com o uso do modo de transporte (as chamadas externalidades negativas que resultam da sinistralidade, da ocupação do espaço, da poluição, da congestão, com custos económicos importantes para a sociedade); (iii) físico: a penosidade do trajecto (o cansaço que provoca), o nível de conforto do modo utilizado (por exemplo, a dificuldade em subir para um autocarro sem rampa de acesso); e (iv) psicológico: a percepção de (in)segurança (nos dois sentidos do inglês *safety* e *security*, como por exemplo o medo de ser atropelado quando se anda de bicicleta pela cidade ou aquele de ser agredido no metro).

O sistema de localizações designa não só a configuração espacial e as características dos diversos recursos e funções existentes numa área urbana (comércios, serviços, empregos, amenidades, etc.) e da população nela residente, bem como a rede de interações entre todos os elementos que o compõem e ditam as complementaridades entre eles e as múltiplas concorrências pelo uso do solo. A natureza, qualidade e quantidade de funções e actividades localizadas num determinado lugar, a forma (mais concentrada, mais dispersa; mais centralizada, mais periférica) como essas funções e actividades se distribuem no espaço, as suas características próprias influenciam a acessibilidade. Uma área central e acessível implica geralmente uma maior multiplicidade de funções: é onde encontramos o maior número e a maior diversidade de serviços, o maior leque de escolhas ao nosso dispor. As especialidades e os equipamentos disponíveis num centro de saúde determinam, por exemplo, a acessibilidade específica a um tipo de procedimento para os doentes. Um lugar (um grupo social, uma pessoa) pode aparentar ter um elevado nível de acessibilidade aos cuidados de saúde em geral, mas ter um baixo nível de acessibilidade aos cuidados e tratamentos da esclerose múltipla, se os hospitais e clínicas existentes na área dispuserem de um número baixo de recursos humanos e materiais nesse domínio.

Por último, as características do indivíduo também contribuem para a determinação do nível de acessibilidade, em particular de acessibilidade efectiva. Duas pessoas à partida iguais e a residirem na mesma morada podem beneficiar de um nível de acessibilidade diferente ao mesmo serviço, porque um tem automóvel e outro não tem, ou porque um conhece a cidade de cor enquanto o outro acabou de se mudar vindo de outro país, ou ainda porque um evidencia uma boa condição de saúde e o outro é afectado por várias doenças crónicas que lhe limitam a mobilidade. É por este motivo que a acessibilidade não deve ser interpretada apenas com base no sistema de localizações e no sistema de mobilidade, mas incorporar sempre que possível as características da população residente. Os atributos do indivíduo pesam na balança e dividem-se em várias categorias: (i) características sócio-demográficas (idade, situação familiar); (ii) características sócio-económicas (nível de qualificações, rendimento, profissão); (iii) aptidão/competência (estado de saúde, literacia espacial); (iv) capital social e existência de um suporte social e familiar. Estas variáveis influenciam por exemplo a posse e/ou o uso de um automóvel, com evidentes repercussões no leque de recursos acessíveis dentro de um limite de tempo e de esforço, ou ainda a capacidade em aceder a determinados serviços de

proximidade devido a dificuldades em subir ruas declivosas. A componente individual da acessibilidade reflecte assim os motivos individuais que aumentam ou reduzem a capacidade ou a aptidão da pessoa em aceder a diversos lugares e recursos. A expressão da “cidade dos quinze minutos”, forjada em 2016 por Carlos Moreno no prolongamento de outras designações já existentes (como a “cidade das curtas distâncias” ou os “20-minute neighborhoods” em Portland nos anos 2000), e que ganhou popularidade em 2020 sob o impulso da Câmara Municipal de Paris, pode corresponder a um horizonte desejável para um jovem adulto saudável, mas não ser de uma grande ajuda para pessoas idosas que caminham mais lentamente.

Assim sendo, as primeiras duas influenciam em particular a acessibilidade dita potencial, que corresponde à noção de que uma localização (uma actividade, um recurso) existe e é passível de ser alcançada, independentemente de ser, na prática, realmente acessível. A segunda e terceira componentes determinam a acessibilidade dita efectiva. A baixa velocidade realmente praticada (na componente do sistema de mobilidade, por causa do elevado trânsito) e a não-posse de automóvel (na componente individual) são dois exemplos de parâmetros que podem criar uma diferença entre a acessibilidade potencial e a acessibilidade efectiva.

Existe ainda uma dimensão relevante na definição da acessibilidade, que é transversal às três componentes referidas: a dimensão temporal reflecte as variações no tempo dos constrangimentos e das restrições (ou da sua ausência), as quais podem alterar significativamente os níveis de acessibilidade. Essas variações podem ser horárias (muitas carreiras de autocarros funcionam menos fora das horas de ponta; muito trânsito em hora de ponta diminui a acessibilidade), diurnas-nocturnas (nem todas as farmácias funcionam à noite), diária (alguns serviços encerram às segundas-feiras), semanal (fins de semana), mensal (interdição do trânsito automóvel no primeiro domingo do mês em certas áreas centrais), sazonal (a ocorrência de nevões no inverno ou a ausência de sombra no percurso no verão podem seriamente limitar algumas deslocações), ou ainda episódica (eventos políticos, desportivos ou climáticos, obras públicas) ou evolutiva (o envelhecimento da pessoa ou do veículo que utiliza). Esta dimensão temporal não afecta necessariamente todos da mesma maneira, mas antes interage com as restrições individuais. Por exemplo, a acessibilidade de um indivíduo que possui um automóvel pode não ser afectada à noite pela ausência de serviço de transporte colectivo, mas implicará grandes constrangimentos para a pessoa que não tem outro meio de se deslocar. Uma consequência é que a acessibilidade deve ser pensada, na sua medição e

nas políticas encarregues de melhorá-la, em função dos diversos grupos sociais e não apenas em termos genéricos.

A medição da acessibilidade

Existindo tantas definições e determinantes da acessibilidade, um dos maiores desafios em investigação e acção política consiste na sua medição: como avaliar de forma eficiente a acessibilidade potencial e efectiva, a acessibilidade dos lugares, dos recursos e actividades, das pessoas? Os métodos mais comuns dividem-se normalmente em cinco grandes categorias (Bhat et al 2001), embora outras categorizações e abordagens alternativas sejam possíveis (Apparicio, Abdelmajid, Riva, & Shearmur, 2008; Geurs & van Wee, 2004, 2013), e embora trabalhos recentes tenham procurado conciliar várias abordagens:

- As medidas de separação espacial (Tabela 1 – A), as mais simples, avaliam a acessibilidade através da simples distância, custo ou tempo entre origens e destinos. Um lugar ou um recurso é mais acessível que outros porque o somatório das distâncias (ou tempos de percurso) em relação a um conjunto de destinos é o mais baixo, comparativamente com outros lugares ou recursos;
- As medidas de oportunidades cumulativas, por vezes agrupadas com as primeiras numa categoria de medidas baseadas em distâncias (Geurs & van Wee, 2004), consideram o número total de oportunidades acessíveis dentro de um determinado raio de distância ou de tempo: se uma determinada área residencial tiver acesso a um total de quatro lojas alimentares (ou fisioterapeutas, dentistas, ou qualquer outro tipo de serviço ou recurso) num raio de quinze minutos a pé, sendo que a mais próxima se situa a nove minutos, poderá nesta perspectiva considerar-se que evidencia uma maior acessibilidade a esses serviços do que outra área que tem apenas duas no mesmo raio de quinze minutos, mesmo que a mais próxima esteja apenas a cinco minutos: o que conta, na perspectiva das oportunidades cumulativas, é o leque de opções disponíveis;
- As medidas gravíticas, também chamadas de acessibilidade potencial, recorrem ao número de oportunidades disponíveis, à semelhança das medidas de oportunidades cumulativas, mas incluem uma função de impedância (isso é, que dá conta da fricção da distância) que penaliza as oportunidades mais distantes. Por exemplo, se duas áreas residenciais tiverem cada uma quatro lojas alimentares (ou outros serviços)

a menos de trinta minutos do seu centro geométrico, terão o mesmo nível de accesibilidad na perspectiva das oportunidades acumulativas. Todavia, uma pode ter as quatro lojas a menos de quinze minutos, enquanto que a outra tem as quatro a mais de vinte minutos: a accesibilidad potencial, ou gravítica, tem esta diferença em conta e mostra que a primeira tem melhor accesibilidad às lojas alimentares. O desafio das medidas gravíticas reside sobretudo na determinação da função de impedância, que pode ser exponencial, gaussiana, cumulativa, cumulativa-gaussiana, entre outras (Tabela 1 – B). Uma variante muito popular do modelo gravítico é o 2S-FCA, ou 2-step floating catchment area (Tao, Cheng 2018), que considera não só a proximidade relativa dos recursos mas também a existência de uma concorrência da procura em relação à oferta;

- As medidas baseadas na utilidade procuram prever os comportamentos individuais. Para isso, efectuam uma estimativa da utilidade máxima percebida pelo utilizador de um sistema de transporte, tendo em conta o leque de escolhas disponíveis, e calculam a probabilidade de o indivíduo optar por uma ou outra escolha;

- As medidas espaço-tempo baseiam-se na geografia do tempo de Hägerstrand (1970) e integram as restrições espaciais e temporais dos indivíduos. Atribuem aos indivíduos uma área potencial de oportunidades que podem ser alcançadas dentro de um determinado tempo e tendo em conta as suas restrições de tempo – as quais podem ter a ver com obrigações profissionais ou familiares. São no entanto de mais rara aplicação.

Tabela 1. Exemplos de fórmulas gerais utilizadas nos cálculos de accesibilidad

<p>A. Accesibilidad baseada na separação espacial (índice de Shimmel)</p> $A_i = \sum_{j=1}^n d_{ij}$ <p>A_i: accesibilidad da área i D_{ij}: custo (distância, tempo...) entre as áreas i e j</p>	<p>A. Accesibilidad baseada no modelo gravítico</p> $A_i = \sum_j O_j f(D_{ij})$ <p>A_i: accesibilidad da área i O_j: número ou área das oportunidades f: função aplicada ao modelo D_{ij}: custo (distância, tempo...) entre as áreas i e j</p>
--	--

As consequências das diferenças na acessibilidade

A concorrência pela localização

A acessibilidade está no centro de todas as teorias da localização: a teoria da localização de von Thünen (1826) mostra o papel do acesso ao mercado urbano na configuração espacial dos diversos usos agrícolas do solo; a teoria weberiana da localização industrial (McCann & van Oort, 2009; Weber, 1909) realça o custo da distância em relação às matérias primas e ao mercado de consumo; a teoria dos lugares centrais de Christaller (1933) e Lösch (1940) relaciona a localização relativa das povoações urbanas com as respectivas áreas de influência; as teorias neo-clássicas retomam as ideias anteriores e reforçam o papel da acessibilidade no espaço intra-urbano (Alonso, 1960, 1964; Boarnet & Haughwout, 2000); e a Nova Economia Geográfica sublinha o papel da co-presença e da proximidade nas forças de aglomeração (Fujita & Thisse, 1996; Krugman, 1991a, 1991b; Polèse & Shearmur, 2009). As empresas valorizam localizações acessíveis quer à mão-de-obra, quer ao mercado de consumo, quer a outras empresas. As sucursais bancárias nas quatro esquinas de um cruzamento, os centros comerciais cujo desenvolvimento acompanha a progressiva expansão urbana, os armazéns e as actividades logísticas à saída dos principais nós rodoviários suburbanos e peri-urbanos, ou ainda a formação de parques empresariais por agrupamento de empresas de sectores iguais ou complementares, são disso exemplos. A criação de nós (interconexões) nos sistemas de transporte é por isso frequentemente vista como um elemento fundamental, embora não exclusivo, da criação de empregos. Quanto aos agregados familiares, a escolha da localização residencial reflecte uma arbitragem entre o espaço disponível e a acessibilidade a diversos recursos, entre os quais os infantários e as escolas, o emprego, as áreas verdes, os comércio e serviços de proximidade.

A relevância e peso da acessibilidade nas escolhas de localização advém das múltiplas vantagens da co-presença, mas repercute-se depois na variabilidade espacial dos preços e nas lógicas concorrenciais. De facto, é de prever que se uma localização proporciona uma maior acessibilidade a determinados recursos, a mesma será cobiçada por um número elevado de potenciais utilizadores, sejam compradores ou arrendatários. A teoria da renda fundiária de von Thünen (1826) e os seus desenvolvimentos posteriores (Alonso, 1960, 1964; Brueckner, 1987; Launhardt, 1885) reflectem precisamente a importância atribuída à acessibilidade a diversos recursos,

entre outras características como o tamanho da parcela ou do apartamento, a orientação solar, as características do edifício. Os preços fundiários e imobiliários tendem geralmente a diminuir com o aumento da distância em relação ao centro do aglomerado urbano. Aumentam pontualmente em centralidades secundárias, localizações marcadas pela presença ou proximidade de determinados recursos, e nas imediações dos principais eixos de transporte rodoviário ou ferroviário (Tabourin, 1995), consoante o tipo de uso a que se destinam os solos.

Acessibilidade e desvantagem na mobilidade

Se a acessibilidade contribui para a concorrência pelos usos do solo e para a formação de preços diferenciados no espaço urbano, preços esses que ditam as limitações dos agregados familiares mais pobres na escolha da sua habitação, significa que também pode contribuir para os processos de segregação sócio-espacial (ver capítulo de Jorge Malheiros nesta coletânea). Os preços mais acessíveis correspondem normalmente a localizações menos acessíveis e podem ditar o afastamento dos grupos mais vulneráveis e, em contextos em que os recursos públicos são escassos, a construção de habitações sociais em localizações menos favoráveis, passíveis de reforçar os desequilíbrios existentes.

Ora, prevalece com alguma frequência a ideia de que a melhoria da acessibilidade, geralmente através do aumento das capacidades e dos fluxos, traz sempre efeitos positivos. Ao configurar espaços mais e menos acessíveis, a acessibilidade vem no entanto criar um conflito insolúvel entre a necessidade de reforçar a eficiência do sistema de mobilidade nalgumas localizações privilegiadas e o imperativo de assegurar um serviço universal. A acessibilidade é um conceito relativo: o seu aumento em determinadas áreas da cidade implica necessariamente a sua diminuição, por comparação, noutras áreas. Do mesmo modo, o seu aumento para determinados modos de transporte pode levar à sua diminuição através do uso de outros modos. Apesar de frequentes veleidades de romper com o status quo social, a acessibilidade imprime e reproduz no espaço os desequilíbrios anteriores: o que é (ou se torna) mais acessível é (ou torna-se) mais caro. A procura de mais acessibilidade pode assim reforçar a anisotropia do espaço, isso é, a sua heterogeneidade.

As cidades evoluíram nas últimas décadas no quadro do aumento generalizado das mobilidades, com expansões urbanas generosas, áreas urbanas cada vez mais amplas, elevados consumos de solo. Predominava a

ideia de que, com a generalização do automóvel na sociedade, o espaço se tornaria mais acessível. As operações e regulamentos urbanísticos pouco se preocuparam, durante várias décadas, com os perigos e as contradições da expansão urbana. Os pressupostos da velocidade igual para todos, do acesso facilitado para todos, de uma eficiência crescente das deslocamentos escondiam na realidade o desenvolvimento de bolsas cativas dos transportes colectivos, a exclusão de áreas e de pessoas, a diminuição gradual, por via do aumento da congestão, das velocidades realmente praticadas. A promoção das infra-estruturas rodoviárias, frequentemente em detrimento do investimento no transporte público, transformava quase a mobilidade numa responsabilidade meramente individual e confirmava que a acessibilidade é um bem desigualmente distribuído. Originava, em simultâneo, efeitos indesejáveis: o efeito túnel, também chamado de efeito de by-pass, era um deles, correspondendo às situações em que um espaço é atravessado por uma infra-estrutura sem no entanto que os seus residentes possam beneficiar dela. Esta situação é frequentemente agravada pelo facto de os ditos residentes ainda terem de sofrer com as externalidades negativas (ruído, poluição) que as mesmas provocam. É o caso das auto-estradas urbanas que atravessam e criam rupturas no tecido urbano, frequentemente em áreas residenciais marcadas por elevados níveis de vulnerabilidade social. A observação de múltiplas co-incidências no espaço urbano da pobreza e da exposição a essas externalidades está na origem de conceitos como a (in)justiça espacial (ver capítulo de Katielle Silva e André Carmo, nesta coletânea).

Numa altura em que as áreas centrais são cada vez mais valorizadas e em que o Novo Urbanismo se impõe numa lógica de devolução do espaço aos modos suaves e de redução do papel do automóvel, os riscos associados aos diferenciais de acessibilidade não acabam. A maior selectividade, o surgimento de portagens urbanas e de outras medidas de redução do automóvel, particularmente em contexto de gentrificação e de turistificação, podem também resultar num aumento da diferença de acessibilidade entre os que moram nas áreas mais centrais e os que residem nas periferias – as chamadas densidades esquecidas. Estes podem vir a sofrer mais um castigo na sua automobildade forçada.

Consequências do diferencial de acessibilidade

Os efeitos dos diferenciais de acessibilidade nos espaços urbanos vão muito além da distribuição geográfica dos grupos sociais, reflectindo-se

nas desigualdades de oportunidades e levantando por isso graves questões de iniquidades. O acesso diferenciado às oportunidades de educação, por exemplo, resulta entre outras coisas de diferenças na acessibilidade aos estabelecimentos de ensino.

As diferenças repercutam-se, em primeiro lugar, no esforço financeiro das famílias. A taxa de esforço transporte corresponde à percentagem do orçamento familiar que é dedicada a todas as despesas relacionadas com as deslocações (bilhetes, passes, portagens, combustível, manutenção...). Tendo em conta que a acessibilidade depende em parte, como atrás se referiu, das características sócio-económicas dos indivíduos, se o esforço monetário (e temporal) necessário para alcançar os destinos do quotidiano (local de trabalho e de estudo, serviços, comércios, lazer) aumenta, a acessibilidade diminui. Foi observado em Bogotá, por exemplo, que os segmentos mais pobres da população se deslocam em média menos de 1,5 vezes por dia, mas com uma taxa de esforço superior a 20% (Bocarejo & Oviedo, 2012). Para assegurar o acesso ao emprego e a diversos recursos, as pessoas com baixos rendimentos têm de deslocar-se não raras vezes em maiores distâncias, através de meios menos rápidos, de forma mais penosa, e gastam assim mais tempo e mais dinheiro nas deslocações que efectuam, com repercussões adicionais no tempo disponível para outras actividades e para as suas famílias.

As diferenças reflectem-se, em segundo lugar, no acesso ao mercado de trabalho. É frequentemente sublinhado que um tempo de deslocação razoável entre o local de residência e o local de trabalho é de cerca de trinta a quarenta e cinco minutos (Levinson & Wu, 2005). Meia-hora de automóvel, de transporte público ou a pé equivale a distâncias muito diferentes, o que significa que quem tem um meio de deslocação próprio tem ao seu dispor, na altura de arranjar um emprego, um leque mais alargado de opções. Daí resulta uma tendência para que pessoas que residem em lugares menos acessíveis e/ou que têm menor acesso a transportes fiáveis e rápidos fiquem em situação de maior vulnerabilidade face ao desemprego. No Brasil, por exemplo, alguns estudos mostraram nos últimos anos que os residentes com baixos rendimentos têm tendencialmente uma menor acessibilidade aos empregos disponíveis, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, em Curitiba e em Recife (Boisjoly, Moreno-Monroy, & El-Geneidy, 2017; Boisjoly, Serra, Oliveira, & El-Geneidy, 2020). O mesmo foi observado noutros contextos, como em Montevideo (Hernandez, 2018), em França (Korsu & Wenglenski, 2010) ou ainda no México (Suárez, Murata, & Delgado Campos, 2016).

Por último, as diferenças de acessibilidade contribuem de forma significativa para as desigualdades nos resultados em saúde. A baixa acessibilidade aos serviços de saúde como hospitais, clínicas, laboratórios de análises, centros de saúde, farmácias comunitárias, pode dificultar o acesso às consultas e aconselhamento, aos rastreios e aos medicamentos (Padeiro, 2018; Silva & Padeiro, 2020). O chamado *distance decay effect*, frequentemente observado, mostra que quanto mais baixa for a acessibilidade a esses serviços, menor será a probabilidade de os utilizar. As faltas às consultas e a fraca adesão terapêutica são um resultado comum da dificuldade em aceder aos serviços. Os níveis de acessibilidade a outros tipos de recursos também têm consequências na saúde: as lojas de alimentação saudável, os equipamentos desportivos e as áreas verdes influenciam os comportamentos e proporcionam, por isso, a possibilidade de reduzir alguns factores de risco como a ausência de prática de actividade física ou o isolamento social. Uma baixa acessibilidade a esses recursos pode significar, por exemplo, que as pessoas se alimentam de forma menos equilibrada, praticam menos actividade física, passeiam menos num ambiente relaxante. As diferenças na mortalidade evitável, nas doenças cardio-vasculares ou na saúde mental podem assim sair reforçadas (Costa, Tenedório, & Santana, 2020; Loureiro, Santana, Nunes, & Almendra, 2019; Santana, Costa, Mari-Dell’Olmo, Gotsens, & Borrell, 2015; P. Santana, Santos, & Nogueira, 2009).

Conclusão

A acessibilidade não é um conceito simples. Abrange diversas dimensões e depende de um conjunto de factores também complexos que incluem o sistema de mobilidade, o sistema de localizações e as características dos indivíduos. É por este motivo que nenhuma intervenção que vise aumentar a acessibilidade pode ser uma solução universal. É também pelo mesmo motivo que a melhoria da acessibilidade não se alcança necessariamente através de políticas, medidas ou intervenções no próprio sistema de transporte, mas sim através da acção nas outras variáveis: aumento da capacitação das pessoas, intervenções que aumentam a presença de serviços e amenidades, por exemplo, no espaço urbano.

Agradecimentos

Este texto teve o apoio do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), financiado por fundos nacionais

através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) com a referência UIDB/04084/2020.

Referências

- Alonso, W. (1960). A theory of the urban land market. *Papers in Regional Science*, 6(1), 149-157.
- Alonso, W. (1964). *Location and land use*: Harvard University Press.
- Apparicio, P., Abdelmajid, M., Riva, M., & Shearmur, R. (2008). Comparing alternative approaches to measuring the geographical accessibility of urban health services: Distance types and aggregation-error issues. *International Journal of Health Geographics*, 7(1), 7.
- Bavoux, J.-J., Beaucire, F., Chapelon, L., & Zembri, P. (2005). *Géographie des transports*. *Territ Et Pays Viticoles*, 145.
- Boarnet, M. G., & Haughwout, A. F. (2000). Do highways matter? Evidence and policy implications of highways' influence on metropolitan development.
- Bocarejo, J. P., & Oviedo, D. R. (2012). Transport accessibility and social inequities: a tool for identification of mobility needs and evaluation of transport investments. *Journal of Transport Geography*, 24, 142-154.
- Boisjoly, G., Moreno-Monroy, A. I., & El-Geneidy, A. (2017). Informality and accessibility to jobs by public transit: Evidence from the São Paulo Metropolitan Region. *Journal of Transport Geography*, 64, 89-96.
- Boisjoly, G., Serra, B., Oliveira, G. T., & El-Geneidy, A. (2020). Accessibility measurements in São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba and Recife, Brazil. *Journal of Transport Geography*, 82, 102551.
- Brueckner, J. K. (1987). The structure of urban equilibria: A unified treatment of the Muth-Mills model. *Handbook of regional and urban economics*, 2(20), 821-845.
- Christaller, W. (1933). *Die Zentralen Orte in Süddeutschland*. Jena: Fischer.
- Costa, C., Tenedório, J. A., & Santana, P. (2020). Disparities in Geographical Access to Hospitals in Portugal. *ISPRS International Journal of Geo-Information*, 9(10), 567.
- Dalvi, M. Q., & Martin, K. (1976). The measurement of accessibility: some preliminary results. *Transportation*, 5(1), 17-42.
- Fujita, M., & Thisse, J.-F. (1996). Economics of agglomeration. *Journal of the Japanese and international economics*, 10(4), 339-378.
- Geurs, K., & van Wee, B. (2004). Accessibility evaluation of land-use and transport strategies: review and research directions. *Journal of Transport Geography*, 12(2), 127-140.
- Geurs, K., & van Wee, B. (2013). Accessibility: perspectives, measures and applications. *The transport system and transport policy*, 207-226.

- Gould, P. R. (1969). *Spatial Diffusion*. Commission on College Geography, Association of American Geographers, Washington, DC.
- Hägerstrand, T. (1970). What about people in regional science? *Papers in Regional Science*, 24(1), 6-21.
- Hansen, W. G. (1959). How accessibility shapes land use. *Journal of the American Institute of planners*, 25(2), 73-76.
- Hanson, S. (2004). The context of urban travel. *The geography of urban transportation*, 3-29.
- Hernandez, D. (2018). Uneven mobilities, uneven opportunities: Social distribution of public transport accessibility to jobs and education in Montevideo. *Journal of Transport Geography*, 67, 119-125.
- Korsu, E., & Wenglenski, S. (2010). Job accessibility, residential segregation and risk of long-term unemployment in the Paris region. *Urban Studies*, 47(11), 2279-2324.
- Krugman, P. (1991a). *Geography and trade*: MIT press.
- Krugman, P. (1991b). Increasing returns and economic geography. *Journal of political economy*, 99(3), 483-499.
- Launhardt, W. (1885). *Mathematische Begründung der Volkswirtschaftslehre*. Leipzig: B.G. Teubner.
- Levinson, D., & Wu, Y. (2005). The rational locator reexamined: Are travel times still stable? *Transportation*, 32(2), 187-202.
- Lösch, A. (1940). *Die Räumliche Ordnung der Wirtschaft*. Jena: Fischer.
- Loureiro, A., Santana, P., Nunes, C., & Almendra, R. (2019). The Role of Individual and Neighborhood Characteristics on Mental Health after a Period of Economic Crisis in the Lisbon Region (Portugal): A Multilevel Analysis. *International journal of environmental research and public health*, 16(15), 2647.
- McCann, P., & van Oort, F. (2009). Economic growth in cities and urban networks. *Spatial Disparities and Development Policy*, 91.
- Padeiro, M. (2018). Geographical accessibility to community pharmacies by the elderly in metropolitan Lisbon. *Research in Social and Administrative Pharmacy*, 14(7), 653-662.
- Penchansky, R., & Thomas, J. W. (1981). The concept of access: definition and relationship to consumer satisfaction. *Medical care*, 127-140.
- Polèse, M., & Shearmur, R. (2009). *Économie urbaine et régionale: introduction à la géographie économique*.
- Rodrigue, J.-P., Comtois, C., & Slack, B. (2016). *The geography of transport systems*: Routledge.
- Santana, Costa, C., Mari-Dell'Olmo, M., Gotsens, M., & Borrell, C. (2015). Mortality, material deprivation and urbanization: exploring the social patterns of a metropolitan area. *Int J Equity Health*, 14, 55.

- Santana, P., Santos, R., & Nogueira, H. (2009). The link between local environment and obesity: a multilevel analysis in the Lisbon Metropolitan Area, Portugal. *Social Science & Medicine*, 68(4), 601-609.
- Silva, K. S. d. N., & Padeiro, M. (2020). Assessing inequalities in geographical access to emergency medical services in metropolitan Lisbon: a cross-sectional and ecological study. *BMJ Open*, 10(11), e033777.
- Suárez, M., Murata, M., & Delgado Campos, J. (2016). Why do the poor travel less? Urban structure, commuting and economic informality in Mexico City. *Urban Studies*, 53(12), 2548-2566.
- Tabourin, E. (1995). Les formes de l'étalement urbain. La logique du modèle de Bussière appliquée à l'agglomération lyonnaise. Paper presented at the Les Annales de la recherche urbaine.
- Verma, V. R., & Dash, U. (2020). Geographical accessibility and spatial coverage modelling of public health care network in rural and remote India. *PLOS ONE*, 15(10), e0239326.
- von Thünen, J. (1826). *Der isolierte staat. Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie*.
- Weber, A. (1909). *Theory of industrial location*. San José State University Department of Economics: San Jose, CA, USA.

Secção IV

Em busca de cidades mais resilientes, amigas e saudáveis: perspetivas críticas, desafios e respostas

A transversalidade dos seis primeiros capítulos da secção IV - “Em busca de cidades mais resilientes, amigas e saudáveis: perspectivas críticas, desafios e respostas” - reside, essencialmente, na busca de respostas para a construção de sociedades e territórios urbanos com mais qualidade, tanto no presente como no futuro. De alguma forma, a questão do bem-estar das populações urbanas, que inclui as preocupações com a prevenção e mitigação dos riscos e das alterações climáticas no sentido de se obterem cidades mais sustentáveis, saudáveis e inclusivas, mas também a abordagem das emoções e o “combate” às vulnerabilidades e aos medos na cidade, constitui o elemento mais aglutinador dos textos incluídos nesta secção. Não obstante a diversidade de abordagens apresentada por estes capítulos, pode-se assumir a emergência de dois tipos de perspectiva. Por um lado, uma visão mais pragmática e aplicada, que posiciona e identifica problemas, referindo eventualmente estratégias de atuação e mesmo ações, associada aos três primeiros capítulos e, também, ao capítulo 22 dedicado ao envelhecimento. Por outro lado, uma perspectiva mais apoiada num certo humanismo crítico contemporâneo, de ordem mais reflexiva, em que as emoções e as sensações ocupam lugar de destaque, patente, apesar dos elementos distintivos, quer no capítulo “Ambiência”, quer no capítulo dedicado à insegurança e ao medo.

Esta secção inclui ainda um sétimo e último texto sobre “limites e fronteiras”. Do ponto de vista temático ou ontológico, este capítulo regista um certo “desalinhamento” face aos seis primeiros, mas a sua colocação aqui não decorre de uma opção casuística. Para além da preocupação em estabelecer pontes entre “cidade” e “fronteira” que, entre outros aspetos, chamam a atenção para a presença de fronteiras internacionais no interior das cidades, algo que reforça o significado destas na ordem geográfica e geopolítica contemporânea, mas que também se traduz em desafios que, por exemplo, remetem para questões de injustiça, risco, emoção e tensão potenciais, este último capítulo traz também, do ponto de vista prático, simbólico, da reflexão, a questão do limite. Limite da cidade enquanto espaço analisado neste livro, mas também limite da cidade enquanto espaço de resiliência onde convergem desafios que a ultrapassam (alterações climáticas, riscos naturais e antrópicos, migrações...).

Em termos específicos, a secção inicia-se com o capítulo sobre Cidades Saudáveis, de Ângela Freitas e Paula Santana, onde se procura reforçar a associação entre a saúde e o contexto das pessoas, demonstrando como aquela e as suas determinantes contextuais têm ganho atenção nas Agendas internacionais, visando a geração de cidades promotoras de bem-estar.

As autoras percorrem a evolução do conceito de cidades saudáveis e demonstram como diferentes escalas de poder podem atuar na promoção de cidades saudáveis. O capítulo de autoria de António Lopes e Max Wendell dos Anjos, centra-se nas alterações climáticas urbanas, abordando o papel da urbanização na atual crise climática e de como este desafio pode ser objeto de um planeamento estratégico com o propósito de se transitar para uma sociedade mais justa e equitativa, na qual as pessoas possam usufruir de uma vida mais saudável. Identificação de hot spots, planos locais de ação climática e mapas climáticos são algumas ferramentas para enfrentar as alterações climáticas e as ameaças à saúde ambiental urbana, e contribuir para a redução da emissão de gases de efeito estufa e a promoção de melhor qualidade de vida para todas as gerações. Posicionados no mesmo quadro macro, os autores Sandra Oliveira, Jorge Rocha e José Luís Zêzere discorrem, no capítulo sobre Riscos Ambientais, procurando descrever os conceitos associados a análise de risco, assinalando as ameaças que atingem as áreas urbanas, conferindo especial atenção às originadas por indução natural. Adicionalmente, os autores refletem sobre a relevância do conhecimento desses riscos para a implementação de medidas e estratégias aos níveis da prevenção, mitigação e adaptação, cumprindo neste quesito os planos de ordenamento do território um papel crucial.

Numa linha distinta, Daniel Paiva, no capítulo “Ambiência”, discorre sobre o conceito sublinhando as contribuições e avanços teóricos das diversas áreas do conhecimento, procurando demonstrar como este conceito está presente nas sensações e percepções experienciadas pelas pessoas nos seus diferentes espaços de vivências. O autor aponta que a ambiência espelha as imagens, sons, aromas e outros estímulos pertencente ao mundo dos sentidos, conformando a experiência espacial de cada indivíduo. Em sequência, Simone Tulumello, no Capítulo 21, sobre “Insegurança e Medo”, retoma, entre outras, questões relativas às percepções e emoções, ao discutir a associação entre formas contemporâneas de poder e reprodução das relações socioeconómicas com as emoções de insegurança e medo na cidade. O autor perpassa pela discussão de conceitos como alteridade, geopolítica, espaço e paisagem, problematizados a partir de um cariz crítico, por um lado, discutindo a causalidade entre crime/medo/insegurança e repostas espaciais e, por outro lado, a percepção do medo e a materialização espacial correspondente. Já no Capítulo 22 (“Envelhecimento e Condições de Vida”), Alda Botelho Azevedo e Pedro Moura Ferreira retratam a requalificação urbana e como esta tem impactado a vida da população idosa no centro histórico de Lisboa. Os autores identificam

para esta população, vulnerabilidades socioeconômicas, físicas e mentais, bem como o enfraquecimento dos contactos e vinculações sociais, sendo estes, reforçadas pela vulnerabilidade habitacional. Deste modo, verifica-se que vulnerabilidades cumulativas são experienciadas pela população idosa estudada, tornando-se imperiosa a proteção ao nível do enquadramento legislativo do arrendamento e da proteção legal para a garantia de bem-estar a este grupo vulnerável.

Esta secção encerra com o capítulo 23, sobre “Limites e Fronteiras”, de Francisco Roque de Oliveira, que tem uma natureza distinta dos restantes, onde o autor efetua uma leitura crítica do significado da fronteira, associando-a, sobretudo, à emergência e afirmação do Estado-nação moderno, convocando para tal diversos olhares geográficos sobre o conceito. Na segunda metade deste texto, procede-se à discussão do significado da fronteira na atualidade, com apoio nas linhas atuais dos Border Studies e dos Critical Security Studies, chamando a atenção para a virada no modo como aquela se perspetiva a partir de inícios do século XXI: de um privilégio no papel de conexão e interação entre os territórios que pode ser desempenhado pelas fronteiras passa-se a valorizar a função de controlo e segurança destas, tanto em termos simbólicos como físicos. Note-se que a relação entre cidade e fronteira não é ignorada neste capítulo, desafiando-se o aparente paradoxo entre as duas noções geográficas (interação, mistura e caráter pontual das cidades vs. separação e linearidade da segunda), recordando quer o atravessamento de diversas cidades por fronteiras políticas lineares, quer a presença de elementos efetivos e simbólicos que remetem para a lógica da fronteira política (aeroportos, portos, embaixadas...). Ao destacar, no final, o crescente poder das cidades no contexto de um mundo de redes, o autor remete para os efeitos destas, enquanto integrantes do sistema de limites.

Ao concluir, vale a pena começar por frisar que esta secção reafirma o axioma de que a compreensão e as respostas aos desafios do espaço urbano precisam de uma visão integrada da ciência em seus diferentes domínios, o que implica uma atitude inter e transdisciplinar por parte dos geógrafos, que tem como ponto de partida a especificidade dos seus contributos.

Avançando no sentido de uma sistematização muito breve, verifica-se que os três primeiros capítulos abordam problemáticas e desafios que são colocados às metrópoles contemporâneas, frequentemente na interseção entre os processos ambientais e sociais, de que são exemplo as alterações

climáticas, os riscos e a própria perspectiva das cidades saudáveis. Nos três seguintes, um elemento forte respeita ao papel das emoções, percepções e sensações em ambiente urbano, como fica patente na leitura da ambiência (urbana) enquanto experiência espacial e sensorial e, de forma mais direcionada, no modo como no âmbito da análise do crime e da insegurança são construídos nexos entre estes processos e a sensação de medo, e qual o seu significado. O sexto capítulo, de natureza empírica e dedicado ao envelhecimento na cidade, afasta-se mais do quadro das emoções, explorando os impactos da atual requalificação urbana na população idosa, chamando a atenção para os diversos tipos vulnerabilidades experienciadas por esta população, que incluem uma componente de saúde mental e de quebra dos vínculos sociais associados a um reforço do isolamento, que não deixa de ter relação com a esfera emocional.

Já o sétimo e último capítulo, da presente secção, que aborda a questão das fronteiras, abre portas para a discussão das características e do papel dos limites no mundo urbano, funcionando também, em termos simbólicos e efetivos, como o limite, não só da seção 4, mas de todo o livro. Limite apenas temporário, reconhecemos, porque as propostas, análises, debates e demonstrações empíricas que sustentam os 23 capítulos desta Geografia Urbana, não só trazem a marca do tempo e do espaço da sua produção, como deixam de lado outras tantas propostas de conceitos e temas relevantes que não foi, infelizmente, possível incluir.

Cidades Saudáveis

Ângela Freitas

Universidade de Coimbra

Paula Santana

Universidade de Coimbra

Introdução

A relação entre a cidade e a saúde é milenar e tem sido objeto de estudo e análise de várias áreas disciplinares, desde geografia, arquitetura, sociologia, antropologia, saúde pública, engenharia e urbanismo. Todavia, o conceito de Cidade Saudável surgiu apenas na década de 80, como uma utopia que devia ser alcançada, encontrando-se associado à ideia de que a boa saúde da população dependia de ambientes mais saudáveis e que a sua promoção devia ser uma função intrínseca da cidade (Duhl, 1986). A sua consolidação como conceito tem refletido, por um lado, as transformações ocorridas na sociedade e nos modelos de urbanismo desenvolvidos ao longo do tempo e, por outro lado, as mudanças de paradigma teórico e prático no domínio da saúde pública.

A emergência do Projeto e Movimento das Cidades Saudáveis da OMS, em 1986, é um dos marcos mais importantes do processo histórico de consolidação do conceito de Cidades Saudáveis a par com o conceito de “planeamento urbano saudável”. O planeamento urbano saudável surge da necessidade de planear os espaços urbanos em prol da melhoria da saúde, qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos e considerando a avaliação dos impactos das intervenções urbanas na saúde e na equidade em saúde. Ou seja, é um planeamento dirigido às pessoas, atendendo às especificidades do contexto local e às necessidades de grupos populacionais específicos, sendo orientado para a equidade em saúde (Barton & Tsourou, 2000; Barton, Grant & Guise, 2003; Barton et al., 2009; Barton et al., 2015).

A saúde está intimamente ligada ao desenvolvimento urbano, sendo reflexo da qualidade das políticas públicas de vários setores e a vários ní-

veis de decisão. Os progressos mais significativos nos níveis de saúde, bem-estar e qualidade de vida da população foram provocados por alterações sociais, económicas e culturais ocorridas principalmente ao nível local, das quais se destacam o acesso a serviços sociais e cuidados de saúde, a melhoria das infraestruturas urbanas (e.g., água potável e saneamento) e a melhoria das condições da habitação (Santana, 2014).

Por este motivo, a saúde é um tema central na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e na nova Agenda Urbana para o Século XXI das Nações Unidas (United Nations, 2015; UN-HABITAT, 2016; Ramirez-Rubio et al., 2019). Os desafios societais que se colocam à saúde pública e à criação de uma cidade mais saudável, como sejam a crise migratória, a adaptação às alterações climáticas, a “crise da habitação”, a gentrificação, a segurança alimentar, a pobreza e a exclusão social, etc., apelam cada vez mais a ações conjuntas que integrem as dimensões geográfica e de governança (articulação intersectorial e institucional) (WHO & UN-HABITAT, 2016).

A equidade em saúde é um dos temas que mais tem preocupado os investigadores em geografia da saúde e saúde urbana, sendo considerada um desígnio e uma prioridade em muitos dos documentos oficiais da OMS e Nações Unidas (WHO-CSDH, 2008; WHO & UN-HABITAT, 2016; WHO, 2016; UN-HABITAT, 2021). O mais recente relatório da agência do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - “Cities and Pandemics: Towards a More Just, Green and Healthy Future” (UN-HABITAT, 2021) – vem reforçar a urgência em promover a equidade. Este documento apresenta a relação entre pandemias e cidades: coloca em evidência o papel que as cidades desempenham na contenção da disseminação dos vírus bem como na resposta aos efeitos da subsequente crise social e económica, explorando a dimensão geográfica e ambiental da pandemia de COVID-19.

Este capítulo tem como objetivo abordar o tema das Cidades Saudáveis de um ponto de vista amplo e operacional, nomeadamente tendo em consideração a sua aplicação ao planeamento municipal em saúde. Primeiro, será apresentado um breve enquadramento da relação entre cidade e saúde ao longo tempo, destacando alguns marcos importantes que contribuíram para a emergência e consolidação do conceito e sua transformação em projeto e movimento à escala global. Seguidamente, ilustrando com o caso do município de Coimbra (Estratégia Municipal de Saúde), será destacado o papel das autarquias na promoção da Cidade Saudável seguindo a

abordagem da saúde em todas as políticas na perspectiva multidimensional dos determinantes da saúde e bem-estar.

A consolidação do conceito de cidades saudáveis ao longo do tempo

A rápida concentração da população nos centros urbanos durante os séculos XIX e início do século XX gerou problemas de ordem social e de saúde pública que tornaram imprescindível a intervenção ao nível do planeamento urbano. Até à primeira metade do século XX, destacam-se as doenças infecciosas, decorrentes das condições de insalubridade, sobrelotação e poluição urbana. A partir de meados do século XX, começa a ser evidente a maior prevalência de doenças crónicas e não transmissíveis (e.g., diabetes, doenças cardiovasculares, obesidade, depressão), decorrentes de um estilo de vida sedentário, muito associado à excessiva dependência do uso do automóvel que acompanhou os processos de urbanização acelerada das cidades, tanto no hemisfério Norte como Sul (Duhl, Sanchez & WHO, 1999; Barton & Tsourou, 2000; Frumkin 2002; Galea et al. 2005; Fine et al., 2013; Flies et al., 2019).

Nas décadas de 60 e 70, é de referir a intensificação dos movimentos sociais urbanos, em que se começam a debater temas como as desigualdades sociais, a degradação do ambiente, a distribuição desigual de recursos, a fragmentação urbana e a segregação sócioterritorial existente nas cidades, com consequências negativas na saúde, qualidade de vida e equidade (Fainstein, 2010; Soja, 2010).

O livro “The Death and Life of Great American Cities” de Jane Jacobs (Jacobs, 1960) foi um marco desta época de ativismo social ao chamar a atenção para os riscos de um urbanismo racionalista, segregador e desumanizado, movido pelo capitalismo e pelo uso exclusivo e excessivo do automóvel. Encarada como a voz fundadora do movimento de humanização da cidade, no qual também se incluem, mais recentemente, nomes de urbanistas como Jan Gehl e Jaime Lerner, cultores do planeamento de “Cidades para as Pessoas” (Gehl, 2010; Lerner, 2014), os seus ideais associados ao direito das pessoas de usufruir do espaço público e da sua multifuncionalidade, com a priorização da mobilidade pedonal, a promoção da vida em comunidade/bairro e a participação cidadã nas decisões da cidade, ecoam até aos dias de hoje no debate público sobre a cidade e sua relação com a saúde e qualidade de vida. Um exemplo atual e paradig-

mático é o modelo de urbanismo de proximidade (Stahle, 2016), onde o conceito da “cidade dos 15 minutos”, batizado pelo urbanista Carlos Moreno (Moreno et al., 2021) e adotado pela Presidente da Câmara de Paris Anne Hidalgo em Paris (e aplicado na estratégia de planejamento urbano desenvolvida em Melbourne) (State of Victoria, 2019), tem colhido muita atenção por parte dos investigadores em geografia urbana e da saúde e seguido pelos governantes políticos de cidades por todo o mundo.

Ainda durante as décadas de 60 e 70 surgia o conceito do “Direito à Cidade”, introduzido por Henri Lefebvre (1968) e depois descrito e desenvolvido pelo geógrafo David Harvey no seu livro “Social justice and the city” (Harvey, 1973), considerado muito mais que a liberdade individual para aceder a recursos, bens e serviços urbanos, mas sim ao direito coletivo de intervir ativamente na cidade e nos processos urbanos de transformação e melhoria.

Paralelamente, começa a emergir evidência científica sobre saúde urbana e seus determinantes, com estudos a documentarem desigualdades nos resultados em saúde atribuíveis a variações na distribuição e acesso a recursos e oportunidades, à exposição a ambientes poluídos e, globalmente, associando a saúde às características sociais, económicas, políticas, culturais e ambientais dos lugares onde as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem - os chamados determinantes da saúde (Marmot, 2005; Cummins et al., 2007; Santana, 2007; WHO-CSDH, 2008; Collins e Hayes 2010; Santana, 2014).

O crescente reconhecimento da cidade como resultado da (re)produção social do espaço em que múltiplos fatores convergem e se interrelacionam – sociodemográficos, culturais, do ambiente económico, construído e físico -, leva ao entendimento da cidade como um sistema complexo que é muito mais do que um conjunto de edifícios, ruas e praças. (Galea et al., 2005; Barton & Grant, 2006 ; Vlahov et al., 2007; Santana, 2007 ; Fainstein, 2010; Soja, 2010; Rydin et al., 2012).

Simultaneamente, a partir da década de 80, a visão alargada da saúde começa a ser debatida, fruto da mudança de paradigma no quadro conceptual da promoção da saúde, caracterizada pela passagem de um modelo centrado no indivíduo, na doença e no seu tratamento, para um modelo mais integrador e holístico onde o foco é o papel da comunidade na promoção da saúde coletiva. A prevenção da doença começa a ser encarada, fundamentalmente, agindo a montante dos problemas de saúde, considerando intervenções sobre os fatores ambientais, sociais e de estilos de vida.

As Conferências da OMS realizadas em Alma-Ata (1978) e Ottawa (1986), culminando a última na famosa redação da Carta de Ottawa (WHO, 1986), são considerados marcos históricos do paradigma de promoção da saúde sob o prisma da capacitação e participação da comunidade na melhoria da saúde, gerando o Movimento das Cidades Saudáveis, precisamente em 1986.

No seguimento das conferências da OMS de 1978 e 1986 iniciou-se, ainda, a discussão sobre a relevância e necessidade de os decisores políticos de todos os sectores tomarem consciência do potencial impacto das suas decisões na saúde da população. Neste âmbito, emergiram conceitos como “políticas públicas saudáveis”, “ação intersectorial para a saúde” e, mais tarde, “saúde em todas as políticas”, reforçando a abordagem integrada da saúde na qual se reconhece que as ações e políticas, fora do exclusivo domínio do sector da saúde, têm repercussões na saúde e na equidade em saúde (WHO 1986, 2010; Baum, 2008; Santana, 2014).

Na década de 90, surge um dos modelos conceptuais mais conhecidos e mais utilizados para expressar a rede de relações entre as características ambientais do lugar e a saúde – o denominado modelo dos determinantes da saúde e bem-estar -, desenvolvido por Dahlgren e Whitehead (1991). Este modelo dispõe os determinantes da saúde em diferentes camadas, segundo o seu nível de abrangência, desde a mais próxima ao indivíduo (contexto familiar) até à mais afastada, onde se identificam as determinantes ao nível da comunidade e do ambiente social, construído e físico (Figura 1).

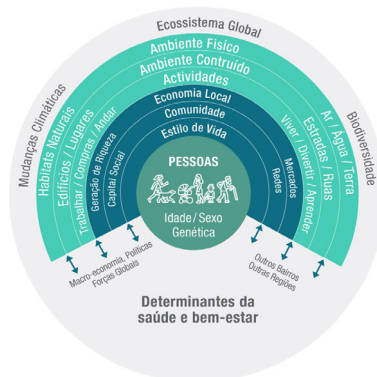


Figura 1: A abordagem multidimensional dos determinantes da saúde e bem-estar. Fonte: Perfil Municipal de Saúde de Coimbra – 2020, baseado em Barton & Grant (2006) e Dahlgren & Whitehead (1991).

No centro, são considerados os indivíduos, com as suas características intrínsecas, genéticas e biológicas (género, idade) que são influenciados por fatores de contexto (a várias escalas). No nível mais próximo do indivíduo, são considerados os comportamentos e estilos de vida, que são influenciados pelos níveis seguintes (e.g., forma de funcionamento da comunidade e organização social, condições de trabalho, acesso a bens essenciais e serviços, habitação, qualidade ambiental, desenho urbano, uso do solo, acesso a transportes e equipamentos).

Posteriormente, Barton e Grant (2006) adicionam a este modelo uma camada relativa à escala global, para integrar as questões relacionadas com as mudanças climáticas, o ecossistema e a biodiversidade, evidenciando a sua influência nos determinantes locais da saúde e bem-estar da população.

O Projeto e Movimento Cidades Saudáveis

O Projeto Cidades Saudáveis da OMS foi formalizado em 1986, em Lisboa, com a adesão de 11 cidades que adotaram, e se comprometeram a aplicar, os princípios e metas da abordagem “Saúde para Todos” definida na Conferência de Ottawa (Simões, 2007).

Em termos operativos, ou seja, do desenvolvimento de um projeto local de promoção da saúde, o Projeto Cidades Saudáveis assenta na mobilização política e no envolvimento dos agentes locais e cidadãos na preparação e implementação de planos municipais de saúde, de acordo com o proposto no guia *City Health Profiles* da OMS (WHO, 1995) e, mais tarde, na Declaração de Atenas para as Cidades Saudáveis (1998), na qual se associou a promoção da saúde aos princípios da equidade, sustentabilidade, solidariedade e cooperação intersectorial. Em consonância com estes aspetos, o Projeto Cidades Saudáveis sustenta-se na mudança de paradigma de como os indivíduos, as comunidades, as organizações e o poder local pensam, compreendem e tomam decisões sobre a saúde e a promoção da saúde, destacando-se a capacitação da comunidade e a maior participação dos cidadãos no processo de transformação do ambiente urbano. À medida que o Projeto Cidades Saudáveis da OMS se expande, o conceito de planeamento urbano saudável consolida-se, focando os aspetos positivos do planeamento urbano e do seu potencial para melhorar a qualidade do ambiente urbano. De acordo com Goldstein e Kickbush (1996:4) “uma cidade saudável é aquela que está continuamente a criar e a desenvolver os seus ambientes físico e social e a expandir os recursos comunitários que

permitem às pessoas apoiarem-se mutuamente nas várias dimensões da sua vida e no desenvolvimento do seu potencial máximo”.

Em 2000, a OMS lançou o primeiro guia de planeamento urbano saudável, estabelecendo as diretrizes e princípios orientadores da implementação de projetos no âmbito da promoção da Cidade Saudável (Barton & Tsourou 2000). Mais recentemente, em 2020, a OMS produziu um novo guia que coloca em evidência a necessidade de consolidar a relação entre saúde e planeamento urbano do ponto de vista operacional e político, integrando a saúde nos planos municipais, como meio de dar resposta aos atuais desafios sociais e de saúde pública (UN-HABITAT & WHO, 2020).

A valorização do trabalho em rede e a partilha de boas práticas são outros aspetos subjacentes aos princípios do Projeto Cidades Saudáveis, transformando-se em movimento à escala global com milhares de cidades e municípios de todo o mundo, organizado a partir de grandes regiões definidas pela OMS.

Em termos formais, e no que diz respeito à Europa, o Movimento Cidades Saudáveis materializa-se na Rede Europeia de Cidades Saudáveis da OMS, formalizada em 1988, da qual a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS) faz parte desde 2001.

Desde o seu arranque, foram implementadas seis fases quinquenais de desenvolvimento do projeto (a última fase correspondeu ao período 2014-2018). A fase atualmente em curso (Fase VII: 2019-2024) estabelece um quadro de referência para a governação local em saúde estruturado em torno de seis pilares fundamentais (Lugar, Pessoas, Prosperidade, Planeta, Paz e Participação), alinhados com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (Figura 2A e B).

No âmbito desta fase, as cidades membros assumiram um claro compromisso político com este quadro de Governação Local para a Saúde, enquanto fator determinante para a obtenção de ganhos em saúde da população. Em Portugal, os municípios membros RPMS subscreveram, em 2018, a denominada Declaração de Lagoa (segundo os princípios da Declaração de Belfast para as Cidades Saudáveis “Operacionalizando o Consenso de Copenhaga”) onde se pode ler: “Nós, Autarcas de Municípios Saudáveis, comprometemo-nos a promover a saúde e o bem-estar através da governação, capacitação e Participação, criando espaços urbanos para a equidade e Prosperidade da comunidade, investindo nas Pessoas e, desta forma, contribuindo para a construção da Paz nos nossos Territórios e, consequentemente, no Planeta” (RPMS, 2018:2).

A - Visão para o futuro do Projeto Cidades Saudáveis



B – Alinhamento com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas



Figura 2 [A-B]: Quadro de referência da Governação Local para a Saúde no âmbito do Projeto Cidades Saudáveis da OMS (Fase VII: 2019-2024); Fonte: Adaptado de RPMS (2018) e WHO (2018, 2019).

O papel dos governos locais na promoção da Cidade Saudável

A abordagem intersectorial da “Saúde em Todas Políticas” coloca a saúde no centro de todas as políticas (Figura 3), enquadrando o contributo de diferentes sectores na promoção da saúde e da equidade em saúde (WHO, 2010; Ramirez-Rubio et al., 2019).

Ao nível local, são várias as políticas desenvolvidas pelos governos locais com impacto nos determinantes da saúde e, consequentemente, nos resultados em saúde (WHO, 2012). Por este motivo, a adoção desta abordagem tem orientado os princípios da implementação local do Projeto Cidades Saudáveis da OMS, no pressuposto que compete aos governos locais a tarefa de promover a saúde dos seus cidadãos e de garantir o acesso equitativo a bens, oportunidades e recursos que lhes permitam realizar escolhas saudáveis e atingir o seu potencial máximo de saúde e bem-estar.

Os municípios desempenham um papel catalisador na promoção da saúde da população, não só através da ação enquadrada pelas suas competências e atribuições tradicionais, atuando nos determinantes sociais e ambientais da saúde, mas sobretudo pela capacidade de desenvolver ações intersectoriais com outros atores locais. Estes incluem os prestadores de cuidados de saúde à população (cuidados de saúde primários e hospitalares) e, ainda, as juntas de freguesia, associações, organizações não go-

vernamentais, instituições particulares de solidariedade social, empresas e outras de base comunitária a atuar no município.

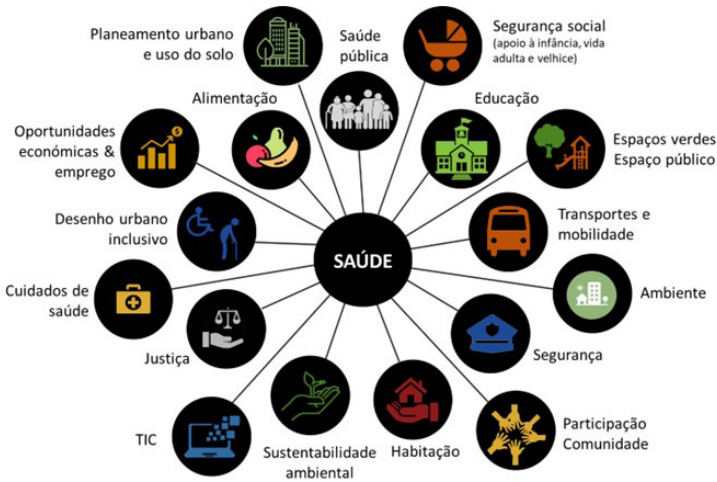


Figura 3. A abordagem intersectorial “Saúde em Todas as Políticas”. Fonte: Traduzido de Ehlinger (2016).

São diversos os domínios de intervenção que, ao atuarem nas condições do ambiente físico, construído e socioeconómico, contribuem para potenciais ganhos na saúde e na promoção da equidade em saúde, de que são exemplo: o acesso à habitação, a educação de qualidade, o desporto seguro, o apoio social à família e a grupos vulneráveis, a criação e manutenção de espaços verdes urbanos e espaços públicos, a reabilitação urbana, a redução da poluição e do ruído, a oferta e acessibilidade a transportes, serviços e equipamentos, a mobilidade sustentável e o planeamento urbano, a segurança e proteção civil, etc. (Loureiro et al, 2015; Giles-Corti et al., 2016 ; Freitas et al., 2019).

A Figura 4 ilustra as inter-relações que existem entre as políticas urbanas e de planeamento urbano (e.g., transportes, desenho urbano), os fatores de risco modificáveis (e.g., atividade física) e intermediários (e.g., obesidade) e os resultados em saúde (e.g., diabetes). A evidência científica revela a influência, direta ou indireta, das políticas urbanas no acesso a ambientes saudáveis ou a cuidados de saúde com impactos na adoção de comportamentos saudáveis, reforçando a necessidade de integrar considerações de saúde em todas as políticas promovidas pelo município.

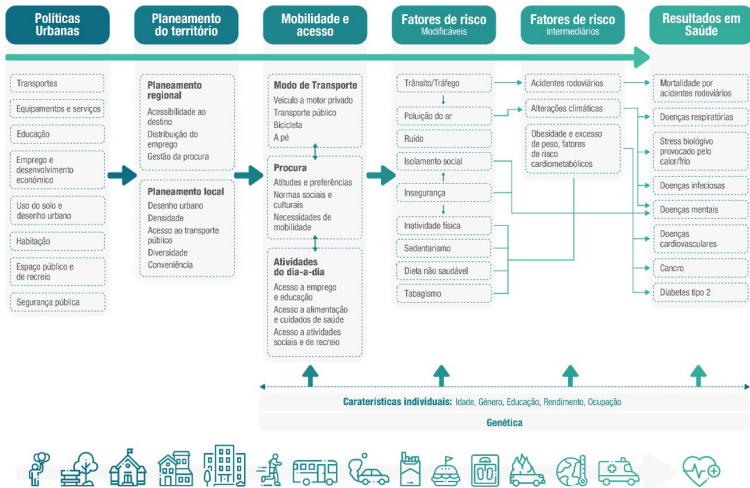


Figura 4. Inter-relações entre políticas urbanas, fatores de risco e resultados em saúde; Fonte: Plano Municipal de Saúde de Coimbra 2022-2025, baseado em Giles-Corti et al. (2016).

O papel dos municípios portugueses na saúde das populações

Em Portugal, e à exceção dos municípios membros da RPMS, o efetivo envolvimento das autarquias na promoção da Cidade Saudável não assume a relevância apresentada por outros países europeus. Um estudo sobre a perceção do papel das autarquias na saúde revelou como principais constrangimentos a pouca visibilidade política da promoção da saúde, a dificuldade em demonstrar resultados a curto prazo, a falta de recursos, humanos, técnicos e financeiros e o facto de a saúde estar “escondida” noutras áreas, colocando desafios ao levantamento de necessidades em saúde e à construção de parcerias (Loureiro et al, 2013). Ainda assim, são de destacar algumas cidades, que pelo seu envolvimento ativo em projetos de investigação científica na área do planeamento urbano saudável, apresentam boas práticas no domínio da abordagem integradora, multi-dimensional e participativa da Cidade Saudável. São elas a Amadora, o primeiro município português a pertencer à rede internacional de Cidades Saudáveis da OMS e caso de estudo do projeto “Pensar Amadora Cidade Saudável e Ativa” (Santana et al, 2008) que resultou no livro “A Cidade e a Saúde” (Santana, 2007). Outro exemplo é a cidade de Lisboa, que participou ativamente como caso de estudo do modelo de avaliação da equidade em saúde urbana e de seleção de políticas municipais com potencial de

promover a saúde desenvolvido no âmbito do projeto europeu EURO-HEALTHY (2015-2017) (Santana et al, 2020; Costa et al, 2020; Freitas et al, 2020).

A progressiva transferência para os municípios de muitas das competências do Estado central, desde a implantação da democracia em Portugal em 1974, coloca-os numa posição de charneira no desenvolvimento territorial e na promoção do bem-estar das populações. A aplicação do Índice de Saúde da População aos municípios portugueses em 1991, 2001 e 2011 demonstrou melhorias significativas na saúde da população em todos os municípios, com destaque para os ganhos em saúde relacionados com a redução da mortalidade e a melhoria geral das condições da habitação, do acesso a água potável e saneamento, da qualidade ambiental e do acesso a hospitais e centros de saúde (Santana, 2015).

Mais recentemente, no âmbito da Lei-Quadro da Transferência de Competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º50/2018, de 16 de agosto), são atribuídas novas competências aos municípios em vários sectores, tais como a educação, segurança social e saúde. No domínio específico da saúde, o Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, veio reforçar o papel do município no domínio da saúde, não só através do dever de elaborar a Estratégia Municipal de Saúde (EMS) mas também de estabelecer parcerias estratégicas para a implementação de programas de prevenção da doença, promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo.

A EMS constitui um documento estratégico, de base territorial, que visa a implementação de ações e medidas que promovam a saúde da população. Segundo o Artigo 7.º, a EMS contempla as “linhas gerais de ação e as respetivas metas, indicadores, estratégias, atividades, recursos e calendarização”, devendo ser elaborado de forma participativa, acompanhado e apreciado pelo Conselho Municipal de Saúde e ser submetido a aprovação da Assembleia Municipal.

Da perspetiva da promoção da Cidade Saudável, a EMS representa uma oportunidade basilar para a definição de estratégias e intervenções que respondam às necessidades e problemas específicos da população, na ótica da promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida bem como da redução das desigualdades em saúde.

A aplicação do conceito de Cidade Saudável ao planeamento municipal em saúde: o exemplo da Estratégia Municipal de Saúde de Coimbra

A Estratégia Municipal de Saúde (EMS) de Coimbra é um instrumento estratégico, orientador e de governança, que auxilia a gestão e apoia a tomada de decisão municipal em saúde. Desenvolvida entre março de 2020 e julho de 2021, a EMS de Coimbra resultou de uma parceria entre a autarquia e a academia, através da Equipa de Investigação em Geografia da Saúde da Universidade de Coimbra. Reportando-se ao período de 2021-2025, a EMS materializa-se em dois documentos: o Perfil Municipal de Saúde (Volume I) e o Plano Municipal de Saúde (Volume II).

Partindo de uma abordagem geográfica, multidimensional, integrada, intersetorial e participativa da saúde da população, foi definido como objetivo geral da EMS de Coimbra a definição de prioridades com vista a (i) promover a saúde, bem-estar e qualidade de vida da população residente no município e a (ii) diminuir as desigualdades injustas e evitáveis associadas aos determinantes da saúde, ou seja, as condições dos lugares de residência/trabalho/ensino, onde as populações nascem, vivem, trabalham e envelhecem (e.g., socioeconómicas, de educação, da habitação, do ambiente físico e construído, da mobilidade e acesso a bens, serviços e equipamentos).

A definição do quadro estratégico de intervenção foi orientada pelo conceito das Cidades Saudáveis, na medida em que os eixos e respetivas linhas de ação estão dirigidas aos determinantes da saúde, numa perspetiva de melhoria contínua das condições do ambiente (social, físico, construído) e da promoção da saúde e prevenção da doença. Esta abordagem está plasmada na Missão e Visão definidas no Plano Municipal de Saúde:

- *Missão*: Promover a saúde e a equidade em saúde, em conjunto com os agentes locais e os cidadãos, proporcionando recursos de qualidade através da melhoria contínua das condições do ambiente social, económico, físico e construído e da criação de oportunidades para que todos os municípios possam atingir o seu potencial máximo de saúde e bem-estar.

- *Visão*: Coimbra, um município onde todas as pessoas têm oportunidade de nascer, crescer e envelhecer em ambientes que promovam a saúde física e mental, individual e coletiva.

A Figura 5 apresenta o esquema concetual da visão estratégica definida para a EMS de Coimbra. No centro desta visão - Pessoas Saudáveis - está o compromisso do município na obtenção de ganhos em saúde sem perder de vista a equidade em saúde. Ou seja, um município onde os cidadãos têm oportunidade de maximizar o seu potencial de saúde, por lhes ser garantido o acesso equitativo e tempestivo a recursos de qualidade e a ambientes saudáveis, que promovem o bem-estar geral ao longo dos ciclos de vida, independentemente do género, idade, orientação sexual, etnia, estatuto socioeconómico, nível de capacidade funcional e, fundamentalmente, da freguesia onde vivem.

As prioridades de atuação foram agrupadas em quatro pilares fundamentais para alcançar a visão estratégica (1. Território saudável, 2. Comunidade saudável, 3. Comportamento saudável e 4. Governança saudável) os quais se materializam em seis eixos de intervenção, 14 objetivos estratégicos, 41 linhas de ação estratégica e 94 ações e medidas.



Figura 5. Visão da Estratégia Municipal de Saúde de Coimbra - 2021-2025; Fonte: Plano Municipal de Saúde de Coimbra 2022-2025

Cada pilar da EMS de Coimbra corresponde a desígnios diretamente associados ao Projeto Cidades Saudáveis e sua promoção, tendo em conta a abordagem intersetorial da saúde, os domínios de atuação da autarquia e a otimização dos recursos municipais em prol da saúde. De seguida, apresenta-se uma breve descrição de cada pilar:

- *Território saudável*: um município que promova a “Cidade de proximidade” e a qualidade do ambiente físico e construído garantindo que seja limpo, seguro, acessível e sem barreiras, com condições adequadas para a mobilidade pedonal e ciclável, onde todas as pessoas têm acesso a transporte público, a espaços verdes, a espaços de lazer e de recreio, a habitação adequada, segura e a custos acessíveis e a cuidados e serviços de saúde de qualidade. Este pilar da visão consubstancia-se nos Eixos 1 – Mobilidade Sustentável e Espaço Público, Eixo 2 – Habitação Segura e Adequada e Eixo 3 – Cuidados de Saúde de Proximidade.

- *Comunidade saudável*: um município com uma comunidade e rede social coesa onde existam respostas de apoio à família e grupos vulneráveis, onde as pessoas se apoiem mutuamente e participem nos processos de decisão e transformação dos lugares de residência, onde independentemente da sua idade, género, orientação sexual, etnia, capacidade funcional, nível educacional e estatuto social e económico tenham acesso a condições que protejam a sua saúde e promovam a qualidade de vida, onde as pessoas em situação de pobreza e exclusão social são apoiadas e inseridas na comunidade. Este pilar da visão consubstancia-se no Eixo 4 - Coesão Social e Participação Ativa.

- *Comportamento saudável*: um município que promova a educação e a literacia para a saúde, onde todas as pessoas tenham acesso a recursos e oportunidades que facilitem e capacitem para a adoção de comportamentos protetores da saúde, nomeadamente a prática de atividade física e hábitos de alimentação saudável ao longo da vida, onde as escolas se apresentam como contextos primordiais da promoção da saúde física e mental e da prevenção dos comportamentos aditivos, onde todos os cidadãos e cidadãs tenham acesso a informação que lhes permita tomar decisões informadas sobre a sua saúde e a gerir de forma adequada a sua doença. Este pilar da visão consubstancia-se no Eixo 5 - Educação e Literacia para a Saúde.

- *Governança saudável*: um município comprometido em colocar a saúde no centro de todas as políticas municipais, que reforce os princípios da liderança colaborativa em saúde, promovendo um modelo de governança participado e intersetorial, orientado para a articulação e desenvolvimento de parcerias com os agentes regionais e locais, bem como para o envolvimento dos cidadãos e, ainda, que avalie e monitorize os impactos das políticas na equidade em saúde. Este pilar da visão

consubstancia-se no Eixo 6 – Liderança Colaborativa e Intersectorial (eixo transversal).

A visão estratégica para a promoção da saúde e da equidade em saúde em Coimbra é orientada ainda por seis princípios e valores que enquadram o desenvolvimento da respetiva EMS no âmbito das Cidades Saudáveis:

- i) Saúde no Território: a criação de contextos favoráveis à saúde e à equidade em saúde deve obedecer a uma abordagem de base territorial, através da ação sobre os determinantes locais - ambiente social, económico, construído e físico;
- ii) Saúde ao longo da vida: a promoção da saúde e a prevenção da doença devem ser fomentadas ao longo do ciclo de vida e considerar os diferentes contextos promotores da saúde (e.g., família, comunidade, escola, trabalho, lazer);
- iii) Saúde para todos e todas: as políticas municipais, e respetivas ações e medidas, devem promover o desenvolvimento integrado, sustentável e equitativo e não discriminatório, eliminando desigualdades injustas e evitáveis;
- iv) Saúde participada: a implementação das ações e medidas deve traduzir-se num quadro de base local e de co-criação, tendo em conta os problemas e as necessidades específicas da população que reside em cada território (freguesias urbanas, periurbanas e rurais);
- v) Saúde em todas as políticas: a saúde deve ser colocada no centro de todas as políticas municipais e abordada de forma integrada, reconhecendo o contributo e impacto que diferentes sectores e instrumentos de política podem ter na saúde da população e na equidade;
- vi) Saúde sustentável: o município está continuamente atento ao seu próprio contexto territorial e também às boas práticas e inovação, sendo capaz de desenvolver conhecimento para adaptar ou reajustar as ações em implementação, em prol da promoção da saúde e da redução de potenciais desigualdades.

A EMS de Coimbra, através de um quadro estratégico de intervenção que incide, principalmente, sobre os determinantes da saúde (e.g., transportes, mobilidade, espaço público, habitação, coesão social, acesso a equipamentos e serviços), promove e reforça o compromisso e a missão de desenvolver, localmente, o Projeto Cidades Saudáveis da OMS, que preconiza a criação de lugares e contextos favoráveis à saúde, através da ação nos ambientes físicos, construídos e sociais e da participação e ca-

pacitação da comunidade no processo de transformação dos seus lugares de residência.

A EMS de Coimbra pode, assim, ser considerado um exemplo ilustrativo da aplicação do conceito da Cidade Saudável ao planeamento municipal em saúde, uma vez que foi orientada pela visão alargada da saúde e por uma abordagem conceptual e metodológica integrada, de base geográfica e participada. Na base da sua elaboração esteve o reconhecimento da importância das condições do lugar e da comunidade onde se vive na produção da saúde (e da doença) e do papel crucial que as políticas locais, orientadas para a equidade em saúde, podem ter na (re)construção de lugares mais saudáveis. Desde a identificação e análise dos problemas e necessidades em saúde até à estruturação de eixos de intervenção e definição de medidas e ações, o desenvolvimento da EMS seguiu um modelo de avaliação multidimensional da saúde, em que os determinantes da saúde são analisados pela lente geográfica (desagregação ao nível da freguesia) e de forma participada (Freitas & Santana, 2022). De destacar a realização de vários processos participativos para identificar áreas prioritárias de intervenção e recolher propostas de medidas e ações, não só com diferentes stakeholders (Workshops e Web-Delphi)¹ mas também com os cidadãos (a elaboração de questionário à população residente e sessões participativas com cidadãos).

Notas finais

O tema das Cidades Saudáveis pode ser abordado sob diferentes prismas dependendo da lente disciplinar e do objetivo de argumentação. Da lente da geografia urbana, o entendimento da Cidade Saudável está intimamente ligado, por um lado, à evolução histórica da cidade e processos de urbanização, aos quais se associam diferentes modelos de urbanismo e planeamento urbano e, por outro lado, à abordagem holística e geográfica da saúde humana onde o lugar/cidade (e a forma como esta está planeada) desempenha um papel determinante na saúde e bem-estar da população.

¹ O Web-Delphi é um processo iterativo e estruturado de comunicação em grupo em torno de um problema complexo para o qual se pretende obter acordo ou consenso, utilizando um aplicativo online para implementar a técnica Delphi. Esta técnica permite recolher as opiniões e pontos de vista de um grupo de peritos (geograficamente dispersos e com tempo limitado), denominado de painel Delphi, através da realização de questionários executados numa sequência de rondas.

Nesta abordagem, a cidade é vista como um organismo vivo - evolução e adaptação -, que tanto pode ser saudável como padecer de doenças (saúde da cidade) influenciando a saúde ou a doença dos seus habitantes (saúde na cidade). Sendo a saúde da população influenciada por múltiplos fatores relativos às condições do ambiente - social, cultural, físico, construído, político - nenhuma dimensão deve ser esquecida quando se analisa o tema das Cidades Saudáveis. A abordagem integrada das Cidades Saudáveis deve basear-se, assim, em três palavras-chave: Lugar, Pessoas e Equidade.

A promoção da Cidade Saudável deve, por isso, ser considerada como uma função vital dos governos locais e o motor da mobilização política e social, envolvendo ativamente todos os sectores, agentes locais e cidadãos.

Com o surgimento do Movimento Cidades Saudáveis da OMS e sua operacionalização em projeto local de desenvolvimento e promoção da saúde, a Cidade Saudável passa a ser entendida mais do que uma utopia e a ser definida como um processo de melhoria contínua das condições do ambiente urbano considerando as necessidades específicas das pessoas, ou seja, em prol da sua saúde e bem-estar, e sem perder de vista justiça territorial.

Por tudo o que fica dito, um município ou cidade pode ser considerada saudável se o seu governo estiver atento às transformações (do ambiente físico, social, económico, cultural) no sentido de garantir justiça social e territorial e, ao mesmo tempo, ser capaz de desenvolver conhecimento, adoptar boas práticas e implementar ações e medidas que elevem a saúde e qualidade de vida de todos os habitantes.

Referências bibliográficas

- Barton, H., Tsourou, C. (2000). *Healthy Urban Planning: A WHO Guide to Planning for People*. WHO Regional Office for Europe.
- Barton, H., Grant, M. (2006). A health map for the local human habitat. *The Journal of the Royal Society for the Promotion of Health*, 126(6), 252–253.
- Barton, H., Grant, M., Mitcham, C., & Tsourou, C. (2009). Healthy urban planning in European cities. *Health Promotion International*, 24(S1), 91–99
- Barton, H., Grant, M., & Guise, R. (2010). *Shaping Neighbourhoods For Local Health and Global Sustainability*. London: Routledge.

- Barton, H., Thompson, S., Burgess, S., & Grant, M. (Eds.). (2015). *The Routledge Handbook of Planning for Health and Well-Being: Shaping a sustainable and healthy future* (1st Edition). London: Routledge.
- Baum, F. (2008). *The New Public Health*, 3rd Edition, Victoria: Oxford University Press.
- Collins, P., Hayes, M. (2010). The role of urban municipal governments in reducing health inequities: A meta-narrative mapping analysis. *International Journal for Equity in Health*, 9(13), 1–20.
- Costa C, Freitas A, Almendra R, Santana P. (2020). The role of material deprivation on mortality in the City of Lisbon, Portugal. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(22), 8517.
- Cummins, S., Curtis, S., Diez-Roux, A. V., & Macintyre, S. (2007). Understanding and representing 'place' in health research: A relational approach. *Social Science & Medicine*, 65(9), 1825–1838.
- Dahlgren G, Whitehead M (1991). *Policies and Strategies to Promote Social Equity in Health*. Background document to WHO - Strategy paper for Europe. Stockholm, Sweden: Institute for Futures Studies.
- Duhl L. (1986). The healthy city: its function and its future, *Health Promotion International*, 1(1), 55-60. <https://doi.org/10.1093/heapro/1.1.55>
- Duhl, L., Sanchez, A., WHO. (1999). *Healthy cities and the city planning process: a background document on links between health and urban planning*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe.
- Ehlinger E. (2016). Health equity and health in all policies approaches in public health policymaking, 2016 ASTHO Annual Meeting.
- Fainstein, S. (2010). *The Just City*. London: Cornell University Press.
- Fine, P., Victora, C., Rothman, K. J., Moore, P. S., Chang, Y., Curtis, V., ... Deaton, A. (2013). John Snow's legacy: Epidemiology without borders. *Lancet*, 381(9874):1302-11.
- Flies, E. J., Mavoia, S., Zosky, G. R., Mantzioris, E., Williams, C., Eri, R., ... Buettel, J. C. (2019). Urban-associated diseases: Candidate diseases, environmental risk factors, and a path forward. *Environment International*, 133(Pt A):105187.
- Freitas A, Loureiro A, Santana P (2019). A promoção da saúde em todas as políticas locais. IV Conferência em Políticas Públicas, Planejamento e Desenvolvimento Territorial -Descentralização & Desenvolvimento/Livro de artigos; Rio Fernandes, J.A., Ed.; CEGOT: Ermesinde, 22-29. ISBN: 978-989-8969-15-6.
- Freitas A, Rodrigues T, Santana P (2020). Assessing urban health inequities through a multidimensional and participatory framework: Evidence from the EURO-HEALTHY project, *Journal of Urban Health*, 97, 857-875.
- Freitas A, Santana P (2022). Putting Health at the Heart of Local Planning Through an Integrated Municipal Health Strategy, *Urban Planning*, 7(4), (in press), <https://doi.org/10.17645/up.v7i4.5829>.

- Frumkin, H. (2002). Urban Sprawl and Public Health. *Public Health Reports*, 117(3), 201–217.
- Galca, S., Freudenberg, N., & Vlahov, D. (2005). Cities and population health. *Social Science & Medicine*, 60, 1017–1033.
- Gehl, J. (2010). *Cities for people*. Washington, DC: Island Press.
- Giles-Corti B, Vernez-Moudon A, Reis R, Turrell G, Dannenberg, A, Badland H, Foster S, Lowe M, Sallis J, Stevenson M, Owen N (2016). City planning and population health: a global challenge. *Lancet*, 388, 2912-24.
- Goldstein, G., Kickbusch, I. (1996). *A healthy city is a better city*. Geneva: World Health Organization.
- Hall, P. (2014). *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design Since 1880* (4th Edition). Wiley-Blackwell.
- Harvey, D. (1973). *Social Justice and the City*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Jacobs, J. (1960). *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Random House.
- Lerner, J. (2014). *Urban Acupuncture. Celebrating pinpricks of change that enrich city life*. Washington, DC: Island Press.
- Loureiro, A., Freitas, A., Barros, C., & Santana, P. (2015). O papel dos municípios na promoção da saúde na Amadora, Lisboa, Mafra e Oeiras. In Santana P (Ed.), *Território e Saúde Mental em tempos de crise* (pp. 147–170). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Loureiro, I., Miranda, N., & Pereira Miguel, J. M. (2013). Promoção da saúde e desenvolvimento local em Portugal: refletir para agir. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 31(1), 23–31.
- Marmot, M. (2005). Social determinants of health inequalities. *Lancet*, 365(9464):1099-104.
- Moreno, C., Allam, Z., Chabaud, D., Gall, C., & Pratlong, F. (2021). Introducing the “15-Minute City”: Sustainability, Resilience and Place Identity in Future Post-Pandemic Cities. *Smart Cities*, 4(1), 93–111.
- Ramirez-Rubio O, Daher C, Fanjul G, Gascon M, Mueller N, Pajín L, Plasencia A, Rojas-Rueda D, Thondoo M, Nieuwenhuijsen MJ (2019). Urban health: an example of a “health in all policies” approach in the context of SDGs implementation. *Globalization and Health*, 15 (87), 2-21.
- RPMS (2018). *Declaração de Lagoa - Governação Local para a Saúde*, VII Fórum da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, Lagoa, Açores, 26 de Outubro.
- Rydin, Y., Bleahu, A., Davies, M., Dávila, J. D., Friel, S., De Grandis, G., ... Wilson, J. (2012). Shaping cities for health: Complexity and the planning of urban environments in the 21st century. *Lancet*, 379(9831): 2079–2108.
- Santana, P. (Coord.) (2007). *A Cidade e a Saúde*. Coimbra: Edições Almedina SA.

- Santana, P. (2014). *Introdução à Geografia da Saúde, Território, Saúde e Bem-Estar*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Santana P. (Coord.) (2015). *A Geografia da Saúde da População. Evolução nos últimos 20 anos em Portugal Continental*. Coimbra: CEGOT-UC.
- Santana P, Santos R, Costa C, Loureiro A (2008). *Pensar Amadora Cidade Saudável e Activa. Relatório Vencedor da 3ª Edição do Prémio de Reconhecimento Científico da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis*.
- Santana P, Freitas A, Stefanik I, Costa C, Oliveira M, et al. (2020). *Advancing tools to promote health equity across European Union regions: the EURO-HEALTHY project*, *Health Research Policy and Systems*; 18(18).
- Simões J. (2007). *Construindo a Cidade Saudável*. In Santana P (Ed.), *A Cidade e a Saúde* (pp. 39-47). Coimbra: Edições Almedina SA.
- Soja, E. (2010). *Seeking spatial justice (6th Edition)*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Stahle, A. (2016). *Closer Together: This is the Future of Cities*. Dokument Press.
- State of Victoria. (2019). *20-Minute Neighbourhoods. Creating a more liveable Melbourne*. The State of Victoria Department of Environment, Land, Water and Planning.
- United Nations (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. A/RES/70/1. Link: <https://sdgs.un.org/2030agenda>.
- UN-HABITAT (2016). *The New Urban Agenda*. United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development (Habitat III), Quito: United Nations.
- UN-HABITAT (2021). *Cities and Pandemics: Towards a more just, green and healthy future*. Nairobi: UN-Habitat.
- UN-HABITAT & WHO. (2020). *Integrating health in urban and territorial planning: a sourcebook*. Geneva: UN-Habitat and World Health Organization.
- Vlahov, D., Freudenberg, N., Proietti, F., Ompad, D., Quinn, A., Nandi, V., & Galea, S. (2007). *Urban as a determinant of health*. *Journal of Urban Health*, 84(3 Suppl), i16-26
- WHO (1986). *The Ottawa charter for health promotion*. Geneva and Ottawa: World Health Organization and Canadian Public Health Association, Health and Welfare.
- WHO (1986). *Intersectoral action for health: the role of intersectoral cooperation in national strategies for Health for All*. Geneva: World Health Organization.
- WHO (1995). *City health profiles: how to report on health in your city*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe.

- WHO (2010). Adelaide statement on health in all policies: moving towards a shared governance for health and well-being. Adelaide: Government of South Australia.
- WHO (2012). Addressing the social determinants of health: the urban dimension and the role of local government. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe.
- WHO (2016). Health as the pulse of the new urban agenda: United Nations conference on housing and sustainable urban development. Quito: World Health Organization.
- WHOa (2018). Belfast Charter for Healthy Cities. Operationalizing the Copenhagen Consensus of Mayors: healthier and happier cities for all. WHO European Healthy Cities Network International Healthy Cities Conference Belfast, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, 1-4 October 2018. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe.
- WHOb (2018). Copenhagen Consensus of Mayors. Healthier and happier cities for all. A transformative approach for safe, inclusive, sustainable and resilient societies. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe.
- WHO (2019). Implementation framework for Phase VII (2019–2024) of the WHO European Healthy Cities Network: goals, requirements and strategic approaches. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe.
- WHO-CSDH (2008). Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health. Final report of the Commission on Social Determinants of Health. Geneva: World Health Organization.
- WHO & UN-HABITAT (2016). Global report on urban health: equitable, healthier cities for sustainable development. Geneva: WHO and UN-Habitat.

A Identificação de áreas críticas de emissão de carbono em ambiente urbano: uma nova perspetiva do clima de Lisboa

António Manuel Saraiva Lopes
Universidade de Lisboa

Max Wendell dos Anjos
Technische Universität Berlin

Introdução

As sociedades atuais vivem uma época conturbada, o Antropoceno¹. Apesar não ser ainda consensual a existência desta nova época, as rápidas transformações biofísicas dos territórios, catalisadas pelas atividades humanas, moldam os processos e as sociedades (Pincetl, 2020; Klein, 2015). Os modelos de crescimento baseados nos combustíveis fósseis e o excessivo consumo de energia em que assentam, levaram as cidades para um patamar de risco nunca experienciado pelas sociedades humanas. As cidades são fortemente emissoras de poluentes e Gases de Efeito de Estufa (GEE). Desde 1950, os gastos energéticos, associados aos combustíveis fósseis, já excederam ≈ 22 zetajoules² (ZJ), ultrapassando $\approx 14,6$ ZJ dos últimos 11700 anos do Holoceno (Syvitski, 2020).

No entanto, quase sempre se considerou que as cidades, pela sua escala ao nível do globo, tinham pouca influência no clima global porque ocupam apenas uma pequena parte das terras emersas ($\approx 2,8\%$), apesar de mais de 56% da população mundial viver em aglomerados urbanos (UN-Habitat (2020) e contribuírem com cerca de 70% das emissões glo-

¹ Não sendo ainda consensual e definitiva, o uso da Época Antropoceno pela Comissão Internacional de Estratigrafia é uma unidade não oficial do tempo geológico usado para descrever a época mais recente da história de Terra, quando a atividade humana começou a ter um impacto significativo no clima do planeta e nos ecossistemas. Uma visão mais alargada sobre este tema (e não apenas no sentido restrito da Comissão Internacional de Estratigrafia) pode ser consultada em Lewis e Maslin (2022).

² ZJ - é um prefixo do SI de unidades que representa um fator de 1021.

bais de CO₂ (Elmqvist et al., 2021). Há cerca de uma década, Oleson, et al. (2011), do Terrestrial Sciences Section of NCAR's Climate and Global Dynamics Division, publicaram um dos primeiros artigos com os resultados da integração do aquecimento provocado pelas cidades a nível global, que viriam a ser considerados pelo IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), em 2014. Mas foi no AR6³ (Sixth Assessment Report, IPCC, 2021) que efetivamente foi dada maior importância aos impactos das alterações climáticas nas cidades, apesar de já no anterior AR5 terem surgido referências às medidas de adaptação (Dodman, et al 2022).

Neste processo contínuo de urbanização global, projeta-se que as cidades albergarão mais de 60% da população mundial em 2030, com a larga maioria desse crescimento a ocorrer na Ásia, em África e na América Latina (Figura 1).

Este crescimento deve ser integrado na New Urban Agenda, que pretende, entre outros aspetos políticos, económicos e financeiros, contribuir para um novo conjunto de políticas públicas para o ordenamento do território que se enquadre nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente aqueles que dizem respeito às Cidades e Comunidades Sustentáveis (UN-Habitat, 2020).

Mas deve-se questionar se estes “princípios” globais devem ser aplicados universalmente ou, se pelo contrário, os aspetos locais devem ser tomados em conta na (re)configuração das cidades. E devemos sobretudo tentar perceber de que forma o conhecimento científico sobre os climas urbanos pode ser integrado no processo de planeamento e ordenamento do território.

Desde a década de 80 do séc. XX que os investigadores de climatologia urbana se questionam acerca da importância da inclusão deste conheci-

³ IPCC AR (Assessment Report) – O Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC) é uma organização internacional que foi criada em 1988 pelas Nações Unidas, através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com a colaboração da Organização Meteorológica Mundial. O IPCC prepara e divulga vários tipos de relatórios com uma base mais ou menos periódica, dos quais se destacam: os “Relatórios de Avaliação” (Assessment Reports), que traduzem o estado da arte sobre as alterações climáticas, suas causas, potenciais impactos e opções de resposta; os “Relatórios Especiais” (Special Reports), que fazem a avaliação sobre um assunto específico; e os Relatórios Metodológicos (Methodology Reports) que fornecem orientações práticas para a elaboração de inventários sobre as emissões de gases de efeito estufa; e os Relatórios de Síntese (Synthesis Reports). O IPCC disponibilizou a síntese do sexto relatório Sixth Assessment Report (o mais recente), durante o Painel da 58ª Sessão em março de 2023, que se realizou na Suíça. Para além dos relatórios científicos o IPCC produz igualmente documentos para “atores” políticos sob a forma de síntese (Summary for Policymakers) (<https://www.ipcc.ch/reports/>).

mento científico no planejamento urbano, e de que forma ele devia ser aplicado (Oke, 1984). Quase quatro décadas após este texto ser publicado, muitas administrações locais já aplicaram um conjunto de metodologias oriundas de sociedades científicas de climatologia urbana. As avaliações climáticas e bioclimáticas são normalmente apresentadas sob a forma de síntese espacializada, a que vulgarmente chamamos Mapas Climáticos Urbanos (Urban Climate Maps) (Ren, et al., 2010; Alcoforado, et al., 2015). Em termos genéricos, a primeira fase do processo é sempre o conhecimento científico de base e, numa fase posterior, quando os estudos já estão suficientemente aprofundados e as consequências para o ambiente urbano estão bem definidas, entramos numa segunda fase em que se produzem orientações climáticas para o ordenamento dos territórios urbanos e que posteriormente podem fazer parte de um serviço climático⁴, nor-

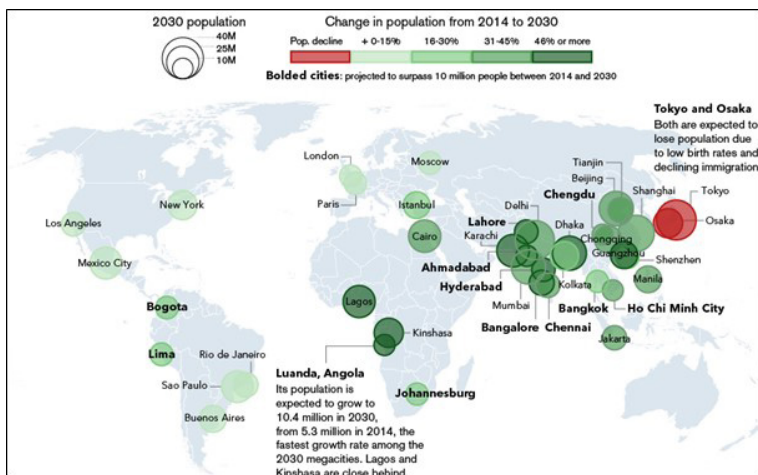


Figura 1: Projeção da população a viver em megacidades em 2030 de acordo com United Nations World Urbanization Prospects. Mapa elaborado por Alex Tribou / Bloomberg Visual Data ©2022 Bloomberg L.P. All Rights Reserved. <https://www.bloomberg.com/graphics/infographics/global-megacities-by-2030.html>

4 De acordo com a “European research and innovation roadmap for climate services” da União Europeia, os serviços climáticos constituem uma forma inovadora de transferir informações climáticas para a adaptação às alterações climáticas, de modo a contribuir para uma sociedade consumidora de baixo carbono e resiliente ao clima. Como características fundamentais essa informação deve ser universal, acessível, fácil de entender por não especialistas, e útil como ferramenta de apoio à decisão. Estes princípios orientadores foram primeiramente enunciados por Oke (1984).

malmente uma infraestrutura georreferenciada, acessível a todos os que dela necessitem. Em Lisboa, desde o início do século XX que a informação climática urbana tem sido utilizada nos sucessivos planos diretores e outros (Alcoforado et al., 2005), trabalho que foi recentemente atualizado e ampliado através projeto “Cartografia de Vulnerabilidade Térmica - Mapeamento dos efeitos das ondas de calor em Lisboa, face às projeções climáticas”⁵ (Lopes, et al. 2020).

Convém salientar a proximidade da climatologia urbana com outras ciências, como o ambiente e a ecologia urbana, o urbanismo, e a meteorologia da camada limite atmosférica urbana, sendo a interseção entre elas uma área um pouco difusa. Breuste (2002), afirma que a ecologia urbana é um campo de atuação de várias ciências que se cruzam com o planeamento, com o propósito de apresentarem soluções para melhorar as condições de vida a longo termo, com o objetivo da sustentabilidade ambiental, mas sem descuidar o desenvolvimento urbano. Há aqui, portanto, pontos de contacto entre várias ciências (e escolas geográficas), que necessitam de ser continuamente aperfeiçoadas e harmonizadas.

Esta perspetiva integradora, também na linha dos estudos sobre o Antropoceno, leva-nos a olhar para as áreas urbanas como sistemas com um metabolismo próprio: de uma forma simplificada, o metabolismo urbano é fundamentalmente um quadro de referência que quantifica os fluxos de entrada e saída (radiativos e energéticos, hídricos e hidrológicos), as necessidades em energia elétrica e combustíveis, mas também os bens (por exemplo alimentares) e os respetivos desperdícios do consumo, o calor produzido pelas atividades humanas e no que diz respeito a esta investigação, os gases libertados para a atmosfera ou armazenados através de sumidouros (espaços verdes urbanos), entre eles o CO₂. É, portanto, um sistema integrado e aberto onde os seres vivos interagem com o ambiente físico, que não vive sem o suporte das áreas exteriores à sua fronteira (Oke et al., 2017). Este conceito de metabolismo urbano foi adotado por semelhança ao que acontece a um corpo humano para manter o seu equilíbrio homeostático. Torna-se evidente que, para manter esse equilíbrio, é necessário que as trocas de radiação e massa sejam equilibradas pela energia acumulada nas superfícies e “solos” urbanos (corolário dos princípios de conservação de energia e massa). Esta abordagem permite quantificar os

⁵ Disponível em: <https://www.lisboa.pt/cidade/ambiente/alteracoes-climaticas/ondas-de-calor>

limites e as dependências de todos os fluxos e avaliar o impacto das modificações no futuro do sistema urbano (Oke, et al. 2017).

Os espaços urbanos modificam os climas locais não só pela volumetria e estrutura do seu edificado, mas também pelos materiais utilizados e pelo mosaico dos tipos de ocupação e uso dos solos. O simples facto de se de construírem superfícies complexas e com materiais muito variados leva à modificação dos fluxos radiativos em relação aos ambientes naturais (ou mais naturalizados). Para além disso, a poluição urbana, a falta de vegetação e o calor antrópico são fatores que não só agravam a qualidade do ar, como aumentam a intensidade das ilhas de calor. As superfícies demasiado impermeabilizadas e sem vegetação ajudam, não só, a manter o calor sensível elevado, como a um menor potencial de arrefecimento pela diminuição do calor latente. Por outro lado, na presença de fenómenos extremos de chuva (que os modelos regionais projetam serem mais intensas e concentradas no futuro), irá ser propiciado o surgimento de fortes inundações urbanas, caso não se tomem medidas de renaturalização dos espaços contruídos.

Para além dos fatores locais e urbanos, outros emergem para a formação dos climas urbanos, a saber: os macro e meso climas regionais de fundo, que influenciam os tipos de tempo locais; a contribuição dos fatores geográficos (relevo, corpos de água, etc.) e a contribuição das atividades humanas e da ocupação do solo (Lowry, 1977, Oliveira, 2022).

Adictos em Carbono

As concentrações de CO₂ na atmosfera aumentaram de 277 ppm (partes por milhão) no início da era industrial para cerca 399.4 ± 0.1 ppm in 2015, (Le Quéré, et al, 2016). Esse parâmetro atingiu 417.19 ppm em Agosto de 2022, registados no observatório do monte Mauna Loa, no Havai.

O problema das emissões de CO₂ é tão severo que o Secretário-Geral das Nações Unidas, Eng.º António Guterres, tuitou recentemente (1 de novembro de 2021): “Our addiction to fossil fuels is pushing humanity to the brink. It’s time to say: enough. Enough brutalizing biodiversity. Enough killing ourselves with carbon. Enough treating nature like a toilet. Enough burning & drilling our way deeper. We are digging our own graves” (Guterres, 2021).

Charles David Keelling (1928 – 2005), o primeiro observador a medir o CO₂ na atmosfera, ficaria surpreendido em saber que, atualmente, mais de 70% das emissões relacionadas com a queima de combustível fóssil são provenientes das áreas urbanas (Duren e Miller, 2012). Este facto terá sido negligenciado, até o Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas, em 2014, reconhecer o papel chave das cidades no sistema global (IPCC, 2014). Desde então, as emissões urbanas de CO₂ têm sido concebidas como ponto central do Ciclo Global de Carbono (CGC).

Em Portugal, as emissões de CO₂ devido à queima de combustíveis fósseis (sem contar com as modificações do uso e ocupação do solo, nem o consumo - consumption-based emissions) revelam uma evolução decrescente desde 2005 (fig. 2), mostrando um caminho positivo do país na redução das emissões industriais de um dos mais importantes gases com efeito de estufa e acompanhando a tendência europeia nos valores per capita, que ocorreu a partir dos anos 90 do Séc. XX.

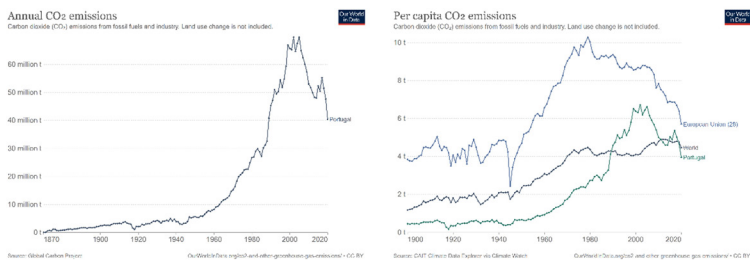


Figura 2: Emissões de CO₂ (valores anuais à esquerda e per capita, à direita) provenientes da queima de combustíveis fósseis e indústria em Portugal, na União Europeia e no Mundo; Fontes: Our World in data e Global Carbon Budget – Global Carbon Project (v2021).

No entanto, à escala urbana, as emissões de CO₂ não estão ainda devidamente quantificadas em Lisboa: não se sabe, por exemplo que emissões de CO₂ estão a ser produzidas e libertadas para a atmosfera urbana anualmente, ou mesmo diariamente, ou qual é a contribuição do tráfego de veículos ou da vegetação para o balanço de CO₂ na cidade.

O excessivo parque automóvel e o tráfego nas cidades são certamente problemas a resolver nesta perspetiva integrada entre o clima e o ambiente urbano. Aumentam as emissões de gases poluentes que degradam a qualidade do ar, levando a um incremento da morbilidade e mortalidade em meio urbano (Anjos et al. 2018; Franco et al., 2020). Mas dois temas

novos, relacionados com a mobilidade automóvel emergem neste preciso momento: um deles pretende avaliar de que forma os materiais que compõem as superfícies dos automóveis (chapa metálica, plásticos e vidros) alteram o balanço radiativo e energético dos canyons urbanos⁶ (Lopes, et al. 2018); o segundo é a avaliação das emissões de CO₂ provocadas pelo tráfego automóvel, até agora um tema pouco estudado pelo grupo de investigação Zephyrus - Alterações Climáticas e Sistemas Ambientais, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Nas próximas secções, discutimos brevemente a natureza das emissões urbanas de CO₂ e introduzimos uma abordagem inovadora que quantifica essas emissões em alta resolução espaço-temporal a partir do tráfego automóvel, de variáveis biofísicas e outras componentes antropogénicas. Pretende-se que, no futuro, este tipo de avaliação contribua para conhecer a capacidade de carga do tráfego automóvel, identificar áreas críticas, e propor medidas de redução dos veículos com motor de combustão, de modo a reduzir as emissões na cidade. A nível global, os dados de emissões de alta resolução abrirão novas oportunidades para ações mais efetivas no combate às alterações climáticas (Jungmann et al. 2022).

A natureza das emissões urbanas de CO₂

Três conceitos são fundamentais para entender as emissões de CO₂ nas cidades: expansão urbana (urban sprawl), a pegada ecológica urbana (urban footprint) e o Balanço Urbano de Carbono (BUC). Aliada à elevada densidade populacional, a miríade de superfícies impermeáveis são uma assinatura espacial da urbanização, denominada de expansão urbana. A cidade, sobretudo geradora de serviços, tem um metabolismo próprio em sistema aberto, e é alimentada por produtos que demandam um enorme consumo de água e energia, na maioria dos casos provenientes de fora dos seus limites administrativos. A pegada urbana, ou footprint, é um serviço que mede o impacto das atividades humanas no ambiente urbano e tem,

⁶ Os canyons urbanos (urban canyons ou street canyons) são constituídos por ruas flanqueadas por edifícios altos (o nome foi atribuído por analogia com os grandes vales bastante encaixados do rio Colorado no estado norte americano do Arizona). Os canyons urbanos podem ser descritos de várias formas, sendo a mais comum o H/W, a razão entre a altura média dos edifícios (H – Height) e a largura das ruas (W – Width). Valores de H/W >1 são normalmente considerados fatores agravantes da intensidade da ilha de calor urbano (diferenças de temperatura entre o centro das cidades (medida na camada limite urbana inferior, ou seja, abaixo dos telhados) e a temperatura nos arredores menos artificializados).

entre outras funções, determinar os melhores cenários de crescimento, de acordo com os objetivos de sustentabilidade. Vários setores produtivos da sociedade calculam indiretamente as suas emissões de CO₂ usando a conexão de pegada da seguinte forma: uma determinada atividade que emite ou armazena CO₂ é multiplicada por um respetivo fator de emissão. Este tipo de equação simplificada tem impulsionado a sociedade global a avaliar o seu papel como promotor das alterações climáticas e, através dos inventários de gases de efeito de estufa, tem delineado soluções climáticas para reduzir as emissões. Contudo, a maioria dos inventários urbanos apresenta limitações, uma vez que eles geralmente reportam as suas emissões na escala anual, sem considerar a distribuição desigual das fontes e sumidouros das emissões dentro dos limites das cidades.

O Balanço Urbano de Carbono é formado pelas principais fontes e sumidouros de origem antropogénica e biológica no ecossistema urbano, aos quais estão associados fluxos horizontais (emissões indiretas) e fluxos verticais (emissões diretas) de carbono (Churkina, 2008; Churkina, 2012). Um exemplo de fluxos horizontais de carbono é o uso da eletricidade residencial, onde geralmente não há emissões ao nível do edifício (com a exceção de certos edifícios que usam o gás natural como fonte de energia), mas tem uma determinada quantidade de kW/h e emissões de CO₂ associados à queima de carvão numa central termoelétrica. Assim, quantificar os fluxos horizontais de forma precisa é ainda uma tarefa desafiadora e provavelmente teremos de lidar com grandes incertezas nas suas estimativas. Os fluxos verticais provêm da queima de combustível fóssil, da decomposição de resíduos e da respiração humana, bem como de fontes naturais. Estes fluxos verticais de carbono são altamente variáveis no espaço e no tempo. À escala espacial, eles podem provir de um simples estoma de uma folha (10-6 metros), de um edifício ou segmento de rua (urban canyon), ou da extensão total da cidade (> 10 km). À escala temporal, as emissões variam de minutos até vários anos. Ao contrário dos fluxos horizontais, a quantificação dos fluxos verticais de carbono tem avançado bastante nas cidades, devido à disponibilidade de modelos climáticos de alta resolução espacial e temporal e às medições de fluxos de carbono principalmente por meio da técnica denominada “Covariância dos Vórtices Turbulentos” (Eddy-covariance). A próxima seção mostra a modelação parcial do BUC e a sua aplicação para avaliar a variabilidade espaço-temporal dos fluxos de CO₂, com um foco nas emissões originárias do tráfego de veículos e no balanço de carbono a partir da vegetação e solos.

Modelação do balanço urbano de carbono

Investigadores da Technische Universität Berlin, Alemanha, em parceria com a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil, e o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Portugal, têm trabalhado na criação de modelos de mapeamento de alta resolução espaço-temporal. Esse tipo de modelação é capaz de ir até um segmento da via de circulação e estimar as emissões de CO₂ numa determinada hora do dia, ou mesmo, estimar o potencial de retirada e armazenamento de CO₂ por uma árvore. O modelo multicamada considera os principais componentes antropogénicos e biofísicos no ecossistema urbano, tais como as emissões do tráfego automóvel, dos edifícios, da respiração humana bem como os fluxos biológicos da vegetação e dos solos, que juntos culminam no termo Balanço Urbano de Carbono (BUC). Para mapear o BUC, utiliza-se diversas fontes de dados espaciais de uso e cobertura do solo, mobilidade urbana, variáveis ambientais, deteção remota, bem como algoritmos de Machine Learning. A simplificação do BUC pode ser representada pela seguinte equação (Grimmond et al., 2002; Moriwaki e Kanda, 2004; Churkina, 2008; Velasco e Roth, 2010; Crawford e Christen 2014):

$$F_c = ET + EB + RH + (NEE = Reco - GPP), \quad [Eq. 1]$$

Onde,

F_c representa o total das emissões de CO₂.

ET as emissões do tráfego automóvel.

EB as emissões dos edifícios.

RH as emissões da respiração humana.

O NEE (Net Ecosystem Exchange ou troca líquida de CO₂ no ecossistema), resulta da diferença entre o Ecosystem Respiration (Reco), que representa os fluxos oriundos da respiração das plantas e dos solos, e o Gross Primary Production (GPP), que representa o processo de fotossíntese que atua na retirada e armazenamento dos fluxos de CO₂ (Reichstein et al., 2004).

A demonstração simplificada do BUC foi utilizada para modelar a variabilidade espaço-temporal do ET e NEE em Lisboa. O setor dos transportes é um dos principais contribuidores para as emissões globais de

CO₂ eq. ($\approx 16,2\%$, de acordo com a base de dados “Our World in Data”⁷), e o seu impacto é ainda maior nas áreas urbanas onde a concentração de veículos e o aumento das distâncias percorridas resultam em níveis mais altos de emissões. O NEE é um dos principais parâmetros usados para simular o delicado balanço de carbono sendo, portanto, fundamental a quantificação dos fluxos de ET e NEE para determinar as emissões totais de CO₂ nas áreas urbanas.

A distribuição espaço-temporal das emissões de CO₂ provenientes do tráfego urbano em Lisboa pode ser observada nas figuras 3 e 4. O modelo de alta-definição utilizado para esta análise considerou um dia típico de trabalho, levando em conta informações sobre a mobilidade urbana, a configuração das vias e fatores específicos de emissão. Na figura 4, é possível verificar o ciclo diário das emissões de CO₂ na cidade, sendo que durante os horários de pico de fluxo de veículos, são emitidas cerca de 3 toneladas de CO₂.

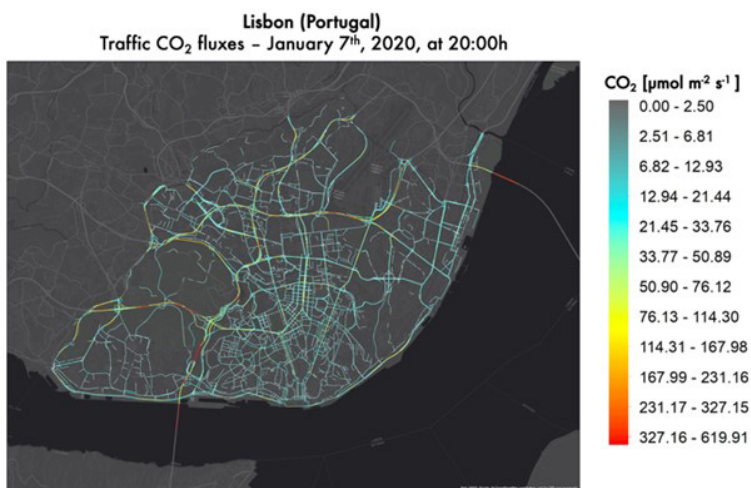


Figura 3: Fluxos de CO₂ originários do tráfego de veículos em Lisboa às 20:00h do dia 7 de janeiro de 2020, usando um modelo multicamada de alta resolução espaço-temporal.

A unidade dos fluxos nos mapas é o micromole, por metro quadrado, por segundo. Por exemplo, $100 \mu\text{mol CO}_2 \text{ m}^{-2} \text{ s}^{-1}$ equivalem a aproximadamente $15 \text{ gr de CO}_2 \text{ m}^{-2} \text{ h}^{-1}$. Informações adicionais sobre a modelação das emissões de tráfego em alta-definição podem ser consultadas em: <https://github.com/ByMaxAnjos/CO2-traffic-emissions>.

⁷ Disponível em: <https://ourworldindata.org/emissions-by-sector>

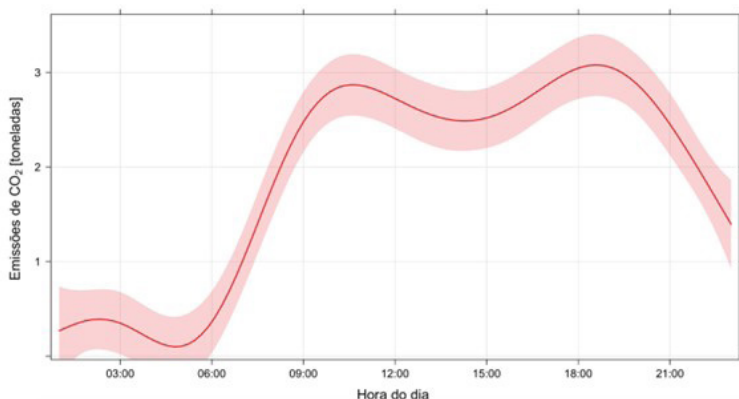


Figura 4: Ciclo diário das emissões horárias de tCO₂ originárias do tráfego automóvel em Lisboa, no dia 7 de janeiro de 2020.

Vários modelos têm sido utilizados para estimar o NEE, por exemplo o modelo empírico-biogénico (Belluco et al., 2017) e o Solar-Induced Fluorescence (SIF) for Modeling Urban Biogenic Fluxes (SMUrF) (Wu et al, 2021), os quais usam variáveis ambientais, dados de deteção remota da vegetação e uma série de coeficientes derivados empiricamente. Esses modelos foram executados para simular o NEE em Lisboa durante um dia específico de verão, quando a troca de carbono entre vegetação/solos e atmosfera é mais pronunciada. Conforme se mostra no mapa da figura 5, os valores mais elevados de NEE estão concentrados nas áreas com elevada fração de vegetação (80%-100%), alcançando um máximo de 8,0 $\mu\text{mol CO}_2 \text{ m}^{-2} \text{ s}^{-1}$ às 13:00h, o que mostra o potencial das áreas verdes no armazenamento dos fluxos de CO₂.

O cálculo do NEE desempenha um papel importante na avaliação das emissões de CO₂, visto que pode atuar tanto como sumidouro, como fonte de emissão (Figura 6). Durante a noite, a respiração das plantas e do solo contribui para a emissão de CO₂, resultando em valores positivos de NEE de cerca de 7,3 $\mu\text{mol CO}_2 \text{ m}^{-2} \text{ s}^{-1}$ até às 05:00h (Figura 6). A partir das 08:00h, a fotossíntese começa efetivamente a armazenar os fluxos de CO₂, com um pico máximo de 11 $\mu\text{mol CO}_2 \text{ m}^{-2} \text{ s}^{-1}$ às 13:00h (valores negativos de NEE). Isso indica que, quanto maior a área ocupada por árvores, em condições ambientais propícias, menor tende a

ser a emissão total de CO₂ na atmosfera urbana, devido à presença deste sumidouro natural.

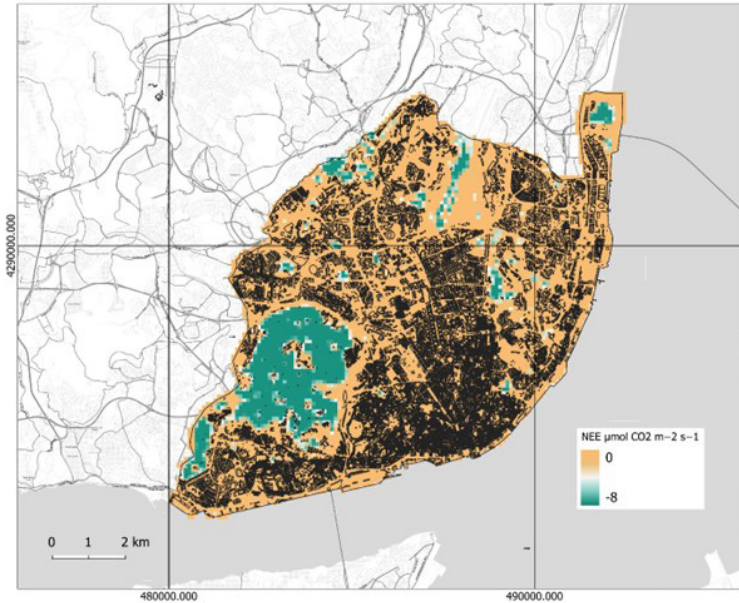


Figura 5: Distribuição espacial das estimativas de NEE em Lisboa, no dia 3 de julho de 2020 às 15:00h. Os valores de NEE foram gerados pelo modelo biogénico proposto por Belluco et al. (2017). Os valores de percentagem de área vegetada foram derivados de imagens de satélite do Copernicus Global Land Service (Fuster et al. 2020) referentes a julho de 2020.

Conclusões

Não há dúvida que vivemos tempos novos, com desafios que necessitam de uma abordagem mais integrada por parte das várias ciências que se ocupam dos estudos sobre os ambientes urbanos. O processo de expansão urbana, a pegada humana e o Balanço Urbano de Carbono definem espaço-temporalmente as emissões de CO₂ e contribuem para uma avaliação do papel da urbanização na atual crise climática, que é o aspeto mais significativo na transição para uma sociedade de baixo carbono, mais justa e igualitária. A identificação de hot spots de emissões excessivas de GEE

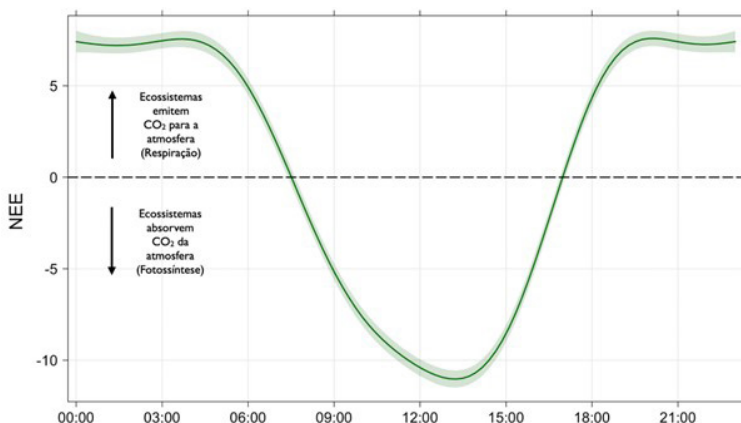


Figura 6: Ciclo diário dos fluxos de NEE em Lisboa referentes ao dia 7 de julho de 2018. Os valores horários de NEE foram extraídos do banco de dados do SMUrF (Wu et al, 2021) e estão expressos em $\mu\text{mol CO}_2 \text{ m}^{-2} \text{ s}^{-1}$.

através de informação climática de alta resolução espacial e temporal na cidade, e a utilização de modelos de análise, ajudam no desenvolvimento de novas estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas em ambiente urbano.

Os planos locais de ação climática devem, no nosso entender, incluir Serviços e Mapas Climáticos Urbanos (Urban Climatic Maps - UCM), um conjunto metodológico que tem servido para apoiar as decisões de planeamento urbano e ordenamento do território em várias cidades do Mundo (Ng et al, 2015). Em Portugal (Alcoforado et al, 2009; Alcoforado et al, 2015; Lopes et al, 2020) e no Brasil (Anjos et al., 2021), esses estudos têm sido reconhecidos como elementos fundamentais para enfrentar as alterações climáticas urbanas, sobretudo os extremos térmicos, atualmente mais frequentes, intensos, e prolongados, mas com projeções brutais de aumento no futuro, que constituirão as maiores ameaças à saúde ambiental urbana⁸. Propõe-se a produção de inventários de gases de efeito estufa mais detalhados e a inclusão dos hot spots de emissões de CO₂ na cartografia climática urbana existente, de modo a criar regulamentos municipais mais exigentes e desenvolver políticas públicas que, efetivamente, reduzam as emissões de gases de efeito estufa e permitam melhorar a qualidade de vida nas cidades.

⁸ Disponível em: www.lisboa.pt/cidade/ambiente/alteracoes-climaticas/ondas-de-calor

Agradecimentos

Agradecemos a leitura atenta e os comentários muito pertinentes do Dr. Ezequiel Correia do CEG/IGOT ULisboa, que permitiram melhorar o texto final. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e da Fundação Alexander von Humboldt, Alemanha.

Referências

- Alcoforado, M. J., Andrade, H., Lopes, A., & Vasconcelos, J. (2009). Application of climatic guidelines to urban planning: The example of Lisbon (Portugal). *Landscape and Urban Planning*, 90(1–2), 56–65. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2008.10.006>
- Alcoforado, M. J., Lopes, A., & Andrade, H. (2015). Urban Climatic Map Studies in Portugal: Lisbon. In E. N. e C. Ren (Ed.), *The Urban Climatic Map A Methodology for Sustainable Urban Planning* (pp. 209–236). Routledge. doi. org/doi:10.4324/9781315717616.
- Alcoforado, M. J.; Lopes, A.; Andrade, H., Vasconcelos, J. (2005). *Orientações Climáticas para o Ordenamento em Lisboa*, CEG/A.I.G-E., 4, Lisboa.
- Anjos, M., Lopes, A., Alves, E. (2018). Uso dos Modelos CAL3QHC e I-Tree Canopy na Avaliação da Qualidade do Ar em Aracaju: Estimativas das Concentrações de PM10 nas Vias de Tráfego Intenso de Automóveis, *GEOUSP: Espaço e Tempo* (Online), 22(3): 707–728. doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2018.139515.
- Anjos, M., Lopes, A., Alves, E., Correia, E., & Mendonça, F. (2021). Assessment of Climatic Guidelines and Urban Planning in North-Eastern Coast of Brazil. In R. B. Singh, S. Chatterjee, M. Mishra, & A. J. de Lucena (Eds.), *Practices in Regional Science and Sustainable Regional Development: Experiences from the Global South* (pp. 199–220). Singapore: Springer Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-16-2221-2_9
- Bellucco, V. S., Marras, S., Grimmond, C. S. B., Järvi, L., Sirca, C. and Spano, D. (2017). Modelling the biogenic CO₂ exchange in urban and non-urban ecosystems through the assessment of light-response curve parameters. *Agricultural and Forest Meteorology*, 236,113-122.
- Boden, T.A., G. Marland, R.J. Andres (2016). *Global, Regional, and National Fossil-Fuel CO₂ Emissions*. Carbon Dioxide Information Analysis Center, Oak Ridge National Laboratory, U.S. Department of Energy, Oak Ridge, Tenn., U.S.A. doi 10.3334/CDIAC/00001_V2016.

- Breuste, J. (2002). Urban Ecology. In: Bastian, O. & Steinhardt, U. [Eds.]. *Development and Perspectives of Landscape Ecology*. Kluwer Academic Publishers, Dordrecht: 405-414.
- Ching, J., Mills, G., Bechtel, B., See, L., Feddema, J., Wang, X., Ren, C., Brourousse, O., Martilli, A., Neophytou, M., Mouzourides, P., Stewart, I., Hanna, A., Ng, E., Foley, M., Alexander, P., Aliaga, D., Niyogi, D., Shreevastava, A., ... Theeuwesits, N. (2018). WUDAPT: An urban weather, climate, and environmental modeling infrastructure for the anthropocene. *Bulletin of the American Meteorological Society*, 99(9), 1907–1924. doi.org/10.1175/BAMS-D-16-0236.1
- Churkina, G. (2012). “Carbon cycle of urban ecosystems “. R. Lal, B. Augustin (Eds.), *Carbon sequestration in urban ecosystems*, Springer, Netherlands.
- Churkina, G. (2008). Modeling the Carbon Cycle of Urban Systems. *Ecological Modelling*, 216, 107-113.
- Crawford, B., Christen, A. (2014). Spatial source attribution of measured urban eddy covariance CO2 fluxes. *Theoretical and Applied Climatology*, 119, 733-755.
- Dodman, D., Hayward B., Pelling M., Castan Broto V., Chow W., Chu, E., Dawson, R., Khirfan, L., McPhearson, T., Prakash, A., Zheng, Y., Ziervogel, G. (2022). *Cities, Settlements and Key Infrastructure*. In: *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegria, M. Craig, S. Langsdorf, S. Lösche, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, pp. 907–1040, doi:10.1017/9781009325844.008.
- Duren, R. M., Miller, C. E. (2012). Measuring the carbon emissions of megacities. *Nature Climate Change* 2, 560–562, doi. org/10.1038/nclimate1629.
- Elmqvist, T., Andersson, E., McPhearson, T., Bai, X., Bettencourt, L., Brondizio, E., Colding, J., Daily, G., Folke, C., Grimm, N., Haase, D., Ospina, D., Parnell, S., Polasky, S., Seto, K. C., & Van Der Leeuw, S. (2021). Urbanization in and for the Anthropocene. *Npj Urban Sustainability*, 1(1), 6. doi. org/10.1038/s42949-021-00018-w.
- European Commission, Directorate-General for Research and Innovation, Jacob, D., Runge, T., Street, R., et al. (2015). *A European research and innovation roadmap for climate services*, Publications Office. doi/10.2777/702151.
- Franco, P., Gordo, C., Marques da Costa, E., Lopes, A. (2020). Air Pollution and Emergency Hospital Admissions - Evidences from Lisbon Metropolitan. *Applied Sciences*, Special Issue Air Pollution: From Source Apportionment to Climate Change and Health Impact Assessment), 10(7997). doi. org/10.3390/app10227997.
- Fuster, B.; Sánchez-Zapero, J. ; Camacho, F ; García-Santos, V. ; Verger, A. ; Lacaze, R. ; Weiss, M. ; Baret, F. ; Smets, B. Quality Assessment of PROBA-V LAI, fAPAR and fCOVER Collection 300 m Products of Copernicus Global Land Service. *Remote Sensing* 2020, 12137, 1017.
- Grimmond, C., King, T., Cropley, F., Nowak, D., Souch, C. (2002). “Local-

- scale fluxes of carbon dioxide in urban environments: methodological challenges and results from Chicago “. *Environ Pollut* 116:243–254.
- Guterres, A. [@antonioguterres]. (2021,11,1). Our addiction to fossil fuels is pushing humanity to the brink. It's time to say: enough. [Tweeter]. António Guterres. twitter.com/antonioguterres/status/1455267352057102336.
- Jungmann, M., Vardag, S.N., Kutzner, F. et al. Zooming-in for climate action—hyperlocal greenhouse gas data for mitigation action?. *Clim Action* 1, 8 (2022). <https://doi.org/10.1007/s44168-022-00007-4>
- IPCC (2014). *Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 151 pp.
- IPCC (2021). *Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*[Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S.L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M.I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T.K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu, and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, In press, doi:10.1017/9781009157896.
- Klein, S. W. (2015). *The human age. Wyndham Lewis: A Critical Guide*, 189–202. doi.org/10.23943/princeton/9780691175072.003.0001.
- Le Quéré, C., Andrew, R. M., Canadell, J. G., Sitch, S., Ivar Korsbakken, J., Peters, G. P., Manning, A. C., Boden, T. A., Tans, P. P., Houghton, R. A., Keeling, R. F., Alin, S., Andrews, O. D., Anthoni, P., Barbero, L., Bopp, L., Chevallier, F., Chini, L. P., Ciais, P., ... Zaehle, S. (2016). *Global Carbon Budget 2016*. *Earth System Science Data*, 8(2), 605–649. doi.org/10.5194/essd-8-605-2016.
- Lewis, S; Maslin, M (2022). *Antropoceno. Como transformámos o nosso Planeta*, Artes e Ciência, Porto.
- Lopes, A., Seixas, A., Teves, A., Simões, I., Avelar, C. (2018). *Cool and Hot Cars: The Importance of Vehicles Albedo in Urban Environment*. Poster Session 1E Urban Climate Processes, Poster 131: 10th International Conference on Urban Climate/14th Symposium on the Urban Environment, City College of New York.
- Lopes, A., Vasconcelos, M., Correia, E. (2020). *Identificação das Ilhas de Calor Urbano e simulação para as Áreas Críticas da Cidade de Lisboa, Fase 3 – Relatório final de cenarização e mapeamento de medidas de mitigação das Ilhas de Calor Urbano*. CML, Lisboa: 33.
- Lowry, W. (1977). Empirical estimation of urban effects on climate: a problem analysis. *J. Appl. Meteorol.*, 16: 129-135.
- Moriwaki, R., Kanda, M. (2004). Seasonal and diurnal fluxes of radiation, heat, water vapor, and carbon dioxide over a suburban area. *Journal of Applied Meteorology* 43, 1700e1710.

- Moriwaki, R., Kanda, M. (2004). Seasonal and diurnal fluxes of radiation, heat, water vapor, and carbon dioxide over a suburban area. *Journal of Applied Meteorology* 43, 1700e1710.
- Ng, E., Ren, C. (Eds.) (2015). *Urban Climatic Map – A Methodology for Sustainable Urban Planning*. Earthscan-Routledge, London.
- Oke, T. R. (1984). Towards a prescription for the greater use of climatic principles in settlement planning. *Energy and Buildings*, 7, 1–10. doi.org/10.1016/0378-7788(84)90040-9.
- Oke, T. R., Mills, G., Christen, A., & Voogt, J. A. (2017). *Urban Climates*. Cambridge: Cambridge University Press. doi.org/10.1017/9781139016476.
- Oleson, K. W., Bonan, G. B., Feddema, J., & Jackson, T. (2011). An examination of urban heat island characteristics in a global climate model. *International Journal of Climatology*, 31(12), 1848–1865. doi.org/10.1002/joc.2201.
- Oliveira, A., Lopes, A., Correia, E., Niza, S., & Soares, A. (2021). An urban climate-based empirical model to predict present and future patterns of the Urban Thermal Signal. *Science of The Total Environment*, 147710. doi.org/10.1016/j.scitotenv.2021.147710.
- ONU (2019). United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. *World Population Prospects 2019: Data Booklet*. ST/ESA/SER. A/424.
- Pincetl, S. (2020). Urban Nature: an Artifact of the Industrial City, in Thomas, K., Geller, L. (Rapporteurs) (2013). *Urban Forestry: Toward an Ecosystem Services Reesearch Agenda: A Workshop Summary*. The National Academies Press. Washington, D.C.
- Reichstein M., Falge, E., Baldocchi, D., Papale, D., Aubinet, M., Berbigier, P., Bernhofer, C., Buchmann, N., Gilmanov, T., Granier, A., Grünwald, T. (2005). “On the separation of net ecosystem exchange into assimilation and ecosystemrespiration: review and improved algorithm. *Global change biology*”. Sep;11(9):1424-39.
- Ren, C., Ng, E., Katzschner, L. (2010). Urban climatic map studies: a review. *International Journal of Climatology*, 31(15), 2213–2233. doi.org/10.1002/joc.2237.
- Revi, A., Satterthwaite, D.E., Aragón-Durand, F., Corfee-Morlot, J., Kiunsi, R.B.R., Pelling, M., Roberts, D.C., Solecki, W. (2014) Urban areas. In: *Climate Change (2014). Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Field, C.B., V.R. Barros, D.J. Dokken, K.J. Mach, M.D. Mastrandrea, T.E. Bilir, M. Chatterjee, K.L. Ebi, Y.O. Estrada, R.C. Genova, B. Girma, E.S. Kissel, A.N. Levy, S. MacCracken, P.R. Mastrandrea, and L.L. White (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 535-612.
- Schneider, A., Friedl, M. A., Potere, D. (2009). A new map of global urban extent from MODIS satellite data. *Environ. Res. Lett.* 4:044003. doi: 10.1088/1748-9326/4/4/044003.

- Syvitski, J., Waters, C. N., Day, J., Milliman, J. D., Summerhayes, C., Steffen, W., Zalasiewicz, J., Cearreta, A., Galuszka, A., Hajdas, I., Head, M. J., Leinfelder, R., McNeill, J. R., Poirier, C., Rose, N. L., Shoty, W., Wagreich, M., & Williams, M. (2020). Extraordinary human energy consumption and resultant geological impacts beginning around 1950 CE initiated the proposed Anthropocene Epoch. *Communications Earth & Environment*, 1(1), 1–13. doi.org/10.1038/s43247-020-00029-y.
- Tong, S., Prior, J., McGregor, G., Shi, X., & Kinney, P. (2021). Urban heat: an increasing threat to global health. *BMJ (Clinical Research Ed.)*, 375, n2467. doi.org/10.1136/bmj.n2467.
- UN-Habitat (2020). *World Cities Report 2020, The Value of Sustainable Urbanization*. United Nations Human Settlements Programme, Kenya.
- Velasco, E., Roth, M. (2010). Cities as net sources of CO₂: review of atmospheric CO₂ exchange in urban environments measured by eddy covariance technique. *Geogr Compass* 4(9):1238–1259.
- Velasco, E., Roth, M., Tan, S., Quak, M., Nabarro, S., Norford, L. (2013). “The role of vegetation in the CO₂ flux from a tropical urban neighbourhood“. *Atmos Chem Phys Discuss* 13:7267–7310.
- Wu, D., Lin, J.C. (2021). Urban Biogenic CO₂ fluxes: GPP, Reco and NEE Estimates from SMUrF, 2010-2019. ORNL DAAC, Oak Ridge, Tennessee, USA. doi.org/10.3334/ORNLDAAAC/1899.

Riscos ambientais e áreas urbanas

Sandra Oliveira
Universidade de Lisboa

Jorge Rocha
Universidade de Lisboa

José Luís Zêzere
Universidade de Lisboa

Introdução

Em 1979, a UNDRO (United Nations Disaster Relief Co-ordinator) estabeleceu a definição oficial e a harmonização de conceitos associados à análise de riscos (UNDRO, 1979; Zêzere, Pereira, & Morgado, 2006). No relatório sobre “Natural disasters and vulnerability analysis”, são descritos os fatores que determinam a magnitude dos impactos de um processo potencialmente perigoso, e que estão relacionados com: i) os padrões geográficos da severidade do fenómeno, que pode variar com as características específicas do local onde ocorre; ii) o número, distribuição e densidade da população exposta aos efeitos do fenómeno; iii) a vulnerabilidade dos elementos expostos. Desde então, a análise de risco, em particular nos processos de origem natural, tem mantido uma estrutura concetual repartida por dimensões distintas mas interligadas, embora com algumas variações associadas à evolução do conhecimento e ao domínio científico em que se integra. Por um lado, a dimensão ligada ao processo perigoso (i.e., com potencial para gerar danos), natural ou induzido pela ação antrópica; por outro lado, a dimensão relacionada com as consequências, dependentes da existência de pessoas, bens e atividades com valor, que possam sofrer efeitos negativos caso o perigo se manifeste. Com efeito, os processos perigosos naturais, como sismos, cheias, deslizamentos, tempestades ou furacões, e os acidentes provocados por ação antrópica, por exemplo, derrame de produtos químicos, incêndios, explosões ou ataques terroristas, podem causar vítimas humanas, danos à propriedade, e perturbações económicas e sociais (Georgiadou, Papazoglou, Kiranoudis, & Markatos,

2016). É nesta segunda dimensão associada aos potenciais impactos, que as áreas urbanas assumem preponderância, pois é nelas que encontramos as maiores concentrações de elementos expostos, que muitas vezes se expandem pelo território de forma desordenada e alheada dos riscos a que estão sujeitos. Tendo em conta que mais de metade da população mundial vive atualmente em áreas urbanas (United Nations, 2018), a análise dos riscos que afetam territórios urbanos torna-se cada vez mais indispensável, no âmbito do ordenamento do território e do planeamento de emergência.

Neste capítulo, descrevem-se os conceitos associados à análise de risco, que inclui diversas componentes interligadas e representativas de aspetos específicos dos processos perigosos e/ou dos seus impactos. Depois apresentam-se alguns dos perigos que afetam as áreas urbanas, em particular os que são induzidos por fenómenos naturais, cuja ocorrência depende de condições biofísicas ou climáticas que não são diretamente controladas pela ação antrópica. Neste sentido, a intervenção humana na gestão do risco é focada na dimensão associada às consequências, refletindo-se em medidas de prevenção, estratégias de mitigação e de adaptação, e em planos de ordenamento do território e de gestão de emergência, que permitam reduzir os impactos negativos da manifestação de um risco natural. As mudanças climáticas e ambientais que se verificam globalmente (IPCC, 2021), trazem desafios adicionais à gestão de risco, aumentando a frequência de fenómenos naturais extremos que resultam de condições anómalas para as quais não estamos ainda preparados. Estas circunstâncias aumentam consideravelmente o nível de risco dos territórios urbanos, nas mais diversas regiões do mundo, exigindo um conhecimento mais aprofundado dos perigos a que estão expostos e das condições e necessidades das suas populações, que possibilitem a melhoria da capacidade de resposta e de adaptação da sociedade.

A análise de risco e as suas componentes

O conceito de risco exprime a probabilidade de ocorrência de danos ou efeitos graves na sociedade e/ou ambiente, em resultado do desencadeamento de um fenómeno perigoso, natural ou induzido pela atividade antrópica, num determinado período e em certas circunstâncias. A avaliação do nível de risco é concretizada pela análise combinada das diversas componentes que representam aspetos distintos. A perigosidade está associada ao processo perigoso natural ou antrópico, e avalia a conjugação

de duas vertentes: a probabilidade de ocorrência do processo (vertente temporal), e a suscetibilidade à ocorrência desse processo com determinada magnitude e intensidade (vertente espacial), que decorre das condições biofísicas, climáticas ou tecnológicas que caracterizam um território (Zêzere et al., 2006). Em termos estatísticos, a probabilidade mede a frequência relativa ou possibilidade de ocorrência de um evento, quantificada entre zero (impossibilidade) e um (certeza), a partir de uma distribuição teórica ou de observações (Collins, 1978), tendo por base eventos históricos ou estimativas obtidas de modelos preditivos (Umgiesser et al., 2021). A suscetibilidade, por seu lado, mede a importância das diferentes condicionantes (biofísicas, sociais, etc.) no desencadeamento e propagação dos perigos num determinado território, utilizando métodos diversificados baseados em análise multicritério, modelos de regressão e geoestatística, entre outros (Alves & Cunha, 2016; Rahmati et al., 2020).

A exposição quantifica os elementos, entre os quais pessoas, equipamentos, infraestruturas e atividades económicas, que se localizam em áreas perigosas em relação a determinado fenómeno. A vulnerabilidade tem um duplo significado reconhecido pelas Nações Unidas, representando quer o potencial grau de perda dos elementos expostos (Buckle, Mars, & Smale, 2000; Zêzere et al., 2006), quer o potencial para sofrer danos (Alexander, 2000). No caso de equipamentos e edifícios, é obtida a vulnerabilidade física ou estrutural (Douglas, 2007; Pereira et al., 2020), enquanto a vulnerabilidade ecológica é relativa a espécies e ecossistemas (De Lange, Sala, Vighi, & Faber, 2010). A vulnerabilidade social é aplicada às comunidades humanas, tendo recebido mais enfoque na avaliação de riscos ambientais desde os estudos de Cutter, Boruff, & Shirley (2003), com a aplicação do Índice de Vulnerabilidade Social (SoVI) nos Estados Unidos. Desde então, a vertente social tem sido integrada de forma sistemática na análise de riscos, com o intuito de qualificar o nível de preparação e a capacidade de resposta da população, a partir das suas características sociodemográficas e económicas (de Loyola Hummell, Cutter, & Emrich, 2016; Tavares, Barros, Santos, & Mendes, 2018). Um dos pressupostos é que as desigualdades nos recursos económicos e nas condições de vida diferenciam a população na sua capacidade de minimizarem a exposição aos riscos e de recuperarem de eventuais consequências, sendo estas diferenças possíveis de quantificar a diferentes escalas espaciais, dependendo dos objetivos e do tipo de dados disponíveis (Mendes, Tavares, & Santos, 2019). A avaliação da vulnerabilidade social foi concretizada, por exemplo, para cidades brasileiras em 5 regiões diferentes (de Loyola Hummell et al., 2016), para

os municípios de Itália (Frigerio, Carnelli, Cabinio, & De Amicis, 2018) e de Portugal Continental (Tavares, Barros, Mendes, Santos, & Pereira, 2018), para as freguesias da Grande Lisboa em Portugal (Guillard-Gonçalves, Cutter, Emrich, & Zêzere, 2015), à escala da bacia hidrográfica na metrópole de São Paulo, no Brasil (Roncancio & Nardocci, 2016) ou, numa escala mais fina, ao nível da secção estatística em dois municípios portugueses (Mendes et al., 2019). Atualmente, o conceito de resiliência integra também a análise de riscos, sendo definido como “a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a perigos de resistir, absorver, acomodar, adaptar-se, transformar e recuperar dos efeitos de um perigo de forma oportuna e eficiente, incluindo a preservação e restauração das suas estruturas e funções básicas e essenciais através da gestão do risco”. (UNISDR, 2009). Em Portugal, o município de Setúbal apresenta exemplos de estratégias implementadas para melhorar a resiliência da comunidade urbana a perigos diversos (A. Santos, Sousa, Kremers, & Bucho, 2020). No Brasil, foi recentemente utilizada uma abordagem participativa para definir indicadores de resiliência ao nível das comunidades locais (Ciccotti, Rodrigues, Boscov, & Günther, 2020). Este e outros conceitos associados à análise de risco, e a sua aplicação no contexto brasileiro, foram revistos recentemente por Monte, Goldenfum, Michel, & Cavalcanti (2021).

A determinação do nível de risco para um determinado território implica a agregação das várias componentes, através da quantificação da contribuição relativa de cada uma e a sua representação num índice composto, que sumariza os resultados numa escala de classificação, expressa de forma quantitativa (Li, Chen, Yin, Zhang, & Gui, 2021) ou qualitativa (Lu, Zhai, Zhou, & Shi, 2021; Rocha, Grineski, & Collins, 2017). Esta classificação pode também ser combinada com ferramentas cartográficas para mapear as classes de risco e definir zonas prioritárias de intervenção (Alder et al., 2015; Liu, Xu, Fan, & Zhou, 2021). Nas duas últimas décadas, têm sido desenvolvidos diversos índices de risco, como o DRI (Disaster Risk Index) (Peduzzi, Dao, Herold, & Mouton, 2009), ou o INFORM (Index for Risk Management) (De Groeve, Karmen Poljansek, & Vernaccini, 2014), que podem ser aplicados a processos naturais específicos, como as cheias (P. P. Santos et al., 2020) e os movimentos de vertente (Pereira et al., 2020), ou utilizados numa perspetiva multi-risco (de Almeida, Welle, & Birkmann, 2016; Ramli, Alias, Yusop, & Taib, 2020).

Associado à terminologia do risco, o conceito de “catástrofe” (referido usualmente como *disaster*, em inglês, ou por vezes *catastrophe*) representa

uma disrupção severa do funcionamento de uma comunidade devido à ocorrência de um processo perigoso (UNISDR, 2009). Segundo o CRED (Centre for Research on the Epidemiology of Disasters), um evento é considerado uma catástrofe quando apresenta uma ou mais das seguintes características: 10 ou mais vítimas mortais; pelo menos 100 pessoas afetadas; declaração do estado de emergência; pedido de assistência internacional (<https://www.emdat.be/>). Muitas vezes, uma catástrofe apresenta efeitos em cascata, dando origem a crises subsequentes, como por exemplo o sismo de Tōhoku no Japão em 2011, a que se seguiu um tsunami devastador e o colapso da central nuclear de Fukushima (Pescaroli & Alexander, 2016). Os eventos (de risco) interagem, levam a outros eventos e resultam em efeitos catastróficos inter-relacionados, como expressa o termo NaTec (NaTech: natural hazard-induced technological disasters) (Showalter & Myers, 1994), e mais recentemente o termo de riscos (eventos) compostos (Zscheischler et al., 2018).

Os efeitos em cascata também são afetados pelo contexto, e a vulnerabilidade pré-existente pode mitigar ou alimentar a sua progressão (Pescaroli & Alexander, 2015). Efetivamente, alguns estudos comprovam que, por exemplo, a dimensão do espaço urbano tem efeitos positivos e negativos na resiliência. Por um lado, as cidades maiores, nos países desenvolvidos, têm uma infraestrutura mais eficiente e são mais independentes em termos de recursos (van Putten, Villanueva, & Cvitanovic, 2017) e por isso têm demonstrado melhor resiliência às crises, voltando ao normal mais rapidamente (Capello, Caragliu, & Fratesi, 2015). Alguns investigadores sugerem que a fragmentação urbana e a diversificação de usos dentro do espaço urbano ajuda a dispersar o risco de inundações e melhora o acesso à infraestrutura verde que pode absorver e armazenar a água da chuva (Brody, Kim, & Gunn, 2012). Contrariamente, quando o desenvolvimento de uma cidade excede a sua capacidade de suporte ecológico, a sua dimensão tem impactos negativos sobre a resiliência a catástrofes, tendo em conta que tanto a complexidade como a especialização tendem a aumentar com o crescimento da cidade. Por exemplo, tem sido postulado que a expansão urbana é a principal força motriz do risco de inundação (Elmer, Hoymann, Dütthmann, Vorogushyn, & Kreibich, 2012). Cidades maiores tendem a expor mais as pessoas e recursos a potenciais ameaças, especialmente aquando da ocorrência de processos perigosos de desencadeamento rápido, o que significa que são mais vulneráveis a eventos catastróficos (Yamagata & Murakami, 2018).

Independentemente de definições ou abordagens específicas, os efeitos dominó e cumulativos dos perigos em cascata revelam invariavelmente desigualdades face aos seus diferentes impactos e tempos de recuperação entre as comunidades; ao contrário do evento primário que emerge dos sistemas naturais, as crises secundárias estão mais frequentemente ligadas às atividades humanas, incluindo o ambiente construído, as estruturas, instituições e atividades de gestão de emergência (Pescaroli & Alexander, 2015).

Muitas iniciativas têm emergido recentemente, na tentativa de responder às exigências sociais e ambientais e às especificidades dos diferentes riscos, principalmente num contexto de alterações climáticas e mudanças globais (Kc, Shepherd, King, & Gaither, 2021), e tirando partido dos avanços tecnológicos que possibilitam o uso de técnicas de análise mais sofisticadas. Alguns estudos são aplicados às áreas urbanas em particular (Chang, Yip, & Tse, 2019; Depietri, Dahal, & McPhearson, 2018; Juliã & Ferreira, 2021), territórios que congregam elementos-em-risco de uma mais variada natureza e que abrangem uma grande diversidade de condições, sendo por isso dotados de uma elevada complexidade no que respeita à avaliação e gestão dos riscos. A avaliação de riscos em áreas urbanas tem assumido também como função contribuir para o desenvolvimento urbano, a melhoria do planeamento de emergência e o ordenamento do território (Bathrellos, Skilodimou, Chousianitis, Youssef, & Pradhan, 2017; Bernal et al., 2017; A. Santos et al., 2020), uma ligação crucial para garantir uma gestão de risco eficaz em contexto urbano.

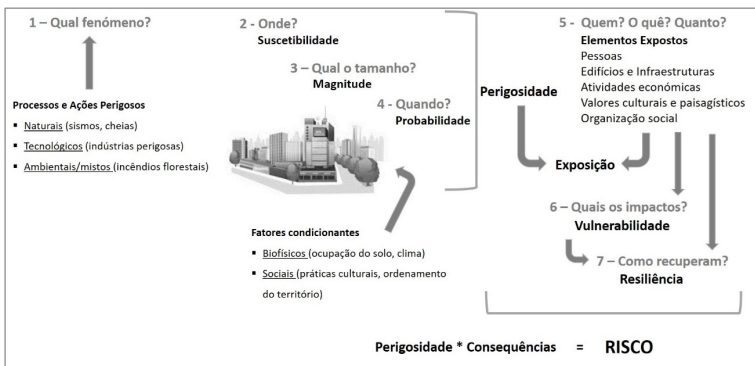


Figura 1: Esquema conceitual de análise de risco, baseado nas principais questões a que cada componente deve responder

Riscos urbanos induzidos por fenômenos naturais ou mistos

A existência de um risco urbano depende da probabilidade de ocorrência de um processo natural perigoso, na dependência da conjugação de condições biofísicas e/ou climáticas, e da sua interação com as características dos sistemas urbanos. Numa visão simplista, a ocorrência do processo de origem natural, como uma cheia ou um deslizamento, não depende do tipo de espaço, podendo ocorrer tanto no rural como no urbano, desde que as condições que o desencadeiam estejam reunidas, mas as características dos sistemas urbanos, a densificação e concentração de elementos que ali se encontram, diferenciam claramente os níveis de exposição e de vulnerabilidade que incorporam o risco (Roxo, 2013).

Cheias e inundações

As cheias são fenômenos naturais extremos e temporários, provocados por precipitações excessivas que fazem aumentar o caudal dos cursos de água, originando o extravase do leito e a inundação das margens e áreas adjacentes. Distinguem-se essencialmente dois tipos: as cheias rápidas e as cheias progressivas. As cheias rápidas são motivadas por episódios de precipitação muito intensa e concentrada em algumas horas, enquanto as progressivas ocorrem na sequência de períodos chuvosos abundantes e persistentes que se prolongam no tempo, por vezes ao longo de meses. As cheias rápidas são potencialmente mais destruidoras, devido ao tempo de concentração reduzido, que as torna mais imprevisíveis, e à violência do escoamento, que geralmente transporta elevada carga sólida (Ramos, 2013; Zêzere et al., 2006). Em áreas urbanas, as margens e áreas adjacentes dos cursos de água estão frequentemente ocupadas por atividades humanas, e até nalguns casos, os leitos de cursos de água temporários são utilizados como área de construção, circunstâncias que aumentam o nível de exposição e a possibilidade de sofrer danos. A elevada impermeabilização do solo nos espaços urbanos altera a capacidade de retenção e infiltração de água, promovendo o escoamento à superfície, e uma capacidade desajustada dos sistemas de drenagem pode refletir-se na convergência e acumulação de água em pontos críticos de uma cidade.

Em Portugal, as cheias rápidas de novembro de 1967 na região da Grande Lisboa merecem destaque, tendo causado centenas de mortes (Zêzere et al., 2006; Trigo et al., 2015). Em bacias hidrográficas da região de Lisboa, as cheias rápidas têm provocado não só consideráveis danos

diretos (vítimas mortais ou danos físicos nas propriedades e infraestruturas) como também indiretos (raturas na rede de transportes e comércio), que podem ser agravados pelo aumento generalizado da construção nas áreas suscetíveis a cheias (Leal & Ramos, 2013). No Brasil, a cidade de São Paulo é frequentemente afetada por cheias, em especial no Verão (Haddad & Teixeira, 2015), devido às condições meteorológicas mas também às características urbanas. As cheias no Funchal, Madeira, em 2010 (Fragoso et al., 2012), e os casos recentes de cheias na Europa Central, alimentados por precipitação intensa que aumentou substancialmente os caudais dos rios Danúbio e Elba em julho de 2021, mostram o potencial destruidor de eventos extremos, impulsionados por condições meteorológicas excepcionais que tendem a tornar-se cada vez mais frequentes (IPCC, 2021).

Movimentos de vertente

Os movimentos de vertente resultam da deslocação, pela força da gravidade, de massas de rocha ou solo, ao longo de terrenos inclinados. A litologia, a estrutura geológica, o declive e a cobertura do solo são fatores que condicionam a sua distribuição (Zêzere et al., 2006), enquanto os sismos e a precipitação são os principais fatores desencadeantes (Vaz & Zêzere, 2016; Vaz et al., 2018). Os limiares de precipitação que despoletam a ocorrência destes movimentos variam consoante as características dos territórios e os processos associados à ocorrência de precipitação, nomeadamente a infiltração de água no solo. Em regra, os movimentos de vertente superficiais são desencadeados por eventos de chuva muito intensa, concentrada em poucos dias ou horas, enquanto os movimentos profundos relacionam-se com episódios de precipitação muito abundante e prolongada ao longo de várias semanas (Zêzere et al., 2015). Em áreas urbanas, a alteração de cobertura do solo, o maior nível de impermeabilização e a ocupação densa por construções e atividades antrópicas, modificam as condições de ocorrência de movimentos de vertente (Goto & Clarke, 2021). A atividade antrópica constitui fator de instabilidade de vertentes através da remoção do suporte lateral das vertentes ligada a trabalhos de escavação, do aumento da carga por construção de aterros, da alteração nas condições de escoamento e infiltração da água, e do desenvolvimento de tensões transitórias decorrentes de explosões e do tráfego rodoviário e ferroviário.

Os movimentos de vertente que produziram impactos sociais em Portugal continental estão sistematizados na base de dados Disaster (1865–

2015) (Pereira, Ramos, Rebelo, Trigo, & Zêzere, 2018; Zêzere et al., 2014). Ao longo de 151 anos foram registados 292 movimentos de vertente, que causaram 237 mortos, 434 feridos, 823 evacuados e 1620 desalojados. Estes movimentos ocorrem mais frequentemente nas montanhas do centro e norte de Portugal, mas também nas colinas da Área Metropolitana de Lisboa. No Brasil, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo revelou que os movimentos de vertente desencadeados pela precipitação provocaram 1534 mortos no período 1988-2004, largamente concentrados em 2 eventos em 1988 (277 mortos) e 1996 (228 mortos). No entanto, destaca-se a catástrofe verificada em janeiro de 2011, nas montanhas do estado do Rio de Janeiro, que terá provocado cerca de mil e quinhentos mortos (Lacerda, Netto, & Sato, 2017)

Incêndios

Um incêndio é definido como um processo de combustão sem controlo no espaço e no tempo, alimentado por oxigénio e material inflamável e iniciado por uma fonte de energia ou ignição. Enquanto os incêndios urbanos incidem unicamente em espaço urbano e consomem os materiais combustíveis existentes em edifícios, os incêndios florestais incidem essencialmente sobre espaços naturais ou semi-naturais, consumindo florestas, espaços agrícolas, propriedades e outros bens, podendo propagar-se para os núcleos urbanos. A expansão das áreas urbanas para além dos núcleos consolidados aumenta a área de interface urbano-rural, onde pessoas e estruturas urbanas coexistem com níveis mais densos de vegetação (Bento-Gonçalves & Vieira, 2020). As áreas de interface são, por isso, mais suscetíveis à ocorrência de incêndios, onde o combate é dificultado pela distribuição espacial mais dilatada, e muitas vezes desordenada, da população e dos edifícios que se misturam com material vegetal altamente combustível. Os grandes incêndios de 2017 ocorridos em Portugal, sustentados por condições meteorológicas anómalas e extremas (Turco et al., 2019), e os incêndios no Brasil em 2019 (Kganyago & Shikwambana, 2020), causaram perdas humanas e danos económicos e sociais substanciais, destruindo edifícios, equipamentos e infraestruturas, e queimando milhares de hectares de espaços florestais. Para além disso, a ocorrência de incêndios florestais tem efeitos na qualidade do ar, libertando partículas e substâncias poluentes que se podem difundir por quilómetros e, por consequência, afetar negativamente a saúde respiratória da população exposta (Augusto et al., 2020).

Conclusões

Muitas cidades estão expostas a perigos devido à localização geográfica, à sua configuração e às características da sua população (Dickson, Baker, Hoornweg, & Tiwari, 2012). As cidades com maior densidade populacional têm maior exposição e são mais vulneráveis a catástrofes obrigando os decisores a equacionar formas de as tornar mais sustentáveis e resilientes (Birkmann, Welle, Solecki, Lwasa, & Garschagen, 2016). Devido à escassez de espaços livres e ao preço do solo nas cidades, algumas infraestruturas têm sido construídas em zonas de risco (Cao et al., 2019). Como resultado, este rápido desenvolvimento urbano sem planeamento pode sobrecarregar as capacidades administrativas locais, tornando algumas cidades mais suscetíveis a perigos e mais difíceis de gerir (Ming & Xiang, 2016). Uma parte essencial da adaptação à expansão em grande escala é identificar e proteger áreas ambientalmente sensíveis nos limites das cidades que podem ser especialmente propensas a inundações, sismos e outros perigos, e orientar o desenvolvimento urbano para áreas não perigosas. A gestão do risco tratará de identificar, reconhecer e abordar as vulnerabilidades no espaço urbano (Hinkel, 2011). No caso de catástrofes e eventos em cascata, os sistemas humanos são levados ao limite, acumulando e ampliando a vulnerabilidade social e as iniquidades, o que trava o processo de recuperação de um território. Por isso, a avaliação da vulnerabilidade social e da resiliência também se tornou essencial no processo de gestão de riscos em áreas urbanas, mesmo os que têm origem em processos naturais.

Agradecimentos

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação Portuguesa para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto TRIAD – Vulnerabilidade social e risco para a saúde devido às doenças arbovirais em Portugal Continental [PTDC/GES-OUT/30210/2017] e pela Unidade de Investigação UIDB/00295/2020 e UIDP/00295/2020. Sandra Oliveira foi apoiada pela FCT no âmbito do programa “Estímulo ao Emprego Científico Individual”, através do contrato com a referência ‘2020.03873.CEECIND’.

Referências

- Alder, S., Prasuhn, V., Liniger, H., Herweg, K., Hurni, H., Candinas, A., & Gujer, H. U. (2015). A high-resolution map of direct and indirect connectivity of erosion risk areas to surface waters in Switzerland—A risk assessment tool for planning and policy-making. *Land Use Policy*, 48, 236–249. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2015.06.001>
- Alexander, D. E. (2000). *Confronting catastrophe: new perspectives on natural disasters*. Oxford University Press.
- Alves, A. D., & Cunha, L. (2016). Natural risks in urban areas : Susceptibility assessment in Santa Clara , Coimbra – Portugal. *Revista Da Casa Da Geografia de Sobral, Sobral/CE*, 18(1), 63–83.
- Augusto, S., Ratola, N., Tarín-Carrasco, P., Jiménez-Guerrero, P., Turco, M., Schuhmacher, M., ... Costa, C. (2020). Population exposure to particulate-matter and related mortality due to the Portuguese wildfires in October 2017 driven by storm Ophelia. *Environment International*, 144(September 2019), 106056. <https://doi.org/10.1016/j.envint.2020.106056>
- Bathrellos, G. D., Skilodimou, H. D., Chousianitis, K., Youssef, A. M., & Pradhan, B. (2017). Suitability estimation for urban development using multi-hazard assessment map. *Science of the Total Environment*, 575, 119–134. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2016.10.025>
- Bento-Gonçalves, A., & Vieira, A. (2020). Wildfires in the wildland-urban interface: Key concepts and evaluation methodologies. *Science of the Total Environment*, 707. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2019.135592>
- Bernal, G. A., Salgado-Gálvez, M. A., Zuloaga, D., Tristancho, J., González, D., & Cardona, O. D. (2017). Integration of Probabilistic and Multi-Hazard Risk Assessment Within Urban Development Planning and Emergency Preparedness and Response: Application to Manizales, Colombia. *International Journal of Disaster Risk Science*, 8(3), 270–283. <https://doi.org/10.1007/s13753-017-0135-8>
- Birkmann, J., Welle, T., Solecki, W., Lwasa, S., & Garschagen, M. (2016). Boost resilience of small and mid-sized cities. *Nature*, 537(7622), 605–608. <https://doi.org/10.1038/537605a>
- Brody, S., Kim, H., & Gunn, J. (2012). Examining the Impacts of Development Patterns on Flooding on the Gulf of Mexico Coast. *Urban Studies*, 50(4), 789–806. <https://doi.org/10.1177/0042098012448551>
- Buckle, P., Mars, G., & Smale, R. S. (2000). New approaches to assessing vulnerability and resilience. *Australian Journal of Emergency Management*, 15(2), 8–15.
- Cao, G., Gao, Y., Wang, J., Zhou, X., Bi, J., & Ma, Z. (2019). Spatially resolved risk assessment of environmental incidents in China (pp. 856–864; F. A. O. of the UN, Ed.). pp. 856–864. Elsevier Ltd.
- Capello, R., Caragliu, A., & Fratesi, U. (2015). Spatial heterogeneity in the costs of the economic crisis in Europe: are cities sources of regional resilience?

- Journal of Economic Geography, 15(5), 951–972. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbu053>
- Chang, S. E., Yip, J. Z. K., & Tse, W. (2019). Effects of urban development on future multi-hazard risk: the case of Vancouver, Canada. *Natural Hazards*, 98(1), 251–265. <https://doi.org/10.1007/s11069-018-3510-x>
- Ciccotti, L., Rodrigues, A. C., Boscov, M. E. G., & Günther, W. M. R. (2020). Construção de Indicadores de resiliência comunitária aos desastres no Brasil: Uma abordagem participativa. *Ambiente & Sociedade*, 23, 1–20.
- Collins, W. (1978). *Collins concise dictionary of the English language*. Glasgow, UK: William Collins Sons & Co. Ltd.
- Cutter, S. L., Boruff, B. J., & Shirley, W. L. (2003). Social vulnerability to environmental hazards. *Social Science Quarterly*, 84(2), 242–261. <https://doi.org/10.1111/1540-6237.8402002>
- de Almeida, L. Q., Welle, T., & Birkmann, J. (2016). Disaster risk indicators in Brazil: A proposal based on the world risk index. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 17(March 2015), 251–272. <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2016.04.007>
- De Groeve, T., Karmen Poljansek, & Vernaccini, L. (2014). Index for risk management-INFORM. In *JRC Sci Policy Reports—Eur Comm (Vol. 96)*. <https://doi.org/10.2788/78658>
- De Lange, H. J., Sala, S., Vighi, M., & Faber, J. H. (2010). Ecological vulnerability in risk assessment - A review and perspectives. *Science of the Total Environment*, 408(18), 3871–3879. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2009.11.009>
- de Loyola Hummell, B. M., Cutter, S. L., & Emrich, C. T. (2016). Social Vulnerability to Natural Hazards in Brazil. *International Journal of Disaster Risk Science*, 7(2), 111–122. <https://doi.org/10.1007/s13753-016-0090-9>
- Depietri, Y., Dahal, K., & McPhearson, T. (2018). Multi-hazard risks in New York City. *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 18(12), 3363–3381. <https://doi.org/10.5194/nhess-18-3363-2018>
- Dickson, E., Baker, J. L., Hoornweg, D., & Tiwari, A. (2012). *Urban Risk Assessments: Understanding Disaster and Climate Risk in Cities*. Urban Development Series. <https://doi.org/10.1596/978-0-8213-8962-1>.
- Douglas, J. (2007). Physical vulnerability modelling in natural hazard risk assessment. *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 7(2), 283–288. <https://doi.org/10.5194/nhess-7-283-2007>
- Elmer, F., Hoymann, J., Duthmann, D., Vorogushyn, S., & Kreibich, H. (2012). Drivers of flood risk change in residential areas. *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 12(5), 1641–1657. <https://doi.org/10.5194/nhess-12-1641-2012>
- Fragoso, M., Trigo, R. M., Pinto, J. G., Lopes, S., Lopes, A., Ulbrich, S., & Magro, C. (2012). The 20 February 2010 Madeira flash-floods: Synoptic analysis and extreme rainfall assessment. *Natural Hazards and Earth System Science*, 12(3), 715–730. <https://doi.org/10.5194/nhess-12-715-2012>

- Frigerio, I., Carnelli, F., Cabinio, M., & De Amicis, M. (2018). Spatiotemporal Pattern of Social Vulnerability in Italy. *International Journal of Disaster Risk Science*, 9(2), 249–262. <https://doi.org/10.1007/s13753-018-0168-7>
- Georgiadou, P. S., Papazoglou, I. A., Kiranoudis, C. T., & Markatos, N. C. (2016). Multi-Objective Emergency Response Optimization Around Chemical Plants. In *Advances in Process Systems Engineering: Vol. Volume 5. Multi-Objective Optimization* (pp. 355–378). https://doi.org/doi:10.1142/9789813148239_0011
- Goto, E. A., & Clarke, K. (2021). Using expert knowledge to map the level of risk of shallow landslides in Brazil. *Natural Hazards*, (0123456789). <https://doi.org/10.1007/s11069-021-04752-3>
- Guillard-Gonçalves, C., Cutter, S. L., Emrich, C. T., & Zêzere, J. L. (2015). Application of Social Vulnerability Index (SoVI) and delineation of natural risk zones in Greater Lisbon, Portugal. *Journal of Risk Research*, 18(5), 651–674. <https://doi.org/10.1080/13669877.2014.910689>
- Haddad, E. A., & Teixeira, E. (2015). Economic impacts of natural disasters in megacities: The case of floods in São Paulo, Brazil. *Habitat International*, 45(P2), 106–113. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2014.06.023>
- Hinkel, J. (2011). “Indicators of vulnerability and adaptive capacity”: Towards a clarification of the science–policy interface. *Global Environmental Change*, 21(1), 198–208. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2010.08.002>
- IPCC. (2021). *Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S.L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, .
- Julia, P. B., & Ferreira, T. M. (2021). From single- to multi-hazard vulnerability and risk in Historic Urban Areas: a literature review. In *Natural Hazards*. <https://doi.org/10.1007/s11069-021-04734-5>
- Kc, B., Shepherd, J. M., King, A. W., & Gaither, C. J. (2021). Multi-hazard climate risk projections for the United States. *Natural Hazards*, 105(2), 1963–1976. <https://doi.org/10.1007/s11069-020-04385-y>
- Kganyago, M., & Shikwambana, L. (2020). Assessment of the characteristics of recent major wildfires in the USA, Australia and Brazil in 2018–2019 using multi-source satellite products. *Remote Sensing*, 12(11), 1803. <https://doi.org/10.3390/rs12111803>
- Lacerda, W. A., Netto, A. L. C., & Sato, A. M. (2017). Technical report on landslide related disasters in Brazil. In *Slope Safety preparedness for impact of Climate Change* (pp. 45–70). CRC Press.
- Leal, M., & Ramos, C. (2013). Susceptibilidade às Cheias na Área Metropolitana de Lisboa Norte. *Factores de predisposição e impactes das mudanças de uso do solo*. *Finisterra*, XLVIII(95), 17–40.
- Li, Y., Chen, L., Yin, K., Zhang, Y., & Gui, L. (2021). Quantitative risk analysis of the hazard chain triggered by a landslide and the generated tsunamis in the Three Gorges Reservoir area. *Landslides*, 18(2), 667–680.

- Liu, D., Xu, Z., Fan, C., & Zhou, Y. (2021). Development of fire risk visualization tool based on heat map. *Journal of Loss Prevention in the Process Industries*, 71, 104505. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jlp.2021.104505>
- Lu, Y., Zhai, G., Zhou, S., & Shi, Y. (2021). Risk reduction through urban spatial resilience: A theoretical framework. *Human and Ecological Risk Assessment: An International Journal*, 27(4), 921–937. <https://doi.org/10.1080/10807039.2020.1788918>
- Mendes, J. M., Tavares, A. O., & Santos, P. P. (2019). Social vulnerability and local level assessments: a new approach for planning. *International Journal of Disaster Resilience in the Built Environment*, 11(1), 15–43. <https://doi.org/10.1108/IJDRBE-10-2019-0069>
- Ming, Z., & Xiang, L. (2016). Regional risk assessment for urban major hazards based on GIS geoprocessing to improve public safety. *Safety Science*, 87, 18–24. <https://doi.org/10.1016/j.ssci.2016.03.016>
- Monte, B. E. O., Goldenfum, J. A., Michel, G. P., & Cavalcanti, J. R. de A. (2021). Terminology of natural hazards and disasters: A review and the case of Brazil. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 52(June 2020), 101970. <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2020.101970>
- Peduzzi, P., Dao, H., Herold, C., & Mouton, F. (2009). Assessing global exposure and vulnerability towards natural hazards: the Disaster Risk Index. *Natural Hazards and Earth System Science*, 9(4), 1149–1159. <https://doi.org/10.5194/nhess-9-1149-2009>
- Pereira, S., Ramos, A. M., Rebelo, L., Trigo, R. M., & Zêzere, J. L. (2018). A centennial catalogue of hydro-geomorphological events and their atmospheric forcing. *Advances in Water Resources*, 122(May), 98–112. <https://doi.org/10.1016/j.advwatres.2018.10.001>
- Pereira, S., Santos, P. P., Zêzere, J. L., Tavares, A. O., Garcia, R. A. C., & Oliveira, S. C. (2020). A landslide risk index for municipal land use planning in Portugal. *Science of the Total Environment*, 735, 139463. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.139463>
- Pescaroli, G., & Alexander, D. (2015). A definition of cascading disasters and cascading effects: Going beyond the “toppling dominos” metaphor. *Planet@ Risk*, 3(1), 58–67.
- Pescaroli, G., & Alexander, D. (2016). Critical infrastructure, panarchies and the vulnerability paths of cascading disasters. *Natural Hazards*, 82(1), 175–192. <https://doi.org/10.1007/s11069-016-2186-3>
- Rahmati, O., Darabi, H., Panahi, M., Kalantari, Z., Naghibi, S. A., Ferreira, C. S. S., ... Haghghi, A. T. (2020). Development of novel hybridized models for urban flood susceptibility mapping. *Scientific Reports*, 10(1), 1–19. <https://doi.org/10.1038/s41598-020-69703-7>
- Ramli, M. W. A., Alias, N. E., Yusop, Z., & Taib, S. M. (2020). Disaster Risk Index: A Review of Local Scale Concept and Methodologies. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 479(1). <https://doi.org/10.1088/1755-1315/479/1/012023>

- Ramos, C. (2013). Perigos Naturais devidos a Causas Meteorológicas: o caso das cheias e inundações. *E-LP Engineering and Technology Journal*. Edições Universitárias Lusófonas, 4.
- Rocha, J. I., Grineski, S. E., & Collins, T. W. (2017). A qualitative examination of factors shaping high and low exposures to hazardous air pollutants among Hispanic households in Miami. *Local Environment*, 22(10), 1252–1267. <https://doi.org/10.1080/13549839.2017.1336518>
- Roncancio, D. J., & Nardocci, A. C. (2016). Social vulnerability to natural hazards in São Paulo, Brazil. *Natural Hazards*, 84(2), 1367–1383. <https://doi.org/10.1007/s11069-016-2491-x>
- Roxo, M. de L. M. (2013). Riscos urbanos , novas territorialidades e oportunidades de mudança. Uma breve reflexão. In *Riscos Naturais, Antrópicos e Mistos. Homenagem ao Professor Doutor Fernando Rebelo* (Departamen, pp. 619–629). Coimbra, Portugal.
- Santos, A., Sousa, N., Kremers, H., & Bucho, J. L. (2020). Building resilient urban communities: The case study of setubal municipality, Portugal. *Geosciences*, 10(243), 1–13. <https://doi.org/10.3390/geosciences10060243>
- Santos, P. P., Pereira, S., Zêzere, J. L., Tavares, A. O., Reis, E., Garcia, R. A. C., & Oliveira, S. C. (2020). A comprehensive approach to understanding flood risk drivers at the municipal level. *Journal of Environmental Management*, 260(June 2019). <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2020.110127>
- Showalter, P. S., & Myers, M. F. (1994). Natural disasters in the United States as release agents of oil, chemicals, or radiological materials between 1980-1989: analysis and recommendations. *Risk Analysis : An Official Publication of the Society for Risk Analysis*, 14(2), 169–182. <https://doi.org/10.1111/j.1539-6924.1994.tb00042.x>
- Tavares, A. O., Barros, J. L., Mendes, J. M., Santos, P. P., & Pereira, S. (2018). Decennial comparison of changes in social vulnerability: A municipal analysis in support of risk management. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 31(March), 679–690. <https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2018.07.009>
- Tavares, A. O., Barros, J. L., Santos, P. P., & Mendes, J. M. (2018). A new approach for social vulnerability in mainland Portugal area for risk mitigation. *Safety and Reliability - Safe Societies in a Changing World - Proceedings of the 28th International European Safety and Reliability Conference, ESREL 2018, (2004)*, 1719–1726. <https://doi.org/10.1201/9781351174664-215>
- Turco, M., Jerez, S., Augusto, S., Tarín-Carrasco, P., Ratola, N., Jiménez-Guerrero, P., & Trigo, R. M. (2019). Climate drivers of the 2017 devastating fires in Portugal. *Scientific Reports*, 9(1), 1–8. <https://doi.org/10.1038/s41598-019-50281-2>
- Umgiesser, G., Bajo, M., Ferrarin, C., Cucco, A., Lionello, P., Zanchettin, D., ... Nicholls, R. (2021). The prediction of floods in Venice: methods, models and uncertainty. *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 21(1), 2679–2704. <https://doi.org/10.5194/nhess-2020-361>

- UNDRO. (1979). *Natural Disasters and Vulnerability Analysis, Report of Expert Group Meeting 9–12 July 1979*.
- UNISDR. (2009). *2009 UNISDR Terminology on Disaster Risk Reduction*. Geneva: United Nations International Strategy for Disaster Risk Reduction.
- United Nations. (2018). *2018 revision of world urbanization prospects*.
- van Putten, I., Villanueva, C., & Cvitanovic, C. (2017). The Influence of Community Size and Location on Different Dimensions of Vulnerability: a case study of Australian coastal communities. *Australian Geographer*, 48(1), 121–142. <https://doi.org/10.1080/00049182.2016.1168727>
- Vaz, T., & Zêzere, J. L. (2016). Landslides and other geomorphologic and hydrologic effects induced by earthquakes in Portugal. *Natural Hazards*, 81(1), 71–98. <https://doi.org/10.1007/s11069-015-2071-5>
- Vaz, T., Zezere, J. L., Pereira, S., Oliveira, S. C., Garcia, R. A. C., & Quaresma, I. (2018). Regional rainfall thresholds for landslide occurrence using a centenary database. *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 18(4), 1037–1054. <https://doi.org/10.5194/nhess-18-1037-2018>
- Yamagata, Y., & Murakami, D. (2018). Spatially explicit land-use modelling for assessing climate-resilient sustainable urban forms. In *Resilience-Oriented Urban Planning* (pp. 213–228). Springer.
- Zêzere, J. L., Pereira, A. R., & Morgado, P. (2006). Perigos naturais e tecnológicos no território de Portugal Continental - Apontamentos de Geografia-Série Investigação, 19.
- Zêzere, J. L., Pereira, S., Tavares, A. O., Bateira, C., Trigo, R. M., Quaresma, I., ... Verde, J. (2014). DISASTER: A GIS database on hydro-geomorphologic disasters in Portugal. *Natural Hazards*, 72(2), 503–532. <https://doi.org/10.1007/s11069-013-1018-y>
- Zêzere, J. L., Vaz, T., Pereira, S., Oliveira, S. C., Marques, R., & Garcia, R. A. C. (2015). Rainfall thresholds for landslide activity in Portugal: a state of the art. *Environmental Earth Sciences*, 73(6), 2917–2936. <https://doi.org/10.1007/s12665-014-3672-0>
- Zscheischler, J., Westra, S., van den Hurk, B. J. J. M., Seneviratne, S. I., Ward, P. J., Pitman, A., ... Zhang, X. (2018). Future climate risk from compound events. *Nature Climate Change*, 8(6), 469–477. <https://doi.org/10.1038/s41558-018-0156-3>

Ambiência

Daniel Paiva

Universidade de Lisboa

Quem nunca entrou em casa e sentiu o conforto tranquilo do lar em silêncio, como que à nossa espera? Quem nunca passeou pelo centro antigo de uma cidade e sentiu a energia vibrante das suas ruas e lojas? Quem nunca caminhou pela natureza e se sentiu regenerado com a pureza do ar, o calor a pairar, a brisa leve e refrescante? Não há quem não saiba o que é a ambiência de um lugar. A ambiência é um mediador fundamental na nossa relação com os espaços e com os outros. Mas o que é uma ambiência? O conceito de ambiência refere-se à percepção unificada da emanção sensorial dos lugares, ou seja, a totalidade das imagens, sons, cheiros e outros estímulos sensoriais que percebemos num determinado lugar.

O fenómeno da ambiência é também referido como ‘atmosfera’. O termo ‘ambiência’ tem origem na arquitetura e é mais frequentemente usada nas comunidades lusófonas, francófonas e hispanófonas. Esta perspetiva dos estudos de arquitetura tende a colocar ênfase nos elementos sensoriais que compõem os lugares e na sua percepção. Por outro lado, o termo ‘atmosfera’ tem a sua raiz na tradição filosófica da fenomenologia e é mais comumente usado no contexto anglófono e germanófono. Esta vertente fenomenológica destaca a importância da atmosfera para a relação entre os humanos e o espaço, colocando maior ênfase nos afetos da atmosfera (Adey et al., 2013). Apesar destas diferenças ligeiras, os termos são quase completamente permutáveis.

A ambiência é um elemento fundamental na nossa experiência espacial. Sentir a ambiência permite-nos conhecer os lugares, relacionarmos-nos e aprendermos. Para compreender a ação da ambiência, temos de pensar em termos de afeto e sintonização.

Afeto é aquilo que está entre a percepção de um estímulo sensorial e a formação de uma ideia consciente. Os afetos são aquelas sensações que os lugares nos causam, mas que passam despercebidas. Por não darmos conta da sua existência, os afetos são considerados não-representacionais. A ambiência, enquanto conjunto de estímulos sensoriais, é um meio de

transmissão de afetos. De acordo com Brennan, a transmissão de afeto “altera a bioquímica do sujeito, o que significa que “a ‘atmosfera’ ou o ambiente literalmente entra no indivíduo” (2004, p. 3). Autores como Thrift (2008) e Mitchell (2010) destacam que o contágio afetivo ocorre através dos espaços. Thrift argumentou que, embora o afeto seja “um conjunto de fluxos que se movem através dos corpos de humanos e outros seres” (2008, p. 243), a transmissão também é “uma propriedade de espaços particulares embebidos em uma combinação de afetos ao ponto de o espaço e o afeto serem frequentemente coincidentes” (2008, p. 222). Isto significa que o afeto não diz respeito apenas aos humanos: o espaço é uma variável importante, o que nos leva ao conceito de ambiência. É por meio de suas ambiências que os lugares se tornam uma força afetiva para aqueles que os experienciam (Stewart, 2011). As ambiências de um lugar derivam das suas experiências vividas. Anderson (2009, p. 78) caracteriza as ambiências como “o terreno partilhado de onde emergem os estados subjetivos e seus sentimentos e emoções concomitantes”. Portanto, a ambiência é o espaço em que emerge a afetividade, “o espaço-tempo de um mundo expresso” (Anderson, 2009, p. 79).

A transmissão de afetos leva-nos a sintonizar-nos com os lugares. O conceito de sintonização refere-se às relações que os indivíduos estabelecem com as ambiências (Ash 2013; Paiva, Cachinho & 12 anonymous participants, 2018). O conceito foi primeiramente referido por Heidegger (2008) para descrever o processo de ser em relação ao mundo. Através dos seus afetos, as ambiências comunicam-nos informação importante sobre as dinâmicas, relações sociais e emocionais dos espaços, e influenciam o nosso comportamento. Chamamos a este processo de sintonização, porque as pessoas tendem a adaptar o seu estado afetivo à ambiência dos lugares. Frequentemente, as pessoas procuram ambiências específicas para se sintonizarem com elas. Assim, quem quer relaxar procura as ambiências de parques e jardins, e quem quer diversão procura a ambiência de nightclubs ou parques temáticos. A sintonização não é apenas uma questão de espaço, mas também de tempo, pois as pessoas sintonizam-se com diferentes ambiências ao longo do tempo, tornando o contexto geográfico uma variável importante na mudança das disposições das pessoas (Franck, 1986). Ambiências, então, não são um contexto inerte, mas “um campo de forças no qual as pessoas se encontram” que engloba uma “capacidade de afetar e ser afetado que empurra um presente para uma composição, uma expressividade, um sentido de potencialidade e evento” (Stewart, 2011, p. 452). Embora as pessoas se sintonizem com as atmosferas que as rodeiam,

isso não significa o estabelecimento de uma relação determinística na qual os sentimentos e o comportamento dos indivíduos se tornam um subproduto da ambiência. Pelo contrário, como argumenta Stewart (2011), a imersão na ambiência de um lugar gera escolhas pessoais.

No seguimento do interesse crescente no fenômeno das ambiências (Anderson, 2009), um corpo substancial de trabalhos tem-se concentrado em como estas têm sido produzidas (Bille et al., 2015; Edensor & Bille, 2019). Centros comerciais, hotéis, spas, aeroportos, encontros políticos, projetos de regeneração urbana, festivais ou nightclubs são alguns exemplos de agentes que usam a produção de ambiências como uma estratégia para animar os seus espaços e promover determinadas práticas sociais, e os geógrafos urbanistas têm contribuído para a compreensão destas estratégias.

Uma preocupação central deste conjunto de obras é perceber até que ponto as ambiências podem ser projetadas. Os primeiros estudos sobre atmosferas enfatizaram a força afetiva das ambiências e a sua capacidade para dominar, ou mesmo subjugar, o corpo humano, muitas vezes sem a consciência do sujeito (Adey, 2008; Kraftl & Adey, 2008). Embora fosse reconhecido que diferentes sujeitos podem responder de forma diferente aos mesmos efeitos atmosféricos, esses estudos focavam-se na tentativa por parte de arquitetos e designers para criar espaços que induzem estados afetivos, permitindo assim prever comportamentos e controlar multidões por meio da produção de ambiências (Adey, 2009; Anderson, 2014; Philippopoulos-Mihalopoulos, 2016). A ideia de que as ambiências podem ser projetadas para controlar os indivíduos por meio da manipulação afetiva recebeu uma quantidade substancial de críticas de autores que acreditam que, em vez de manipular os indivíduos, as ambiências são sempre co-produzidas pelos sujeitos que as sentem (Edensor, 2012, 2015). Por exemplo, observou-se que a produção de atmosferas em projetos de regeneração urbana é um processo durante o qual essas atmosferas são sentidas, vivenciadas e interpretadas de forma diferente, e muitas vezes contraditória, por moradores e visitantes da cidade (Degen, 2018; Paiva, 2016). Pessoas com diferentes ligações aos espaços em mudança, ou com diferentes expectativas em relação ao futuro desses espaços, respondem de forma diversa à emergência de novas ambiências (Degen & Lewis, 2019). Além disso, tem sido salientado que, mesmo em ambiências controladas que foram projetadas para dominar os sujeitos através de formas de poder afetivo, certas práticas podem gerar ambiências alternativas que “esculpem pequenos espaços de habitação, de escape ou de sociabilidade” (Adey, 2014, p. 848).

Por outro lado, Griffero (2014) argumenta que o efeito das ambiências pode ser mitigado à medida que estas se tornam familiares para as pessoas e estas adquirem aquilo que Griffero chama de ‘competência atmosférica’. Por essas razões, a força das ambiências, embora inevitável, pode ser imprevisível (Adey et al., 2013; Thibaud, 2018).

Assim, as atmosferas não podem ser inteiramente produzidas, só é possível projetar as condições materiais e performativas para a co-criação de ambiências (Sumartojo et al., 2019; Sumartojo & Pink, 2018). Por este motivo, Michels e Steyaert (2017) argumentam que a produção de ambiências inclui tanto ‘design’ quanto ‘acidente’. Ou seja, embora o espaço possa ser organizado e composto para gerar certos afetos e sintonizações entre pessoas e ambiências, há sempre algo que escapa, algum corpo, atividade ou reação imprevista que interfere na ambiência planeada (e.g. Paiva, 2020). A produção de ambiências é, portanto, o resultado de longos processos de criação que envolvem planejamento e experimentação. Como disse Wigley, “a ambiência parece começar exatamente onde a construção termina” (1998, p. 18). Por este motivo, Sumartojo et al. (2017) argumentam que a produção de ambiências implica uma profunda aprendizagem sobre o modo como os lugares funcionam. Embora não seja possível prever deterministicamente os efeitos de todas as causas, é possível vir a conhecer intuitivamente o potencial afetivo de mover ou introduzir certos elementos à medida que experimentamos diferentes configurações espaciais.

Embora a maioria dos autores agora concorde que não é possível pre-determinar, controlar ou prever como as pessoas experienciarão ambiências, vários espaços tentam fazer exatamente isso, muitas vezes como uma estratégia na construção de espaços comercializados (Edensor & Sumartojo, 2015). A produção atmosférica é uma meta de arquitetos e designers há muito tempo, e vários estudos têm sido publicados sobre a co-criação de ambiências em locais como aeroportos (Adey, 2014), centros comerciais (Miller, 2014), lojas (Cachinho & Paiva, 2021), estádios (Edensor, 2015) ou espaço público (Edensor & Sumartojo, 2018). Estas tentativas de produzir ambiências podem ser divididas em três tipos de práticas: construção e design, encenação e performance.

A construção e design de ambiências tem sido a abordagem de arquitetos e urbanistas que jogam com a luz, cor e forma do espaço para eliciar determinados estados emocionais e cognitivos (Yu, 2019, ver Figura 1). Frequentemente, este design é minuciosamente elaborado para pré-deter-

minar uma apropriação específica do espaço. Por exemplo, Adey (2008) mostrou que arquitetos tentam criar ambiências em aeroportos com o propósito de securitizar o espaço e direcionar as pessoas para práticas de consumo. Isso é obtido principalmente ao direcionar os passageiros através da criação de corredores com configurações espaciais e materiais especificamente feitas para obter respostas emocionais e afetivas automatizadas. O mesmo processo ocorre em projetos de regeneração urbana em que “corredores de regeneração” são concebidos para criar rotas de consumo ou turísticas (Degen, 2008). Adey (2008, 2014) argumenta que estas técnicas de controlo afetivo não se destinam apenas a manipular e seduzir os indivíduos, mas também a funcionar como uma forma de poder preditivo, no sentido de que os administradores aeroportuários beneficiam de saber de antemão que os indivíduos seguirão as trajetórias pré-definidas que a configuração espacial impõe. No entanto, a arquitetura e o design de espaços também podem gerar ambiências positivas que não pretendem gerir e controlar multidões. O design de ambiências frequentemente tenta promover a interatividade e experiências multissensoriais em espaços com uma certa quantidade de imprevisibilidade e descoberta (Edensor & Millington, 2018). Ademais, deve-se notar que o ambiente construído emana ambiências mesmo quando não foi projetado para isso (Fregonese, 2017; Hasse, 2016).



Figura 1: Atmosfera do Santuário Dom João Bosco, Brasília; Fotografia: o autor

A encenação é o modo de produção de ambiências daqueles que não têm a capacidade de alterar substancialmente as configurações espaciais. A encenação de ambiências geralmente ocorre por meio da introdução de elementos que proporcionam experiências sensoriais novas ou requintadas. Música e comida são frequentemente elementos-chave na transformação das ambiências locais devido ao seu poder sensorial, mas a encenação de ambiências é geralmente resultado de uma combinação ordenada de objetos com um potencial afetivo que criam diferenças substanciais na paisagem visual ou sónica (Degen, 2017; Edensor & Falconer, 2015; Paiva & Cachinho, 2018). Por exemplo, Bille (2013, 2015) mostra que a produção de ambiências aconchegantes em casas dinamarquesas é composta por práticas individuais de iluminação, limpeza e organização do espaço. Tavani (2018) argumenta que a encenação de ambiências frequentemente depende da criação de dinâmicas de estímulo-resposta e que tais práticas ocorrem em dois níveis. No nível conceptual, implica um “trabalho estético” de pensar a produção de afetos. No nível espacial, implica um planejamento e ordenamento de objetos para produzir os efeitos desejados. A produção de ambiências é assim um “exercício de um poder de reposicionamento e reordenamento de objetos e situações” (Tavani, 2018: 144). No entanto, esse reposicionamento não busca evidenciar os significados desses objetos e situações, mas sim dissolvê-los em experiências sensoriais compartilhadas que emergem do encontro entre objetos e entre objetos e sujeitos (Bjerregaard, 2015).

Por fim, a performance é também uma forma de produzir atmosferas (ver Figura 2). Por exemplo, o papel das ambiências na organização de eventos – como festivais, protestos, congressos políticos ou jogos de futebol – tem recebido atenção considerável (Sumartojo, 2016). Estes eventos podem animar espaços dessensualizados ou monótonos, oferecendo novos ritmos e modulações sensoriais (Edensor & Bowdler, 2015; Michels & Steyaert, 2017; Silva & Paiva, 2021). Os eventos podem re-encantar temporariamente o espaço, fornecendo aos habitantes novas oportunidades de perceberem, relacionarem-se com e interagirem no espaço público (Edensor & Sumartojo, 2018; Kolehmainen & Mäkinen, 2019). No entanto, as práticas mundanas da vida quotidiana também podem gerar as suas próprias ambiências em todos os tipos de espaços (Bille & Simonsen, 2019; Jones, 2020). Nestes processos, a força das ambiências envolve não apenas as pessoas que se procura afetar através da produção de ambiências, mas também aqueles que estão tentando afetar outros (Adey et al., 2013; Pink e Leder Mackley, 2016). Na nossa vida quotidiana, todos somos

“apanhados em ambiências que [n]os imersam e permeiam, [n]os unem e [n]os dividem” (Jones, 2020, p. 3).



Figura 2: A produção de atmosferas na Praça de Luís de Camões, Lisboa;
Fotografia: o autor.

À medida que o interesse pelas ambiências e os seus afetos cresceu, também cresceu o interesse em usar a produção de ambiências no planeamento, design e gestão urbana (Buser, 2014; Gregory, 2018; Shaw, 2014). A produção de ambiências tem sido vista como uma ferramenta para consertar espaços públicos falhados, ao mudar-se o foco do design de materiais para o design de experiências afetivas e emocionais positivas (Lehtovuori, 2010, 2012). Isto geralmente significa um maior envolvimento de planeadores urbanos, designers e gestores com processos sócio-espaciais interdisciplinares, em vez de abordagens sectárias top-down (Feildel, 2013, 2014; Mackrodt, 2019). Embora os planeadores e designers urbanos tenham frequentemente atribuído noções de sentido de lugar (ou espírito de lugar) meramente aos elementos do ambiente material construído, ignorando a performatividade da experiência quotidiana em que o social e o físico estão entrelaçados (Buser, 2014), hoje “o design urbano já não se concentra apenas sobre os objetos, mas também sobre o que está entre os objetos” (Thibaud, 2015, p. 41). Para Buser, pensar em ambiências no planeamento e design urbano leva-nos “a estar abertos ao que transborda,

ao que é imperceptível e ao que está além da representação” (2014, p. 239). Por sua vez, isto gera uma mudança de um foco em normas e regulamentos para um foco em encontros e conexões espaciais. Essa mudança não significa que as práticas regulatórias devam ser abandonadas no planejamento urbano. Mas implica uma maior proximidade entre essas práticas regulatórias e a apropriação do espaço urbano (Buser, 2014). A abordagem das ambiências no urbanismo é frequentemente concebida com um tom demasiado otimista, tomando os projetos de regeneração urbana como processos que levam à transmissão e contágio de estados emocionais positivos, apesar do reconhecimento da multiplicidade de reações que os ambientes geram (Anderson & Holden, 2008; Feildel, 2013, 2014).

Ao pensar na produção de ambiências nas cidades contemporâneas, é importante ecoar a noção de que existe uma estética de ambiências particular, associada a uma espécie de ambiência “premium”, que é reproduzida em várias cidades no globo (Adey et al., 2013). Os projetos de regeneração urbana frequentemente envolvem este tipo de produção de ambiências com o propósito de homogeneizar as ambiências dos espaços regenerados com as ambiências das áreas afluentes da cidade (Degen, 2008). Vários estudos de caso com estas características ‘premium’ têm sido descritos na literatura, como a regeneração de Liverpool no âmbito da Capital Europeia da Cultura de 2003 (Anderson & Holden, 2008), o projeto de regeneração criativa do bairro de Ravel em Barcelona (Degen, 2008), o megaprojeto urbano da ‘Asia New Bay Area’ em Kaohsiung (Yu, 2019), ou a regeneração de Lisboa no contexto da crescente turistificação da cidade (Paiva & Sánchez, 2021). No entanto, este processo geralmente resulta na criação de diferenças no espaço urbano, à medida que as ambiências produzidas surgem lado a lado com as ambiências do cotidiano urbano (Degen, 2017). Além disso, a produção de ambiências ‘premium’ muitas vezes implica a mobilidade transnacional de conceitos culturais que podem sobrepor às tradições locais (Degen et al., 2017).

Levando isto em conta, as reflexões mais recentes sobre urbanismo afetivo têm-se concentrado em tornar a produção de ambiências no planejamento, design e gestão urbana mais inclusiva (Knierbein et al., 2015; Paiva & Sánchez, 2021). Como Viderman e Knierbein (2020, p. 53) argumentam, o urbanismo afetivo pode aumentar a capacidade de grupos sociais marginalizados de “negociar a pertença, apropriar o espaço e a contestar os constrangimentos estruturais”, a fim de superar as divisões sócio-espaciais, mas só se as ambiências de urbanismo afetivo visarem criar espaços para corpos e vozes marginalizados.

Referências

- Adey, P. (2008). Airports, mobility and the calculative architecture of affective control. *Geoforum*, 39, 438–451.
- Adey, P. (2009). Facing airport security: Affect, biopolitics, and the preemptive securitisation of the mobile body. *Environment and Planning D: Society and Space*, 27, 274–295.
- Adey, P. (2014). Security atmospheres or the crystallisation of worlds. *Environment and Planning D: Society and Space*, 32, 834–851.
- Adey, P., Brayer, L., Masson, D., Murphy, P., Simpson, P., & Tixier, N. (2013). “Pour votre tranquillité”: Ambiance, atmosphere, and surveillance. *Geoforum*, 49, 299–309.
- Anderson, B. (2009). Affective atmospheres. *Emotion, Space and Society*, 2, 77–81.
- Anderson, B. (2014). *Encountering Affect: Capacities, Apparatuses, Conditions*. Londres: Ashgate.
- Anderson, B., & Holden, A. (2008). Affective urbanism and the event of hope. *Space and Culture*, 11, 142–159.
- Ash, J. (2013). Technologies of captivity: Videogames and the attunement of affect. *Body & Society*, 19, 27–51.
- Bille, M. (2013). Luminous atmospheres. Energy politics, climate technologies, and cosiness in Denmark. *Ambiances, Varia*. <https://doi.org/10.4000/ambiances.376>
- Bille, M. (2015). Lighting up cosy atmospheres in Denmark. *Emotion, Space and Society*, 15, 56–63.
- Bille, M., Bjerregaard, P., & Sørensen, T.F. (2015). Staging atmospheres: Materiality, culture, and the texture of the in between. *Emotion, Space and Society*, 15, 31–38.
- Bille, M., & Simonsen, K. (2019). Atmospheric practices: On affecting and being affected. *Space and Culture*, 11, 142–159.
- Bjerregaard, P. (2015). Dissolving objects: Museums, atmosphere and the creation of presence. *Emotion, Space and Society*, 15, 74–81.
- Brennan, T. (2004). *The Transmission of Affect*. Londres: Cornell University Press.
- Buser, M. (2014). Thinking through non-representational and affective atmospheres in planning theory and practice. *Planning Theory*, 13, 227–243.
- Cachinho, H. & Paiva, D. (2021). The enactment of fast and slow time regimes by urban retail and consumer services. *Annals of the American Association of Geographers*. doi: 10.1080/24694452.2020.1863767
- Degen, M. (2008). *Sensing Cities: Regenerating Public Life in Barcelona and Manchester*. Oxon: Routledge.

- Degen, M. (2017). Urban regeneration and 'resistance of place': Foregrounding time and experience. *Space and Culture*, 20, 141–155.
- Degen, M. (2018). Timescapes of urban change: The temporalities of regenerated streets. *The Sociological Review*, 66, 1074–1092.
- Degen, M., & Lewis, C. (2019). The changing feel of place: The temporal modalities of atmospheres in Smithfield Market, London. *Cultural Geographies*, 27, 509–526.
- Degen, M., Melhuish, C., & Rose, G. (2017). Producing place atmospheres digitally: Architecture, digital visualisations practices and the experience economy. *Journal of Consumer Culture*, 17, 3–24.
- Edensor, T. (2012). Illuminated atmospheres: Anticipating and reproducing the flow of affective experience in Blackpool. *Environment and Planning D: Society and Space*, 30, 1103–1122.
- Edensor, T. (2015). Producing atmospheres at the match: Fan cultures, commercialisation and mood management in English football. *Emotion, Space and Society*, 15, 82–89.
- Edensor, T., & Bille, M. (2019). 'Always like never before': Learning from the lumitopia of Tivoli Gardens. *Social and Cultural Geography*, 20, 938–959.
- Edensor, T., & Bowdler, C. (2015). Site-specific dance: Revealing and contesting the ludic qualities, everyday rhythms, and embodied habits of place. *Environment and Planning A*, 47, 709–726.
- Edensor, T., & Falconer, E. (2015). Dans Le Noir? Eating in the dark: Sensation and conviviality in a lightless place. *Cultural Geographies*, 22, 601–618.
- Edensor, T., & Millington, S. (2018). Learning from Blackpool Promenade: Re-enchanting sterile streets. *The Sociological Review*, 66, 1017–1035.
- Edensor, T., & Sumartojo, S. (2018). Reconfiguring familiar worlds with light projection: The gertrude street projection festival, 2017. *GeoHumanities*, 4, 112–131.
- Feildel, B. (2013). Towards an affective urbanism. To take the sensitive dimension into account in planning and urbanism. *Norois*, 227, 55–68.
- Feildel, B. (2014). Pour un urbanisme affectif. In D. Martouzet (Ed.), *Ville Aimable* (pp. 101–124). Tours, France: Rabelais: Presses Universitaires François-Rabelais
- Franck, D. 1986. *Heidegger et le Problème de L'espace*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Fregonese, S. (2017). Affective atmospheres, urban geopolitics and conflict (de) escalation in Beirut. *Political Geography*, 61, 1–10.
- Gregory, P. (2018). Affective spaces in urban transformation's contexts. *Journal of Civil Engineering and Architecture*, 12, 563–572.
- Griffero, T. (2014a). Who's afraid of atmospheres (and of their authority)? *Lebenswelt: Aesthetics and Philosophy of Experience*, 4, 193–213.

- Hasse, J. (2016). Traffic architecture – hidden affections. In M. Bille, & T. Sorensen (Eds.) *Elements of architecture. Assembling Archaeology, Atmosphere and the Performance of Building Spaces* (pp. 177–194). Oxon: Routledge.
- Heidegger, M. (2008). *Being and Time*. Nova Iorque: Harper & Row. (originalmente publicado em 1927)
- Jones, A. (2020). Manipulating diplomatic atmospheres: The United Nations security council and Syria. *Annals of the American Association of Geographers*, 110, 1369-1385.
- Knierbein, S., Krasny, E., & Viderman, T. (2015). *Urbanismo afectivo: Concepts and Critique of the Production of Space*. Viena: TU Wien.
- Kolehmainen, M., & Mäkinen, K. (2019). Affective labour of creating atmospheres. *European Journal of Cultural Studies*, 21, 26–38.
- Kraftl, P., & Adey, P. (2008). Architecture/Affect/Inhabitation: Geographies of being-in buildings. *Annals of the Association of American Geographers*, 98, 213–231.
- Lehtovuori, P. (2010). *Experience and Conflict: The Production of Urban Space*. Farnham: Ashgate.
- Lehtovuori, P. (2012). Towards experiential urbanism. *Critical Sociology*, 38, 71–87.
- Mackrodt, U. (2019). How atmospheres inform urban planning practice – insights from the Tempelhof airfield in Berlin. *Ambiances*, 5, 1–22
- Michels, C., & Steyaert, C. (2017). By accident and by design: Composing affective atmospheres in an urban art intervention. *Organization*, 24, 79–104.
- Miller, J.C. (2014). Malls without stores (MwS): The affectual spaces of a Buenos Aires shopping mall. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 39, 14–25.
- Mitchell, P. (2010). Geographies/aerographies of contagion. *Environment and Planning D: Society and Space*, 29, 533-550.
- Paiva, D. (2016). Collapsed rhythms: The impact of urban change in the everyday life of elders. *Space and Culture*, 19, 345–360.
- Paiva, D. (2020). Phoenix canariensis in Lisbon's new ecologies: a post-phenomenological tracing of a palm tree in a disused gasworks. In M. Gandy, & S. Jasper (Eds.), *The Botanical City* (pp. 62-70). Berlin: JOVIS.
- Paiva, D., & Cachinho, H. (2018). Artistic practices and the redistribution of the sensible in Largo do Chiado: Attention, corporeal isles, visceral politics. *Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie*, 109, 597–612.
- Paiva, D., Cachinho, H. & 12 Anonymous Participants (2018). The first impression in the urban sonic experience: transitions, attention, and attunement. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 100, 329-342.

- Paiva, D. & Sánchez, I. (2021). The territoriality of atmosphere: rethinking affective urbanism through the collateral atmospheres of Lisbon's tourism. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 46, 392-405.
- Philippopoulos-Mihalopoulos, A. (2016). Withdrawing from atmosphere: An ontology of air partitioning and affective engineering. *Environment and Planning D: Society and Space*, 34, 177-189.
- Pink, S., & Leder Mackley, K. (2016). Moving, making and atmosphere: Routines of home as sites for mundane improvisation. *Mobilities*, 11, 171-187.
- Shaw, R. (2014). Beyond night-time economy: Affective atmospheres of the urban night. *Geoforum*, 51, 87-95.
- Silva, A., & Paiva, D. (2021). A economia urbana e os artistas de rua: performance, mobilidades e conflitos em um espaço público turistificado. *GeoTextos*, 17 (1), 1-20.
- Stewart, K. (2011). Atmospheric attunements. *Environment and Planning D: Society and Space*, 29, 445-453.
- Sumartojo, S. (2016). Commemorative atmospheres: Memorial sites, collective events and the experience of national identity. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 41, 541-553.
- Sumartojo, S., Edensor, T., & Pink, S. (2019). Atmospheres in urban light. *Ambiances*, 5, 1-22.
- Sumartojo, S., Lacey, J., & Hillary, F. (2017). contain yourself: Technology, the city and atmospheric intervention. *Media International Australia*, 165, 90-102.
- Sumartojo, S., & Pink, S. (2018). *Atmospheres and the Experiential World: Theory and Methods*. Oxon: Routledge.
- Tavani, E. (2018). The construction of situations and atmospheres in installation art. In T. Griffero, & G. Moretti (Eds.), *Atmosphere/Atmospheres. Testing a New Paradigm* (pp. 129-145). Milão: Mimesis International.
- Thibaud, J.P. (2015). The backstage of urban ambiances: When atmospheres pervade everyday experience. *Emotion, Space and Society*, 15, 39-46
- Thibaud, J.P. (2018). The impregnation powers of ambiance. *Communications*, 102, 67-79.
- Thrift, N. (2008). *Non-representational Theory. Space, Politics, Affect*. Oxon: Routledge.
- Viderman, T., & Knierbein, S. (2020). Affective urbanism: Towards inclusive design praxis. *Urban Design International*, 25, 53-62.
- Yu, S. J. (2019). Can affective atmospheres justify megaprojects? A case study of the "Asia New Bay Area" in Kaohsiung, Taiwan. *Emotion, Space and Society*, 31, 1-9.
- Wigley, M. (1998). *Die Architektur der Atmosphären / The Architecture of Atmospheres*. Daidalos, 68, 18-27.

Insegurança/medo: navegando as contribuições geográficas (e mais além)

Simone Tulumello
Universidade de Lisboa

Introdução

Este capítulo lida com dois conceitos interligados, insegurança e medo, que se foram tornando, nas últimas décadas, mais relevantes no pensamento geográfico, pela sua utilidade na compreensão das formas contemporâneas de poder e da reprodução das relações socioeconómicas. Há duas razões para tratar os dois conceitos em conjunto. Primariamente, insegurança e medo permitem focar duas facetas complementares, isto é: as dimensões materiais de risco e incerteza – insegurança, portanto, como falta de segurança; e as dimensões afetivas e emocionais de preocupação, ansiedade e, justamente, medo. Adicionalmente, precisamente devido ao modo como a insegurança e o medo remetem a outros conceitos, entenderemos a dupla como centro duma constelação de conceitos (ver Haesbaert, 2014, capítulo 1) que inclui, além dos mencionados, instabilidade, vulnerabilidade, desconforto, violência, conflito, e algo mais.

O pensamento geográfico tem recentemente concetualizado a dupla insegurança/medo a partir do seu “poder”. Por um lado, sendo um certo nível de segurança – material como afetiva – necessária ao bem estar, até à sobrevivência individual, podemos considerar certas dimensões de insegurança como um limite ao florescimento individual e coletivo. Por outro, o medo tem uma posição especial entre as emoções humanas pela sua ambivalência: necessário à sobrevivência, o medo pode tornar a vida extremamente difícil – não é por acaso que parte significativa dos distúrbios mentais se expressam através de sentimentos de medo e ansiedade. Insegurança e medo afetam profundamente as geografias materiais e afetivas dos indivíduos e dos grupos – por exemplo ao tornar alguns lugares concretamente perigosos ou percebidos como perigosos. Medo e insegurança têm poder, inclusive poder espacial – e discursos retóricos sobre medo e

insegurança foram longamente utilizados para plasmar as percepções públicas sobre prioridades políticas.

É a partir dessas considerações que as relações entre insegurança/medo e espaço – especialmente espaço urbano – se tornaram num campo de interesse acadêmico. Contudo, durante muito tempo as abordagens dominantes preocuparam-se sobretudo em buscar soluções práticas e espaciais para os “problemas” de insegurança. É o caso do “espaço defensável” (popularizado pelo urbanista norte-americano Oscar Newman) ou das técnicas ambientais de prevenção do crime (especialmente a Crime Prevention Through Environmental Design, CPTED), abordagens difundidas no mundo anglófono e que recentemente tiveram alguma presença também no debate acadêmico em Portugal (Saraiva et al., 2019). Essas abordagens têm em comum duas dimensões de determinismo espacial: primeiro, a ideia de que é possível reduzir crime e violência através de intervenções espaciais; e, segundo, que a própria redução do crime geraria, direta e automaticamente, sentimentos de maior segurança. Literatura de cariz mais crítico – que irei utilizar ao longo do capítulo – tem problematizado as associações de causalidade direta entre crime/violência, medo/insegurança e intervenção espacial: por um lado, a promoção material da segurança implica dimensões socioeconômicas que escapam à intervenção espacial e, pelo outro, os sentimentos de medo no espaço urbano nem sempre estão em correlação com os riscos de vitimização. Por exemplo, durante as últimas décadas assistimos, no mundo ocidental, a crescimentos muito rápidos das preocupações com crime e violência, embora nesses mesmos anos os níveis de violência, pelo menos física e direta, terão sensivelmente diminuído. Emerge assim o paradoxo de que as sociedades ocidentais parecem ser ao mesmo tempo as mais “seguras”, pelo menos em termos de criminalidade violenta, do mundo e as mais preocupadas com segurança. Simultaneamente, a segurança – a sua materialidade como a sua percepção – está distribuída de forma desigual dentro de todas as sociedades, inclusive as que são, no geral, relativamente seguras: trata-se, portanto, de um campo caracterizado por fraturas (de classe, étnico/raciais, de gênero...) muito profundas.

Com base nestas constatações, um campo de investigação e teorização, ainda relativamente pequeno mas em evidente crescimento, tem utilizado insegurança e medo como lentes para explorar criticamente a interseção entre cultura, política, economia e processos espaciais de segmentação, segregação, exclusão e injustiça a partir de, e pondo em diálogo, tradições académicas e perspectivas teórico-epistemológicas diferentes – marxistas,

feministas, pós-coloniais e mais. Entre estas, vale a pena destacar as recentes abordagens que têm explorado as geografias afetivas e atmosféricas dos sentimentos e das emoções (ver, por exemplo, Anderson, 2014). Nestas perspectivas, o afeto (affect) é conceptualizado como o meio que permite aos seres humanos (e não humanos) entrar em relação com a materialidade do mundo; e sentimentos e emoções aparecem como manifestações concretas do afeto, expressas na produção de atmosferas emocionais. Uma perspectiva afetiva focaliza a atenção na co-constituição de práticas e emoções e, ao mesmo tempo, no poder e materialidade que tais atmosferas têm. De acordo com Brian Massumi (entrevistado em Evans, 2017), o poder associado ao afeto é um “poder de” (power to, the power to affect, o poder de afetar), uma compreensão complementar à do “poder sobre” (power over), o poder exercido sobre outros sujeitos. Através das perspectivas afetivas e atmosféricas é possível desenvolver uma conceptualização do poder além das suas expressões tangíveis e, por exemplo, prestar atenção às formas de poder que se materializam através da (re) produção de geografias emocionais, inclusive do medo – ver a coleção de textos sobre geografias afetivas urbanas no Brasil, introduzida por Neto (2019).

A partir destas considerações, irei sumarizar a seguir as dimensões com que o pensamento geográfico (e não só) se tem engajado com o poder de medo e insegurança. Estruturarei o cerne da discussão a partir das três dimensões identificadas por Hazem Abu-Orf (2013) na sua teoria sobre cidades em conflito, na reformulação que tenho proposto pelo caso das cidades “comuns” (Tulumello, 2015): as geopolíticas (urbanas) da insegurança; o papel do medo em caracterizar o encontro com a alteridade; e, terceiro, o papel do espaço construído, e das suas espacialidades, em moldar os sentimentos individuais. Em conclusão, irei mobilizar o conceito de paisagens do medo (landscapes of fear ou fearscapes; Tulumello, 2017, capítulo 4) que permite ao mesmo tempo articular, e ultrapassar, essas três dimensões. Embora estes debates se tenham desenvolvido sobretudo na literatura, dita internacional, em língua inglesa, terei atenção em apontar também os debates desenvolvidos em Portugal e Brasil, e em língua portuguesa.

Geopolítica

Um importante contributo oferecido pelo pensamento geográfico às ciências sociais nas últimas décadas tem sido a adoção de lentes geopolíticas, tradicionalmente limitadas às disciplinas da geografia política e das relações internacionais, para estudar transformações socioeconômicas e políticas em escalas sub-nacionais e locais. Em particular, as geografias políticas urbanas, ou geopolíticas urbanas, têm permitido refletir sobre as dinâmicas urbanas a partir das transformações que acompanharam a globalização e neoliberalização (Rossi & Vanolo, 2012 [2010]).

Profundamente influenciado pela abordagem ecológica desenvolvida na escola de Chicago, o pensamento sociológico tem longamente considerado insegurança e medo como componentes inerentes à vida urbana, associados à anomia e ao destacamento típicos da vida nas grandes conurbações (ver Wirth, 1938; e, para uma crítica antropológica, Rodgers, 2016). Uma perspectiva assente nas geopolíticas urbanas permite ir além dessas concepções, e explorar as dimensões político econômicas de insegurança e medo (ver Sandercock, 2002), a partir da construção de ansiedades e pânico sociais como instrumentos para moldar a atenção pública e as agendas políticas.

De acordo Daniel Goldstein (2010), este milênio se tem caracterizado por ser o “tempo da segurança” (security moment) em que insegurança e medo se tornaram instrumentos de governação. A crescente pujança da (in)segurança terá a ver com a longa onda de transformações sociopolíticas, com o declínio do consenso keynesiano dos anos que seguiram à Segunda Guerra Mundial e a emergência de governamentalidades neoliberais. Neste contexto, podemos observar diferentes dinâmicas nas políticas da (in)segurança. Nos países ocidentais, um rápido declínio de crime e violência a partir dos anos 1980, e ao mesmo tempo uma crescente centralidade destas temáticas na agenda política com aprofundamento a seguir dos atentados terroristas dos primeiros anos do milênio em Nova Iorque, Londres e Madrid. São diferentes as dinâmicas em outros contextos geográficos, por exemplo em alguns países latino-americanos, inclusive o Brasil, onde se observam rápidos crescimentos das dinâmicas de violência criminal. Dinâmicas essas, que estão associadas com os impactos sociais de meio e longo prazo resultantes das reestruturações neoliberais dos anos 1970 e 1980 e que, por sua vez, levaram ao aprofundamento de políticas,

fundamentalmente contraproducentes, de repressão (ver, por exemplo, Silva, 2010; Feltran, 2020).

A utilização política do medo ajuda compreender como as transformações no sentido da transição para um estado repressivo terão sido suportadas, em muitos contextos, por largas parcelas das opiniões públicas. Precisamente pelo seu poder de afetar, sentimentos e emoções podem jogar um papel central na construção das agendas políticas. Políticos conservadores e de direita terão descoberto, de forma mais evidente nos anos 1980, que “o crime paga” em termos de consenso político, apresentando-se assim como “duros” para com violência, crime e terrorismo. Nas décadas a seguir, o espectro político de muitos países tem-se reorientado na direção da segurança: de facto, medidas especialmente repressivas têm sido aprovadas por partidos social-democratas – o caso mais conhecido é a Crime Bill de 1994 de Bill Clinton, mas podemos mencionar o plano nacional de videovigilância e as reformas do sistema de segurança interna aprovadas pelo governo socialista português entre 2007 e 2008.

As geopolíticas urbanas têm, portanto, analisado as formas como insegurança e medo se têm tornado componentes centrais da governamentalização do espaço urbano, destacando, por exemplo, como o framing da cidade enquanto espaço de conflito (Graham, 2010) terá servido para justificar políticas de fortificação, vigilância, controlo e privatização, no espaço público e residencial – ver Caldeira (2000) e Haesbaert (2014) para estudos no contexto brasileiro.

Alteridade

Como argumentado por Rachel Pain (2009), uma concetualização exclusivamente “globalizada” da insegurança pode reduzir a nossa compreensão das topografias emocionais na produção do espaço. Em complementaridade, as geografias feministas têm enfatizado o papel dos sentimentos e dos “corpos” na construção das geografias individuais e coletivas, especialmente no espaço público, lugar de encontro com a alteridade par excellence – ver, por exemplo Grosz (1995), Kirmani (2020) e, para o debate brasileiro, a Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero. O encontro é uma experiência complexa, caracterizado por possibilidade e ambiguidade, e por uma variedade de emoções possíveis, desde curiosidade e atração até preocupação e medo. A experiência da alteridade tem sido descrita como um contínuo atravessamento de limites e (re)

construção da própria identidade em relação e oposição com identidades e comportamentos alheios.

Esta experiência espacial é mediada por muitos fatores, entre eles as diferenças de grupo associadas entre outros, ao gênero, raça/etnicidade, classe, sexualidade, idade ou habilidade. A percepção que uma pessoa terá do encontro com outra será influenciada por suposições e representações associadas às características visíveis da mesma, tornando as construções normativas hegemônicas dos grupos sociais significativas na experiência do medo. Estas construções podem ser pouco lineares, problemáticas ou até paradoxais. Tomemos como exemplo a representação generalizada das mulheres como vítimas potenciais de crime violento, e especialmente violência sexual, no espaço público. Em geral, sabemos que as mulheres tendem a ser vítimas de “crimes violentos” *strictu sensu* menos que os homens no espaço público, onde tendem ao contrário, a ter sobretudo experiência de comportamentos agressivos raramente criminalizados, como várias formas de assédio – o estudo de Carina Listeborn (2015) sobre a violência anti-islâmica e de gênero na Suécia, e o seu papel em manter ordens espaciais e políticas hegemônicas, demonstra o papel da interseccionalidade nestas questões.

Como longamente reivindicado pelos movimentos feministas, a violência sexual acontece primariamente no espaço privado e na habitação. Embora na representação pública seja omnipresente a ideia de um esturpador racializado (negro, mulato, imigrante...), pobre e/ou mentalmente instável que preda mulheres (brancas) no espaço público, sabemos que conhecidos, familiares ou (ex-)parceiros cometem quase todas as violências sexuais. Neste sentido, a equalização do crime sexual com a alteridade no espaço público acaba por reproduzir uma ordem social patriarcal assente na necessidade de “proteger as mulheres” e reforçada pelo medo de um “outro” geralmente racializado. Por um lado, este medo é um instrumento poderoso de limitação da mobilidade das mulheres, pois as desencoraja a circular sozinhas, em certos lugares, a certas horas. Por outro, esse medo contribui para a manutenção de fronteiras raciais e de classe.

Exatamente pela centralidade das dinâmicas de medo associadas com a alteridade no espaço público na produção de cidadanias diferenciais, o pensamento e a prática feminista têm dedicado muitas energias em re-ocupar e re-conceitualizar o espaço urbano – ver, por exemplo, Machado e Ratts (2017) sobre as práticas de apropriação feminista de espaços públicos em Goiânia.

Espaço

Até agora, mencionámos só marginalmente o papel do espaço, isto é, do ambiente construído, na dupla insegurança/medo. Esta é uma discussão, contudo, historicamente presente na política urbana. Nem todos se lembram que foi o pânico criado pelas narrativas em torno de Jack o Estripador a tornar a iluminação pública num argumento de discussão pública em Londres e outros locais. Como mencionámos acima, as relações entre insegurança, medo e espaço têm longamente interessado os estudos nas fronteiras entre arquitetura, morfologia urbana e criminologia (veja-se também o campo da *space syntax*). Esses esforços, contudo, na sua busca de relações deterministas entre espaço e sentimentos, não foram capazes de articular as relações entre espaço, ambiente construído – e, portanto, planeamento e urbanismo – e geopolíticas e alteridade.

Em linha com a perspetiva que desenvolvemos até agora, é importante mencionar como, no mundo ocidental e em muitos contextos (pós-) coloniais, as formas modernistas e racionalistas de urbanismo têm jogado um papel central na produção de espaços de medo. Falamos sobretudo de tecidos urbanos produzidos desde o início do século XX, dominados pela mobilidade privada e o automóvel, pela segregação funcional típica do zoneamento, com separação entre as atividades residenciais, laborais e do tempo livre. Em contraste com o domínio de formas de mobilidade pedonal e a mistura funcional típica da cidade pré-industrial (europeia ou não), na cidade modernista o encontro torna-se menos frequente, e o mesmo faz a segregação espacial ao longo de linhas étnico/raciais e de classe – fator, este último, marcado sobretudo nas cidades norte-americanas e do Sul Global (ver Villaça, 2011; Garrido, 2021). Sempre menos frequente e comum, o encontro com “o outro” pode mais facilmente tornar-se numa experiência assustadora.

É só na aparência paradoxal que o próprio nascimento, modernista e racionalista, da disciplina do planeamento e urbanismo foi uma resposta a outros medos – o medo das classes dominantes pela desordem e pela revolta, o medo das classes capitalistas pelos efeitos da urbanização desorganizada sobre a saúde e reprodução das classes trabalhadoras nas grandes cidades industriais. Os planos do Barão von Haussmann para Paris no século XIX, por muitos considerados o primeiro grande exemplo de renovação urbana modernista, ao cortar grandes avenidas no coração do tecido urbano visavam não só melhorar ventilação e circulação, mas também

tornar mais difícil a construção de barricadas e simplificar a deslocação do exército ao longo da cidade – para outro e mais antigo exemplo (século XVIII), o plano de reconstrução da Baixa Pombalina sob a batuta política do Marquês de Pombal, embora fundamentalmente inspirado pelas mesmas ideias, tem sido objeto de escassa atenção nesta perspetiva.

Mais recentemente, discursos sobre medo têm sido mobilizados na produção de formas e soluções espaciais que deveriam reduzir a insegurança e que classifiquei em quatro categorias (Tulumello, 2017, p. 56): i) Cercas (Enclosures), espaços de exclusão forçada para grupos considerados perigosos (tipificados pela forma campo; ver Minca, 2015) e espaços de auto-segregação, como os condomínios fechados, elegidos pelos grupos abastados – ver Silva (2007) em Natal e Tulumello e Colombo (2018) em Lisboa; ii) Espaço Pós-público, ou seja a produção de espaços coletivos privados e publicitados como “seguros” (tipificados pelo centro comercial), bem como fortificação e privatização de espaços públicos; iii) Barreira, a utilização das infraestruturas para fragmentar e segregar áreas urbanas consideradas como problemáticas, nomeadamente às onde residem populações marginalizadas e racializadas; e iv) Controlo, a proliferação de instrumentos de vigilância, das CCTVs a outras formas, tecnológicas ou não (ver Lippert & Wood, 2012). Estas espacialidades emergentes aprofundam as clivagens sociais entre quem tem acesso aos espaços mais desejados e quem é pressionado para áreas marginalizadas e enclausuradas. Ao mesmo tempo, explica Dora Epstein (1998), o processo de rotular alguns espaços como “seguros” acaba por reforçar a ideia de que o espaço urbano no geral é perigoso.

Em síntese, embora planeamento e urbanismo possam contribuir para “empurrar” o encontro na direção da curiosidade ou do medo, seria errado considerar o espaço como uma “variável” independente – como fazem as abordagens e intervenções marcadas por determinismo espacial. É a articulação das dimensões que apresentei até aqui que nos permite compreender criticamente insegurança e medo. Por esse objetivo, em conclusão, pode ajudar-nos o conceito de paisagem.

Paisagem

O pensamento geográfico (e não só) crítico têm fornecido instrumentos para compreender e explorar insegurança e medo como processos complexos na interseção de dimensões económico políticas (como a utili-

zação política do medo), socioculturais (como as geografias pessoais e coletivas) e espaciais – que observamos através das categorias de geopolítica, alteridade e espaço. Isso ajuda-nos a compreender os paradoxos e contradições que frequentemente caracterizam a (re)produção de insegurança e medo – por exemplo, o facto de os indivíduos, grupos e sociedades mais preocupados não serem sempre os que mais em risco estão, ou a incapacidade de intervenções “técnicas” para reduzir os sentimentos de insegurança. Na produção do medo, e dos seus paradoxos, como instrumento de governação há dimensões discursivas, algo especialmente evidente na utilização do terrorismo como instrumento de justificação da militarização urbana. E há, ao mesmo tempo, dimensões materiais, que emergem na mediação entre espaço e alteridade.

Como podemos pensar e teorizar os paradoxos da insegurança e do medo? Ou, melhor, trata-se mesmo de paradoxos? Ou, ao contrário, o cerne da questão é que a insegurança é uma produção complexa onde o contexto ambiental (político, de políticas, das atmosferas socioculturais) conta mais do que a própria fonte do medo (violência, crime...)? Inspirados pela geografia dos afetos, podemos considerar insegurança e medo como o produto de uma “violência que paira”, da violência – ideal ou material – que pode concretizar-se de muitas formas, a violência criminal, ou a sua produção discursiva, a violência estrutural, cultural, do estado. Pode ser a obsessão de tornar a cidade um espaço confortável a criar tensão e desconforto (Brighenti & Pavoni, 2019), pode ser a atmosfera de medo criada pelas políticas de segurança a materializar a violência urbana (Pavoni & Tulumello, 2020).

É nesta interseção que se torna útil mobilizar um conceito, a paisagem, com longa história na geografia cultural, que tem articulado o seu significado tradicional – ligado à representação da natureza humanizada – com dimensões filosóficas, sociais e políticas. Paisagem refere-se à rede de relações que existem entre um sujeito, a representação, experiências vividas e fatores sociopolíticos. É a partir desta multiplicidade que a paisagem pode articular as dimensões necessárias a concetualizar o enredo entre medo, insegurança e espaço.

O conceito de paisagem de medo foi introduzido por Yi-Fu Tuan (1979), interessado em pôr em diálogo estados psicológicos individuais e ambientes físicos. Tuan estava sobretudo preocupado com a forma como ambientes criados como espaços de proteção (as cidades) se tivessem transformado em labirintos desordenados e geradores de medo. Trata-se

de uma perspectiva que relembra de perto os relatos clássicos da experiência urbana dos que, como George Simmel ou Henri Laborit, a partir da observação da urbanização europeia na época industrial, consideravam anomia e agressividade consequências inevitáveis da coexistência humana em ambientes densamente povoados – e, como vimos, influências importantes para a sociologia urbana clássica. Assim, embora tenham contribuído para chamar a atenção para a importância de se considerar o medo pelo seu contributo na produção das geografias individuais e coletivas, as paisagens de Tuan não nos ajudam a capturar as dimensões político-económicas.

Gold e Revill (2003) deram um passo a frente, ao sugerir que, quando aparece como irracional do ponto de vista individual, o medo pode ser o efeito de racionalidades capitalistas e racistas. Para estes autores, se focalizar nas paisagens do medo pode ajudar a balançar entre a economia política do medo e a teorização da insegurança realmente existentes.

Na minha teorização, tenho utilizado as paisagens do medo (*landscapes of fear* ou *fearscapes*; Tulumello, 2017, capítulo 4) precisamente para problematizar a ideia de “espaços” inseguros, que metem medo. Voltamos à raiz do termo *landscape*, que tem origem no Neerlandês *landschap*, composto de *land* (terra) e *scap* (condição), originalmente utilizado para definir uma pintura que representa uma vista larga de ambiente natural e, mais tarde, por extensão um espaço natural com as suas características. Pela sua definição, a paisagem só pode existir na distância, à que existe entre quem observa e o espaço observado. Esta ideia permite-nos pensar insegurança e medo como afetos (materialidade e emoção). Como vimos, a insegurança e o medo são, de facto, gerados por uma série de “distâncias”, além da experiência direta do crime e da violência, por construções geopolíticas, caracterizações estereotípicas e espacialidades urbanas – insegurança/medo como construção relacional. A insegurança afeta a distância, moldando o espaço antes e independentemente da materialidade do risco. Nesta perspectiva, podemos pensar insegurança e medo como atmosferas – contextualizadas mas ao mesmo tempo transescalares – que resultam da produção de várias distâncias, com natureza económico-política, sociocultural e técnica.

Que acontece quando a distância que gera a paisagem é reduzida, até desaparecer? A paisagem é vivida ao mesmo tempo que desaparece. Ao reduzir a distância, ao atravessar fronteiras espaciais e sociais, insegurança e medo são ao mesmo tempo experienciadas e ultrapassadas – mais uma

vez, a natureza complexa, ambivalente e paradoxal da nossa dupla. Tomar consciência das múltiplas dimensões de insegurança e medo significa perceber que o espaço (urbano) não é assim tão perigoso e, ao mesmo tempo, que alguma dimensão de insegurança é ao mesmo tempo inevitável e potencialmente produtiva.

Referências

- Abu-Orf, H. (2013). Fear of difference: “Space of risk” and anxiety in violent settings. *Planning Theory*, 12 (2), 158-176.
- Anderson, B. (2014). *Encountering Affect. Capacities, Apparatuses, Conditions*. Farnham: Ashgate.
- Brighenti, A. M., & Pavoni, A. (2019). City of unpleasant feelings. Stress, comfort and animosity in urban life. *Social and Cultural Geography*, 20 (2), 137-156.
- Caldeira, T. (2000). *City of Walls. Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo*. Berkeley: University of California Press.
- Epstein, D. (1998). Afraid/not: Psychoanalytic directions for an insurgent planning history. Em: L. Sandercock (Ed.), *Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History*, Berkeley: University of California Press, 209-226.
- Evans, B. (2017). Histories of violence: Affect, power, violence – The political is not personal. Brad Evans interviews Brian Massumi. *Los Angeles Review of Books*, 13 November. Disponível: <https://lareviewofbooks.org/article/histories-of-violence-affect-power-violence-the-political-is-not-personal/#>.
- Feltran, G. (2020). *The Entangled City. Crime as Urban Fabric in São Paulo*. Manchester: Manchester University Press.
- Garrido, M. (2021). Reconceptualizing segregation from the Global South. *City & Community*, 20 (1), 24-37.
- Gold, J. R., & Revill, G. (2003). Exploring landscapes of fear: Marginality, spectacle and surveillance. *Capital and Class*, 27 (2), 27-50.
- Goldstein, D. M. (2010). Toward a critical anthropology of security. *Current Anthropology*, 51 (4), 487-517.
- Graham, S. (2010). *Cities under Siege: The New Military Urbanism*. New York: Verso.
- Grosz, E. (1995). *Space, Time, and Perversion. Essays on the Politics of Bodies*. New York: Routledge.
- Haesbaert, R. (2014). *Viver no limite: Território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Hall, A. (2010). "These people could be anyone": Fear, contempt (and empathy) in a British immigration removal centre. *Journal of Ethnic and Migration Studies* 36 (6), 881-898.
- Kirmani, L. (2020). Can Fun Be Feminist? Gender, Space and Mobility in Lyari, Karachi. *South Asia: Journal of South Asian Studies*, 43 (2), 319-331.
- Listerborn, C. (2015). Geographies of the veil: Violent encounters in urban public spaces in Malmö. *Social and Cultural Geography*, 16 (1), 95-115.
- Lippert, R. K., & Wook, D. M. (2012). The New Urban Surveillance: Technology, Mobility, and Diversity in 21st Century Cities. *Surveillance and Society*, 9 (3), 257- 262.
- Machado, T. C., & Ratts, A. J. P. (2017). As Mulheres e a Rua: Entre o Medo e as Apropriações Feministas da Cidade de Goiânia, Goiás. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 8 (1), 194-213.
- Mínca, C. (2015). Geographies of the camp. *Political Geography*, 49, 74-83.
- Neto, N. T. (2019). A geografia da FCT/UNESP entre afetos e emoções. *GeoAtos. Revista de Geografia em Atos*, 12, 3-7.
- Pain, R. (2009). Globalized fear? Towards an emotional geopolitics. *Progress in Human Geography*, 33 (4), 466-486.
- Pavoni, A., & Tulumello, S. (2020). What is urban violence? *Progress in Human Geography*, 44 (1), 49-76.
- Rodgers, D. (2016). Critique of urban violence: Bismarckian transformations in contemporary Nicaragua. *Theory, Culture & Society*, 33 (7-8), 85-109.
- Rossi, U., & Vanolo, A. (2012 [2010]). *Urban Political Geographies. A Global Perspective*. London: Sage.
- Sandercock, L. (2002). Difference, fear, and habitus: A political economy of urban fear. *Urbanistica*, 119, 8-19.
- Saraiva, M., Neves, A. V., Santos, H., Diniz, M., Jota, L., & Ribeiro, P. (2019). A Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED) Em Portugal: Revisão da Literatura e Redes de Conhecimento. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 52, 71-93.
- Silva, L. A. M. (2010). Violência urbana, segurança pública e favelas – O caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, 23 (59), 283-300.
- Silva, M. F. P. S. (2007). Gated communities: The new ideal way of life in natal, Brazil, *Housing Policy Debate*, 18 (3), 557-576.
- Tuan, Y. (1979). *Landscapes of Fear*. Oxford: Basil Blackwell.
- Tulumello, S. (2015). Fear and urban planning in ordinary cities: From theory to practice. *Planning Theory and Practice*, 30 (5), 477-496.
- Tulumello, S. (2017). *Fear, Space and Urban Planning. A Critical Perspective from Southern Europe*. Switzerland: Springer.
- Tulumello, S., & Colombo, A. (2018). Inclusive communities, exclusionary city, planning n/a? Mapping condomínios fechados semi-quantitatively in

Lisbon, Cascais (and Barreiro). Em: P. Granjo, S. Aboim, & A. Ramos (Eds.), *Changing Societies: Legacies and Challenges*. Vol. i. *Ambiguous Inclusions: Inside Out, Inside In*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 481-507.

Villaça, F. (2011), São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, 71, 37-58.

Wirth, L. (1938). *Urbanism as a Way of Life*. *American Journal of Sociology*, 44 (1), 1-24.

Envelhecimento e condições de vida no centro histórico de Lisboa

Pedro Moura Ferreira
Universidade de Lisboa

Alda Botelho Azevedo
Universidade de Lisboa

Introdução

Este texto assenta na análise de um inquérito realizado no âmbito de um projeto de investigação sobre a requalificação urbana sustentável e as populações vulneráveis no centro histórico de Lisboa¹. São três as populações vulneráveis estudadas: jovens, imigrantes e idosos. Como se depreende do título, apenas estes últimos são considerados no presente texto. Os dados quantitativos reportam-se a 208 entrevistados, selecionados com base numa amostra não aleatória por quotas (Pinto, 2012) numa das principais freguesias do centro histórico: a freguesia da Santa Maria Maior (fig. 01), entre julho e agosto de 2020. A razão para se estudar o envelhecimento no centro histórico radica no facto de existirem especificidades neste território (Ferreira, Azevedo e Paci, 2020) que afetam as condições de vida das pessoas que envelhecem, tornando-as mais vulneráveis a diferentes tipos de riscos sociais e individuais. Antes, porém, de se equacionarem estas relações importa referir os atributos que configuram a população em causa.

A descrição sociográfica dos dados do inquérito faz sobressair, em primeiro lugar, as tendências gerais do envelhecimento, ou seja, a mais forte presença feminina, que traduz a esperança de vida mais longa das mulheres (Bandeira et al. 2014), e uma repartição etária mais ou menos equilibrada, ainda que com uma ligeira vantagem dos grupos etários abaixo de 75 anos. Este relativo equilíbrio reflete o maior peso numérico do grupo

¹ Para saber sobre este projeto de investigação, consultar: <http://www.ceg.ulisboa.pt/sustainlis/>

entre os 65 e 75 anos que é compensado pela maior amplitude etária do grupo mais velho, mas o facto de os indivíduos de 75 e mais anos serem

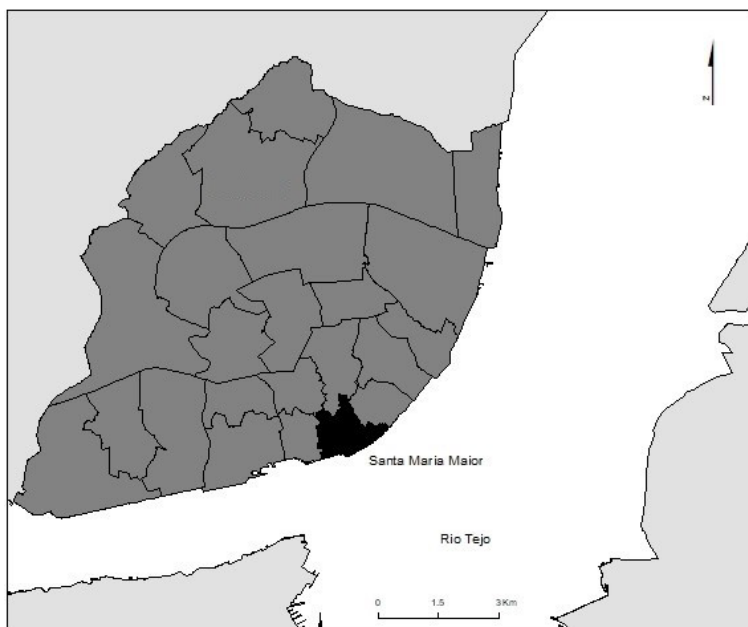


Figura 01: Freguesia de Santa Maria Maior na cidade de Lisboa, Portugal

numerosos pode também indiciar um envelhecimento mais acentuado da população do centro histórico por comparação com outras freguesias da cidade, conforme comprova a informação censitária.

Uma segunda característica tem a ver com a permanência no lugar. A maior parte dos entrevistados (80%) vive na residência atual há muito tempo (há mais de 25 anos) e parte deles (37%) desde sempre. A reforçar este caráter de permanência está a proveniência dos que residiam noutra lugar antes do atual. A maioria diz ter residido na mesma freguesia (26,4%) ou noutra freguesia da cidade (16,4%). Menos de um em cada cinco reportam outras proveniências, muito raramente estrangeiras, pelo que praticamente todos os inquiridos que residiam fora da cidade são oriundos de outras regiões do país. No entanto, o facto de a maior parte deles ter residido sempre na cidade, justamente com a longa permanência no local, mostra que a população idosa que reside no centro histórico se constituiu

principalmente com base num processo endógeno, e menos de fluxos migratórios com origem exterior ao perímetro urbano. É, consequentemente, uma população de raiz urbana e muito identificada com o local, tendo em conta que o tempo de permanência constitui uma marca dos processos identitários.

A terceira característica é o isolamento social. Mais de 50% desta população de idosos vive sozinha. Os restantes vivem maioritariamente com o cônjuge (37%) ou, em menor número, com os filhos (11%). Outras situações, como a de viver com outros familiares, são residuais. Reportando-se há dez anos, os números são bastante diferentes: a maioria vivia em conjugalidade (67%) e os filhos estão presentes num terço das famílias. A viuvez (47,1%), muito mais do que o divórcio (12%), bem como a partida dos filhos da casa parental, já que a maioria dos idosos os teve (76%), são os impulsionadores do isolamento social. A respeito do número de filhos, registe-se que as famílias são de dimensão reduzida, predominando as famílias de um ou dois filhos (36,7% e 43,7%, respetivamente), que acentua a natureza urbana da população em causa, em contraposição com o perfil das famílias de áreas rurais ou menos urbanizadas.

Atendendo à idade dos inquiridos, acima de 65 anos, a situação ocupacional não é propriamente uma característica específica desta população que vive no centro histórico, já que a maioria se encontra, como se esperaria, aposentada e tem na pensão a sua principal fonte de rendimento. Não é, no entanto, displicente o número de pessoas que se encontra ainda na vida ativa (9%), obtendo do trabalho o seu rendimento.

Em termos gerais, o rendimento atinge valores baixos, não ultrapassando o valor médio de € 500. Por isso, a maioria (63,5%) confessa ter pelo menos alguma dificuldade em conseguir pagar as despesas habituais. Aparentemente, não sobressaem diferenças de género ou de idade. Este baixo rendimento está associado às trajetórias profissionais e à baixa escolaridade revelada por esta população. Apenas menos de um em cada cinco inquiridos consegue chegar ao ensino secundário, ficando a maioria pelo ensino primário (50%). Quanto às profissões, são de natureza manual e subalterna, em correspondência com estes níveis de instrução. As exceções, dos mais instruídos, indicam posições intermédias administrativas, raramente assinalando posições mais elevadas. Este perfil económico, profissional e educacional, ainda que comum à geração portuguesa mais velha, não deixa de constituir uma especificidade da população idosa que vive no centro.

Porém, a característica mais específica diz respeito à situação habitacional. Num país em que a maior parte das pessoas é proprietária da habitação onde vive (Azevedo, 2020), a situação mais comum da população idosa do centro histórico é residir numa casa arrendada (66,4%). Esta elevada percentagem está relacionada não só com o facto de as pessoas viverem no centro há muito tempo, desde uma altura em que a sua atratividade nada tinha a ver com a atual, e, por outro, com a política de congelamento dos contratos durante décadas que permitiu manter as rendas protegidas da pressão do mercado de arrendamento².

Ora é precisamente esta especificidade que torna a posição desta população económica e socialmente vulnerável bastante peculiar. Vivendo grande parte da sua vida ou mesmo toda a vida no centro histórico, os idosos confrontam-se nesta fase do curso de vida com a precarização das suas condições de existência. Isto deve-se, em alguns casos, às condições habitacionais bastante degradadas e, também, desadequadas ao envelhecimento em consequência da falta de investimento e de reabilitação das habitações por parte dos senhorios ao longo do tempo, sempre justificada com os insuficientes rendimentos obtidos. Deve-se ainda a uma mudança radical no modo de vida local provocada por processos sociais e económicos sobretudo nas últimas duas décadas, entre os quais a pressão imobiliária e a turistificação. O desafio que se coloca é terem de viver nestas condições habitacionais precárias ou deixar a casa onde residem porque essas condições involuntariamente a isso obrigam, ou porque os aliciamentos imobiliários acabam por os convencer a deixá-la ou, ainda, por eventuais mudanças da política pública que, eventualmente, poderão fazer caducar a proteção existente aos contratos de arrendamento mais antigos.

A investigação realizada explora as encruzilhadas entre as condições de vida, em particular das condições habitacionais, desta população idosa com o território que a acolhe, tendo em conta os processos sociais e económicos que o reconfiguram atualmente, e ainda o quadro legal promovido no âmbito das políticas públicas de habitação enquanto garantia incontornável da sua permanência no centro da cidade. O texto desenvolve-se em quatro andamentos, seguidos de uma conclusão. A casa, enquanto

2 Um conjunto de políticas têm procurado, desde 2006, agilizar a atualização dos contratos de rendas antigos (celebrados antes de 1990). O impacto do Novo Regime de Arrendamento Urbano foi limitado pelo que em 2012 foram implementadas alterações que marcaram profundamente a renegociação dos contratos existentes e os termos dos novos contratos. A situação de especial fragilidade dos arrendatários mais velhos, muitos com baixos recursos, tem justificado o sucessivo adiamento do prazo do período transitório dos contratos de arrendamento antigos para o novo regime

espaço e vivência, constitui o primeiro. A seguir aborda-se a relação com o bairro, o território envolvente da residência onde se manifestam mais vivamente os processos de mudança que atravessam o centro histórico. O terceiro andamento percorre as relações com os outros, as sociabilidades próximas ou locais. Por último, a situação do arrendamento é considerada, tendo em conta a sua peculiaridade no território em causa. E, como referido, a conclusão fecha o texto.

Antes de dar início a estes quatro andamentos, uma nota formal sobre a redação. De modo a não se tornar pesado e extenso, o texto dispensou o recurso a tabelas, recorrendo para sustentar a análise apenas a percentagens que são apresentadas entre parêntesis para não prejudicar o deslizamento da escrita. Estas percentagens referem-se ao total da população (n=208) ou então ao total da subpopulação ou categoria que estiver a ser analisada, podendo o seu número variar consoante a mesma. Espera-se que esta distinção surja suficientemente clara ao longo do texto.

A Casa

Antes de abordar a casa onde os inquilinos residem, descreve-se primeiro o edifício. A maior parte da população sénior vive em prédios até dez apartamentos, predominando os de maior dimensão. Com efeito, menos de quatro em dez inquiridos vive em prédios com quatro ou menos apartamentos (38,9%), e um número superior (59,7%) em edifícios maiores entre cinco e dez apartamentos. Segundo os inquiridos, praticamente todos os apartamentos estão ocupados, havendo poucos indícios da existência, pelo menos expressiva, de apartamentos vazios. Os apartamentos não parecem também sujeitos a grande rotação de inquilinos, na medida em que quase metade dos entrevistados assinala não haver novos inquilinos (48,6%), ainda que outros assinalarem menos residentes (30,3%) ou entrada de novos residentes (18,8%) nos últimos anos. Apesar destes números sugerirem uma certa estabilização da população que vive no edifício há mais tempo, esta não parece incompatível com as novas funções que se têm vindo a desenvolver no território, nomeadamente o turismo. Mais de um em cada três inquiridos, refere que o edifício em que residem acolhe alojamento local, embora as perguntas feitas no inquérito não permitam especificar o tipo de oferta disponibilizada. Em todo o caso, o número mostra o impacto do turismo na ocupação dos edifícios, contribuindo

para a densificação e recuperação dos mesmos, ao mesmo tempo que estimula a procura habitacional e os preços.

Outro aspeto a ter em consideração com os edifícios é a sua conservação. Apesar da propecta idade dos mesmos, e do estado precário ou degradado de parte deles, a maioria dos inquiridos não referiu problemas. Quando o fazem, indicam problemas relativos não só ao estado do edifício, como a falta de manutenção (22%), o elevador (5,7%), as escadas do átrio (6%) ou a iluminação (3%), mas também à sua utilização, como o alojamento local (5%).

Depois do edifício, a casa dos inquiridos. As suas casas não são grandes. Normalmente, um (32%) ou dois (43,3%) quartos, uma dimensão que a maioria deles considera adequada (70%). Porém, mais importante do que o espaço são as condições de conforto ou de segurança. As queixas residem na existência de humidade (25%), de quartos de banho sem condições (16%) ou na luz insuficiente (13,9%), mas a reclamação mais forte incide em problemas fora da residência embora impactem sobre ela, como o ruído (36,1%) ou a poluição (32,7%). Apesar de metade dos inquiridos não aspire a fazê-las, o isolamento (23%), as pinturas (20,7%), o arranjo da cozinha (15,4%) ou da casa de banho (14,9%), as canalizações (12,5%), o aquecimento (7,2%) ou as adaptações de mobilidade (6,7%) são as melhorias mais desejadas. A indisponibilidade económica e a atribuição dessa responsabilidade ao senhorio são as causas principais para a não realização dessas melhorias.

Independentemente dos problemas assinalados, a satisfação com a vivência da casa é grande. A maioria dos inquiridos (66,8%) diz-se satisfeita ou muito satisfeita. A insatisfação é um sentimento muito limitado, mas a indiferença atinge ainda expressão significativa (20,2%). Perante estes números, é um pouco surpreendente verificar a elevada resistência à mudança de residência. Cerca de 80% dizem não ter interesse ou estão indisponíveis para encarar uma mudança de residência e, entre os que a manifestam, a maioria apenas considera a possibilidade de residir noutra casa no mesmo bairro. Possivelmente, é por isso que quase metade dos entrevistados diz também não saber o que fazer ou para onde ir no caso de terem de sair involuntariamente das suas casas. Para a outra metade haveria alternativas, como ir residir noutra casa (24%), ir viver com familiares (15,4%) ou numa residência de seniores (10,6%). Seja como for, estas alternativas parecem suscitar menos interesse do que a permanência na casa onde se vive. Assim, a identificação com a casa e, por extensão, ao

lugar onde se reside, expressa na elevada recusa à mudança de residência, ultrapassa bastante a satisfação em relação à casa. Isso fica bem expresso nas razões para permanecer onde se está. Em primeiro lugar, o gosto pelo bairro (59,5%), depois o apego à casa («é a minha casa» ou «gosto da casa» respetivamente, 50% e 39,3%) e às pessoas com quem nela se vive (16,1%) e, por fim, as limitações impostas pela idade (21,4%) e as razões financeiras (13,8%). Todos estes números deixam claro que a identificação com o local e com a casa parece sobrepor-se a todos os constrangimentos, manifestando ao mesmo tempo o desejo de permanecer onde sempre se viveu, ou pelo menos grande parte da vida.

O Bairro

A relação dos entrevistados com o território que envolve as suas residências é, em termos gerais, captada, de acordo com as perguntas do questionário, através da satisfação que manifestam em relação ao bairro. Como se depreende de outras respostas anteriores, ela é elevada: Quase oito em cada dez entrevistados (76,5%) está satisfeito (67,8%) ou muito satisfeito (8,7%) com o bairro. Uma opinião muito positiva que se fica a dever aos aspetos que mais valorizam. O que surge à frente é a localização, ou seja, a centralidade que o bairro ocupa na malha urbana (77,4%). De seguida, alinham outros motivos poderosos, como a proximidade do comércio (35,1%), o sentimento de pertença (30,8%), a presença de relações sociais e familiares (26%) e o património cultural (23,6%). Mais atrás, aparecem aspetos como a acessibilidade a transportes (20,7%), a proximidade de equipamentos e/ou serviços (17,3%), a diversidade (13,0%) e a oferta cultural (12,5%). Esta lista de motivos evidencia a importância da cultura, nas suas diversas manifestações, da sociabilidade e do reconhecimento social e, ainda, da oferta alargada de serviços como possíveis fontes de satisfação e de identificação com o bairro.

Do lado dos aspetos menos positivos, que se expressam nos problemas com que o bairro se confronta, a lista é também longa. A apreciação mais negativa incide sobre as questões em torno da habitação: existência de casas degradadas (29,3%), a falta de casas para arrendar (27,9%), o custo das rendas (46,6%) e o risco de despejo (35,6%). Um segundo grupo de crítica tem a ver com a crescente presença da função turística no centro histórico: a presença de turistas / turismo (27,9%) e o alojamento local (32,2%) são vistos sob uma apreciação negativa. O terceiro grupo

reúne os problemas relacionados com a organização e monitoramento do espaço público, designadamente a falta de estacionamento (19,2%), o barulho (16,3%), a criminalidade, o vandalismo e a violência (22,6%) e ainda a sujidade e falta de limpeza (24,0%). Por fim, o último grupo agrega algumas questões que decorrem das mudanças na composição social do bairro: a existência de grupos étnicos / imigrantes (9,6%) e a perda das redes de vizinhança (15,9%). Ao contrário dos aspetos valorizados, que estão previsivelmente associados à satisfação, os negativos podem estar mais diretamente correlacionados com a evolução do bairro. Com efeito, em relação aos últimos cinco anos, o número de entrevistados que considerarem que o bairro está pior ou bastante pior (41,4%) sobrepõe-se aos que têm a opinião contrária de que ele está melhor ou bastante melhor (25%). Deste modo, sobressai uma representação dual do bairro em que a satisfação elevada é, de certo modo, contrabalançada com uma visão de que as coisas não estão a melhorar, em parte fruto das mudanças que nele estão a ocorrer.

As sociabilidades

As sociabilidades constituem uma dimensão dos modos de vida e um elemento crítico do processo de envelhecimento na medida em que atuam como um antídoto aos efeitos nefastos da solidão. Explorar as sociabilidades é descortinar como o envelhecimento ocorre através das reciprocidades e dos suportes emocionais e funcionais que moldam as condições de vida dos idosos que vivem no centro históricos.

Uma das formas de captar a sociabilidade é através dos contactos e das relações que ocorrem na residência do entrevistado. A frequência é elevada, ocorrendo, pelo menos para a maior parte dos inquiridos, diária ou quase diariamente (47,6%), seguindo-se uma ocorrência semanal também expressiva (21,2%). Contudo, um em cada três entrevistados exibe uma sociabilidade residencial quase residual, limitada no máximo a um ou dois contactos mensais, ou mesmo nula (8,2%). Atendendo à associação entre sociabilidade e sentimentos de solidão, poder-se-á supor que estes sentimentos tendem a estar mais presentes entre os que manifestam uma frequência reduzida ou mesmo nula de contactos. Porém, a evidência está longe de ser linear. A solidão parece apenas ser mais intensa quando os contactos são nulos, situação que diz respeito a menos de um em cada dez inquiridos. Com efeito, a maior parte destes inquiridos (64,7%) diz

vivenciar muitas e bastantes vezes sentimentos de solidão. Quantos aos outros, que são a maioria dos entrevistados, não se registam diferenças expressivas em função da frequência dos contactos que costumam ocorrer em suas casas.

No entanto, mais do que da sociabilidade residencial, a manifestação de sentimentos de solidão parece depender da condição de saúde. Apesar de a autopercepção positiva que têm sobre ela, com a maioria a considerá-la razoável (58,2%) ou mesmo boa (22,1%), um quarto dos entrevistados considera ter uma saúde má ou muito má. É precisamente entre estes últimos que os sentimentos de solidão se intensificam com a maior parte deles (70%) a manifestar vivenciá-los bastante e muitas vezes, em comparação com os inquiridos com uma condição de saúde positiva que os referem muitas menos vezes (39,5%). Esta associação entre solidão e saúde verifica-se igualmente nas limitações para realizar atividades habituais devido a um problema de saúde. Ainda que uma boa parte da população não sofra de limitações (47,6%), nem tenha alguma doença crónica ou um problema grave de saúde (53,4%), entre aqueles que experimentam limitações com alguma ou muita severidade, os sentimentos de solidão moderados ou intensos são muito mais comuns (69,5%). Deste modo, a manifestação de sentimentos de solidão parece depender mais da condição de saúde do que da sociabilidade, embora esta seja também impactada por ela na medida em que restringe ou impede a disponibilidade para estabelecer contactos e relações frequentes.

Além da frequência, a sociabilidade também depende do tipo de pessoas com quem se interage ou se comunica. A familiaridade ou a proximidade são aspetos a ter também em conta porque normalmente influenciam, e não só emocionalmente, a qualidade das relações com os outros e a gratificação de que delas se retira. Os contactos sociais que ocorrem em casa destacam sobretudo dois interlocutores: os filhos (56,7%) e os vizinhos (50,5%). A relação com eles não é exclusiva, sobrepondo-se naturalmente em muitos casos e convocando outros interlocutores, embora com menos intensidade, como os amigos e colegas de trabalho (13%), os irmãos ou irmãs e outros familiares (cada uma destas duas categorias com 9,6%). Relações com um âmbito mais formal, como com o pessoal técnico de serviços de apoio, são raras (3,8%). Este perfil de relações de sociabilidade altera-se, mas não muito, em situações de emergência ou caso se necessite de ajuda. As pessoas a quem recorreriam são, em primeiro lugar, os filhos (51,4%) e, depois, os vizinhos (18,3%). Porém, as relações formais com os serviços de emergência (9,6%) e o pessoal técnico dos servi-

ços de apoio (8,2%) assumem mais relevo nestas situações sem, contudo, diluírem o papel das relações preferenciais. Deste modo, a sociabilidade estabelece-se essencialmente com base em relações de proximidade, que não são exclusivamente familiares, como bem mostra o protagonismo das relações de vizinhança.

Além da sociabilidade que ocorre intramuros, é importante considerar também as interações que acontecem quando se sai de casa e se interage com outros mesmo se o desejo de sociabilizar não for prioritário. Como se procura captar as sociabilidades espontâneas que resultam das rotinas diárias no bairro e das relações com as instituições, designadamente as que disponibilizam serviços de saúde ou de apoio, não se consideram neste âmbito as relações familiares. Deste modo, as relações de vizinhança que têm já, como vimos, uma presença importante na sociabilidade que ocorre dentro de casa, surgem agora omnipresentes: 93% dos inquiridos costumam falar com eles, suplantando grandemente todos os outros interlocutores. Os que se aproximam mais são os lojistas (54,3%), seguidos, não por acaso, pelas pessoas dos serviços de saúde (29,6%), que surgem à frente inclusive dos amigos ou dos colegas de trabalho (21,2%). A sociabilidade de bairro manifesta-se ainda nos contactos com os membros de associações (13,9%) ou com transeuntes desconhecidos (14,4%), que suplantam os que ocorrem no âmbito das instituições que disponibilizam serviços de apoio.

A importância que estes interlocutores têm em termos de sociabilidade precisa, no entanto, de ser calibrada com a frequência dos contactos ou das relações. Alguns têm uma base diária, enquanto outros são quase esporádicos. Sem surpresa, as relações de vizinhança surgem bem à frente das restantes, com mais de 80% a assinalar uma frequência diária ou quase diária. Também as relações de amizade e com os lojistas têm o mesmo tipo de frequência na maior parte dos casos embora com menos inquiridos a referenciá-las (65,9% e 52,2%, respetivamente). Excetuando estes interlocutores, mais nenhum dos restantes assume uma frequência diária ou quase diária. Com alguns deles, ela tende a ser semanal, noutros mensal. Falar com transeuntes desconhecidos ou com o pessoal de certos serviços de apoio ocorre mais frequentemente numa base semanal, enquanto os contactos com as pessoas da área da saúde ou com os membros das associações do bairro caem mais no âmbito mensal para a maior parte daqueles que os estabelecem.

O foco na sociabilidade que se manifesta fora de casa permite evidenciar ainda mais a importância das relações de vizinhança no quadro de vida da população idosa, ou pelo menos como elas se manifestam a partir das respostas dos entrevistados. Os vizinhos suplantam os amigos em termos de uma sociabilidade que é igualmente preenchida através dos contactos mais ou menos breves com os lojistas no decorrer das rotinas quotidianas, por vezes intercetadas por transeuntes desconhecidos. Dos contextos institucionais e organizacionais decorrem não só menos oportunidades de sociabilidade, mas também uma cadência mais espaçada de ocorrência.

O arrendamento

O arrendamento em Santa Maria Maior atinge uma expressão sem igual em qualquer outra freguesia do país. As razões para esta situação relacionam-se não só com a permanência desta população, mas também com a política de congelamento das rendas ao longo de décadas, que não cabe aqui analisar ou discutir³. O ponto que agora importa relevar é a peculiar situação habitacional desta população e dos impactos possíveis que pode desencadear nas suas condições de vida e de envelhecimento.

Na amostra encontram-se 64,4% de arrendatários. Os restantes são quase todos proprietários, sobrando alguns casos de habitação cedida (1,9%). A aquisição da habitação, para os proprietários, realiza-se na maior parte das vezes (69,6%) sem recurso a empréstimo bancário. Para os arrendatários, o acesso à habitação ocorre maioritariamente através do mercado privado (80%), quase sempre implicando particulares e não empresas, sendo o remanescente preenchido pelo mercado social, essencialmente através da oferta de entidades públicas. No caso do centro histórico, as entidades envolvidas são a Câmara Municipal (76,9%), a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (11,5%) e o Estado (3,8%).

O arrendamento implica a existência quase plena de um contrato (92,5%), normalmente de duração indeterminada (71,7%), ainda que os contratos a prazo certo tenham alguma expressão e estabilidade, privilegiando a duração de cinco anos (74%). A repartição entre o peso dos proprietários e o dos arrendatários não se alterou muito desde há dez anos, havendo nessa altura mais alguns inquilinos (4,1%) do que atualmente,

³ Para saber mais sobre as políticas públicas de habitação em Portugal, consultar Agarez, 2018

quase todos com casas arrendadas no mercado privado, com uma ligeira supremacia dos contratos de duração indeterminada sobre os de prazo certo, e que, entretanto, ao longo desse período, conseguiram adquirir o estatuto de proprietários.

Um dos pontos críticos da relação entre senhorios e inquilinos tem a ver com a renegociação dos contratos, sobretudo a partir do momento em que o enquadramento legal ampliou as condições para a sua realização, embora continuassem a existir limitações com vista a proteger especialmente a população idosa. Mesmo assim, uma boa parte dos inquilinos (40,2%) teve de renegociar os contratos, o que ocorreu sobretudo nos últimos anos, embora sem grandes alterações na maioria dos casos. As modificações importantes, nos casos em que se verificaram (10,3%), tiveram a ver com a formalização da situação habitacional em contratos de duração indeterminada ou de prazo certo, privilegiando a duração de cinco anos, e com o aumento da renda, que na maior parte das vezes não terá sido acentuado (72,7%), e em alguns nem sequer ocorreu (9,1%), verificando-se nos restantes (18,2%) um aumento mais expressivo.

No que respeita às rendas, os valores apurados indicam uma renda média mensal em torno de € 160 e uma dispersão entre o valor mínimo de € 20 e o máximo de € 500. Uma amplitude tão elevada poderia resultar da sobreposição entre os arrendatários do sector privado e os do sector público, admitindo a existência de diferenças assinaláveis entre eles em virtude de o arrendamento assentar, no primeiro caso, em critérios económicos e, no segundo, em critérios mais sociais. Porém, esta hipótese não tem sustentação na medida em que não se verificam grandes diferenças entre eles no que respeita à renda média (em torno de € 165 e € 130, respetivamente), registando-se apenas um valor máximo mais baixo no sector público (€ 350). Estas diferenças não muito acentuadas, bem como o patamar dos valores das rendas, sobretudo quando comparados com os valores atuais do setor privado, não podem ser desligadas da política de congelamento das rendas e de proteção da população idosa que determinou a contenção do valor inflacionista das rendas, permitindo ao mesmo tempo a essa população manter as suas casas através de limitações à renegociação dos contratos de arrendamento.

O valor das rendas, contudo, não permanece estático ou congelado ao longo do tempo. Reportando há dez anos atrás, o valor médio das rendas era mais baixo (em torno de € 114) e os valores máximos e mínimos não só eram inferiores (respetivamente, € 300 e € 10) como também denota-

vam uma amplitude mais apertada. Existe, conseqüentemente, uma atualização dos valores das rendas, mesmo que ela ocorra abaixo da tendência de mercado, que não pode deixar de impactar no rendimento disponível das pessoas idosas, atendendo a que dependem na maior parte dos casos de pensões baixas. Isto mesmo fica bem expresso na dificuldade sentida em suportar a atualização das rendas. Mais de 2/3 dos inquiridos admitem ter pelo menos alguma dificuldade em suportá-la, e, entre estes, quase um terço refere ter dificuldade ou muita dificuldade. Além da renda, importa também considerar as outras despesas relacionadas com a habitação que implicam um gasto médio em torno de € 130, com os arrendatários do setor público a reportar um valor abaixo de € 90. Deste modo, mesmo que os aumentos não sejam considerados «excessivos», eles podem impactar enormemente em orçamentos limitados e pouco elásticos.

As dificuldades em acomodar a atualização das rendas por parte da população idosa pode ou poderia ser minimizada através da política pública de apoio ao arrendamento. No entanto, a sua eficácia é duvidosa atendendo aos números reportados. A maior parte dos arrendatários (87,4%) jamais recebeu qualquer apoio ao arrendamento, e entre os que o obtiveram, uma parte deixou já de o receber (5,2%). O apoio efetivo atinge assim menos de um em cada dez arrendatários (7,4%), sugerindo um alcance bastante limitado desta intervenção pública. Esta falta de abrangência manifesta-se também noutros domínios de intervenção. Referindo o apoio público à habitação, quase nenhum inquirido apresentou uma candidatura a uma habitação social (92,8%). Entre o que se candidataram, apenas alguns (2,4%) conseguiram obtê-la, havendo mais casos de insucesso (4,8%). É possível que a limitação da oferta pública seja a causa desses insucessos e uma razão para o volume reduzido de candidaturas entre o conjunto da população idosa, e não necessariamente apenas dos arrendatários. Outro domínio da intervenção pública diz respeito ao apoio prestado à renegociação de contratos, verificando-se que a maior parte da população nunca necessitou dele (85,2%). Mas entre aqueles que recorrem a esse apoio há mais pessoas a obtê-lo (6,7%) ou a beneficiar ainda dele (2,2%) do que a não conseguir obtê-lo (5,9%). Este apoio a uma situação que não parece ser frequente na população em causa é mais disponibilizado localmente, seja pela junta de freguesia ou por associações de inquilinos, podendo por isso constituir uma resposta mais eficaz, porventura até única, embora não deixe também de transparecer um alcance limitado em termos do universo abrangido.

Uma incursão pelo arrendamento não poderia terminar sem abordar a questão crucial da segurança do direito à habitação no centro histórico e à volta da qual se confrontam as políticas de habitação. Torna-se por isso crítico analisar em que medida as pessoas se sentem seguras nas suas casas ou se receiam perdê-las, seja por motivos económicos ou por mudança do quadro legislativo. Nos arrendatários, o risco de perder a casa nos últimos dez anos é apontado por uma em cada quatro pessoas. A razão desse receio radica nas iniciativas tomadas pelo senhorio (65,7%) ou nas alterações à lei do arrendamento (40%) ocorridas ao longo desse período. Motivos económicos (14,3%) ou de degradação habitacional (5,7%) são relativamente secundários. Tendo em conta que a iniciativa dos senhorios tem por base as alterações legislativas, o receio de perder o direito de residir na casa atual assenta quase exclusivamente nas políticas de habitação em relação à situação contratual do arrendamento, fazendo com que o enquadramento legal se torne uma questão eminentemente de natureza política. Quanto ao futuro, os receios são menores talvez por se acreditar na estabilidade legislativa, pelo menos enquanto o enquadramento político não se alterar. Seja como for, a maioria (64,4%) não se sente ameaçada, identificando-se apenas um em cada dez arrendatários a mostrar preocupação, embora haja ainda uma parte significativa que não manifeste opinião (25,2%). Tendo em conta estes números, parece claro que o receio é mais intenso relativamente ao passado do que ao presente, o que parece sincronizar com o tempo em que ocorreram as últimas mudanças do quadro legislativo relativo ao arrendamento.

Considerações finais: envelhecimento e vulnerabilidades

A situação peculiar dos idosos que vivem no centro histórico pode ser resumida com base numa identificação com o local e a partir de um conjunto de vulnerabilidades que afetam as condições de vida em que ocorre o seu envelhecimento. A identificação passa não só pela longa permanência neste território, que para uma parte deles significa desde que nasceram, pela satisfação em relação à casa e ainda pelos aspetos que mais valorizam no bairro; mas sobretudo pelo desejo de nele continuar a viver, rejeitando, a maioria, a mudança de residência, a menos que se permanecesse no bairro. A identificação, ou mesmo o apego ao local, é por isso muito forte. Porém, a par deste enraizamento, coexistem vulnerabilidades.

A vulnerabilidade socioeconómica é a que ressalta em primeiro lugar. A maioria da população depende das pensões, que são normalmente baixas, em virtude das profissões exercidas ao longo da vida e, possivelmente, de carreiras contributivas não muito longas. Acresce-se ainda que o facto de ela ser predominantemente feminina impacta negativamente no rendimento, devido à tendência de as mulheres auferirem um salário médio mais baixo ao longo da vida ativa e terem menos anos de contribuições em comparação com os homens (Moreira et al. 2019). O limitado rendimento disponível revela-se pouco elástico para acomodar acréscimos de despesas, tornando os custos da habitação, mas não só, particularmente críticos.

A vulnerabilidade física e mental está normalmente associada ao envelhecimento, principalmente na sua fase mais avançada, na medida em que este origina limitações crescentes de vária ordem à realização das atividades e rotinas quotidianas à medida que a idade avança. As limitações e os problemas de saúde manifestam-se em metade dos inquiridos, com impactos direto na capacidade de realizar as tarefas e rotinas diárias, apesar de haver, em termos gerais, uma autoperceção mais positiva do que negativa em relação à condição de saúde. Há ainda a considerar o impacto das condições de saúde na mobilidade e na sociabilidade, como a manifestação do sentimento de solidão revela, sobretudo se as condições habitacionais não se adequarem ao envelhecimento. Deste modo, a condição de saúde desta população tenderá a tornar-se mais crítica com o envelhecimento, tornando indispensável uma resposta mais alargada em termos de serviços de saúde e de apoio.

A terceira vulnerabilidade é a que resulta do enfraquecimento dos contactos e vinculações sociais. Um facto que salta à vista é o elevado número dos que vivem sós: mais de metade, principalmente mulheres, em razão da viuvez. A dimensão reduzida das famílias acelera o processo. No entanto, a relação entre isolamento e ausência de vinculações sociais ou mesmo de solidão não é imediata nem automática. Em relação a esta última, a condição de saúde desempenha aparentemente um papel mais importante. Quanto às vinculações sociais, principalmente familiares, mas não só, verifica-se que estão presentes em cadências variadas para a maioria, sobretudo para quem tem filhos, mas não para todos. Apesar de um terço da população parecer possuir apenas ténues vinculações, isso não a impede também de beneficiar de uma sociabilidade difusa, superficial, mas permanente assente em relações de proximidade, que derivam do enraizamento no bairro, sejam elas preenchidas por vizinhos ou lojistas. A

permanência e a identificação ao local atuam neste caso como antídoto ao isolamento social.

A última vulnerabilidade é a habitacional. O principal facto é o número de arrendatários que vivem no centro histórico, que constitui hoje um território particularmente exposto à pressão imobiliária. A vulnerabilidade habitacional envolve também as implicações que o estado de conservação dos edifícios e das casas podem ter na saúde e nas condições de envelhecimento da população, ainda que o seu impacto surja um tanto ou quanto circunscrito. A permanência no centro histórico está assim mais dependente do enquadramento legislativo do arrendamento e da proteção legal que se proporcionar à população idosa. A maioria parece acreditar que essa proteção continuará a existir, mas parte deles, sobretudo os que já estiveram em risco de perder a sua casa no passado, temem que outras mudanças legislativas possam vir a ocorrer, pondo em causa o direito de poder continuar a viver no centro histórico.

Referências

- Agarez, R. C. (Coord.) (2018). Habitação. Cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Disponível: <https://www.portaldahabitacao.pt/portal/100anosohabitacao/index.html>.
- Azevedo, A. B. (2020). Como Vivem os Portugueses: população e famílias, alojamentos e habitação. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível: <https://www.pordata.pt/Publicacoes/Outras/Como+vivem+os+portugueses+-189>.
- Bandeira, M. L., Azevedo, A. B., Gomes, C. S., Tomé, L. T., Mendes, M. F., Baptista, M. I. & Moreira, M. J. G. (2014). Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível: <https://www.ffms.pt/publicacoes/detalhe/1542/dinamicas-demograficas-e-envelhecimento>.
- Ferreira, P. M. , Azevedo, A. B. & Paci, C. (2020). População e Habitação no Centro de Lisboa, 1991-2011: Declínio e Envelhecimento? Instituto do Envelhecimento / Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível: <https://www.ics.ulisboa.pt/flipping/ie2020/>
- Pinto, R. R. (2012). Introdução à Análise de Dados. Lisboa: Edições Sílabo.
- Moreira, A., Azevedo, A. B., Manso, L. P., Nicola, R. (2019). Financial and Social Sustainability of the Portuguese Pension System. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

Fronteiras: conceitos e contextos

Francisco Roque de Oliveira

Universidade de Lisboa

Introdução

“Odeio as fronteiras, amo as cidades”, assim começava Suketu Metha um ensaio escrito à luz da sua experiência de nova-iorquino que redescobre o valor do espaço público da grande cidade sitiada pela pandemia do COVID-19 (Metha, 2021). «Odeio as fronteiras, amo as cidades, porque é nelas que nos encontramos com o outro e aprendemos a viver com ele», explica logo a seguir, chamando assim para esse texto jornalístico dois dos principais temas que estão no cerne da sua obra de novelista: as migrações internacionais e a xenofobia. Esta frase do autor de *Maximum City: Bombay Lost and Found* (2004) e de *This Land is Our Land: An Immigrant’s Manifesto* (2019) importa-nos aqui como um entre muitos exemplos possíveis da frequente mobilização do conceito de fronteira num registo que pode chegar a ser contraditório com a ideia de fronteira como zona de contacto, ou seja, com aquela tipologia de fronteiras que potencia a criação de um sistema espacial transfronteiriço dinâmico, indutor de fluxos comerciais, de serviços, de informação ou de vizinhança que criam as condições para o surgimento de um «espaço vivido» no próprio interface dos territórios dos Estados contíguos (Beucher & Reghezza, 2017).

Sabemos que a fronteira é um objecto central do trabalho dos geógrafos desde finais do século XIX, correspondente a uma tipologia de descontinuidade entre sistemas territoriais distintos e a um dos raros espaços onde o poder estatal se torna tangível (Amilhart Szary & Hamez, 2020). Sucede que a leitura que traz a fronteira para o centro do debate mediático e enfatiza a suposta antinomia entre fronteira e movimento, decorre, em boa medida, do próprio contexto geopolítico no qual percebemos hoje o papel das fronteiras. Este é muito condicionado pela visibilidade de múltiplos processos de securitização do território empreendidos pelos Estados contemporâneos por motivos económicos, políticos ou ideológicos, os quais visam interferir no crescimento das mobilidades internacionais por

via de uma modulação diferenciada das funções clássicas de soberania atribuídas às fronteiras (Picardat, 2021). Se recuperarmos os principais usos ou significados atribuídos ao objecto «fronteira» desde o momento em que a Geografia moderna o elevou a um dos seus conceitos existenciais, teremos uma perspectiva mais abrangente sobre o valor deste conceito, bem como sobre algumas das questões de fundo que mobilizaram o trabalho da própria disciplina enquanto o foi operacionalizando ao longo destes mais de cem anos.

No princípio era o Estado

Na definição estabelecida pelo Direito Internacional, «a fronteira evoca o ponto onde expira a competência territorial», definindo o limite entre duas soberanias estatais a priori iguais (Soppelsa, Battesti & Romer, 1988). Dito deste modo, o conceito pressupõe uma ligação umbilical entre fronteira, território e soberania de um Estado, sendo que para a definição de cada um dos termos nos dicionários se recorre normalmente aos restantes três (Amilhat Szary, 2020). O conceito pressupõe também que a fronteira entre dois Estados constitui a demarcação – por regra, contínua – de um conjunto territorial detentor de uma coesão interna suficientemente densa para ter sido capaz de gerar uma consciência política colectiva (Foucher, 2020). Também por regra, a premissa permanece válida independentemente da circunstância de se tratar de uma fronteira terrestre ou de uma fronteira marítima, vejam-se as recorrentes sentenças arbitrais que visam regular e materializar a delimitação da soberania de dois ou mais Estados sobre espaços marítimos em contenda (Gutiérrez Castillo, 2004; Lasserre, 2017).

Marcador simbólico de um princípio de territorialidade, a noção de fronteira como envelope dos Estados decorre da invenção da ideia nacional e da emergência dos Estados-nação modernos ao longo do século XVI e na Europa. Esta nova realidade tornar-se-á irreversível pela letra dos tratados que instituíram a ordem internacional moderna a partir de meados do século XVII, com a afirmação da «paz de Vestefália». O modelo vestefaliano que daqui resultou, fundado no reconhecimento mútuo da capacidade que cada Estado tem de exercer a jurisdição sobre o respectivo território de forma exclusiva, consubstanciou-se na afirmação do princípio das fronteiras lineares – por definição, aquelas que interpretam um ponto de vista jurídico-político sobre o objecto fronteira e podem ser

representadas por via de um traçado linear num mapa correspondente a uma marcação sistemática no terreno (López Trigal & Benito del Pozo, 1999; Deprest, 2019).

Será esta concepção eminentemente europeia de fronteira que as duas primeiras fases do processo de globalização se encarregarão de exportar para o mundo. Se o século XVIII ficou marcado pela definitiva linearização das fronteiras, a dinâmica posta em movimento pela Conferência de Berlim, de 1883-1884, conduziria à generalização da estruturação deste modelo de fronteira em espaços não europeus. Sendo certo que este modelo de fronteiras já servira de precedente no Congresso de Viena (1815), o mesmo acabará consagrado pela Organização das Nações Unidas depois de 1945, a ponto de se poder considerar que as fronteiras lineares vieram a constituir o único conceito político, de carácter planetário ou universal, que merece a aprovação da esmagadora maioria dos Estados aí representados (Foucher, 1988, 2012; Gauchon, 2008; Foucher, 2020; Amilhat Szary, 2020).

Foi nesse contexto de finais do século XIX, durante o qual se generalizou a estruturação de fronteiras no mundo – e, já agora, quando também se assistiu à institucionalização das Ciências Sociais nas universidades –, que Friedrich Ratzel elaborou para Geografia Humana uma teoria da fronteira assente na ideia de fronteira como uma faixa e não como uma linha. Tendo assimilado as ideias positivistas e evolucionistas que estavam no ar do tempo, Ratzel estendeu a concepção orgânica ou biogeográfica da Terra à interpretação da generalidade dos dados da geografia política, desembocando na ideia segundo a qual a fronteira tem uma característica intrinsecamente porosa e permeável. Tal ideia – que Ratzel quis aplicada simultaneamente à sociedade humana e à natureza – enfatiza as dificuldades de se operar uma delimitação precisa de grupos humanos agregados em torno de uma base étnica, linguística ou cultural, a qual seria por definição móvel. Daí que a mobilidade e a intermitência constituam, no seu entender, características intrínsecas da própria fronteira (Marchueta, 2002; Capel, 2012; Amilhat Szary, 2020).

Com isto, o conceito de fronteira linear passa a representar uma abstracção apenas possível nos mapas. Como escreveu Ratzel a fechar o capítulo «Origem e evolução das fronteiras políticas» da sua *Politische Geographie* (Geografia política, 1897), «Em todos os traçados de fronteira há qualquer coisa de simbólico, de aparente» (Ratzel, 1987, p. 150). Ou, como o mesmo Ratzel considerou na abertura do ponto 4 do artigo «Der

Staat und sein Boden geographisch betrachtet» (As leis do crescimento espacial dos Estados, 1896), «As fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação do seu crescimento, e participam de todas as transformações do organismo do Estado» (Ratzel, 1990, p. 184). Não tardará até que Rudolf Kjellén e – sobretudo – Karl Haushofer assumam a «herança ratzeliana» e a transformem na perspectiva política expansionista que acabaria por teorizar o projecto hitleriano e servir de breviário de ditadores e de justificativa para as ambições expansionistas de diversas geopolíticas semi-periféricas, da Itália ao Japão, dos países ibéricos à América Latina (Moraes, 1990; Vandermotten & Vandeburie, 2011; Louis, 2016; Amilhat Szary, 2020). Como sintetizou um epígono português desta metáfora organicista do espaço: «A fronteira não é uma simples linha de demarcação, mas uma zona mais ou menos larga onde dum e doutro lado se aglomeram organismos de protecção, um sistema de organismos ofensivos e defensivos» (Boléo, 1936, pp. 117-118).

Há ecos mais ou menos mitigados deste conceito organicista de fronteira, e da sua representação como zona, frente ou franja pioneira, na literatura geográfica norte-americana que o mais das vezes acede a Ratzel por interposto *Influences of Geographic Environment* (1911) de Ellen Churchill Semple. Encontramo-lo já no termo *frontier* empregue por Frederick Jackson Turner no ensaio «The Significance of the Frontier in American History» (1893), e naquele consolidado por Isaiah Bowman no título da obra *The Pioneer Fringe* (1931) (Utley, 1984; Amilhat Szary, 2020). Em qualquer destes casos, a fronteira não é perspectivada a partir de um ponto de vista eminentemente político, como limite territorial de um Estado, sendo antes empregue para qualificar colónias de povoamento em terras pouco ou nada povoadas, geradas por via de um processo de expansão territorial sobre um espaço «vazio» que assinala um avanço «civilizatório», traduzido na criação de uma paisagem humanizada ou de um sistema geográfico que se forma e evolui sem contar com a herança de formas prévias de organização do espaço. Um texto como «Les zones pionnières de l'État de São Paulo» de Pierre Monbeig (1937) representa a transposição para o caso brasileiro da generalidade destes axiomas fixados por Turner (Théry, 2009; Nogueira, 2012, 2015). Para uma definição mais formal do conceito, deve reter-se que a frente pioneira raramente é linear. Do mesmo modo, esta tende a concretizar-se por intermédio de eixos privilegiados, os quais tanto podem resultar numa grande descontinuidade, como deixam habitualmente atrás de si bolsas não transformadas pelo processo de expansão territorial que expressam (Brunet, Ferras & Théry, 1993).

Réplicas às “fronteiras naturais”

No período de entre guerras mundiais (1918-1939), a despolitização da reflexão geográfica que marcou a influente Geografia francesa clássica, compensada por uma forte imersão na Geografia Física, acabaria por promover escassas reflexões sobre os temas específicos da Geografia Política e da formação das fronteiras (Moraes, 2011; Louis, 2016). A principal exceção encontramos-na na réplica explícita que Jacques Ancel se sentiu compelido a fazer à «pseudo-ciência» da Geopolitik alemã e aos geopolíticos que gravitavam em torno de Haushofer (Ancel, 1938). Ainda que partindo de Ratzel para atender à preponderância do Estado na marcação das fronteiras, Ancel descola da noção de «fronteiras naturais» e da força determinante do quadro natural, para afirmar, em contrapartida, que a fronteira é modelada pelo homem e decorre das actividades de uma sociedade humana (Vandermodden & Vandeburie, 2011). Daí surgirá o conceito longamente glosado de fronteira como «isóbara política» – aquela que fixa, de forma sempre provisória, «o equilíbrio entre duas pressões: equilíbrio de massas, equilíbrio de forças» (Ancel, 1938, p. 195). Com isto, Ancel escolhe também continuar a olhar a fronteira pelo seu carácter zonal, seguindo de perto a tradição da escola francesa presente no que Camille Vallaux expusera em *Le sol et l'Etat* (1911). Retomando as palavras de Ancel, a fronteira resulta de um «equilíbrio de forças vitais» entre dois povos e representa um espaço onde sobretudo se opera o inter-relacionamento entre as partes separadas pela «ilusão da noção linear de fronteiras» (Ancel, 1938, p. 194; Guichonet & Raffestin, 1974; Costa, 2010).

No segundo pós-guerra, tanto a Geografia francesa (e francófona) como a Geografia de referência norte-americana confirmarão – ainda que por caminhos não necessariamente coincidentes – o estudo combinado dos aspectos sociais, políticos e culturais das fronteiras num quadro regional, tal como postulado por Ancel e pela tradição da Geografia Humana vidaliana. Enterrando conceitos sinistros como o de «fronteira biologicamente justa» de Haushofer, tomam as evidências da paisagem e a ideia da fronteira como espaço de contacto para ensaiar uma abordagem sistemática à tipologia e aos temas da fronteira. Entre os geógrafos norte-americanos, sobressai a proposta de classificação genética de fronteira de Richard Hartshorne (1936), que busca averiguar a relação entre a fronteira e a ocupação humana. Trata-se de saber se a fronteira foi estabelecida

antes, durante ou depois de as populações terem moldado os principais elementos da paisagem humanizada que ocupam, o que desde logo significa a capacidade de integrar o factor tempo numa tipologia de fronteiras, que neste caso é organizada em quatro tipos: fronteira antecedente (aquela que precede o desenvolvimento dos padrões culturais na paisagem e é característica de regiões «jóvens»), subsequente (posterior à formação de tais padrões culturais e típica de regiões «velhas»), imposta (traçada sobre uma paisagem humanizada antes homogénea, como sucedeu com a formação da fronteira de Israel) e relíquia (uma linha fronteiriça abandonada, mas cuja marca ou influência permanece gravada na paisagem cultural, conforme o caso emblemático do muro de Berlim, cuja marca se prolonga na arquitectura e nas práticas espaciais da cidade) (Hartshorne, 1936; Silva, 1941; Blij & Muller, 2005; Laporte, 2013; Raffestin, 2018).

Entre outros aspectos, a proposta de Hartshorne importa também porque sublinha um distanciamento definitivo por parte da Geografia académica em relação à antiga classificação dicotómica que opunha «fronteiras naturais» às «fronteiras artificiais», contra a qual Vallaux e Ancel muito tinham escrito, tal como o geógrafo anarquista Elisée Reclus, que eloquentemente avisara no quarto livro de *L'Homme et la Terre* (1905) sobre a sem-razão de se considerar tal «predestinação geográfica» como argumento diplomático válido para a separação de Estados (Reclus, 1998, p. 184). A revisão desse influente fetichismo da «fronteira natural» – construção política e intelectual que, ainda assim, permanece bem viva em Direito Internacional Público – é retomada, sem grandes diferenças entre si, por Samuel W. Boggs (1940) e Stephen B. Jones (1945). Sempre num registo mais descritivo e indicativo que explicativo, ambos manuseiam uma classificação de fronteiras também em quatro tipos – físicos, geométricos, antropogeográficos e complexos ou compósitos – dita morfológica ou fenomenológica, como Jones prefere referir-se-lhe (Guichonet & Raffestin, 1974; Brunet, Ferras & Théry, 1993; Matos, 2012; Foucher, 2020).

Trabalhos como *Les régions frontalières de la montagne jurassienne* de Suzanne Daveau (1959) sinalizam a opção de estudos sobre fronteiras a partir da análise regional e da interpretação da ideia de fronteira como ponto de contacto, opção esta que se vai desenvolver ao longo da década seguinte entre os geógrafos de língua francesa da Europa e do Canadá que mantêm vínculos de afinidade de grau distinto, mas em todo o caso explícitos, com trabalhos fundadores de Geografia Política da Escola francesa como sejam a tese que Raoul Blanchard dedicou à Flandres (1906) e *La France de l'Est* (1917) de Paul Vidal de la Blache. Em meados da década

de 1970, a criação da Association for Borderlands Studies promoverá a multiplicação de estudos de caso aplicados à fronteira entre os Estados Unidos e o México, ampliando a base empírica sobre a qual começa a delinear-se a estruturação dos border studies em contexto de Guerra Fria (Amilhat Szary, 2020).

Presente e perspectivas dos border studies

Confirmando a máxima que aponta para a correspondência que existe entre a variação do papel assumido pela fronteira, por um lado, e a evolução do contexto geopolítico e das representações, por outro, num quadro de progressiva abertura económica como aquele que conduzirá, no espaço europeu, à criação de euro-regiões, é favorecida a aproximação à fronteira como zona de contacto. A entrada em vigor do Mercado Comum, em 1957 – e, posteriormente, do Espaço Schengen, em 1995 –, constitui o principal indutor da alteração desse conceito geopolítico que constitui a fronteira no seio da União Europeia. Os exemplos partem de entidades territoriais de cooperação que privilegiam dinâmicas de intercâmbio transfronteiriço criadas a partir do caso da EUREGIO (1958), ao longo da fronteira germano-neerlandesa. No caso da fronteira Estados Unidos-México tem-se uma aproximação idêntica à ideia de fronteira como interface, neste caso enfatizando o modo como a existência de um profundo gradiente de desenvolvimento entre os dois espaços separados pela linha de fronteira funciona como um acelerador que estimula as actividades e os fluxos que a atravessam. A percepção encerrada na metáfora do «fim dos territórios» de Bertrand Badie (1994) – que vem na sequência da queda do muro de Berlim e da dissolução da URSS (1991) e estimula o prognóstico idealista de que as fronteiras poderiam desaparecer – é concomitante de uma especialização crescente no estudo das dinâmicas de cooperação entre Estados que envolve sobretudo as comunidades científicas europeia e norte-americana, praticando uma renovação dos instrumentos da análise regional com base no fundo teórico próprio da pós-modernidade (Brunet, Ferras & Théry, 1993; Newman & Paasi 1998; Auburtin, 2009; Beucher & Reghezza, 2017; Amilhat Szary, 2020).

Tanto os border studies como o novo campo de estudos dos critical security studies serão as antenas mais visíveis da alteração da percepção sobre o significado dominante das fronteiras que emerge na sequência dos atentados de 11 de Setembro de 2001. Se a consolidação da União

Europeia, mas também o efeito dos processos de descolonização desencadeados na segunda metade do século XX e o colapso da URSS, tinham propiciado que a comunidade académica tivesse abordado crescentemente o tópico das fronteiras a partir da óptica das «oportunidades» mais do que da «segurança», este novo momento ditará a inversão radical desta tendência. No essencial, a fronteira tende hoje a deixar de ser analisada com o foco na profundidade operativa das áreas fronteiriças, no nível de interações transfronteiriças e na constituição de comunidades de fronteira – realidades todas elas essencialmente possíveis num quadro de estabilidade territorial como o europeu –, para alimentar um bloco coerente de análises geográficas dedicadas à segurança dos Estados no contexto pós-11 de Setembro (Diener & Hagen, 2012; Schofield, 2015).

Neste contexto determinado pela guinada securitária, que implicou, de forma inédita, todo o mundo, forjando a distopia correspondente à obsessão pela insegurança e pelo controle (Montaner & Muxí, 2014), um aspecto há que parece subsistir da longa tradição dos estudos sobre fronteiras: a persistência do Estado enquanto objecto principal de reflexão. Em todo o caso, tal não deixa de ser acompanhado por inquéritos que se distanciam dos actores institucionais e, no quadro dos border studies críticos, optam por tentar aceder às pessoas e aos espaços invisibilizados pelas políticas oficiais dirigidas às fronteiras. Outro tanto temos com o promissor campo das perspectivas pós-coloniais, que enfatiza – a partir do estudo das geografias do Sul e de um conceito de fronteira como espaço híbrido, que articula múltiplas espacialidade, práticas e temporalidades – a porosidade das fronteiras e a análise dos fluxos que as atravessam (Velasco-Graciet, 2008; Arriaga Rodríguez, 2012). Num e noutro caso, parecem abrir-se vias para interpelar de forma renovada a operacionalidade da normativa vespertaliana assente no valor universalizante da fronteira linear, mobilizando para o efeito perspectivas não-euclidianas para interpretar a complexidade das fronteiras. Poderá também ganhar aqui novos argumentos a recorrentemente reclamada, mas ainda pouca concretizada, capacidade para empreender este estudo de forma transdisciplinar, ampliando assim as dimensões espaciais e territoriais do fenómeno fronteiriço que são norma no olhar que a Geografia lhe empresta (Newman, 2009; Foucher, 2014; Amilhat Szary, 2017, 2020).

Terminamos como começámos: com uma nota sobre o par aparentemente antinómico representado pela cidade e pela fronteira de que fala Suketu Metha, mas agora apenas para lembrar dois dos principais motivos que aproximam estes dois conceitos. O primeiro corresponde à

circunstância várias vezes repetida de cidades que são atravessadas, elas próprias, pela realidade física da fronteira e pelo símbolo ideológico que duplica o seu significado: ontem Berlim, como hoje ainda a «linha verde» em Nicósia, as fronteiras exteriores de Jerusalém com os territórios palestinos em Ramalá e Belém, ou a materialização efectiva da fronteira franco-britânica em Calais (Guénébeaud, 2020). O segundo motivo que aproxima cidade e fronteira resulta directamente do facto de as primeiras acolherem hiperlocais de fronteira – os locais de mobilidade representados pelos aeroportos, gares, portos e terminais rodoviários internacionais, mas também pelas embaixadas, consulados, delegações consulares e missões económicas permanentes, às quais se podem juntar os institutos culturais que contribuem para a visibilidade externa daqueles Estados mais habilitados ao exercício efectivo de soft power. Entre a capacidade de imporem a exclusão absoluta e a quase invisibilidade, a generalidade destes locais acaba por afectar a livre circulação, a liberdade e a inclusão (García-Perone Escartín, 2019; Billard & Encel, 2022). Sabemos que, como todas as formas de delimitação territorial, as fronteiras informam sobre o poder que as configura e que está na essência do próprio conceito de fronteira. No limite, a modelação dos efeitos de fronteira entre registos mais subtis, mais evidentes ou até hostis advém do poder e da ideologia que sustenta os próprios sistemas de limites e fronteiras (Raffestin, 2018). O crescente poder das cidades que resulta de um mundo de redes amplifica e polariza os efeitos desta velha máxima.

Bibliografia

- Amilhat Szary, A.- L. (2017). Boundaries and borders. In J. Agnew, V. Mamadouh, A. S. Secor & J. Sharp (eds.), *The Wiley Blackwell companion to political geography* (pp. 13-25). Oxford: Wiley Blackwell.
- Amilhat Szary, A.- L. (2020). Épistémologie des frontières : origine et actualité des border Studies. In A.-L. Amilhat Szary & G. Hamez (dir.), *Frontières* (pp. 18-16). Paris: Armand Colin.
- Ancel, J. (1938). *Géographie des frontières*. Paris: Librairie Gallimard.
- Arriaga Rodríguez, J. C. (2012). El concepto de frontera en la geografía humana. *Perspectiva Geográfica*, 17, 72-96. <https://doi.org/10.19053/01233769.2263>
- Auburtin, É. (2009). Les nouvelles frontières de l'Union européenne. In P. Dalenne & A. Nonjon (dir.), *L'espace mondial, fractures ou interdépendances ?* (pp. 69-89). Paris: Ellipses.

- Beuche, S., & Reghezza, M. (2017). *La Géographie: pourquoi, comment? Objets et démarches de la Géographie d'aujourd'hui*. Paris: Hatier.
- Billard, H., & Encel, F. (2022). *Atlas des frontières : retour des fronts, essor des murs*. Paris: Autrement.
- Blij, H. J., & Muller, P. O. (2005). *Concepts and Regions in Geography*. Hoboken, NJ: Wiley.
- Boggs, S. W. (1940). *International boundaries: a study of boundary functions and problems*. New York: Columbia University Press.
- Boléo, J. O. (1936). *Determinismo Antropogeográfico (O Meio e a Raça)*. Lisboa: Imprensa Beleza.
- Brunet, R, Ferras, R., & Théry, H. (1993). *Les mots de la géographie : dictionnaire critique*. Paris: RECLUS – La Documentation Française.
- Capel, H. (2012). *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea. Una introducción a la Geografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- Costa, W. M. (2010). *Geografía política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: EDUSP.
- Daveau, S. (1959). *Les régions frontalières de la montagne jurassienne. Étude de géographie humaine*. Lyon: Institut des Études Rhodaniennes de l'Université de Lyon.
- Deprest, G. (2019). *Limites spatiales et frontières*. In P. Clerc (dir.), *Géographies. Épistémologie et histoire des savoirs sur l'espace* (pp. 287-294). Paris: Armand Colin.
- Diener, A. C., & Hagen, J. (2012). *Borders: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Foucher, M. (1988). *Fronts et frontières. Un tour du monde géopolitique*. Paris: Fayard.
- Foucher, M. (2012). *L'obsession des frontières*. Paris: Éditions Perrin.
- Foucher, M. (2014). *Frontières d'Afrique : pour en finir avec un mythe*. Paris: CNRS Éditions.
- Foucher, M. (2020). *Les frontières*. Col. «La Documentation photographique». Paris: CNRS Éditions.
- García-Perrone Escartín, J.C. (2019). *Posmetrópolis y territorios. Aproximaciones escritas y dibujadas*. Zaragoza: Ediciones Universidad San Jorge.
- Gauchon, P. (2008). *Monter la garde. Le contrôle des frontières*. In P. Gauchon (dir.), *Le monde. Manuel de géopolitique et de géoéconomie* (pp. 523-537). Paris: Presses Universitaires de France.
- Guénébeaud, C. (2020). *Des frontières dans la ville : le cas de Calais*. In Amilhat Szary, A.-L. (2020). *Épistémologie des frontières : origine et actualité des border Studies*. In A.-L. Amilhat Szary & G. Hamez (dir.), *Frontières* (pp. 324-331). Paris: Armand Colin.

- Guichonet, P., & Raffestin, C. (1974). *Géographie des frontières*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Gutiérrez Castillo, V. L. (2004). *España y sus fronteras en el mar. Estudio de la delimitación de sus espacios marinos*. Madrid: Editorial Dykinson.
- Hartshorne, R. (1936). Suggestions on the terminology of political boundaries. *Mitteilungen des Vereins der Geographen an der Universität Leipzig*, Helf 14-15, 181-192.
- Jones, S. B. (1945). Boundary concepts in the settling of place and time. *Annals of the Association of American Geographers*, 49(3), 241-255.
- Laporte, A. (2013). L’empreinte spatiale de l’ancienne frontière interallemande dans le Berlin d’aujourd’hui. *Belgeo*, 1. <https://doi.org/10.4000/belgeo.10645>
- Lasserre, F. (2017). Les frontières et les limites maritimes en mer de Chine méridionale : arguments légaux et dynamiques des revendications. In E. Mottet, F. Lasserre & B. Courmont (dir.), *Géopolitique de la mer de Chine méridionale : eaux troubles en Asie du Sud-Est* (pp. 15-41). Québec: Presses de l’Université du Québec.
- López Trigal, L., & Benito del Pozo, P. (1999). *Geografía Política*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Louis, F. (2016). *Les grands théoriciens de la géopolitique. De quoi la géopolitique est-elle le nom?* Paris: Presses Universitaires de France.
- Marchueta, M. R. (2002). *O conceito de fronteira na época da mundialização*. Lisboa: Edições Cosmos; Instituto de Defesa Nacional.
- Matos, J. (2012). *Fronteiras terrestres: conceitos e aplicação*. Lisboa: Lidel.
- Metha, Suketu (2021, 20 mayo). *Odio las fronteras, amo las ciudades*. El País Semanal. <https://elpais.com/eps/2021-05-28/odio-las-fronteras-amo-las-ciudades.html>
- Montaner, J. M., & Muxí, Z. (2014). *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili.
- Moraes, A. C. R. (1990). A antropogeografia de Ratzel: indicações. In F. Ratzel, *Geografia* (pp. 7-29). São Paulo: Editora Ática.
- Moraes, A. C. R. (2011). Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Annablume Editora.
- Newman, D. (2009). Boundaries. In J. Agnew, K. Mitchell & G. Toal (eds.), *A companion to political geography* (pp. 123-137). Oxford: Blackweel Publishing.
- Newman, D., & Paasi, A. (1998). Fences and neighbours in the postmodern world: boundary narratives in political geography. *Progress in Human Geography*, 22(2), 186–207. <https://doi.org/10.1191/030913298666039113>
- Nogueira, C. E. (2012). Frentes pioneiras e formação territorial: A Associação de Geógrafos Brasileiros na consolidação do campo geográfico no Brasil. *Revista Brasileira de História da Ciência*, 5(2), 315-335.

- Nogueira, C. E. (2015). A apropriação metodológica das frentes pioneiras na formação da Geografia Brasileira (1930-1950). *Terra Brasilis (Nova Série)*, 5. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1480>
- Picardat, C. (2021). Le retour des frontières. In N. Balaesque (dir.), *La mondialisation contemporaine: rapports de force et enjeux* (pp. 175-193). Paris: Nathan.
- Raffestin, C. (2018). Território, fronteira, poder. Ed. M. Schmidt di Friedberg, M. Neve & R. Cerarols Ramírez. Barcelona: Icaria.
- Ratzel, F. (1987). *La Géographie politique. Les concepts fondamentaux*. Paris: Fayard.
- Ratzel, F. (1990). *Geografia*. São Paulo: Editora Ática.
- Reclus, E. (1998). *L'homme et la Terre*. Paris: La Découverte.
- Schofield, R. N. (2015). Back to the barrier function: where next for international boundary and territorial disputes in political geography? *Geography*, 100(3), 133-143.
- Silva, M. M. F. (1941). Fronteiras internacionais. *Revista Brasileira de Geografia*, 3(3), 626-635.
- Soppelsa, J., Battesti, M., & Romer, J.-C. (1988). *Lexique de géopolitique*. Paris: Dalloz.
- Théry, H. (2009). As franjas pioneiras, de Pierre Monbeig aos nossos dias. In Á. I. G. de Lemos & E. Galvani (eds.), *Geografia, tradições e perspectivas: a presença de Pierre Monbeig* (pp. 49-67). São Paulo: CLACSO, Expressão Popular.
- Utley, R. M. (1984). *The Indian Frontier of the American West, 1846-1890*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Vandermotten, C., & Vandeburie, J. (2011). *Territorialités et politique*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles.
- Velasco-Graciet, H. (2008). *Des frontières des géographes. Géoconfluences*. <http://geoconfluences.ens-lyon.fr/doc/typespace/frontier/FrontScient.htm>

Sobre os autores

Alda Botelho Azevedo, doutora em Demografia pela Universitat Autònoma de Barcelona, é investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professora auxiliar convidada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. As suas publicações e investigação centram-se no estudo da demografia da habitação e do envelhecimento.

Ana Carolina Ferraz dos Santos, Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui pós-graduação lato sensu pela Universidade Federal do Rio de Janeiro no Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica (CESPEB) com ênfase em Ensino de Geografia (2015) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro na área de Planejamento e Gestão Ambiental (2012). Atualmente, é doutoranda em Estudos de Gênero pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Desde 2014 atua como professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no CEFET/RJ e desenvolve pesquisas nas temáticas sobre espaço e gênero; educação, gênero e sexualidades; e a abordagem de gênero pela geografia escolar.

André Carmo é Doutor em Geografia pela Universidade de Lisboa e professor auxiliar na Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade de Évora. Coordena atualmente o polo de Évora do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, em que é investigador integrado. Tem desenvolvido investigação em torno de processos de transformação sócio-territorial, estudos urbanos e pensamento geográfico. Coordenou recentemente as obras Espaço, Lugar e Território: Figuras do Pensamento Português Contemporâneo (Afrontamento, 2022) e Sindicalismo no Ensino Superior e na Investigação. João Cunha Serra – uma vida em luta (Outro Modo, 2023).

Ângela Freitas, Geógrafa e Investigadora no Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde também se encontra a desenvolver tese de doutoramento. É membro colaboradora do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, onde integra a Equipa de Investigação de Geografia da Saúde e onde tem participado em inúmeros projetos de investigação fundamental e aplicada, de âmbito nacional e europeu. Foi coordenadora técnica da Estratégia Municipal de Saúde de Coimbra 2021-2025 e do projeto Atlas dos

Municípios Saudáveis (2020-2023). Em 2014, recebeu o prêmio Ryoichi Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund. Em 2018, foi investigadora visitante no Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional da Universidade da Califórnia, Berkeley.

Antônio Manuel Saraiva Lopes, Professor Associado do IGOT-U-Lisboa, investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG) e antigo coordenador do grupo de investigação “Alterações Climáticas e Sistemas Ambientais - Zephyrus”. É doutorado em Geografia Física e membro da International Society of Biometeorology - ISB e International Association of Urban Climate - IAUC. Os principais interesses de investigação são: Alterações Climáticas Urbanas; Conforto Térmico e Saúde; Ambiente e Ecologia Urbana; Modelos Microclimáticos.

Archie Davies, Geógrafo cultural e histórico que trabalha nos campos da ecologia política e da história e filosofia da geografia. O primeiro livro é *A World Without Hunger: Josué de Castro and the History of Geography* (Liverpool 2022). Também tradutor do pensamento radical brasileiro e publicou traduções para o inglês de Milton Santos e Beatriz Nascimento. É professor na Escola de Geografia da Queen Mary University of London e membro do QMUL Institute of Humanities and Social Sciences.

Cláudio Jorge Moura de Castilho, Bacharel, Licenciado e Mestre em Geografia, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); D.E.A. e Doutorado em Geografia, pela Université de Paris III, Sorbonne-Nouvelle (França); Professor Associado do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE; Estágio de Pós-Doutorado na Università Ca’ Foscari di Venezia (Itália); Coordenador do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano; Membro de comitês científicos de revistas nacionais e internacionais; e Bolsista N1-D do CNPq.

Cristina Pereira de Araujo, Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo com pós-doutorado pela Universidad de Alcalá. É professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano e Coordenadora do Laboratório Espaço e Política (LEP), ambos vinculados ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq e líder dos grupos de pesquisa SOPAPO (Sociedade Espaço e Política) e CILITUR (Cidades Litorâneas e Turismo). Atua nas áreas de planejamento urbano e regional e sociologia urbana. Pelo SOPAPO, as pesquisas envolvem temas relacionados à geopolítica, ao desenvolvimento desigual, à produção e estruturação do espaço urbano, à luta de classes e

aos conflitos socioespaciais. Sob a mesma perspectiva geopolítica, pelo grupo de pesquisa CILITUR trabalha as relações entre turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual.

Daniel Paiva, investigador integrado no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa e co-coordenador do grupo de investigação ZOE - Dinâmicas e Políticas Urbanas e Regionais. Daniel é também IP do projeto de investigação UrBio – Making urban planning and design smarter with participatory mobile biosensing, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (EXPL/GES-URB/0273/2021). A sua investigação foca-se no urbanismo afetivo e na experiência de ambientes urbanos, especialmente no efeito da transformação urbana induzida pelo consumo e pelo turismo na experiência quotidiana dos habitantes.

Daniela Ferreira, investigadora auxiliar contratada no Centro de Estudos Geográficos (Universidade de Lisboa), e é doutorada (2022) em Geografia pela Universidade de Lisboa (Instituto de Geografia e Ordenamento do Território). A sua investigação de doutoramento foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Estuda plataformas digitais, nomeadamente o papel que estas desempenham para a criação de uma lógica de economia de plataformas, assim como para a geração de novas formas de desigualdades digitais. Para além disso, tem vindo a colaborar em vários projetos de investigação com financiamento internacional (ES-PON e Comissão Europeia) e nacional (FCI), como ACCTING, METRO, UrBio e Phoenix.

Denise Betânia Marques dos Santos, Mestre em Hotelaria e Turismo pelo PPHTUR/UFPE e doutoranda pelo Programa de Desenvolvimento Urbano (MDU/UFPE). Pesquisadora na Rede nacional “Cidades Litorâneas e Turismo” (CILITUR), no âmbito do Laboratório Espaço e Política (LEP), sediado no (MDU), da Universidade Federal de Pernambuco, com foco na repercussões dos processos de acumulação de capital, no turismo de sol e mar. Pesquisadora no grupo internacional de Dinâmicas Socioterritoriais Contemporâneas (FFLCH/USP).

Edvânia Torres Aguiar Gomes, Geógrafa e Professora Titular de Geografia da UFPE. Professora dos Programas de Pós Graduação em Geografia, Desenvolvimento Urbano, e Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPE. Pós-doutora em Geografia pelo Leibniz Institut für Länderkunde-Regional Geography - Leipzig, Alemanha. Doutora em Geografia Humana pela USP, Mestre em Geografia pela UFPE, Especialista em Planejamento Urbano e Desenvolvimento Regional pela Technische

Universität Dortmund, Alemanha. Membro da Academia Pernambucana de Ciências (APC) e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco (CREA). Coordenadora do grupo de Pesquisa Nexus - Sociedade & Natureza. Co-editora do Periódico Rural e Urbano.

Eduardo Brito-Henriques, Geógrafo que investiga e escreve sobre turismo, cultura, e cidades. O seu trabalho desdobra-se por assuntos como o turismo urbano, o turismo sustentável, a cultura visual do turismo, património e paisagens culturais, ruínas e paisagens devastadas, e criatividade, placemaking e sentido de lugar. É Professor Associado com Agregação no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa), onde é presentemente coordenador do Grupo de Investigação TERRITUR—Turismo, Património e Território e também coordenador do Doutoramento em Turismo.

Francisco Roque de Oliveira, Doutor em Geografia Humana pela Universitat Autònoma de Barcelona e Professor Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, prestando também colaboração docente na Licenciatura em Estudos Asiáticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É investigador efectivo do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, investigador associado do CHAM - Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e membro correspondente da Academia de Marinha. Desenvolve investigação sobre História da Geografia, em particular sobre temas relativos à história da Geografia Tropical portuguesa em contexto de colonialismo tardio, e História da Cartografia.

Herculano Cachinho, Doutor em Geografia Humana. Professor Associado do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) e Investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG), no grupo de pesquisa ZOE-Dinâmicas e Políticas Urbanas e Regionais. A sua investigação tem-se repartido por dois grandes campos temáticos: a Geografia do Comércio e Consumo em contexto urbano, e a Educação Geográfica e as metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Jorge Luiz Barbosa, Doutor em Geografia Humana. Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Fundador do Observatório de Favelas. Pesquisador do CNPq. Cientista do Nosso Estado – FAPERJ. Linha de Pesquisa Ordenamento Territorial Urbanos e Cidade, Paisagem e Cultura. Autor e coautor de diversos livros, entre eles: Favela: Alegria e Dor na

Cidade (2005), Solos Culturais (2013); Cultura e Território (2017); Urban Public Spaces (2018); A Favela Reinventa a Cidade (2020); As águas encantadas da Baía de Guanabara (2021).

Jorge Malheiros, Geógrafo, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade de Lisboa. É Professor Associado de Geografia Humana no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, da Universidade de Lisboa (ULisboa). Integrou a Comissão Diretiva do Centro de Estudos Geográficos da ULisboa e é membro dos Grupos de Investigação ZOE e MIGRARE desta unidade. É membro do Conselho Diretivo do Colégio Tropical (ULisboa). Integrou e coordenou projetos de investigação nacionais e internacionais e os interesses de investigação centram-se em organização socioespacial urbana e segregação, migração internacional, integração de migrantes e transnacionalismo. É correspondente português da SOPEMI-OECD (2001-2023).

Jorge Rocha, Mestre em Sistemas de Informação Geográfica (2003) e em Gestão do Território (2013), e Doutor em Ciência da Informação Geográfica (2012). Atualmente é Professor Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território e investigador efetivo do Centro de Estudos Geográficos, ambos da Universidade de Lisboa, onde é também coordenador do Laboratório de deteção remota, análise e modelação geográfica e do Percurso Pós-Graduado de Atualização em Tecnologias de Informação Geográfica e Ordenamento do Território. Esteve envolvido em cerca de 30 projetos de investigação. É um revisor e investigador premiado e editor convidado de várias edições especiais de periódicos. Possui mais de 300 trabalhos publicados, muitos dos quais artigos em revistas especializadas e capítulos em livros de editoras de referência.

José Luís Zêzere, Doutor em Geografia Física pela Universidade de Lisboa. Professor Catedrático do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Diretor do Centro de Estudos Geográficos. Presidente da Associação de Geomorfólogos. Vice-Presidente do CERG (European Centre on Geomorphological Hazards), do Conselho da Europa.

Katielle Silva, Geógrafa e Mestre pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutora em Geografia Humana pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa). É Professora Adjunta da Universidade Federal de Roraima, Professora Permanente da Pós-graduação em Geografia (UFRR) e Investigadora do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Representante

da Associação de Brazilianista na Europa (ABRE) no Brasil. Os interesses de investigação centram-se nas temáticas da geografia da saúde, desigualdades e migrações. Tem colaborado em diversos projetos de investigação com financiamento internacional (Comissão Europeia) e nacional (FCT e CNPq).

Luciano Muniz Abreu, Doutor em Planeamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, Arquitecto e Urbanista (UFRJ), Geógrafo (UERJ). Professor do Departamento de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pesquisador associado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ). Compartilha a liderança do Grupo de Pesquisa em Rede “Cidades Litorâneas e Turismo” (CILITUR). Atualmente participa como pesquisador no Laboratório Espaço e Política (LEP) do MDU/UFPE e como integrante/pesquisador dos grupos de pesquisa Sociedade, Espaço e Política (SOPAPO/UFPE), Turismo e Dinâmicas Socioterritoriais Contemporâneas (FFLCH/USP), Paisagens Híbridas (UFRJ) e Eco-Cidades (UFRRJ). Tem experiência nas áreas do Planeamento Urbano e Regional, Turismo e Geografia, direccionando os estudos e pesquisas para questões relativas à urbanização, urbanização turística, políticas públicas de turismo, produção do espaço litorâneo e desenvolvimento desigual.

Luís Mendes, Geógrafo, Professor Assistente Convidado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e na Escola Superior de Educação de Lisboa e na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Investigador Permanente no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, onde tem desenvolvido investigação nos domínios dos Estudos Urbanos, nomeadamente, gentrificação, habitação e regeneração urbana e Didáctica da Geografia. É consultor de instituições públicas e privadas e tem experiências em projectos de investigação nacionais e internacionais.

Mariana Rabêlo Valença, Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade de Pernambuco (UPE) e pela Universidade Federal de Pernambuco, respectivamente. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPE e Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. É professora adjunta do Colegiado de Geografia da UPE - Campus Mata Norte.

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque, Geógrafa e Professora Associada III da UFRPE. Professora do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História da UFRPE. Licenciada e Bacharel

em Geografia pela UFPE, Graduação Sanduíche na Technische Universität Berlin, Alemanha. Mestre em Geografia pela UFPE e Doutora em Geografia Humana pela USP. Pesquisadora-Visitante na Christian-Albrecht Universität - Kiel - Alemanha em 2019. Foi estagiária do Departamento de Desenvolvimento Urbano em Berlim (2003). Líder do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço, Metropolização e Relação Rural-Urbano (GPRU). Editora-Chefe do Periódico Rural e Urbano. Coordenadora do Laboratório de Estudos e Ensino sobre o Recife (RecLab).

Mário Vale, é Doutor em Geografia Humana pela Universidade de Lisboa e Professor Catedrático do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa), instituição a que preside desde o início de 2023. Foi Investigador Visitante no CURDS, Universidade de Newcastle e Fulbright Visiting Scholar no Departamento de Geografia da UCLA (University of California Los Angeles). Dirigiu o Centro de Estudos Geográficos da ULisboa e é membro do Grupo de Investigação ZOE desta unidade. Tem trabalhado no tópico de investigação da inovação e dinâmicas económicas urbanas e regionais e recentemente investiga a transição para a sustentabilidade das regiões e matérias das geografias digitais e economias de plataforma. A sua investigação tem sido enquadrada por diversos projectos de investigação nacionais e internacionais (4º, 5º e 6º Programas-Quadro, H2020, ações integradas, ESPON e FCT). Tem trabalhos publicados em diversas revistas científicas internacionais.

Margarida Queirós, Geógrafa e Mestre pela Universidade de Coimbra e Doutora em Geografia pela Universidade de Lisboa. Atualmente é Professora Associada do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT, Universidade de Lisboa) e investigadora no Centro de Estudos Geográficos, da ULisboa. Foi também Professora visitante em diversas Universidades latino americanas, canadiana e europeias. Foi diretora da Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia. É membro fundador da Rede REGGSILA (Estudos de Geografia IberoLatino-Americana, Género e Sexualidade: REGGSILA – Rede de Estudos de Geografia, Género e Sexualidades Ibero-Latino-americana). É a representante em Portugal da RIDOT (Rede Ibero-americana de Observação Territorial). É reconhecida pela Comissão Portuguesa de Cidadania e Igualdade de Género (CIG) como referência em estudos de género.

Max Wendell dos Anjos, é pós-doutorando pela Technische Universität Berlin, Alemanha. Possui também pós-doutorado pela Universidade Federal do Paraná (Curitiba, 2019-2020, PRINT/CAPES) e outro

pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Londrina, 2018-2019, PNPd/CAPES). Doutor em Geografia pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa (Portugal, 2017) e Mestre em Geografia Física, Ambiente e Ordenamento do Território pela Universidade de Coimbra (Portugal, 2012). Seus temas de interesse são modelos climáticos, clima urbano, poluição do ar, Sistema de Informação Geográfica, quantificação e mapeamento de gases de efeito estufa nas áreas urbanas.

Miguel Padeiro, é Geógrafo, Professor Associado no Departamento de Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra, Investigador do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), Director do Mestrado em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis. O seu trabalho tem-se concentrado na dimensão geográfica e ambiental do envelhecimento e no papel do planeamento na qualidade de vida das pessoas mais velhas. Tem participado na elaboração da Estratégia Municipal de Saúde do Município de Coimbra, do PROT-Centro e do Atlas da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. Coordena actualmente o projecto SINDIA – Desigualdades sócio-espaciais na demência (FCT).

Nuno Rodrigues, Licenciado em Geografia e Planeamento Regional pela Universidade Nova de Lisboa e Mestre em Estudos Urbanos pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Doutorando em Geografia Humana no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. É Investigador Associado do DINÂMIA'CET-IUL Centro de Estudos sobre Mudança Socioeconómica e Território e Investigador Associado do Centro de Estudos Geográficos. Sua pesquisa se concentra principalmente nas áreas de Geografia Social e Económica, processos de transformação digital do espaço urbano, cidades inteligentes e economia de plataforma e trabalho.

Otávio Augusto Alves dos Santos é Geógrafo, Mestre e Doutor em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. É professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professor-tutor do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes - Práticas de Letramento (PET Letramento UFRPE). Professor do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI/UFRPE-FUNDAJ). Coordenador do Curso de Licenciatura em História. Líder do Grupo de Pesquisas em Ecologia Política e Direito à Cidade. Coordena e contribui com projetos de ensino e extensão em contextos de vulnerabilidade social urbana. Tem

interesse acadêmico nas áreas de Geografia Humana, Ecologia Política e Educação.

Paula Santana é Geógrafa e Professora Catedrática do Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É membro integrado do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, onde coordena a Equipa de Investigação de Geografia da Saúde. Membro honorária da Comissão em Ambiente e Saúde da União Geográfica Internacional (IGU-CHE), tendo sido Co-Presidente de 2018 a 2021. Membro da Academia das Ciências de Lisboa. Nos últimos 30 anos tem-se dedicado à docência e investigação na área da geografia da saúde e planeamento urbano saudável, tendo sido coordenadora de vários projetos de âmbito nacional e europeu. É autora de 18 livros, (co) autora de cerca de 180 artigos em revistas científicas, maioritariamente internacionais e indexadas (105 SCOPUS, com 4 085 citações), para além de um vasto número de capítulos de livros.

Paulo Madeira, é Doutor em geografia pela Universidade de Lisboa, investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais e professor auxiliar convidado no Instituto de Geografia e Ordenamento de Território, ambos da mesma universidade. É atualmente um dos coordenadores da Secção Temática de Economia Política do Território da Associação Portuguesa de Economia Política. Os seus interesses de investigação centram-se no desenvolvimento e desigualdades territoriais, políticas públicas, planeamento do território, geografia política e geopolítica.

Pedro Guimarães, é Professor Auxiliar no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e, desde setembro de 2023, co-coordenador do grupo de investigação ZOE – Dinâmicas e Políticas Urbanas e Regionais, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Na sua investigação explora processos de transformação urbana, com um foco na relação bidirecional entre o setor comercial e as dinâmicas urbanas. Privilegia metodologias de investigação qualitativa à escala local, utilizando frequentemente a cidade de Lisboa como caso de estudo. Com várias publicações recentes em revistas internacionais, recebeu o Prémio Científico Universidade de Lisboa / Caixa Geral de Depósitos 2021, na área científica da Geografia e Território.

Pedro Moura Ferreira, doutorado em Sociologia pelo ISCTE, é investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde assume a coordenação do Instituto / Observatório ICS do Envelhecimento, realizando investigação nesta área. É também Co-Investigador

Principal do projeto SustainLis - Requalificação urbana sustentável e populações vulneráveis no centro histórico de Lisboa.

Sandra Oliveira, Licenciada em Geografia pela Universidade de Coimbra, Mestre em Ciências do Ambiente pela Universidade de Wollongong, Austrália, e doutorada em Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais pelo ISA-Universidade de Lisboa (2013). Atualmente é Investigadora Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, no âmbito de um contrato CEEC. É coordenadora do projeto Change4Fire sobre risco de incêndio em Portugal, financiado pela FCT. É perita e avaliadora de projetos para a Comissão Europeia, onde trabalhou entre 2009 e 2012, no Joint Research Centre em Itália. Foi também consultora de SIG na Brisa-Gestão de Infraestruturas, e na Bioversity International, onde trabalhou em plantações de cacau no Gana, em África.

Simone Tulumello, é investigador auxiliar no ICS-ULisboa (financiamento FCT: 2020.00443.CEECIND/CP1615/CT0001). A sua investigação debruça-se à fronteira entre estudos críticos urbanos, geografia humana e economia política: segurança e violência urbana; política e políticas da habitação; imaginários urbanos; crise, austeridade e políticas urbanas neoliberais; cidades do Sul da Europa e do Sul dos EUA.

Teresa Barata-Salgueiro, Geógrafa, Professora Catedrática Emérita do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e investigadora do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa. Tem-se dedicado à investigação urbana, com destaque para a produção do espaço urbano e recomposição urbana; organização sócio espacial, resiliência e sustentabilidade, com foco na habitação, comércio, turismo e imobiliário. Tem mais de 140 títulos publicados entre artigos, capítulos de livros e monografias.

Envolvendo pesquisadores do Brasil e Portugal, esta coletânea busca oferecer breves relexões sobre alguns dos principais conceitos e temas da Geografia Urbana, contemplando referências clássicas e atuais. “Geografia Urbana: revisitando conceitos e temas” é uma iniciativa conjunta do Grupo de pesquisas em Ecologia Política e Direito à Cidade, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, do Departamento de Geografia, da Universidade Federal de Roraima, e do Centro de Estudos Geográficos, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa.



Ecologia política
e Direito à Cidade



IGOT Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território
UNIVERSIDADE DE LISBOA



ISBN: 978-65-85711-31-9



9 786585 711319